ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

QESTRA orchestrating technology

[•] B3 LISTING

QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
Em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
CNPJ/ME nº 26.072.786/0001-46 | NIRE 33.3.0032128-4
Avenida das Américas, nº 500, Barra da Tijuca, bloco 19, sala 301 (parte)
CEP 22640-904, Rio de Janeiro, RJ
[•] Ações
Valor Total da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "**[•]**"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido na página 69 deste Prospecto).

A **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), [a Orion Ventures Participações Eireli, a Klasint Participações Ltda., o Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II, a FJJ Investimentos e Participações Ltda., a INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli, a GAA Thinc LLC, a BG Consultoria e Participações Eireli, a JFMJ Investimentos e Participações Ltda., a Murbser 16 Participações Ltda., a Vport Participações Ltda. - ME, a Astyanax - Representação Comercial e Consultoria Ltda., a Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda., a FLM Participações Eireli, a Tríade Inovação Serviços Administrativos Eireli, a SLT Blessed Participações S.A., a Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda., a F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda.] (em conjunto, "**Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas**") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados na seção "Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 50 deste Prospecto ("**Acionistas Vendedores**") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de, inicialmente, [•] Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de, inicialmente, [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores ("**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o Ofício Circular nº 1/2021-CVM/SRE, de 1º de março de 2021 ("**Ofício Circular CVM/SRE**") e com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente vigente ("**Código ANBIMA**"), expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**").

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil sob coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"[ou "**Agente Estabilizador**"]), do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**"[ou "**Agente Estabilizador**"]) e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**"[ou "**Agente Estabilizador**"] e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Itaú BBA, os "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Regulamento do Novo Mercado**" e "**B3**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Itau BBA USA Securities, Inc. e pelo Citigroup Global Markets Inc. (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") em conformidade com o "*Placement Facilitation Agreement*", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("**Contrato de Colocação Internacional**") (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterada ("***Securities Act***") editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"); e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("**Regulamento S**"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, em operações isentas de registro, previstas no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil, em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("**CMN**"), pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, ou da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério [da Companhia / dos Acionistas Vendedores / da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] novas Ações; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 50 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas] ("**Ações Adicionais**").]

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] Ações, das quais (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] novas Ações; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 50 deste Prospecto], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia / pelos Acionistas Vendedores / pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Açõesna B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das Açõesseja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido na página 69 deste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de eventual ocorrência de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos deste Prospecto. O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda por Ações (por volume e preço) coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[1][2][3]	Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4]
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária[5]	[•]	[•]	[•]
Total Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 70 deste Prospecto.
(4) Deduzidas as comissões e sem dedução de outros custos, despesas e tributos da Oferta.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 50 deste Prospecto.

A abertura de capital da Companhia, a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social ("**Estatuto Social**"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, o protocolo do pedido dos registros da Oferta, a listagem da Companhia na B3 e a admissão das ações de sua emissão à negociação no Novo Mercado foram aprovados em [Assembleia Geral Extraordinária] da Companhia realizada em [•] de [•] de 2022, cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**"), sob o nº [•], em [•] de [•] de 2022, e foi publicada no jornal "Valor Econômico" em [•] de [•] de 2022.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCERJA e publicada no jornal "Valor Econômico" na data de divulgação do Anúncio de Início e no DOERJ no dia útil seguinte.

[A realização da Oferta Secundária[(incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar)], bem como seus termos e condições, inclusive com relação à fixação do Preço por Ação, foi aprovada em [•] do [•], realizada em [•] de [•] de 2022, nos termos do seu [regulamento/estatuto social/contrato social].] {ou} [Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária[, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar], a fixação do Preço por Ação e sua justificação.]

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária[, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar], a fixação do Preço por Ação e sua justificação, uma vez que se trata de pessoas físicas.

Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país que não o Brasil.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos em [•] de [•] de 2022.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 23 E 96, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

[Logo dos Coordenadores da Oferta]

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2022.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos a negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **7**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **8**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **11**
Visão Geral 11
Tese Estratégica de Investimento da Qestra 12
Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças 14
Perfil das Nossas Empresas Participantes 14
Empresas Participantes de *Software* de Aplicativo de Negócios 15
Ikhon Tecnologia 15
Plusoft 15
W3K 15
Nexo CS 15
adn.tech 15
THINC. 16
Empresas Participantes de Implementação e Customização de *Software* 16
Grupo SKA 16
A5 Solutions 16
Empresas Participantes de Cibersegurança 16
First Tech 16
Dinamo Networks 16
Empresas Participantes de Infraestrutura & Nuvem 17
GWCloud 17
Tefti 17
Gotobiz (ITSource) 17
Empresas Participantes de Serviços de TI 17
Doc Security 17
Pluris Mídia 18
bLive 18
Empresas Participantes de Serviços Baseados em Software 18
Klassmatt (Integra) 18
BTB Soluções 18
Eventos Recentes 19
Desdobramento das Ações da Companhia 19
Principais Fatores de Riscos da Companhia 19
SUMÁRIO DA OFERTA **24**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **42**
Composição do Capital Social da Companhia 42
Principais Acionistas, Acionistas Vendedores e Administradores 43
Acionistas Vendedores 50
Quantidade, montante e recursos líquidos 59
Descrição da Oferta 66
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3 67
Aprovações Societárias 68
Instituições Participantes da Oferta 68
Preço por Ação 69
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 70
Custos de Distribuição 70
Estabilização do Preço das Ações 72
Características das Ações 73

Público Alvo da Oferta 74
Procedimento da Oferta 74
Oferta Não Institucional 75
Oferta Institucional 83
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta 84
Prazo de Distribuição 85
Liquidação 86
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 86
Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional 87
Violações de Normas de Conduta 87
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) 88
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 89
Cronograma Tentativo Estimado da Oferta 90
Inadequação da Oferta 91
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta 91
Companhia 92
Coordenadores Da Oferta 92
Instituições Consorciadas 92
Informações Adicionais 92
Instituições Consorciadas 94
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 96
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA 106
Coordenador Líder 106
Itaú BBA 107
Citi 109
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA 112
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 112
Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA 113
Relacionamento entre a Companhia e o Citi 114
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 116
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 116
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA 116
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi 117
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES INDEPENDENTES 118
Declarações de Veracidade das Informações 119
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 120
CAPITALIZAÇÃO 123
DILUIÇÃO 124
ANEXOS 127
ANEXO A ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 129
ANEXO B ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022 173
ANEXO C MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL 181
ANEXO D MINUTA DA DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 187
ANEXO E MINUTA DA DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 191

ANEXO F MINUTA DA DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 197
ANEXO G DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019 203
ANEXO H DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS HISTÓRICAS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES, RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019 229
ANEXO I INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA DA COMPANHIA, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 1063
ANEXO J FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 1077

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Qestra” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 24 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionistas Controladores	Acionistas da Companhia signatários do acordo de acionistas da Companhia, conforme descrito no item 15.5 do Formulário de Referência da Companhia, na página 1430 deste Prospeto, quais sejam: [Siegfried Koelln, Pedro Augusto de Carvalho Ribeiro, Juan Hilario Raimondi, Julian Eduardo Raimondi, Guilherme Corrêa Porto, Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo, Solemar Batista de Andrade, Bruno Reis de Arruda Alves, João Cox Neto, Ney Prado Junior, César Balarine Cavalheiro Leite, Marcelo Gomes Conde, Guilherme Antonelli Carvalho de Souza, Bruno Lassalla Gomes, Maurício Pires da Cruz, Luis Carlos Crem, Nelson Jawetz, Carlos Eduardo Albo Py, Luis Felipe Carlomagno Carchedi, Evandro José Lacerda Felippe, Alexsandro Von Burg Brubacher, Ricardo Alejandro Donner, Fabio Araujo Teixeira, André Marcel Migliorelli, Bension Waksman, Fabrício Buzzatti Santos, Flávio Fava Ditt, Flávio Nogueira Fernandes, Leandro de Sá Del Debbio, Ricardo José Galvão Alves, Fabiano Carvalho, Alexandre Magno dos Santos E Braga, Atiá Xavier da Costa Braga, Luciano Jose do Rego Barbosa, Elias Dahia Junior, Tiago Wolfarth, Daniel Klafke, Igor Klafke, Jonatas Bloss, Marcelo Arkader Skaba, Roberto de Oliveira Xavier Junior, Paulo Lerner Froimtchuk, Pedro Carneiro dos Santos, Alan Rubinsztejn, Tuli Lerner de Berredo, Frederico Ruzany, Carlos Manoel Mendonça de Araujo, Vitor Froimtchuk, Sandra Regina Holanda Mariano, Assen Zalfa Junior, Paulo Ernesto Kleinberger, Ricardo Real, Luiz Augusto Índio da Costa, Miguel José Froimtchuk, Sergey Korotkov, Sergio Rego Monteiro Filho, Miriam Fernanda dos Santos, Poline Canazio Hervet, Pedro Henrique França Tavares, Henrique Ferrari, Gabriel Gesteira de Faria Alves, Reges Antonio Bronzatti, Luciano Rodrigo Rocha, Ana Cristina Pochmann Mairesse, Adalberto Barbosa da Costa Lobato, Cleber Gomes da Costa, Diego Neves Machado, Felipe Augusto Silva Lambert, João Paulo Rodrigues Oliveira, Luiz Henrique Santiago Madeira Campos, Renato de Mattos Neto, Celso Luiz Carvalho de Souza, Enilton Antônio do Nascimento Júnior, Marco Antônio Zanini, Ronaldo Eschiezaro, Gustavo Eduardo Assunção da Silveira, Marcelo Pallota Abreu dos Santos, Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Guy Perelmuter, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado, Antônia da Rocha Miranda Prado e Eduardo Arroxellas Villela e Orion Ventures Participações Eireli, Klasint Participações Ltda., Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II, FJJ Investimentos e Participações Ltda., INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli, GAA Thinc LLC, BG Consultoria e Participações Eireli, JFMJ Investimentos e Participações Ltda., Murbser 16 Participações Ltda., Vport Participações Ltda.- ME, Astyanax -

Representação Comercial e Consultoria Ltda., Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda., FLM Participações Eireli, Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli, SLT Blessed Participações S.A., Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda. e F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda., considerados em conjunto.]

Acionistas Vendedores — Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas e Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, considerados em conjunto.

Acionistas Vendedores Pessoas Físicas — [Siegfried Koelln, Pedro Augusto de Carvalho Ribeiro, Juan Hilario Raimondi, Julian Eduardo Raimondi, Guilherme Corrêa Porto, Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo, Solemar Batista de Andrade, Bruno Reis de Arruda Alves, João Cox Neto, Ney Prado Junior, César Balarine Cavalheiro Leite, Marcelo Gomes Conde, Guilherme Antonelli Carvalho de Souza, Bruno Lassalla Gomes, Maurício Pires da Cruz, Luis Carlos Crem, Nelson Jawetz, Carlos Eduardo Albo Py, Luis Felipe Carlomagno Carchedi, Evandro José Lacerda Felippe, Alexsandro Von Burg Brubacher, Ricardo Alejandro Donner, Fabio Araujo Teixeira, André Marcel Migliorelli, Bension Waksman, Fabrício Buzzatti Santos, Flávio Fava Ditt, Flávio Nogueira Fernandes, Leandro de Sá Del Debbio, Ricardo José Galvão Alves, Fabiano Carvalho, Alexandre Magno dos Santos E Braga, Atiá Xavier da Costa Braga, Luciano Jose do Rego Barbosa, Elias Dahia Junior, Tiago Wolfarth, Daniel Klafke, Igor Klafke, Jonatas Bloss, Marcelo Arkader Skaba, Roberto de Oliveira Xavier Junior, Paulo Lerner Froimtchuk, Pedro Carneiro dos Santos, Alan Rubinsztejn, Tuli Lerner de Berredo, Frederico Ruzany, Carlos Manoel Mendonça de Araujo, Vitor Froimtchuk, Sandra Regina Holanda Mariano, Assen Zalfa Junior, Paulo Ernesto Kleinberger, Ricardo Real, Luiz Augusto Índio da Costa, Miguel José Froimtchuk, Sergey Korotkov, Sergio Rego Monteiro Filho, Miriam Fernanda dos Santos, Poline Canazio Hervet, Pedro Henrique França Tavares, Henrique Ferrari, Gabriel Gesteira de Faria Alves, Reges Antonio Bronzatti, Luciano Rodrigo Rocha, Ana Cristina Pochmann Mairesse, Adalberto Barbosa da Costa Lobato, Cleber Gomes da Costa, Diego Neves Machado, Felipe Augusto Silva Lambert, João Paulo Rodrigues Oliveira, Luiz Henrique Santiago Madeira Campos, Renato de Mattos Neto, Celso Luiz Carvalho de Souza, Enilton Antônio do Nascimento Júnior, Marco Antônio Zanini, Ronaldo Eschiezaro, Gustavo Eduardo Assunção da Silveira, Marcelo Pallota Abreu dos Santos, Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Guy Perelmuter, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado, Antônia da Rocha Miranda Prado e Eduardo Arroxellas Villela, considerados em conjunto.]

Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas	[Orion Ventures Participações Eireli, Klasint Participações Ltda., Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II, FJJ Investimentos e Participações Ltda., INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli, GAA Thinc LLC, BG Consultoria e Participações Eireli, JFMJ Investimentos e Participações Ltda., Murbser 16 Participações Ltda., Vport Participações Ltda. - ME, Astyanax - Representação Comercial e Consultoria Ltda., Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda., FLM Participações Eireli, Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli, SLT Blessed Participações S.A., Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda. e F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda., considerados em conjunto]
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros da Administração.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Grant Thornton Auditores Independentes.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou Qestra	Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, de caráter não permanente[, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado].

Consolidação	A Companhia, sociedade *holding* pura, destinada à consolidação de empresas participantes do mercado brasileiro de *softwares* e de serviços de tecnologia da informação, realizou em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, consolidações de determinadas empresas do referido mercado, em um processo liderado pela Gulf Gestão de Recursos Ltda., na primeira data como acionista da Qestra, e na segunda como representante dos acionistas controladores da Companhia. Em referido processo, conhecido como *roll-up,* os acionistas das empresas alvo tornaram-se acionistas da Companhia ao integralizar, com suas respectivas participações societárias, os aumentos de capital da Companhia nas respectivas datas. Ainda, a Consolidação realizada pela Companhia, e por conseguinte, a aquisição do controle societário das Empresas Participantes pela Companhia estão condicionadas à realização de determinados eventos de liquidez (dentre os quais, a Oferta), conforme descrito no item 15.6 do Formulário de Referência, na página 1439 deste Prospecto.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderirá às praticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor no dia útili seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
	Estado
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Empresas Participantes	As seguintes entidades a serem consolidadas, no âmbito da Consolidação, pela Companhia: (i) First Tech Tecnologia Ltda.; (ii) Pluris Mídia Ltda.; (iii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda. (em conjunto, “Grupo SKA”); (iv) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (v) Plusoft Informática S.A.; (vi) Nexo CS Informática S.A.; (vii) Integra Consultoria S.A.; (viii) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (ix) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (x) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (xi) Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.; (xii) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda.; (xiii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.;(xiv) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (xv) TEFTI Armazém Logística Ltda.; (xvi) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A.; e (xvii) BTB Inc.

Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativos a títulos e valores mobiliários incidentes sobre o câmbio.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	*Preliminary International Offering Memorandum* e o *Final International Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.

Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Rule 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução da CVM nº 13, de 19 de novembro de 2021.
Resolução CVM 27	Resolução da CVM nº 27, de 09 de abril de 2021.
Resolução CVM 30	Resolução da CVM nº 30, de 12 de maio de 2021.
Resolução CVM 35	Resolução da CVM nº 35, de 27 de maio de 2021.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.072.786/0001-46, com seus atos constitutivos registrados na JUCERJA sob o NIRE 33.3.0032128-4.
Registro na CVM	Em fase de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a CVM.
Sede	Localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Barra da Tijuca, bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Barra da Tijuca, bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Eduardo Arroxellas Villela. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é + 55 (21) 3433-5050 e o seu endereço eletrônico é ri@qestra.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A..
Auditores Independentes	Grant Thornton Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início, sujeito à realização da Oferta.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no jornal "Valor Econômico".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	www.qestra.com.br/ri As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, aos Acionistas Vendedores, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 92 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 23 e 96, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Tais estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que a Companhia dispõe atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- efeitos econômicos, financeiros, políticos e relacionados à saúde decorrentes da atual pandemia da COVID-19, ou outras pandemias, epidemias ou crises semelhantes, bem como as respostas e reações governamentais a tais eventos, em especial na medida em que tais fatores impactem o Brasil e o comportamento dos consumidores e continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, que podem intensificar os impactos de outros riscos descritos na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 1106 deste Prospecto, e nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 23 e 96, respectivamente, deste Prospecto;

- condições gerais econômicas, políticas e comerciais, tanto no Brasil quanto no exterior, incluindo, com relação ao Brasil, desenvolvimentos recentes e a percepção de riscos em relação a corrupção e outras investigações e relações cada vez mais conflituosas envolvendo o governo do Presidente Jair Bolsonaro, bem como as políticas e potenciais alterações a serem implementadas para endereçar tais questões, incluindo reformas econômicas e fiscais, seja ou não em resposta aos efeitos da pandemia da COVID-19, as quais podem afetar adversamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;

- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças imediatas ou de longo prazo no comportamento dos clientes da Companhia em razão da pandemia da COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta, ou buscando amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- alteração substancial no comportamento dos clientes da Companhia em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;

- capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de expansão, seja por aquisições ou organicamente;

- rebaixamento na classificação de risco de crédito do Brasil ou da Companhia;

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil ou outros mercados em que a Companhia atue;

- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades em relação a essas leis e regulamentos;

- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, (os quais apresentaram volatilidade significativa nos últimos doze meses) nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;

- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de serviços da Companhia;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;

- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;

- dificuldades no relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- eventual aumento do endividamento da Companhia e/ou incapacidade de contratar novos financiamentos e executar o seu plano de expansão;

- efeitos de eventual reforma tributária; e

- outros fatores de riscos eventualmente não vislumbrados pela Companhia e aqueles apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 96 e 23, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, a partir da página 1106 deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação

e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Este Sumário contém um resumo das nossas atividades e das nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 1023 deste Prospecto. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas na seção "Considerações Sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro" e nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto, nas páginas 8 e 23, respectivamente, deste Prospecto, bem como nas seções "4.1 Fatores de Risco" e "4.2. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, nas páginas 1106 e 1142 deste Prospecto, respectivamente, deste Prospecto, bem como as nossas demonstrações financeiras, informações financeiras consolidadas *pro forma* e as demonstrações financeiras históricas das Empresas Participantes e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir das páginas 203, 1011 e 229, respectivamente. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Ações.

Visão Geral

Nós somos uma plataforma de criação de valor concebida e desenhada para alavancar e levar empresas *B2B*[1] de *Software* e *Tech-Enabled Services*[2] a um outro nível de performance, governança e acesso a capital, buscando permitir o aumento de sua penetração de mercado via crescimento orgânico e inorgânico, e a melhora da sua rentabilidade. Nesta data, a Qestra é composta por participações em 18 empresas no contexto da Consolidação, conforme definida no item 15.6 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1439, e que tem como principais atributos serem todas rentáveis, com crescimento significativo, com receita majoritariamente recorrente[3], com modelo de negócios comprovados, resilientes e referência em seus respectivos mercados de atuação ("Empresas Participantes"). Através dessas Empresas Participantes, estamos presentes em todas as regiões do país, em países da América Latina, e possuímos clientes em 14 verticais de indústria ou processo, dentre elas: Indústria 4.0, *Customer Experience* (CX), Cibersegurança, Gestão de Documentos, Atendimento ao Cliente, Meios de Pagamento, Gestão de Infra de TI & Serviços em Nuvem, Gestão de Dados Mestres, Logística, *ERP*[4], Gestão de Serviços de Telecom, Gestão de Frotas e *HR Tech*.

As Empresas Participantes foram selecionadas a partir do nosso elaborado processo de seleção, avaliação e aquisição. As Emprestas Participantes englobam as seguintes áreas: (i) *Software* de Aplicativo de Negócios, (ii) Implementação e Customização de *Software*, (iii) Cibersegurança, (iv) Infraestrutura & Nuvem, (v) Serviços de TI e (vi) Serviços Baseados em *Software*. As Empresas Participantes são lideradas por empreendedores experientes no mercado de tecnologia, que possuem, em média, 22 anos de atuação no setor. Os empresários estão comprometidos com o longo prazo e alinhados com o crescimento e a busca da perpetuidade dos seus negócios. O compromisso dos empresários com as suas respectivas Empresas Participantes é de permanecerem como gestores por pelo menos 5 anos a partir da data do Evento de Liquidez, conforme detalhado no item 15.8 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1447.

Fonte: Companhia

Em 2021, após a Consolidação e com base nas informações financeiras *pro forma* das Empresas Participantes referentes ao período de um ano entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, apresentamos os resultados de nossa recente história, os quais entendemos representar indicativos de um potencial crescimento substancial da Qestra. Com mais de 4.600 clientes, atingimos uma receita de R$ 758 milhões em 2021 (*pro forma*). Destaca-se também que cerca de 72% das receitas *pro forma* foram recorrentes, reforçando a constância e equilíbrio que nossos negócios proporcionam. Por fim, registramos um EBITDA (*pro forma*) de R$ 210 milhões e uma margem EBITDA (*pro forma*) de 30% em 2021, conforme informado no item 3.9 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1102.

[1] *B2B* (*Business-to-Business*) é um modelo de negócios em que uma empresa vende para outras empresas.
[2] Serviços Habilitados para Tecnologia.
[3] Transações realizadas em períodos pré-determinados e de forma contínua por um mesmo cliente para o uso de um serviço ou entrega de uma solução.
[4] Sigla para *Enterprise Resource Planning*, ERP é um sistema de gestão que permite um acesso fácil, integrado e seguro aos dados de uma empresa.

Fonte: Companhia[5]

Tese Estratégica de Investimento da Qestra

a) Identificando a Oportunidade

Segundo o relatório anual da Associação Brasileira das Empresas de *Software* (ABES)[6], o mercado brasileiro de *Software* e Serviços de TI é um dos maiores do mundo, registrando uma receita anual total de US$ 22,9 bilhões[7] em 2020, que o coloca na nona posição do *ranking* mundial. Entretanto, o mercado é altamente fragmentando, com mais de 24 mil companhias no mesmo período. Analogamente, das 6.454 empresas que atuam no desenvolvimento e produção de *software* em 2020, aproximadamente 95% delas são consideradas micro ou pequenas empresas, ou seja, aquelas com menos de 100 funcionários. Por consequência, a oportunidade de consolidação das empresas de *Software* e Serviços de TI no Brasil em diversas verticais é relevante.

Fonte: ABES, 2021

b) Nossa estratégia de consolidação e criação de valor

Possuímos uma estratégia para a consolidação de mercado, estimulando o crescimento e criação de valor para as empresas que consolidamos e para aquelas que vierem a ser adquiridas. Parte da nossa estratégia é buscar pelas empresas especialistas em suas verticais. Olhamos também para empresas com crescimento constante, com receitas recorrentes um modelo de negócio comprovado, boa reputação e empreendedores comprometidos no longo prazo. Conjuntamente, é fundamental que elas estejam alinhadas com a nossa estratégia de penetração de mercado, de trazer novas competências e novas verticais, e aumentar a fidelização dos seus clientes. As empresas alvo de aquisição são geradores de caixa e preferencialmente possuem receita bruta entre R$ 30 milhões a R$ 100 milhões.

A nossa estratégia de *M&A* busca garantir flexibilidade e eficiência, visto que faremos aquisições sem foco em integração das Empresas Participantes seja dos seus produtos ou de *back-end* [8], ou seja, sem impactar ou sobrecarregar as nossas demais atividades da plataforma. Isso nos permite ter um foco maior na criação de valor em cada empresa, na disseminação de boas práticas entre elas e na busca de possíveis sinergias, como também em manter os fundadores/empresários alinhados no longo prazo.

Após o investimento, impulsionamos o crescimento orgânico das Empresas Participantes por meio de um planejamento focado na otimização dos seus resultados, alinhado com a nossa visão e estratégia que, por sua vez, atua como responsável por orientar o cumprimento desses planos. Inclusive, acreditamos que a capacidade de executar *M&A's* complementares, alinhada com o crescimento

[5] Números financeiros não incluem a companhia BTB Inc.
[6] Mercado Brasileiro de *Software*: panorama e tendências, 2021.
[7] Mercado interno apenas, excluindo exportações.
[8] Parte da programação direcionada ao funcionamento interno de um *software*.

orgânico e a otimização operacional, nos ajudarão a atingir uma maior participação de mercado, podendo acarretar potencial aumento da lucratividade. Como resultado dessa estratégia, esperamos conseguir gerar valor para os *stakeholders*[9] da Qestra.

Fonte: Companhia

c) Como Transformamos as Empresas Participantes

Nosso percurso de transformação das Empresas Participantes ocorre a partir de diversas frentes, começando com o crescimento orgânico, onde procuramos disseminar as melhores práticas e orquestrar sinergias e o *cross-sell*[10], potencialmente melhorando a lucratividade das Empresas Participantes. Para fins desse crescimento, também provemos uma estrutura de financiamento para P&D[11] e novos produtos, através da troca de conhecimento entre todas as nossas Empresas Participantes, além de otimizar o *marketing*, com equipes de apoio para as Empresas Participantes, conforme descrito no item 7.3 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1188.

No tocante ao crescimento inorgânico, fruímos de um grupo qualificado de empresários que atuam proativamente no mapeamento, na seleção, e na aquisição dos alvos selecionados, possibilitando-nos acelerar seu crescimento. Com um enfoque em aquisições estratégicas, de crescimento significativo e de diferentes tamanhos, incorporaremos conhecimento tecnológico, novos produtos e serviços ao portfólio para incrementar receitas e fidelizar nossos clientes.

Trabalhamos em conjunto com nossas empresas para buscar otimizar a lucratividade ao aproveitar a escala da plataforma para melhorar a estrutura de despesas e capturar possíveis sinergias. Por fim, as empresas se deparam com uma governança caracterizada por gestão profissional e conselheiros independentes com experiência comprovada, e uma retenção de talentos importante, apoiada por programas de planejamento administrativo e manutenção de executivos. Para informações adicionais sobre manutenção de executivos, vide o item 15.8 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1447.

Fonte: Companhia

[9] Indivíduos e organizações que possuem interesse e/ou são impactados pelas ações da Qestra.
[10] Estratégia que foca em oferecer ao cliente produtos ou serviços que complementam os que já foram adquiridos (ou que estão em vias de ser adquirido).
[11] Siga para "Pesquisa e Desenvolvimento".

d) Parcerias Duradouras com Alinhamento de Interesses

Acreditamos que a criação de valor para os *stakeholders* é uma das principais receitas para o sucesso e consolidação da estratégia da Qestra. Por conseguinte, com o intuito de assegurar que as pessoas-chave das Empresas Participantes estejam cativadas e engajadas, desenvolvemos um modelo de alinhamento de interesses que acreditamos ser bastante eficaz.

Por exemplo, todos os empresários das Empresas Participantes tornaram-se sócios da Companhia, por meio da integralização de parcela substancial da participação societária das suas respectivas Empresas Participantes no capital social da Companhia, ao mesmo tempo que ainda continuam a deter participações minoritárias em suas respectivas Empresas Participantes (mantendo por, no mínimo, 5 anos de participação relevante em suas empresas, com 20% a 40% de seu capital, e com opção de saída apenas após esse período, conforme detalhado no item 15.8 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1447). Após 3 anos da realização do Evento de Liquidez, será promovida uma revisão das participações de cada empresário das Empresas Participantes do capital da Companhia (aplicável somente aos sócios das empresas investidas anteriormente ao Evento de Liquidez), com base em suas efetivas performances no período.

Visando atrair e reter os melhores profissionais e os aprimorar, pretendemos ofertar cursos de treinamento em liderança e desenvolvimento profissional e disponibilizamos acesso a consultores e líderes de pensamento. Buscamos também oferecer uma remuneração competitiva e pacotes de benefícios, ambos adequados aos padrões de mercado. Por fim, buscamos proporcionar um ambiente de trabalho desafiador, mas construtivo, fomentando o desenvolvimento profissional e perspectivas de crescimento.

e) Estratégia para Otimizar as Sinergias entre as Empresas

Sinergias Comerciais: Com as consolidações, a Qestra tem a expectativa de promover *cross-sell* e referenciamento entre a base de clientes das nossas empresas para aumentar a venda de produtos e serviços e a relação LTV/CAC[12]. A complementariedade dos produtos e serviços entre as empresas permite o oferecimento de soluções mais completas, potencialmente aumentando a fidelidade e a lucratividade por cliente.

Sinergias Operacionais: Os ganhos de escala através de melhorias de *back-office* e o aumento de eficiência operacional que são esperados pela Qestra, se concretizados, possibilitarão uma potencial redução de custos e aumento dos níveis de controle.

Sinergias de Pessoas: Buscamos adotar uma estratégia de atração, capacitação, realocação e retenção de talentos, visando trazer resultados práticos e motivar nossos profissionais.

Sinergias de *M&A*: A centralização das diligências legais e contábeis nas aquisições a serem realizadas permite maior disciplina e padronização de procedimentos necessários para agilizar os processos e mitigar riscos.

Sinergias Tecnológicas: Por meio da otimização de pesquisas e desenvolvimento de sistemas entre as nossas empresas, visamos eliminar duplicidades de trabalho e implementar soluções mais eficientes e de alta performance, o que potencialmente reduz custos e investimentos. Também buscamos desenvolver um modelo de *Customer Success*[13], que permitirá que nossas empresas possam promover resultados mais satisfatórios para seus clientes.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada ou não. Para mais informações vide itens "4.1 Descrição dos Fatores de Risco" e "4.2 Descrição dos Principais Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1106.

Perfil das Nossas Empresas Participantes

Na Qestra, temos empresas especialistas em diferentes verticais dentro de cada um dos segmentos tecnológicos de atuação escolhidos. Abaixo trazemos uma visão resumida das Empresas Participantes, que englobam 6 segmentos tecnológicos, onde apresentamos os dados mais recentes de cada uma delas:

Fonte: Companhia

[12] "LTV" representa *Lifetime Value* enquanto "CAC" significa o Custo de Aquisição de Clientes.

[13] *Customer Success* (sucesso do cliente) é um método para garantir que os clientes alcancem os seus resultados desejados ao usar um produto ou serviço de uma organização.

Empresas Participantes de *Software* de Aplicativo de Negócios

Ikhon Tecnologia

A Ikhon Tecnologia atua na gestão tecnológica de documentos no Brasil, disponibilizando SaaS para gerenciamento de documentos eletrônicos, gerenciamento de cidades e armazenamento de documentos. Atualmente, com um quadro de 128 funcionários e com sua base de 49 clientes que engloba empresas de destaque nacionais, como a Petrobras, Energisa, BRB e Multiplan, a empresa oferece os seguintes produtos e serviços: Próton (*software* de gerenciamento de documentos), Sigam (*software* de gestão para licenciamento) e o Portal de Serviços (*software* para gestão de cidades). A Companhia possui 60% de participação societária na Ikhon Tecnologia.

Plusoft

A Plusoft atua no segmento de Customer Experience (CX), tendo conquistado mais de 95 prêmios em gestão de relacionamento. A companhia fornece SaaS na nuvem para experiência do cliente, como CRM, IA, Social Business, Data & Decision Making, entre outros e possuía em 2021, 450 funcionários e 210 clientes, entre eles a Dasa, Banco BMG, Cogna Educação, Unimed, Grupo Boticário e Boehringer-Ingelheim. A Companhia possui 80% de participação societária na Plusoft.

W3K

Atuando no segmento de construção no Brasil, a W3K oferece escalabilidade às empresas por meio de uma plataforma *online* que pode ser configurada ao modelo de negócios dos clientes. Seus produtos abrangem soluções de *software* proprietário para gestão de negócios, gestão de portfólio de projetos e automação de processos. A empresa dispõe de 27 funcionários e trabalha com 86 clientes, entre eles a Suzano, Hapvida, Unilever, Siemens, Klabin e Gerdau. A Companhia possui 70% de participação societária na W3K.

Nexo CS

A Nexo está há mais de 25 anos no mercado desenvolvendo *software* para gestão de saúde e segurança ocupacional no trabalho para SESMT[14] corporativo. A companhia oferece dois principais *softwares*: o Nexo EHS, *software* que possui módulos de gestão para Controle de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho, Gestão Previdenciária, eSocial e Meio Ambiente, e o Risk Prevention Nexo, um *software* de controle preventivo de riscos em empresas. Com 44 funcionários, destaca-se a sua base de 118 clientes, composta pelas 3 maiores empresas do segmento automotivo, as 3 maiores do segmento elétrico e uma das maiores do setor sucroalcoleiro do Brasil. A Companhia possui 80% de participação societária na Nexo CS.

adn.tech

A adn.tech atua na criação de soluções de sistema de gestão para empresas de serviços e é especialista no segmento de concessões rodoviárias, mobilidade urbana e marketing/publicidade. A adn.tech, junto com seus mais de 50 funcionários, oferece um ERP voltado para o segmento de serviços corporativos, bem como soluções para gestão de cobrança e faturamento de serviços digitais. Entre os produtos, a companhia disponibiliza o adn.net (*software* de ERP), o adn.billing (ERP para a gestão de arrecadação) e o adn.ams (sustentação de sistemas) para uma carteira de mais de 80 clientes. A Companhia possui 80% de participação societária na adn.tech.

[14] Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.

THINC.

A THINC fornece análises de gestão de frotas usando *Big Data* e Inteligência Artificial para reduzir custos e aumentar a eficiência. Ela disponibiliza produtos e serviços de rastreamento (localização em tempo real), gestão de combustível (gestão orçamentária e liberação automática de créditos de gás) e manutenção e instalação. A companhia conta com 58 funcionários e trabalha com 16 clientes, entre eles a Oi, a Vale e a Supergasbrás. A Companhia possui 78,70% de participação societária na THINC.

Empresas Participantes de Implementação e Customização de *Software*

Grupo SKA

Composto por empresas de tecnologia e serviços para indústrias, o Grupo SKA traz soluções para projeto/*design* e engenharia de manufatura, com foco em transformação digital e implementação da Indústria 4.0. O Grupo SKA conta, atualmente, com 330 funcionários, possui um extenso portfólio com 3.308 clientes, que engloba empresas como a Ambev, Embraer, Weg, Honda, Marcopolo e Tramontina, e oferece diversos produtos e serviços, como as licenças de 9 *softwares* (Solidworks, Edgecam, Lantek, 3D Experience, WorkNC, Altium, Syneco, HP, Markforged), incluindo a instalação, customização e treinamento do produto. A Companhia possui 80% de participação societária no Grupo SKA.

A5 Solutions

A A5 Solutions oferece soluções de comunicação para o relacionamento com clientes, abarcando as seguintes vertentes: Soluções de experiência do cliente, Comunicações Unificadas e *Software* de Segurança, Serviços em Nuvem, Serviços Gerenciados. Com o objetivo de ajudar empresas a escolher e utilizar a melhor tecnologia para o seu negócio, a A5 Solutions, conta com 157 funcionários e uma base extensa de 146 clientes, entre eles o Banco do Brasil, a Oi, a Dasa e a Icatu. Ademais, a companhia é uma das parceiras no âmbito de oferecimento de serviços de quatro das maiores empresas brasileiras de tecnologia (Avaya, Nice, LivePerson e Nuance). A Companhia possui 80% de participação societária na A5 Solutions.

Empresas Participantes de Cibersegurança

First Tech

A First é uma empresa de cibersegurança que implementa projetos de segurança digital e infraestrutura de colaboração. Atualmente, conta com 75 funcionários à disposição e oferece segurança de transação e de pagamento, segurança digital e proteção de dados. Responsável por equipamentos que processam mais de 80% das transações das maiores adquirentes e bancos, de uma base com 77 clientes. A Companhia possui 75% de participação societária na First Tech.

Dinamo Networks

A Dinamo opera no fornecimento de soluções para o segmento financeiro no Brasil, providenciado soluções de segurança e criptografia de identidade digital. Ela possui uma plataforma centralizada para armazenamento de chaves e certificados digitais e providencia um processamento criptográfico de dados e comunicação para o PIX. Contando com 38 funcionários, a Dinamo auxilia 51 clientes, incluindo o Banco Central. A Companhia possui 80% de participação societária na Dinamo Networks.

Empresas Participantes de Infraestrutura & Nuvem

GWCloud

Atuando no segmento de nuvem profissional no Brasil, a GWCloud entrega soluções de gerenciamento multinuvem. Seus principais produtos e serviços são o Jamcracker, uma plataforma de gerenciamento e entrega em nuvem de vários níveis e com vários inquilinos, e o Cloudbolt, uma outra plataforma de gerenciamento de nuvem, mas que unifica a TI privada e a nuvem pública. Atualmente, a companhia possui 97 funcionários e trabalha com 9 clientes, incluindo o SEBRAE, Vivo, Dasa e RNP. A companhia possui 80% de participação societária na GWCloud.

Tefti

A Tefti atua na prestação de serviço completo para o setor de meios de pagamento com uso intensivo de ferramentas tecnológicas. A empresa oferece assistência técnica especializada em equipamentos de clientes, recuperação de terminais mortos e reparo de equipamentos POS, PIN Pad e mPOS para fabricantes como Newland, Ingenico e outros. A companhia emprega atualmente 112 funcionários e possui 19 clientes, entre eles a Getnet, PagSeguro, Vero, PayGo, Stone, Sumup e Acqio. A Companhia possui 80% de participação societária na Tefti.

Gotobiz (ITSource)

A Gotobiz promove transformação digital de negócios, infraestrutura gerenciada e serviços em nuvem para o mercado corporativo. Mais especificamente, ela oferece gestão de serviços para controle de processos em formato digital, soluções para engajar e motivar profissionais, e soluções de administração de infraestrutura e restauração de dados para nuvem. Atualmente, conta com 162 funcionários, atua principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil, e dispõe de um portfólio com 52 clientes. A Companhia possui 80% de participação societária na Gotobiz.

Empresas Participantes de Serviços de TI

Doc Security

A Doc Security atua na gestão tecnológica de documentos no Brasil, oferecendo soluções de transformação digital por meio de *software*, assessoria e *BPO*[15] em gestão eletrônica de documentos. Ela fornece consultoria para entidades públicas, tendo 37 funcionários e 9 clientes, incluindo as Prefeituras de Cuiabá, Manaus e Tocantins. A Companhia possui 60% de participação societária na Doc Security.

[15] Sigla para *Business Process Outsourcing* (Terceirização de Processos de Negócios).

Pluris Mídia

A Pluris oferece um modelo de *BPO*[16] de relacionamento *full-service* especializado na experiência do cliente, com foco na otimização de processos e no alto nível de satisfação do cliente. Ela possibilita um atendimento diferenciado ao cliente ao utilizar inteligência artificial, bots[17], RPA[18] e URA[19] como soluções de autoatendimento, somado ao novo modelo de relacionamento 4.0. A empresa também fornece uma gestão de inovação para pós-venda, SAC e demais canais. A Pluris conta atualmente com 1.100 funcionários, 44 nomes em seu portfólio de clientes, sendo reconhecida como o Contact Center do Ano em Médias e Pequenas Operações no XX Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, além de conquistar mais de 10 prêmios da CONAREC, incluindo nas categorias SAC, Atendimento Digital e Vendas receptivas no ano de 2021. A Companhia possui 80% de participação societária na Pluris Mídia.

bLive

A bLive tem como objetivo construir um ecossistema de empresas que trabalham juntas e são reconhecidas como "*one stop shop*" no que diz respeito à tecnologia aplicada à logística. Para isso, a companhia atua no desenvolvimento, implementação e suporte de soluções tecnológicas aplicáveis à logística e cadeia de suprimentos, tendo a sua disposição, 49 funcionários. Ademais, a bLive oferece os seguintes produtos e serviços: YMS (Sistema de Gerenciamento de Pátio), IFD (Documentação de Fatura e Frete), SCM (Gestão do Ciclo de Estoque), Smart Cargas (leilão de fretes), DM (gerenciamento de entrega). Por fim, os seus principais clientes são a Ambev e a Unilever, duas companhias globalmente reconhecidas. A Companhia possui 80% de participação societária na bLive.

Empresas Participantes de Serviços Baseados em Software

Klassmatt (Integra)

Há mais de 22 anos oferecendo soluções de saneamento e governança de dados mestres, a Integra oferece SaaS para gestão e governança de registros (materiais, serviços, fornecedores, clientes) através do *software* da Klassmatt. Além de dispor atualmente de 180 funcionários, a companhia possui 100 clientes espalhados em 32 países, incluindo empresas de grande relevância, como a GM, Vale, Petrobras, Bradesco, EDP e Yamana Gold. A Companhia possui 80% de participação societária na Klassmatt.

BTB Soluções

Atuando em serviços de gestão de TI e Telecom como um dos principais provedores de soluções de Telecom do Brasil, a BTB fornece soluções de *Business Intelligence*[20] e gerenciamento de nível de serviço em Telecom por meio de um *software* proprietário. A companhia conta atualmente com 51 funcionários, sendo o seu principal produto o BTB-m, que consiste em uma plataforma proprietária que gerencia todos os custos de TI e Telecom e oferece melhorias substanciais no nível de serviço e inteligência de negócios. No mesmo período, um total de 86 clientes recorrem a BTB, incluindo nomes destacados como o Burger King, Johnson & Johnson, iFood, BTG Pactual e GlaxoSmithKline. A Companhia possui 80% de participação societária na BTB Soluções.

---

[16] *Business Process Outsourcing* ("Terceirização de Processos de Negócios").
[17] É uma aplicação de *software* concebido para simular ações humanas repetidas vezes de maneira padrão, da mesma forma como faria um robô.
[18] Sigla para Automação Robótica de Processos, que é uma tecnologia de *software* fácil de usar para automatizar tarefas digitais.
[19] Sigla para Unidade de Resposta Audível, que é uma tecnologia que permite que os clientes interajam com o sistema de atendimento das empresas através de uma ligação telefônica.
[20] Consiste na coleta, armazenamento, análise e aplicação de dados que são cruciais na tomada de decisão.

EVENTOS RECENTES

Desdobramento das Ações da Companhia

Demais Acionistas do Grupo de Controle da Companhia:

TRIADE INOVAÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	3,494%
F H SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES E FOMENTO MERCANTIL LTDA.	1,783%
FJJ INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	0,850%
KLASINT PARTICIPAÇÕES LTDA.	0,579%
SLT BLESSED PARTICIPAÇÕES S.A.	0,205%
BG CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI	0,174%
GAA THINC LLC	0,174%
ORION VENTURES PARTICIPAÇÕES EIRELI	0,134%
JPMJ INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	0,101%
FLM PARTICIPAÇÕES EIRELI	0,078%
INK ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTO EIRELI	0,068%
MURBSER 16 PARTICIPAÇÕES LTDA.	0,066%
BAZ CONSULTORIA E ASSESSORIA COMERCIAL LTDA.	0,008%
VPORT PARTICIPAÇÕES LTDA.-ME	0,008%
ASTYANAX - REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E CONSULTORIA LTDA.	0,003%
LIVEMOB SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL LTDA.	0,003%

GUILHERME CORRÊA PORTO	4,227%
FERNANDO ALOYSIO MARIETTO DE SOUZA MACEDO	3,371%
RODRIGO DA ROCHA MIRANDA PRADO	3,150%
ANTÔNIA DA ROCHA MIRANDA PRADO	3,150%
EDUARDO DA ROCHA MIRANDA PRADO	3,150%
RAFAELA DA ROCHA MIRANDA PRADO	3,150%
JULIAN EDUARDO RAIMONDI	2,869%
MARCELO PALLOTA ABREU DOS SANTOS	2,787%
PEDRO AUGUSTO DE CARVALHO RIBEIRO	2,459%
GUSTAVO EDUARDO ASSUNÇÃO DA SILVEIRA	2,438%
RICARDO ALEJANDRO DONNER	1,797%
FABIANO CARVALHO	1,782%
LUIS FELIPE CARLOMAGNO CARCHEDI	1,349%
NELSON JAWETZ	1,349%
ELIAS DAHIA JUNIOR	1,277%
LUCIANO JOSE DO REGO BARBOSA	1,277%

FABRÍCIO BUZZATTI SANTOS	1,149%
FLAVIO FAVA DITT	1,149%
MARCELO ARKADER SKABA	1,000%
NEY PRADO JUNIOR	0,866%
ATIÁ XAVIER DA COSTA BRAGA	0,844%
ANDRÉ MARCEL MIGLIORELLI	0,750%
BENSION WAKSMAN	0,750%
LEANDRO DE SÁ DEL DEBBIO	0,750%
CARLOS EDUARDO ALBO PY	0,733%
SOLEMAR BATISTA DE ANDRADE	0,650%
PAULO LERNER FROIMTCHUK	0,605%
EVANDRO JOSÉ LACERDA	0,516%
ROBERTO DE OLIVEIRA XAVIER JUNIOR	0,501%
MARCELO GOMES CONDE	0,362%
BRUNO REIS DE ARRUDA ALVES	0,347%
PEDRO CARNEIRO DOS SANTOS	0,334%

GUILHERME ANTONELLI CARVALHO DE SOUZA	0,241%
MARCO ANTÔNIO ZANINI	0,236%
REGES ANTONIO BRONZATTI	0,230%
LUIS CARLOS CREM	0,214%
MAURÍCIO PIRES DA CRUZ	0,211%
DANIEL KLAFKE	0,210%
FABIO ARAUJO TEIXEIRA	0,200%
BRUNO LASSALLA GOMES	0,191%
CELSO LUIZ CARVALHO DE SOUZA	0,184%
ENILTON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JUNIOR	0,184%
RONALDO ESCHIEZARO	0,182%
ALAN RUBINSZTEIN	0,137%
FLAVIO NOGUEIRA FERNANDES	0,120%
RICARDO JOSÉ GALVÃO ALVES	0,120%
ALEXSANDRO BRUBACHER	0,107%
TIAGO WOLFARTH	0,084%

DIEGO NEVES MACHADO	0,075%
JOÃO PAULO RODRIGUES OLIVEIRA	0,075%
LUIZ HENRIQUE SANTIAGO MADEIRA CAMPOS	0,075%
RENATO DE MATTOS NETO	0,075%
GUY PERELMUTER	0,071%
TULI LERNER DE BERREDO	0,067%
MIGUEL JOSÉ FROIMTCHUK	0,065%
ADALBERTO BARBOSA DA COSTA LOBATO	0,045%
FELIPE AUGUSTO SILVA LAMBERT	0,045%
PEDRO HENRIQUE FRANÇA TAVARES	0,033%
HENRIQUE FERRARI	0,027%
FREDERICO RUZANY	0,024%
IGOR KLAFKE	0,021%
JONATAS BLOSS	0,021%
SERGEY KORCITKOV	0,021%
SERGIO REGO MONTEIRO FILHO	0,017%

CARLOS MANOEL MENDONÇA DE ARAUJO	0,016%
SANDRA REGINA HOLANDA MARIANO	0,015%
VITOR FROIMTCHUK	0,015%
ASSEN ZALFA JUNIOR	0,011%
PAULO ERNESTO KLEINBERGER	0,011%
LUCIANO RODRIGO ROCHA	0,008%
MIRIAM FERNANDA DOS SANTOS	0,007%
LUIZ AUGUSTO ÍNDIO DA COSTA	0,003%
RICARDO REAL	0,003%
GABRIEL GESTEIRA DE FARIA ALVES	0,002%
ANA CRISTINA POCHMANN MAIRESSE	0,001%
POLINE CANAZIO HERVET	0,001%

Em 21 de fevereiro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o desdobramento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, à razão de 1:1000, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações em que se divide o capital social de 593.360 (quinhentos e noventa e três mil, trezentos e sessenta) para 593.360.000 (quinhentos e noventa e três milhões, trezentos e sessenta mil) ações ordinárias, sendo certo que o desdobramento será operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCOS DA COMPANHIA

As atividades, situação financeira, resultados operacionais e estratégias da Companhia estão sujeitos a diversos fatores de risco. Abaixo estão listados apenas os cinco principais fatores de risco que podem nos afetar de forma adversa e relevante. Para mais informações sobre os fatores de risco listados abaixo e sobre os demais fatores de risco a que a Companhia está exposta, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” a partir da página 96 deste Prospecto, bem como o item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 1106 deste Prospecto.

Os negócios da Companhia resultam da combinação dos resultados de entidades distintas, com operações não integradas, administração e culturas diferentes, o que sujeita a Companhia a riscos relacionados à implementação do seu plano de negócio de crescimento inorgânico por meio de aquisições de empresas do setor de software e serviços de tecnologia.

A Companhia não possui histórico operacional, tendo realizado, em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2021, a Consolidação de 18 empresas de *software* e serviços de tecnologia, conforme definida e detalhada nos itens 15.6 e 15.7 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1439. Portanto, está sujeita a riscos e incertezas associados à implementação do seu plano de negócio de crescimento inorgânico por meio de aquisições de empresas do setor de *software* e serviços de tecnologia. A Companhia não tem por objetivo realizar a integração dos negócios das Empresas Participantes ou daquelas empresas que vierem a ser adquiridas diretamente pela Companhia. A Companhia entende que são altos os riscos decorrentes dos desafios associados à integração das atividades operacionais, tecnológicas ou de controles contábeis e gerenciais das Empresas Participantes e das empresas que vierem a ser adquiridas.

Ou seja, os negócios da Companhia resultarão da combinação de resultados de entidades distintas e recém adquiridas, com operações não integradas, administração e culturas diferentes.

Nesse sentido, em vista de não possuir um histórico operacional, a Companhia está sujeita a todos os riscos e incertezas associadas a qualquer negócio em desenvolvimento, incluindo o risco de não alcançar os seus objetivos de investimento, como por exemplo, não conseguir investir no tempo esperado pelos investidores a totalidade dos recursos captados no Evento de Liquidez, conforme definido no item 15.6 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1439, em empresas cujos valores e objetivos se alinhem no médio e longo prazo com os da Companhia. Caso a Companhia não consiga realizar o alinhamento de médio e longo prazo dos interesses dos gestores das empresas a serem futuramente adquiridas com os interesses de médio e longo prazo da própria Companhia, há risco de perdas para os investidores, pois: (i) os negócios podem precisar realizar a sucessão dos seus gestores em tempo mais curto que o previsto; (ii) pode haver competição entre as empresas da Companhia visto que a administração das Empresas Participantes e das empresas futuramente a ser adquiridas são independentes, e (iii) os administradores das Empresas Participantes e das futuras empresas a serem adquiridas podem não conseguir entregar resultados condizentes com os esperados pela Companhia e precisarem ser substituídos e a Companhia ter dificuldades em realizar a sua sucessão, e o risco de perdas dos potenciais investidores.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar, na qualidade de plataforma consolidadora, de forma satisfatória e adequada, as Empresas Participantes e/ou futuras aquisições, ou que alcançará os resultados esperados em termos de custos, sinergias, entre outros. Como resultado, os negócios da Companhia, suas perspectivas de crescimento, resultados de operações e condições financeiras podem ser material e negativamente afetados.

A principal estratégia da Companhia envolve aquisições de empresas de softwares e de serviços de tecnologia. A Companhia pode não implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento por meio de aquisições, ou ainda, pode não ser capaz de realizar aquisições no momento ou em termos ou preços desejados.

A principal estratégia de negócio da Companhia é o crescimento inorgânico por meio de aquisições de empresas do setor de *software* e serviços de tecnologia para fins de consolidação dos seus resultados, sem realizar a integração dos negócios das Empresas Participantes ou que vieram a ser adquiridas. Não há como garantir as aquisições serão bem sucedidas, o que dependerá, principalmente, da capacidade da Companhia de identificar sociedades ou ativos atraentes para aquisição, negociar preços adequados, manter a qualidade da operação das sociedades ou ativos adquiridos, bem como se aproveitar do compartilhamento do conhecimento tecnológico e operacional com o objetivo de melhorar a margem operacional das empresas adquiridas e promover o seu crescimento para obter o retorno esperado, fatores estes que poderão não ser alcançados pela Companhia com a aquisição das Empresas Participantes e em suas futuras aquisições. Não podemos assegurar que a Companhia implementará com sucesso a estratégia de crescimento inorgânico por meio de consolidação de empresas de *softwares* e de serviços de tecnologia ou ainda, que a atual estratégia de aquisição trará resultados positivos para a Companhia.

Ainda, a quantidade de aquisições realizadas, pela Companhia, até o momento, não deve ser considerada como um indicativo de aquisições futuras e, se a Companhia continuar a crescer por meio de aquisições, talvez não consiga gerenciar o crescimento de maneira eficaz. Caso a Companhia não seja capaz de implementar sua estratégia de negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais, por intermédio das Empresas Participantes, podem ser adversamente afetados, gerando perdas aos seus acionistas e prejudicando sua capacidade de gerar valor no longo prazo.

A negociação de potenciais aquisições ou investimentos, bem como eventuais parcerias entre as sociedades consolidadas ou que vierem a ser consolidadas, poderão resultar em desvio substancial e demandar um esforço considerável dos recursos administrativos da Companhia, das sociedades consolidadas ou que vierem a ser consolidadas, ou poderão não ser bem-sucedidas considerando os termos inicialmente delimitados ou esperados pela Companhia, pelas sociedades consolidadas ou que vierem a ser consolidadas.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por contingências com relação a tais ativos e sociedades que venham a ser por ela adquiridos. Para informações adicionais, vide fator de risco "*A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente nas Empresas Participantes e nas sociedades que vierem a ser adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora".*

A Companhia pode vir a adquirir participações societárias minoritárias ou que não representem a maioria do capital social das sociedades adquiridas e, consequentemente, pode ter sócios majoritários em tais investimentos, com os quais pode enfrentar conflitos ou divergências de ordem econômica, estratégica ou financeira, que poderão eventualmente se concretizar em disputas ou outras ineficiências. Ainda, pode ter conflitos em razão de não possuir influência e/ou participar da implementação da cultura organizacional nas sociedades adquiridas ou que vieram a ser adquiridas.

A Companhia pode não ser capaz de identificar novas oportunidades de negócios que sejam atrativas em razão de condições e preços não aceitáveis ou menos favoráveis, da atuação de seus principais concorrentes (inclusive em decorrência de consolidação no setor) e de restrições regulatórias, entre outros fatores. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir, caso identifique novas oportunidades, que será capaz de aproveitá-las em termos aceitáveis ou acordar os termos para consolidação com tais parceiros. Ainda, alguns dos concorrentes da Companhia podem possuir mais recursos financeiros ou, de outras formas, estar em posição mais vantajosa para adquirir sociedades ou outros ativos estratégicos.

Nesse sentido, os principais riscos relacionados às aquisições incluem:

- Possibilidade de superestimar o preço de aquisição do negócio objeto de aquisição, seja em decorrência de elevada competição por ativos, seja em decorrência de falhas no processo de avaliação dos ativos, sendo que esses negócios podem não oferecer os resultados e sinergias previstos e, portanto, os investimentos podem não oferecer o retorno esperado;
- Passivos e/ou contingências inesperados relacionados aos negócios adquiridos;
- Como sucessora dos negócios dessas instituições objeto de aquisição, ser responsabilizada pelos seus passivos, inclusive aqueles cujos fatos geradores ocorreram antes da transação, assim como pode estar sujeita aos riscos relacionados aos atos dos administradores anteriores e sujeita a se responsabilizar por potenciais passivos dos atos ocorridos antes da transação;
- Celebração de documentos societários nas parcerias estratégicas e aquisições que podem conter termos e condições não compatíveis com os redirecionamentos estratégicos da Companhia, o que pode resultar em eventuais prejuízos futuros relativos às operações das empresas;
- Não monitoramento de toda a extensão de riscos relacionados à aderência das empresas em processo de aquisição ou já adquiridas em relação às regras de integridade corporativa (*compliance*, anticorrupção e outras);
- Perda de funcionários relevantes ou fundadores dos negócios adquiridos que não estejam dispostos a continuar no negócio após uma transação específica;
- Não cumprimento de condições precedentes para fechamento das aquisições pelos vendedores, empresas do mercado alvo ou pela própria Companhia; e
- Identificação de terceiros com quem a Companhia possui relações comerciais que podem não estar dispostos a celebrar acordos em termos comercialmente aceitáveis em relação a uma transação específica.

Adicionalmente, a geração de caixa oriunda de atividades operacionais das Empresas Participantes e/ou das sociedades que vierem a ser adquiridas pela Companhia pode não ser suficiente para suportar os planos de expansão da Companhia, sendo necessário aumento na alavancagem financeira ou que a Companhia, as Empresas Participantes e/ou as sociedades que vierem a ser adquiridas pela Companhia acessem os mercados financeiro e/ou de capitais para financiar o seu crescimento, conforme aplicável. Caso a Companhia, as Empresas Participantes e/ou as sociedades que vierem a ser adquiridas pela Companhia não sejam capazes de obter financiamentos, ou de obtê-los em condições aceitáveis, existe risco de que os planos de negócios e de crescimento inorgânico tenham que ser revisados, afetando adversamente os seus resultados operacionais e as suas condições financeiras, bem como o valor de mercado de ações da Companhia. Ainda, caso o mercado de capitais tenha que ser acessado, poderá acarretar a diluição da participação societária de seus acionistas em seu capital social.

Além disso, tais aquisições poderão gerar ágio, cuja amortização poderá reduzir seu lucro e, consequentemente, reduzir os dividendos a serem distribuídos aos seus acionistas.

Dessa forma, a Companhia pode não conseguir implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento por meio de aquisições, consequentemente causando um efeito adverso para os seus negócios.

As informações financeiras consolidadas pro forma incluídas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1011, são apresentadas apenas para fins ilustrativos e podem não ser indicativas da condição financeira consolidada da Companhia ou dos seus resultados operacionais após a implementação das aquisições. Tais informações financeiras são baseadas em premissas que podem não se provar precisas ou podem não considerar outros fatores que podem afetar a condição financeira e/ou os resultados operacionais da Companhia.

As Informações Financeiras *Pro Forma*, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, contidas nos itens 3.9, 7.9 e 10.9 do Formulário de Referência, nas páginas 1102, 1205 e 1286 deste Prospecto, refletindo no contexto da Consolidação, conforme definida no item 15.6 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1439, as aquisições pela Companhia de diferentes percentuais, conforme apresentados no item 15.4 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1429, de participações societárias nas seguintes sociedades: (i) First Tech Tecnologia Ltda.; (ii) Pluris Mídia Ltda.; (iii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda. (em conjunto, "Grupo SKA"); (iv) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (v) Plusoft Informática S.A.; (vi) Nexo CS Informática S.A.; (vii) Integra Consultoria S.A.; (viii) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (ix) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (x) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (xi) Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.; (xii) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda.; (xiii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.; (xiv) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (xv) TEFTI Armazém Logística Ltda.; e (xvi) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A., sendo que a BTB Inc., sociedade que também faz parte da Consolidação, não foi incluída nas informações financeiras consolidadas *pro forma* ("Empresas Participantes do *Pro Forma*" e "Informações Financeiras *Pro Forma*", respectivamente), são apresentadas apenas para fins ilustrativos, baseadas na soma das rubricas contábeis das Empresas Participantes do *Pro Forma*, auditadas para o mesmo período, e podem não refletir corretamente a condição financeira consolidada da Companhia ou resultados operacionais considerando a Consolidação. A situação financeira atual da Companhia e os resultados operacionais, uma vez que consideram as aquisições das Empresas Participantes do *Pro Forma*, podem não ser consistentes ou evidentes em suas Informações Financeiras *Pro Forma*, as quais são referentes apenas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Além disso, as premissas utilizadas na preparação das Informações Financeiras *Pro Forma* podem não se provar precisas, e outros fatores podem afetar a condição financeira da Companhia ou seus resultados operacionais em decorrência da conclusão das aquisições.

As Informações Financeiras *Pro Forma* são baseadas, em parte, em determinadas hipóteses e premissas da Companhia que podem não se provar precisas, e outros fatores que não foram levados em consideração pela Companhia ou estão fora de seu controle podem afetar condição financeira ou resultados operacionais da Companhia.

Ressalta-se que em linha com os itens 3.9, 7.9 e 10.9 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir das páginas 1102, 1205 e 1286, respectivamente as Informações Financeiras *Pro Forma* foram elaboradas considerando que a Consolidação, e por conseguinte, a aquisição do controle societário das Empresas Participantes pela Companhia, é condicionada à realização de um Evento de Liquidez, conforme detalhado no item 15.6 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1439. Ou seja, antes da ocorrência de um Evento de Liquidez a Companhia não consolida os resultados das Empresas Participantes, por isso suas demonstrações financeiras individuais consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não apresenta os resultados das Empresas Participantes. Nesse sentido as Informações Financeiras *Pro Forma* foram apresentadas exclusivamente para fins informativos e, consequentemente, não devem ser interpretadas como indicativo da demonstração de resultado, não devendo ser interpretadas, portanto, como garantia de performance financeira futura ou de qualquer forma de recomendação de investimento em valores mobiliários envolvendo a Companhia. Dessa forma, a situação financeira e os resultados operacionais futuros da Companhia podem não ser consistentes ou evidentes nas Informações Financeiras *Pro Forma*.

A Companhia está em processo de elaboração da sua Política de Gerenciamento de Riscos e estruturação das áreas de Auditoria Interna e das funções de compliance, controles internos e riscos corporativos, os quais poderão falhar ou virem a não ser suficientes, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre a reputação, operação, situação financeira e cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia constituiu recentemente o seu Comitê de Auditoria, bem como aprovou a criação do seu Código de Conduta e a instalou um Canal de Denúncias, para fins de adequação à listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3, sendo certo que a posse dos membros, vigência e funcionamento, respectivamente, estão condicionados à divulgação do anúncio de início da oferta pública de distribuição primária e secundária das ações ordinárias de emissão da Companhia ou de fato relevante de oferta pública de distribuição primária e secundária com esforços restritos de colocação de ações ordinárias da Companhia. Ainda, a Companhia está em processo de elaboração da sua Política de Gerenciamento de Riscos e estruturação das áreas de Auditoria Interna e das funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos, sendo que a aprovação da referida política e estruturação das áreas e funções mencionadas deverão ser finalizadas em até 12 (doze) meses contados da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021. Desta forma, as políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos da Companhia e das Empresas Participantes, poderão falhar ou virem a não ser suficientes, considerando inclusive que não foram totalmente implementadas, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre a reputação, operação, situação financeira e cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

As políticas, o Código de Conduta, sistemas e procedimento de controles internos da Companhia, os quais são aplicáveis também às Empresas Participantes, podem falhar ou não ser suficientes, inclusive para evitar violação de leis de combate à corrupção, infrações à concorrência, prevenção à lavagem de dinheiro e fraudes e práticas irregulares por parte dos administradores, empregados e terceiros que atuem pela Companhia e/ou pelas Empresas Participantes, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre a reputação, operação, situação financeira e cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

As políticas, o Código de Conduta, sistemas e procedimento de controles internos da Companhia, os quais são aplicáveis também às Empresas Participantes, podem falhar ou não ser suficientes, inclusive para evitar violação de leis de combate à corrupção, infrações à concorrência, prevenção à lavagem de dinheiro e fraudes e práticas irregulares por parte dos administradores, empregados e terceiros que atuem pela Companhia e/ou pelas Empresas Participantes, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre a reputação, operação, situação financeira e cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A carta sobre os controles internos relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 está em processo de elaboração e discussão, respeitado o prazo limite de 60 dias após a emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do mesmo exercício. Uma vez que o referido relatório seja concluído, é possível que sejam identificadas deficiências significativas referentes a Companhia e/ou as Empresas Participantes. Se a Companhia e/ou as Empresas Participantes não forem capazes de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, podem não ser capazes de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa e prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia dos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos negócios, reputação e resultados da Companhia e/ou das Empresas Participantes. Para informações adicionais a respeito do tema, vide item 5.3(d) do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 1164.

Adicionalmente, a Companhia, as Empresas Participantes, bem como seus administradores, empregados e terceiros agindo em seu nome, benefício ou interesse, ainda que de forma indireta, estão sujeitos à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e a legislações correlatas como a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 12.850/2013 ("Lei da Organização Criminosa"), o Decreto-Lei nº 2.848/1940 ("Código Penal"), a Lei nº 8.137/1990 ("Lei de Crimes contra a Ordem Tributária"), a Lei n° 8.666/1993 ("Lei de Licitações") a Lei nº 14.133/2021 ("Nova Lei de Licitações"), o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, o Decreto nº 8.420/2015, portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União, e outras leis anticorrupção, nacionais e estrangeiras, conforme aplicável (todas juntas "Leis Anticorrupção") que impõem responsabilidade por danos à administração pública. De acordo com as Leis Anticorrupção, na ocorrência de violações às referidas Leis, as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas objetivamente por danos à administração pública e poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R$ 6.000,00 e R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), não podendo ser inferior à vantagem auferida. Adicionalmente, as penalidades das Leis Anticorrupção podem também ocasionar (i) a publicação extraordinária da decisão condenatória; (ii) a apreensão e perdimento de bens ou benefícios obtidos ilegalmente, (iii) a suspensão ou a proibição parcial das operações; (iv) a dissolução da entidade; (v), a suspensão temporária para a obtenção de novos financiamentos para empreendimentos; (vi) a perda de licenças operacionais; (vii) a perda imediata ao direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo poder público; (viii) e o direito de participar de licitações públicas. Além disso, de acordo com as Leis Anticorrupção, as sociedades controladoras, controladas e coligadas, bem como as empresas que fazem parte de um consórcio, são solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa e pela reparação integral do dano causado.

No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a Companhia e seus administradores estão sujeitos às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

Os processos de governança, políticas, códigos, gestão de risco, *compliance* e controles internos da Companhia e das Empresas Participantes não estão totalmente implementados, conforme acima detalhado, e portanto podem não ser suficientes para prevenir ou detectar: (i) violações às Leis Anticorrupção; (ii) condutas impróprias, fraudulentas e desleais por parte de seus administradores, funcionários, acionistas, membros de sua administração e terceiros contratados para representá-la; ou (iii) ocorrências de comportamentos não condizentes com seus princípios éticos e que possam afetar adversamente sua reputação, negócios, condição financeira e resultados, bem como a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia, sem prejuízo da responsabilização individual do administrador, funcionário e/ou terceiro envolvido.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos judiciais ou administrativos relacionados à violação de qualquer lei ou regulamento voltado à prevenção e ao combate à corrupção, seja no Brasil, seja no exterior, envolvendo a administração, funcionários ou terceiros que agem em nome ou benefício da Companhia e/ou das Empresas Participantes, pode resultar em penalidades, multas ou sanções acima mencionadas. Nesse sentido, a Companhia também está exposta ao risco de membros de sua administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil ou exterior. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia e/ou das Empresas Participantes, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e o público em geral, pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilícitas praticadas por terceiros, parceiros de negócios ou clientes.

Assim, falhas nos processos de governança, políticas, códigos, gestão de riscos, *compliance* e controles internos da Companhia podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, capacidade de contratação com o poder público, condições financeiras e resultados da Companhia ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias, bem como podem sujeitar seus administradores, funcionários e representantes legais a sanções criminais.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 23 e 96, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas e Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Siegfried Koelln, Pedro Augusto de Carvalho Ribeiro, Juan Hilario Raimondi, Julian Eduardo Raimondi, Guilherme Corrêa Porto, Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo, Solemar Batista de Andrade, Bruno Reis de Arruda Alves, João Cox Neto, Ney Prado Junior, César Balarine Cavalheiro Leite, Marcelo Gomes Conde, Guilherme Antonelli Carvalho de Souza, Bruno Lassalla Gomes, Maurício Pires da Cruz, Luis Carlos Crem, Nelson Jawetz, Carlos Eduardo Albo Py, Luis Felipe Carlomagno Carchedi, Evandro José Lacerda Felippe, Alexsandro Von Burg Brubacher, Ricardo Alejandro Donner, Fabio Araujo Teixeira, André Marcel Migliorelli, Bension Waksman, Fabrício Buzzatti Santos, Flávio Fava Ditt, Flávio Nogueira Fernandes, Leandro de Sá Del Debbio, Ricardo José Galvão Alves, Fabiano Carvalho, Alexandre Magno dos Santos E Braga, Atiá Xavier da Costa Braga, Luciano Jose do Rego Barbosa, Elias Dahia Junior, Tiago Wolfarth, Daniel Klafke, Igor Klafke, Jonatas Bloss, Marcelo Arkader Skaba, Roberto de Oliveira Xavier Junior, Paulo Lerner Froimtchuk, Pedro Carneiro dos Santos, Alan Rubinsztejn, Tuli Lerner de Berredo, Frederico Ruzany, Carlos Manoel Mendonça de Araujo, Vitor Froimtchuk, Sandra Regina Holanda Mariano, Assen Zalfa Junior, Paulo Ernesto Kleinberger, Ricardo Real, Luiz Augusto Índio da Costa, Miguel José Froimtchuk, Sergey Korotkov, Sergio Rego Monteiro Filho, Miriam Fernanda dos Santos, Poline Canazio Hervet, Pedro Henrique França Tavares, Henrique Ferrari, Gabriel Gesteira de Faria Alves, Reges Antonio Bronzatti, Luciano Rodrigo Rocha, Ana Cristina Pochmann Mairesse, Adalberto Barbosa da Costa Lobato, Cleber Gomes da Costa, Diego Neves Machado, Felipe Augusto Silva Lambert, João Paulo Rodrigues Oliveira, Luiz Henrique Santiago Madeira Campos, Renato de Mattos Neto, Celso Luiz Carvalho de Souza, Enilton Antônio do Nascimento Júnior, Marco Antônio Zanini, Ronaldo Eschiezaro, Gustavo Eduardo Assunção da Silveira, Marcelo Pallota Abreu dos Santos, Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Guy Perelmuter, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado, Antônia da Rocha Miranda Prado e Eduardo Arroxellas Villela, considerados em conjunto.

Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas	Orion Ventures Participações Eireli, Klasint Participações Ltda., Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II, FJJ Investimentos e Participações Ltda., INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli, GAA Thinc LLC, BG Consultoria e Participações Eireli, JFMJ Investimentos e Participações Ltda., Murbser 16 Participações Ltda., Vport Participações Ltda.- ME, Astyanax - Representação Comercial e Consultoria Ltda., Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda., FLM Participações Eireli, Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli, SLT Blessed Participações S.A., Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda. e F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda., considerados em conjunto.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério [da Companhia / dos Acionistas Vendedores / da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] Ações[, das quais (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] novas Ações; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 50 deste Prospecto], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações da Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] Ações, das quais (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] novas Ações; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] Ações dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 50 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta	Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 42 deste Prospecto.
Agente Estabilizador	[•], agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital LLC, Itau BBA USA Securities, Inc. e Citigroup Global Markets Inc., considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 91 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 91 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 91 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a qual já contempla as disposições necessárias à adesão ao Regulamento do Novo Mercado, a submissão do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários categoria "A" junto à CVM, a submissão do pedido de listagem da Companhia no Novo Mercado perante a B3 e do pedido de admissão das ações de emissão da Companhia à negociação no Novo Mercado, bem como a submissão do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária pela Companhia, incluindo seus termos e condições, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de fevereiro de 2022, cuja ata foi registrada perante a JUCERJA, sob o nº [•], em [•] de [•] de 2022, e foi publicada no jornal "Valor Econômico" em [•] de [•] de 2022.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado no Estatuto Social da Companhia, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCERJA e publicada no jornal "Valor Econômico" na data de divulgação do Anúncio de Início.

[A realização da Oferta Secundária[(incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar)], bem como seus termos e condições, inclusive com relação à fixação do Preço por Ação, foi aprovada em [•] do [•], realizada em [•] de [•] de 2022, nos termos do seu [regulamento/estatuto social/contrato social].] {ou} [Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária[, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar], a fixação do Preço por Ação e sua justificação.]

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária[, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar], a fixação do Preço por Ação e sua justificação.

Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2022 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 91 deste Prospecto.
Citi	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A., a ser celebrado entre o [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder	Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, Banco Itaú BBA S.A. e Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., considerados em conjunto.
Corretora	[•]
Cronograma Tentativo da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta", na página 90 deste Prospecto.

Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada até o último dia do Período de Distribuição.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até dois dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária da seguinte forma: [●]. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados, aos Acionistas Vendedores [, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.] Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 120 deste Prospecto.
Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta	O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 91 deste Prospecto.
Estabilização do Preço das Ações	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476. Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular nº 1/2021-CVM/SRE, de 1º de março de 2021, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva.
Faixa Indicativa	Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 23 e 96, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.
Garantia Firme de Liquidação	Consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, de integralizar/liquidar, na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição. Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelosCoordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, celebrados o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 72 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e dos riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 92 deste Prospecto.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [•] de [•] de 2022.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 92 deste Prospecto.

Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Com *Lock-Up*	Investidores de Varejo que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*	Investidores de Varejo que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos, investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *Securities Act* editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, pela Resolução CVM 13 ou pela Lei 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados Investidores Qualificados ou investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM 30, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00, e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes valores mínimos e máximos de investimento.
Investidores Não Institucionais	Investidores de Varejo e os Investidores Private, considerados em conjunto.
Investidores Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados Investidores Qualificados e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private.
Investidores Private Com *Lock-Up*	Investidores Private que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta Private.
Investidores Private Sem *Lock-Up*	Investidores Private que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta Private.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM 30.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações.

Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

***Lock-up* da Oferta Private**

Os Investidores Private Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private Com *Lock-up*, cada Investidor Private Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Negociação na B3

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à realização da Oferta.

Oferta	Em conjunto, (i) a Oferta Primária e (ii) a Oferta Secundária.
Oferta de Varejo	Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* e Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo Com *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-Up*.
Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*.
Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.
Oferta Não Institucional	Oferta de Varejo e Oferta Private, consideradas em conjunto. Compreende a distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do respectivo Período de Reserva.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Oferta Private	Oferta Private Com *Lock-Up* e Oferta Private Sem *Lock-Up*, consideradas em conjunto.
Oferta Private Com *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Com *Lock-Up*.

Oferta Private Sem *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-Up*.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Offering Memoranda	O *Preliminary International Offering Memorandum* e o *Final International Offering Memorandum*, considerados em conjunto.
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada [pela Companhia / pelos Acionistas Vendedores / pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante os respectivos Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.

Período de *Lock-Up*	Período de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início em que [A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2022, inclusive, e [•] de [•] de 2022, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2022, inclusive, e [•] de [•] de 2022, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seus Pedido de Reserva, conforme descrito na página 69 deste Prospecto.**

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva", na página 100 deste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda por Ações (por volume e preço) coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 99 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20]% da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 99 deste Prospecto.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma parcela significativa da Oferta. **Para mais informações, leia a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", neste Prospecto.**

Público Alvo da Oferta	Investidores de Varejo, Investidores Private e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo	Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* e Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up*	Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*	Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta Private	Rateio da Oferta Private Com *Lock-Up* e Rateio da Oferta Private Sem *Lock-Up*, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta Private Com *Lock-Up*	Rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-Up* a que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta Private Sem *Lock-Up*	Rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-Up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)	[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iv) arquivar, submeter ou fazer com que seja arquivado ou submetido, incluindo qualquer arquivamento confidencial, uma declaração de registro (*registration statement)*, prospecto, suplemento de prospecto (*prospectus suplement*) ou memorando da oferta (*offering memorandum*) nos termos do *Securities Act* ou da legislacao brasileira, ou (v) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (v).] As vedações listadas acima não se aplicam nas seguintes hipóteses: [(i) Ações a serem vendidas nos termos do Contrato

	de Distribuição; (ii) emissão pela Companhia de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* por meio da conversão ou permuta de valores mobiliariários conversíveis ou permutáveis ou o exercício de bônus ou opções; (iii) outorgas pela Companhia de opções de compra de ações de acordo com os termos de um plano de opção de compra de ações devidamente aprovado e emissão de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência do exercício de tais opções; (iv) transações relacionadas a ações ou outros valores mobiliários adquiridos no mercado após a conclusão da Oferta, desde que nenhum arquivamento seja requerido ou voluntariamente feito nos termos da legislação Brasileira ou Norte-Americana ou outra legislação aplicável; (v) doações de boa-fé de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações; e (vi) transferências a *limited partners*, *stockholders* ou *affiliates* conforme termos definidos na Regra 405 do *Securities Act.* A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.
Termo de Aceitação	Documento de aceitação da Oferta aplicável aos Investidores Institucionais não contemplados pela dispensa prevista na Resolução CVM 27 no âmbito da Oferta Institucional.
Valor Total da Oferta	[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento é de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento é de R$1.000.000,00 por Investidor de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private	O valor de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 por Investidor Private.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*	Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *lock-up*.
Veracidade das Informações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 187.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$73.626.424,95, totalmente subscrito e integralizado, representado por 593.360.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até 300.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição/aquisição e integralização/liquidação.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	593.360.000	73.626.424,95	[•]	[•]
Total	**593.360.000**	**73.626.424,95**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	593.360.000	73.626.424,95	[•]	[•]
Total	**593.360.000**	**73.626.424,95**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	593.360.000	73.626.424,95	[•]	[•]
Total	**593.360.000**	**73.626.424,95**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor[1][2]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	593.360.000	73.626.424,95	[•]	[•]
Total	**593.360.000**	**73.626.424,95**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais Acionistas, Acionistas Vendedores e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelos membros da Administração e pelos Acionistas Vendedores, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Siegfried Koelln	108.971.000	18,365%	[•]	[•]
Juan Hilario Raimondi,	17.021.000	2,869%	[•]	[•]
Julian Eduardo Raimondi	17.021.000	2,869%	[•]	[•]
Guilherme Corrêa Porto	25.083.000	4,227%	[•]	[•]
Fernando Aloysio Marietto De Souza Macedo	20.005.000	3,371%	[•]	[•]
Solemar Batista De Andrade	3.856.000	0,650%	[•]	[•]
Bruno Reis De Arruda Alves	2.056.000	0,347%	[•]	[•]
João Cox Neto	591.000	0,100%	[•]	[•]
Ney Prado Junior	5.140.000	0,866%	[•]	[•]
César Balarine Cavalheiro Leite[1]	38.486.000	6,486%	[•]	[•]
Orion Ventures Participações Eireli	797.000	0,134%	[•]	[•]
Reges Antonio Bronzatti	1.366.000	0,230%	[•]	[•]
Luciano Rodrigo Rocha	49.000	0,008%	[•]	[•]
Ana Cristina Pochmann Mairesse	4.000	0,001%	[•]	[•]
André Marcel Migliorelli	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Bension Waksman	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Fabrício Buzzatti Santos	6.815.000	1,149%	[•]	[•]
Flávio Nogueira Fernandes	710.000	0,120%	[•]	[•]
Leandro De Sá Del Debbio	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Ricardo José Galvão Alves	710.000	0,120%	[•]	[•]
Alexandre Magno Dos Santos E Braga	10.016.000	1,688%	[•]	[•]
Atiá Xavier Da Costa Braga	5.009.000	0,844%	[•]	[•]
Fabiano Carvalho	10.572.000	1,782%	[•]	[•]
Nelson Jawetz	8.004.000	1,349%	[•]	[•]
Luis Felipe Carlomagno Carchedi	8.004.000	1,349%	[•]	[•]
Evandro José Lacerda Felippe	3.060.000	0,516%	[•]	[•]
Carlos Eduardo Albo Py	4.352.000	0,733%	[•]	[•]
Klasint Participações Ltda	3.436.000	0,579%	[•]	[•]
Alexsandro Von Burg Brubacher	635.000	0,107%	[•]	[•]
Marcelo Arkader Skaba	5.934.000	1,000%	[•]	[•]
Roberto de Oliveira Xavier Junior	2.973.000	0,501%	[•]	[•]
FJJ Investimentos E Participações Ltda	5.046.000	0,850%	[•]	[•]
Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli	406.000	0,068%	[•]	[•]
Luciano Jose do Rego Barbosa	7.580.000	1,277%	[•]	[•]
Elias Dahia Junior	7.580.000	1,277%	[•]	[•]
Luis Carlos Crem	1.270.000	0,214%	[•]	[•]
MURBSER 16 Participações Ltda	389.000	0,066%	[•]	[•]
Tuli Lerner De Berredo	400.000	0,067%	[•]	[•]
Frederico Ruzany	145.000	0,024%	[•]	[•]
Carlos Manoel Mendonça de Araujo	95.000	0,016%	[•]	[•]
Vitor Froimtchuk	89.000	0,015%	[•]	[•]

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Sandra Regina Holanda Mariano	89.000	0,015%	[•]	[•]
Assen Zalfa Junior	68.000	0,011%	[•]	[•]
VPORT Participações Ltda.-ME	48.000	0,008%	[•]	[•]
Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda.	18.000	0,003%	[•]	[•]
LIVEMOB Serviços de Telefonia Móvel Ltda.	18.000	0,003%	[•]	[•]
Ricardo Real	15.000	0,003%	[•]	[•]
Luiz Augusto Índio Da Costa	15.000	0,003%	[•]	[•]
Paulo Lerner Froimtchuk	3.587.000	0,605%	[•]	[•]
Henrique Ferrari	159.000	0,027%	[•]	[•]
Pedro Henrique França Tavares	195.000	0,033%	[•]	[•]
Pedro Carneiro dos Santos	1.983.000	0,334%	[•]	[•]
BG Consultoria e Participações Eireli	1.034.000	0,174%	[•]	[•]
JFMJ Investimentos E Participações Ltda.	597.000	0,101%	[•]	[•]
Guy Perelmuter	423.000	0,071%	[•]	[•]
Alan Rubinsztejn	811.000	0,137%	[•]	[•]
Paulo Ernesto Kleinberger	63.000	0,011%	[•]	[•]
FLM Participações Eireli	460.000	0,078%	[•]	[•]
GAA Thinc LLC	1.032.000	0,174%	[•]	[•]
Miriam Fernanda dos Santos	39.000	0,007%	[•]	[•]
Poline Canazio Hervet	5.000	0,001%	[•]	[•]
Gabriel Gesteira De Faria Alves	14.000	0,002%	[•]	[•]
Miguel José Froimtchuk	330.000	0,056%	[•]	[•]
BAZ Consultoria e Assessoria Comercial Ltda.	45.000	0,008%	[•]	[•]
Sergey Korotkov	125.000	0,021%	[•]	[•]
Sergio Rego Monteiro Filho	98.000	0,017%	[•]	[•]
F M Sociedade De Participações e Fomento Mercantil Ltda.	10.580.000	1,783%	[•]	[•]
Ricardo Alejandro Donner	10.665.000	1,797%	[•]	[•]
Fabio Araujo Teixeira	1.185.000	0,200%	[•]	[•]
Tiago Wolfarth	497.000	0,084%	[•]	[•]
Daniel Klafke	1.246.000	0,210%	[•]	[•]
Igor Klafke	124.000	0,021%	[•]	[•]
Jonatas Bloss	124.000	0,021%	[•]	[•]
Marcelo Gomes Conde	2.148.000	0,362%	[•]	[•]
Guilherme Antonelli Carvalho de Souza	1.432.000	0,241%	[•]	[•]
Bruno Lassalla Gomes	1.134.000	0,191%	[•]	[•]
Maurício Pires da Cruz	1.253.000	0,211%	[•]	[•]
Flávio Fava Ditt	6.815.000	1,149%	[•]	[•]
Pedro Augusto De Carvalho Ribeiro	14.590.000	2,459%	[•]	[•]
Gustavo Eduardo Assunção da Silveira	14.469.000	2,438%	[•]	[•]
Marcelo Pallota Abreu dos Santos	16.535.000	2,787%	[•]	[•]
Celso Luiz Carvalho de Souza	1.093.000	0,184%	[•]	[•]
Enilton Antônio do Nascimento Júnior	1.093.000	0,184%	[•]	[•]
Marco Antônio Zanini	1.398.000	0,236%	[•]	[•]
Ronaldo Eschiezaro	1.081.000	0,182%	[•]	[•]
SLT Blessed Participações S.A.	1.215.000	0,205%	[•]	[•]
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli	20.731.000	3,493%	[•]	[•]
Adalberto Barbosa da Costa Lobato	268.000	0,045%	[•]	[•]
Diego Neves Machado	447.000	0,075%	[•]	[•]
Cleber Gomes da Costa	1.113.000	0,188%	[•]	[•]
Felipe Augusto Silva Lambert	268.000	0,045%	[•]	[•]
João Paulo Rodrigues Oliveira	447.000	0,075%	[•]	[•]
Luiz Henrique Santiago Madeira Campos	447.000	0,075%	[•]	[•]
Eduardo Arroxellas Villela[1]	8.307.000	1,400%	[•]	[•]
Renato De Mattos Neto	447.000	0,075%	[•]	[•]
Júlio Cesar Garcia Pinã Rodrigues[1]	35.601.000	6,000%	[•]	[•]
Rodrigo Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Eduardo Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Rafaela Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Antônia Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II	3.549.000	0,598%	[•]	[•]
Administradores[2]	–	–	[•]	[•]
Ações em circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**593.360.000**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Membros da Administração.

(2) Não considera Administradores que sejam titulares de ações de emissão da Companhia e que já tenham sido individualmente descritos na tabela acima.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Siegfried Koelln	108.971.000	18,365%	[•]	[•]
Juan Hilario Raimondi,	17.021.000	2,869%	[•]	[•]
Julian Eduardo Raimondi	17.021.000	2,869%	[•]	[•]
Guilherme Corrêa Porto	25.083.000	4,227%	[•]	[•]
Fernando Aloysio Marietto De Souza Macedo	20.005.000	3,371%	[•]	[•]
Solemar Batista De Andrade	3.856.000	0,650%	[•]	[•]
Bruno Reis De Arruda Alves	2.056.000	0,347%	[•]	[•]
João Cox Neto	591.000	0,100%	[•]	[•]
Ney Prado Junior	5.140.000	0,866%	[•]	[•]
César Balarine Cavalheiro Leite(1)	38.486.000	6,486%	[•]	[•]
Orion Ventures Participações Eireli	797.000	0,134%	[•]	[•]
Reges Antonio Bronzatti	1.366.000	0,230%	[•]	[•]
Luciano Rodrigo Rocha	49.000	0,008%	[•]	[•]
Ana Cristina Pochmann Mairesse	4.000	0,001%	[•]	[•]
André Marcel Migliorelli	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Bension Waksman	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Fabrício Buzzatti Santos	6.815.000	1,149%	[•]	[•]
Flávio Nogueira Fernandes	710.000	0,120%	[•]	[•]
Leandro De Sá Del Debbio	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Ricardo José Galvão Alves	710.000	0,120%	[•]	[•]
Alexandre Magno Dos Santos E Braga	10.016.000	1,688%	[•]	[•]
Atiá Xavier Da Costa Braga	5.009.000	0,844%	[•]	[•]
Fabiano Carvalho	10.572.000	1,782%	[•]	[•]
Nelson Jawetz	8.004.000	1,349%	[•]	[•]
Luis Felipe Carlomagno Carchedi	8.004.000	1,349%	[•]	[•]
Evandro José Lacerda Felippe	3.060.000	0,516%	[•]	[•]
Carlos Eduardo Albo Py	4.352.000	0,733%	[•]	[•]
Klasint Participações Ltda	3.436.000	0,579%	[•]	[•]
Alexsandro Von Burg Brubacher	635.000	0,107%	[•]	[•]
Marcelo Arkader Skaba	5.934.000	1,000%	[•]	[•]
Roberto de Oliveira Xavier Junior	2.973.000	0,501%	[•]	[•]
FJJ Investimentos E Participações Ltda	5.046.000	0,850%	[•]	[•]
Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli	406.000	0,068%	[•]	[•]
Luciano Jose do Rego Barbosa	7.580.000	1,277%	[•]	[•]
Elias Dahia Junior	7.580.000	1,277%	[•]	[•]
Luis Carlos Crem	1.270.000	0,214%	[•]	[•]
MURBSER 16 Participações Ltda	389.000	0,066%	[•]	[•]
Tuli Lerner De Berredo	400.000	0,067%	[•]	[•]
Frederico Ruzany	145.000	0,024%	[•]	[•]
Carlos Manoel Mendonça de Araujo	95.000	0,016%	[•]	[•]
Vitor Froimtchuk	89.000	0,015%	[•]	[•]
Sandra Regina Holanda Mariano	89.000	0,015%	[•]	[•]
Assen Zalfa Junior	68.000	0,011%	[•]	[•]
VPORT Participações Ltda.-ME	48.000	0,008%	[•]	[•]
Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda.	18.000	0,003%	[•]	[•]
LIVEMOB Serviços de Telefonia Móvel Ltda.	18.000	0,003%	[•]	[•]
Ricardo Real	15.000	0,003%	[•]	[•]
Luiz Augusto Índio Da Costa	15.000	0,003%	[•]	[•]
Paulo Lerner Froimtchuk	3.587.000	0,605%	[•]	[•]
Henrique Ferrari	159.000	0,027%	[•]	[•]
Pedro Henrique França Tavares	195.000	0,033%	[•]	[•]
Pedro Carneiro dos Santos	1.983.000	0,334%	[•]	[•]
BG Consultoria e Participações Eireli	1.034.000	0,174%	[•]	[•]
JFMJ Investimentos E Participações Ltda	597.000	0,101%	[•]	[•]
Guy Perelmuter	423.000	0,071%	[•]	[•]
Alan Rubinsztejn	811.000	0,137%	[•]	[•]
Paulo Ernesto Kleinberger	63.000	0,011%	[•]	[•]
FLM Participações Eireli	460.000	0,078%	[•]	[•]
GAA Thinc LLC	1.032.000	0,174%	[•]	[•]
Miriam Fernanda dos Santos	39.000	0,007%	[•]	[•]
Poline Canazio Hervet	5.000	0,001%	[•]	[•]
Gabriel Gesteira De Faria Alves	14.000	0,002%	[•]	[•]
Miguel José Froimtchuk	330.000	0,056%	[•]	[•]
BAZ Consultoria e Assessoria Comercial Ltda	45.000	0,008%	[•]	[•]

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Sergey Korotkov	125.000	0,021%	[•]	[•]
Sergio Rego Monteiro Filho	98.000	0,017%	[•]	[•]
F M Sociedade De Participações e Fomento Mercantil Ltda.	10.580.000	1,783%	[•]	[•]
Ricardo Alejandro Donner	10.665.000	1,797%	[•]	[•]
Fabio Araujo Teixeira	1.185.000	0,200%	[•]	[•]
Tiago Wolfarth	497.000	0,084%	[•]	[•]
Daniel Klafke	1.246.000	0,210%	[•]	[•]
Igor Klafke	124.000	0,021%	[•]	[•]
Jonatas Bloss	124.000	0,021%	[•]	[•]
Marcelo Gomes Conde	2.148.000	0,362%	[•]	[•]
Guilherme Antonelli Carvalho de Souza	1.432.000	0,241%	[•]	[•]
Bruno Lassalla Gomes	1.134.000	0,191%	[•]	[•]
Maurício Pires da Cruz	1.253.000	0,211%	[•]	[•]
Flávio Fava Ditt	6.815.000	1,149%	[•]	[•]
Pedro Augusto De Carvalho Ribeiro	14.590.000	2,459%	[•]	[•]
Gustavo Eduardo Assunção da Silveira	14.469.000	2,438%	[•]	[•]
Marcelo Pallota Abreu dos Santos	16.535.000	2,787%	[•]	[•]
Celso Luiz Carvalho de Souza	1.093.000	0,184%	[•]	[•]
Enilton Antônio do Nascimento Júnior	1.093.000	0,184%	[•]	[•]
Marco Antônio Zanini	1.398.000	0,236%	[•]	[•]
Ronaldo Eschiezaro	1.081.000	0,182%	[•]	[•]
SLT Blessed Participações S.A.	1.215.000	0,205%	[•]	[•]
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli	20.731.000	3,493%	[•]	[•]
Adalberto Barbosa da Costa Lobato	268.000	0,045%	[•]	[•]
Diego Neves Machado	447.000	0,075%	[•]	[•]
Cleber Gomes da Costa	1.113.000	0,188%	[•]	[•]
Felipe Augusto Silva Lambert	268.000	0,045%	[•]	[•]
João Paulo Rodrigues Oliveira	447.000	0,075%	[•]	[•]
Luiz Henrique Santiago Madeira Campos	447.000	0,075%	[•]	[•]
Eduardo Arroxellas Villela(1)	8.307.000	1,400%	[•]	[•]
Renato De Mattos Neto	447.000	0,075%	[•]	[•]
Júlio Cesar Garcia Pinã Rodrigues(1)	35.601.000	6,000%	[•]	[•]
Rodrigo Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Eduardo Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Rafaela Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Antônia Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II	3.549.000	0,598%	[•]	[•]
Administradores(2)	–	–	[•]	[•]
Ações em circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**593.360.000**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Membros da Administração.

(2) Não considera Administradores que sejam titulares de ações de emissão da Companhia e que já tenham sido individualmente descritos na tabela acima.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Siegfried Koelln	108.971.000	18,365%	[•]	[•]
Juan Hilario Raimondi,	17.021.000	2,869%	[•]	[•]
Julian Eduardo Raimondi	17.021.000	2,869%	[•]	[•]
Guilherme Corrêa Porto	25.083.000	4,227%	[•]	[•]
Fernando Aloysio Marietto De Souza Macedo	20.005.000	3,371%	[•]	[•]
Solemar Batista De Andrade	3.856.000	0,650%	[•]	[•]
Bruno Reis De Arruda Alves	2.056.000	0,347%	[•]	[•]
João Cox Neto	591.000	0,100%	[•]	[•]
Ney Prado Junior	5.140.000	0,866%	[•]	[•]
César Balarine Cavalheiro Leite(1)	38.486.000	6,486%	[•]	[•]
Orion Ventures Participações Eireli	797.000	0,134%	[•]	[•]
Reges Antonio Bronzatti	1.366.000	0,230%	[•]	[•]
Luciano Rodrigo Rocha	49.000	0,008%	[•]	[•]
Ana Cristina Pochmann Mairesse	4.000	0,001%	[•]	[•]
André Marcel Migliorelli	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Bension Waksman	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Fabrício Buzzatti Santos	6.815.000	1,149%	[•]	[•]
Flávio Nogueira Fernandes	710.000	0,120%	[•]	[•]
Leandro De Sá Del Debbio	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Ricardo José Galvão Alves	710.000	0,120%	[•]	[•]
Alexandre Magno Dos Santos E Braga	10.016.000	1,688%	[•]	[•]
Atiá Xavier Da Costa Braga	5.009.000	0,844%	[•]	[•]
Fabiano Carvalho	10.572.000	1,782%	[•]	[•]
Nelson Jawetz	8.004.000	1,349%	[•]	[•]
Luis Felipe Carlomagno Carchedi	8.004.000	1,349%	[•]	[•]
Evandro José Lacerda Felippe	3.060.000	0,516%	[•]	[•]
Carlos Eduardo Albo Py	4.352.000	0,733%	[•]	[•]
Klasint Participações Ltda	3.436.000	0,579%	[•]	[•]
Alexsandro Von Burg Brubacher	635.000	0,107%	[•]	[•]
Marcelo Arkader Skaba	5.934.000	1,000%	[•]	[•]
Roberto de Oliveira Xavier Junior	2.973.000	0,501%	[•]	[•]
FJJ Investimentos E Participações Ltda	5.046.000	0,850%	[•]	[•]
Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli	406.000	0,068%	[•]	[•]
Luciano Jose do Rego Barbosa	7.580.000	1,277%	[•]	[•]
Elias Dahia Junior	7.580.000	1,277%	[•]	[•]
Luis Carlos Crem	1.270.000	0,214%	[•]	[•]
MURBSER 16 Participações Ltda	389.000	0,066%	[•]	[•]
Tuli Lerner De Berredo	400.000	0,067%	[•]	[•]
Frederico Ruzany	145.000	0,024%	[•]	[•]
Carlos Manoel Mendonça de Araujo	95.000	0,016%	[•]	[•]
Vitor Froimtchuk	89.000	0,015%	[•]	[•]
Sandra Regina Holanda Mariano	89.000	0,015%	[•]	[•]
Assen Zalfa Junior	68.000	0,011%	[•]	[•]
VPORT Participações Ltda.-ME	48.000	0,008%	[•]	[•]
Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda.	18.000	0,003%	[•]	[•]
LIVEMOB Serviços de Telefonia Móvel Ltda.	18.000	0,003%	[•]	[•]
Ricardo Real	15.000	0,003%	[•]	[•]
Luiz Augusto Índio Da Costa	15.000	0,003%	[•]	[•]
Paulo Lerner Froimtchuk	3.587.000	0,605%	[•]	[•]
Henrique Ferrari	159.000	0,027%	[•]	[•]
Pedro Henrique França Tavares	195.000	0,033%	[•]	[•]
Pedro Carneiro dos Santos	1.983.000	0,334%	[•]	[•]
BG Consultoria e Participações Eireli	1.034.000	0,174%	[•]	[•]
JFMJ Investimentos E Participações Ltda	597.000	0,101%	[•]	[•]
Guy Perelmuter	423.000	0,071%	[•]	[•]
Alan Rubinsztejn	811.000	0,137%	[•]	[•]
Paulo Ernesto Kleinberger	63.000	0,011%	[•]	[•]
FLM Participações Eireli	460.000	0,078%	[•]	[•]
GAA Thinc LLC	1.032.000	0,174%	[•]	[•]
Miriam Fernanda dos Santos	39.000	0,007%	[•]	[•]
Poline Canazio Hervet	5.000	0,001%	[•]	[•]
Gabriel Gesteira De Faria Alves	14.000	0,002%	[•]	[•]
Miguel José Froimtchuk	330.000	0,056%	[•]	[•]
BAZ Consultoria e Assessoria Comercial Ltda.	45.000	0,008%	[•]	[•]

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Sergey Korotkov	125.000	0,021%	[•]	[•]
Sergio Rego Monteiro Filho	98.000	0,017%	[•]	[•]
F M Sociedade De Participações e Fomento Mercantil Ltda.	10.580.000	1,783%	[•]	[•]
Ricardo Alejandro Donner	10.665.000	1,797%	[•]	[•]
Fabio Araujo Teixeira	1.185.000	0,200%	[•]	[•]
Tiago Wolfarth	497.000	0,084%	[•]	[•]
Daniel Klafke	1.246.000	0,210%	[•]	[•]
Igor Klafke	124.000	0,021%	[•]	[•]
Jonatas Bloss	124.000	0,021%	[•]	[•]
Marcelo Gomes Conde	2.148.000	0,362%	[•]	[•]
Guilherme Antonelli Carvalho de Souza	1.432.000	0,241%	[•]	[•]
Bruno Lassalla Gomes	1.134.000	0,191%	[•]	[•]
Maurício Pires da Cruz	1.253.000	0,211%	[•]	[•]
Flávio Fava Ditt	6.815.000	1,149%	[•]	[•]
Pedro Augusto De Carvalho Ribeiro	14.590.000	2,459%	[•]	[•]
Gustavo Eduardo Assunção da Silveira	14.469.000	2,438%	[•]	[•]
Marcelo Pallota Abreu dos Santos	16.535.000	2,787%	[•]	[•]
Celso Luiz Carvalho de Souza	1.093.000	0,184%	[•]	[•]
Enilton Antônio do Nascimento Júnior	1.093.000	0,184%	[•]	[•]
Marco Antônio Zanini	1.398.000	0,236%	[•]	[•]
Ronaldo Eschiezaro	1.081.000	0,182%	[•]	[•]
SLT Blessed Participações S.A.	1.215.000	0,205%	[•]	[•]
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli	20.731.000	3,493%	[•]	[•]
Adalberto Barbosa da Costa Lobato	268.000	0,045%	[•]	[•]
Diego Neves Machado	447.000	0,075%	[•]	[•]
Cleber Gomes da Costa	1.113.000	0,188%	[•]	[•]
Felipe Augusto Silva Lambert	268.000	0,045%	[•]	[•]
João Paulo Rodrigues Oliveira	447.000	0,075%	[•]	[•]
Luiz Henrique Santiago Madeira Campos	447.000	0,075%	[•]	[•]
Eduardo Arroxellas Villela(1)	8.307.000	1,400%	[•]	[•]
Renato De Mattos Neto	447.000	0,075%	[•]	[•]
Júlio Cesar Garcia Pinã Rodrigues(1)	35.601.000	6,000%	[•]	[•]
Rodrigo Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Eduardo Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Rafaela Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Antônia Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II	3.549.000	0,598%		
Administradores(2)	–	–	[•]	[•]
Ações em circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**593.360.000**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Membros da Administração.

(2) Não considera Administradores que sejam titulares de ações de emissão da Companhia e que já tenham sido individualmente descritos na tabela acima.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Siegfried Koelln	108.971.000	18,365%	[•]	[•]
Juan Hilario Raimondi,	17.021.000	2,869%	[•]	[•]
Julian Eduardo Raimondi	17.021.000	2,869%	[•]	[•]
Guilherme Corrêa Porto	25.083.000	4,227%	[•]	[•]
Fernando Aloysio Marietto De Souza Macedo	20.005.000	3,371%	[•]	[•]
Solemar Batista De Andrade	3.856.000	0,650%	[•]	[•]
Bruno Reis De Arruda Alves	2.056.000	0,347%	[•]	[•]
João Cox Neto	591.000	0,100%	[•]	[•]
Ney Prado Junior	5.140.000	0,866%	[•]	[•]
César Balarine Cavalheiro Leite(1)	38.486.000	6,486%	[•]	[•]
Orion Ventures Participações Eireli	797.000	0,134%	[•]	[•]
Reges Antonio Bronzatti	1.366.000	0,230%	[•]	[•]
Luciano Rodrigo Rocha	49.000	0,008%	[•]	[•]
Ana Cristina Pochmann Mairesse	4.000	0,001%	[•]	[•]
André Marcel Migliorelli	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Bension Waksman	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Fabrício Buzzatti Santos	6.815.000	1,149%	[•]	[•]
Flávio Nogueira Fernandes	710.000	0,120%	[•]	[•]
Leandro De Sá Del Debbio	4.449.000	0,750%	[•]	[•]
Ricardo José Galvão Alves	710.000	0,120%	[•]	[•]
Alexandre Magno Dos Santos E Braga	10.016.000	1,688%	[•]	[•]
Atiá Xavier Da Costa Braga	5.009.000	0,844%	[•]	[•]
Fabiano Carvalho	10.572.000	1,782%	[•]	[•]
Nelson Jawetz	8.004.000	1,349%	[•]	[•]
Luis Felipe Carlomagno Carchedi	8.004.000	1,349%	[•]	[•]
Evandro José Lacerda Felippe	3.060.000	0,516%	[•]	[•]
Carlos Eduardo Albo Py	4.352.000	0,733%	[•]	[•]
Klasint Participações Ltda	3.436.000	0,579%	[•]	[•]
Alexsandro Von Burg Brubacher	635.000	0,107%	[•]	[•]
Marcelo Arkader Skaba	5.934.000	1,000%	[•]	[•]
Roberto de Oliveira Xavier Junior	2.973.000	0,501%	[•]	[•]
FJJ Investimentos E Participações Ltda	5.046.000	0,850%	[•]	[•]
Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli	406.000	0,068%	[•]	[•]
Luciano Jose do Rego Barbosa	7.580.000	1,277%	[•]	[•]
Elias Dahia Junior	7.580.000	1,277%	[•]	[•]
Luis Carlos Crem	1.270.000	0,214%	[•]	[•]
MURBSER 16 Participações Ltda	389.000	0,066%	[•]	[•]
Tuli Lerner De Berredo	400.000	0,067%	[•]	[•]
Frederico Ruzany	145.000	0,024%	[•]	[•]
Carlos Manoel Mendonça de Araujo	95.000	0,016%	[•]	[•]
Vitor Froimtchuk	89.000	0,015%	[•]	[•]
Sandra Regina Holanda Mariano	89.000	0,015%	[•]	[•]
Assen Zalfa Junior	68.000	0,011%	[•]	[•]
VPORT Participações Ltda.-ME	48.000	0,008%	[•]	[•]
Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda.	18.000	0,003%	[•]	[•]
LIVEMOB Serviços de Telefonia Móvel Ltda.	18.000	0,003%	[•]	[•]
Ricardo Real	15.000	0,003%	[•]	[•]
Luiz Augusto Índio Da Costa	15.000	0,003%	[•]	[•]
Paulo Lerner Froimtchuk	3.587.000	0,605%	[•]	[•]
Henrique Ferrari	159.000	0,027%	[•]	[•]
Pedro Henrique França Tavares	195.000	0,033%	[•]	[•]
Pedro Carneiro dos Santos	1.983.000	0,334%	[•]	[•]
BG Consultoria e Participações Eireli	1.034.000	0,174%	[•]	[•]
JFMJ Investimentos E Participações Ltda	597.000	0,101%	[•]	[•]
Guy Perelmuter	423.000	0,071%	[•]	[•]
Alan Rubinsztejn	811.000	0,137%	[•]	[•]
Paulo Ernesto Kleinberger	63.000	0,011%	[•]	[•]
FLM Participações Eireli	460.000	0,078%	[•]	[•]
GAA Thinc LLC	1.032.000	0,174%	[•]	[•]
Miriam Fernanda dos Santos	39.000	0,007%	[•]	[•]
Poline Canazio Hervet	5.000	0,001%	[•]	[•]
Gabriel Gesteira De Faria Alves	14.000	0,002%	[•]	[•]
Miguel José Froimtchuk	330.000	0,056%	[•]	[•]
BAZ Consultoria e Assessoria Comercial Ltda	45.000	0,008%	[•]	[•]

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Sergey Korotkov	125.000	0,021%	[•]	[•]
Sergio Rego Monteiro Filho	98.000	0,017%	[•]	[•]
F M Sociedade De Participações e Fomento Mercantil Ltda.	10.580.000	1,783%	[•]	[•]
Ricardo Alejandro Donner	10.665.000	1,797%	[•]	[•]
Fabio Araujo Teixeira	1.185.000	0,200%	[•]	[•]
Tiago Wolfarth	497.000	0,084%	[•]	[•]
Daniel Klafke	1.246.000	0,210%	[•]	[•]
Igor Klafke	124.000	0,021%	[•]	[•]
Jonatas Bloss	124.000	0,021%	[•]	[•]
Marcelo Gomes Conde	2.148.000	0,362%	[•]	[•]
Guilherme Antonelli Carvalho de Souza	1.432.000	0,241%	[•]	[•]
Bruno Lassalla Gomes	1.134.000	0,191%	[•]	[•]
Maurício Pires da Cruz	1.253.000	0,211%	[•]	[•]
Flávio Fava Ditt	6.815.000	1,149%	[•]	[•]
Pedro Augusto De Carvalho Ribeiro	14.590.000	2,459%	[•]	[•]
Gustavo Eduardo Assunção da Silveira	14.469.000	2,438%	[•]	[•]
Marcelo Pallota Abreu dos Santos	16.535.000	2,787%	[•]	[•]
Celso Luiz Carvalho de Souza	1.093.000	0,184%	[•]	[•]
Enilton Antônio do Nascimento Júnior	1.093.000	0,184%	[•]	[•]
Marco Antônio Zanini	1.398.000	0,236%	[•]	[•]
Ronaldo Eschiezaro	1.081.000	0,182%	[•]	[•]
SLT Blessed Participações S.A.	1.215.000	0,205%	[•]	[•]
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli	20.731.000	3,493%	[•]	[•]
Adalberto Barbosa da Costa Lobato	268.000	0,045%	[•]	[•]
Diego Neves Machado	447.000	0,075%	[•]	[•]
Cleber Gomes da Costa	1.113.000	0,188%	[•]	[•]
Felipe Augusto Silva Lambert	268.000	0,045%	[•]	[•]
João Paulo Rodrigues Oliveira	447.000	0,075%	[•]	[•]
Luiz Henrique Santiago Madeira Campos	447.000	0,075%	[•]	[•]
Eduardo Arroxellas Villela[1]	8.307.000	1,400%	[•]	[•]
Renato De Mattos Neto	447.000	0,075%	[•]	[•]
Júlio Cesar Garcia Pinã Rodrigues[1]	35.601.000	6,000%	[•]	[•]
Rodrigo Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Eduardo Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Rafaela Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Antônia Da Rocha Miranda Prado	18.691.000	3,150%	[•]	[•]
Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II	3.549.000	0,598%		
Administradores[2]	–	–	[•]	[•]
Ações em circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**593.360.000**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Membros da Administração.
(2) Não considera Administradores que sejam titulares de ações de emissão da Companhia e que já tenham sido individualmente descritos na tabela acima.

Acionistas Vendedores

Segue abaixo a qualificação dos Acionistas Vendedores:

Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas

[ORION VENTURES PARTICIPAÇÕES EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 09.008.573/0001-36, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.633, 8º andar, CEP 04578-901.

KLASINT PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 43.095.613/0001-62, com sede na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Rua dos Andradas, nº 1276, sala 501, Centro Histórico.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAPITAL SEMENTE CRIATEC II, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob nº 19.153.763/0001-09, administrado pela [•], instituição financeira com sede na [cidade e Estado de São Paulo], na [•], nº [•], [•], [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•].

FJJ INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 35.080.927/0001-63, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Princesa Isabel, nº 323, sala 801, Copacabana, CEP 22011-901.

INK ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTO EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.534.716/0001-37, estabelecida na cidade de Itabirito, no Estados de Minas Gerais, Rua Azulão, nº 52, Aconchego da Serra, CEP 35450-000.

GAA THINC LLC, sociedade constituída de acordo com as leis de Delaware, com sede na the Green Suite A, Dover, ZIP 19901, Delaware, USA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.066.884/000-48.

BG CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.164.164/0001-73, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Rosário, 171, Sala 401, Centro, CEP 20041-005.

JFMJ INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 25.174.609/0001-08, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Princesa Isabel, nº 323, sala 801, Copacabana, CEP 22.011-010.

MURBSER 16 PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.055.024/0001-67, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 10.333, bloco 5, apto. 403, Barra da Tijuca, CEP 22793-082.

VPORT PARTICIPAÇÕES LTDA.-ME, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.793.587/0001-52, com sede na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Rua Mares de Montanhas, nº 4165, Vale dos Cristais, CEP: 34008-056.

ASTYANAX - REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E CONSULTORIA LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.945.266/0001-19, com sede na Rua Engenheiro Pires do Rio, nº 364, Itanhangá, CEP 22.641-310.

LIVEMOB SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.124.422/0001-55, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 6, sala 223, parte, Barra da Tijuca, CEP 22.640-100.

FLM PARTICIPAÇÕES EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.723.134/0001-50, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Gonçalves Dias, nº 82, Centro, CEP 20050-030.

TRÍADE INOVAÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.263837/0001-82, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, Rua 5, Chácara, 119, casa 23, Setor Habitacional Vicente Pires, CEP 72.006-045.

SLT BLESSED PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.909.092/0001-50 com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, Avenida 136, nº 797, Quadra F44, Lote 36E, 6º andar, sala 601, Bloco B, Condomínio New York Square Business Evolution, Setor Sul, CEP 74093-250.

BAZ CONSULTORIA E ASSESSORIA COMERCIAL LTDA., sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.754.219/0001-65, com sede na cidade de Copacabana, no Estado do Rio de Janeiro, Rua Aires Saldanha, nº 92, sala 602, CEP 22.060-030.

F M SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES E FOMENTO MERCANTIL LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob nº 30.181.807/0001-39, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, na SCRN 710/711, bloco A, entrada 52, sala 3013, Bairro Asa Norte, CEP 70750-61.

Acionistas Vendedores Pessoas Físicas

SIEGFRIED KOELLN, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 622579, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/ME sob o nº 291.908.430-53, residente e domiciliado na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Irmã Helenita, nº 240, Casa 13, CEP 93040-155.

PEDRO AUGUSTO DE CARVALHO RIBEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 23.127.474-, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 205.383.798-55, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Marcos Lopes, nº 90, apto. 211, CEP 04513-080.

JUAN HILARIO RAIMONDI, argentino, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade "RNE" nº V324476-K, expedida pelo Departamento da Polícia Federal, inscrito no CPF/ME sob o nº 081.896.611-40, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Gard, nº 89, Condomínio Tamboré 11, CEP 06544-730.

JULIAN EDUARDO RAIMONDI, argentino, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, inscrito no CPF/ME sob o nº 245.264.928-76, com "RNE" nº V324.477-I, residente e domiciliado na Rua Pamplona, 518, 8º andar, Condomínio Edifício China Trade Center, Jardim Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01405-000.

GUILHERME CORRÊA PORTO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 4.953.605-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública, inscrito no CPF/ME sob o nº 586.191.278- 53, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Amaro Alves Alvim, nº 59, casa 5, Jardim Marajoara, CEP 04663-090.

FERNANDO ALOYSIO MARIETTO DE SOUZA MACEDO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 9.457.783-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 035.843.498-00, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua João de Souza Dias, nº 30, apto. 13, Vermelho, Campo Belo, CEP 04618-000.

SOLEMAR BATISTA DE ANDRADE, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 59.810.438, SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 563.567.731.20, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Iuru, nº 40, apto. 123, Vila Andrade, CEP 05716-120.

BRUNO REIS DE ARRUDA ALVES, brasileiro, divorciado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº 25.868.695-9, inscrito no CPF/ME sob o nº 254.290.118-00, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Alvilândia, nº 150, Vila Madalena, CEP 05449-070.

JOÃO COX NETO, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº3.944.885, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 239.577.781-15, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Canário, nº 80, apto. 11, Moema, CEP 04521-000.

NEY PRADO JUNIOR, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 04.171.412-2, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 607.579.907-97, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 19 sala 301, Barra da Tijuca, CEP: 22.640-904.

CÉSAR BALARINE CAVALHEIRO LEITE, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 3031065844, inscrito no CPF/ME sob o nº 539.464.640-68, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Artur Rocha, nº 902, apto. 1202, Bela Vista, CEP 90450-170.

MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 37.744.808-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 964.442.666-53, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua José de Oliveira Coelho, nº 170, apto. 131, Vila Andrade, CEP 05727-240.

GUILHERME ANTONELLI CARVALHO DE SOUZA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 30.914.914- 9, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 302.679.888-69, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Domingos Lopes da Silva, nº 800, apto. 142, Vila Suzana, CEP 05641-030.

BRUNO LASSALLA GOMES, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 43.701.450, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 215.661.178-52, residente e domiciliado na cidade de Carapicuíba, Estado de São Paulo, na Rua das Hortênsias, nº 451, Chácaras do Rio Cotia, CEP 06355-370.

MAURÍCIO PIRES DA CRUZ, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 25.608.145, expedida pela Secretaria de Segurança Pública, de São Paulo, inscrito no CPF/ME sob o nº 181.750.628-51, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Pangaua, nº 1.069, Casa 06, Vila Ré, CEP: 03665-010.

LUIS CARLOS CREM, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 18.907.86-4, expedida pela Secretaria de Segurança Pública, de São Paulo, inscrito no CPF/ME sob o nº 156.337.958-90, residente e domiciliado na cidade de Itapecerica da Serra, no Estado de São Paulo, na Rua Vista Alegre, nº 186, Chácara Vista Alegre, CEP 06859-480.

NELSON JAWETZ, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 30.143.192-67, inscrito no CPF/ME sob o nº 352.432.520-34, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, Rua Desembargador Moreno Loureiro Lima, nº 385, apto. 901, Bela Vista, CEP 90450-130.

CARLOS EDUARDO ALBO PY, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 6029011209, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF/ME sob o nº 516.350.970-53, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Anita Garibaldi, nº 1226, apto. 402, Mont'Serrat, CEP 90480-200.

LUIS FELIPE CARLOMAGNO CARCHEDI, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 10.082.265-71, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF/ME sob o nº 488.920.760-00, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Farnese, nº 103, apto. 201, bairro Bela Vista, CEP 90450180.

EVANDRO JOSÉ LACERDA FELIPPE, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 1016076141, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 546.587.720-00, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Cristóvão Colombo, nº 4.105, apto. 1.603-A, Floresta, CEP 90560-005.

ALEXSANDRO VON BURG BRUBACHER, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portado da carteira de identidade nº 7088876599, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 004.902.190-71, residente e domiciliado na cidade de Canoa, Estado de Rio Grande do Sul, na Rua Vitor Rycembel, nº 191, Centro, CEP 92310-715.

RICARDO ALEJANDRO DONNER, argentino, casado, analista de sistemas, portador da carteira de identidade "RNE" nº W639987-9 – RNTIIFP, expedida pelo Departamento da Polícia Federal, inscrito no CPF/ME sob o nº 779.376.007-72, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Igarapava, nº 20 / 401, Leblon, CEP 22.450-200.

FABIO ARAUJO TEIXEIRA, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 07495835-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 008.947.497-06, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Esteves Junior, nº 68 / 701, Laranjeiras, CEP 22.231-160.

ANDRÉ MARCEL MIGLIORELLI, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 19.840.669-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 165.834.688-24, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua São Paulo Antigo nº 266, apto. 82, Real Parque, CEP 05684-010.

BENSION WAKSMAN, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 14.663.494-9, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 134.489.488-70, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Mangabeiras nº 135, apto. 101-A, Santa Cecília, CEP 01233-010.

FABRÍCIO BUZZATTI SANTOS, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 25.421.477-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 261.376.228-43, residente e domiciliado nos Estados Unidos da América, 2512 Montclaire CIR, Weston, FL, CEP 33327.

FLÁVIO FAVA DITT, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 19.858.463-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 261.220.638-86, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Jorge Americano, 472, apto. 241, CEP 05083-130.

FLÁVIO NOGUEIRA FERNANDES, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 19.418.286-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 250.374.498-20, residente e domiciliado na cidade de Santos, no Estado de São Paulo, na Rua Firmino Barbosa, 28, apto. 123, CEP 11055-130.

LEANDRO DE SÁ DEL DEBBIO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 22.738.085-X, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 259.360.287-72, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Alberto Lyra nº 362, casa 33, Jardim Panorama, CEP 04533-085.

RICARDO JOSÉ GALVÃO ALVES, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 26.830.314-9, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 261.280.068-92, residente e domiciliado na cidade de Ubatuba, no Estado de São Paulo, Rua 7 Fontes, nº 304, apto. 104, Saco da Ribeira, CEP 11680-000.

FABIANO CARVALHO, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 71.680-390, expedida pela SSP/SP do Distrito Federal, inscrito no CPF/ME sob o nº 510.554.492-72, residente e domiciliado na cidade de Brasília, no Distrito Federal, no Condomínio Solar de Brasília, Quadra 2, conj. 1, casa 1, CEP 7680-390.

ALEXANDRE MAGNO DOS SANTOS E BRAGA, brasileiro, casado, técnico judiciário, portador da carteira de identidade nº 1.609.855, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 781.955.781-87, domiciliado na cidade de Brasília, no Distrito Federal, na Quadra 6, conjunto G, casa 47, Sobradinho, CEP 73.025-067.

ATIÁ XAVIER DA COSTA BRAGA, brasileira, casada, bacharelada em turismo, portadora da carteira de identidade nº 2.558.518, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF/ME sob o nº 580.990.692-34, domiciliada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, na Quadra 6, conjunto G, casa 47, Sobradinho, CEP 73.025-067.

LUCIANO JOSE DO REGO BARBOSA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 02.096.672-57, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 268.044.845-68, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Doutor Amando Franco Soares Caiuby, nº 180, apto. 122, Morumbi, CEP 05640-020.

ELIAS DAHIA JUNIOR, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1.646.643, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 281.654.035-91, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Canário, nº 755, apto. 72, Moema, CEP 04521-003.

TIAGO WOLFARTH, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 3057174281, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 605.638.180-34, residente e domiciliado na cidade de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Tomaz Flores, nº 215, apto. 401, Morro do Espelho, CEP 93030-260.

DANIEL KLAFKE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 8063150604, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 972.838.430-00, residente e domiciliado na cidade de Ivoti, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Jorge Julio Dilly, nº. 517, Jardim do Alto, CEP 93900-000.

IGOR KLAFKE, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 6063150566, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 011.038.030-42, residente e domiciliado na cidade de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Marquês do Herval, nº. 714, apto. 605, Centro, CEP 93010-200.

JONATAS BLOSS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 1082874619, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 814.915.300-49, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Professor Cristiano Fischer, nº 346, apto. 506, Jardim do Salso, CEP 91410-000.

MARCELO ARKADER SKABA, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 110435070, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 079.527.817-90, residente e domiciliado na cidade do Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua Congo, 499 T1 123, Jardim Bonfiglioli, CEP 13207340.

ROBERTO DE OLIVEIRA XAVIER JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade de nº 11442050-8, expedida pelo, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 081.632.767-03, residente e domiciliado na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Guatemala, nº 25, Quitandinha, CEP 25650-240.

PAULO LERNER FROIMTCHUK, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 13168251-0, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 090.852.677-65, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Visconde de Albuquerque, 333, apto. 101, Leblon, CEP 22.450-001.

PEDRO CARNEIRO DOS SANTOS, português, solteiro, engenheiro, portador do passaporte nº C429725, emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, inscrito no CPF/ME sob o nº 060.385.337-45, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Visconde de Albuquerque, nº 552, apto. 501, Leblon, CEP 22.450-002.

ALAN RUBINSZTEJN, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 008.808.795-2, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 092.058.797-62, residente e domiciliado na cidade e Estado de Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 631, apto. 302, Ipanema, CEP 22.410-003.

TULI LERNER DE BERREDO, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 11.844.437-1, inscrito no CPF/ME sob o nº 051.363.157-76, residente e domiciliado na cidade e Estado de Rio de Janeiro, na Rua Marituba, nº 460, Itanhangá, CEP 22641-490.

FREDERICO RUZANY, brasileiro, casado sob regime da comunhão parcial de bens, médico, portador da carteira de identidade profissional "CRM" nº 52.1264.7, expedida pelo CREMERJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 268.777.837-00, residente e domiciliado na cidade e Estado de Rio de Janeiro, na Avenida Comandante Júlio Moura, nº 800, apto. 202, Barra da Tijuca, CEP 22641-490.

CARLOS MANOEL MENDONÇA DE ARAUJO, brasileiro, casado sob regime da comunhão parcial de bens, médico portador da carteira de identidade profissional "CRM" nº 52.31005-5, CREMERJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 155.769.654-34, residente e domiciliado na cidade e Estado de Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica, nº 4.098, apto. 401, Copacabana, CEP 22.070-002.

VITOR FROIMTCHUK, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 119670164, inscrito no CPF/ME sob o nº 051.363.157-76, residente e domiciliado na cidade e Estado de Rio de Janeiro, Avenida Epitácio pessoa, nº 70 – 403, Ipanema, CEP 22.410-090.

SANDRA REGINA HOLANDA MARIANO, brasileira, solteira, professora, portadora da carteira de identidade nº 2.087.068, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, inscrita no CPF/ME sob o nº 487.175.684-04, residente e domiciliada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Almirante Sadock de Sá, nº 290, apto. 101, Ipanema, CEP 22.411-040.

ASSEN ZALFA JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 08272979-9, inscrito no CPF/ME sob o nº 002.572.647-10, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Acácias, 540, bloco 3-A, Barra da Tijuca, CEP 22776-000 ("**Zalfa**");

PAULO ERNESTO KLEINBERGER, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade profissional "CREA" nº 51594-D, expedida pela Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/ME sob o nº 483.454.157-68, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Ferreira de Resende nº 14, apto. 302, Lagoa, CEP 22.471-170.

RICARDO REAL, brasileiro, casado, publicitário, portador da carteira de identidade nº 1.615.395-9, inscrito no CPF/ME sob o nº 014.210.257-10, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Avenida Jardim de Santa Mônica nº 100, bloco 3, apto. 204, Barra da Tijuca, CEP 22793-095.

LUIZ AUGUSTO ÍNDIO DA COSTA, brasileiro, solteiro, designer, portador da carteira de identidade nº 08014790-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 002.245.317-27, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Cais de Mello Franco nº 161, Jardim Botânico, CEP 22461-190.

MIGUEL JOSÉ FROIMTCHUK, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº 3072167, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 221.000.757-72, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Av. Rui Barbosa nº 87, apto. 601, Flamengo, CEP 22250-020.

SERGEY KOROTKOV, russo, casado, engenheiro, portador do passaporte nº 75 2392470, inscrito no CPF/ME sob o nº 102.069.791-18, residente e domiciliado em Radiozavodskaya 1-54, na cidade de Ryazan, Rússia CEP 390027.

SERGIO REGO MONTEIRO FILHO, brasileiro, casado, publicitário, portador da carteira de identidade nº 06447050-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 863.936.937-20, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Avenida Hildebrando de Araújo Goes, nº 55, apto. 502, bloco 3, Barra da Tijuca, CEP 22793-250.

MIRIAM FERNANDA DOS SANTOS, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade nº MG 16.404.142, inscrita no CPF/ME sob o nº 100.395.826-55, residente e domiciliada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Álvaro Ramos, nº 376, apto. 302, Botafogo, CEP 22280-110.

POLINE CANAZIO HERVET, brasileira, solteira, engenheira, portadora da carteira de identidade nº 11648055-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 115.457.167-06, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Vergueiro, nº 137, apto. 203, Flamengo, CEP 22230-000.

PEDRO HENRIQUE FRANÇA TAVARES, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº 10.361.121-6, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 110.918.827-70, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Pereira Nunes, nº 132, apto. 202, Vila Isabel, CEP 20.540-132.

HENRIQUE FERRARI, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 263.600.264, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 023.624.311-00, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Conde de Bernadotte, nº 44, apto. 404, Leblon, CEP 22.430-200.

GABRIEL GESTEIRA DE FARIA ALVES, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 20.023.426-8, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 138.638.287-63, residente e domiciliado na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Rua Martins Silva, nº 57, Paraíso, CEP 24431-120.

REGES ANTONIO BRONZATTI, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 6036042932, inscrito no CPF/ME sob o nº 522.652.770/53, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Artur Rocha, nº 669, apto. 1702, Auxiliadora, Porto Alegre/RS, CEP 90450-171.

LUCIANO RODRIGO ROCHA, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 1059113603, expedida pela Secretaria de Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF/ME sob o nº 936.908.940-34, residente e domiciliado na cidade de Ivoti, no Estado de Rio Grande do Sul, Rua Romeu Brandt, nº 793, Colina Verde, CEP 93.900-000.

ANA CRISTINA POCHMANN MAIRESSE, brasileira, casada, bacharel em informática, portador da carteira de identidade nº 1046426456, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 688.565.040-49, residente e domiciliada na cidade de Gravataí, no Estado do Rio de Grande do Sul, na Via das Andorinhas, nº 275, Barro Vermelho, CEP 94190-992.

ADALBERTO BARBOSA DA COSTA LOBATO, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº MG-12.414.383, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 731.014.511-91, residente e domiciliado na cidade de Valparaiso de Goiás, Estado de Goiás, na QD 8 0 AP casa, Valparaiso, Etapa A, CEP 72876-024.

CLEBER GOMES DA COSTA, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 1.635.314, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 827.577.121-87, residente e domiciliado na cidade de Brasília, no Distrito Federal, Chácara 119, Lote 23, Vicente Pires, Taguatinga, CEP 72006-045.

DIEGO NEVES MACHADO, brasileiro, casado sob o regime de separação parcial de bens, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 2118935. inscrito no CPF/ME sob o nº 471.384.161-72, residente e domiciliado na cidade de Brasília, Distrito Federal, na SQN 403, bloco D, apto. 303, Asa Norte, CEP 70835-040.

FELIPE AUGUSTO SILVA LAMBERT, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 36279680, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 355.400.608-27, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Cônego Vicente Miguel Marino, nº 515, apto. 2401, Barra Funda, CEP 01135-020.

JOÃO PAULO RODRIGUES OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 12493617, inscrito no CPF/ME sob o nº 091.465.756-93, residente e domiciliado na cidade de Brasília, Distrito Federal, na CNB 13, Lote 3, apto. 203, Taguatinga Norte, CEP 72115-135.

LUIZ HENRIQUE SANTIAGO MADEIRA CAMPOS, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro da computação, portador da carteira de identidade nº 1898814, inscrito no CPF/ME sob o nº 707.488.611-49, residente e domiciliado na cidade de Brasília, no Distrito Federal, na SQNW 104, bloco D, apto. 209, Asa Norte, CEP 70683-350.

RENATO DE MATTOS NETO, brasileiro, casado sob o regime de separação bens, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 458709980, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério Economia sob o nº 377.862.688-47, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Ararapira nº 320, apto. 22, Planalto Paulista, CEP 04069-010.

CELSO LUIZ CARVALHO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 1.663.991, SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 578.745.301-87, residente e domiciliado na cidade de Brasília, no Distrito Federal, na SQS 312, bloco G, apto. 512, Asa Sul, CEP 70365-070.

ENILTON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade profissional "CREA" nº DF-15568/D, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal, inscrito no CPF/ME sob o nº 551.947.961-53, residente e domiciliado na cidade de Brasília, no Distrito Federal, SQN 311, bloco G, apto. 208, Asa Norte, CEP 70757-070.

MARCO ANTÔNIO ZANINI, brasileiro, solteiro, administrador, portador da carteira de identidade nº 13.610.158-6, expedida pela SSP/SP, inscrito o CPF/ME sob o nº 087.885.668-46, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Rodrigo Cláudio, nº 308, apto. 121, CEP 01532-020.

RONALDO ESCHIEZARO, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 17.924.324, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 139.845.288-25, residente e domiciliado na cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, Avenida Hilário Pereira de Souza, nº 492, apto. 161, Torre Serra do Japi, Centro, CEP 06010-170.

GUSTAVO EDUARDO ASSUNÇÃO DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 17.779.576, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 065.460.018-02, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n° 1.050, apto. 153, Vila Olímpia, CEP 04547-004.

MARCELO PALLOTA ABREU DOS SANTOS, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 14.164.275-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 066.185.158-31, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Heitor Penteado, n° 2.214, apto. 103, Sumarezinho, CEP 05438-300.

RODRIGO DA ROCHA MIRANDA PRADO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 25.614.627-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 124.865.937-12, com endereço comercial na cidade e Estado de Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, bloco 19, sala 301, Barra da Tijuca, CEP 22640-100.

GUY PERELMUTER, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 08356016-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 08356016-9, residente e domiciliado na cidade e Estado de Rio de Janeiro, na Rua General Artigas, nº 386, apto. 401, Leblon, CEP 22441-140.

EDUARDO DA ROCHA MIRANDA PRADO, brasileiro, solteiro, agente artístico, portador da carteira de identidade nº 25.614.625-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 124.865.897-32, com endereço comercial na cidade e Estado de Rio de Janeiro, Avenida das Américas nº 500, bloco 19, sala 301, Barra da Tijuca, CEP 22640-100.

RAFAELA DA ROCHA MIRANDA PRADO, brasileira, solteira, empresária, portadora da carteira de identidade nº 24.190.090-1, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 124.865.917-10, com endereço comercial na cidade e Estado de Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, bloco 19, sala 301, Barra da Tijuca, CEP 22.640-100.

ANTÔNIA DA ROCHA MIRANDA PRADO, brasileira, solteira, empresária, portadora da carteira de identidade nº 24.267.312-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 124.865.917-92, com endereço comercial na cidade e Estado de Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, bloco 19, sala 301, Barra da Tijuca, CEP 22.640-100.

EDUARDO ARROXELLAS VILLELA, brasileiro, casado em separação total de bens, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.905.421, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 075.269.237-21, com endereço comercial na cidade e Estado de Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, bloco 19, sala 301, Barra da Tijuca, CEP 22.640-100.

Quantidade, montante e recursos líquidos

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante**[(1)]	**Recursos Líquidos**[(1)(2)]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Siegfried Koelln	[•]	[•]	[•]
Juan Hilario Raimondi,	[•]	[•]	[•]
Julian Eduardo Raimondi	[•]	[•]	[•]
Guilherme Corrêa Porto	[•]	[•]	[•]
Fernando Aloysio Marietto De Souza Macedo	[•]	[•]	[•]
Solemar Batista De Andrade	[•]	[•]	[•]
Bruno Reis De Arruda Alves	[•]	[•]	[•]
João Cox Neto	[•]	[•]	[•]
Ney Prado Junior	[•]	[•]	[•]
César Balarine Cavalheiro Leite	[•]	[•]	[•]
Orion Ventures Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
Reges Antonio Bronzatti	[•]	[•]	[•]
Luciano Rodrigo Rocha	[•]	[•]	[•]
Ana Cristina Pochmann Mairesse	[•]	[•]	[•]
André Marcel Migliorelli	[•]	[•]	[•]
Bension Waksman	[•]	[•]	[•]
Fabrício Buzzatti Santos	[•]	[•]	[•]
Flávio Nogueira Fernandes	[•]	[•]	[•]
Leandro De Sá Del Debbio	[•]	[•]	[•]
Ricardo José Galvão Alves	[•]	[•]	[•]
Alexandre Magno Dos Santos E Braga	[•]	[•]	[•]
Atiá Xavier Da Costa Braga	[•]	[•]	[•]
Fabiano Carvalho	[•]	[•]	[•]
Nelson Jawetz	[•]	[•]	[•]
Luis Felipe Carlomagno Carchedi	[•]	[•]	[•]
Evandro José Lacerda Felippe	[•]	[•]	[•]
Carlos Eduardo Albo Py	[•]	[•]	[•]
Klasint Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Alexsandro Von Burg Brubacher	[•]	[•]	[•]
Marcelo Arkader Skaba	[•]	[•]	[•]
Roberto de Oliveira Xavier Junior	[•]	[•]	[•]
FJJ Investimentos E Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli	[•]	[•]	[•]
Luciano Jose do Rego Barbosa	[•]	[•]	[•]
Elias Dahia Junior	[•]	[•]	[•]
Luis Carlos Crem	[•]	[•]	[•]
MURBSER 16 Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Tuli Lerner De Berredo	[•]	[•]	[•]
Frederico Ruzany	[•]	[•]	[•]
Carlos Manoel Mendonça de Araujo	[•]	[•]	[•]
Vitor Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
Sandra Regina Holanda Mariano	[•]	[•]	[•]
Assen Zalfa Junior	[•]	[•]	[•]

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
VPORT Participações Ltda.-ME	[•]	[•]	[•]
Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda.	[•]	[•]	[•]
LIVEMOB Serviços de Telefonia Móvel Ltda.	[•]	[•]	[•]
Ricardo Real	[•]	[•]	[•]
Luiz Augusto Índio Da Costa	[•]	[•]	[•]
Paulo Lerner Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
Henrique Ferrari	[•]	[•]	[•]
Pedro Henrique França Tavares	[•]	[•]	[•]
Pedro Carneiro dos Santos	[•]	[•]	[•]
BG Consultoria e Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
JFMJ Investimentos E Participações Ltda.	[•]	[•]	[•]
Guy Perelmuter	[•]	[•]	[•]
Alan Rubinsztejn	[•]	[•]	[•]
Paulo Ernesto Kleinberger	[•]	[•]	[•]
FLM Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
GAA Thinc LLC	[•]	[•]	[•]
Miriam Fernanda dos Santos	[•]	[•]	[•]
Poline Canazio Hervet	[•]	[•]	[•]
Gabriel Gesteira De Faria Alves	[•]	[•]	[•]
Miguel José Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
BAZ Consultoria e Assessoria Comercial Ltda.	[•]	[•]	[•]
Sergey Korotkov	[•]	[•]	[•]
Sergio Rego Monteiro Filho	[•]	[•]	[•]
F M Sociedade De Participações e Fomento Mercantil Ltda.	[•]	[•]	[•]
Ricardo Alejandro Donner	[•]	[•]	[•]
Fabio Araujo Teixeira	[•]	[•]	[•]
Tiago Wolfarth	[•]	[•]	[•]
Daniel Klafke	[•]	[•]	[•]
Igor Klafke	[•]	[•]	[•]
Jonatas Bloss	[•]	[•]	[•]
Marcelo Gomes Conde	[•]	[•]	[•]
Guilherme Antonelli Carvalho de Souza	[•]	[•]	[•]
Bruno Lassalla Gomes	[•]	[•]	[•]
Maurício Pires da Cruz	[•]	[•]	[•]
Flávio Fava Ditt	[•]	[•]	[•]
Pedro Augusto De Carvalho Ribeiro	[•]	[•]	[•]
Gustavo Eduardo Assunção da Silveira	[•]	[•]	[•]
Marcelo Pallota Abreu dos Santos	[•]	[•]	[•]
Celso Luiz Carvalho de Souza	[•]	[•]	[•]
Enilton Antônio do Nascimento Júnior	[•]	[•]	[•]
Marco Antônio Zanini	[•]	[•]	[•]
Ronaldo Eschiezaro	[•]	[•]	[•]
SLT Blessed Participações S.A.	[•]	[•]	[•]
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli	[•]	[•]	[•]
Adalberto Barbosa da Costa Lobato	[•]	[•]	[•]
Diego Neves Machado	[•]	[•]	[•]
Cleber Gomes da Costa	[•]	[•]	[•]
Felipe Augusto Silva Lambert	[•]	[•]	[•]
João Paulo Rodrigues Oliveira	[•]	[•]	[•]
Luiz Henrique Santiago Madeira Campos	[•]	[•]	[•]
Eduardo Arroxellas Villela	[•]	[•]	[•]
Renato De Mattos Neto	[•]	[•]	[•]
Júlio Cesar Garcia Pinã Rodrigues	[•]	[•]	[•]
Rodrigo Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Eduardo Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Rafaela Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Antônia Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Siegfried Koelln	[•]	[•]	[•]
Juan Hilario Raimondi,	[•]	[•]	[•]
Julian Eduardo Raimondi	[•]	[•]	[•]
Guilherme Corrêa Porto	[•]	[•]	[•]
Fernando Aloysio Marietto De Souza Macedo	[•]	[•]	[•]
Solemar Batista De Andrade	[•]	[•]	[•]
Bruno Reis De Arruda Alves	[•]	[•]	[•]
João Cox Neto	[•]	[•]	[•]
Ney Prado Junior	[•]	[•]	[•]
César Balarine Cavalheiro Leite	[•]	[•]	[•]
Orion Ventures Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
Reges Antonio Bronzatti	[•]	[•]	[•]
Luciano Rodrigo Rocha	[•]	[•]	[•]
Ana Cristina Pochmann Mairesse	[•]	[•]	[•]
André Marcel Migliorelli	[•]	[•]	[•]
Bension Waksman	[•]	[•]	[•]
Fabrício Buzzatti Santos	[•]	[•]	[•]
Flávio Nogueira Fernandes	[•]	[•]	[•]
Leandro De Sá Del Debbio	[•]	[•]	[•]
Ricardo José Galvão Alves	[•]	[•]	[•]
Alexandre Magno Dos Santos E Braga	[•]	[•]	[•]
Atiá Xavier Da Costa Braga	[•]	[•]	[•]
Fabiano Carvalho	[•]	[•]	[•]
Nelson Jawetz	[•]	[•]	[•]
Luis Felipe Carlomagno Carchedi	[•]	[•]	[•]
Evandro José Lacerda Felippe	[•]	[•]	[•]
Carlos Eduardo Albo Py	[•]	[•]	[•]
Klasint Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Alexsandro Von Burg Brubacher	[•]	[•]	[•]
Marcelo Arkader Skaba	[•]	[•]	[•]
Roberto de Oliveira Xavier Junior	[•]	[•]	[•]
FJJ Investimentos E Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli	[•]	[•]	[•]
Luciano Jose do Rego Barbosa	[•]	[•]	[•]
Elias Dahia Junior	[•]	[•]	[•]
Luis Carlos Crem	[•]	[•]	[•]
MURBSER 16 Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Tuli Lerner De Berredo	[•]	[•]	[•]
Frederico Ruzany	[•]	[•]	[•]
Carlos Manoel Mendonça de Araujo	[•]	[•]	[•]
Vitor Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
Sandra Regina Holanda Mariano	[•]	[•]	[•]
Assen Zalfa Junior	[•]	[•]	[•]
VPORT Participações Ltda.-ME	[•]	[•]	[•]
Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda.	[•]	[•]	[•]
LIVEMOB Serviços de Telefonia Móvel Ltda.	[•]	[•]	[•]
Ricardo Real	[•]	[•]	[•]
Luiz Augusto Índio Da Costa	[•]	[•]	[•]
Paulo Lerner Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
Henrique Ferrari	[•]	[•]	[•]
Pedro Henrique França Tavares	[•]	[•]	[•]
Pedro Carneiro dos Santos	[•]	[•]	[•]
BG Consultoria e Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
JFMJ Investimentos E Participações Ltda.	[•]	[•]	[•]
Guy Perelmuter	[•]	[•]	[•]
Alan Rubinsztejn	[•]	[•]	[•]
Paulo Ernesto Kleinberger	[•]	[•]	[•]
FLM Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
GAA Thinc LLC	[•]	[•]	[•]
Miriam Fernanda dos Santos	[•]	[•]	[•]
Poline Canazio Hervet	[•]	[•]	[•]
Gabriel Gesteira De Faria Alves	[•]	[•]	[•]
Miguel José Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
BAZ Consultoria e Assessoria Comercial Ltda.	[•]	[•]	[•]
Sergey Korotkov	[•]	[•]	[•]
Sergio Rego Monteiro Filho	[•]	[•]	[•]

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
F M Sociedade De Participações e Fomento Mercantil Ltda.	[•]	[•]	[•]
Ricardo Alejandro Donner	[•]	[•]	[•]
Fabio Araujo Teixeira	[•]	[•]	[•]
Tiago Wolfarth	[•]	[•]	[•]
Daniel Klafke	[•]	[•]	[•]
Igor Klafke	[•]	[•]	[•]
Jonatas Bloss	[•]	[•]	[•]
Marcelo Gomes Conde	[•]	[•]	[•]
Guilherme Antonelli Carvalho de Souza	[•]	[•]	[•]
Bruno Lassalla Gomes	[•]	[•]	[•]
Maurício Pires da Cruz	[•]	[•]	[•]
Flávio Fava Ditt	[•]	[•]	[•]
Pedro Augusto De Carvalho Ribeiro	[•]	[•]	[•]
Gustavo Eduardo Assunção da Silveira	[•]	[•]	[•]
Marcelo Pallota Abreu dos Santos	[•]	[•]	[•]
Celso Luiz Carvalho de Souza	[•]	[•]	[•]
Enilton Antônio do Nascimento Júnior	[•]	[•]	[•]
Marco Antônio Zanini	[•]	[•]	[•]
Ronaldo Eschiezaro	[•]	[•]	[•]
SLT Blessed Participações S.A.	[•]	[•]	[•]
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli	[•]	[•]	[•]
Adalberto Barbosa da Costa Lobato	[•]	[•]	[•]
Diego Neves Machado	[•]	[•]	[•]
Cleber Gomes da Costa	[•]	[•]	[•]
Felipe Augusto Silva Lambert	[•]	[•]	[•]
João Paulo Rodrigues Oliveira	[•]	[•]	[•]
Luiz Henrique Santiago Madeira Campos	[•]	[•]	[•]
Eduardo Arroxellas Villela	[•]	[•]	[•]
Renato De Mattos Neto	[•]	[•]	[•]
Júlio Cesar Garcia Pinã Rodrigues	[•]	[•]	[•]
Rodrigo Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Eduardo Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Rafaela Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Antônia Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Siegfried Koelln	[•]	[•]	[•]
Juan Hilario Raimondi,	[•]	[•]	[•]
Julian Eduardo Raimondi	[•]	[•]	[•]
Guilherme Corrêa Porto	[•]	[•]	[•]
Fernando Aloysio Marietto De Souza Macedo	[•]	[•]	[•]
Solemar Batista De Andrade	[•]	[•]	[•]
Bruno Reis De Arruda Alves	[•]	[•]	[•]
João Cox Neto	[•]	[•]	[•]
Ney Prado Junior	[•]	[•]	[•]
César Balarine Cavalheiro Leite	[•]	[•]	[•]
Orion Ventures Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
Reges Antonio Bronzatti	[•]	[•]	[•]
Luciano Rodrigo Rocha	[•]	[•]	[•]
Ana Cristina Pochmann Mairesse	[•]	[•]	[•]
André Marcel Migliorelli	[•]	[•]	[•]
Bension Waksman	[•]	[•]	[•]
Fabrício Buzzatti Santos	[•]	[•]	[•]
Flávio Nogueira Fernandes	[•]	[•]	[•]
Leandro De Sá Del Debbio	[•]	[•]	[•]
Ricardo José Galvão Alves	[•]	[•]	[•]
Alexandre Magno Dos Santos E Braga	[•]	[•]	[•]
Atiá Xavier Da Costa Braga	[•]	[•]	[•]
Fabiano Carvalho	[•]	[•]	[•]
Nelson Jawetz	[•]	[•]	[•]
Luis Felipe Carlomagno Carchedi	[•]	[•]	[•]
Evandro José Lacerda Felippe	[•]	[•]	[•]
Carlos Eduardo Albo Py	[•]	[•]	[•]
Klasint Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Alexsandro Von Burg Brubacher	[•]	[•]	[•]
Marcelo Arkader Skaba	[•]	[•]	[•]
Roberto de Oliveira Xavier Junior	[•]	[•]	[•]
FJJ Investimentos E Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli	[•]	[•]	[•]
Luciano Jose do Rego Barbosa	[•]	[•]	[•]
Elias Dahia Junior	[•]	[•]	[•]
Luis Carlos Crem	[•]	[•]	[•]
MURBSER 16 Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Tuli Lerner De Berredo	[•]	[•]	[•]
Frederico Ruzany	[•]	[•]	[•]
Carlos Manoel Mendonça de Araujo	[•]	[•]	[•]
Vitor Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
Sandra Regina Holanda Mariano	[•]	[•]	[•]
Assen Zalfa Junior	[•]	[•]	[•]
VPORT Participações Ltda.-ME	[•]	[•]	[•]
Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda.	[•]	[•]	[•]
LIVEMOB Serviços de Telefonia Móvel Ltda.	[•]	[•]	[•]
Ricardo Real	[•]	[•]	[•]
Luiz Augusto Índio Da Costa	[•]	[•]	[•]
Paulo Lerner Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
Henrique Ferrari	[•]	[•]	[•]
Pedro Henrique França Tavares	[•]	[•]	[•]
Pedro Carneiro dos Santos	[•]	[•]	[•]
BG Consultoria e Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
JFMJ Investimentos E Participações Ltda.	[•]	[•]	[•]
Guy Perelmuter	[•]	[•]	[•]
Alan Rubinsztejn	[•]	[•]	[•]
Paulo Ernesto Kleinberger	[•]	[•]	[•]
FLM Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
GAA Thinc LLC	[•]	[•]	[•]
Miriam Fernanda dos Santos	[•]	[•]	[•]
Poline Canazio Hervet	[•]	[•]	[•]

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Gabriel Gesteira De Faria Alves	[•]	[•]	[•]
Miguel José Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
BAZ Consultoria e Assessoria Comercial Ltda.	[•]	[•]	[•]
Sergey Korotkov	[•]	[•]	[•]
Sergio Rego Monteiro Filho	[•]	[•]	[•]
F M Sociedade De Participações e Fomento Mercantil Ltda.	[•]	[•]	[•]
Ricardo Alejandro Donner	[•]	[•]	[•]
Fabio Araujo Teixeira	[•]	[•]	[•]
Tiago Wolfarth	[•]	[•]	[•]
Daniel Klafke	[•]	[•]	[•]
Igor Klafke	[•]	[•]	[•]
Jonatas Bloss	[•]	[•]	[•]
Marcelo Gomes Conde	[•]	[•]	[•]
Guilherme Antonelli Carvalho de Souza	[•]	[•]	[•]
Bruno Lassalla Gomes	[•]	[•]	[•]
Maurício Pires da Cruz	[•]	[•]	[•]
Flávio Fava Ditt	[•]	[•]	[•]
Pedro Augusto De Carvalho Ribeiro	[•]	[•]	[•]
Gustavo Eduardo Assunção da Silveira	[•]	[•]	[•]
Marcelo Pallota Abreu dos Santos	[•]	[•]	[•]
Celso Luiz Carvalho de Souza	[•]	[•]	[•]
Enilton Antônio do Nascimento Júnior	[•]	[•]	[•]
Marco Antônio Zanini	[•]	[•]	[•]
Ronaldo Eschiezaro	[•]	[•]	[•]
SLT Blessed Participações S.A.	[•]	[•]	[•]
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli	[•]	[•]	[•]
Adalberto Barbosa da Costa Lobato	[•]	[•]	[•]
Diego Neves Machado	[•]	[•]	[•]
Cleber Gomes da Costa	[•]	[•]	[•]
Felipe Augusto Silva Lambert	[•]	[•]	[•]
João Paulo Rodrigues Oliveira	[•]	[•]	[•]
Luiz Henrique Santiago Madeira Campos	[•]	[•]	[•]
Eduardo Arroxellas Villela	[•]	[•]	[•]
Renato De Mattos Neto	[•]	[•]	[•]
Júlio Cesar Garcia Pinã Rodrigues	[•]	[•]	[•]
Rodrigo Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Eduardo Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Rafaela Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Antônia Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Siegfried Koelln	[•]	[•]	[•]
Juan Hilario Raimondi,	[•]	[•]	[•]
Julian Eduardo Raimondi	[•]	[•]	[•]
Guilherme Corrêa Porto	[•]	[•]	[•]
Fernando Aloysio Marietto De Souza Macedo	[•]	[•]	[•]
Solemar Batista De Andrade	[•]	[•]	[•]
Bruno Reis De Arruda Alves	[•]	[•]	[•]
João Cox Neto	[•]	[•]	[•]
Ney Prado Junior	[•]	[•]	[•]
César Balarine Cavalheiro Leite	[•]	[•]	[•]
Orion Ventures Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
Reges Antonio Bronzatti	[•]	[•]	[•]
Luciano Rodrigo Rocha	[•]	[•]	[•]
Ana Cristina Pochmann Mairesse	[•]	[•]	[•]
André Marcel Migliorelli	[•]	[•]	[•]
Bension Waksman	[•]	[•]	[•]
Fabrício Buzzatti Santos	[•]	[•]	[•]
Flávio Nogueira Fernandes	[•]	[•]	[•]
Leandro De Sá Del Debbio	[•]	[•]	[•]
Ricardo José Galvão Alves	[•]	[•]	[•]
Alexandre Magno Dos Santos E Braga	[•]	[•]	[•]
Atiá Xavier Da Costa Braga	[•]	[•]	[•]
Fabiano Carvalho	[•]	[•]	[•]
Nelson Jawetz	[•]	[•]	[•]
Luis Felipe Carlomagno Carchedi	[•]	[•]	[•]
Evandro José Lacerda Felippe	[•]	[•]	[•]
Carlos Eduardo Albo Py	[•]	[•]	[•]
Klasint Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Alexsandro Von Burg Brubacher	[•]	[•]	[•]
Marcelo Arkader Skaba	[•]	[•]	[•]
Roberto de Oliveira Xavier Junior	[•]	[•]	[•]
FJJ Investimentos E Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli	[•]	[•]	[•]
Luciano Jose do Rego Barbosa	[•]	[•]	[•]
Elias Dahia Junior	[•]	[•]	[•]
Luis Carlos Crem	[•]	[•]	[•]
MURBSER 16 Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Tuli Lerner De Berredo	[•]	[•]	[•]
Frederico Ruzany	[•]	[•]	[•]
Carlos Manoel Mendonça de Araujo	[•]	[•]	[•]
Vitor Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
Sandra Regina Holanda Mariano	[•]	[•]	[•]
Assen Zalfa Junior	[•]	[•]	[•]
VPORT Participações Ltda.-ME	[•]	[•]	[•]
Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda.	[•]	[•]	[•]
LIVEMOB Serviços de Telefonia Móvel Ltda.	[•]	[•]	[•]
Ricardo Real	[•]	[•]	[•]
Luiz Augusto Índio Da Costa	[•]	[•]	[•]
Paulo Lerner Froimtchuk	[•]	[•]	[•]
Henrique Ferrari	[•]	[•]	[•]
Pedro Henrique França Tavares	[•]	[•]	[•]
Pedro Carneiro dos Santos	[•]	[•]	[•]
BG Consultoria e Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
JFMJ Investimentos E Participações Ltda	[•]	[•]	[•]
Guy Perelmuter	[•]	[•]	[•]
Alan Rubinsztejn	[•]	[•]	[•]
Paulo Ernesto Kleinberger	[•]	[•]	[•]
FLM Participações Eireli	[•]	[•]	[•]
GAA Thinc LLC	[•]	[•]	[•]
Miriam Fernanda dos Santos	[•]	[•]	[•]
Poline Canazio Hervet	[•]	[•]	[•]
Gabriel Gesteira De Faria Alves	[•]	[•]	[•]
Miguel José Froimtchuk	[•]	[•]	[•]

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
BAZ Consultoria e Assessoria Comercial Ltda.	[•]	[•]	[•]
Sergey Korotkov	[•]	[•]	[•]
Sergio Rego Monteiro Filho	[•]	[•]	[•]
F M Sociedade De Participações e Fomento Mercantil Ltda.	[•]	[•]	[•]
Ricardo Alejandro Donner	[•]	[•]	[•]
Fabio Araujo Teixeira	[•]	[•]	[•]
Tiago Wolfarth	[•]	[•]	[•]
Daniel Klafke	[•]	[•]	[•]
Igor Klafke	[•]	[•]	[•]
Jonatas Bloss	[•]	[•]	[•]
Marcelo Gomes Conde	[•]	[•]	[•]
Guilherme Antonelli Carvalho de Souza	[•]	[•]	[•]
Bruno Lassalla Gomes	[•]	[•]	[•]
Maurício Pires da Cruz	[•]	[•]	[•]
Flávio Fava Ditt	[•]	[•]	[•]
Pedro Augusto De Carvalho Ribeiro	[•]	[•]	[•]
Gustavo Eduardo Assunção da Silveira	[•]	[•]	[•]
Marcelo Pallota Abreu dos Santos	[•]	[•]	[•]
Celso Luiz Carvalho de Souza	[•]	[•]	[•]
Enilton Antônio do Nascimento Júnior	[•]	[•]	[•]
Marco Antônio Zanini	[•]	[•]	[•]
Ronaldo Eschiezaro	[•]	[•]	[•]
SLT Blessed Participações S.A.	[•]	[•]	[•]
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli	[•]	[•]	[•]
Adalberto Barbosa da Costa Lobato	[•]	[•]	[•]
Diego Neves Machado	[•]	[•]	[•]
Cleber Gomes da Costa	[•]	[•]	[•]
Felipe Augusto Silva Lambert	[•]	[•]	[•]
João Paulo Rodrigues Oliveira	[•]	[•]	[•]
Luiz Henrique Santiago Madeira Campos	[•]	[•]	[•]
Eduardo Arroxellas Villela	[•]	[•]	[•]
Renato De Mattos Neto	[•]	[•]	[•]
Júlio Cesar Garcia Pinã Rodrigues	[•]	[•]	[•]
Rodrigo Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Eduardo Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Rafaela Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Antônia Da Rocha Miranda Prado	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] Ações, das quais (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] novas Ações; e (ii) até [•] no contexto da Oferta Secundária, Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 50 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] novas Ações; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 50 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia / pelos Acionistas Vendedores / pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulamento S* sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da *Rule* 144A do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país que não o Brasil.

Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3

A Companhia, requereu à B3 a sua adesão ao segmento especial de negociação da B3 denominado "Novo Mercado" ("**Novo Mercado**"), que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, cujo deferimento estará condicionado à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]".

A Companhia celebrará o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa exigidas pelo Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "12.12 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*) – que é o percentual mínimo do capital social a ser mantido em circulação pelas companhias integrantes do Novo Mercado.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, dinâmica de governança e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência e o item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 96 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a qual já contempla as disposições necessárias à adesão ao Regulamento do Novo Mercado, a submissão do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários categoria "A" junto à CVM, a submissão do pedido de listagem da Companhia no Novo Mercado perante a B3 e do pedido de admissão das ações de emissão da Companhia à negociação no Novo Mercado, bem como a submissão do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária pela Companhia, incluindo seus termos e condições, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de fevereiro de 2022, cuja ata foi registrada perante a JUCERJA, sob o nº [•], em [•] de [•] de 2022, no jornal "Valor Econômico" em [•] de [•] de 2022.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCERJA e publicada no jornal "Valor Econômico" na data de divulgação do Anúncio de Início no dia útil seguinte.

[A realização da Oferta Secundária[(incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar)], bem como seus termos e condições, inclusive com relação à fixação do Preço por Ação, foi aprovada em [•] do [•], realizada em [•] de [•] de 2022, nos termos do seu [regulamento/estatuto social/contrato social].] {ou} [Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária[, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar], a fixação do Preço por Ação e sua justificação, uma vez que se trata de pessoas físicas.]

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária[, incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar], a fixação do Preço por Ação e sua justificação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores convidarão as Instituições Consorciadas para efetuar seus esforços de colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•] ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda por Ações (por volume e preço) coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único de referido artigo.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma parcela significativa da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia"], na página 104 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário"], na página 99 deste Prospecto.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 42 deste Prospecto.

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*) – que é o percentual mínimo do capital social a ser mantido em circulação pelas companhias integrantes do Novo Mercado; ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações das sociedades se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos 12 doze meses.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, B3 e ANBIMA relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. **Para mais informações, veja a seção *"Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com a totalidade das despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem por ela recebidos em decorrência da Oferta, podendo afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da mesma."* constante a partir da página 104 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta[2]			
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[6]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[7]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[8]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[9]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, proporcionalmente à quantidade de Ações da Oferta efetivamente emitidas ou alienadas, conforme o caso, por cada um deles.

(3) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(6) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta[2]			
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[6]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[7]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[8]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[9]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, proporcionalmente à quantidade de Ações da Oferta efetivamente emitidas ou alienadas, conforme o caso, por cada um deles.

(3) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(6) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 92 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores;

(c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores alienantes da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigentes e no Regulamento do Novo Mercado, bem como no Estatuto Social, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM, observados os requisitos previstos nas normas legais e no Regulamento do Novo Mercado;

(e) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção de sua participação no capital social da Companhia; e

(h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores de Varejo, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; (ii) Investidores do Private, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta Private, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private; e (iii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, o encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários, categoria "A", pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Colocação Internacional e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a listagem da Companhia na B3 e a admissão das Ações à negociação no Novo Mercado, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais ("**Oferta Não Institucional**"); e (ii) uma oferta destinada a Investidores Institucionais ("**Oferta Institucional**"), conforme descritas abaixo.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão um plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, as quais em nenhuma hipótese poderão ser consideradas no plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) para alocação junto a Investidores Não Institucionais, nos termos do Ofício Circular, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30; (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido dos registros da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativos a títulos e valores mobiliários incidentes sobre o câmbio ("**IOF/Câmbio**") e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta", na página 100 deste Prospecto.**

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve nem haverá contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.

Oferta Não Institucional

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva, de acordo com as condições e procedimentos descritos abaixo.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com os procedimentos descritos abaixo. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores Não Institucionais será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados pelas Instituições Consorciadas.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

(I) Oferta Private

O montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública junto aos Investidores Private, sendo certo que:

(i) o montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada será destinado à colocação pública para os Investidores Private Com *Lock-up* ("**Oferta Private Com *Lock-up***"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Com *Lock-up* (a) de até [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionista Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta Private Com *Lock-up*, sendo que, caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta Private Com *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta Private Com *Lock-up* para a Oferta Private Sem *Lock-up*, para a Oferta de Varejo ou para a Oferta Institucional; e

(ii) o montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up* ("**Oferta Private Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta Private Com *Lock-up*, "**Oferta Private**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (a) de até [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Com *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up*, sendo que, caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta Private Sem *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta Private Sem *Lock-up* para a Oferta Private Com *Lock-up*, para a Oferta de Varejo ou para a Oferta Institucional.

A Oferta Private será realizada exclusivamente junto a Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private e o procedimento abaixo descrito.

Os Pedidos de Reserva serão realizados pelos Investidores Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) e nas seções "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 85 e 87, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta Private deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, sendo que tais Investidores Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Private estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta Private Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private, sob pena de serem considerados Investidores Private Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta Private Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores Private deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Private serão informados a cada Investidor Private até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta Private;

(e) cada Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação ou outro horário a ser especificado pela Instituição Participante da Oferta. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a integralização/liquidação por parte do Investidor Private e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Private o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 84 e 87, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta Private prevista na alínea (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Com *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas [à Oferta Private Sem *Lock-up*, à Oferta de Varejo ou à Oferta Institucional]; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Com *Lock-up* poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta Private Com *Lock-up***");

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta Private Sem *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas [à Oferta Private Com *Lock-up*, à Oferta de Varejo ou à Oferta Institucional]; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up***" e, em conjunto com o Rateio Oferta Private Com *Lock-up*, "**Rateio da Oferta Private**"); e

(i) caso haja Rateio da Oferta Private, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up* da Oferta Private**. Os Investidores Private Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("Lock-up* da Oferta Private**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private Com *Lock-up*, cada Investidor Private Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de* Lock-up *da Oferta Private e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *da Oferta Private e o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações"] na página 101 deste Prospecto.

(II) Oferta de Varejo

O montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública junto aos Investidores de Varejo, sendo certo que:

(i) o montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Com *Lock-up***"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Com *Lock-up* (a) de até [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, sendo que, caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta de Varejo Com *Lock-up* para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, para a Oferta Private ou para a Oferta Institucional; e

(ii) o montante de, no mínimo, [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, a "**Oferta de Varejo**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) de até [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Com*Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, sendo que, caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* para a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, para a Oferta Private ou para a Oferta Institucional.

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, e o procedimento abaixo descrito.

Os Pedidos de Reserva serão realizados pelos Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 85 e 87, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo), sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada**. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo, serão informados a cada Investidor de Varejo até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo;

(e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação ou outro horário a ser especificado pela Instituição Participante da Oferta. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a integralização/liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor do de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 84 e 87, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas [à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, à Oferta Private ou à Oferta Institucional]; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up***");

(h) caso o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*) objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas [à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, à Oferta Private ou à Oferta Institucional]; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* poderá, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com o Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, "**Rateio da Oferta de Varejo**"); e

(i) sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up* da Oferta de Varejo**. Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("Lock-up* da Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *[Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *da Oferta Private e o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações"], na página 101 deste Prospecto.*

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta Não Institucional, as Ações remanescentes, que não forem colocadas na Oferta Não Institucional serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao respectivo Investidor Institucional, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A subscrição/aquisição das Ações por Investidores Institucionais será formalizada, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda e/ou documento de aceitação da Oferta, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Resolução CVM 27. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição das Ações deverá ser formalizada mediante ato de aceitação da Oferta pelo Investidor Institucional, o qual deverá ser realizado junto ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, devendo, no mínimo, (i) conter as condições de subscrição/aquisição e de integralização/liquidação das Ações; (ii) esclarecer que não será admitida a distribuição parcial da Oferta; (iii) conter esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta; e (iv) conter declaração de que obteve cópia dos Prospectos, observado que tal formalização poderá ocorrer, inclusive, mediante o preenchimento e entrega, ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, de termo de aceitação.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Lei 4.131, na Resolução CMN 4.373 ou na Resolução CVM 13.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta podem requerer autorização à CVM para a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias relativas à Oferta existentes na data do pedido de registro da Oferta, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e/ou pelos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias.

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) haja um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até às 12:00 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até às 14:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até às 14:00 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação (conforme definido abaixo) ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Na hipótese de suspensão da Oferta, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciadas deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciadas a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, nos termos acima descritos, até às 14:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação, ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta, conforme aplicável.

Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do respectivo Pedido de Reserva nos termos deste item, tais Pedidos de Reserva serão considerados válidos e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total do seu investimento.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e venha a desistir do respectivo Pedido de Reserva nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Distribuição; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta, que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, ou, ainda; (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva, em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Participantes da Oferta comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de divulgação de comunicado ao mercado e aos Investidores Não Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento da comunicação, pelo investidor acerca de quaisquer dos eventos acima citados, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada por meio do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de [•], nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2022, em conformidade com o artigo 29 e Anexo V da Instrução CVM 400.

Liquidação

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações ("**Período de Colocação**"). A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocaçãode divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da respectiva data do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de integralização/liquidação, na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, celebrados o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 72 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	**Quantidade de Ações**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]%
Itaú BBA	[•]	[•]%
Citi	[•]	[•]%
Total	**[•]**	**[•]**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelosAdministradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são obrigados, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes relativas às informações de sua respectiva responsabilidade nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Colocação Internacional, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*", na página 101 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 92 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão

ao Contrato de Distribuição, na carta-convite disponibilizada pelo Coordenador Líder ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas (incluindo lucros cessantes) e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, seus Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up***"), sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iv) arquivar, submeter ou fazer com que seja arquivado ou submetido, incluindo qualquer arquivamento confidencial, uma declaração de registro (*registration statement)*, prospecto, suplemento de prospecto (*prospectus suplement*) ou memorando da oferta (*offering memorandum*) nos termos do *Securities Act* ou da legislacao brasileira, ou (v) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iv).]

As vedações listadas acima não se aplicarão nas seguintes hipóteses: [(i) Ações a serem vendidas nos termos do Contrato de Distribuição; (ii) emissão pela Companhia de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* por meio da conversão ou permuta de valores mobiliariários conversíveis ou permutáveis ou o exercício de bônus ou opções; (iii) outorgas pela Companhia de opções de compra de ações de acordo com os termos de um plano de opção de compra de ações devidamente aprovado e emissão de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência do exercício de tais opções; (iv) transações relacionadas a ações ou outros valores mobiliários adquiridos no mercado após a conclusão da Oferta, desde que nenhum arquivamento seja requerido ou voluntariamente feito nos termos da legislação Brasileira ou Norte-Americana ou outra legislação aplicável; (v) doações de boa-fé de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações; e (vi) transferências a *limited partners*, *stockholders* ou *affiliates* conforme termos definidos na Regra 405 do *Securities Act*.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta* e/ou após *o Período de* Lock-up *pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 98 deste Prospecto.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a [•].

Cronograma Tentativo Estimado da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo do pedido dos registros da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data[(1)]
1	Protocolo do pedido dos registros da Oferta junto à CVM	[•] de [•] de 2022
2	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2022
3	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2022
4	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2022
5	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2022
6	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia[e pelos Acionistas Vendedores] Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2022
7	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2022
8	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	[•] de [•] de 2022
9	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2022
10	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2022
11	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2022
12	Término do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2022
13	Término do *Lock-up* da Oferta Private	[•] de [•] de 2022
14	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2022

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição, por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva e serão formalizadas, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 91 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 86 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Inadequação da Oferta

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhiae das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

COMPANHIA

www.qestra.com.br/ri (neste website, clicar na aba "Comunicado ao Mercado" e escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco BTG Pactual S.A.

https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais - *Download*", depois clicar em "2022" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.", escolher o *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco Itaú BBA S.A.

http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, acessar "Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.", clicar em "2022", em "Oferta Pública de Ações (IPO)" e, em seguida, clicar no *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, acessar "Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.", clicar em "2022", na sequência clicar em "Oferta Pública de Ações (IPO)" e, em seguida, clicar no *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

www.gov.br/cvm (neste website, na seção "Pesquisa de Dados" da página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, acessar "Ofertas Públicas de Distribuição", depois, acessar "Ofertas em Análise", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste website acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 23 e 96, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Prospecto Preliminar, uma vez que não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

COMPANHIA

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.
Avenida das Américas, nº 500, Barra da Tijuca, bloco 19, sala 301 parte
CEP 22640-904, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Eduardo Arroxellas Vilella
Tel.: +55 (21) 3433-5050

www.qestra.com.br/ri (neste website, acessar clicar na aba "Documentos CVM", e, posteriormente, "Prospectos" e, por fim, clicar em "Prospecto Preliminar").

COORDENADORES DA OFERTA

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001

https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais - Download", depois clicar em "2022" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A." escolher o *link* "Prospecto Preliminar").

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
Fax: +55 (11) 3708-8107

http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A." e, posteriormente, clicar em "2022" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar").

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2011

https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A." e, posteriormente, clicar em "2022" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar").

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua de Sete de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP 01333-010, São Paulo, SP

www.gov.br/cvm (neste website, na seção "Pesquisa de Dados" da página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, acessar "Ofertas Públicas de Distribuição", depois, acessar "Ofertas em Análise", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.", no qual será disponibilizado o Prospecto Preliminar).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-paraemissores/ofertas-publicas/ (neste website acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2022, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com o a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja registro ou isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta recomendam que os investidores que baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 23 E 96, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na 23 deste Prospecto, os riscos constantes da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e respectivas notas explicativas, anexo a este Prospecto.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, reputação, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 23 deste Prospecto e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus causador da COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Cabe destacar que, assim como nos demais países, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas cepas da COVID-19, que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia e as medidas restritivas para contê-la no Brasil e no mundo. No momento presente, a cepa Omicron é mais contagiosa, ocasionando um alerta quanto ao seu avanço mundial e acelerando novas medidas de restrições sociais. É importante ressaltar que a imunização da população contra a COVID-19 ainda está incompleta, com aproximadamente 68,6% da população tendo recebido as duas doses, em janeiro de 2022.

A incerteza quanto à eficácia das vacinas e o fato de poderem surgir novas cepas ou mutações do vírus que tornem a vacinação insuficiente ou ineficiente podem dificultar ou impossibilitar o controle da pandemia e impactar, por conseguinte, os mercados de capitais globais e brasileiro, causando oscilação no preço dos valores mobiliários da Companhia e demais empresas dos mais variados setores. Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários, dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na liquidez e, consequentemente, no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o Período de Lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional, durante o período de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 88 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta" na página 87 deste Prospecto.

A implementação da estratégia de negócios da Companhia exigirá investimentos significativos, e poderá exigir a obtenção de recursos adicionais, que podem não estar disponíveis ou, se disponíveis, podem estar sujeitos a termos não aceitáveis.

A implementação da estratégia de negócios da Companhia, terá como alicerce o investimento significativo em novos projetos, através do investimento em participações societárias. Será necessário que a Companhia busque capital adicional, quer mediante a emissão de títulos de dívida, valores mobiliários, contratação de empréstimos ou ainda mediante a emissão de novas ações. A capacidade futura de captação de capital pela Companhia dependerá de sua rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica mundial e brasileira, que são afetadas por fatores fora do controle da Companhia. É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso disponível, não o esteja em condições favoráveis para a Companhia. A restrição à captação em condições aceitáveis à Companhia poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus resultados e negócios.

Caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados à sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de a Companhia não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, causando um efeito adverso relevante sobre seus resultados e negócios. Ainda, na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento do capital social da Companhia poderá diluir a participação do investidor no capital social.

Adicionalmente, captações de recursos adicionais por meio de distribuição pública de ações de emissão da Companhia ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia podem prever a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, o que poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações e na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia.

Por fim, destaca-se também que, em virtude da geração de caixa oriunda de atividades operacionais das Empresas Participantes e/ou das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia não ser suficiente para suportar os planos de expansão da Companhia, pode ser necessário que a Companhia, as Empresas Participantes e/ou as empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia acessem os mercados financeiro e/ou de capitais para financiar o seu crescimento, conforme aplicável. Para mais informações, vide fator de risco "*A principal estratégia da Companhia envolve a consolidação de empresas de softwares e de serviços de tecnologia. A Companhia pode não implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento por meio de aquisições, ou ainda, pode não ser capaz de realizar aquisições no momento ou em termos ou preços desejados*" no item 4.1 do Formulário de Referência, a partir da página 1106 deste Prospecto.

Adicionalmente, variações adversas significativas nos indexadores dos financiamentos futuros da Companhia e/ou das Empresas Participantes, inclusive em decorrência de aumento de inflação ou taxa de juros, poderão causar um aumento de despesas com encargos de dívida e poderão reduzir o lucro líquido da Companhia, o que, consequentemente, poderá fazer com que os valores disponíveis para distribuição aos seus acionistas na forma de dividendos e/ou outros proventos sejam reduzidos e que o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão sejam adversamente afetados.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20%] da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, somente não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 84 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 120 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 124 deste Prospecto.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de [•] e [•] dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e/ou período de *Lock-up* da Oferta Private aplicáveis e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo e das ações da Oferta Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A realização desta Oferta, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Além disso, em 7 de novembro de 2020, Joseph Biden venceu a eleição presidencial dos Estados Unidos da América e em 20 de janeiro de 2021 assumiu o cargo como o 46º Presidente dos Estados Unidos da América. A Companhia não tem controle e não pode prever o efeito da administração de Biden ou de suas políticas. Tais acontecimentos, bem como potenciais crises e outras formas de instabilidade política deles decorrentes ou quaisquer outros acontecimentos não previstos, podem afetar adversamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações. O Presidente dos Estados Unidos da América tem poder considerável para determinar políticas e ações governamentais que podem gerar um efeito adverso relevante na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode assegurar que o novo governo implementará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina orçamental e os investimentos nacionais e estrangeiros, o que pode ter um efeito adverso relevante no mercado financeiro e no mercado de valores mobiliários no Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de titularidade de emissores brasileiros.

Além disso, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de commodities agrícolas, de modo que, havendo reajuste para cima do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a consequente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia e, por consequência, o mercado de capitais. Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitos outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global.

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado das ações de sua emissão.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado e diretamente, o mercado de ações.

A Companhia é controlada por acionistas que são parte de um acordo de acionistas, cujos interesses podem ser diferentes dos interesses de seus investidores e as decisões tomadas pela Companhia podem diferir daquelas esperadas por algum dos investidores.

A Companhia possui acionistas que são parte de um acordo de acionistas. Tais acionistas obrigam-se a votar de modo uniforme e permanente nas assembleias gerais ou em qualquer outro tipo de conclave de acionistas da Companhia a que sejam os acionistas ou os administradores eleitos por eles convidados a participar, conforme aplicável, em observância às decisões das respectivas reuniões prévias. Com a finalidade de assegurar o voto ou manifestação uniforme dos acionistas signatários do acordo de acionistas e dos administradores da Companhia por eles indicados, previamente a cada conclave, deverá ser realizada uma reunião entre os acionistas para discutir e definir os votos a serem por eles proferidos em relação a cada uma das matérias constantes da ordem do dia de convocação do respectivo conclave. As decisões tomadas em reunião prévia vincularão o exercício do direito de voto desses acionistas e/ou administradores da Companhia.

Enquanto mantiverem o controle da Companhia por meio desse acordo de acionistas, esses acionistas, desde que previamente definido em reunião prévia, terão poderes para, entre outras coisas, eleger os membros do Conselho de Administração, observados os termos do acordo de acionistas, e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações.

Diante disso, as decisões tomadas pelos acionistas que são parte do acordo de acionistas poderão ser diferentes dos interesses dos investidores da Companhia e gerar efeitos materiais em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais divergentes aos esperados pelos investidores.

Ainda, disputas entre os acionistas que são parte do acordo de acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente a Companhia e as Empresas Participantes e o valor de suas ações. Eventual conflito entre os acionistas que são parte do acordo de acionistas poderá prejudicar a condução estratégica dos negócios da Companhia e das Empresas Participantes. Caso tais acionistas tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em arbitragem ou judiciais, principalmente pelo fato desses acionistas também possuírem participação nas Empresas Participantes as quais não são integradas operacionalmente, isso poderá retardar ou resultar no não implemento de estratégias significativas para a Companhia e as Empresas Participantes. Portanto, eventual discordância entre os acionistas poderá prejudicar a condução estratégica, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em assembleia geral de acionistas, e, consequentemente, a Companhia e as Empresas Participantes poderão ser adversamente afetadas.

Por fim, no caso de um evento de liquidez, conforme descrito no item 15.5 do Formulário de Referência, na página 1430 deste Prospecto, um novo acordo de acionistas passará a vigorar, sendo que as novas regras também poderão acarretar os riscos acima descritos, o que poderá causar um efeito adverso para a Companhia e no valor de suas ações.

Para informações adicionais sobre os acordos de acionistas pré e pós evento de liquidez, vide item 15.5 do Formulário de Referência, na página 1430 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*) em operações contratadas com terceiros (desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas), tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) além de outras operações permitidas pelo artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400. Tais operações não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações da Oferta.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido dos registros da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

A Companhia arcará com a totalidade das despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem por ela recebidos em decorrência da Oferta, podendo afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Colocação, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, de acordo com sua participação na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas dos Acionistas Vendedores relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia poderá impactar os valores líquidos recebidos pela Companhia em conexão com a Oferta e, por consequência, os valores creditados ao patrimônio líquido da Companhia, o que poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos por nós com a Oferta, veja a seção ''*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*'' a partir da página 70 deste Prospecto.]

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional contém condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos e, consequentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional", na página 87 deste Prospecto. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", na página 92 deste Prospecto.

Eventual cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por meio de anúncio a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 91 deste Prospecto, os quais são os mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta", na página 84 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG.

O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de follow-on do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital.

Em 2011, realizou as seguintes ofertas: follow-on de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros.

Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do follow-on de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce.

Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do follow-on de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy.

Em 2014, o BTG atuou como coordenador líder e agente estabilizador no follow-on da Oi S.A.

Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do follow-on de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar.

Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos follow-ons da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras.

Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida.

Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e follow-on das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos follow-ons da Minerva, Cogna Educação e da Positivo Tecnologia, assim como do IPO da Mitre Realty.

Em 2020, o BTG Pactual participou dos follow-ons da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do follow-on do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio, Locaweb, 3R Petroleum, Sequoia Logística, Hapvida, Ecorodovias, Banco Inter, Rede D'or, DASA, Infracommerce, Lojas Renner, Meliuz, Soma e Magalu, assim como dos IPOs da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing, Orizon, Mater Dei, Allied, GPS, G2D, Dotz, GetNinjas, BR Partners, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Desktop, 3 Tentos, Livetech, Blau Farmacêutica e Unifique.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para underwriting, hedge, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de investment banking do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de deposit receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

Citi

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R$120,2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, entre 2009 e 2012, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da (i) Redecard S.A., no montante de R$2,2 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R$836 milhões (julho de 2009); (ii) EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R$442 milhões (novembro de 2009); (iii) Hypermarcas S.A., no montante de R$1,2 bilhão (abril de 2010); (iv) Banco do Brasil S.A., no montante de R$9,8 bilhões (agosto de 2010); (v) HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R$2,4 bilhões (outubro de 2010); (vi) BTG Pactual S.A., no montante de R$3,2 bilhões (abril de 2012); (vii) Brazil Pharma S.A., no montante de R$481 milhões (junho de 2012); e (viii) SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R$143,8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R$11,5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R$5,5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R$2,6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R$1,5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R$2,0 bilhões (abril de 2017); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R$1,2 bilhão (setembro de 2017); (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R$876 milhões (outubro de 2017); e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R$1,2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$5,1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,0 bilhões (dezembro de 2018); e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,4 bilhões (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$3,0 bilhões (abril de 2019); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R$1,1 bilhões (abril de 2019); (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2019); (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R$3,7 bilhões (junho de 2019); (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R$2,5 bilhões (julho de 2019); (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R$7,4 bilhões (julho de 2019); (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$9,6 bilhões (julho de 2019); (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R$2,7 bilhões (outubro de 2019); (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R$1,8 bilhões (outubro de 2019); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$9,3 bilhões (dezembro de 2019); (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2019); e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no montante de R$22,0 bilhões (fevereiro de 2020); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$4,4 bilhões (julho de 2020); (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Stone Pagamentos S.A., no montante de R$8,2 bilhões (agosto de 2020); (iv) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Rumo S.A., no montante de R$6,4 bilhões (agosto de 2020); (v) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Hidrovias do Brasil S.A., no montante de R$3,4 bilhões (setembro de 2020); (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Boa Vista Serviços S.A., no montante de R$2,2 bilhões (setembro de 2020); (vii) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Natura & Co. Holding S.A., no montante de R$5,6 bilhões (outubro de 2020); (viii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A., no montante de R$1,1 bilhão (novembro de 2020); (ix) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,8 bilhões (dezembro de 2020); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Rede D'Or Sao Luiz S.A., no montante de R$11,4 bilhões (dezembro de 2020); e (xi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Neogrid Software S.A., no montante de R$486 milhões (dezembro de 2020).

Em 2021, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Light S.A., no montante de R$2,7 bilhões (janeiro de 2021); (ii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Petro Rio S.A., no montante de R$2,0 bilhões (janeiro de 2021); (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Intelbras S.A., no montante de R$1,3 bilhão (fevereiro de 2021); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Jalles Machado S.A., no montante de R$691 milhões (fevereiro de 2021); (v) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Focus Energia Holding Participações S.A., no montante de R$773 milhões (fevereiro de 2021); (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Westwing Comércio Varejista S.A., no montante de R$1,0 bilhão (fevereiro de 2021); (vii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da CSN Mineração S.A., no montante de R$5,0 bilhões (fevereiro de 2021); (viii) coordenador na oferta de debêntures participativas da Vale S.A. detidas pelo BNDES, no montante de R$11,6 bilhões (fevereiro de 2021); (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Blau Farmacêutica S.A., no montante de R$1,1 bilhão (abril de 2021); (x) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Hapvida Assistência Medica LTDA., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2021); (xi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da GPS – Predial Sistemas de Segurança Ltda., no montante de R$2,2 bilhões (abril de 2021); (xii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Vibra Energia S.A. (anteriormente Petrobras Distribuidora S.A.), no montante de R$11,4 bilhões (junho de 2021); (xiii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Três Tentos Agroindustrial S.A, no montante de R$1,4 bilhão (julho de 2021); (xiv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Cia. Brasileira de Alumínio S.A, no montante de R$1,4 bilhão (julho de 2021); (xv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. (WDC Networks), no montante de R$450 milhões (julho de 2021); (xvi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações preferenciais de emissão da Raízen S.A., no montante de R$6,9 bilhões (agosto de 2021); (xvii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Oncoclínicas S.A., no montante de R$2,7 bilhões (agosto de 2021); (xviii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Vittia S.A., no montante de R$382 milhões (agosto de 2021); (xix) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Totvs S.A., no montante de R$1,4 bilhão (setembro de 2021); (xx) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Nu Holdings Ltd., no montante de R$14,5 bilhões (dezembro de 2021).

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 104 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 70 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relacionado à Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem os seguintes relacionamentos relevantes com o Itaú BBA e demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- 17 operações de conta corrente, com disponibilização de limite de crédito no montante de R$[•] mil, contratadas entre [•] e [•], com vencimentos entre março e setembro de 2022, com juros entre [•] e [•], dentre as quais determinadas contas são garantidas por aval e aplicações financeiras. Na data deste Prospecto, havia sido liberado crédito no montante de R$[•] mil;

- cédula de crédito bancário nº 53168821 emitida pela Pluris Mídia Ltda., em 16 de junho de 2021, no valor de R$6,5 milhões e com vencimento em 15 de junho de 2026. A remuneração consiste em 5,70% ao ano, somados a encargos previstos no referido instrumento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R$6.604 mil. Até o momento, o instrumento não possui garantias, que podem vir a ser exigidas pelo Itaú Unibanco S.A.; e

- cédula de crédito bancário nº 53183705 emitida pela Plusoft Informática S.A., em 16 de junho de 2021, no valor de R$7 milhões e com vencimento em 15 de junho de 2026. A remuneração consiste em DI over acrescido de taxa de 5,70% ao ano. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R$7.112 mil, tendo sido constituída garantia no valor de 11% da soma dos valores do principal e acessórios.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o pedido de registro da Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico contrataram e poderão vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico detém ou podem vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Adicionalmente, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro eventualmente realizaram ou poderão realizar negociações de valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 104 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 70 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 70 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o Citi e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Citi e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 104 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Citi e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 70 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

[Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 70 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.]

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA

[Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Itaú BBA e demais sociedades do seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a [•] poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.]

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi

[Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o Citi e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Citi e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 70 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Citi cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Citi e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.]

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia e Acionistas Vendedores

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.
Avenida das Américas, nº 500, Barra da Tijuca, bloco 19, sala 301 (parte)
CEP 22640-904, Rio de Janeiro, RJ
At.: Eduardo Arroxellas Villela
Tel.: +55 (21)3433-5050
www.qestra.com.br/ri

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
www.btgpactual.com

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
Fax: +55 (11) 3708-8107
www.itau.com.br/itaubba-pt

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2011
https://corporateportal.brazil.citibank.com

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
CEP 01403-001, São Paulo, SP
At.: Sr. Jean Arakawa
Tel.: +55 (11) 3147-2821
https://www.mattosfilho.com.br/

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, nº 1.277, nº 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Sra. Jana Araujo
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Simpson Thacher & Barlett LLP Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 12º andar CEP 04543-000, São Paulo, SP At.: Srs. Grenfel Calheiros e Paulo Cardoso Tel.: +55 (11) 3546-1007 http://www.stblaw.com/	**Winston & Strawn LLP** 200 Park Avenue 10166, Nova Iorque, NY At.: Rodrigo Carvalho / Sey-Hyo Lee Tel.: +1 (212) 294-6700 www.winston.com

Auditores Independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 12º Andar, Itaim Bibi
CEP 04571-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Jefferson Coelho Diniz
Tel.: +55 (11) 3886-5100
E-mail: jefferson.diniz@br.gt.com

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 187.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço po Ação de [●], a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução de comissões, tributos e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão de, aproximadamente R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Primária; e (ii) R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Primária.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 70 deste Prospecto Preliminar.

As taxas de registro da CVM, B3 e ANBIMA relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. **Para mais informações sobre os valores e riscos relativos ao pagamento das despesas da Oferta, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com a totalidade das despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem por ela recebidos em decorrência da Oferta, podendo afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da mesma.*", na página 104 deste Prospecto Preliminar**.]

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária, da seguinte forma: (i) aquisições estratégicas (M&As) para fins de crescimento inorgânico da Companhia, das Empresas Participantes e/ou de suas futuras empresas subsidiárias, visando a expansão de seus negócios no seu mercado de atuação, qual seja o de produtos e serviços tecnológicos; (ii) investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento ("**P&D**") e no reforço das estruturas e atividades comerciais das Empresas Participantes e de suas futuras empresas subsidiárias visando acelerar o crescimento orgânico delas; e (iii) capital de giro da Companhia, principalmente para financiamento das suas atividades de apoio às suas Empresas Participantes, e de suas futuras empresas subsidiárias.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Primária:

Destinação dos Recursos da Oferta Primária	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido(1)(2)(3)**
		(em R$ milhões)
Aquisições Estratégicas (M&As).....	[85,00]%	[•]
Investimentos em P&D e reforço das estruturas e atividades comerciais	[13,00]%	[•]
Capital de Giro.....	[2,00]%	[•]
Total.....	**100,00%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões, tributos e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Primária:

Destinação dos Recursos da Oferta Primária	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido(1)(2)(3)**
		(em R$ milhões)
Aquisições Estratégicas (M&As).....	[85,00]%	[•]
Investimentos em P&D e Reforço das Estruturas e Atividades Comerciais	[10,00]%	[•]
Capital de Giro.....	[5,00]%	[•]
Total.....	**100,00%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões, tributos e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Destaca-se que a maior parte dos recursos líquidos auferidos com a Oferta Primária serão utilizados para potenciais aquisições de empresas (M&As) a serem realizadas pela Companhia, pelas Empresas Participantes e/ou pelas futuras empresas subsidiárias da Companhia, dependendo do posicionamento estratégico e de mercado ou segmento de cada futura empresa a ser adquirida. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas aquisições serão efetivadas nem o valor destinado para cada uma das aquisições. No curso normal de seus negócios, a Companhia identifica e avalia oportunidades de potenciais aquisições, mas, na data deste Prospecto Preliminar não há nenhuma potencial aquisição em fase de análise ou avaliação, tampouco a Companhia havia celebrado qualquer contrato ou documento, vinculante ou não-vinculante, para qualquer tipo de aquisição, de modo que não é possível prestar maiores detalhes acerca dos negócios que poderão vir a ser adquiridos.

A efetiva aplicação dos recursos obtidos por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais a Companhia baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Os valores efetivamente utilizados e a escolha do momento da utilização do capital arrecadado, dependerão de uma série de fatores, incluindo os fatores de risco, descritos na seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" na página 23 deste Prospecto Preliminar e da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 1106 deste Prospecto Preliminar. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principais critérios o menor custo de capital para a Companhia, o prazo de carência e fluxo de pagamentos.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento ou redução, conforme o caso, de R$[●] mil nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Primária.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária (incluindo aqueles recursos oriundos da colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Secundária), por se tratar exclusivamente de ações de titularidade dos Acionistas

Vendedores. Portanto, os recursos provenientes Oferta Secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 123 deste Prospecto Preliminar.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, representada por [empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e patrimônio líquido] em 31 de dezembro de 2021, indicando (i) a posição naquela data na coluna "Histórico", conforme informações extraídas das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) os valores ajustados para refletir a conclusão da Consolidação e de eventos recentes; e (iii) os valores ajustados para refletir o recebimento pela Companhia dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em, aproximadamente R$[•], após a dedução das comissões, tributos e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, conforme descrito na seção "Custos de Distribuição", com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Primária.

O investidor deve ler as informações da tabela abaixo em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas e informações financeiras *pro forma* da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, e com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto a partir das páginas 1093 e 1274, respectivamente.

	Em 31 de dezembro de 2021		
	Histórico	**Consolidação[1]**	**Ajustado Pós-Oferta[1][2]**
	(em milhares de R$)	*(em milhares de R$)*	*(em milhares de R$)*
Empréstimos e financiamentos (circulante)	[•]	[•]	[•]
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	[•]	[•]	[•]
Passivo de arrendamento (circulante)	[•]	[•]	[•]
Passivo de arrendamento (não circulante)	[•]	[•]	[•]
Patrimônio líquido	[•]	[•]	[•]
Capitalização Total[3]	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir a conclusão da Consolidação das Empresas Participantes, conforme informações financeiras *pro forma*, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 da Companhia que foram compiladas a partir das demonstrações financeiras históricas das Empresas Envolvidas. Para informações adicionais veja os itens "6.3 Breve Histórico", "15.7 Principais operações societárias" e "15.8 Outras informações relevantes" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir das páginas 1172, 1443 e 1447, respectivamente.

(2) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em, aproximadamente R$[•], após a dedução das comissões, tributos e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[●], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Primária.

(3) Capitalização total corresponde à soma dos valores referentes a [empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido].

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa após a dedução das comissões, tributos e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Primária, acarretaria um aumento ou redução, conforme o caso, de R$[●] mil na capitalização total a Companhia. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 31 de dezembro de 2021.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$[•] milhões e o valor patrimonial contábil por ação ordinária de emissão da Companhia correspondia, na mesma data, a R$[•]. Os referidos valores patrimoniais por ação ordinária representam o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 31 de dezembro de 2021.

Considerando (i) a conclusão da Consolidação; e (ii) a emissão das Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões, tributos e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta; o patrimônio líquido da Companhia seria de R$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia.

Isso representaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os acionistas existentes (considerando como base o valor patrimonial de R$[•] e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 70 deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e os impactos da realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Primária:

	Após a Oferta
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2021	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 31 de dezembro de 2021[2]	[•]
Aumento do valor patrimonial contábil por ação ordinária atribuído aos atuais acionistas	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária atribuído aos novos investidores	[•]
Percentual de diluição imediata por Ação para os novos investidores[3]	**[•]**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Ajustado para refletir (i) a Consolidação das Empresas Participantes; (ii) o desdobramento das ações de emissão da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de fevereiro de 2022, conforme descrito no item 17.3 do Formulário de Referência, na página 1472 deste Prospecto; e (iii) o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução de comissões, tributos e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, estimados em, aproximadamente R$[•], após a dedução das comissões, tributos e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no contexto da Oferta Primária.

(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre a Oferta", na página 42 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria, após a conclusão da Oferta: (i) [aumento/redução de] R$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) [aumento/redução de] R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação ordinária de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação, após a dedução das comissões, tributos e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ANEXO A	**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA**
ANEXO B	**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022**
ANEXO C	**MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**
ANEXO D	**MINUTA DA DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO E	**MINUTA DA DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO F	**MINUTA DA DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO G	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019**
ANEXO H	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS HISTÓRICAS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES, RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019**
ANEXO I	**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS *PRO FORMA* DA COMPANHIA, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**
ANEXO J	**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo A – Estatuto Social Consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME sob nº 26.072.786/0001-46
NIRE 33.3.0032128-4

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º. A **Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e pela legislação aplicável às sociedades por ações.

Parágrafo Primeiro. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo. Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Av. das Américas, 500, Bloco 19, Sala 301 – Parte, Barra da Tijuca, CEP: 22.640-904.

Parágrafo Único. A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá abrir e encerrar filiais, agências, escritórios, depósitos ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia em qualquer parte do território nacional.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de tecnologia ou que desenvolvam atividades afins, complementares ou de apoio às desenvolvidas pela Companhia ou suas subsidiárias**.**

Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 73.626.424,95 (setenta e três milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos) totalmente subscrito e integralizado, e dividido em 593.360.000 (quinhentas e noventa e três milhões, trezentas e sessenta mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo. O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais.

Parágrafo Terceiro. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias, não existindo qualquer delas em circulação.

Parágrafo Quarto. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 6º. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 300.000.000 (trezentas milhões) de novas ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro. O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, bem como eventualmente destinar parte do preço de emissão a reserva de capital. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo Segundo. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Artigo 7º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 8º. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que se reunirá, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

Parágrafo Segundo. As Assembleias Gerais serão convocadas observando-se os prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. As Assembleias Gerais somente se instalarão conforme quórum de instalação previsto na Lei de Sociedade por Ações e, quando aplicável, no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira, ou gestor ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos, observada a política de voto prevista no respectivo regulamento do fundo.

Parágrafo Quinto. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas pela maioria absoluta dos votos dos presentes, não se computando as abstenções, os votos nulos ou em branco.

Parágrafo Sexto. A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

Parágrafo Sétimo. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

Artigo 9º. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, por escrito. Na ausência de tal indicação, o presidente da Assembleia Geral será escolhido por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia presente à respectiva Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Artigo 10º. Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

I. alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Art. 6° do presente Estatuto Social;

II. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

III. eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver;

IV. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

V. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

VI. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

VII. fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de

Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração e da Diretoria;

VIII. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;

IX. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

X. autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

XI. aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

XII. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado; e

XIII. deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

Artigo 11. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas na forma do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, observando-se, conforme aplicável, a legislação e a regulamentação aplicáveis em relação aos acionistas que enviem boletim de voto a distância ou participem por meio digital.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Seção 1

Normas Gerais

Artigo 12. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, uma Diretoria e, quando instalado, um Conselho Fiscal, respeitadas as competências e atribuições de cada um desses órgãos previstas na legislação, regulação, e neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo. A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 37 abaixo.

Parágrafo Terceiro. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, permanecerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores, exceto se de outra forma for deliberado **(i)** pela Assembleia Geral de

Acionistas, em relação aos membros do Conselho de Administração e, quando instalado, do Conselho Fiscal, ou **(ii)** pelo Conselho de Administração, em relação aos Diretores.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 13. O Conselho de Administração, é composto, por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser "Conselheiros Independentes", conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, apenas enquanto a Companhia tiver acionista controlador.

Parágrafo Segundo. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro. O Presidente do Conselho de Administração será eleito, pela maioria dos votos dos membros do Conselho de Administração, na primeira reunião após sua posse ou na primeira reunião seguinte à ocorrência da vacância desse cargo.

Parágrafo Quarto. Em caso de ausência, o membro do Conselho de Administração ausente poderá nomear outro membro do Conselho de Administração, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração, de acordo com instruções de voto expressas e por escrito. Em caso de ausência ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho de Administração nas reuniões do Conselho de Administração, o mesmo será substituído, nas funções atribuídas a tal posição, por outro Conselheiro por ele indicado por escrito, ou na ausência de tal indicação, os demais conselheiros reunidos, por maioria simples de votos, indicarão um substituto dentre os próprios membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto. No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, observado o disposto no Parágrafo Primeiro acima, e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito o Conselheiro que completará o mandato do substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada imediatamente para proceder a uma nova eleição.

Parágrafo Sexto. Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 14. Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou, de quaisquer outros 2 (dois) Conselheiros em conjunto, observado o prazo mínimo de antecedência de 5 (cinco) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do

referido prazo, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo Primeiro. Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião e publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Segundo. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 15. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo Primeiro. Os membros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, sendo admitido, ainda, nas reuniões que não puderem comparecer, apresentar voto por escrito ou transmiti-lo por telefone, videoconferência ou qualquer outro meio que expresse, de forma inequívoca e antes do término da reunião, sua manifestação de vontade. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião.

Parágrafo Segundo. Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Artigo 16. Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 17. O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei e demais atribuições previstas neste Estatuto Social, terá as seguintes atribuições:

I. fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;

II. eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;

III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos;

IV. estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Artigo 10º do presente Estatuto Social;

V. deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme Artigo 6º deste Estatuto Social;

VI. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

VII. convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

VIII. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

IX. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

X. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

XI. aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Artigo 32, Parágrafo Quarto, abaixo;

XII. escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

XIII. autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;

XIV. convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

XV. aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

XVI. aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, quando os seus valores superem 5% (cinco por cento) da receita líquida da Companhia por ato, observado o disposto no Artigo 10º do presente Estatuto Social;

XVII. aprovar a aquisição ou venda, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das companhias controladas ou coligadas, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição dos mesmos, quando os seus valores superem 10% da receita líquida da Companhia por ato, estipulando prazos e demais condições;

XVIII. contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias sempre que o valor tomado pela Companhia, de empréstimos e/ou obrigações, totalize valor superior a 2,5 vezes o valor do EBITDA do ano anterior da Companhia;

XIX. manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública

de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: **(i)** a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; **(ii)** os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; **(iii)** as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e **(iv)** outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

XX. aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

XXI. aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

XXII. aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e

XXIII. aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

Parágrafo Primeiro. O Conselho de Administração poderá alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos Diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá constituir, instalar e dissolver comitês técnicos, consultivos e de assessoramento não previstos neste Estatuto Social, elegendo e destituindo, a qualquer tempo, os respectivos membros e estabelecendo os regimentos internos de funcionamento, com objetivos e funções definidas, bem como poderá estabelecer normas aplicáveis aos respectivos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

Seção III

Diretoria

Artigo 18. A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será constituída de, no mínimo, 2 (dois) membros, e, no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, se houver, diretores sem designação específica (em conjunto, os "Diretores"). Todos os Diretores serão residentes no Brasil e terão mandato fixado em 3 (três) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro. Qualquer Diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. Um Diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto no *caput* e na Lei de Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções

por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Quarto. Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo.

Parágrafo Quinto. No caso de vacância no cargo dos demais Diretores, será convocada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função.

Artigo 19. Compete ao Diretor Presidente, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto Social:

I. coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

II. zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

III. convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e

IV. conduzir e coordenar as atividades dos Diretores no âmbito dos deveres e atribuições estabelecidos para os respectivos Diretores pelo Conselho de Administração e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 20. Compete ao Diretor Financeiro, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto Social:

I. coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

II. planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia; e

III. gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Artigo 21. Compete ao Diretor de Relações com Investidores, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto Social:

I. coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

II. prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável,

no Brasil e no exterior; e

III. manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

Artigo 22. Os Diretores sem designação específica terão as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração por ocasião da respectiva eleição.

Artigo 23. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas e pelo Conselho de Administração, conforme o caso, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, podendo receber citações;

II. assinar quaisquer documentos que gerem responsabilidades ou obrigações para a Companhia, incluindo escrituras, dívidas, letra de câmbio, cheques, ordens de pagamento, observados os requisitos deste Estatuto, bem como abrir, operar ou fechar qualquer conta bancária da Companhia; e

III. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria.

Parágrafo Primeiro. Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto e em lei, bem como devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 24. A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo **(i)** Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou **(ii)** por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de Diretores.

Parágrafo Primeiro. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

Parágrafo Segundo. As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, o qual deverá designar o secretário de cada reunião.

Parágrafo Terceiro. Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, aplicando-se, *mutatis mutandis* e conforme aplicáveis, as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração. O Diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer Diretor poderá indicar outro Diretor para representá-lo em uma reunião, via procuração.

Parágrafo Quarto. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros e constarão de atas lavradas em livro próprio, sendo suficiente para a validade das atas a assinatura de tantos Diretores quanto bastem para caracterizar as maiorias necessárias.

Seção IV

Conselho Fiscal

Artigo 25. A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, conforme previsto em lei.

Parágrafo Primeiro. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição, em caso de reinstalação. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado por deliberação da Assembleia Geral, em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

CAPÍTULO V

DA REPRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 26. Qualquer ato ou contrato que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por: **(a)** 2 (dois) Diretores em conjunto; ou, **(b)** 1 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador nomeado com poderes específicos; ou, **(c)** 2 (dois) procuradores nomeados com poderes específicos; desde que observados os limites ora estabelecidos:

I. nos atos, acordos, contratos, documentos ou instrumentos que gerem para a Companhia obrigações acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), inclusive, serão obrigatórias as assinaturas do Diretor-Presidente, em conjunto com 01 (um) Diretor;

II. nos atos, acordos, contratos, documentos ou instrumentos que gerem para a Companhia obrigações acima de R$200.000,00 (duzentos mil reais), inclusive, e inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) serão obrigatórias as assinaturas de quaisquer 02 (dois) Diretores conjuntamente ou, 01 (um) Diretor e 01 (um) procurador com poderes específicos; e

III. os atos, acordos, contratos, documentos ou instrumentos que gerem para a Companhia obrigações inferiores a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) poderão ser firmados por 02 (dois) procuradores com poderes específicos.

Artigo 27. Os atos destinados à implementação de pagamento de obrigações firmadas nos termos deste Artigo, a exemplo de assinaturas de cheques, emissão de ordens de pagamentos ou análogos, poderão ser feitos por procuradores munidos de poderes de atuação na área financeira, sempre em conjunto de dois, independentemente dos valores envolvidos.

Artigo 28. A Companhia poderá ser representada por um único diretor ou procurador na prática dos seguintes atos: **(a)** assinatura de correspondências e demais expedientes que não crie obrigações para a Companhia; **(b)** representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; **(c)** representação da Companhia perante os Sindicatos, Associações de Classe e Justiça do Trabalho, para a admissão ou demissão de empregados e para acordos trabalhistas; **(d)** representação da Companhia em assembleias gerais e reuniões de sócios de sociedades da qual participe como sócia ou acionista; **(e)** representação da Companhia em atividades relacionadas com o despacho aduaneiro; e **(f)** prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, Receita

Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, Juntas Comerciais Estaduais, Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza.

Artigo 29. As procurações a serem outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores da Companhia, em conjunto, e, excetuando-se as outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado de vigência de, no máximo, 1 (um) ano.

CAPÍTULO VI

ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 30. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 31. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: **(i)** o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único. A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VII

EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 32. O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Parágrafo Segundo. As demonstrações financeiras serão submetidas a auditoria anual por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros

acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Artigo 33. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

Parágrafo Primeiro. Após as deduções mencionadas neste Artigo, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo. O lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste Artigo, terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 3º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente, após as destinações indicadas acima, será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo somado às demais reservas de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia;

(vi) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

(vii) a destinação do saldo remanescente, se houver, será deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **(i)** importância destinada à constituição de reserva legal; e **(ii)** importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Parágrafo Quarto. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Artigo 34. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo Segundo. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 35. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 36. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII

CLÁUSULA ARBITRAL

Artigo 37. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme alteradas, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38. A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

Artigo 39. A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente

incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo conselho de administração da Companhia, e observadas as regulamentações e orientações da CVM aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. A Companhia somente estará obrigada a indenizar os Beneficiários caso tenha celebrado contrato de indenização com os Beneficiários, sendo a responsabilidade da Companhia limitada aos termos e condições previstos no referido contrato.

Parágrafo Segundo. Em hipótese alguma a Companhia será obrigada a indenizar os Beneficiários por atos praticados (a) fora do exercício de suas atribuições; (b) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (c) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia.

Artigo 40. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, quando houver, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

Artigo 41. Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas emitidas pela CVM, e pelo Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 42. As disposições contidas nos §1º e §2º do Artigo 1º, no inciso XII do Artigo 10º, no §1º do Artigo 12, nos §1º e §2º do Artigo 13, nos incisos XIX, XX, XXI, XXII, XXIII do Artigo 17, no Artigo 30, no Artigo 31 e no Artigo 37, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo B – Ata de Assembleia Geral da Companhia Realizada em 21 de Fevereiro de 2022

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

QESTRA
orchestrating technology

QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME 26.072.786/0001-46
NIRE 33.3.0032128-4

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 21 do mês de fevereiro de 2022, às 09:00 horas, na sede social do **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, localizada na cidade na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 19, Sala 301 – Parte, Barra da Tijuca, CEP: 22.640-904 ("Companhia").

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

3. MESA: Presidente: Sr. Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues; e Secretário: Sr. Eduardo Arroxellas Villela.

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre **(i)** a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(ii)** a submissão, pela Companhia, de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(iii)** a submissão, pela Companhia, (a) de pedido de listagem na B3 S.A. – Brasil Bolsa, Balcão ("B3"), e (b) de pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3 e adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"); **(iv)** a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), a fim de, dentre outras alterações, (a) adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; (b) o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, à razão de 1:1.000; e (c) a alteração do limite do capital autorizado da Companhia; **(v)** a destituição de membros do conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração"); **(vi)** a eleição de membros do Conselho de Administração; **(vii)** a autorização para que o Conselho de Administração aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; e (c) aprovar os prospectos preliminar e definitivo de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia ("Prospectos") e os *offering memoranda* preliminar e definitivo para os esforços de colocação das Ações no exterior, no contexto da Oferta ("Offering Memoranda"); e **(viii)** a lavratura da ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

5. Deliberações: Após discutirem as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade e sem reservas ou oposições, aprovaram:

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

(i) a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis. A Oferta será realizada sob a coordenação de determinadas instituições financeiras intermediárias contratadas pela Companhia ("Coordenadores da Oferta").

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior por determinados agentes de colocação internacional contratados pela Companhia, (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN n° 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ou da Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, não foi nem será realizado qualquer registro da Oferta ou das Ações na SEC nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas/adquiridas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*", a quantidade de Ações inicialmente ofertada na Oferta poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido), com a

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

finalidade de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Ações Adicionais").

Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("Ações Suplementares").

Serão definidos oportunamente a quantidade de Ações a serem colocadas no contexto da Oferta e o preço de venda das Ações, conforme venha a ser acordado na data de precificação da Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a investidores institucionais, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (Procedimento de *Bookbuilding*).

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações, considerando as Ações Adicionais, serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta.

(ii) a submissão, pela Companhia, de pedido de registro de emissora de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(iii) a submissão, pela Companhia, (a) do pedido de listagem da Companhia ao Novo Mercado e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme aplicável, autorizados a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado, inclusive a celebração, pela Companhia, do Contrato de Participação do Novo Mercado com a B3.

(iv) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** a partir da presente data, a fim de, dentre outras alterações:

a. adaptá-lo a exigências legais e regulamentares de companhia aberta e às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado;

b. refletir o desdobramento da totalidade das ações da Companhia à razão de 1:1000, de forma que cada 1 ação ordinária da Companhia passará a corresponder a 1.000

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

ações ordinárias da Companhia, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações em que se divide o capital social de 593.360 (quinhentas e noventa e três mil, trezentas e sessenta) para 593.360.000 (quinhentas e noventa e três milhões, trezentas e sessenta mil) ações ordinárias, sendo certo que o desdobramento será operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia. Em razão desta deliberação, o art. 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar da seguinte forma:

> "**Artigo 5º**. O capital social da Companhia é de R$ 73.626.424,95 (setenta e três milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos) totalmente subscrito e integralizado, e dividido em 593.360.000 (quinhentas e noventa e três milhões, trezentas e sessenta mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."

c. a aumento do atual limite do capital autorizado da Companhia, passando este para até 300.000.000 (trezentas milhões) de novas ações ordinárias. Em razão desta deliberação, o art. 6º do estatuto social da Companhia passa a vigorar da seguinte forma:

> "**Artigo 6º.** O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 300.000.000 (trezentas milhões) de novas ações ordinárias.
>
> **Parágrafo Primeiro.** O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, bem como eventualmente destinar parte do preço de emissão a reserva de capital. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.
>
> **Parágrafo Segundo.** A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Parágrafo Terceiro. O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações."

(v) a destituição dos seguintes membros do Conselho de Administração, eleitos em 31 de dezembro de 2021, que permanecerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores:

(a) Sr. **EDUARDO ARROXELLAS VILLELA**, brasileiro, casado em separação total de bens, economista, portador da carteira de identidade n° 09.905.421-5, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n° 075.269.237-21, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n° 500, bloco 19, sala 301, parte, CEP 22.640-904; e

(b) Sr. **CÉSAR BALARINE CAVALHEIRO LEITE**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, inscrito no CPF/ME sob o nº 539.464.640/68, portador da carteira de identidade nº 3031065844, emitida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Artur Rocha, n° 920, apartamento 1202, Auxiliadora, CEP 90.450-170.

A destituição dos Srs. Eduardo Arroxellas Villela e César Balarine Cavalheiro Leite fica condicionada à divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*" ou, alternativamente, à divulgação do "*Fato Relevante de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária com Esforços Restritos de Colocação de Ações Ordinárias da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*", o que ocorrer primeiro, quando a listagem da Companhia no Novo Mercado da B3 se tornará efetiva e seus sucessores, eleitos conforme deliberação (vi) abaixo, serão empossados, sendo certo que os membros do Conselho de Administração ora destituídos permanecerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores.

(vi) a eleição dos seguintes membros para o Conselho de Administração, o qual, conforme reforma do estatuto social ora aprovada, passa a ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com mandato unificado de 2 (dois) anos, encerrando-se na assembleia geral ordinária de 2024 que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, sendo permitida a reeleição:

(a) Sr. **ALEXANDRE SAMPAIO FIALHO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade "RG" nº 4.044.150 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 761.097.636-91, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Al. Rouxinol, 800, Residencial Morada dos Pássaros, CEP 06428-010, para o cargo de **Membro Efetivo Independente** do Conselho de Administração.

(b) Sr. **JOÃO COX NETO**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade "RG" nº 3.944.885 SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 239.577.781-15,

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Canário, 80, apartamento 11, Moema, CEP 04521-000, para o cargo de **Membro Efetivo Independente** do Conselho de Administração;

(c) Sra. **LISIANE LEMOS KAASTRUP STEPHAN**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade "RG" nº 3093955271 expedida pela Detran/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 015.101.830-86, residente e domiciliada na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Elgar Carlos Hadler 1.814, Bloco 01 apto. 202, Condomínio Maria Clara, bairro São Gonçalo, CEP 96085-357, para o cargo de Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração, para o cargo de **Membro Efetivo Independente** do Conselho de Administração.

Os acionistas aprovaram, ainda, a caracterização do Sr. **Alexandre Sampaio Fialho**, do Sr. **João Cox Neto** e da Sra. **Lisiane Lemos Kaastrup Stephan**, ora eleitos, como conselheiros independentes, nos termos do regulamento do Novo Mercado, tendo em vista que, após a análise de seus currículos e histórico profissional, restou verificado o seu enquadramento aos critérios de independência estabelecidos no regulamento do Novo Mercado e tal caracterização foi atestada por eles mediante declaração previamente encaminhada, constante do **Anexo II** à presente ata.

A posse dos conselheiros ora eleitos fica condicionada à divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*" ou, alternativamente, à divulgação do "*Fato Relevante de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária com Esforços Restritos de Colocação de Ações Ordinárias da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*", o que ocorrer primeiro, quando a listagem da Companhia no Novo Mercado da B3 se tornará efetiva, data na qual os conselheiros ora eleitos serão investidos nos seus respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse na forma constante do **Anexo III** à presente ata, prevendo sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, os quais, quando assinados, serão devidamente arquivados na sede da Companhia, observada a prestação das declarações previstas em lei.

Diante das deliberações acima e mediante a verificação das condições para destituição e posse dos membros do Conselho de Administração ora estipuladas, o Conselho de Administração passará a ser composto pelos seguintes membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, encerrando-se na assembleia geral ordinária de 2024 que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, sendo permitida a reeleição: (i) Sr. **Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues**, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração; (ii) Sr. **Alexandre Sampaio Fialho**, na qualidade de Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração; (iii) Sr. **João Cox Neto**, na qualidade de Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração; e (iv) Sra. **Lisiane Lemos Kaastrup Stephan**, na qualidade de Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração.

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

(vii) desde que observadas as diretrizes das deliberações acima, a autorização para que o Conselho de Administração aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; e (c) aprovar os Prospectos e os *Offering Memoranda*.

(viii) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

(ix) a lavratura da presente ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

6. Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022.

Mesa:

Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues	**Eduardo Arroxellas Villela**
Presidente da Mesa	Secretário da Mesa

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

ANEXO I
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME sob nº 26.072.786/0001-46
NIRE 33.3.0032128-4

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º. A **Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e pela legislação aplicável às sociedades por ações.

Parágrafo Primeiro. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo. Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Av. das Américas, 500, Bloco 19, Sala 301 – Parte, Barra da Tijuca, CEP: 22.640-904.

Parágrafo Único. A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá abrir e encerrar filiais, agências, escritórios, depósitos ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia em qualquer parte do território nacional.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de tecnologia ou que desenvolvam atividades afins, complementares ou de apoio às desenvolvidas pela Companhia ou suas subsidiárias**.**

Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 73.626.424,95 (setenta e três milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos) totalmente subscrito e integralizado, e dividido em 593.360.000 (quinhentas e noventa e três milhões, trezentas e sessenta mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo. O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais.

Parágrafo Terceiro. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias, não existindo qualquer delas em circulação.

Parágrafo Quarto. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 6º. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 300.000.000 (trezentas milhões) de novas ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro. O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, bem como eventualmente destinar parte do preço de emissão a reserva de capital. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo Segundo. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Artigo 7º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 8º. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que se reunirá, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

Parágrafo Segundo. As Assembleias Gerais serão convocadas observando-se os prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. As Assembleias Gerais somente se instalarão conforme quórum de instalação previsto na Lei de Sociedade por Ações e, quando aplicável, no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira, ou gestor ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos, observada a política de voto prevista no respectivo regulamento do fundo.

Parágrafo Quinto. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas pela maioria absoluta dos votos dos presentes, não se computando as abstenções, os votos nulos ou em branco.

Parágrafo Sexto. A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

Parágrafo Sétimo. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

Artigo 9º. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, por escrito. Na ausência de tal indicação, o presidente da Assembleia Geral será escolhido por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia presente à respectiva Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Artigo 10º. Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

I. alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Art. 6° do presente Estatuto Social;

II. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

III. eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver;

IV. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

V. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

VI. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

VII. fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de

Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração e da Diretoria;

VIII. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;

IX. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

X. autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

XI. aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

XII. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado; e

XIII. deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

Artigo 11. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas na forma do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, observando-se, conforme aplicável, a legislação e a regulamentação aplicáveis em relação aos acionistas que enviem boletim de voto a distância ou participem por meio digital.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Seção 1

Normas Gerais

Artigo 12. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, uma Diretoria e, quando instalado, um Conselho Fiscal, respeitadas as competências e atribuições de cada um desses órgãos previstas na legislação, regulação, e neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo. A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 37 abaixo.

Parágrafo Terceiro. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, permanecerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores, exceto se de outra forma for deliberado **(i)** pela Assembleia Geral de

Acionistas, em relação aos membros do Conselho de Administração e, quando instalado, do Conselho Fiscal, ou **(ii)** pelo Conselho de Administração, em relação aos Diretores.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 13. O Conselho de Administração, é composto, por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser "Conselheiros Independentes", conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, apenas enquanto a Companhia tiver acionista controlador.

Parágrafo Segundo. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro. O Presidente do Conselho de Administração será eleito, pela maioria dos votos dos membros do Conselho de Administração, na primeira reunião após sua posse ou na primeira reunião seguinte à ocorrência da vacância desse cargo.

Parágrafo Quarto. Em caso de ausência, o membro do Conselho de Administração ausente poderá nomear outro membro do Conselho de Administração, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração, de acordo com instruções de voto expressas e por escrito. Em caso de ausência ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho de Administração nas reuniões do Conselho de Administração, o mesmo será substituído, nas funções atribuídas a tal posição, por outro Conselheiro por ele indicado por escrito, ou na ausência de tal indicação, os demais conselheiros reunidos, por maioria simples de votos, indicarão um substituto dentre os próprios membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto. No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, observado o disposto no Parágrafo Primeiro acima, e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito o Conselheiro que completará o mandato do substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada imediatamente para proceder a uma nova eleição.

Parágrafo Sexto. Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 14. Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou, de quaisquer outros 2 (dois) Conselheiros em conjunto, observado o prazo mínimo de antecedência de 5 (cinco) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do

referido prazo, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo Primeiro. Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião e publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Segundo. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 15. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo Primeiro. Os membros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, sendo admitido, ainda, nas reuniões que não puderem comparecer, apresentar voto por escrito ou transmiti-lo por telefone, videoconferência ou qualquer outro meio que expresse, de forma inequívoca e antes do término da reunião, sua manifestação de vontade. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião.

Parágrafo Segundo. Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Artigo 16. Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 17. O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei e demais atribuições previstas neste Estatuto Social, terá as seguintes atribuições:

I. fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;

II. eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;

III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos;

IV. estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Artigo 10º do presente Estatuto Social;

V. deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme Artigo 6º deste Estatuto Social;

VI. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

VII. convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

VIII. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

IX. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

X. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

XI. aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Artigo 32, Parágrafo Quarto, abaixo;

XII. escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

XIII. autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;

XIV. convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

XV. aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

XVI. aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, quando os seus valores superem 5% (cinco por cento) da receita líquida da Companhia por ato, observado o disposto no Artigo 10º do presente Estatuto Social;

XVII. aprovar a aquisição ou venda, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das companhias controladas ou coligadas, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição dos mesmos, quando os seus valores superem 10% da receita líquida da Companhia por ato, estipulando prazos e demais condições;

XVIII. contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias sempre que o valor tomado pela Companhia, de empréstimos e/ou obrigações, totalize valor superior a 2,5 vezes o valor do EBITDA do ano anterior da Companhia;

XIX. manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública

de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: **(i)** a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; **(ii)** os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; **(iii)** as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e **(iv)** outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

XX. aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

XXI. aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

XXII. aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e

XXIII. aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

Parágrafo Primeiro. O Conselho de Administração poderá alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos Diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá constituir, instalar e dissolver comitês técnicos, consultivos e de assessoramento não previstos neste Estatuto Social, elegendo e destituindo, a qualquer tempo, os respectivos membros e estabelecendo os regimentos internos de funcionamento, com objetivos e funções definidas, bem como poderá estabelecer normas aplicáveis aos respectivos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

Seção III

Diretoria

Artigo 18. A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será constituída de, no mínimo, 2 (dois) membros, e, no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, se houver, diretores sem designação específica (em conjunto, os "Diretores"). Todos os Diretores serão residentes no Brasil e terão mandato fixado em 3 (três) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro. Qualquer Diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. Um Diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto no *caput* e na Lei de Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções

por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Quarto. Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo.

Parágrafo Quinto. No caso de vacância no cargo dos demais Diretores, será convocada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função.

Artigo 19. Compete ao Diretor Presidente, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto Social:

I. coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

II. zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

III. convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e

IV. conduzir e coordenar as atividades dos Diretores no âmbito dos deveres e atribuições estabelecidos para os respectivos Diretores pelo Conselho de Administração e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 20. Compete ao Diretor Financeiro, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto Social:

I. coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

II. planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia; e

III. gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Artigo 21. Compete ao Diretor de Relações com Investidores, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto Social:

I. coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

II. prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável,

no Brasil e no exterior; e

III. manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

Artigo 22. Os Diretores sem designação específica terão as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração por ocasião da respectiva eleição.

Artigo 23. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas e pelo Conselho de Administração, conforme o caso, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, podendo receber citações;

II. assinar quaisquer documentos que gerem responsabilidades ou obrigações para a Companhia, incluindo escrituras, dívidas, letra de câmbio, cheques, ordens de pagamento, observados os requisitos deste Estatuto, bem como abrir, operar ou fechar qualquer conta bancária da Companhia; e

III. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria.

Parágrafo Primeiro. Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto e em lei, bem como devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 24. A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo **(i)** Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou **(ii)** por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de Diretores.

Parágrafo Primeiro. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

Parágrafo Segundo. As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, o qual deverá designar o secretário de cada reunião.

Parágrafo Terceiro. Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, aplicando-se, *mutatis mutandis* e conforme aplicáveis, as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração. O Diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer Diretor poderá indicar outro Diretor para representá-lo em uma reunião, via procuração.

Parágrafo Quarto. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros e constarão de atas lavradas em livro próprio, sendo suficiente para a validade das atas a assinatura de tantos Diretores quanto bastem para caracterizar as maiorias necessárias.

Seção IV

Conselho Fiscal

Artigo 25. A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, conforme previsto em lei.

Parágrafo Primeiro. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição, em caso de reinstalação. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado por deliberação da Assembleia Geral, em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

CAPÍTULO V

DA REPRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 26. Qualquer ato ou contrato que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por: **(a)** 2 (dois) Diretores em conjunto; ou, **(b)** 1 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador nomeado com poderes específicos; ou, **(c)** 2 (dois) procuradores nomeados com poderes específicos; desde que observados os limites ora estabelecidos:

I. nos atos, acordos, contratos, documentos ou instrumentos que gerem para a Companhia obrigações acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), inclusive, serão obrigatórias as assinaturas do Diretor-Presidente, em conjunto com 01 (um) Diretor;

II. nos atos, acordos, contratos, documentos ou instrumentos que gerem para a Companhia obrigações acima de R$200.000,00 (duzentos mil reais), inclusive, e inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) serão obrigatórias as assinaturas de quaisquer 02 (dois) Diretores conjuntamente ou, 01 (um) Diretor e 01 (um) procurador com poderes específicos; e

III. os atos, acordos, contratos, documentos ou instrumentos que gerem para a Companhia obrigações inferiores a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) poderão ser firmados por 02 (dois) procuradores com poderes específicos.

Artigo 27. Os atos destinados à implementação de pagamento de obrigações firmadas nos termos deste Artigo, a exemplo de assinaturas de cheques, emissão de ordens de pagamentos ou análogos, poderão ser feitos por procuradores munidos de poderes de atuação na área financeira, sempre em conjunto de dois, independentemente dos valores envolvidos.

Artigo 28. A Companhia poderá ser representada por um único diretor ou procurador na prática dos seguintes atos: **(a)** assinatura de correspondências e demais expedientes que não crie obrigações para a Companhia; **(b)** representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; **(c)** representação da Companhia perante os Sindicatos, Associações de Classe e Justiça do Trabalho, para a admissão ou demissão de empregados e para acordos trabalhistas; **(d)** representação da Companhia em assembleias gerais e reuniões de sócios de sociedades da qual participe como sócia ou acionista; **(e)** representação da Companhia em atividades relacionadas com o despacho aduaneiro; e **(f)** prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, Receita

Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, Juntas Comerciais Estaduais, Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza.

Artigo 29. As procurações a serem outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores da Companhia, em conjunto, e, excetuando-se as outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado de vigência de, no máximo, 1 (um) ano.

CAPÍTULO VI

ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 30. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 31. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: **(i)** o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único. A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VII

EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 32. O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Parágrafo Segundo. As demonstrações financeiras serão submetidas a auditoria anual por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros

acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Artigo 33. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

Parágrafo Primeiro. Após as deduções mencionadas neste Artigo, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo. O lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste Artigo, terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 3º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente, após as destinações indicadas acima, será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo somado às demais reservas de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia;

(vi) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

(vii) a destinação do saldo remanescente, se houver, será deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **(i)** importância destinada à constituição de reserva legal; e **(ii)** importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Parágrafo Quarto. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Artigo 34. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo Segundo. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 35. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 36. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII

CLÁUSULA ARBITRAL

Artigo 37. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme alteradas, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38. A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

Artigo 39. A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente

incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo conselho de administração da Companhia, e observadas as regulamentações e orientações da CVM aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. A Companhia somente estará obrigada a indenizar os Beneficiários caso tenha celebrado contrato de indenização com os Beneficiários, sendo a responsabilidade da Companhia limitada aos termos e condições previstos no referido contrato.

Parágrafo Segundo. Em hipótese alguma a Companhia será obrigada a indenizar os Beneficiários por atos praticados (a) fora do exercício de suas atribuições; (b) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (c) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia.

Artigo 40. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, quando houver, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

Artigo 41. Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas emitidas pela CVM, e pelo Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 42. As disposições contidas nos §1º e §2º do Artigo 1º, no inciso XII do Artigo 10º, no §1º do Artigo 12, nos §1º e §2º do Artigo 13, nos incisos XIX, XX, XXI, XXII, XXIII do Artigo 17, no Artigo 30, no Artigo 31 e no Artigo 37, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

ANEXO II
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS INDEPENDENTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Eu, **ALEXANDRE SAMPAIO FIALHO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade "RG" nº 4.044.150 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 761.097.636-91, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Al. Rouxinol, 800, Residencial Morada dos Pássaros, CEP 06428-010, tendo sido eleito, nesta data, para o cargo de **Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração** da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 19, Sala 301 – Parte, Barra da Tijuca, CEP: 22.640-904, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.072.786/0001-46 ("Companhia"), declaro nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado"), que:

(i) não sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
(ii) não exerço voto em reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionista, que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
(iii) não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até 2º grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador de seu acionista controlador;
(iv) não fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu acionista controlador;
(v) não sou afim, até 2º grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador da Companhia;
(vi) não fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum em relação à Companhia;
(vii) não possuo relações comerciais com a Companhia, seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
(viii) não ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades de referida sociedade ou entidade;
(ix) não recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Desse modo, declaro que estou enquadrado nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e, portanto, estou apto a ocupar o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022.

_____

ALEXANDRE SAMPAIO FIALHO

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Eu, **JOÃO COX NETO**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade "RG" nº 3.944.885 SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 239.577.781-15, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Canário, 80, apartamento 11, Moema, CEP 04521-000, tendo sido eleito, nesta data, para o cargo de **Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração** da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 19, Sala 301 – Parte, Barra da Tijuca, CEP: 22.640-904, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.072.786/0001-46 ("Companhia"), declaro nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado"), que:

(i) não sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
(ii) não exerço voto em reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionista, que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
(iii) não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até 2º grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador de seu acionista controlador;
(iv) não fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu acionista controlador;
(v) não sou afim, até 2º grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador da Companhia;
(vi) não fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum em relação à Companhia;
(vii) não possuo relações comerciais com a Companhia, seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
(viii) não ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades de referida sociedade ou entidade;
(ix) não recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Desse modo, declaro que estou enquadrado nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e, portanto, estou apto a ocupar o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022.

_____

JOÃO COX NETO

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Eu **LISIANE LEMOS KAASTRUP STEPHAN**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade "RG" nº 3093955271 expedida pela Detran/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 015.101.830-86, residente e domiciliada na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Elgar Carlos Hadler 1.814, Bloco 01 apto. 202, Condomínio Maria Clara, bairro São Gonçalo, CEP 96085-357, tendo sido eleita, nesta data, para o cargo de **Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração** da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 19, Sala 301 – Parte, Barra da Tijuca, CEP: 22.640-904, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.072.786/0001-46 ("Companhia"), declaro nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado"), que:

(i) não sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
(ii) não exerço voto em reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionista, que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
(iii) não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até 2º grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador de seu acionista controlador;
(iv) não fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu acionista controlador;
(v) não sou afim, até 2º grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador da Companhia;
(vi) não fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum em relação à Companhia;
(vii) não possuo relações comerciais com a Companhia, seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
(viii) não ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades de referida sociedade ou entidade;
(ix) não recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Desse modo, declaro que estou enquadrado nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e, portanto, estou apto a ocupar o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022.

_____

LISIANE LEMOS KAASTRUP STEPHAN

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

ANEXO III
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022

MODELO DO TERMO DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

TERMO DE POSSE

Eu, [**NOME COMPLETO**] [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) da cédula de identidade "RG" nº [nº RG e órgão expedidor], inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [CPF], residente e domiciliado [endereço completo], tendo sido eleito, nesta data, para o cargo de [**Presidente** / **Membro Efetivo Independente] do Conselho de Administração** da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 19, Sala 301 – Parte, Barra da Tijuca, CEP: 22.640-904, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.072.786/0001-46 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, estendendo-se até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, podendo ser reeleito, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia e declaro atender às disposições do artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), pelo que firmo este termo de posse.

Declaro não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, (i) não estar impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou condenado por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crimes contra o sistema financeiro nacional, o sistema de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; e (ii) que atendo a todos os requisitos e condições previstos nos artigos 145 a 147 da Lei nº 6.404/76, estando plenamente em condições de assumir o cargo no Conselho de Administração da Companhia para o qual fui eleito.

Para os fins do artigo 149, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2022.

_____

[•]

D4Sign 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

17 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 21 de fevereiro de 2022, 12:30:21

Projeto Orchestra - AGE Aprovação Oferta 21 02 2022 VF pdf

Código do documento 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd

Assinaturas

EDUARDO ARROXELLAS VILLELA
eduardo.villela@gulf.com.br
Assinou

Júlio César Garcia Piña Rodrigues
pina@gulf.com.br
Assinou

Eventos do documento

21 Feb 2022, 00:15:06
Documento 3f31dacc-831f-48dc-8631-4707c9bdc6cd **criado** por DEBORAH BASTOS MOTHE (3588d606-d961-428d-9639-69a3e9fc7775). Email:deborah.mothe@bicharalaw.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-21T00:15:06-03:00

21 Feb 2022, 00:15:31
Assinaturas **iniciadas** por DEBORAH BASTOS MOTHE (3588d606-d961-428d-9639-69a3e9fc7775). Email: deborah.mothe@bicharalaw.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-21T00:15:31-03:00

21 Feb 2022, 06:32:34
EDUARDO ARROXELLAS VILLELA **Assinou** (227685f9-2211-4f77-8d79-9eb05ec06449) - Email: eduardo.villela@gulf.com.br - IP: 179.176.63.44 (179.176.63.44.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 36028) - Geolocalização: -22.975936051181694 -43.231464023224596 - Documento de identificação informado: 075.269.237-21 - DATE_ATOM: 2022-02-21T06:32:34-03:00

21 Feb 2022, 11:54:05
JÚLIO CÉSAR GARCIA PIÑA RODRIGUES **Assinou** (fc2e3dd2-d055-4207-af43-000fc203c359) - Email: pina@gulf.com.br - IP: 177.158.38.163 (177.158.38.163.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 25318) - Documento de identificação informado: 491.807.037-04 - DATE_ATOM: 2022-02-21T11:54:05-03:00

Hash do documento original
(SHA256):090fdfab9086c15585277bc2d5ea0f6e3ae6f488b0b271770a3974bc5eb7723d
(SHA512):f89cbfeb2e166e53f38c1493a57081c1e32b65549dcc38eed5f9083e64353844324773a57263d4e82f4c2e6f34e04ae82166905914e05fc93d59e805c7027ed8

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo C – Minuta da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprova o Preço por Ação e o Aumento do Capital Social

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME 26.072.786/0001-46
NIRE 33.3.0032128-4

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia [•] do mês de [•] de 2022, às [•] horas, na sede social do **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 19, Sala 301 – Parte, Barra da Tijuca, CEP: 22.640-904 ("Companhia").

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: [Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração"). Presentes, também, como convidados ouvintes, os membros do conselho de administração eleitos pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia, em 21 de fevereiro de 2022, ainda não investidos em seus respectivos cargos, a saber: Sr. Alexandre Sampaio Fialho, Sr. João Cox Neto e Sra. Lisiane Lemos Kaastrup Stephan.]

3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente da Mesa: [●]. Secretário da Mesa: [●].

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: **(i) a** fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de novas Ações a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição/aquisição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no Artigo 6º do estatito social da Companhia ("Estatuto Social"); **(iii)** a aprovação sobre os direitos relacionados às novas Ações; **(iv)**; a verificação da subscrição das ações; **(v)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(vi)** a aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social; **(vii)** a aprovação "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia,

Administração e Participações S.A." ("Prospecto Definitivo") e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(viii)** autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(ix)** autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

5. DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração, após análise e discussão das matérias propostas, deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições:

(i) aprovar, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R$[●] ([●]) por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso I, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição/aquisição de Ações no contexto da Oferta;

(ii) aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[●] ([●]), o qual passará de R$ [●] ([●]), para R$[●] ([●]), mediante a emissão de [●] novas ações ordinárias, cada uma no valor de R$ [●], que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de [•] ([•]) ações ordinárias para [●] ([●]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do Artigo 6º, Parágrafo Segundo do Estatuto Social;

(iii) aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de

dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(iv) em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, verificar a subscrição de [●] ([●]) novas ações ordinárias ora emitidas pela Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos acima, a serem subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis;

(v) aprovar a homologação do aumento do capital da Companhia, em ato contínuo às deliberações acima, no montante de R$[●] ([●]), mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(vi) face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens acima, aprovar, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do caput do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

> *Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$[●] ([●]), dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.*

(vii) aprovar o Prospecto Definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;

(viii) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando ao: (a) "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A."; (b) "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A."; [(c) "Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A.";] (d) Contrato de Colocação Internacional (*Placement Facilitation Agreement*); e (e) o "Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão", que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e

(ix) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

6. **LAVRATURA E LEITURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes, sendo certo que os convidados ouvintes, cientes das deliberações, não se manifestaram, e assinada. **Presidente:** [•]; **Secretário**: [•]. **Membros do Conselho de Administração presentes:** [Sr. Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues, Sr. Eduardo Arroxellas Villela e Sr. César Balarine Cavalheiro Leite]. **Convidados ouvintes presentes:** [Sr. Alexandre Sampaio Fialho, Sr. João Cox Neto e Sra. Lisiane Lemos Kaastrup Stephan]

A presente é cópia fiel e confere com a ata original lavrada no livro próprio.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2022.

[●]	**[●]**
Presidente da Mesa	Secretário da Mesa

Anexo D – Minuta da Declaração da Companhia para Fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, Barra da Tijuca, bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 26.072.786/0001-46, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de Ações de titularidade [da Orion Ventures Participações Eireli, da Klasint Participações Ltda., do Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II, da FJJ Investimentos e Participações Ltda., da INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli, da GAA Thinc LLC, da BG Consultoria e Participações Eireli, da JFMJ Investimentos e Participações Ltda., da Murbser 16 Participações Ltda., da Vport Participações Ltda. - ME, da Astyanax - Representação Comercial e Consultoria Ltda., da Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda., da FLM Participações Eireli, da Tríade Inovação Serviços Administrativos Eireli, da SLT Blessed Participações S.A., da Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda., da F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda.] ("**Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas**") e dos acionistas vendedores pessoas físicas identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionistas Vendedores Pessoas Físicas**" e, em conjunto com os Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas, "**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**", respectivamente), a ser realizada na República Federativa do Brasil, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"[ou "**Agente Estabilizador**"]), do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**"[ou "**Agente Estabilizador**"]) e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**"[ou "**Agente Estabilizador**"] e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Itaú BBA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) disponibilizou para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e informações relevantes sobre a Companhia e relacionados à Oferta;

(ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(iii) as informações prestadas pela Companhia, no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos e documentos que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais

ou periódicas divulgadas pela Companhia, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2022.

QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

Anexo E – Minuta da Declaração dos Acionistas Vendedores para Fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

[•], [nacionalidade], [profissão], [estado civil], portador da cédula de Identidade RG nº [•], inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº [•], com endereço comercial na [•] ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Barra da Tijuca, bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 26.072.786/0001-46, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, [da Orion Ventures Participações Eireli, da Klasint Participações Ltda., do Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II, da FJJ Investimentos e Participações Ltda., da INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli, da GAA Thinc LLC, da BG Consultoria e Participações Eireli, da JFMJ Investimentos e Participações Ltda., da Murbser 16 Participações Ltda., da Vport Participações Ltda. - ME, da Astyanax - Representação Comercial e Consultoria Ltda., da Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda., da FLM Participações Eireli, da Tríade Inovação Serviços Administrativos Eireli, da SLT Blessed Participações S.A., da Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda., da F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda.] e dos demais acionistas vendedores pessoas físicas identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"[ou "**Agente Estabilizador**"]), do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**"[ou "**Agente Estabilizador**"]) e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**"[ou "**Agente Estabilizador**"] e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Itaú BBA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) disponibilizou para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e informações relevantes sobre ele e/ou relacionados à Oferta;

(ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(iii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos e documentos que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao

mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

[•], [•] de [•] de 2022.

[•]

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

[•], [sociedade anônima/sociedade limitada/fundo de investimento], com sede na [•], nº [•], na cidade de [•], Estado de [•], CEP [•], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº [•], neste ato representado nos termos de seu [documento constitutivo] ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Barra da Tijuca, bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 26.072.786/0001-46 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, de **[•]** e dos acionistas vendedores pessoas físicas identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"[ou "**Agente Estabilizador**"]), do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**"[ou "**Agente Estabilizador**"]) e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**"[ou "**Agente Estabilizador**"] e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Itaú BBA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) disponibilizou para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e informações relevantes sobre ele e/ou relacionados à Oferta;

(ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(iii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. " ("**Prospecto Preliminar**") e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. " ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos e documentos que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

[•], [•] de [•] de 2022.

[•]

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

Anexo F – Minuta da Declaração do Coordenador Líder para Fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**") vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Barra da Tijuca, bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 26.072.786/0001-46("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária Ações de titularidade [da Orion Ventures Participações Eireli, da Klasint Participações Ltda., do Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II, da FJJ Investimentos e Participações Ltda., da INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli, da GAA Thinc LLC, da BG Consultoria e Participações Eireli, da JFMJ Investimentos e Participações Ltda., da Murbser 16 Participações Ltda., da Vport Participações Ltda. - ME, da Astyanax - Representação Comercial e Consultoria Ltda., da Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda., da FLM Participações Eireli, da Tríade Inovação Serviços Administrativos Eireli, da SLT Blessed Participações S.A., da Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda., da F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda.] ("**Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas**") e dos acionistas vendedores pessoas físicas identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionistas Vendedores Pessoas Físicas**" e, em conjunto com os Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas, "**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**", respectivamente), a ser realizada na República Federativa do Brasil, sob a coordenação do Coordenador Líder, do Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**"[ou "**Agente Estabilizador**"]) e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**"[ou "**Agente Estabilizador**"] e, em conjunto com Coordenador Líder e o Itaú BBA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em novembro de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos

Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras incluídas no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2022.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo G – Demonstrações Financeiras da Companhia Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 dezembro de 2021

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos nessas datas e dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

1. Investimento e patrimônio líquido – acordo de acionistas (Notas Explicativas nºs 1, 5 e 6)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1, 5 e 6, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia firmou acordo de acionista junto a determinadas empresas relacionadas nas notas explicativas mencionadas anteriormente, o qual estabelece as regras e condições para a aquisição, pela Companhia, das citadas empresas e respectivas transferências de controle, mediante o atingimento de certas condições precedentes denominadas de "evento de liquidez" (sob pena de, em caso do não atingimento das condições precedentes, ou o acordo de acionistas ser revogado, caberá as partes decidem se têm interesse em pactuar um novo acordo, sem nenhum ônus, fato este que condiciona a entrada em operação da Companhia ao plano de negócios descrito nas notas explicativas citadas anteriormente). Com base neste acordo, os cotistas/acionistas das empresas subscreveram ações de emissão da Companhia e as integralizaram mediante a conferência de cotas/ações representativas do capital social de emissão das respectivas empresas, nos termos dos respectivos contratos de subscrição.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria, devido ao fato de o relacionamento societário da Companhia e das empresas participantes (e respectivos planos de negócios a serem implementados a partir do evento de liquidez) estarem sustentadas com base no acordo de acionistas, que por sua vez estabelece as regras e condições a serem regidas pela Companhia e empresas participantes até a concretização do evento de liquidez (e respectivos planos de negócios a serem implementados subsequente à concretização de tal evento) que poderiam afetar de forma relevante as demonstrações contábeis, caso a aplicação das práticas contábeis não fossem adequadamente observadas.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Análise dos acordos de acionistas firmados pela Companhia junto às empresas participantes, com o objetivo de avaliar os impactos contábeis em suas demonstrações contábeis;
- Análise dos atos societários atribuídos à subscrição das ações de emissão da Companhia e as integralizações auferidas mediante a conferência de cotas/ações representativas do capital social de emissão das respectivas empresas participantes, nos termos dos respectivos contratos de subscrição, e análise dos reflexos contábeis dos referidos atos societários;
- Revisão e análise do teor e das respectivas normas contábeis e premissas constantes de laudo contábil ("opinião contábil") preparado por um terceiro independente especialista, requerida pela Companhia , com o objetivo de suportar o tratamento contábil adotado pela Companhia e o seu respectivo registro e divulgação da operação nas demonstrações contábeis, confirmando que o tratamento contábil adotado foi efetuado à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, assunto este requerido e mencionado no acordo de acionistas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para o registro e divulgação dos eventos societários estabelecidos no acordo de acionistas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Ênfase

Condição precedente ("evento de liquidez") estabelecida para aquisição do controle de empresas relacionadas em acordo de acionista

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1, 5 e 6, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia firmou acordo de acionista junto a determinadas empresas relacionadas nas notas explicativas mencionadas anteriormente, o qual estabelece as regras e condições para uma futura aquisição de controle, pela Companhia, das citadas empresas com a respectivas transferências de seu controle, mediante o atingimento de certas condições precedentes denominadas de "evento de liquidez" (sob pena de, em caso do não atingimento das condições precedentes, ou o acordo de acionistas ser revogado, caberá as partes decidem se têm interesse em pactuar um novo acordo, sem nenhum ônus, fato este que condiciona a entrada em operação da Companhia ao plano de negócios descrito nas notas explicativas citadas anteriormente). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Apresentação das demonstrações contábeis

Conforme Nota Explicativa nº 1, devido ao fato de a Companhia não ter apresentado operações comerciais, somente estão sendo apresentados os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos nessas datas e dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2019 (sem apresentação das demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e das demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

Balanço Patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	118	101	101
Total do ativo circulante		**118**	**101**	**101**
Não circulante				
Investimentos	5	-	-	-
Total do ativo		**118**	**101**	**101**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido				
Capital social	6	73.626	101	101
Capital social a integralizar	6	(73.508)	-	-
Total do patrimônio líquido		**118**	**101**	**101**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**118**	**101**	**101**

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

Demonstrações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
						-
Em 01 de janeiro de 2018		-	-	-	-	-
Aumento de capital		101	-	-	-	101
Em 31 de dezembro de 2019		101	-	-	-	101
Em 31 de dezembro de 2020		**101**	**-**	**-**	**-**	**101**
Aumento de capital	6	73.525	**-**	**-**	**-**	**73.525**
Capital a integralizar	6	(73.508)	**-**	**-**	**-**	(73.508)
Em 31 de dezembro de 2021		**118**	**-**	**-**	**-**	**118**

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

Demonstração de fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Ajustes por:			
Baixas de imobilizado e intangível	-	-	-
	-	-	
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	-	-	-
Impostos a recuperar	-	-	-
Outras obrigações	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas operações	-	-	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-	-	
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de investimento	-	-	-
Investimento a integralizar	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aumento de capital	17	-	101
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**17**	-	**101**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**17**	-	**101**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	101	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	118	-	101
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**17**	-	**101**

1. Informações Gerais

A Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. ("Companhia" ou "Qestra") foi constituída em 07 de julho de 2016, sendo uma "shelf company", não operacional, e, subsequentemente, em maio de 2017, foi totalmente adquirida pela Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Gulf"), que figurou como sua única acionista até a implementação da Reorganização Gulf em 2020. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha a condição de não operacional.

Após extenso e detalhado estudo, a Gulf identificou que o mercado brasileiro de softwares e de serviços de tecnologia da informação ("Mercado Alvo") é bastante fragmentado e possui condições favoráveis para a realização de uma consolidação, uma vez que pode gerar oportunidades de negócios interessantes para as empresas do Mercado Alvo, seja via a consolidação por aquisição de outras empresas do Mercado Alvo ou pela melhoria no seu desempenho operacional (aumento na taxa de crescimento da receita e/ou aumento na margem operacional), em consequência da disponibilização de recursos financeiros para investimentos na melhoria e desenvolvimento de produtos e serviços, do apoio ao planejamento e execução das atividades comerciais, do compartilhamento de melhores práticas entre as subsidiárias e da criação de um ambiente colaborativo entre os empresários e executivos das subsidiárias da companhia consolidadora, justificando uma expressiva valorização patrimonial para essas empresas participantes.

Em 30 de setembro de 2021, e em 31 de dezembro de 2021 foram realizados investimentos em determinadas empresas do Mercado Alvo, que ocorreram por meio de dois aumentos de capital nas referidas datas, os quais foram integralizados pelos subscritores mediante a transferência de participações societárias nas sociedades listadas a seguir:

(i) First Tech Tecnologia Ltda.;
(ii) Pluris Mídia Ltda.;
(iii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.;
(iv) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.;
(v) Plusoft Informática S.A.;
(vi) SKA Automação de Engenharias Ltda.;
(vii) Nexo CS Informática S.A.;
(viii) Integra Consultoria S.A.;
(ix) TPV Inova Soluções em Informática S.A.;
(x) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.;
(xi) SSX Tecnologia da Informação S.A.;
(xii) W3K Tecnologia Ltda.;
(xiii) ItSource Serviços e Soluções em TI Ltda.;
(xiv) BTB Group Inc ;
(xv) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A..;
(xvi) Doc Security Serviços de Informática Ltda.;
(xvii) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.;
(xviii) TEFTI Armazém Logística Ltda.;
(xix) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A. (todas acima reunidas denominadas "Empresas Participantes").

As Empresas Participantes possuem históricos operacionais sólidos e são administradas por experientes executivos e funcionários-chave que detêm amplo conhecimento do seu negócio, com compromisso de longo prazo com o crescimento de suas respectivas empresas. As Empresas Participantes englobam 6 (seis) diferentes verticais, são elas: (i) Software de Aplicativo de Negócios; (b) Implementação e Customização de Software; (iii) Cibersegurança; (iv) Infraestrutura & Nuvem; (v) Serviços de TI; e (vi) Serviços Baseados em Softwares, e ocupam posições de destaque no mercado, tendo clientes relevantes de setores diversos da economia – Saúde: Dasa, Unimed e Hapvida; Finanças: BTG Pactual, Nubank, Itaú, Bradesco, Banco Central e B3; Automobilístico: Hyundai, Mercedes-Benz e Yamaha; Óleo, Gás e Energia: Petrobras e Raízen; Alimentício/Bebidas: Burger King e Nestle, dentre outros.

Após o evento de liquidez "IPO", a Companhia passará a consolidar os resultados das Empresas Participantes, caracterizando uma combinação de negócios a luz da Norma NBC TG 15 (R4) "Combinação de Negócios", por meio de influência significativa sobre as operações das Empresas Participantes, considerando as prerrogativas estabelecidas no Acordo de Acionistas firmado entre as partes (Companhia e Empresas Participantes).

Nesse cenário, o principal objetivo da Companhia é, por meio da alocação significativa dos recursos captados na Operação de IPO, implementar a sua estratégia de crescimento inorgânico pela aquisição de outras empresas do Mercado Alvo. As aquisições poderão ocorrer diretamente pela Companhia ou pelas Empresas Participantes quando for estrategicamente indicado. Não obstante, a Companhia tem como objetivo, auxiliar na aceleração do crescimento orgânico das Empresas Participantes para que as mesmas mantenham sua posição de relevância nas atividades e setores que atuam, logo, parte dos recursos captados na Operação de IPO, serão disponibilizados para a realização de investimentos na melhoria e desenvolvimento de produtos e na abertura de novos mercados/segmentos. Nesse sentido, a Companhia também criará departamentos de apoio às atividades operacionais das Empresas Participantes objetivando a melhora operacional de cada uma delas.

A entrada dos novos acionistas no capital da Companhia foi realizada com base em atos societários regulados por Acordo de Acionistas, em 30 de setembro de 2021, onde foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 67.824, passando o capital social da Companhia de R$ 101 para R$ 67.925, por meio da emissão de 404.800 (quatrocentas e quatro mil e oitocentas), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As contribuições de ações foram assim distribuídas pelas partes:

- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 80, equivalentes a 3.693 ações ordinárias, sem valor nominal, da Qestra, a SKA Sistemas Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda (“SKA sistemas”), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Qestra 80% (oitenta por cento) do capital social da SKA sistemas.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 2.144, equivalentes a 98.977 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a SKA Automação de Engenharias Ltda (“SKA Automação”), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80% (oitenta por cento) do capital social da SKA automação.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 16.765, equivalentes a 47.286 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a Plusoft Informática S.A (“Plusoft”) por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80% (oitenta por cento) do capital social da Plusoft.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 8, equivalentes a 48.632 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a Tefti Armazém e Logística Ltda (“Tefti”), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80% (oitenta por cento) do capital social da Tefti.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 5.670, equivalentes a 38.723 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a ITSource Serviços e soluções em TI Ltda (“IT Source”), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80% (oitenta por cento) do capital social da IT Source.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 1.200, equivalentes a 25.041 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda. (“IKhon”), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 60% (sessenta por cento) do capital social da IKhon.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 9.543, equivalentes a 28.397 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltd (“A5 Solutions”) Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. (“A5 Solutions”), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80%.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 10.857, equivalentes a 21.618 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a Integra Consultoria S.A. (“Integra”), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Integra.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 3.246, equivalentes a 17.908 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a SSX Tecnologia da Informação S.A (“BLive”), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80% (oitenta por cento) do capital social da BLive.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 4.200, equivalentes a 11.136 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a Doc Security Serviços de Informática Ltda (“DocSecurity”), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 60% (sessenta por cento) do capital social da Doc Security.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 4.201, equivalentes a 15.160 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. (“ADN”), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80% (oitenta por cento) do capital social da ADN.

- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 8.688, equivalentes a 12.389 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a TPV Inova Soluções em Informática S.A. ("Thinc"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 79% (setenta e nove por cento) do capital social da Thinc.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 200, equivalentes a 12.694 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a Pluris Mídia Ltda ("Pluris"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80% (oitenta por cento) do capital social da Pluris.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 600, equivalentes a 8.887 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a Nexo CS informática S.A. ("Nexo CS"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 60% (sessenta por cento) do capital social da Nexo CS.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 380, equivalentes a 8.292 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a W3K Tecnologia Ltda. ("W3K"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 70% (setenta por cento) do capital social da W3K.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 44, equivalentes a 5.967 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a BTB Group Inc ("BTB"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80% (oitenta por cento) do capital social da BTB.

Em 31 dezembro de 2021, foi aprovado novo aumento de capital da Companhia no valor de R$ 5.701, dessa forma o capital social da Companhia passa de R$ 67.925 para R$ 73.626, por meio da emissão de 87.360 (oitenta e sete mil trezentos e sessenta), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As contribuições de ações foram assim distribuídas pelas partes:

- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 637, equivalentes a 31.004 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a First Tech Tecnologia Ltda ("First tech"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da First Tech.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 2.640, equivalentes a 17.898 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a GWCLoud Tecnologia e Serviços S.A. ("GWCloud"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80% (oitenta por cento) do capital social da First Tech.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 633, equivalentes a 12.150 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a Dínamo Networks Serviços, Desenvolvimento. e Participações em Consórcios e ou Empresas S.A. ("Dínamo"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 80% (oitenta por cento) do capital social da Dínamo.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 1.572, equivalentes a 5.873 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a Integra Consultoria S.A. ("Integra"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 17% (dezessete por cento) do capital social da Integra.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 200, equivalentes a 2.963 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, a Nexo CS informática S.A. ("Nexo CS"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra 20% (vinte por cento) do capital social da Nexo CS.
- Conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 17, equivalentes a 17.472 ações ordinárias, sem valor nominal, da Questra, A Gulf Capital Partners ("Gulf"), por meio de seus sócios/empresas subscreveram no capital da Questra o montante em moeda corrente.

A Companhia, tem como objeto a administração de sociedades do setor de tecnologia, conforme a seguir:

Investidas	% Participação
"SKA Sistemas Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda."	80,0%
"SKA Automação de Engenharias Ltda."	80,0%
"Plusoft Informática S.A".	80,0%
"Tefti Armazém e Logística Ltda.".	80,0%
"ITSource Serviços e soluções em TI Ltda.".	80,0%
"Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda."	60,0%
"A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda."	80,0%
"Integra Consultoria S.A."	80,0%
"SSX Tecnologia da Informação S.A."	80,0%
"Doc Security Serviços de Informática Ltda."	60,0%
"ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda."	80,0%
"TPV Inova Soluções em Informática S.A."	78,7%
"Pluris Mídia Ltda."	80,0%
"Nexo CS informática S.A."	80,0%
"W3K Tecnologia Ltda."	70,0%
"BTB Group Inc"	80,0%
"First Tech Tecnologia Ltda."	75,0%
"GWCLoud Tecnologia e Serviços S.A."	80,0%
"Dínamo Networks Serviços, Desenvolvimento. e Participações em Consórcios e ou Empresas S.A."	80,0%

Pandemia Covid-19

A propagação da Covid-19, no início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Nesse cenário, as Empresas Participantesvem monitorando o impacto nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela administração das Empresas Participantes para reduzir o risco dos colaboradores, como orientações de lavagem das mãos, e afastamento de pessoas de grupos de risco.

Em seus escritórios além da higienização frequente e itens de segurança, as Empresas Participantes passaram a adotar a flexibilização das jornadas de trabalho e o trabalho remoto.

A Companhia e as Empresas Participantes continuarão a monitorando e avaliando os impactos.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 25 de fevereiro de 2022.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

Estas demonstrações contábeis foram preparadas em reais (R$), sendo essa moeda funcional e de apresentação da Companhia. A Companhia iniciou suas atividades em 31 de agosto de 2016.

A Companhia preparou essas demonstrações contábeis com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o se valor de mercado ou de realização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.4 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa:

- 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1)/IAS 37);
- 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- 1º de janeiro de 2022 - Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4) /IAS 16);
- 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3);
- 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8);
- 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

2.6 Demonstração dos fluxos de caixas

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis é realizada em conformidade com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e a norma internacional IAS 01 – *Presentation of Financial Statements*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis na elaboração das Demonstrações Financeiras que exige o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de ativos e passivos e de receitas e despesas.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes de julgamento e estimativas contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	118	101	101
	118	**101**	**101**

5. Investimentos

Empresas Participantes	Percentual de participação	Investimento em 30/09/2021	Investimento em 31/12/2021	Total
SKA Sistemas Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.	80,0%	80	-	80
SKA Automação de Engenharias Ltda.	80,0%	2.144	-	2.144
Plusoft Informática S.A.	80,0%	16.765	-	16.765
Tefti Armazém e Logística Ltda.	80,0%	8	-	8
ITSource Serviços e soluções em TI Ltda.	80,0%	5.670	-	5.670
Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.	60,0%	1.200	-	1.200
A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.	80,0%	9.543	-	9.543
Integra Consultoria S.A.	80,0%	10.857	1.572	12.429
SSX Tecnologia da Informação S.A.	80,0%	3.246	-	3.246
Doc Security Serviços de Informática Ltda.	60,0%	4.200	-	4.200
ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.	80,0%	4.201	-	4.201
TPV Inova Soluções em Informática S.A.	78,7%	8.688	-	8.688
Pluris Mídia Ltda.	80,0%	200	-	200
Nexo CS informática S.A.	80,0%	600	200	800
W3K Tecnologia Ltda.	70,0%	380	-	380
BTB Group Inc	80,0%	44	-	44
First Tech Tecnologia Ltda.	75,0%	-	637	637
GWCLoud Tecnologia e Serviços S.A.	80,0%	-	2.640	2.640
Dínamo Networks Serviços, Des. e Part. em Cons. e ou Emp. S.A.”	80,0%	-	633	633
(-) Investimento a integralizar		**(67.826)**	**(5.682)**	**(73.508)**
		-	**-**	**-**

Conforme descrito na nota explicativa nº 6 “Patrimônio líquido”, antes do evento de liquidez, as Empresas participantes detém o controle sobre as suas operações, e respondem isoladamente pelos resultados auferidos no período compreendido entre 30 de setembro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, não sendo atribuído à Companhia, nenhum resultado oriundo das operações das Empresas participantes, dessa forma, a operação não se configura como uma combinação de negócios uma vez que, não existe a transferência de controle até que ocorra o evento de liquidez. Motivo pelo qual os efeitos da integralização dos investimentos das Empresas participantes pela Companhia somente ocorrerá no sucesso do evento de liquidez (após evento de liquidez).

6. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 73.508, sendo a parcela subscrita e integralizada em dinheiro do capital social na data base de 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 118. Até que ocorra o evento de liquidez, as participações societárias das Empresas Participantes integralizadas pelos novos acionistas na Companhia, não surtem efeito nas demonstrações financeiras da Companhia, tal qual nota "5. Investimentos" acima.

A Companhia avaliou os aspectos da norma NBC TG 15 (R4) "Combinação de negócios", sob a necessidade de identificação de um adquirente, em relação a configuração da aquisição do controle. A definição de controle consta na norma NBC TG 36 (R3) "Demonstrações Consolidadas" (R3), que trata da apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, a norma determina que a avaliação quanto a existência de controle demanda aferição da existência dos seguintes requisitos: (i) poder sobre a investida. (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, e (iii) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

O acordo de acionistas valido para o período até a realização do evento de liquidez confere aos acionistas minoritários (originários) a capacidade de dirigir as Empresas Participantes até o evento de liquidez, tendo em vista que este acordo de acionistas prevê que: (i) a administração/gestão das Empresas Participantes cabe aos acionistas/quotistas minoritários, (ii) a Companhia acompanhará o voto dos acionistas/quotistas minoritários nas assembleias gerais e reuniões de sócios das Empresas Participantes, com exceções às matérias protetivas previstas neste acordo de acionistas (iii) caso o evento de liquidez não ocorra a Companhia acompanhará o voto dos acionistas/quotistas minoritários em todas as matérias. Ademais, caso o evento de liquidez não seja efetivado até 30 de abril de 2022, seja qual for a condicionante, o acordo de acionista poderá ser resilido por decisão da Companhia ou de qualquer Empresa Participante e a operação de investimento realizada pela Companhia na respectiva Empresa Participante poderá ser desfeita sem ônus para ambas as partes. Caberá à Companhia e a cada uma das Empresas Participantes individualmente resolverem se há interesse mútuo em prorrogar o prazo limite acima indicado.

Sendo assim, fica claro que a tomada de decisão que impacta os retornos gerados pelas Empresas Participantes até que ocorra o evento de liquidez, cabem unicamente aos acionistas/quotistas minoritários. Dessa forma, a operação não se configura como uma combinação de negócios uma vez que, não existe a transferência de controle até que ocorra o evento de liquidez. Não obstante, a operação realizada não se configura como uma aquisição reversa, seja pela própria caracterização da Companhia enquanto adquirente contábil no âmbito da combinação de negócios, seja pelo próprio contexto da operação de consolidação de mercado (*roll up*), o qual evidencia o papel da Companhia como adquirente das Empresas Participantes, e não o contrário. Ademais, o mero fato de não haver contrapartida em dinheiro, apenas a troca de instrumentos patrimoniais (ações e quotas), não torna a operação como um pagamento baseado em ações, sujeita à disciplina da norma NBC TG 10 (R3) – "Pagamento Baseado em Ações", notadamente por se tratar de verdadeira combinação de negócios.

Em razão dos aumentos de capital descritos anteriormente, o capital social da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. passou a ser distribuído da seguinte proporção relativa às participações dos negócios integralizados na Companhia:

Investidas	% Participação
Gulf Capital Partners (sócios)	20,0%
SKA Sistemas Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.	0,62%
SKA Automação de Engenharias Ltda.	16,68%
Plusoft Informática S.A.	7,97%
Tefti Armazém e Logística Ltda.	8,20%
ITSource Serviços e soluções em TI Ltda.	6,53%
Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.	4,22%
A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.	4,79%
Integra Consultoria S.A.	4,63%
SSX Tecnologia da Informação S.A.	3,02%
Doc Security Serviços de Informática Ltda.	1,88%
ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.	2,55%
TPV Inova Soluções em Informática S.A.	2,09%
Pluris Mídia Ltda.	2,14%
Nexo CS informática S.A.	2,00%
W3K Tecnologia Ltda.	1,40%
BTB Group Inc.	1,00%
First Tech Tecnologia Ltda.	5,23%
GWCLoud Tecnologia e Serviços S.A.	3,00%
Dínamo Networks Serviços, Desenvolvimento. e Participações em Consórcios e ou Empresas S.A.	2,05%

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 300.000.000 (trezentas milhões) de ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

7. Gestão de risco

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

Ativos financeiros	Classificação	Hierarquia de valor justo	2021
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo:

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os passivos financeiros são reconhecidos por custo amortizado, exceto o instrumento financeiro derivativo, mensurado a valor justo.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de derivativos com fins especulativos.

Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias:

i) Risco de crédito

Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras de primeira linha, considerando os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.

ii) Risco de taxas de juros

A Companhia e as Empresas Participantes obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e as Empresas Participantes estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (hedge de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

iii) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

***

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

A administração da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2021, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Qestra é uma plataforma de criação de valor concebida e desenhada para alavancar e levar empresas *B2B*[1] de *Software* e *Tech-Enabled Services*[2] a um outro nível de performance (melhora da sua rentabilidade e governança), com acesso a capital buscando permitir o aumento de sua penetração de mercado via crescimento orgânico e inorgânico.

O ano de 2021 foi especial para a Qestra pois marca o início do processo de consolidação que queremos realizar no segmento de tecnologia.

Em 2021 a Qestra realizou o investimento em 18 empresas do setor de tecnologia que têm como principais atributos serem todas rentáveis, com crescimento significativo, com receita majoritariamente recorrente[3], com modelo de negócios comprovados, resilientes e serem empresas de boa referência em seus respectivos mercados de atuação ("Empresas Participantes").

Através das Empresas Participantes, nos fizemos presentes em todas as regiões do país, em alguns países da América Latina, e possuímos clientes em 14 verticais de indústria ou processo, dentre elas: Indústria 4.0, *Customer Experience* (CX), Cibersegurança, Gestão de Documentos, Atendimento ao Cliente, Meios de Pagamento, Gestão de Infra de TI & Serviços em Nuvem, Gestão de Dados Mestres, Logística, *ERP* [4], Gestão de Serviços de Telecom, Gestão de Frotas e *HR Tech*.

As Empresas Participantes são lideradas por empresários experientes no mercado de tecnologia, que estão comprometidos com o longo prazo e alinhados com o crescimento e a busca da perpetuidade dos seus negócios.

---

[1] *B2B* (*Business-to-Business*) é um modelo de negócios em que uma empresa vende para outras empresas.
[2] Serviços Habilitados para Tecnologia.
[3] Transações realizadas em períodos pré-determinados e de forma contínua por um mesmo cliente para o uso de um serviço ou entrega de uma solução.
[4] Sigla para *Enterprise Resource Planning*, ERP é um sistema de gestão que permite um acesso fácil, integrado e seguro aos dados de uma empresa.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Neste último exercício, a Grant Thornton Auditores Independentes estava contratada para execução de serviços de auditoria dos exercícios de findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, asseguração razoável sobre a compilação de informações financeiras consolidadas pro forma da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e emissão de carta-conforto de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade na CTA 23 – Emissão de Carta-Conforto em Processo de Oferta de Títulos e Valores Mobiliários e regra AU-C Section 920 - "*Letters for Underwriters and Certain Other Requesting Parties*" referentes aos esforços de oferta no exterior pelas regras 144A e *Regulation S.*

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

LUIS ANTONIO DE OLIVEIRA BANHARA, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 17.940.837-9, expedida pelo SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 112.850.508-86, na qualidade de Diretor Presidente da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 26.072.786/0001-46, com sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904, ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, especialmente elaboradas para fins de registro.

01 de março de 2022.

LUIS ANTONIO DE OLIVEIRA BANHARA

Diretor Presidente

D4Sign 63c0a44c-f2a9-403c-b225-e745ecaa551a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 23 de fevereiro de 2022, 16:30:47

8 Projeto Orchestra - Declaração Art 25 - Banhara pdf

Código do documento 63c0a44c-f2a9-403c-b225-e745ecaa551a

Assinaturas

Luis Antonio de Oliveira Banhara
luis.banhara@qestra.com.br
Assinou

Luis Antonio de Oliveira Banhara

Eventos do documento

23 Feb 2022, 16:09:16
Documento 63c0a44c-f2a9-403c-b225-e745ecaa551a **criado** por DEBORAH BASTOS MOTHE (3588d606-d961-428d-9639-69a3e9fc7775). Email:deborah.mothe@bicharalaw.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-23T16:09:16-03:00

23 Feb 2022, 16:10:20
Assinaturas **iniciadas** por DEBORAH BASTOS MOTHE (3588d606-d961-428d-9639-69a3e9fc7775). Email: deborah.mothe@bicharalaw.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-23T16:10:20-03:00

23 Feb 2022, 16:19:56
LUIS ANTONIO DE OLIVEIRA BANHARA **Assinou** - Email: luis.banhara@qestra.com.br - IP: 187.121.3.57 (187-121-3-57.user.ajato.com.br porta: 20734) - Documento de identificação informado: 112.850.508-86 - DATE_ATOM: 2022-02-23T16:19:56-03:00

Hash do documento original
(SHA256):2aa6618fc4fe1d765545bb271b3de7051788e072d49aa4af93be9078727444d1
(SHA512):4a05c3b1e0989db5d06d09f8015bf1daa9e3bb59ab850a1857e2850ebf73d599ff3a1f3d7426c58d6621a38e363ffc9504a67fa36320cb64341ac275bb01d5aa

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

EDUARDO ARROXELLAS VILLELA, brasileiro, divorciado economista, portador da cédula de identidade RG nº 09.905.421-5, expedida pelo IIRGD/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 075.269.237-21, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 26.072.786/0001-46, com sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904, ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, especialmente elaboradas para fins de registro.

01 de março de 2022.

EDUARDO ARROXELLAS VILLELA

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

D4Sign 67af03e5-b2b8-480d-8c54-ac8611b70315 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 22 de fevereiro de 2022, 19:00:50

6 Projeto Orchestra - Declaração Art 25 - Eduardo pdf

Código do documento 67af03e5-b2b8-480d-8c54-ac8611b70315

Assinaturas

EDUARDO ARROXELLAS VILLELA
eduardo.villela@gulf.com.br
Assinou

Eventos do documento

22 Feb 2022, 18:53:13
Documento 67af03e5-b2b8-480d-8c54-ac8611b70315 **criado** por DEBORAH BASTOS MOTHE (3588d606-d961-428d-9639-69a3e9fc7775). Email:deborah.mothe@bicharalaw.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-22T18:53:13-03:00

22 Feb 2022, 18:53:24
Assinaturas **iniciadas** por DEBORAH BASTOS MOTHE (3588d606-d961-428d-9639-69a3e9fc7775). Email: deborah.mothe@bicharalaw.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-22T18:53:24-03:00

22 Feb 2022, 18:59:12
EDUARDO ARROXELLAS VILLELA **Assinou** (227685f9-2211-4f77-8d79-9eb05ec06449) - Email: eduardo.villela@gulf.com.br - IP: 200.201.187.226 (mvx-200-201-187-226.mundivox.com porta: 24364) - Geolocalização: -23.002799559938474 -43.31706733654463 - Documento de identificação informado: 075.269.237-21 - DATE_ATOM: 2022-02-22T18:59:12-03:00

Hash do documento original
(SHA256):4016813b24428dd2ac3368990e00d36ac0f4c4e620e7a8808f9ea54f67ef77a9
(SHA512):92d2e666429c18c90aa59011e1b45c5237ee2ea70b397c9b4cce4fbecc36cbc957ab32e5ab4e16f7a20ba8bccec8d29dad6f72d16e1faadb8857ab95e3a6c0f9

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Anexo H – Demonstrações Financeiras Históricas das Empresas Participantes, Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Tefti Armazém e Logística Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Quotistas da
Tefti Armazém e Logística Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tefti Armazém e Logística Ltda. (Empresa), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Reconhecimento de receita (Nota Explicativa nº 4 item “d” e nº 16)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, em 31 de dezembro de 2021, 2019 e 2019 a Empresa reconheceu como receitas líquidas os montantes de R$ 44.806 mil, R$ 26.973 mil, R$15.377 mil, respectivamente, proveniente da prestação de serviços de distribuição, reparo e gestão de serviços dos equipamentos POS, PIN Pad e mPOS. Tais receitas são reconhecidas quando da prestação do serviço, que ocorre na instalação dos terminais e realização dos testes, atendendo e satisfazendo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas dependem da determinação de controles manuais para a identificação e mensuração do cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados com a iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Empresa satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações performance, preço, prazo, limites de crédito, entre outras;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação dos serviços;
- efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto à determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- testamos a integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list)* por meio de confirmações recebidas e documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.); e
- avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Empresa para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações dos valores adicionados (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.
Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de janeiro de 2022

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Tefti Armazém e Logística Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$)

ATIVO

	Nota	2021	2020	2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.260	1.680	2.194
Contas a receber de clientes	6	5.776	5.134	1.709
Estoques	-	136	57	22
Tributos a recuperar	-	23	12	12
Adiantamento de fornecedores	-	186	57	53
Total do ativo circulante		9.381	6.940	3.990
Ativo não circulante				
Outros ativos	-	-	38	42
Imobilizado	8	1.938	1.709	2.287
Total do ativo não circulante		1.938	1.747	2.329
Total do ativo		11.319	8.687	6.319

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tefti Armazém e Logística Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2021	2020	2019
Passivo circulante				
Fornecedores e contas a pagar	10	585	229	204
Obrigações sociais e trabalhistas	11	452	466	441
Obrigações tributárias	12	1.167	1.332	811
Arrendamentos a pagar	9	203	519	445
Adiantamentos de clientes	13	403	-	-
Outros passivos	-	37	15	9
Total do passivo circulante		2.847	2.561	1.910
Passivo não circulante				
Arrendamentos a pagar	9	-	141	660
Provisão para contingências	14	-	7	-
Total do passivo não circulante		-	148	660
Patrimonio líquido				
Capital social	15.a	10	10	10
Reserva de lucros	15.b	8.462	5.968	3.739
Total do patrimônio líquido		8.472	5.978	3.749
Total do passivo e patrimônio líquido		11.319	8.687	6.319

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tefti Armazém e Logística Ltda.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2021	2020	2019
Receita operacional, líquida	16	44.806	26.973	15.377
Custos dos serviços prestados	17	(24.923)	(15.559)	(6.887)
Lucro bruto		19.883	11.414	8.490
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas	18	(2.468)	(1.423)	(926)
Despesas comerciais	-	(29)	(8)	(5)
Despesas tributarias	-	(41)	(45)	(36)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	-	-	-	(13)
		(2.538)	(1.476)	(980)
Lucro antes do resultado financeiro		17.345	9.938	7.510
Resultado financeiro, líquido	19	(113)	(111)	(60)
Lucro liquido antes do imposto de renda e contribuição social		17.232	9.827	7.450
Imposto de renda e contribuição social, corrente	20	(4.738)	(3.098)	(1.729)
Lucro líquido do exercício		12.494	6.729	5.721
Resultado por quotas	15.d			
Número médio ponderado de quotas - básico		10.000	10.000	10.000
Lucro por quotas - básico		1,249	0,673	0,572

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tefti Armazém e Logística Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$)

	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	12.494	6.729	5.721
Resultado abrangente do exercício	12.494	6.729	5.721

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tefti Armazém e Logística Ltda.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízo acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019		10	-	(482)	(472)
Lucro liquido do exercício		-	-	5.721	5.721
Tranferência para reserva de lucros		-	5.239	(5.239)	-
Distribuição de dividendos	15.c	-	(1.500)	-	(1.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		10	3.739	-	3.749
Lucro liquido do exercício		-	6.729	-	6.729
Distribuição de dividendos	15.c	-	(4.500)	-	(4.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		10	5.968	-	5.978
Lucro liquido do exercício			12.494	-	12.494
Distribuição de dividendos	15.c		(10.000)	-	(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		10	8.462	-	8.472

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tefti Armazém e Logística Ltda.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$)

	2021	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.232	9.827	7.450
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação	901	673	413
Baixa líquida do ativo imobilizado	-	305	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.738)	(3.098)	(1.729)
Provisão para contingências	(7)	7	-
Juros incorridos arrendamento mercantil	79	123	128
	13.467	7.837	6.262
Aumento (redução) das contas do ativo			
Contas a receber de clientes	(642)	(3.425)	(1.709)
Estoques	(79)	(35)	(22)
Tributos a recuperar	- 11	-	1
Adiantamento de fornecedores	(129)	(4)	(50)
Outros ativos	38	4	(42)
Aumento (redução) das contas do passivo			
Fornecedores e contas a pagar	356	25	104
Adiantamento de clientes	403	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(14)	25	(678)
Obrigações tributárias	(165)	521	691
Outros passivos	22	6	3
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	13.246	4.954	4.560
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(1.130)	(400)	(1.310)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.130)	(400)	(1.310)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	(10.000)	(4.500)	(1.500)
Pagamento de arrendamentos	(536)	(568)	(413)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(10.536)	(5.068)	(1.913)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.580	(514)	1.337
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	1.680	2.194	857
No final do exercício	3.260	1.680	2.194
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.580	(514)	1.337

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tefti Armazém e Logística Ltda.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$)

	2021	2020	2019
Receitas	47.276	28.582	16.279
Receita de serviços prestados	47.276	28.582	16.279
Insumos Adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, PIS e Cofins)	20.045	11.412	4.614
Custo operacional dos serviços prestados	2.818	1.488	820
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	17.227	9.924	3.794
Valor adicionado bruto	27.231	17.170	11.665
Depreciação	901	673	413
Valor adicionado líquido produzido pela Empresa	26.330	16.497	11.252
Valor adicionado recebido em transferência	21	43	86
Receitas financeiras	21	43	86
Valor adicionado total a distribuir	26.351	16.540	11.338
Distribuição do valor adicionado	26.351	16.540	11.338
Pessoal	4.901	3.549	1.970
Remuneração direta	3.911	2.840	1.549
Benefícios	647	478	259
FGTS	343	231	162
Impostos, taxas e contribuições	8.803	5.900	3.281
Federais	7.887	5.292	2.938
Estaduais	1	1	1
Municipais	915	607	342
Remuneração de capitais de terceiros	153	362	366
Juros	134	153	146
Alugueis	19	209	207
Outras	-	-	13
Remuneração de capitais próprios	12.494	6.729	5.721
Dividendos	10.000	4.500	1.500
Lucros retidos do exercício	2.494	2.229	4.221

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tefti Armazém e Logística Ltda. ("Empresa" ou "TEFTI"), sediada na Avenida Honório Alvares Penteado, 97, São Paulo - SP é uma Empresa que provê soluções de serviços "*end to end*" para o setor de Meios de Pagamento, atuando na gestão de parques instalados de equipamentos POS, PinPad e mPOS.

A Empresa foi constituída em 2018, tendo por objetivo principal o fornecimento de prestação de serviços de distribuição, reparo e gestão de serviços dos equipamentos.

A TEFTI possui soluções sistêmicas integradas com as plataformas dos clientes, através do uso intenso de tecnologia (RPA, ERP, Workflows automatizados, dentre outros). Os processos administrados pela TEFTI são controlados por um complexo sistema de gestão, que integra todos os *stakeholders* da cadeia de valor, de forma a permitir a correção de possíveis falhas dos equipamentos em campo, muitas vezes antes da sua ocorrência.

Com equipe própria e por meio de parceiros, os serviços atendem às exigências dos níveis de serviços acordados, permitindo que o cliente mantenha foco exclusivo no seu negócio.

1.1. Impactos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente o estado de pandemia. Os impactos disso também foram sentidos nas atividades econômicas, que, desde então, vêm sofrendo perdas significativas.

Desde então, a Administração realiza avaliação de forma constante dos impactos dessa pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações.

Devido à crise provocada pela pandemia de coronavírus, a Empresa utilizou as Medidas Provisórias proposta pelo Governo, no qual permitiu que as empresas suspendessem os depósitos do FGTS e INSS dos meses de abril e junho, resultando no montante de R$ 127. Os pagamentos foram efetuados de forma parcelada, em até quatro vezes, a partir de setembro 2020.

A Administração da Empresa negociou a postergação parcial de 50% dos pagamentos de aluguéis com ASM – Locação de Bens Próprios Ltda. (proprietária dos galpões arrendados pela TEFTI) nos meses de maio e junho 2020, no qual a diferença foi liquidada nos meses de agosto e setembro do mesmo ano.

A Empresa adotou no ano de 2021 e 2020 para os departamentos de Administração, *Help Desk*, Operações e TI o trabalho remoto, no qual não sentiu perda de produção dos referidos.

Para o exercício de 2021, a receita operacional líquida da Empresa atingiu o total de R$ 44.806, comparado a R$ 26.973 referente ao exercício de 2020, um aumento de 66%. Não obstante, a Empresa vem cumprindo com seus compromissos junto aos clientes e fornecedores.

A administração mantém monitoramento contínuo dos impactos, mais até a presente data da emissão das referidas demonstrações contábeis não incorreu em impactos econômicos e/ou financeiros em suas operações.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

As principais práticas adotadas descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria da Empresa em 26 de janeiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real, que é a moeda funcional do ambiente econômico na qual a Empresa atua (“moeda funcional”), sendo que, quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis é feita a conversão para o Real (R$) na data do fechamento. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a Empresa utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 14** – Provisão para Contingências.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente a NBC TG 47 e a NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 – Receitas, a NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, adicionalmente no final do exercício de 2018 a Empresa iniciou suas atividades o qual não gerou receita relevante para uma avaliação.

NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38/(R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38/(R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38/(R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

A NBC TG 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38/ (R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 06 (R3) Operações de arrendamento mercantil

A Empresa adotou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e TG 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na Nota Explicativa nº 9.

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou à NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NTG 06 (R2) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Empresa arrenda basicamente imóveis. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com a NBC TG 06 (R3), a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme a NBC TG 06 (R2)

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 9). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar à NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);

- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Empresa reconheceu ativos de direito de uso dos imóveis, e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo.

	01/01/2019
Ativos de direito de uso – Nota Explicativa nº 8	1.390
Passivo de arrendamento – circulante – Nota Explicativa nº 9	549
Passivo de arrendamento – não circulante – Nota Explicativa nº 9	841

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Empresa descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019 de 14,43%.

d) Outras normas e deliberações adotadas pela Empresa

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis.

4. Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços prestados no curso normal das atividades da Empresa. Possuem origem em acordos comerciais de prestação de serviços de tecnologia e informática, a entrega esteja prevista em contrato. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam à Empresa e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados e quando ela for mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O montante da receita proveniente de uma transação é geralmente estabelecido entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo. O reconhecimento se dá quando, ou à medida que, uma obrigação de performance for satisfeita e quando o preço da transação possa ser mensurado confiavelmente e alocado a essa obrigação de performance.

Os custos, despesas, receita financeira e demais receitas são reconhecidos pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) para clientes são constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização, segundo critérios definidos pela Administração, representados basicamente pela análise individualizada da carteira. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não foi constituído a PECLD em decorrência da ausência da perda esperada sobre o contas a receber.

d) Receita de contrato com cliente

As receitas são reconhecidas a partir da aplicação de critérios específicos conforme a NBC TG 47 – Receita de Contrato com cliente:

- Formalização com o contrato com o cliente;
- Descrição sobre as obrigações de performance;
- Valor do preço de transação;
- Alocação do preço da transação às obrigações de performance; e
- Reconhecimento da receita conforme as obrigações de performance forem satisfeitas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço prestado ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Obrigações de performance e Políticas de reconhecimento de receita

Tipos de serviços	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance	Cumprimento da obrigação de performance
Manutenção e ou reparo em laboratório dos Equipamentos	As faturas para prestação de serviço de manutenção, são realizadas conforme os serviços são prestados, existem contratos onde a empresa presta o suporte, assim, recebe mensalmente, e somente se há adicionais fora do planejado é cobrado valores a parte das manutenções.	A receita é reconhecida no momento da prestação do serviço, após o aceite do cliente do reparo e após testes para verificação se o equipamento está funcionando corretamente, é reconhecida a receita.
Instalação de terminais	As faturas são emitidas após a apuração da quantidade de máquinas instaladas multiplicada pelo preço unitário. Após é realizado a aceitação do cliente e o valor é cobrado.	A receita é reconhecida quando há o aceite do cliente após a instalação das máquinas em seu ambiente de trabalho.
Desbloqueio e atualizações de *software* das máquinas de cartão	As faturas são emitidas por quantidade de atualizações realizadas multiplicado pelo preço unitário do serviço, após são emitidas as faturas para os clientes.	A receita é reconhecida após a realização de testes por parte da empresa para verificar se as atualizações foram feitas corretamente, após comprovado a receita é reconhecida.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Na Empresa, são calculados com base no lucro presumido a alíquota de 32%, apurado pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre a base de cálculo para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa e que o seu custo possa ser medido de forma confiável.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é reconhecida no resultado a partir do mês subsequentes à data em que são instalados e estão disponíveis para uso. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	2021	2020	2019
Moveis e utensílios	5 anos	5 anos	5 anos
Equipamentos telefônicos	5 anos	5 anos	5 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos	5 anos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos	5 anos	5 anos
Instalações	10 anos	10 anos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo valor líquido de realização.

h) Ativos e passivos vinculados sujeitos à atualização monetária

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços, sendo suas contrapartidas, refletidas diretamente no resultado dos exercícios apresentados.

i) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – Instrumento de dívida; ao VJORA – Instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros –Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.
Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 365 dias.

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a perda é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação aos clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l) Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 01 ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando a Empresa espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

n) Outros passivos circulantes

São demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações não relacionadas à atividade fim da Empresa.

Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

o) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

p) Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais.

q) Arrendamentos

A Empresa aplicou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme a NBC TG 06 (R2) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme a NBC TG 06 (R2) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

r) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa:

- Contratos Onerosos: Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Referência à Estrutura Conceitual: (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022.

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante: (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023.

s) Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020	2019
Caixa geral	1	1	4
Bancos	3.000	429	470
Aplicações financeiras **(a)**	259	1.250	1.720
Total	**3.260**	**1.680**	**2.194**

(a) Referem-se à aplicação em fundos abertos de investimentos financeiros de renda fixa – PREMIUM RF, referenciadas pela taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) entre outros, com a remuneração média 4,34% em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber de clientes

	2021	2020	2019
Contas a receber de clientes	5.776	5.134	1.709
Saldo líquido de contas a receber	**5.776**	**5.134**	**1.709**

Composição das contas a receber por período de vencimento em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 é conforme segue

Clientes	2021	2020	2019
Valores a vencer	5.573	4.426	1.693
Valores vencidos			
01 – 30 dias	50	307	16
31 – 60 dias	153	401	-
Total	**5.776**	**5.134**	1.709

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas de acordo com a NBC TG 48/IFRS 9, com base nos percentuais históricos de perda, e impactos macroeconômicos no comportamento da inadimplência da carteira de clientes, segregados por categoria de clientes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não foram reconhecidas perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em virtude da ausência de perdas sobre o contas a receber.

7. Partes relacionadas

A Empresa não possui transações com partes relacionadas ou pessoas relacionadas.

a) Operações com o pessoal-chave da administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2021	2020	2019
Sócios-Diretores - Benefícios de curto prazo	2.142	1.562	855
Total	2.142	1.562	855

b) Acordos celebrados

A Empresa celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

8. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 foi a seguinte:

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Informática e hardware	Direito de uso de imóvel	Outros	Total
Custo de aquisição							
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.390**	**-**	**1.390**
Adições	718	244	27	309	-	12	**1.310**
Em 31 de dezembro de 2019	**718**	**244**	**27**	**309**	**1.390**	**12**	**2.700**
Adições	17	7	324	52	-	-	**400**
Baixa	(3)	-	(307)	-	-	-	**(310)**
Em 31 de dezembro de 2020	**732**	**251**	**44**	**361**	**1.390**	**12**	**2.790**
Adições	512	37	141	200	233	7	1.130
Baixa	-	-	-	(1)	-	(2)	(3)
Em 31 de dezembro de 2021	**1.244**	**288**	**185**	**560**	**1.623**	**17**	**3.917**
Depreciação acumulada							
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Depreciação	(27)	(16)	(2)	(21)	(347)	-	**(413)**
Em 31 de dezembro de 2019	**(27)**	**(16)**	**(2)**	**(21)**	**(347)**	**-**	**(413)**
Depreciação	(88)	(49)	(5)	(65)	(464)	(2)	**(673)**
Baixa	4	-	1	-	-	-	**5**
Em 31 de dezembro de 2020	**(111)**	**(65)**	**(6)**	**(86)**	**(811)**	**(2)**	**(1.081)**
Depreciação	(109)	(52)	(6)	(93)	(639)	(2)	**(901)**
Em 31 de dezembro de 2021	**(220)**	**(117)**	**(12)**	**(179)**	**(1.450)**	**(4)**	**(1.982)**
Valor contábil, líquido							
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.390**	**-**	**1.390**
Em 31 de dezembro de 2019	**691**	**228**	**28**	**288**	**1.043**	**12**	**2.287**
Em 31 de dezembro de 2020	**621**	**186**	**38**	**275**	**579**	**10**	**1.709**
Em 31 de dezembro de 2021	**1.024**	**171**	**173**	**381**	**173**	**13**	**1.938**

9. Arrendamentos a pagar

A Empresa possui contratos de locação de imóveis utilizados em suas operações, cujos prazos de locação variam entre 03 e 05 anos.

Em quadros contidos na Nota Explicativa nº 8, apresentamos, na rubrica Direitos de uso de imóveis arrendados, o impacto da adoção inicial da NBC TG 06 (R3) acerca dos contratos de locação da Empresa e as movimentações durante o período.

Abaixo são apresentados os valores contábeis das obrigações sobre direitos de uso e as movimentações durante o período:

	Taxa de juros	2021	2020	2019
Passivo de arrendamento	**14,43% a.a.**			
Circulante		203	519	445
Não circulante		-	141	660
Total		**203**	**660**	**1.105**

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

Em 1º de janeiro de 2019	**1.390**
Pagamentos	(413)
Juros incorridos do ativo direito de uso (Nota Explicativa nº 19)	128
Em 31 de dezembro de 2019	**1.105**
Pagamentos	(568)
Juros incorridos do ativo direito de uso (Nota Explicativa nº 19)	123
Em 31 de dezembro de 2020	**660**
Pagamentos	**(536)**
Juros incorridos do ativo direito de uso (Nota Explicativa nº 19)	**79**
Em 31 de dezembro de 2021	**203**

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	2021	2020	2019
Despesas de depreciação de direito de uso (Nota Explicativa nº 18)	639	464	347
Despesa de juros direito de uso (Nota Explicativa nº 19)	79	123	128

Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses, é de 17,78% a.a., (23,14% a.a. em 2020, 7,20% a.a., em 2019) representam os seguintes montantes:

	Direito de uso				Passivo de arrendamento		
Fluxo real	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo real**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	173	579	1.043	Passivo de arrendamento	203	660	1.105
Depreciação	(639)	(464)	(347)	Despesa financeira	(79)	(123)	(128)

	Direito de uso				Passivo de arrendamento		
Fluxo inflacionado	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo inflacionado**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	31	134	76	Passivo de arrendamento	36	153	81
Depreciação	(114)	(107)	(25)	Despesa financeira	14	(28)	(9)

10. Fornecedores e contas a pagar

	2021	2020	2019
Fornecedores de nacionais diversos **(a)**	500	132	118
Fornecedores de telecomunicações	13	5	8
Fornecedores de Hardware	14	12	39
Assistência médica	58	80	39
Total	**585**	**229**	**204**

(a) Refere-se em sua maioria a serviço de tecnologia e logística.

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020	2019
Provisão de férias, INSS e FGTS	322	345	366
INSS a recolher	102	86	58
FGTS a recolher	26	34	15
Outras obrigações	2	1	2
Total	**452**	**466**	**441**

12. Obrigações tributárias

	2021	2020	2019
IRPJ	773	779	468
CSLL	234	275	172
ISS a recolher	63	102	58
PIS e Cofins a recolher	74	137	88
INSS retido	1	-	1
Outros impostos a recolher	22	39	24
Total	**1.167**	**1.332**	**811**

O aumento das obrigações tributárias entre os exercícios de 2019 a 2020 está atrelado ao aumento das receitas dos serviços prestados no exercício de 2020 e aos novos contratos firmados com os clientes.

13. Adiantamentos de clientes

O valor de adiantamento de clientes trata-se de valores antecipados onde os trabalhos estão em processo de entrega, mas que até a data base das demonstrações contábeis não havia sido finalizado, com previsão de conclusão no exercício de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa mantinha o montante de R$ 403 registrados como adiantamentos de clientes.

14. Provisão para contingências

A Empresa efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos civil, tributários e trabalhistas que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

A movimentação das provisões para contingências trabalhistas está demonstrada a seguir:

Em 01 de janeiro de 2019	**-**
Constituição de provisão **(Nota Explicativa nº 18)**	**-**
Em 31 de dezembro de 2019	**-**
Constituição de provisão **(Nota Explicativa nº 18)**	7
Em 31 de dezembro de 2020	**7**
Constituição de provisão **(Nota Explicativa nº 18)**	**-**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**

A Empresa não possui ações de naturezas tributária e cível ou qualquer outra envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como prováveis.

Outros processos

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possuía em andamento outros processos de natureza trabalhista no montante de aproximadamente R$ 16, cuja probabilidade de perda é possível, para os quais a Administração da Empresa entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda em linha com as normas contábeis aplicáveis.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$10.000, (dez mil reais) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, divido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R$1,00 cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, conforme segue:

	2021	2020	2019	%
BHJJ Investimentos e Consultoria em Serviços & Sistemas Ltda.	-	7.000	7.000	70%
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A	8.000			
Juan Hilario Raimondi	700	-	-	
Julian Eduardo Raimondi	700	-	-	
Pedro Augusto de Carvalho Ribeiro	6000	3.000	3.000	30%
Total	**10.000**	**10.000**	**10.000**	**100%**

b) Reservas de lucros

Os lucros não distribuídos são destinados à rubrica de reserva de lucros.
Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possui constituída a reserva de lucros no montante de R$8.462 (R$5.968 em 2020 e R$3.739 em 2019), conforme apresentado na demonstração das mutações no patrimônio líquido (DMPL).

c) Distribuição de dividendos

A destinação dos lucros é atribuída aos sócios, proporcional ou desproporcionalmente às suas quotas de capital, podendo os lucros serem distribuídos ou transferidos para reservas no patrimônio líquido da Empresa.

Durante o exercício de 2021 foi distribuído a título de dividendos o montante de R$10.000 (R$4.500 em 2020 e R$1.500 em 2019).

d) Resultado por quotas

O lucro (prejuízo) básico por quotas da Empresa é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos quotistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de quotas emitidas durante o período.

Básico	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Numerador básico			
Lucro líquido atribuível aos quotista da Empresa	12.494	6.729	5.721
Denominador			
Média ponderada de quotas	10.000	10.000	10.000
Lucro básico por quotas da Empresa – Em (R$)	**1.249,40**	**672,90**	**572,10**

16. Receita operacional líquida

	2021	2020	2019
Receita sobre serviços prestados	47.276	28.582	16.279
Impostos sobre vendas	(2.470)	(1.609)	(902)
Total	**44.806**	**26.973**	**15.377**

17. Custos dos serviços prestados

	2021	2020	2019
Manutenção **(a)**	(9.822)	(6.810)	(2.512)
Salários, remunerações e benefícios	(3.743)	(2.760)	(1.512)
Encargos sociais	(1.760)	(1.448)	(802)
Serviços profissionais **(b)**	(2.388)	(1.470)	(820)
Fretes **(c)**	(3.502)	(1.579)	(456)
Provisão para contingências (Nota Explicativa nº14)	-	(7)	-
Férias e 13º salários	(576)	(302)	(157)
Outros custos	(2.603)	(770)	(355)
Despesas com condomínio e IPTU	(266)	(209)	(207)
Depreciação (Nota Explicativa nº 8)	(263)	(204)	(66)
Total	**(24.923)**	**(15.559)**	**(6.887)**

(a) Despesa referente aos gastos com manutenção, reparo e gestão de serviços dos equipamentos POS, PIN Pad e mPOS, o aumento está relacionado ao crescimento da operação da Empresa.

(b) Despesas relacionadas à prestação de serviços aos profissionais contratados para os cargos de diretoria e gerência da Empresa devido ao crescimento das operações no período de 2021.

(c) Despesas relacionadas ao carreto de equipamentos POS, PIN Pad e mPOS, o aumento está relacionado ao crescimento da operação da Empresa.

18. Despesas administrativas

	2021	2020	2019
Serviços profissionais **(a)**	(1.294)	(746)	(462)
Depreciação (Nota Explicativa nº 8)	(638)	(469)	(347)
Salários, remunerações e benefícios	(246)	(115)	(69)
Encargos sociais	(97)	(60)	(36)
Férias e 13º salários	(31)	(12)	(7)
Outras despesas operacionais	(162)	(21)	(5)
Total	**(2.468)**	**(1.423)**	**(926)**

(a) Refere-se à contratação de prestadores de serviços para os cargos de diretoria e gerência da Empresa devido ao crescimento das operações nos exercícios de 2021 e 2020.

19. Resultado financeiro, líquido

A Empresa apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

	2021	2020	2019
Receita financeira			
Rendimento sobre aplicações financeiras	11	37	78
Descontos obtidos	3	1	7
Juros recebidos	7	5	1
Total da receita financeira	**21**	**43**	**86**
Despesa financeira			
Juros incorridos arrendamento (Nota Explicativa nº 9)	(79)	(123)	(128)
Despesas bancárias	(48)	(24)	(18)
Descontos concedidos	(7)	(7)	-
Total da despesa financeira	**(134)**	**(154)**	**(146)**
Resultado financeiro, líquido	**(113)**	**(111)**	**(60)**

20. Imposto de renda e contribuição social, corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre a base foram apurados conforme legislação em vigor para fins de Lucro Presumido.

O cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a base, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do exercício:

	2021	2020	2019
Receita bruta	**47.276**	**28.582**	**16.279**
Base de cálculo Presumida (32%)	**15.128**	**9.146**	**5.209**
Outras receitas	20	37	87
Base de apuração	**15.148**	**9.183**	**5.296**
Despesa com IRPJ (15%)	(2.100)	(1.377)	(794)
Despesa com IRPJ (Alíquota adicional 10%)	(1.377)	(894)	(458)
Despesa com CSLL (9%)	(1.261)	(826)	(477)
Despesa de IRPJ	(3.477)	(2.272)	(1.252)
Despesa de CSLL	(1.261)	(826)	(477)
Total	**(4.738)**	**(3.098)**	**(1.729)**

O imposto de renda e a contribuição social sobre a base foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre a base e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

A Empresa segue o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido.

21. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Empresa não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros	**2021**		
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.001	**3.001**
Aplicações financeiras	259	-	**259**
Contas a receber	-	5.776	**5.776**
Total	**259**	**8.777**	**9.036**
Passivos			
Fornecedores	-	(585)	**(585)**
Arrendamento a pagar	-	(203)	**(203)**
Total	**-**	**(788)**	**(788)**

Instrumentos financeiros	2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	430	**430**
Aplicações financeiras	1.250	-	**1.250**
Contas a receber	-	5.134	**5.134**
Total	**1.250**	**5.564**	**6.814**
Passivos			
Fornecedores	-	(229)	**(229)**
Arrendamento a pagar	-	(660)	**(660)**
Total	**-**	**(889)**	**(889)**

Instrumentos financeiros	2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	474	**474**
Aplicações financeiras	1.720	-	**1.720**
Contas a receber	-	1.709	**1.709**
Total	**1.720**	**2.183**	**3.903**
Passivos			
Fornecedores	-	(204)	**(204)**
Arrendamento a pagar	-	(1.105)	**(1.105)**
Total	**-**	**(1.309)**	**(1.309)**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Nível 1:** preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.001	-	3.001
Aplicações financeiras	-	259	259
Contas a receber	-	5.776	5.776
Total	**3.001**	**6.035**	**9.036**
Passivos			
Fornecedores	-	(585)	**(585)**
Arrendamento a pagar	-	(203)	**(203)**
Total	**-**	**(788)**	**(788)**

Instrumentos financeiros	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	430	-	430
Aplicações financeiras	-	1.250	1.250
Contas a receber	-	5.134	5.134
Total	**474**	**6.384**	**6.814**
Passivos			
Fornecedores	-	(229)	**(229)**
Arrendamento a pagar	-	(660)	**(660)**
Total	**-**	**(889)**	**(889)**

Instrumentos financeiros	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	474	-	474
Aplicações financeiras	-	1.720	1.720
Contas a receber	-	1.709	1.709
Total	**474**	**3.429**	**3.903**
Passivos			
Fornecedores	-	(204)	(204)
Arrendamento a pagar	-	(1.105)	(1.105)
Total	**-**	**(1.309)**	**(1.309)**

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades semanalmente.

As políticas e gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidos para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes que a Empresa apresenta sua proposta de limite de crédito e termo de pagamento. A revisão efetuada pela Empresa que inclui ratings externos, quando disponíveis, e em alguns casos, referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da administração; esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Empresa somente poderá operar com a Empresa em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoas físicas ou jurídicas, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras no passado.

Clientes classificados como de “alto risco” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela administração, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados.

A Empresa registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a Contas a receber quando aplicável.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.
A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Exposição de risco de crédito	Nota	2021	2020	2019
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.260	1.680	2.194
Contas a receber	6	5.776	5.134	1.709
Total		**9.036**	**6.814**	**3.903**

Contas a receber

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para o exercício de 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a administração não registrou a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6), em virtude da ausência de riscos de créditos sobre o contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa detém "Caixa e equivalentes de caixa" de R$3.260 (R$1.680 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 2.194 em 31 de dezembro de 2019). O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. Não foram identificadas provisões para perdas sobre as aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro 2021.

(ii) Risco de mercado

A Empresa está inserida na cadeia de prestação de serviços do segmento de operadoras de meio de pagamento, uma vez que atua na instalação, reparo e manutenção dos terminais, bem como a disponibilização de solução tecnológica para gestão operacional, desta forma o risco de mercado relacionado se refere aos impactos no segmento das operadoras de meio de pagamento, visto que, poderá ocorrer reflexos no segmento em decorrência da redução dos terminais contratados, e consequentemente impacto na operação da Empresa. Tal risco e monitorado pela Administração da Companhia, que atua na gestão e ampliação da cadeia de operadoras de meio de pagamento, da forma que não há dependência individual de operadoras de meio de pagamento.

22. Segmentos operacionais

A Administração da Empresa, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Empresa para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera no segmento de meios de pagamentos e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

23. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$105.900 (R$50.000 para danos materiais em 2020 e R$ 20.000 em 2019) e R$2.000 (R$2.000 para lucros cessantes em 2020 e R$1.000 em 2019). Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

24. Transações que não afetaram o caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Descrição	Saldo em 31/12/2019
Atividades de Investimento	
Adoção inicial de direito de uso de ativos	**(1.390)**
Total	**(1.390)**
Atividades de financiamento	
Arrendamentos a pagar	**1.390**
Total	**1.390**

Os valores referem-se ao direito de uso do imóvel o qual os efeitos não estão sendo apresentados nas demonstrações do fluxo de caixa.

* * *

GWCloud Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
GWCloud Tecnologia e Serviços S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da GWCloud Tecnologia e Serviços S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GWCloud Tecnologia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.
Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

1. Reconhecimento de receita (Nota Explicativa nº 6 item “b” e nº 22)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia reconheceu como receitas líquidas os montantes de R$ 32.083 mil e R$ 17.704 mil, respectivamente, provenientes da venda de licenças customizadas de softwares e prestação de serviços relacionados à desenvolvimento e suporte técnico. Tais receitas são reconhecidas quando ocorre a disponibilização da licença customizada ao cliente ou prestações de serviços, quando da recorrência da execução do serviço de desenvolvimento e suporte técnico, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas dependem da determinação de controles manuais para a identificação e mensuração do cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados com a iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- Em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações de performance, preço, prazo, limites de crédito, entre outras;
- Testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de que houve a disponibilização da licença customizada aos clientes e da prestação dos serviços de desenvolvimento e suporte técnico;
- Efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto à determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- Testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- Testamos a integridade do relatório de contas a receber por meio de documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.);
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis.

Durante a realização dos procedimentos mencionados anteriormente, identificamos divergência no reconhecimento de receitas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 no montante de R$ 7.751 mil (receita líquida superavaliada) e R$ 3.517 mil (receita líquida subavaliada), respectivamente, a qual foram registradas pela Companhia nos respectivos exercícios. Não identificamos ajustes nas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Com base nos procedimentos efetuados, considerando o ajuste por nós identificado e efetuado pela administração, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para registro das receitas de vendas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O assunto mencionado indica deficiências no desenho dos controles internos relativos ao processo de reconhecimento de receitas, tendo alterado nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes de desenho dos controles de reconhecimento de receitas forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, tendo sido o assunto em questão por nós avaliado como deficiência significativa e reportado aos responsáveis pela governança.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações dos valores adicionados (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

GWCloud Tecnologia e Serviços S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.653	887	1.350
Contas a receber	8	1.939	5.778	-
Impostos a recuperar	9	691	459	-
Adiantamentos	10	189	147	-
Outros ativos circulante	11	709	-	-
Total do ativo circulante		9.181	7.271	1.350
Ativo não circulante				
Créditos com empresas ligadas	18	2.666	860	-
Imobilizado	12a	887	152	-
Intangível	12b	4.568	2.383	2.496
Total do ativo não circulante		8.121	3.395	2.496
Total ativo		17.302	10.666	3.846

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GWCloud Tecnologia e Serviços S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
Fornecedores	13	3.117	2.649	-
Empréstimos e financiamentos	14	6	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	15	859	1.135	548
Obrigações tributárias	16	902	1.515	-
Arrendamentos a pagar	27	313	30	-
Dividendos a pagar	20c	1.602	411	-
Outros passivos circulantes	17	105	240	-
Total do passivo circulante		6.904	5.980	548
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	14	2.003	-	-
Obrigações tributárias	16	301	-	-
Débitos com empresa ligadas	18	1.566	22	-
Arrendamentos a pagar	27	505	44	-
Total do passivo não circulante		4.375	66	-
Patrimonio líquido	20			
Capital social		3.300	3.299	3.299
Reserva de lucros		2.723	1.321	-
Prejuízos acumulados		-	-	(1)
Total do patrimônio líquido		6.023	4.620	3.298
Total do passivo e patrimônio líquido		17.302	10.666	3.846

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GWCloud Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e período compreendido entre 01 de agosto de 2019 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	01/10/2019 a 31/12/2019
Receita líquida	22	32.083	17.704	-
Custo dos serviços prestados	23	(19.812)	(11.032)	-
Lucro bruto		12.271	6.672	-
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	23	(1.187)	(370)	-
Despesas gerais e administrativas	23	(6.770)	(3.045)	(1)
Outras despesas	23	(83)	(1)	-
		(8.040)	(3.416)	(1)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		4.231	3.256	(1)
Receita financeira		749	107	-
Despesa financeira		(1.059)	(769)	-
Resultado financeiro líquido	24	(310)	(662)	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		3.921	2.594	(1)
Imposto de renda e contribuição social	21	(679)	(861)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		3.242	1.733	(1)
Lucro (Prejuízo) por ação		0,98	0,53	(0,00)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GWCloud Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e período compreendido entre 01 de agosto de 2019 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020	01/10/2019 a 31/12/2019
Lucro do exercício	3.242	1.733	(1)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	3.242	1.733	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GWCloud Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de capital	Reserva de lucros				
	Capital social	(-) Ações em tesouraria	Legal	Incentivos fiscais	Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1 de outubro de 2019 (constituição da Companhia)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Integralização de capital	3.300	-	-	-	-	-	3.300
Capital social a integralizar	(1)	-	-	-	-	-	(1)
							-
	3.299	-	-	-	-	(1)	3.298
Saldo em 31 de dezembro de 2019					-		
Resultado do exercício	-	- -	-	-	-	1.733	1.733
Constituição reserva lega 5%	-	-	87	-	-	(87)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	-	-	-	-	-	(411)	(411)
Reserva de lucros a distribuir	-	-	-	-	1.235	(1.235)	-
Absorção prejuizo acumulados	-	-	-	-	(1)	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.299	-	87	-	1.234	-	4.620
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	3.242	3.242
Integralização capital	1	-	-	-	-	-	1
Recompra de ações - Galaxxia S.A	-	(2.666)	-	-	-	-	(2.666)
Alienação Açoes em tesouria - Triade Inovação	-	2.666	-	-	-	-	2.666
Constituiçao de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	658	-	(658)	-
Constituição reserva legal 5%	-	-	162	-	-	(162)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	-	-	-	-	-	(606)	(606)
Reserva de lucros a distribuir	-	-	-	-	1.816	(1.816)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.234)	-	(1.234)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.300	-	249	658	1.816	-	6.023

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GWCloud Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e período compreendido entre 01 de agosto de 2019 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020	01/10/2019 a 31/12/2019
Das atividades operacionais				
Prejuízo (lucro) antes dos imposto de renda e contribuição social	20	3.921	2.594	(1)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação / Amortização	12a	955	853	-
Provisão para Imposto de Renda e CS	20	(679)	(861)	-
Juros incorridos sobre arrendamentos	-	3	5	-
		4.200	2.591	(1)
(Aumento) Redução em ativos				
Contas a receber	8	3.839	(5.778)	-
Adiantamento	10	(42)	(147)	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	(232)	(459)	-
Outros ativos circulante	11	(709)	-	-
Aumento (Redução) em passivos				
Fornecedores	13	468	2.649	-
Obrigações trabalhistas	15	(276)	587	548
Obrigações tributárias	16	(312)	1.515	-
Outras contas a pagar	17	(136)	239	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		6.800	1.197	547
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adição de imobilizado	12a	(6)	(80)	-
Adição de intangível	12b	(3.037)	(719)	(2.496)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(3.043)	(799)	(2.496)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização capital		1	-	3.299
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	14	2.009	-	
Transações com partes relacionadas	18	(262)	(838)	-
Pagamento de arrendamentos	-	(90)	(23)	-
Distribuição de dividendos	20	(649)	-	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos		1.009	(861)	3.299
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		4.766	(463)	1.350
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	7	887	1.350	-
No final do exercício	7	5.653	887	1.350
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		4.766	(463)	1.350

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GWCloud Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e período compreendido entre 01 de agosto de 2019 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em mil reais)

	2021	2020	01/10/2019 a 31/12/2019
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	34.320	18.920	
	34.320	18.920	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(8.116)	(3.845)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14.871)	(5.384)	-
Outras	(948)	(422)	-
Valor adicionado bruto	10.385	9.269	-
Depreciação e amortização	(953)	(853)	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	9.432	8.416	-
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	749	107	-
Valor adicionado total a distribuir	10.181	8.523	-
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	2.057	2.846	-
Benefícios	653	439	-
F.G.T.S.	207	414	-
	2.917	3.699	-
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.454	2.374	-
Municipais	987	526	-
	3.441	2.900	-
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	569	172	-
Aluguéis	12	19	-
	581	191	-
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	3.242	1.733	-
	3.242	1.733	-
	10.181	8.523	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A GWCloud Tecnologia e Serviços S.A. é uma Sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, nº 14.401, Setor C, Torre Tarumã, 6º andar, Sala 601, CEP 04.794-000 e que tem como atividades preponderantes:

- **i)** Prestação de serviços de terceirização de tecnologia da informação, inovação tecnológica e inteligência artificial;
- **ii)** Prestação de serviços de informática e processamento de dados;
- **iii)** Consultoria e assessoria técnica em informática e telecomunicações;
- **iv)** Prestação de serviços de armazenamento de dados e back-up;
- **v)** A comercialização de produtos de informática, programas licenças de computador (software) e afins;
- **vi)** A montagem e integração de equipamentos de informática;
- **vii)** A locação de bens móveis;
- **viii)** A importação, exportação e representação comercial de produtos e equipamentos de Informática, programas licenças de computador (software) e afins;
- **ix)** A prestação de serviços técnicos especializados em informática;
- **x)** A elaboração e implantação de projetos em tecnologia;
- **xi)** A prestação de serviços de consultoria em informática e treinamento;
- **xii)** A prestação de serviços de integração de soluções e sistemas, configuração e ajustes (*tuning*) para plataformas de software e sistemas;
- **xiii)** O desenvolvimento de sistemas e serviços de comunicação multimidia - SCM;
- **xiv)** A locação de serviços e mão-de-obra temporária;

xv) A participação em consórcios ou outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo, ainda, representar sociedades nacionais ou estrangeiras; e

xvi) O desempenho de quaisquer outras atividades, direta ou indiretamente, relacionadas ou complementares às acima descritas.

A GWCloud Tecnologia e Serviço S.A., foi constituída em 01 de agosto de 2019, sob o NIRE 3530054406-4. A Companhia, portanto, iniciou as suas atividades no exercício de 2019.

1.1. Incorporação de acervo líquido pela Companhia cindido parcialmente pela Global Web Outsourcing do Brasil Ltda.

Em Ata de reunião dos sócios realizada em 29 de novembro de 2019, foi aprovada cisão parcial dos ativos e passivos da Global Web Outsourcing do Brasil Ltda., com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de outubro de 2019, firmado por peritos avaliadores independentes, com incorporação do acervo líquido cindido pela Companhia no montante de R$3.299. O objetivo da operação foi o de reorganizar as atividades operacionais das Companhias, concentrando na Companhia as atividades operacionais preponderantes de suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

O acervo líquido cindido pela Global Web Outsourcing do Brasil Ltda., e incorporado pela Companhia, incluindo as variações patrimoniais até 31 de outubro de 2019 está assim demonstrado:

	31/10/2019
Congas a receber	2.905
Adiantamentos	87
Circulante	**2.992**
Intangível	2.496
Não circulante	**2.496**
Total ativo	**5.488**

	31/10/2019
Fornecedores	788
Obrigações tributárias	349
Obrigações sociais e trabalhistas	1.052
Circulante	**2.189**
Total passivo	**2.189**
Acervo líquido	**3.299**

1.2. Impactos da pandemia da Covid-19

A Companhia monitora os impactos decorrentes da pandemia do Covid-19 e vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: **(i)** criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, a sociedade e aos colaboradores; **(ii)** adoção da prática de trabalho remoto (*home office*) para todas suas unidades, bem como implementação da possibilidade de retorno gradual e voluntário dos colaboradores que não se auto declaram como grupo de risco aos escritórios em segurança, com base em diretrizes oficiais de saúde das cidades nas quais possuímos unidades; **(iii)** suspensão das viagens internacionais e restrição de viagens nacionais; e **(iv)** implantação, junto a nosso operador de plano de saúde, de atendimento telefônico disponível 24 horas para dar suporte aos colaboradores; **(v)** Apoio psicológico com profissional capacitado via remoto.

Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia de Covid-19 sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia segue monitorando a situação da pandemia no mundo no mundo, avaliando quaisquer impactos ou riscos relevantes às operações da companhia.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

As principais práticas adotadas descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 21 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em reais arredondados em sua casa decimal, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 12 – reconhecimento imobilizado: reconhecido pelo custo de aquisição a partir do início de sua utilização na operação e amortizado pela taxa fiscal linear.
- Nota Explicativa nº 12 – reconhecimento intangível: se desenvolvido pela Companhia reconhecido se atender os critérios estabelecidos no NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível e amortizado conforme laudo de expectativa de vida útil, se adquirido para uso reconhecido pela aquisição e amortizado pela taxa fiscal de 20% a.a.

- Nota Explicativa nº 22 – reconhecimento de receita: se receita de suporte técnico reconhecida no mês do serviço prestado, se desenvolvimento após homologação dos entregáveis pelo cliente, se licença no momento da transferência da titularidade legal do bem.
- Nota Explicativa nº 27 - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 22 – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução de entregáveis de desenvolvimento;
- Nota Explicativa nº 12 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 25 - instrumentos financeiros

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Títulos de dívida e patrimoniais a VJORA são mensurados pelo valor justo.

6. Políticas contábeis

6.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente a NBC TG 47 e a NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 – Receitas, a NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, adicionalmente no final do exercício de 2018 a Companhia iniciou suas atividades o qual não gerou receita relevante para uma avaliação.

NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38/(R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38/(R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38/(R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

ii) *Impairment* de ativos financeiros

A NBC TG 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38/ (R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia.

NBC TG 06 (R3) Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e NBC TG 06 (R3) Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na Nota Explicativa nº 9.

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou à NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NTG 06 (R2) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda basicamente imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com a NBC TG 06 (R3), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme a NBC TG 06 (R2)

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 9). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar à NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);

- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

A Companhia reconheceu ativos de direito e passivos de arrendamento em decorrência do contrato de arrendamento celebrado no exercício de 2020. O impacto sobre as demonstrações contábeis está demonstrado a seguir.

	2020
Ativos de direito de uso - Nota Explicativa nº 13 e 29	92
Passivo de arrendamento – circulante - Nota Explicativa nº 29	62
Passivo de arrendamento - não circulante - Nota Explicativa nº 29	30

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo, em sua data de registro inicial. A taxa média ponderada aplicada é de 8,42% a.a.

Outras normas e deliberações adotadas pela Companhia

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos NBC TG 38 (R3), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48, emitidos pelo Conselho Federam de Contabilidade – CFC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos NBC TG 38 (R3), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e NBC TG 23 (R2)/IAS 8

Emendas do NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e do NBC TG 23 (R2)/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis.

6.2 Políticas contábeis efetivas

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Desenvolvimento técnico	Desenvolvimento de plataforma digital. Realizado o acordo contratual com o cliente o serviço é prestado e faturado de acordo com as entregas realizadas, pós homologação/acordo com o cliente.	Após entrega ao cliente dos requisitos contratados finalizados, o cliente homologa tias entregáveis e emite ordem de faturamento, momento este em que a receita é reconhecida. Se emissão da nota for em período posterior ao documento de homologação, esse é contabilizado na competência devida.
Suporte Técnico	Suporte técnico a utilização da plataforma. Realizado mensalmente ou anualmente a depender do acordo contratual como cliente.	As faturas para prestação de suporte e manutenção quando contratadas na modalidade mensal, é emitida e reconhecida no próprio mês da vigência do serviço. Quando a contratação é anual e desta forma faturada integralmente, este valor é diferido e reconhecido mensalmente dentro do mês de sua vigência.
Licenciamento	Licenciamento de licenças customizadas. As faturas/notas fiscais e cobranças são emitidas após a apuração da instalação e configuração.	Reconhecimento pela emissão da nota fiscal, momento este feito mediante emissão de aceite do cliente após ter a licença instalada e configurada.

c) **Benefícios a empregados**

i) **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d) **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Variação cambial ativas e passivas

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

iii) Incentivo Fiscal Lei do Bem

A Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como a Lei do Bem, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

O governo federal utiliza esse mecanismo para incentivar investimentos em inovação por parte do setor privado. Além disso, busca aproximar as Companhias das universidades, potencializando os resultados em PD&I.

Os incentivos fiscais são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social e devidamente escriturado no Lalur e Lacs.

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Equipamentos de informática	4 anos	5 anos	-

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e Desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir: ·

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; · Pode ser demonstrada a forma na qual o ativo intangível vai gerar benefícios econômicos futuros;
- Cursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Os gastos capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para usá-lo.

A atividade da Companhia pressupõe o contínuo desenvolvimento e, neste contexto, está em desenvolvimento projeto voltado ao desenvolvimento de um novo portal mais moderno e seguro para as transações de gestão multinuvem.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil, remanescente estimadas para o ativo intangível é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Plataforma Digital	1 ano	2 anos	3 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Capital social

i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o NBC TG 32 (R4).

ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

j) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

l) Arrendamentos

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no NBC TG 06 (R3).

i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra.

Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

n) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Contratos Onerosos: Custos para cumprir um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R2)/IAS 37) –
  A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4)/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Referência à Estrutura Conceitual: (alterações ao NBC TG 15 (R4)/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante: (Alterações ao NBC TG 26 (R5)/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa geral	-	-	1.350
Banco Itaú	-	852	-
Banco Bradesco	1	35	-
Renda Fixa – Banco Safra **(i)**	5.652	-	-
Total	**5.653**	**887**	**1.350**

(i) As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas em média por 100% dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI), os quais podem ser resgatados em D+0 sem qualquer prejuízo a liquidez da Companhia.

8. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Clientes nacionais	1.939	5.778	-
Total de contas a receber	**1.939**	**5.778**	**-**

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Clientes	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	1.939	**5.662**	
Vencido			
01 – 30 dias	-	115	-
61 – 90 dias	-	1	-
Total	**1.939**	**5.778**	**-**

Conforme apresentado no quadro acima, a Empresa não possui títulos vencidos representativos a mais de 30 dias, para os quais de acordo com o julgamento da Empresa necessitem de constituição de PECLD. Não obstante, a Empresa não apresenta histórico de clientes inadimplentes.

9. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
IRRF retido	127	220	-
PIS	29	16	-
Cofins	132	77	-
Outros tributos a compensar	1	-	-
IRPJ e CSLL	402	146	-
Total	**691**	**459**	**-**

10. Adiantamentos

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a fornecedor no país	162	145	-
Adiantamento a fornecedor no exterior	4	-	-
Adiantamento a funcionários	23	2	-
Total	**189**	**147**	**-**

11. Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos a receber de terceiros **(i)**	709	-	-
Total	**709**	**-**	**-**

(i) Valores a receber de Companhias de empréstimos com juros de 0,6% a.a. concedidos a terceiros cujo saldo apresentamos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Peach Tree Participaçoes	669	-	-
GlobalWEb Outsourcing	40	-	-
Total	**709**	**-**	**-**

12. Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado

	Equipamentos de informática	Ativo de direito de uso	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**
Adições **(i)**	80	92	**172**
Em 31 de dezembro de 2020	**80**	**92**	**172**
Adições	6	832	**838**
Em 31 de dezembro de 2021	**86**	**924**	**1.010**
Depreciação acumulada			
Em 1º de janeiro de 2019	**-**		**-**
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**
Depreciação	-	**(20)**	**(20)**
Em 31 de dezembro de 2020	**-**	**(20)**	**(20)**
Depreciação	(18)	(85)	**(103)**
Em 31 de dezembro de 2021	**(18)**	**(105)**	**(123)**

(i) Os bens adquiridos no último período útil do mês de dezembro, dessa forma não incorrendo no registro da depreciação.

Valor contábil líquido

Em 31 de dezembro de 2019	-	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2020		72	**152**
Em 31 de dezembro de 2021	68	819	**887**

b) Intangível

	Softwares e Aplicativos de uso	Plataforma Digital (i)	Ativo em Desenvolvimento	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	-	2.496	-	**2.496**
Em 31 de dezembro de 2019	-	**2.496**	**-**	**2.496**
Adições	100		619	**719**
Em 31 de dezembro de 2020	**100**	**2.496**	**619**	**3.215**
Adições		-	3.037	**3.037**
Em 31 de dezembro de 2021	**100**	**2.496**	**3.656**	**6.252**
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2019	**-**			**-**
Em 31 de dezembro de 2019	**-**			**-**
Amortização		(832)	-	**(832)**
Em 31 de dezembro de 2020	-	**(832)**	**-**	**(832)**
Amortização	(20)	(832)	-	**(852)**
Em 31 de dezembro de 2021	**(20)**	**(1.664)**	**-**	**(1.684)**
Valor contábil líquido				
Em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	-	2.496	-	**2.496**
Em 31 de dezembro de 2020	100	1.664	619	**2.383**
Em 31 de dezembro de 2021	80	832	3.656	**4.568**

(i) A Plataforma Digital é um marketplace de soluções e aplicativos web para gestão empresarial e também fornece serviços em plataforma para gestão multinuvem. O portal possibilita a disponibilização de serviços, tais como SaaS, PaaS, IaaS e aplicações verticalizadas por nicho de mercado através dos ISVs (Independent Software Vendor).

13. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	2.474	2.271	-
Fornecedores exterior	643	378	-
Total	**3.117**	**2.649**	**-**

(i) Os principais serviços contratados são de consultorias, licenciamentos e serviços de implantação de softwares.

14. Empréstimos e financiamentos

		31/12/2021	
		Circulante (i)	Não Circulante (ii)
Modalidade	**Taxa média anual (i)**	**31/12/2021**	**31/12/2021**
FINEP **(iii)**	7,3%	6	2.003
Total		**6**	**2.003**

(ii) Juros pro-rata ref. ao mês de dezembro de 2021

(iii) O empréstimo contratado possui vencimento do principal em 15/06/2023.

(iv) FINEP - No exercício de 2021, a Companhia aprovou junto ao FINEP contrato de crédito no montante de R$ 4.789 cujos recursos estão sendo aplicados no desenvolvimento de uma nova plataforma digital, o MarketPlace conforme NE 12.b.

Cronograma de liberação do financiamento conforme contrato

Valor – R$	Data prevista
2.003	10/06/2021
1.502	10/12/2021 **(i)**
1.050	10/06/2022
234	10/12/2022

(i) Previsão de liberação até 28/02/2022.

Fluxo de pagamentos

Ano	Valor
2022	122
2023	311
2024	431
2025	411
2026	390
2027	370
2028	350
2029	168
Total	**2.553**

(i) O fluxo de pagamento apresentado considera os valores de juros a incorrer sobre os recursos já liberados, conforme parcelas previstas em contrato.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Salários e pensões a pagar	175	199	-
Provisão de férias, INSS e FGTS	480	507	548
INSS a recolher	96	98	-
FGTS a recolher	34	40	-
Sindicato	-	1	-
IRRF retido funcionários	74	290	-
Total	**859**	**1.135**	**548**

16. Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
ISS a recolher	108	157	-
IRRF terceiros	10	-	-
IR & CSLL	567	861	-
PIS/Cofins/CSL terceiros	9	1	-
PIS a recolher	22	47	-
Cofins a recolher	101	217	-
Parcelamento administrativo CP	85	232	-
Parcelamento administrativo LP	301	-	
Total	**1.203**	**1.515**	**-**

17. Outras contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Compra intangível	-	90	-
Mensalidades Sistemas	-	19	-
Benefícios	-	72	-
Consultoria	21	59	-
IPTU	4	-	-
Insumos	5	-	-
Facilites	75	-	-
Total	**105**	**240**	**-**

18. Partes relacionadas

a) Operações com a pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	936	415	-
Total	**936**	**415**	**-**

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios comuns.

Principais transações com a pessoal chave da Administração

Os diretores da Companhia controlam 5% das ações com direito a voto da Companhia.

A sócia majoritária da companhia controla 97% das ações com direito a voto da Companhia e está possui ações em outras Companhias.

Algumas dessas entidades fizeram negócios com a Companhia durante o ano de 2020. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas à pessoal chave da Administração.

O valor das transações e saldos em aberto referentes a transações com pessoal-chave da Administração e entidades sobre as quais possuem controle e influência significativa está apresentado abaixo:

b) Outras operações com partes relacionadas

	Saldo em aberto em		
Transação	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Peach Tree Empreendimentos Imobiliários	-	330	-
GlobalWeb Outsourcing	-	530	-
GlobalWeb Outsourcing **(i)**	-	(22)	-
Tríade Inovação Serviços Administrativos **(ii)**	2.666	-	-
Galaxxia S.A. **(iii)**	(1.566)	-	-
Total	**1.100**	**838**	**-**

(i) Compra de ativo imobilizado

(ii) Em 31 de dezembro de 2021, as ações em tesouraria foram vendidas para Empresa TRIADE INOVAÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI, conforme contrato de compra e venda firmado entre as partes em 30/12/2021 e AGE de aprovação registrada na JUCESP.

(iii) Valor a ser pago para a sócia GALAXXIA S.A. que se retirou da sociedade conforme AGE de 01 de junho de 2021 registrada na JUCESP sob Nire: 439.569/21-7.

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados dentro de 12 meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Acordos celebrados

A Companhia celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

19. Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Os registros contábeis e as operações da Companhia também estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável.

De acordo com a legislação vigente no Brasil, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades tributárias e previdenciárias, pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos e encargos, exceto o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cujo prazo de prescrição é de 30 anos. Em decorrência dessas revisões, as transações e os recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualização monetária.

A Companhia não é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações por este motivo não consta registro de contingências fiscais, trabalhistas e cíveis.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito é de R$ 3.300 em 31 de dezembro de 2021 e R$ 3.299 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, representado, por 3.300.390 e 3.299.390 ações ordinárias sem valor nominal, respectivamente, assim distribuídas:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Galáxia S.A.	-	97,6744%	97,6744%
FR Empreendimentos e Participação EIRELI	-	0,6321%	0,6321%
Midori Participações Societárias e Holding Ltda	-	1,6905%	1,6905%
Bruna Boner Leo Silva	-	0,003%	0,003%
Diego Neves Machado	0,5%	0,0076%	0,0076%
Joao Paulo Rodrigues Oliveira	0,5%	0,0076%	0,0076%
Luiz Henrique Santiago Madeira Campos	0,5%	0,0076%	0,0076%
Renato de Mattos Neto	0,5%	0,0076%	0,0076%
Felipe Augusto Silva Lambert	0,3%	-	-
Cleber Gomes da Costa	1,22%	-	-
Adalberto Barbosa da Costa Lobato	0,3%	-	-
Triade Inovação	16,18%	-	-
Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A.	80%	-	-
Total	**100%**	**100,00%**	**100,00%**

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Companhia foi transformada em S.A em 18 de julho de 2021 e a partir deste ano iniciou a constituição da reserva legal prevista na Lei das Sociedades por Ações.

O valor ora constituído foi de R$ 162 representando 5% do lucro líquido apurado no ano de 2021.

c) Dividendos

As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei no 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia obteve lucro líquido de R$ 3.242 e 1.733, respectivamente. Em 27/12/2021 foi deliberado o saldo existente em reserve de lucros proveniente ao período de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia reconheceu os montantes de R$ 606 e R$ 411, respectivamente, a títulos de dividendos. Os valores correspondem ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado a reserva de incentivos fiscais e legal.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	3.242	1.733
Amortização prejuízo 2019		(1)
Reserva para incentivo fiscal	(658)	
Reserva Legal (art. 193 da lei nº 6.404/76)	(162)	(87)
Lucro líquido após reservas	**2.422**	**1.645**
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	(606)	(411)
Saldo anterior	1.234	
Dividendos pagos/destinados	(1.234)	-
Constituição da reserva de lucros	**1.816**	**1.234**

d) Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro (prejuízo) por ação diluído.

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro (prejuízo) por ação básica:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	3.242	1.733	(1)
Denominador			
Média ponderada do lote de mil ações – básica	3.300	3.300	3.299
Lucro básico por ação em (R$)	**0,98**	**0,53**	**(0,00)**

21. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do IRPJ e CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (LAIR)	**3.921**	**2.594**	**(1)**
Imposto de renda e contribuição social pela Alíquota nominal – 34%	**1.333**	**882**	**-**
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:			
(+) Adições:			
Despesas indedutíveis	82	22	-
(-) Exclusões:			
(-) Provisão variação cambial ativa	-	(14)	-
(-) Incentivo Fiscal Lei do Bem	(1.935)	-	-
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	**2.068**	**2.602**	**-**
Imposto de renda 15%	(310)	(390)	-
Adicional Imposto de renda 10%	(183)	(236)	-
Contribuição social 9%	(186)	(235)	-
Imposto de renda e contribuição social	**(679)**	**(861)**	**-**

22. Receita líquida

Reconhecimento de receitas

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Vendas brutas com serviços	34.320	18.444	-
Vendas brutas com revenda de licenças de software	-	477	
PIS	(225)	(123)	-
Cofins	(1.038)	(568)	
ISS	(974)	(526)	
Receita liquida	**32.083**	**17.704**	**-**

23. Custos e despesas por natureza

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Custos com pessoal	(3.159)	(3.241)	-
Serviços de terceiros	(7.695)	(3.346)	-
Serviços exterior	(7.971)	(3.580)	-
Locações diversas	(83)	(22)	-
Datacenter	(24)		-
Amortização/Depreciação	(852)	(832)	-
Outros custos	(28)	(11)	-
Total custos	**(19.812)**	**(11.032)**	**-**
Comissões	(915)	(258)	-
Eventos e campanhas	(234)	(112)	-
Brindes a clientes	(6)	-	-
Serviços profissionais	(32)	-	-
Total despesas comerciais	**(1.187)**	**(370)**	**-**
Despesas com pessoal	(283)	(1.063)	-
Ocupação	(14)	(20)	-
Utilidades e serviços	(14)		-
Serviços de terceiros	(3.813)	(1.355)	-
Serviços exterior	(137)	(33)	-
Manutenção sistemas	(121)	(42)	-
Facilites **(i)**	(1.886)	(418)	-
Depreciação/amortização	(103)	(20)	-
Impostos e taxas diversas	(13)	(70)	(1)
Garantias	(348)	-	-
Outras despesas	(38)	(24)	-
Total despesas gerais e administrativas	**(6.770)**	**(3.045)**	**(1)**
Despesas indedutíveis	(83)	(1)	-
Total outras despesas	**(83)**	**(1)**	**-**
Total	**27.852**	**14.448**	**(1)**

(i) No exercício de 2020 a Companhia recebeu carência nos serviços de facilites por ela usufruídos.

24. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira			
Descontos obtidos	316	18	-
Juros e multas recebidos	19	-	
Juros com aplicações financeiras	307	-	-
Variação cambial ativa	107	89	-
Total da receita financeira	**749**	**107**	**-**
Despesa financeira			
Juros e multas atrasos	(802)	(298)	-
IOF	(25)	(1)	-
Despesas bancárias	(7)	(2)	-
Descontos concedidos	-	(51)	
Variação cambial passiva	(225)	(417)	-
Total da despesa financeira	**(1.059)**	**(769)**	**-**
Resultado financeiro	**(310)**	**(662)**	**-**

25. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo.

Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	**1**
Contas a receber	-	1.939	**1.939**
Aplicações financeiras	5.652	-	**5.652**
Total	**5.652**	**1.940**	**7.592**
Passivos			
Fornecedores	-	3.117	**3.117**
Empréstimos e financiamentos	-	2.010	**2.010**
Outras contas a pagar	-	105	**105**
Arrendamentos		818	**818**
Total	**-**	**6.050**	**6.050**

Instrumentos financeiros	2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	887	**887**
Contas a receber	-	5.778	**5.778**
Total	**-**	**6.665**	**6.665**
Passivos			
Fornecedores	-	2.649	**2.649**
Outras contas a pagar	-	240	**240**
Arrendamentos		74	**74**
Total		**2.963**	**2.963**

Instrumentos financeiros	2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.350	**1.350**
Total	**-**	**1.350**	**1.350**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	-
Contas a receber	-	1.939	-
Aplicações financeiras	-	5.652	-
Total	**-**	**7.592**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	3.117	-
Empréstimos e financiamentos	-	2.010	-
Outras contas a pagar	-	105	-
Arrendamentos		818	
Total	**-**	**6.050**	**-**

Instrumentos financeiros	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	887	-
Contas a receber	-	5.778	-
Total	**-**	**6.665**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	2.649	-
Outras contas a pagar	-	240	-
Arrendamentos		74	
Total	**-**	**2.963**	**-**

Instrumentos financeiros	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.350	-
Total	**-**	**1.350**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia possibilita que os riscos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente. A estrutura é compatível com a natureza das operações, da complexidade dos produtos e da dimensão da exposição aos riscos. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e estão disponíveis a todos os colaboradores, sendo revisadas anualmente ou na ocorrência de mudanças significativas nos objetivos, estratégias ou metodologias envolvidas.

i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de suas operações.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Análise de sensibilidade

Os empréstimos e financiamento são contratados a taxas pré-fixadas cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da emissão. Os empréstimos e financiamento possuem fluxos de amortização de juros e principal mensais e não estão expostos a variações de taxas ou mercado.

Já as aplicações financeiras estão atreladas ao CDB-DI com remuneração média de 100% sobre o CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Sociedade. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Sociedade, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e para os empréstimos e financiamento, utilizando fundamentalmente os dados.

O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela Administração da Sociedade na gestão financeira:

			CDI Exposição		
	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Cenário razoavelmente possível	
Aplicação financeira	CDI	4,42%	5.652	11,75%	664
Exposição			**5.652**		664

iii) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

26. Segmentos operacionais

A Administração da Companhia, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

27. Arrendamentos

A Companhia arrenda escritórios administrativos. Esses arrendamentos normalmente duram 3 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Os arrendamentos dos escritórios foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06 (R3).

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

i) Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 13).

	Escritório comercial
Em 1º de janeiro de 2019	**-**
Despesa de depreciação do exercício	-
Adições a ativos de direito de uso	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**
Despesa de depreciação do exercício	**(20)**
Adições a ativos de direito de uso	92
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**72**
Despesa de depreciação do exercício	(85)
Adições a ativos de direito de uso	832
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**819**

ii) Valores reconhecidos no resultado

	2021
2021 – Arrendamentos de acordo com o NBC TG 06 (R3)	
Juros sobre arrendamento	3
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	86

	2020
2020 – Arrendamentos de acordo com o NBC TG 06 (R3)	
Juros sobre arrendamento	5
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	21

iii) Arrendamento a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 a Companhia possuía R$ 818 R$ 74 respectivamente em compromissos com arrendamentos, relacionados aos imóveis alugados pela Companhia. A Companhia não havia contrato de arrendamentos no âmbito do NBC TG 06 (R3) para reconhecimento no exercício de 2019. O cronograma futuro de pagamento desses contratos, até término de suas vigências está demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
2021		30
2022	313	44
2023	287	-
2024	218	-
Total	**818**	**74**
Circulante	313	30
Não circulante	505	44
Total	**818**	**74**

iv) Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 12).

	2021	2020
Saída de caixa total para arrendamentos	90	23

v) Opções de prorrogação

Algum arrendamento de propriedades contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

(vi) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses, é de 17,78% a.a., (23,14% a.a. em 2020, 7,20% a.a., em 2019) representam os seguintes montantes:

	Direito de uso		
Fluxo real	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	819	72	-
Depreciação	(85)	(20)	-

	Passivo de arrendamento		
Fluxo real	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Passivo de arrendamento	818	74	-
Despesa financeira	(3)	(5)	-

	Direito de uso		
Fluxo inflacionado	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	965	89	-
Depreciação	(100)	(25)	-

	Passivo de arrendamento		
Fluxo inflacionado	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Passivo de arrendamento	963	91	-
Despesa financeira	(4)	(6)	-

28. Transações que não afetaram o caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
Atividades de investimento			
Adoção inicial de direito de uso de ativos **(i)**	832	92	-
Total	**832**	**92**	**-**
Atividades de financiamento			
Arrendamentos a pagar **(i)**	(832)	(92)	-
Total	**(832)**	**(92)**	**-**

(i) Os valores referem-se ao direito de uso do imóvel o qual os efeitos não estão sendo apresentados nas demonstrações do fluxo de caixa.

29. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

* * *

Dínamo Networks, Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Ao Acionistas e Administradores da
Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A. em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.
Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em 27 de agosto de 2021 e 29 de outubro de 2020 emitimos nossos relatórios de auditoria dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente, com modificação quanto a realização de estoques sobre as demonstrações contábeis da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa n.º 6, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas e reemitidas para refletir o assunto, além de determinados ajustes e reclassificações identificados descritos na referida nota explicativa. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto contida em nossa opinião anteriormente emitida não é mais necessária e, portanto, nossa nova opinião constante deste relatório não contém qualquer modificação. Nossa opinião continua sendo sem modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva, nos termos do Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita (Nota Explicativa nº 7 item “b” e nº 24)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 item “b” e nº 24, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia reconheceu receitas nos montantes de R$ 10.554 mil, R$ 12.502 mil e R$ 11.359 mil, respectivamente, provenientes da venda de produtos e da prestação de serviços relacionados à segurança da informação. Tais receitas são reconhecidas quando ocorre a transferência de propriedade do produto vendido ou, no caso da prestação do serviço, quando da efetiva prestação do serviço, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas decorrem da determinação de controles manuais para a identificação e mensuração do cumprimento das obrigações de performance para as transações de vendas de produtos e dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados com a iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações de performance, preço e prazos;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de que as transferências de propriedade dos produtos vendidos e da prestação dos serviços haviam ocorrido;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto à determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes que foram base de amostragem para obtenção de evidência;
- testamos a integridade do relatório de contas a receber por meio de documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.);
- avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 1º de janeiro de 2019

ATIVO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Ativo circulante			**(Reapresentado)**	**(Reapresentado)**	**(Não auditado)**
Caixa e equivalentes de caixa	8	936	3.513	3.277	1.157
Contas a receber	9	4.415	2.092	1.753	2.726
Estoques	10	2.345	2.318	2.266	890
Impostos a recuperar	11	281	284	480	421
Adiantamentos	12	68	54	172	118
Total do ativo circulante		8.045	8.261	7.948	5.312
Ativo não circulante					
Contas a receber	9	510	576	-	-
Partes relacionadas	20	409	-	366	29
Imobilizado	13	863	699	795	615
Intangível	14	3.100	2.961	2.563	1.108
Total do ativo não circulante		4.882	4.236	3.724	1.752
Total do ativo		12.927	12.497	11.672	7.064

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 1º de janeiro de 2019

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Passivo circulante			**(Reapresentado)**	**(Reapresentado)**	**(Não auditado)**
Fornecedores	15	669	753	517	208
Obrigações sociais e trabalhistas	16	214	249	219	237
Obrigações tributárias	17	2.538	2.413	1.841	1.479
Adiantamento de clientes	18	2.806	2.738	2.489	78
Arrendamentos a pagar	29	152	99	59	-
Dividendos declarados	22e	1.057	-	-	5
Outros passivos	19	35	113	182	114
Total do passivo circulante		7.471	6.365	5.307	2.121
Passivo não circulante					
Partes relacionadas	20	409	7	72	764
Obrigações tributárias	17	558	690	858	968
Arrendamentos a pagar	29	243	6	19	-
Total do passivo não circulante		1.210	703	949	1.732
Patrimônio líquido	22				
Capital social		792	792	792	750
Reserva de capital		1.528	1.512	1.497	1.015
Reserva de lucros		1.926	3.125	3.127	1.446
Total do patrimônio líquido		4.246	5.429	5.416	3.211
Total do passivo e patrimônio líquido		12.927	12.497	11.672	7.064

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida	24	10.554	12.502	11.359
Custo dos produtos vendidos	25	(2.937)	(5.433)	(1.765)
Lucro bruto		7.617	7.069	9.594
Receitas / (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	25	(1.414)	(1.111)	(2.258)
Despesas gerais e administrativas	25	(3.845)	(4.225)	(3.887)
Outras receitas (despesas)	25	90	213	(174)
Lucro antes do resultado financeiro		2.448	1.946	3.275
Despesas financeiras		(296)	(255)	(119)
Receitas financeiras		99	292	364
Resultado financeiro líquido	26	(197)	37	245
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.251	1.983	3.520
Imposto de renda e contribuição social	23	(672)	(466)	(1.110)
Lucro líquido do exercício		1.579	1.517	2.410
Lucro por ação		1,99	1,92	3,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	1.579	1.517	2.410
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	1.579	1.517	2.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expresso em milhares de reais)

		Reserva de Capital			Reserva de Lucros				
	Capital social	Transação de capital	Ações em tesouraria	Adiantamento p/ Futuro aumento de capital	Reserva Legal	Incentivos fiscais	Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2019 (Não auditado)	750	973	-	42	-	170	1.276	-	3.211
Resultado do exercicio	-	-	-	-	-	-	-	2.410	2.410
Constituição de reserva de capital (Nota 22c)	-	524	-	-	-	-	-	(24)	500
Integralização de capital	42	-	-	(42)	-	-	-	-	-
Distribuição de lucro	-	-	-	-	-	-	(705)	-	(705)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	396	-	(396)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	1.990	(1.990)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	792	1.497	-	-	-	566	2.561	-	5.416
Resultado do exercicio	-	-	-	-	-	-	-	1.517	1.517
Constituição de reserva de capital (Nota 22c)	-	15	-	-	-	-	-	(15)	-
Distribuição de lucro	-	-	-	-	-	-	(1.504)	-	(1.504)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	111	-	(111)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	1.391	(1.391)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	792	1.512	-	-	-	677	2.448	-	5.429
Resultado do exercicio	-	-	-	-	-	-	-	1.579	1.579
Recompra de ações - Bruna Boner	-	-	(409)	-	-	-	-	-	(409)
Alienação de ações - Triade Inovação	-	-	409	-	-	-	-	-	409
Distribuição de lucro	-	-	-	-	-	-	(2.449)	-	(2.449)
Constituição de reserva de capital (Nota 22c)	-	16	-	-	-	-	-	(16)	-
Constituição de reserva de legal	-	-	-	-	79	-	-	(79)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-		231	-	(231)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	-	-	-	-	-	-	-	(313)	(313)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	940	(940)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	792	1.528	-	-	79	908	939	-	4.246

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Das atividades operacionais			
Lucro antes dos imposto de renda e contribuição social	2.251	1.983	3.520
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações/Amortização	1.404	1.165	567
Imposto de renda e contribuição social	(672)	(466)	(1.110)
Perdas esperadas com crédito liquidação duvidosa	999	606	941
Juros incorridos sobre arrendamentos	1	14	4
Perda para valor realizável liquido dos estoques	78	56	36
(Aumento) Redução em ativos			
Contas a receber de clientes	(3.256)	(1.521)	32
Estoques	(105)	(108)	(1.412)
Impostos a recuperar	3	196	(59)
Adiantamentos	(14)	118	(54)
Aumento (Redução) em passivos			
Fornecedores	(84)	236	309
Obrigaçoes tributarias	(7)	404	252
Obrigações trabalhistas	(35)	30	(18)
Adiantamento de clientes	68	249	2.411
Outros passivos	(78)	(68)	68
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	553	2.894	5.487
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adição de imobilizado	(67)	(76)	(291)
Adição de intangível	(1.160)	(1.216)	(1.804)
Transações de partes relacionadas	-	301	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.227)	(991)	(2.095)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aporte para reserva de capital	-	-	500
Distribuição de dividendos	(1.705)	(1.504)	(710)
Pagamento de arrendamentos	(191)	(163)	(33)
Transações de partes relacionadas	(7)	-	(1.029)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.903)	(1.667)	(1.272)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.577)	236	2.120
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	3.513	3.277	1.157
No final do exercício	936	3.513	3.277
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.577)	236	2.120

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	11.625	14.071	12.846
Outras receitas	175	330	39
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(471)	278	(619)
	11.329	14.679	12.266
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo produto vendido	(181)	(633)	(314)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.104)	(6.961)	(5.346)
Perda / Recuperação de valores ativos	(1)	(1.204)	(459)
Outras	(119)	(218)	(179)
	(5.405)	(9.016)	(6.298)
(-) Depreciação e amortização	(1.404)	(1.165)	(567)
(=) Valor adicionado líquido	4.520	4.498	5.401
(+/-)Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	99	292	364
	99	292	364
(=) Valor adicionado total a distribuir	4.619	4.790	5.765
Distribuição do valor adicionado			
Remuneracao direta	667	690	423
Beneficios	198	186	122
FGTS	42	53	30
	907	929	575
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	1.379	1.548	1.974
Estaduais	214	369	283
Municipais	308	296	438
	1.901	2.213	2.695
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	224	101	74
Aluguéis	8	30	11
	232	131	85
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	1.579	1.517	2.410
	1.579	1.517	2.410
Valor adicionado total distribuído	4.619	4.790	5.765

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A. (Companhia ou Dínamo), localizada no Município de Brasília, Distrito Federal, na ST Comercial Norte Quadra 05 blocos A, nº 50, foi constituída em 16 de janeiro 2013, tendo como principal objeto a produção e comercialização de equipamentos de criptografia, bem como prestação de serviços relacionados à segurança da informação.

Em 18 de julho de 2021 resolvem de comum acordo transformar a Companhia de Ltda. para Companhia Anônima. O estatuto societário com esta alteração foi devidamente registrado na Junta Comercial do Distrito Federal sob número 53300023719 em 20 de outubro de 2021.

A Dínamo possui expertise no segmento de segurança da informação, que inclui o desenvolvimento de plataforma em criptografia, assinatura e certificação digital. As soluções são desenvolvidas por uma equipe de especialistas com experiência em projetos de segurança do mercado brasileiro.

A Dínamo Networks é especialista em segurança de identidade digital e criptografia. Desenvolveu a primeira plataforma mundial de Cyber Security de soluções criptográficas customizáveis de alto nível, a Dínamo Super Cloud.

Além disso, fabrica no Brasil os mais diversos modelos de Hardware Security Module (HSMs), ou, cofres digitais, para guarda segura e gerenciamento de chaves criptográficas, sejam elas certificados digitais, minúcias biométricas, entre outras chaves, sendo que essas soluções possibilitam, assinaturas digitais, proteção de dados e sigilo de informações. São utilizadas para evitar vazamento de dados, roubo de informações e garantir conformidade com a legislação.

Impactos causados pela pandemia da Covid-19

A Companhia monitora os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 e vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: **(i)** criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, a Companhia e aos colaboradores; **(ii)** adoção da prática de trabalho remoto (home office) para todas suas unidades, bem como implementação da possibilidade de retorno gradual e voluntário dos colaboradores que não se auto declaram como grupo de risco aos escritórios em segurança, com base em diretrizes oficiais de saúde das cidades nas quais possuímos unidades;

(iii) suspensão das viagens internacionais e restrição de viagens nacionais; e **(iv)** implantação, junto a nosso operador de plano de saúde, de atendimento telefônico disponível 24 horas para dar suporte aos colaboradores; **(iv)** Apoio psicológico com profissional capacitado via remoto. Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

No resultado do ano, a perda esperada para créditos de clientes representou 9,47% da receita liquida, versus 4,85% auferidos em 2020, reflexo do aumento no prazo médio da carteira de recebíveis, seja pelas práticas comerciais adotadas que alongaram o prazo médio de títulos a vencer, seja pelo volume de títulos vencidos, em especial e setores mais impactados pela pandemia da COVID-19 ao longo destes dois anos.

Na comparação ano contra ano, as receitas não recorrentes apresentaram redução de 15,6% que está substancialmente associada a mudança nas práticas comerciais adotadas na comercialização da licença dos HSM que passou a ser comercializada na modalidade de renovação anual a um valor menor que o anteriormente comercializado que era de licenciamento perpétuo.

Não foram identificados impactos relevantes referentes a pandemia de Covid-19 sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia segue monitorando a situação da pandemia no mundo no mundo, avaliando quaisquer impactos ou riscos relevantes às operações da companhia.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas brasileiras de contabilidade (NBC TG), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Esta demonstração contábil está sendo apresentada em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em reais arredondados em sua casa decimal, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 13 – reconhecimento imobilizado: reconhecido pelo custo de aquisição a partir do início de sua utilização na operação e depreciado pela taxa fiscal.
- Nota Explicativa nº 9 – reconhecimento pela análise das variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas esperadas, por meio da projeção das rolagens de cada faixa da carteira capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses.
- Nota Explicativa nº 14 – reconhecimento intangível: se desenvolvido pela companhia reconhecido se atender os critérios estabelecidos no NBC TG 04 (R4) – Ativo intangível e amortização conforme laudo de expectativa da vida útil do bem, se adquirido para uso reconhecido pelo custo de aquisição e amortizado pela vida útil estimada pelo time técnico da companhia em com base na recuperabilidade no histórico dos projetos e necessidades de atualizações.
- Nota Explicativa nº 24 – reconhecimento de receita: se produto e licença reconhecida quando da transferência da titularidade legal do bem, se serviço na competência da realização do serviço;
- Nota Explicativa nº 29 – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 24 – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;
- Nota Explicativa nº 14 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota Explicativa nº 9 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 27 – instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Títulos de dívida e patrimoniais a VJORA são mensurados pelo valor justo.

6. Reapresentação das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em 2021, a Administração da Companhia procedeu com a reapresentação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e das respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercício findos nessas datas, em decorrência de ajustes e reclassificações contábeis de competência de exercícios anteriores relacionados a: i) reclassificação de custos antecipados com certificações, de outros ativos circulante para o intangível, (ii) provisão de perdas para estoques em poder de terceiros, (iii) depreciação de bens do ativo imobilizado, (iv) reconhecimento dos custos de desenvolvimento de software no intangível, (v) reclassificação de encargos trabalhista da rubrica de obrigações tributárias para a de obrigações trabalhista, (vi) adoção inicial da NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, (vii) reprocessamento de imposto de renda e contribuição social em decorrência dos ajustes constatados, (viii) constituição de reserva de capital e reserva de incentivo fiscal. A citada reapresentação está sendo efetuada como previsto pela NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. As demonstrações do valor adicionado não estão sendo reapresentadas em virtude de não terem feito parte das demonstrações contábeis anteriormente apresentadas que são objeto da reapresentação.

O quadro a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	31/12/2020 (Anteriormente Apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Anteriormente Apresentado)	Ajustes	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.513	-	3.513	3.277	-	3.277
Contas a receber	2.092	-	2.092	1.753	-	1.753
Estoques	3.439	(1.121)	2.318	2.664	(398)	2.266
Impostos a recuperar	284	-	284	480	-	480
Adiantamentos	54	-	54	172	-	172
Total do ativo circulante	9.382	(1.121)	8.261	8.346	(398)	7.948
	-		-	-		-
Ativo não circulante	-		-	-		-
Contas a receber	576	-	576	-	-	-
Créditos com empresas ligadas	-	-	-	366	-	366
Imobilizado	140	559	699	291	504	795
Intangível	156	2.805	2.961	408	2.155	2.563
Total do ativo não circulante	872	3.364	4.236	1.065	2.659	3.724
	-		-	-		-
Total do ativo	10.254	2.243	12.497	9.411	2.261	11.672

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020 (Anteriormente Apresentado)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Anteriormente Apresentado)	Ajuste	31/12/2019 (Reapresentado)
Passivo circulante						
Fornecedores	623	130	753	316	201	517
Obrigações sociais e trabalhistas	145	104	249	122	97	219
Obrigações tributárias	1.552	861	2.413	907	934	1.841
Adiantamento de clientes	2.738	-	2.738	2.489	-	2.489
Arrendamentos a pagar	-	99	99	-	59	59
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulante	250	(137)	113	390	(208)	182
Total do passivo circulante	5.308	1.057	6.365	4.224	1.083	5.307
	-		-	-		-
Passivo não circulante	-		-	-		-
Débitos com empresa ligada	-	7	7	65	7	72
Obrigações tributárias	691	(1)	690	858	-	858
Arrendamentos a pagar	-	6	6	-	19	19
Total do passivo não circulante	691	12	703	923	26	949
	-		-	-		-
Patrimônio líquido	-		-	-		-
Capital social	792	-	792	792	-	792
Reserva de capital	1.483	29	1.512	1.470	27	1.497
Reserva de lucros	1.980	1.145	3.125	2.002	1.125	3.127
Total do patrimônio líquido	4.255	1.174	5.429	4.264	1.152	5.416
	-		-	-		-
Total do passivo e patrimônio líquido	10.254	2.243	12.497	9.411	2.261	11.672

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020 (Anteriormente Apresentado)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Anteriormente Apresentado)	Ajuste	31/12/2019 (Reapresentado)
Receita líquida	12.502	-	12.502	11.359	-	11.359
Custo dos produtos vendidos	(5.049)	(384)	(5.433)	(3.287)	1.522	(1.765)
Lucro bruto	7.453	(384)	7.069	8.072	1.522	9.594
Receitas / (despesas) operacionais						
Despesas comerciais	(1.446)	335	(1.111)	(1.674)	(584)	(2.258)
Despesas gerais e administrativas	(4.247)	22	(4.225)	(4.437)	550	(3.887)
Outras receitas (despesas)	216	(3)	213	(175)	1	(174)
Lucro antes do resultado financeiro	1.976	(30)	1.946	1.786	1.489	3.275
Despesas financeiras	(241)	(14)	(255)	(161)	42	(119)
Receitas financeiras	292	-	292	410	(46)	364
Resultado financeiro líquido	51	(14)	37	249	(4)	245
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.027	(44)	1.983	2.035	1.485	3.520
Imposto de renda e contribuição social	(533)	67	(466)	(520)	(590)	(1.110)
Lucro líquido do exercício	1.494	23	1.517	1.515	895	2.410
Lucro por ação	**1,89**	**0,03**	**1,92**	**1,91**	**1,13**	**3,04**

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020 (Anteriormente Apresentado)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Anteriormente Apresentado)	Ajuste	31/12/2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	1.494	23	1.517	1.516	894	2.410
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	1.494	23	1.517	1.516	894	2.410

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expresso em milhares de reais)

		Reserva de Capital			Reserva de Lucros				
	Capital social	Transação de capital	Ações em tesouraria	Adiantamento p/ Futuro aumento de capital	Reserva Legal	Incentivos fiscais	Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2019 (Não auditado)	**750**	**973**	**-**	**42**	**-**	**170**	**1.276**	**-**	**3.211**
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Anteriormente apresentado)	**792**	**1.470**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.002**	**-**	**4.264**
Ajustes exercício findo em 31 de dezembro de 2019	-	27	-	-	-	566	559	-	1.152
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	**792**	**1.497**	**-**	**-**	**-**	**566**	**2.561**	**-**	**5.416**
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Anteriormente apresentado)	**792**	**1.483**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.980**	**-**	**4.255**
Ajustes exercício findo em 31 de dezembro de 2020	-	29	-	-	-	677	468	-	1.174
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	**792**	**1.512**	**-**	**-**	**-**	**677**	**2.448**	**-**	**5.429**

Demonstrações do fluxo de caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020 (Anteriormente Apresentado)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Anteriormente Apresentado)	Ajuste	31/12/2019 (Reapresentad
Das atividades operacionais						
Lucro antes dos imposto de renda e contribuição social	2.237	254	1.983	2.036	(1.484)	3.52
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciações/Amortização	226	(939)	1.165	617	50	56
Imposto de renda e contribuição social	(533)	(67)	(466)	(520)	590	(1.11
Perdas esperadas com crédito liquidação duvidosa	606	-	606	583	(358)	94
Juros incorridos sobre arrendamentos	-	(14)	14	-	(4)	
Perda para valor realizável liquido dos estoques	-	(56)	56	-	(36)	3
(Aumento) Redução em ativos						
Contas a receber de clientes	(1.521)	-	(1.521)	418	386	3
Estoques	(683)	(575)	(108)	(1.774)	(362)	(1.41
Impostos a recuperar	196	-	196	(59)	-	(5
Adiantamentos	118	-	118	(54)	-	(5
Aumento (Redução) em passivos						
Fornecedores	307	71	236	138	(171)	30
Obrigaçoes tributarias	476	72	404	(337)	(589)	25
Obrigações trabalhistas	24	(6)	30	(17)	1	(1
Adiantamento de clientes	249	-	249	2.488	77	2.41
Outros passivos	(140)	(72)	(68)	(34)	(102)	6
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.562	(1.332)	2.894	3.485	(2.002)	5.48
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Adição de imobilizado	(75)	1	(76)	(291)	-	(29
Adição de intangível	-	1.216	(1.216)	-	1.804	(1.80
Transações de partes relacionadas	-	(301)	301		-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(75)	916	(991)	(291)	1.804	(2.09
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Aporte para reserva de capital		-	-	500	-	50
Distribuição de dividendos	(1.553)	(49)	(1.504)	(706)	4	(71
Pagamento de arrendamentos		163	(163)		33	(3
Transações de partes relacionadas	302	302	-	(868)	161	(1.02
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.251)	416	(1.667)	(1.074)	198	(1.27
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes	236	-	236	2.120	-	2.12
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício	3.277	-	3.277	1.157	-	1.15
No final do exercício	3.513	-	3.513	3.277	-	3.27
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes	236	-	236	2.120	-	2.12

7. Políticas contábeis

Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o NBC TG 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou o NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

NBC TG 47 Receita de contrato com cliente

O NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o NBC TG 30- Receitas, o NBC TG 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o NBC TG 30, o NBC TG 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do NBC TG 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

NBC TG 48 Instrumentos Financeiros

O NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o NBC TG 38 (R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O NBC TG 48 eliminou as categorias antigas do NBC TG 38 (R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes no NBC TG 38 (R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no NBC TG 38 (R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia.

NBC TG 06 (R3) Arrendamentos

A Companhia adotou o NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o NBC TG 06 (R3) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

(a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o NBC TG 03 (R3) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 20.

Na transição para o NBC TG 06 (R3), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o NBC TG 06 (R3) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

(b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda basicamente imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com o NBC TG 06 (R3), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme NBC TG 06 (R3)

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06 (R3). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 20). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06 (R3). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(c) Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para o NBC TG 06 (R3), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo propriedades para investimento e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido a seguir.

	01/01/2019
Ativos de direito de uso - Nota Explicativa nº 13	107
Passivo de arrendamento – circulante - Nota Explicativa nº 29	67
Passivo de arrendamento - não circulante - Nota Explicativa nº 29	40

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 8,42% a.a.

Outras normas e deliberações adotadas pela Empresa

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos NBC TG 38 (R3), NBC TG 40 (R2) e NBC TG 48, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos NBC TG 38 (R3), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e NBC TG 23 (R2)/IAS 8

Emendas do NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e do NBC TG 23 (R2)/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações financeiras.

Políticas contábeis efetivas

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil/ retificação de erros (veja Nota Explicativa nº 6).

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela adiante fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto /serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
HSM - Hardware	Venda produção própria. São realizadas por meio do pedido do cliente e emissão das faturas/notas fiscais quando da saída para entrega.	A receita é reconhecida quando da transferência da titularidade do ativo através do canhoto da nota assinado ou comprovação equivalente.
Licença de Software	Software próprio embarcado no HSM. Em conjunto com a venda do hardware, estas são realizadas por meio do pedido do cliente e emissão das faturas/notas fiscais quando da saída para entrega do produto físico onde o software licenciado está embarcado.	A receita é reconhecida quando da transferência da titularidade do ativo através do canhoto da nota assinado ou comprovação equivalente
Manutenção	Serviço de suporte mensal. Realizado o acordo contratual com o cliente o serviço é prestado e faturado mensalmente.	As faturas para prestação de suporte e manutenção quando contratadas na modalidade mensal, é emitida e reconhecida no próprio mês da vigência do serviço. Quando a contratação é anual e desta forma faturada e recebida integralmente, este valor é reconhecido como uma obrigação a cliente e mensalmente dentro do mês de sua vigência/prestação do serviço é transferido ao resultado.

Tipo de produto /serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Implantação	Instalação e configuração do HSM. As faturas/notas fiscais e cobranças são emitidas após a apuração da instalação e configuração.	A receita é reconhecida pela emissão da nota que se dá após aceite do cliente para o serviço prestado.
Treinamento	Treinamento de usuários. Realizado o acordo contratual com o cliente o serviço é realizado no período específico acordado.	A receita é reconhecida pela emissão da nota que se dá após aceite do cliente para o serviço prestado.

c) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- Variação cambial.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

iii) Incentivo Fiscal Lei do Bem

A Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como a Lei do Bem, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

O governo federal utiliza esse mecanismo para incentivar investimentos em inovação por parte do setor privado. Além disso, busca aproximar as Companhias das universidades, potencializando os resultados em PD&I.

Os incentivos fiscais são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social e devidamente escriturado no Lalur e Lacs.

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Equipamentos de informática	1,8 anos	2,8 anos	3,8 anos
Moveis e Utensílios	7,8 anos	8,8 anos	9,8 anos
Máquinas e equipamentos	5,8 anos	6,8 anos	7,8 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

i) Reconhecimento e mensuração

a) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; Pode ser demonstrada a forma na qual o ativo intangível vai gerar benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e

- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Os gastos capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para usá-lo.

A atividade da Companhia pressupõe o contínuo desenvolvimento, e neste contexto, estão em desenvolvimento projetos voltados em sua maioria para as duas dimensões de negócios da Companhia: HSM e portal *Supercloud*.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Certificações

As certificações aplicadas são mensuradas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.
Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis remanescentes estimadas em cada data base, são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Sistema operacional Dínamo HSM 2017	01 ano	02 anos	03 anos
Sistema operacional Dínamo HSM 2018	01 ano	02 anos	03 anos
Sistema operacional Dínamo HSM 2019	02 anos	03 anos	-
Sistema operacional Dínamo HSM 2020	03 anos	-	-
Certificação FIPS **(i)**	01 ano	-	-

(i) As certificações têm seus períodos de amortização definidos com base na validade dos certificados. O início da amortização se dá na data de aprovação e são realizados sistematicamente ao resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Capital social

i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o NBC TG 32 (R4).

ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

j) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos a seguir, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As perdas esperadas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas esperadas para crédito no balanço patrimonial

A perda esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a perda esperada é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

l) Arrendamentos

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no NBC TG 06 (R3). (Nota explicativa nº 29).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

n) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao NBC TG 15 (R4)/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e NBC TG 23 (R2)/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Caixa	1	2	-
Banco Itaú	2	339	1.053
Banco Bradesco	-	-	-
Caixa Econômica Federal		22	52
Banco de Brasília	1	-	-
Aplicações financeiras (i)	932	3.150	2.172
Total	**936**	**3.513**	**3.277**

(i) As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas em média por 100% dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI), os quais podem ser resgatados em D+0 sem qualquer prejuízo a liquidez da Companhia.

9. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Duplicatas a receber curto prazo	5.499	2.698	2.694
Duplicatas a receber longo prazo	510	576	-
(-) Duplicatas descontadas	(85)	-	-
(-) Perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa - PECLD **(i)**	(999)	(606)	(941)
Total	**4.925**	**2.668**	**1.753**
Ativo circulante	**4.415**	**2.092**	**1.753**
Ativo não circulante	**510**	**576**	**-**

(i) O reconhecimento da PECLD, foi estabelecido com parâmetros de monitoramento da análise de crédito e histórico do cliente, bem como da operação da Companhia.

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
A vencer	**5.022**	**2.955**	**1.974**
Vencidos			
Até 30 dias	46	36	150
31 a 60 dias	267	10	154
61 a 90 dias	-	2	17
Acima 91 dias	674	271	399
Total	**6.009**	**3.274**	**2.694**

A movimentação da PECLD e conforme segue:

Saldo em 01/01/2019	**(358)**
Adição	(674)
Saldo em 31/12/2019	**(941)**
Adição	(603)
Reversão	938
Saldo em 31/12/2020	**(606)**
Adição	(1.579)
Reversão	1.186
Saldo em 31/12/2021	**(999)**

10. Estoque

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Matéria-prima	802	840	1.229
Produtos acabado	1.346	1.093	850
Em poder de terceiros	367	477	223
Perda para valor realizável líquido dos estoques	(170)	(92)	(36)
Total	**2.345**	**2.318**	**2.266**

A movimentação da Perda para o valor realizável dos estoques, está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2019	**-**
Adição	(36)
Saldo em 31/12/2019	**(36)**
Adição	(56)
Saldo em 31/12/2020	**(92)**
Adição	(78)
Saldo em 31/12/2021	**(170)**

11. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
IPI	28	21	137
ICMS	33	23	2
PIS	26	26	42
COFINS	126	122	192
CSLL retido	26	50	55
IR	9	42	52
Outros	33	-	-
Total	**281**	**284**	**480**

12. Adiantamentos

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Adiantamentos a fornecedor no País	52	42	170
Adiantamento a fornecedor no exterior	12	11	-
Adiantamentos a funcionários	4	1	2
Total	**68**	**54**	**172**

13. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Ativo direito de uso	Total
Custo					
Em 1º de janeiro de 2019 (Não auditado)	**633**	**28**	**-**		**661**
Adições	275	-	16	107	**398**
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	**908**	**28**	**16**	**107**	**1.059**
Adições	76	-	-	175	**252**
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	**984**	**28**	**16**	**282**	**1.310**
Adições	67	-	-	**480**	**547**
Em 31 de dezembro de 2021	**1.051**	**28**	**16**	**762**	**1.857**
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2019 (Não auditado)	**(42)**	**(4)**	-	**-**	**(46)**
Depreciação	(170)	(3)	-	(45)	**(218)**
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	**(212)**	**(7)**	**-**	**(45)**	**(264)**
Depreciação	(191)	(3)	(2)	(151)	**(347)**
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	**(403)**	**(10)**	**(2)**	**(196)**	**(611)**
Depreciação	(208)	(3)	(1)	(171)	**(384)**
Em 31 de dezembro de 2021	**(611)**	**(13)**	**(3)**	**(367)**	**(994)**
Valor contábil líquido					
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	**696**	**21**	**16**	**62**	**795**
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	**581**	**19**	**14**	**86**	**699**
Em 31 de dezembro de 2021	**440**	**15**	**13**	**395**	**863**

14. Intangível

b) Conciliação do valor contábil

	Softwares	Custo desenvolvimento (i)	Certificação Fips (ii)	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2019 (Não auditado)	**14**	**1.242**	**-**	**1.256**
Adições	-	1.457	362	**1.819**
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	**14**	**2.699**	**362**	**3.075**
Adições	50	540	666	1.256
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	**64**	**3.239**	**1.028**	**4.331**
Adições	-	1.085	89	1.174
Em 31 de dezembro de 2021	**64**	**4.324**	**1.117**	**5.505**
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2019 (Não auditado)	(14)	(134)	-	**(148)**
Amortização	-	(364)	-	**(364)**
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	**(14)**	**(498)**	-	**(512)**
Amortização	-	(858)	-	**(858)**
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	**(14)**	**(1.356)**	**-**	**(1.370)**
Amortização	(10)	(1.025)	-	**(1.035)**
Em 31 de dezembro de 2021	**(24)**	**(2.381)**	**-**	**(2.405)**
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	**-**	**2.201**	**362**	**2.563**
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	**50**	**1.883**	**1.028**	**2.961**
Em 31 de dezembro de 2021	**40**	**1.943**	**1.117**	**3.100**

(i) As adições de Software são provenientes de gastos com desenvolvimento de projetos internos de melhorias relevantes na segurança dos Softwares embarcados nos equipamentos de HSM e inovação no desenvolvimento de um Marketplace que oferece toda a Farm Dínamo composta pelos mais modernos e potentes HSM´s do mercado e o usuário para pelo que utilizar, o SuperCloud Cyber Security; e

(ii) Gastos incorridos para certificação Fips dos equipamentos de HSM com o objetivo de aumentar a segurança destes equipamentos e atender demandas do mercado nacional que exigem esta certificação.

Os Fips – Padrões de Processamento de Informações Federais – são padrões do governo dos EUA para segurança da tecnologia da informação e segurança de computadores. O programa Fips é administrado pelo Instituto Nacional de Normas e Tecnologia (NIST).

Obter a validação FIPS 140 exige um processo de testes rigoroso através de um laboratório de testes credenciado. Os resultados são então analisados pelo Instituto Nacional de Normas e Tecnologia (NIST), que emite um certificado de validação Fips 140.

A amortização inicia-se no momento da concessão da certificação pelo NIST e pelo período de vigência da homologação.

15. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Fornecedores nacionais	652	631	517
Fornecedores exterior	17	122	-
Total	**669**	**753**	**517**

Os principais produtos adquiridos são referentes a matéria prima para produção dos HSM´s e serviços contratados de terceiros.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Salários e férias a pagar	48	37	30
Provisão para férias e encargos	108	109	92
INSS	24	21	22
FGTS	8	8	8
Sindicato	1	1	1
IRRF	25	73	66
Total	**214**	**249**	**219**

17. Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
IRRF	9	29	26
ICMS	13	33	37
ISS	22	10	20
IR&CSLL	1.602	1.435	1.133
IPI	78	74	72
CSRF	20	88	77
PIS/COFINS	628	575	304
Parcelamentos	723	859	1.030
Total	**3.095**	**3.103**	**2.699**
Total circulante	**2.537**	**2.413**	**1.841**
Total não circulante	**558**	**690**	**858**

Os parcelamentos celebrados pela Companhia, por natureza, estão apresentados conforme quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Parcelamento REFIS	586	635	691
Parcelamento INSS	12	27	53
Parcelamento de ICMS	52	11	34
Parcelamento de IPI	73	113	149
Outros parcelamentos	-	73	103
Total	**723**	**859**	**1.030**

Cronograma de pagamentos dos parcelamentos

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
2029	72	69	68
2028	74	71	69
2027	74	71	69
2026	74	71	69
2025	74	71	92
2024	74	71	69
2023	120	114	113
2022	162	154	148
2021	2	168	161
2020	-	-	171
Total	**723**	**859**	**1.030**

18. Adiantamento de clientes

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Adiantamento de cliente **(i)**	2.806	2.737	2.488
Adiantamentos em espécie	-	1	1
Total	**2.806**	**2.738**	**2.489**

(i) Referem-se ao recebimento antecipado de acordos contratuais com cliente para prestação de serviços e/ou venda de produtos o qual é reconhecido no resultado à medida que sua obrigação de performance é cumprida.

19. Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Serviços contratados	28	64	129
Benefícios	-	23	19
Cartão crédito	-	-	24
Consumo	-	1	6
Ocupação	-	3	2
IPTU	-	16	-
Outros	7	6	3
Total	**35**	**113**	**182**

20. Partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Remuneração	952	1.093	1.405
Bônus	-	229	313
Total	**952**	**1.322**	**1.718**

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui apenas salários e bônus anual de acordo com política de bonificação revisada anualmente.

b) Outras operações com partes relacionadas

Transação	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
GlobalWeb Outsourcing do Brasil S.A	-	-	166
Bruna Boner Leo Silva			200
Triade Inovação Serviços Administrativos EIRELI (i)	409	-	-
Total partes relacionadas a receber	**409**	**-**	**366**
3P Brasil – Consultoria e Projetos de Estruturação de Parcerias Público-Privadas e Participações Ltda.	-	(5)	(5)
B2BR Business to Business Informática do Brasil LTDA	-	(2)	(2)
Nfe do Brasil Ltda	-	-	(65)
Bruna Boner Leo Silva (i)	(409)	-	-
Total partes relacionadas a pagar	**(409)**	**(7)**	**(72)**
Líquido partes relacionadas	**-**	**(7)**	**294**

i) Refere-se à negociação de ações em tesouraria recompradas da acionista Bruna Boner (saldo a pagar) e revendida para Companhia Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli (saldo a receber), conforme contrato de compra e venda firmado entre as partes em 18/07/2021 e em 30/12/2021, e AGE's de aprovação registrada na Junta Comercial do Distrito Federal, respectivamente.

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados dentro de 12 meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Acordos celebrados

A Companhia celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

21. Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Os registros contábeis e as operações da Companhia também estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável.

De acordo com a legislação vigente no Brasil, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades tributárias e previdenciárias, pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos e encargos, exceto o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cujo prazo de prescrição é de 30 anos.

Em decorrência dessas revisões, as transações e os recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualização monetária.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhum processo judicial de qualquer natureza em andamento.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 792 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, representado por 791.667 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Celso Luiz Carvalho de Souza	1,8%	9%	9,5%
Enilton Antonio do Nascimento Junior	1,8%	9%	9,5%
FR Empreendimentos	-	3,54%	3,74%
Paulo Cesar Lopes Zeredo	-	1,53%	1,61%
Bruna Boner Leo Silva	-	53,43%	56,4%
SLT Blassed Participances S.A.	2%	10%	5%
Marco Antonio Zanini	2,3%	13,5%	14,25%
Ronaldo Eschiezaro	1,78%	-	-
Triade Inovação Serviços	10,32%	-	-
Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.	80%	-	-
Total de ações em circulação	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Companhia foi transformada em S.A em 18 de julho de 2021 e a partir deste ano iniciou a constituição da reserva legal prevista na Lei das Companhias por Ações.

O valor ora constituído foi de R$ 79 representando 5% do lucro líquido apurado no ano de 2021.

c) Reservas de capital

Reserva de capital constituída pelo sócio investidor SLT Blassed Participações S.A em contrapartida a aquisição de 10% da participação acionaria da Companhia podendo, a critério dos sócios, ser convertido em novo aumento de capital.

Constituição de reserva de capital na proporção de 1% do lucro operacional conforme item 15.4 do acordo de acionistas referente resultado do período.

Movimentação reserva de capital

Saldo em 1º de janeiro de 2019	**1.015**
Adição 1% lucro líquido	24
Integralização capital	(42)
Aporte especial para reserva	500
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.497**
(Reapresentado)	
Adição 1% lucro líquido	15
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.512**
(Reapresentado)	
Adição 1% lucro líquido	**16**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.528**

d) Reserva de Lucros

Constituída pelo resultado apurado no período excluída a reserva de capital, reserva legal e dividendos obrigatórios de 25%. O saldo será deliberado até 31 de março de 2022.

e) Dividendos

As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia obteve lucro líquido de R$ 1.579, R$ 1.517 e R$ 2.410, respectivamente e deliberados e pagos parcialmente. Em 27/12/2021 a Companhia deliberou sobre a distribuição de 100% do saldo existente de lucros a distribuir referente a este período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu o montante de R$ 313 de dividendos. O valor corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado a reserva legal.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	1.579	1.516	2.410
(-) Reserva incentivos fiscais	(231)	(110)	(396)
(-) Transação de capital	(16)	(15)	(24)
(-) Reserva legal (5%)	(79)	-	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos	**1.253**	**1.391**	**1.990**
Dividendos obrigatório 25%	(313)	-	-
Constituição da reserva de lucros	**940**	**1.391**	**1.990**

f) Lucro líquido por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro líquido por ação diluído.

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro líquido por ação básica:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Numerador básico			
Resultado do exercício	1.579	1.517	2.410
Denominador básico			
Média ponderada do lote de mil ações - básica	792	792	792
Lucro básico por ação em (R$)	**1,99**	**1,91**	**3,04**

23. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do IRPJ e CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 é apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (Lair)	**2.251**	**1.983**	**3.520**
Imposto de renda e contribuição social pela Alíquota nominal – 34%	766	674	1.197
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:			
(+) Adições:			
Despesas indedutíveis	5	61	146
Provisões perdas esperadas não dedutíveis	1.658	659	665
Diferimento receitas/custos vendas órgão publico	-	-	324
(-) Exclusões:			
(-) Reversão ou uso de provisões ou perdas esperadas não dedutíveis	(1.186)	(938)	(45)
(-) Diferimento receitas/custos vendas órgão público	-	-	(109)
(-) Incentivo fiscal - Lei do Bem	(681)	(324)	(1.165)
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	**2.048**	**1.440**	**3.336**
Imposto de renda 15%	(307)	(216)	(500)
Adicional 10%	(181)	(120)	(310)
Total Imposto de renda	**(488)**	**(336)**	**(810)**
Contribuição Social 9%	(184)	(130)	(300)
Imposto de renda e contribuição social no resultado exercício	**(672)**	**(466)**	**(1.110)**

24. Receita líquida

a) Reconhecimento de receitas

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produção própria de equipamentos de criptografia e Softwares embarcados na solução ofertada.

Adiante apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Receita bruta de vendas produtos	887	7.530	3.331
Receita bruta serviços prestados	10.802	7.518	10.170
Vendas canceladas/devoluções	(64)	(977)	(656)
Receita bruta de vendas	**11.625**	**14.071**	**12.845**
ICMS	(214)	(369)	(283)
IPI	(121)	(300)	(235)
PIS	(81)	(110)	(95)
COFINS	(373)	(511)	(436)
ISS	(282)	(279)	(437)
Deduções	**(1.071)**	**(1.569)**	**(1.486)**
Receita líquida	**10.554**	**12.502**	**11.359**

b) Desagregação da receita de contratos com clientes

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Revenda de produtos	3	-	32
Venda produção	820	6.633	3.183
Faturamento serviços prestados	7.005	3.615	4.618
Faturamento licenças software	3.775	3.733	4.976
Faturamento treinamentos	22	90	36
Total	**11.625**	**14.071**	**12.845**

25. Custos e despesas por natureza

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Custos com pessoal	(571)	(599)	(320)
Custos produção	(181)	(636)	(315)
Custos com terceiros	(884)	(1.706)	(618)
Custos com Ocupação	(31)	(1)	(3)
Custo com utilidades e serviços	(3)	(3)	(36)
Viagens	(8)	(13)	(56)
Perdas duplicatas	-	(1.205)	(353)
Custos gerais	(28)	(290)	(64)
Depreciação/amortização	(1.231)	(980)	-
Total custos dos produtos vendidos	**(2.937)**	**(5.433)**	**(1.765)**
Comissões s/vendas	(781)	(1.177)	(1.281)
Eventos e campanhas	(172)	(259)	(385)
Provisão(reversão) perdas estimadas clientes	(393)	335	(583)
Outras despesas comerciais	(68)	(10)	(9)
Total despesas comerciais	**(1.414)**	**(1.111)**	**(2.258)**
Despesas com pessoal	(473)	(428)	(390)
Ocupação	(18)	(72)	(11)
Utilidades e serviços	(26)	(12)	(12)
Viagens	(41)	(21)	(113)
Serviços terceiros	(2.897)	(3.200)	(2.535)
Depreciação/amortização	(173)	(185)	(567)
Tributos e contribuições	(31)	(18)	(12)
Facilites		(230)	(153)
Outras despesas	(186)	(59)	(94)
Total despesas gerais e administrativas	**(3.845)**	**(4.225)**	**(3.887)**
Provisão perda estoque	(78)	(56)	(36)
Despesas indedutíveis	(5)	(61)	(99)
Perdas diversas	(1)		(47)
Outras receitas operacionais	174	330	8
Total outras receias (despesas)	**90**	**213**	**(174)**
Total	**(8.105)**	**10.556**	**(8.084)**

26. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Receitas financeiras			
Descontos financeiros obtidos	1	10	185
Juros ativos	4	46	2
Variação cambial ativa	12	187	62
Multas recebidas	-	1	-
Receitas aplicação	82	48	83
Outras receitas	-	-	32
Total	**99**	**292**	**364**
Despesas financeiras			
Juros passivos	(224)	(101)	(74)
Multas passivas	(27)	(29)	-
Tarifas bancárias	(12)	(15)	(11)
IOF	(22)	(21)	(20)
Variação cambial passiva	(6)	(86)	(3)
Descontos concedidos	-	-	(1)
Outras despesas	(4)	(2)	(10)
Total	**(296)**	**(255)**	**(119)**
Resultado financeiro líquido	**(197)**	**(37)**	**245**

27. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.
Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	31/12/2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4	4
Contas a receber	-	4.925	4.925
Aplicações financeiras	932	-	932
Total	**932**	**4.929**	**5.861**
Passivos			
Fornecedores	-	669	669
Outras contas a pagar	-	35	35
Arrendamento operacional		396	396
Total	**-**	**1.100**	**1.100**

Instrumentos financeiros	31/12/2020 (Reapresentado)		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	363	363
Contas a receber	-	2.668	2.668
Aplicações financeiras	3.150	-	3.150
Total	**3.150**	**3.031**	**6.181**
Passivos			
Fornecedores	-	753	753
Outras contas a pagar	-	113	113
Arrendamento operacional		105	105
Total	**-**	**971**	**971**

Instrumentos financeiros	31/12/2019 (Reapresentado)		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.105	1.105
Contas a receber	-	1.753	1.753 q
Aplicações financeiras	2.172	-	2.172
Total	**2.172**	**2.858**	**5.030**
Passivos			
Fornecedores	-	517	517
Outras contas a pagar	-	182	182
Arrendamento operacional		78	78
Total	**-**	**777**	**777**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4	-
Contas a receber	-	4.925	-
Aplicações financeiras	-	932	-
Total	**-**	**5.861**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	669	-
Outras contas a pagar	-	35	-
Arrendamento		396	
Total	**-**	**1.100**	**-**

Instrumentos financeiros	31/12/2020 (Reapresentado)		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	363	-
Contas a receber	-	2.668	-
Aplicações financeiras	-	3.150	-
Total	**-**	**6.181**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	753	-
Outras contas a pagar	-	113	-
Arrendamento operacional		105	
Total	**-**	**971**	**-**

Instrumentos financeiros	31/12/2019 (Reapresentado)		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.106	-
Contas a receber	-	1.753	-
Aplicações financeiras	-	2.172	-
Total	**-**	**5.031**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	517	-
Outras contas a pagar	-	182	-
Arrendamento operacional		78	
Total	**-**	**777**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia possibilita que os riscos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente. A estrutura é compatível com a natureza das operações, da complexidade dos produtos e da dimensão da exposição aos riscos. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e estão disponíveis a todos os colaboradores, sendo revisadas anualmente ou na ocorrência de mudanças significativas nos objetivos, estratégias ou metodologias envolvidas.

i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de suas operações.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Análise de sensibilidade

As aplicações financeiras estão atreladas ao CDB-DI com remuneração média de 100% sobre o CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras, utilizando fundamentalmente dados observáveis de mercado. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela Administração da Companhia na gestão financeira:

			CDI Exposição		
	Indexador	**Taxa de juros a.a.**	**Posição em 31/12/2021**	**Cenário razoavelmente possível**	
Aplicação financeira	CDI	4,42%	936	11,75%	110
Exposição					**110**

iii) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

28. Segmentos operacionais

A administração da Companhia, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis.
As informações contábeis são regularmente revistas pela administração da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a administração concluiu que opera um único segmento e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

29. Arrendamentos

A Companhia arrenda escritórios administrativos. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Os arrendamentos dos escritórios foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06 (R3).

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas a seguir:

i) Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 13).

	Escritório comercial
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - (Reapresentado)	**62**
Despesa de depreciação do exercício	(151)
Adições a ativos de direito de uso	175
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - (Reapresentado)	**85**
Despesa de depreciação do exercício	(171)
Adições a ativos de direito de uso	480
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**395**

ii) Valores reconhecidos no resultado

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 13.

	31/12/2021
2021 - Arrendamentos de acordo com o NBC TG 06 (R3)	
Juros sobre arrendamento	(21)
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	(170)
Despesas de arrendamento	**(191)**

	31/12/2020 (Reapresentado)
2020 - Arrendamentos de acordo com o NBC TG 06 (R3)	
Juros sobre arrendamento	(14)
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	(149)
Despesas de arrendamento	**(163)**

	31/12/2019 (Reapresentado)
2019 - Arrendamentos de acordo com o NBC TG 06 (R3)	
Juros sobre arrendamento	(4)
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	(29)
Despesas de arrendamento	**(33)**

iii) Arrendamento a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia possuía R$ 395, R$ 105 e R$ 78, respectivamente em compromissos com arrendamentos, relacionados aos imóveis alugados pela Companhia, os quais estão registrados em Outros passivos circulantes e não circulantes.

O cronograma futuro de pagamento desses contratos, até término de suas vigências está demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
2020	-	-	59
2021	-	99	19
2022	153	6	-
2023	138	-	-
2024	104	-	-
Total	**395**	**105**	**78**
Circulante	152	99	59
Não circulante	243	6	19
Total	**395**	**105**	**78**

iv) Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 13.)

	2021	2020 (Reapresentado)	2019 (Reapresentado)
Saída de caixa total para arrendamentos	(191)	(163)	(33)

v) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses, é de 17,78% a.a., (23,14% a.a. em 2020, 7,30% a.a., em 2019) representam os seguintes montantes:

				Passivo de arrendamento			
Fluxo real	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo real**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	395	85	62	Passivo de arrendamento	395	105	78
Depreciação	(171)	(151)	(45)	Despesa financeira	(21)	(14)	(4)

Passivo de arrendamento							
Fluxo inflacionado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Fluxo inflacionado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso	465	105	67	Passivo de arrendamento	465	24	18
Depreciação	(201)	(186)	(48)	Despesa financeira	(25)	(17)	(4)

vi) Opções de prorrogação

Algum arrendamento de propriedades contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

30. Transações que não afetaram o caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Atividades de investimento			
Adoção inicial direito de uso de ativo	(480)	(175)	(107)
Total	**(480)**	**(368)**	**(116)**
Atividades de financiamento			
Arrendamento a pagar	480	175	107
Total	**480**	**175**	**107**

31. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

* * *

Serviços e Soluções em TI Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Iguaçu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

T +55 51 3500-8473

Aos Administradores e Cotistas da
Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda. (Empresa), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.
Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados | Itsource

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita (Nota Explicativa nº 7 item "a" e nº 21)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7 item "a" e nº 21, em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, a Empresa reconheceu receitas nos montantes de R$ 36.967 mil, R$ 17.381 e R$ 17.973 mil, respectivamente, proveniente da prestação de serviços de desenvolvimento de soluções em tecnologia. Tais receitas são reconhecidas no momento da prestação do serviço, atendendo e satisfazendo, desta forma, a obrigação de performance. Além disso, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas dependem da determinação de controles manuais para identificar e mensurar o cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico para nossa auditoria, devido a magnitude dos montantes relacionados, além da dependência de controles manuais relacionados à iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Empresa satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Em base de testes, selecionamos contratos de venda e checamos as condições acordadas, obrigações de performance, preço, prazo, limites de crédito, entre outras;
- Testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas por meio das evidências de que as prestações dos serviços haviam ocorrido através das análises de horas realizadas, aceites dos clientes e determinações contratuais;
- Testamos a liquidação financeira para determinados contratos /clientes;
- Avaliamos os critérios para constituição das perdas esperadas sobre o contas a receber e desafiamos as premissas de cálculos para as perdas esperadas;
- Testamos a integridade do *aging-list*, através das confirmações recebidas e outros documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.); e
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Empresa para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados | Itsource

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados | Itsource

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 17 fevereiro de 2022

Romeu Sabino da Silva
CT CRC 1RS-071.263/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados | Itsource

Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020	2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.336	1.805	64
Contas a receber	9	983	820	4.964
Impostos a recuperar	10	186	826	1.449
Outros ativos		697	345	1.188
Total do ativo circulante		5.202	3.796	7.666
Ativo não circulante				
Tributos diferidos	20	244	801	574
Impostos a recuperar LP	10	467	486	86
Contas a receber LP	9	82	130	-
Partes relacionadas	17	-	745	721
Imobilizado	11	170	32	32
Intangível	12	6.026	3.902	2.312
Total do ativo não circulante		6.989	6.096	3.725
Total ativo		12.191	9.893	11.391

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020	2019
Passivo circulante				
Fornecedores	13	1.069	48	589
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	690
Obrigações sociais e trabalhistas	15	2.869	1.897	1.450
Obrigações tributárias	16	918	366	437
Provisão para contingências	18	126	30	-
Partes relacionadas PC	17	-	-	125
Outras contas a pagar	-	25	253	356
Total do passivo circulante		5.006	2.594	3.647
Patrimonio líquido	19			
Capital social		7.086	7.086	7.086
Reserva de lucros		99	213	658
Total do patrimônio líquido		7.185	7.299	7.744
Total do passivo e patrimônio líquido		12.191	9.893	11.391

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020	2019
Receita líquida	21	36.967	17.381	17.973
Custo do serviço prestado	22	(25.926)	(9.366)	(12.510)
Lucro bruto		11.041	8.015	5.463
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	22	(2.581)	(2.146)	(2.260)
Gerais e administrativas	22	(3.105)	(5.292)	(2.646)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	22	(124)	(177)	(57)
		(5.810)	(7.615)	(4.963)
Lucro antes do resultado financeiro		5.231	400	500
Receita financeira		155	128	199
Despesa financeira		(52)	(84)	(537)
Resultado financeiro líquido	23	103	44	(338)
Lucro antes do imposto de renda		5.334	444	162
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(1.275)	(427)	(246)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	(557)	227	256
Lucro do exercício		3.502	244	172

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Lucro do exercício	3.502	244	172
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	3.502	244	172

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	900	487	1.387
Integralização de capital social	6.186	-	6.186
Lucro líquido do exercício	-	172	172
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.086	659	7.745
Lucro líquido do exercício	-	244	244
Lucros distribuídos	-	(688)	(688)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.086	215	7.301
Lucro líquido do exercício	-	3.502	3.502
Lucros distribuídos	-	(3.615)	(3.615)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.086	102	7.188

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020	2019
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		3.502	244	172
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	11 e 12	1.191	2.818	6
Baixa liquida e ajustes do imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	20	557	(227)	(256)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	20	1275	(427)	(246)
Provisão para contingências	18	96	30	-
Despesa de juros			-	70
		3.119	2.194	(426)
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	9	(115)	747	(794)
Impostos a recuperar	10	659	223	(386)
Outros ativos	-	(352)	843	262
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	13	1.021	(541)	79
Obrigações sociais e trabalhistas	15	972	447	(1.390)
Obrigações tributárias	16	(723)	357	531
Outras contas a pagar		(229)	(104)	3.127
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		7.854	4.410	1.175
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	11	(156)	(8)	-
Aquisição em intangível	12	(3.297)	(1.134)	(1.270)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(3.453)	(1.142)	(1.270)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	14	-	-	2.000
Pagamento de empréstimo	14	-	(690)	(1.380)
Partes relacionadas	17	745	(149)	(899)
Reserva de lucro (distribuição de lucro)	19	(3.615)	(688)	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos		(2.870)	(1.527)	(279)
Aumento (redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa		1.531	1.741	(375)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		1.805	64	439
No final do exercício		3.336	1.805	64
Aumento (redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa		1.531	1.741	(375)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	41.149	19.401	20.039
Outras receitas	1	782	7
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	-	-	-
	41.150	20.183	20.046
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(11.519)	(106)	(882)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.860)	(2.107)	(2.598)
Perda / Recuperação de valores ativos	(96)	(863)	(56)
Outras	-	(6)	-
Valor adicionado bruto	27.675	17.101	16.510
Depreciação e amortização	(1.191)	(2.986)	(61)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	26.484	14.115	16.449
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	155	128	199
Valor adicionado total a distribuir	26.639	14.243	16.648
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	13.704	9.193	10.274
Benefícios	1.087	990	1.632
F.G.T.S.	1.132	872	1.254
	15.923	11.055	13.160
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	6.306	2.359	2.332
Municipais	829	411	441
	7.135	2.770	2.773
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	51	78	537
	51	78	537
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-
Dividendos	-	-	-
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	3.501	244	172
	3.501	244	172
	26.610	14.146	16.639

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda. (Empresa) é uma sociedade limitada, com matriz localizada na Avenida Severo Dullius nº 410, Bairro Anchieta em Porto Alegre – RS. A Empresa tem como objeto: **(a)** prestação e o desenvolvimento de serviços e soluções em Tecnologia da Informação e quaisquer serviços correlatos **(b)** análise e desenvolvimento de sistemas **(c)** programação processamento de dados e congêneres **(d)** disponibilização de serviços de computação em nuvem mediante subscrição **(e)** serviços de data center **(f)** elaboração de programas de computador **(g)** licenciamento e/ou cessão de direitos de uso de programas de computador **(h)** processamento de dados e congêneres **(i)** assessoria e consultoria em informática **(j)** suporte técnico em informática **(k)** planejamento confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas impor- tação e exportação de tais serviços, e atividades correlatas **(l)** podendo participar de outras sociedades empresárias, como quotistas ou acionistas **(m)** prestação de serviços de inteligência de vendas e relacionamento, consultoria tratamento de dados, soluções tecnológicas, mídia e marketing digital.

1.2. Impactos da Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou como pandemia em escala mundial o surto do Coronavírus (Covid-19). A Sociedade avaliou os potenciais impactos do Covid-19 nas áreas administrativas e operacionais, tomando algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos, incluindo:

i) Os planos de contingências frente à Covid-19 foram implementados com brevidade pela Administração da Sociedade e contemplam até os dias atuais os cuidados recomendados com a saúde de seus colaboradores, implementação de trabalho remoto desde o primeiro momento da pandemia.

A Administração está monitorando rigorosamente as mudanças não esperadas que deterioram o ambiente econômico e de negócios, e que possam afetar a capacidade da Empresa de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos.
Até o presente momento não tivemos impactos financeiros e econômicos negativos.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC`s)

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (*"IASB"), a Administração da Companhia utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 – reconhecimento de receita: se a receita de prestação de serviço é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;
- Nota Explicativa nº 12 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota Explicativa nº 18 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota Explicativa nº 9 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente a NBC TG 47 e NBC TG 47 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 47 06(R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 - Receitas, a NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada – isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob a NBC TG 30, a NBC TG 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

A NBC TG 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 48 Instrumentos Financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

ii) *Impairment* de ativos financeiros

A NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 06 (R3) Operações de arrendamento mercantil

Aplicado a partir de 1º de janeiro de 2019 para unificar o modelo de contabilização do arrendamento, a NBC TG 06 (R3) exige para todos os contratos de arrendamento no escopo da norma (exceto aqueles enquadrados nas isenções) que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. No estudo realizado pela Empresa não foi identificado efeito contrato de arrendamentos em suas operações.

Outras normas e deliberações adotadas pela Empresa

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos NBC TG 38, NBC TG 40 (R1) e NBC TG 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - NBC TG, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos NBC TG 38, NBC TG 40 (R1) e NBC TG 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas da NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8

Emendas da NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e da NBC TG 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações financeiras.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Títulos de dívida e patrimoniais a VJORA são mensurados pelo valor justo;

7. Políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento.

b) Contas a receber de clientes

Registradas de acordo com os valores contratuais, acrescidos de atualização monetária e juros incorridos, quando aplicável, em conformidade com suas respectivas cláusulas de reajuste, líquidos de potenciais distratos e de ajuste a valor presente.

c) Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos aos empregados e administradores da Empresa incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e remunerações variáveis conforme critério da Administração.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

A Empresa não mantém planos de previdência privada ou plano de aposentadoria, nem plano de remuneração baseada em ações.

d) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando da obrigação de desempenho cumprida que ocorre em momento específico do tempo.

Tipos de serviços	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance	Cumprimento da obrigação de performance
Prestação e o desenvolvimento de serviços e soluções em Tecnologia da Informação	Mensal	Horas executadas com aceite do cliente

e) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com a NBC TG 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2021	2020	2019
Móveis e Utensílios	10 anos	10 anos	10 anos
Computadores e Periféricos	05 anos	05 anos	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Ativos intangíveis

i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Empresa tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2021	2020	2019
Carteira de Clientes	Até 6 meses	Até 6 meses	-
Projetos	5 anos	5 anos	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Capital social

i) Cotas

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de cotas e opções de cotas são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme a NBC TG 32.

ii) Recompra e reemissão de cotas (cotas em tesouraria)

Quando cotas reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As cotas recompradas são classificadas como cotas em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as cotas em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos adiante, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a cotas como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro não tem perspectiva de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

iii) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Empresa reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

l) Arrendamentos

A Empresa aplicou a NBC TG 06(R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme a NBC TG 06(R1) e INBC TG 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme NBC TG 06(R1) e INBC TG 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento na NBC TG 06(R3).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O Preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Empresa determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

ii) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

A Empresa não possui operações de arrendamento.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

n) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações aa NBC TG 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas aa NBC TG 26/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020	2019
Bancos	1.413	-	18
Aplicações	1.924	1.805	46
Total	**3.336**	**1.805**	**64**

(a) Referem-se a aplicações financeiras, referenciadas pela taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), com a remuneração média anual de 99,3000% em 31/12/2019, 31/12/2020 e 31/12/2021, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

9. Contas a receber

	2021	2020	2019
Clientes nacionais	1.110	950	4.973
Total de contas a receber	**1.110**	**950**	**4.973**
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(46)	-	(9)
Saldo líquido de contas a receber	**1.064**	**950**	**4.964**

Composição das contas a receber por período/dia de vencimento (Nacionais) em 31 de dezembro de 2021,.2020 e 2019:

Clientes	**2021**	**2020**	**2019**
A vencer	**774**	**677**	**281**
01 - 30 dias	138	143	86
31 - 60 dias	71	-	-
61 - 90 dias	-	-	6
91 - 120 dias	-	-	2
121 - 150 dias	-	-	1
151 - 180 dias	-	-	3
181 - 365 dias	-	-	1.931
Acima de 365 dias	127	130	2.663
Ativo circulante	983	820	4.973
Ativo não circulante	127	130	-
Total	**1.110**	**950**	**4.973**

Movimentação da PECLD:

	Saldo
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**-**
Adições	**9**
Reversões	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**9**
Adições	**-**
Reversões	**(9)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**
Adições	**46**
Reversões	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**46**

10. Impostos a recuperar

	2021	2020	2019
IRPJ a recuperar	42	266	497
CSLL a recuperar	121	484	544
ISSQN a recuperar	467	451	404
Outros	23	111	91
Ativo Circulante	186	826	1.449
Ativo Não Circulante	467	486	86
Total	**653**	**1.312**	**1.535**

11. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

	Computadores e Periféricos 20% a.a.	Móveis e utensílios 10% a.a.	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2019	**20**	**30**	**50**
Em 31 de dezembro de 2019	20	30	**50**
Adições	7	-	**7**
Em 31 de dezembro de 2020	**27**	**30**	**57**
Adições	156	-	**156**
Em 31 de dezembro de 2021	**183**	**30**	**213**
Em 1º de janeiro de 2019	**7**	**5**	**12**
Depreciação	3	3	**6**
Em 31 de dezembro de 2019	**10**	**8**	**18**
Depreciação	4	3	**7**
Em 31 de dezembro de 2020	**14**	**11**	**25**
Depreciação	15	3	**18**
Em 31 de dezembro de 2021	**29**	**14**	**43**
Valor contábil líquido			
Em 1º de janeiro de 2019	23	15	**38**
Em 31 de dezembro de 2019	20	12	**32**
Em 31 de dezembro de 2020	15	17	**32**
Em 31 de dezembro de 2021	154	16	**170**

12. Intangível

a) Conciliação do valor contábil

	Carteira de Clientes	Marcas e patentes	Projetos	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**6**	**2.136**	**2.142**
Adições	-	-	170	**1.70**
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**6**	**2.306**	**2.312**
Adições	3.267	16	1.118	**4.401**
Em 31 de dezembro de 2020	**3.267**	**22**	**3.424**	**6.713**
Adições		116	3.181	**3.297**
Em 31 de dezembro de 2021	**3.267**	**138**	**6.605**	**10.010**
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**-**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	-	**-**
Amortização	2.776	-	35	**2.811**
Em 31 de dezembro de 2020	**2.776**	**-**	**35**	**2.811**
Amortização	491	-	682	**1.173**
Em 31 de dezembro de 2021	**3.267**	**-**	**717**	**3.984**
Valor contábil líquido				
Em 1º de janeiro de 2019	-	6	2.136	**2.142**
Em 31 de dezembro de 2019	-	6	2.306	**2.312**
Em 31 de dezembro de 2020	491	22	3.389	**3.902**
Em 31 de dezembro de 2021	-	138	5.888	**6.026**

a) Refere-se aos gastos com desenvolvimento interno vinculados a inovações dos produtos existentes, os quais foram registrados como ativos intangíveis por atenderem os critérios especificados na NBC TG 04 (R1). Tendo o prazo médio de amortização de 05 anos; e

b) Refere-se a carteira de clientes adquirida por parte relacionada, com característica de ativo intangível, uma vez que se faz necessário manter os esforços para manter, criar relacionamento e fidelizar o cliente, assim como forneciam evidências que esse relacionamento com cliente é separável podendo ser definido como ativo intangível de acordo com a NBC TG 04 (R1). Tendo prazo médio de amortização de até 6 meses

13. Fornecedores

	2021	2020	2019
Fornecedores nacionais de tecnologia	1.069	48	589
Total		**48**	**589**

14. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020	2019
Empréstimos bancários com garantia	-	-	690
Total	**-**	**-**	**690**
Circulante	-	-	690
Não circulante	**-**	**-**	**-**

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Tipo	Moeda	Taxa de juros a.m.	Vencimento	2021	2020	2019
Capital de Giro	R$	0,65%	31/01/2020	-	-	345
Capital de Giro	R$	0,65%	31/03/2020	-	-	345
Total				**-**	**-**	**690**

Os empréstimos bancários da Empresa existente em 2019 estão garantidos com aval do acionista, no valor de R$ 2.000

b) Convenentes

Não há *covenants* relacionados as operações de empréstimos e financiamento contratadas pela Empresa.

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Saldo
Saldo em 1ºde janeiro de 2019	**-**
Captação	2.000
Juros incorridos	70
Pagamento do principal	(1.333)
Pagamento de juros	(47)
Custo de emissão	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**690**
Captação	-
Juros incorridos	23
Juros capitalizados	-
Pagamento do principal	(667)
Pagamento de juros	(23)
Custo de emissão	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**
Captação	-
Juros incorridos	-
Juros capitalizados	-
Pagamento do principal	-
Pagamento de juros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020	2019
Salários a pagar	663	482	358
Provisão de férias, INSS e FGTS	1.531	1.199	819
INSS a recolher	170	111	89
FGTS a recolher	128	69	71
Outras	377	36	113
Total	**2.869**	**1.897**	**1.450**

16. Obrigações tributárias

	2021	2020	2019
Cofins a recolher	55	32	30
PIS a recolher	12	7	7
IRPJ	401	104	177
CSLL	119	19	66
INSS s/ faturamento	225	136	101
ISSQN a recolher	100	61	47
Outros a recolher	5	7	9
Total	**917**	**366**	**437**

17. Partes relacionadas

a) Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2021	2020	2019
Benefícios de curto prazo	199	291	418
Total		**291**	**418**

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Empresa inclui salários, benefícios não monetários e contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego.

b) Outras operações com partes relacionadas

Transação	Saldo em aberto em 2021	2020	2019
Partes relacionadas pessoas físicas	-	745	721
Ativo circulante	-	-	-
Ativo não circulante	-	745	721
Total	**-**	**745**	**721**
Partes relacionadas pessoa jurídica	-	-	125
Passivo circulante	-	-	125
Total	**-**	**-**	**125**
Custo partes relacionadas	6.338	-	-
Total	**6.338**	**-**	**-**

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas. Os empréstimos com pessoas jurídicas sofrem incidência de juros de 1% a.m.

Em 2020 a Empresa cedeu créditos de cliente no montante de R$ 4.348 para empresa parte relacionada, com deságio no valor de R$ 645. Como forma de recebimento, amortizou o saldo a pagar em aberto e recebeu carteira de clientes registrado no ativo intangível no montante de R$ 3.267.

No exercício de 2021 a Empresa obteve custos repassados por parte relacionada, em decorrência do processo de migração de contratos de prestação de serviços como citado no parágrafo acima. Houve a migração de três dos quatro contratos com fornecedores da Empresa que está em negociação para que até o final de 2022 essa questão seja finalizada.

A Empresa celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

18. Provisões para contingências

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações.

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais, constituiu provisão no montante de R$ 30.

Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos da Empresa classificados com risco de perda possível, no montante de R$ 2.521 (R$ 2.208 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização.

Movimentação:

	Trabalhista	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**
Provisão	30	**30**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**30**	**30**
Provisão	126	**126**
Reversão	30	**30**
Pagamento	-	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**126**	**126**

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 7.086 em 31 de dezembro de 2020, e, em 31 de dezembro de 2019, representado, respectivamente, por 7.086 cotas, assim distribuídas:

	2021		2020		2019	
	cotas	%	cotas	%	cotas	%
Proc Participações e Investimentos Ltda.	-	-	-	-	858	12,10%
Reges Antônio Bronzatti	50	0,71%	250	0,47%	33	0,47%
Luciano Rodrigo Rocha	2	0,03%	9	0,13%	9	0,13%
Processor Sol. Tecnologia Para Negócios Ltda	-	-	-	-	6.186	87,30%
César Balarine Cavalheiro Leite	1.365	19,26%	6.827	99,39%	-	-
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A.	5.669	80,00%	-	-	-	
Ana Cristina Pochmann Mairesse	-	-	-	0,01%	-	-
Total de cotas em circulação	**7.086**	**100,00%**	**7.086**	**100,00%**	**7.086**	**100,00%**

b) Distribuição de Lucros

O lucro líquido apurado terá a destinação que vier a ser deliberada pelos sócios, podendo a maioria deliberar a distribuição desproporcional à participação de cada cotista no capital social bem como a distribuição de lucros.

c) Lucro (prejuízo) por cotas

A Empresa não possui dívida conversível em cotas nem opções de compra de cotas concedidas, por isso, não calculou o lucro (prejuízo) por cota diluído. Apresentamos a seguir o cálculo do lucro (prejuízo) por cota básico:

	2021	2020	2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	3.502	244	172
Denominador			
Média ponderada de cotas - básica	7.086	7.086	7.086
Lucro básico por cota em (R$)	**0,4942**	**0,0344**	**0,0242**

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos tributos diferidos

A base para constituição é a seguinte:

	2021	2020	2019
Ativo			
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	718	2.356	1.687
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Total	**244**	**801**	**574**

b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A sociedade fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhecer créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente.

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	2021	2020	2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	5.242	444	162
Adições/exclusões permanentes	92	145	(132)
Base de cálculo	5.334	588	29
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.832	200	10
Corrente	(1.275)	(427)	(246)
Diferido	(557)	227	256

21. Receita

Fluxos de receitas

Adiante apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020	2019
Vendas brutas com serviços	41.149	19.401	20.039
Impostos sobre vendas	(4.181)	(1.990)	(2.066)
Devoluções e cancelamentos		(30)	-
Total	**36.968**	**17.381**	**17.973**

22. Custos e despesas por natureza

	2021	2020	2019
Depreciação e outras	1.191	2.986	61
Custos diretos	11.519	76	882
Salários e Encargos	17.042	11.635	13.874
Prestação de serviços	1.815	1.982	2.354
Despesas com viagens e deslocamentos	45	125	244
Outras despesas	124	177	57
Total	**31.736**	**16.981**	**17.473**
Custo do serviço prestado	25.926	9.366	12.510
Despesas comerciais	2.581	2.146	2.260
Gerais e administrativas	3.105	5.292	2.646
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	124	177	57
Total	**31.736**	**16.981**	**17.473**

23. Resultado financeiro

	2021	2020	2019
Receita financeira			
Juros recebidos	127	125	199
Juros com aplicações financeiras	28	3	-
Total da receita financeira	**155**	**128**	**199**
Despesa financeira			
Juros mora tributo	-	(6)	-
Juros bancários sobre empréstimos	(51)	(63)	(536)
Outras	(2)	(15)	(1)
Total da despesa financeira	**(53)**	**(84)**	**(537)**
Resultado financeiro	**102**	**44**	**(338)**

24. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.
Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Empresa não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021,2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa		1.413	1.413
Aplicações Financeiras	1.924		1.924
Contas a receber		1.065	1.065
Total	**1.924**	**2.478**	**4.402**
Passivos			
Fornecedores		1.069	1.069
Outras contas a pagar		25	25
Total		**1.094**	**1.094**

Instrumentos financeiros	2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.805	-	1.805
Contas a receber	-	950	950
Total	**1.805**	**950**	**2.755**
Passivos			
Fornecedores	-	48	48
Outras contas a pagar	-	69	69
Total	**-**	**117**	**117**

Instrumentos financeiros	2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	-	18	18
Aplicações financeiras	46	-	46
Contas a receber	-	4.964	4.964
Total	**46**	**4.982**	**5.028**
Passivos			
Fornecedores	-	589	589
Empréstimos e financiamentos	-	690	690
Outras contas a pagar	-	62	62
Total	**-**	**1.341**	**1.341**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.413	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.924	-	-
Contas a receber	1.065	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-
Total	**4.402**	-	-
Passivos			
Fornecedores	1.069	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Outras contas a pagar	25	-	-
Total	**1.094**	-	-

Instrumentos financeiros	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.805	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	950	-	-
Contas a receber	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-
Total	**2.755**	-	-
Passivos			
Fornecedores	48	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Outras contas a pagar	69	-	-
Total	**117**	-	-

Instrumentos financeiros	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	64	-	-
Contas a receber	4.964	-	-
Total	**5.028**	**-**	**-**
Passivos			
Fornecedores	589	-	-
Empréstimos e financiamentos	690	-	-
Outras contas a pagar	62	-	-
Total	**1.341**	**-**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

i) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda. A Empresa está exposta principalmente a risco de crédito referente a caixa e equivalentes a caixa e às contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

- Caixa e equivalentes de caixa: a Empresa adota métodos que restringem os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira, e leva em consideração limites monetários e classificações de crédito das instituições financeiras com as quais opera, as quais são periodicamente atualizadas; e
- Contas a receber de clientes: O risco de crédito da Empresa é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis e serviços uma vez que possui política de análise de crédito e cobrança rigorosa e eficaz.

ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa e não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função da realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa é efetuado diariamente pela área de gestão da Empresa de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Análise de sensibilidade

A Empresa efetua análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros.

Segue adiante o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Empresa, que descreve os riscos que pode gerar variações materiais.

Operação	Saldo 2021	Cenário Razoavelmente possível
Aplicação Financeira (CDI)	1.924	9,15%

Fonte: CDI: B3 Brasil Bolsa Balcão

iii) Risco de mercado

O risco da taxa de juros da Empresa decorre de excedente de caixa investido em papéis.

25. Seguros

Não foi escopo da auditoria das demonstrações contábeis a análise sobre a suficiência ou não de eventuais seguros contratados. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Empresa não possuía seguros contratados.

26. Transações que não afetaram o caixa

A Empresa teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

No ano de 2019 houve a integralização de Capital Social no montante de R$ 6.186, com capitalização de obrigações futuras com partes relacionadas.

Em 2020 a Empresa cedeu créditos de cliente no montante de R$ 4.348 para empresa parte relacionada, com deságio a valor de mercado. Como forma de recebimento, amortizou o saldo a pagar em aberto e recebeu carteira de clientes registrado no ativo intangível no montante de R$ 3.267.

27. Eventos subsequentes

Continuidade dos Negócios

Ao longo das demonstrações contábeis estão apresentadas as medidas tomadas frente aos impactos da Covid-19. Estas decisões se mostraram acertadas, pois preservaram os colaboradores, clientes e fornecedores. A Empresa chegou ao final deste exercício com a retomada gradual de suas operações, observando um fluxo crescente de clientes em lojas e os negócios digitais em importante evolução.
A Empresa vem permanentemente monitorando o cenário e mantém um plano de ajuste dinâmico, adaptável conforme a evolução do cenário econômico e oportunidades internas.

* * *

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Quotistas da
A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. (Empresa), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Reconhecimento de receita (Nota Explicativa nº 7 item “d” e nº 25)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25, em 31 de dezembro de 2021, 2019 e 2019 a Empresa reconheceu receitas nos montantes de R$ 63.133 mil, R$ 68.191 mil e R$ 54.996 mil, respectivamente, provenientes da prestação de serviços de instalações, gerenciamento de projetos, manutenção, licenças, consultoria, serviços de outsourcing, técnico residente, desenvolvimento e bloqueio inteligente. Tais receitas são reconhecidas quando da prestação do serviço, como implementação dos softwares e licenças, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas dependem da determinação de controles manuais para a identificação e mensuração do cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados com a iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Empresa satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações performance, preço, prazo, limites de crédito, entre outras;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação dos serviços;
- efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto à determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- testamos a integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list)* por meio de confirmações recebidas e documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.); e
- avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Empresa para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações dos valores adicionados (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020	2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.769	4.706	3.861
Aplicações financeiras	9	1.411	572	1.291
Contas a receber	10	15.148	16.986	13.144
Estoque	11	1.525	1.686	1.804
Impostos a recuperar	12	2.873	1.523	2.278
Adiantamentos		1.262	329	977
Partes relacionadas	22	7.471	1	2.904
Outros créditos		90	56	8
Total do ativo circulante		32.549	25.859	26.267
Ativo não circulante				
Imobilizado	13	1.931	2.316	1.790
Intangível	14	4.163	1.674	1.163
Total do ativo não circulante		6.094	3.990	2.953
Total ativo		38.643	29.849	29.220

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2021	2020	2019
Passivo circulante				
Fornecedores	16	5.218	5.293	5.539
Empréstimos e financiamentos	15	2.427	1.624	8.378
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.545	1.648	1.347
Obrigações tributárias	17	4.510	3.950	2.338
Adiantamento de clientes	19	4.996	3.834	5.174
Passivo de arrendamentos		242	200	153
Total do passivo circulante		18.938	16.549	22.929
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	411	1.149	856
Passivo de arrendamentos	21	222	887	187
Obrigações tributárias	17	250	311	301
Adiantamento de clientes	19	1.078	68	-
JCP a pagar		826	167	-
Partes relacionadas	22	-	77	77
Total do passivo não circulante		2.787	2.659	1.421
Patrimonio líquido				
Capital social	24	700	700	700
Reserva legal	24	140	140	283
Reserva de lucros	24	16.078	9.801	3.887
Total do patrimônio líquido		16.918	10.641	4.870
Total do passivo e patrimônio líquido		38.643	29.849	29.220

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020	2019
Receita líquida	25	58.666	62.704	50.643
Custo do serviço prestado	26	(39.390)	(39.069)	(33.576)
Lucro bruto		19.276	23.635	17.067
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	26	(136)	(155)	(351)
Despesa com pessoal	26	(3.663)	(3.018)	(3.826)
Gerais e administrativas	26	(6.113)	(4.315)	(4.486)
Outras (despesas) / (Receitas) operacionais líquidas	26	(55)	152	(99)
		(9.967)	(7.336)	(8.762)
Lucro antes do resultado financeiro		9.309	16.299	8.305
Receita financeira	-	41	547	373
Despesa financeira	-	(1.778)	(1.399)	(1.581)
Resultado financeiro líquido	27	(1.737)	(852)	(1.208)
Lucro antes do imposto de renda		7.572	15.447	7.097
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.295)	(3.782)	(1.690)
Lucro líquido do exercício		6.277	11.665	5.407

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	6.277	11.665	5.407
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.277	11.665	5.407

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros / (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	396	283	-	(1.520)	(841)
	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.407	5.407
Integralização de capital social	304	-	-	-	304
Transferência para reserva de lucros	-	-	3.887	(3.887)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	700	283	3.887	-	4.870
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.665	11.665
Reversão de reserva legal	-	(143)	143	-	-
Distribuição de lucro	-	-	-	(5.894)	(5.894)
Transferência para reserva de lucros	-	-	5.771	(5.771)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	700	140	9.801	-	10.641
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.277	6.277
Transferência para reserva de lucros	-	-	6.277	(6.277)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	700	140	16.078	-	16.918

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	6.277	11.665	5.407
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	942	721	421
Despesa de juros	355	720	274
Variação cambial	-	347	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Aplicações financeiras	(839)	719	(1.291)
Contas a receber	1.838	(3.842)	(7.777)
Adiantamento	(967)	600	(571)
Impostos e contribuições a recuperar	(1.350)	755	(2.009)
Estoques	161	118	(717)
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	(75)	(246)	817
Obrigações trabalhistas	(103)	301	(478)
Obrigações tributárias	1.364	2.961	1.801
Receita diferida	2.172	(1.272)	4.036
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(58)	(57)	(53)
Outras passivos	659	167	(101)
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	(865)	(1.339)	(1.098)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	9.511	12.318	(1.339)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.353)	(742)	(2.161)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(3.353)	(742)	(2.161)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	4.415	3.113	13.013
Pagamento de empréstimo	(4.351)	(9.575)	(7.631)
Pagamento de arrendamentos IFRS 16	(316)	(269)	(276)
Pagamento de juros sobre arrendamentos IFRS 16	(296)	(1.009)	(221)
Partes relacionadas	(7.547)	2.903	(2.827)
Aumento de capital social	-	-	304
Distribuição de lucro	-	(5.894)	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	(8.095)	(10.731)	2.362
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.937)	845	(1.138)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4.706	3.861	4.999
No final do exercício	2.769	4.706	3.861
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.937)	845	(1.138)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020	2019
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	63.132	67.972	54.965
Outras receitas	-	39	3	39
		63.171	67.975	55.004
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	(39.466)	(39.049)	(33.612)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(5.424)	(3.712)	(4.655)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	(93)	149	(138)
Valor adicionado bruto		18.188	25.363	16.599
Depreciação e amortização	26	(942)	(980)	(430)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		17.246	24.383	16.169
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	27	41	547	373
Valor adicionado total a distribuir		17.287	24.930	16.542
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	-	1.665	1.310	1.629
Benefícios	-	1.385	1.221	1.280
INSS / F.G.T.S.	-	614	487	918
		3.664	3.018	3.827
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	-	3.806	6.937	4.403
Estaduais	-	290	740	292
Municipais	-	1.665	1.372	1.316
		5.761	9.049	6.011
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	-	613	1.001	1.297
		613	1.001	1.297
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre o capital próprio	-	972	197	-
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	-	6.277	11.665	5.407
		7.249	11.862	5.407
		17.287	24.930	16.542

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda ("A5 Solutions" ou "Empresa") é uma sociedade constituída na forma de sociedade empresária limitada, domiciliada no Brasil, situada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.460, 9º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo. Tem como seu objeto social as seguintes atividades: **a)** prestação de serviços de locação e venda de equipamentos de telecomunicação; **b)** comércio de produtos de informática; **c)** intermediação de vendas de produtos de informática e telecomunicações; **d)** prestação de serviços na área de informática e telecomunicações; **e)** desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; **f)** desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; **f)** desenvolvimento e licença de programas de computador customizáveis e não-customizáveis; **g)** consultoria em tecnologia da informação; **h)** suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

A Empresa possui uma filial localizada no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, situada na Rua Marques de Abranges, nº 170, sala 405 e 406, no bairro do Flamengo, a qual opera as mesmas atividades desenvolvidas pela Empresa em sua sede social.

Covid-19

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (Covid-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta global de pandemia do novo Coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

Diante deste cenário, a A5 Solutions analisou os impactos advindos da pandemia de Covid-19 e vem adotando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade normal de suas operações.

Apesar da intensidade da crise deflagrada pela Covid-19 na saúde pública e economia mundial, a mudança de hábito da população, decorrente principalmente da necessidade de isolamento social, mudanças no modelo de trabalho (ampla utilização do *home office*) e redução das atividades de lazer, levaram a população brasileira à uma nova realidade, na qual a tecnologia se tornou uma grande aliada das empresas e famílias.

Com base no exposto anteriormente, a A5 Solutions entende que os impactos em suas demonstrações contábeis e desempenho operacional e financeiro não foram afetados durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. As reservas de caixa, o baixo endividamento e o crescimento observado na receita líquida nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 reforçam a capacidade de a Empresa manter os investimentos necessários à continuidade de suas operações.

A companhia monitora com atenção a evolução da pandemia com a finalidade de minimizar os impactos da Covid-19 em suas operações.

2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas brasileiras de contabilidade (NBC TG), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 25 – reconhecimento de receita: se a receita dos serviços prestados é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- Nota Explicativa nº 14 – reconhecimento do ativo intangível (NBC TG 04 (R3): Diante do constante desenvolvimento e aprimoramento do software (plataforma) utilizado pela A5 Solutions, apenas os gastos integralmente identificados e controlados para desenvolvimento e evolução da plataforma são ativados, em decorrência de sua geração de benefícios futuros; e

- Nota Explicativa nº 21 – Prazo do arrendamento: a A5 Solutions determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 25 – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;
- Nota Explicativa nº 14 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação ao prazo de amortização do desenvolvimento de softwares;
- Nota Explicativa nº 23 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente a NBC TG 47 e a NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 Receita de contrato com cliente

O NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o NBC TG 30 - Receitas, o NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa adotou o NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

NBC TG 48 Instrumentos Financeiros

O NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o NBC TG 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O NBC TG 48 eliminou as categorias antigas do NBC TG 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o NBC TG 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes no NBC TG 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

O NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no NBC TG 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 06 (R3) Operações de arrendamento mercantil

A Empresa adotou o NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados adiante.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na Nota Explicativa nº 21.

Na transição para o NBC TG 06 (R3), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou o NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o NBC TG

06(R3) NBC TG 06(R2) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Empresa arrenda basicamente imóveis. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com o NBC TG 06 (R3), a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Empresa optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme NBC TG 06(R3)

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06(R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 13). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06(R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Empresa reconheceu ativos de direito de uso dos imóveis, e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido a seguir.

	01/01/2019
Ativos de direito de uso - Nota Explicativa nº 12	616
Passivo de arrendamento - circulante - Nota Explicativa nº 20	299
Passivo de arrendamento - não circulante - Nota Explicativa nº 20	317

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Empresa descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo a partir de 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 11,0%.

d) Outras normas e deliberações adotadas pela Empresa

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos NBC TG 38, NBC TG 40 (R2) e NBC TG 48, emitidos pelas Normas Brasileiras de contabilidade – NBC TG, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos NBC TG 38, NBC TG 40 (R2) e NBC TG 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 07 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da Covid-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8

Emendas do NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e do NBC TG 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7. Políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

A Empresa efetuou a adoção da NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018. A norma trouxe os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: **(1)** identificação dos contratos com os clientes; **(2)** identificação das obrigações e efetiva realização da prestação de serviços; **(3)** determinação do preço da transação; **(4)** alocação do preço da transação à efetiva prestação de serviços objeto do contrato firmado entre as partes e **(5)** reconhecimento da receita no correto período de competência, ou seja, execução efetiva dos serviços contratados. A nova norma substituiu a NBC TG 17 – Contratos de Construção, a NBC TG 30 – Receitas e correspondentes interpretações.

A Empresa adotou a nova norma na data de vigência requerida, de forma prospectiva, pois avaliou os impactos detalhados dos aspectos referentes à mensuração e divulgação das obrigações de performance e contrapartida esperada na prestação do serviço com foco na área financeira e empresarial, bem como efetuou análise de determinadas obrigações contratuais estabelecidas no momento da contratação dos referidos serviços, cujos efeitos da avaliação dos impactos de adoção a NBC TG 47/IFRS 15 não foram significativos para as demonstrações contábeis da Empresa.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Empresa. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 25.

Identificação do contrato com o cliente

Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Empresa e os usuários contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela adiante fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance	Cumprimento da obrigação de performance
Instalações	São contemplados por serviços de instalação de rack e *stack*. Também são oferecidos serviços de configuração básica de servidores, *appliances* de hardwares, telefones e instalações/configurações de sistemas operacionais	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
Gerenciamento de projetos	Descritivo: São oferecidos serviços de gestão de projetos, através de ações de planejamento e controle, criação de matriz de entregáveis e de responsabilidades, definição e execução do plano de comunicação, confecção do cronograma de entregas e acompanhamento da execução das atividades, controle de mudanças e mapeamento e notificações de riscos.	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
Manutenção recorrente	São oferecidos suporte a utilização de sistemas, avaliação de ocorrência de falhas, gestão de incidentes, escalonamento de chamados	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pelo método linear, conforme a obrigação de performance é cumprida.
Manutenção	São oferecidos suporte a utilização de sistemas, avaliação de ocorrência de falhas, gestão de incidentes, escalonamento de chamados	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
Licença na plataforma Zenia	São oferecidos serviços de voz sobre IP (“VOIP”) e demais funcionalidades do sistema	A receita é reconhecida após a disponibilização da licença, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
Licença na plataforma Ingenium	São oferecidos serviços de Omnichannel. Serviço de gerenciamento de múltiplos contatos feitos pelos clientes em vários canais	A receita é reconhecida após a disponibilização da licença, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
A5 monitor:	São oferecidos serviços de monitoramento de gravação comercializada	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
Consultoria	Descritivo: São oferecidos serviços de proposição e acompanhamento de melhores práticas, através de processos ou utilização de sistemas, realiza o levantamento de requisitos, mapeamento de atividades, análise de divergência, redefinição de processos, treinamento, capacitação, implementação de sistemas e metodologias de trabalho.	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance	Cumprimento da obrigação de performance
Serviços *outsourcing*	São oferecidas soluções em diversos softwares em formato de direito de uso, entre eles: Cloud Nice CxOne e Cloud Liveperson que são disponibilizados em nuvem. Também há o software Nexidia que é implementado em Data Center A5 e softwares de parceiros	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
Técnico residente	São oferecidos serviços de alocações de colaboradores nas dependências do cliente, para a realização de atividades técnicas básicas de configuração de sistemas e equipamentos, realização de checklist e rotinas operacionais, tratamento inicial de ocorrências e escalonamento de incidentes	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
Desenvolvimento:	São oferecidos serviço de desenvolvimentos de sistemas, aplicativos, portal dentro de projetos específicos, através de criação de código, utilizando ferramentas e linguagens de programação, bibliotecas, frameworks e entendimento de requisitos para a criação de funcionalidades	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
A5 bloqueio inteligente	São oferecidos serviços de controle de jornada de trabalho	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.

c) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Empresa não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Empresa reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram apurados através do regime de lucro presumido, cujo lucro tributável é obtido por alíquota presumida aplicada sobre a receita bruta, sendo que em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo regime do lucro real, através da aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R1) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Máquinas e equipamentos de informática	5 anos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos	10 anos
Benfeitorias em andamento	10 anos	10 anos	10 anos
Equipamentos de processamentos de dados	25 anos	25 anos	25 anos
Direito de uso	3 anos	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento (software)

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Empresa tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.
Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2021	2020	2019
Software	05 anos	05 anos	05 anos

Refere-se a softwares gerados internamente pela Empresa em processo de desenvolvimento contínuo de novas soluções e melhorias.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa deve designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito; e
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares (não há mais possibilidade de cobrança e expectativa de realização dos créditos). A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Caso existente, o ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Arrendamentos

A Empresa aplicou o NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o NBC TG 06(R2) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme NBC TG 06(R2) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no NBC TG 06 (R3).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

l) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa:

- 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1)/IAS 37);
- 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- 1º de janeiro de 2022 – Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4) /IAS 16);
- 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3);
- 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8);
- 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020	2019
Caixa geral	-	1	3
Bancos	1	1	-
Aplicações financeiras - CDBs **(i)**	1.702	1.801	2.127
Fundos multimercados **(ii)**	1.066	2.903	1.731
Total	**2.769**	**4.706**	**3.861**

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) cujo rendimento está atrelado à variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e possuem liquidez imediata. As aplicações estão em CDB-DI tiveram remuneração média para o ano de 2021 de 95% do CDI. (110% em 31 de dezembro de 2020 e 2019); e

(ii) Fundos multimercados com investimentos em ativos de diferentes mercados, tiveram remuneração média para o ano de 2021 de -9,51%. (22,61% em 31 de dezembro de 2020 e 38,16% em 31 de Dezembro de 2019)

9. Aplicações financeiras

São aplicações financeiras dados em garantia de empréstimos e financiamentos e por isso possuem restrição de liquidação financeira (caixa restrito).

	2021	2020	2019
CDB - Certificado de depósitos bancários**(i)**	1.024	572	291
Fundos Multimercados **(ii)**	387	-	1.000
Total	**1.411**	**572**	**1.291**

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) cujo rendimento está atrelado à variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e possuem liquidez imediata. As aplicações estão em CDB-DI tiveram remuneração média para o ano de 2021 de 95% do CDI. (110% em 31 de dezembro de 2020 e 2019); e

(ii) Fundos multimercados com investimentos em ativos de diferentes mercados, tiveram remuneração média para o ano de 2021 de – 9,51%. (22,61% em 31 de dezembro de 2020 e 38,16% em 31 de Dezembro de 2019)

10. Contas a receber

	2021	2020	2019
Clientes nacionais	14.587	15.518	13.056
Clientes estrangeiros	214	156	88
Clientes - partes relacionadas **(i)**	347	1.312	-
Total de contas a receber	**15.148**	**16.986**	**13.144**

(i) Saldos relacionados a prestação de serviços de planejamento, Coordenação, programação financeira e contábil, efetuados pela A5 em condições normais de mercado.

Composição das contas a receber por período/dia de vencimento (nacionais, estrangeiros e contratos) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Clientes	**2021**	**2020**	**2019**
A vencer	**8.802**	**10.674**	**6.431**
Vencidos			
01 - 30 dias	4.034	2.730	1.731
31 - 60 dias	805	694	1.095
61 - 90 dias	10	830	2.282
91 - 120 dias	10	74	104
121 - 150 dias	10	114	256
151 - 180 dias	47	232	258
181 - 365 dias	275	24	41
Acima de 365 dias	1.155	1.614	946
Total	**15.148**	**16.986**	**13.144**

Composição do movimento de PECLD das contas a receber por período/dia de vencimento (nacionais, estrangeiros e contratos) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

	2021	2020	2019
Saldo inicial	**-**	**-**	**142**
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	(142)
Saldo final	**-**	**-**	**-**

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Empresa não possuía recebíveis cedidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

11. Estoque

	2021	2020	2019
Estoque de produtos para revenda	1.525	1.686	1.804
Total	**1.525**	**1.686**	**1.804**

12. Impostos a recuperar

	2021	2020	2019
ICMS a recuperar	41	28	21
Pis e Cofins a recuperar	543	632	1.162
IRPJ e CSLL a recuperar	1.393	863	420
IRRF a recuperar	876	-	674
ISS a recuperar	-	-	1
Outros tributos a recuperar	20	-	-
Total	**2.873**	**1.523**	**2.278**

13. Imobilizado

	Benfeitorias em andamento	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis utensílios	Direito de uso	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**119**	**35**	**207**	**616**	**977**
Adições	23	292	948	-	-	**1.263**
Baixas	-	-	-	-	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2019	**23**	**411**	**983**	**207**	**616**	**2.240**
Adições	10	43	-	9	1.047	**1.109**
Baixas (Nota Explicativa nº 29)	-	-	-	-	(329)	**(329)**
Em 31 de dezembro de 2020	**33**	**454**	**983**	**216**	**1.334**	**3.020**
Adições	-	515	-	-	439	**954**
Baixas (Nota Explicativa nº 29)	-	-	-	-	(1.358)	**(1.358)**
Em 31 de dezembro de 2021	**33**	**969**	**983**	**216**	**415**	**2.616**
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2019	-	(31)	(2)	(20)	-	**(53)**
Depreciação	-	(43)	(75)	(21)	(258)	**(397)**
Baixas	-	-	-	-	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2019	-	(74)	(77)	(41)	(258)	**(450)**
Depreciação	(1)	(83)	(98)	(21)	(349)	**(552)**
Baixas (Nota Explicativa nº 29)	-	-	-	-	298	**298**
Em 31 de dezembro de 2020	(1)	(157)	(175)	(62)	(309)	**(704)**
Depreciação	(1)	(149)	(98)	(22)	(323)	**(593)**
Baixas (Nota Explicativa nº 29)	-	0	-	-	612	**612**
Em 31 de dezembro de 2021	(2)	(306)	(273)	(84)	(20)	**(685)**
Valor contábil líquido						
Em 31 de dezembro de 2019	**23**	**337**	**906**	**166**	**358**	**1.790**
Em 31 de dezembro de 2020	**32**	**297**	**808**	**154**	**1.025**	**2.316**
Em 31 de dezembro de 2021	**31**	**663**	**710**	**132**	**395**	**1.931**

O imobilizado inclui ativos de direito de uso relacionados a imóveis arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento.

14. Intangível

	Softwares	Total
Custo		
Em 1º de janeiro de 2019	**289**	**289**
Adições	898	**898**
Baixas	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2019	**1.187**	**1.187**
Adições	680	**680**
Baixas	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2020	**1.867**	**1.867**
Adições	2.838	**2.838**
Baixas	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2021	**4.705**	**4.705**
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**-**
Amortização	(24)	**(24)**
Baixas	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2019	**(24)**	**(24)**
Amortização	(169)	**(169)**
Baixas	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2020	**(193)**	**(193)**
Amortização	(349)	**(349)**
Baixas	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2021	**(542)**	**(542)**
Valor contábil líquido		
Em 31 de dezembro de 2019	**1.163**	**1.163**
Em 31 de dezembro de 2020	**1.674**	**1.674**
Em 31 de dezembro de 2021	**4.163**	**4.163**

A Empresa registra amortização de seus *softwares*, únicos ativos intangíveis amortizáveis, de acordo com o período determinado contratualmente pela “licença de uso”, quando adquirido de terceiros ou, pelo prazo de utilização estimado pela Empresa, para os softwares desenvolvidos internamente. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa média de amortização anual é de 20% (20% em 31 de dezembro de 2020 e 2019).

15. Empréstimos e financiamentos

					Saldo em 31/12/2018			Movimentação					Saldo em 31/12/2019		
Contrato	Modalidade	Taxa a.a	Estrutura da taxa	Venc	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
49427624-9	Capital de giro Itaú	19,07%	CDI + 14,89% a.a.	07/21	42	1.294	**1.336**	-	(444)	(200)	200	-	536	356	**892**
38243166-6	Capital de giro Itaú	11,35%	CDI + 7,17% a.a.	10/21	-	-	**-**	3.000	-	-	-	-	2.500	500	**3.000**
200518929243-8	Risco sacado		CDI + 11,65% a.a.	05/20	1.546	-	**1.546**	3.746	(2.965)	-	-	-	2.327	-	**2.327**
420901982	Capital de giro	17,46%	CDI + 13,28% a.a.		970	-	**970**	-	-	-	-	-	970	-	**970**
2907980	Safra	9,38%	CDI + 5,20% a.a.		-	-	**-**	1.001	-	-	-	-	1.001	-	**1.001**
	Conta negativa				-	-	**-**	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Itaú	Hot Money	19,83%	CDI + 14,93% a.a.	10/19	-	-	**-**	4.203	(4.203)	(18)	18	-	-	-	**-**
220066/221859	FINIMP	7,02%	CDI + 2,80% a.a.	05/20	-	-	**-**	833	-	-	-	-	833	-	**833**
53033897051	BNDES	16,17%	CDI + 14,00% a.a.	09/22	-	-	**-**	230	(19)	(3)	3	-	211	-	**211**
Total					**2.558**	**1.294**	**3.852**	**13.013**	**(7.631)**	**(221)**	**221**	**-**	**8.378**	**856**	**9.234**

					Saldo em 31/12/2019			Movimentação					Saldo em 31/12/2020		
Contrato	**Modalidade**	**Taxa a.a**	**Estrutura da taxa**	**Venc**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Variação cambial**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
49427624-9	Capital de giro Itaú	19,07%	CDI + 14,89% a.a	07/21	536	356	**892**	-	(532)	(115)	116	-	361	-	**361**
38243166-6	Capital de giro Itaú	11,35%	CDI + 7,17% a.a	10/21	2.500	500	**3.000**	-	(2.500)	(128)	128	-	500	-	**500**
200518929243-8	Risco sacado	15,65%	CDI + 15,65% a.a	05/20	2.327	-	**2.327**	1.113	(3.440)	-	-	-	-	-	**-**
420901982	Capital de giro	17,46%	CDI + 13,28% a.a		970	-	**970**	-	(970)	(67)	67	-	-	-	**-**
2907980	Safra	9,38%	CDI + 5,20% a.a		1.001	-	**1.001**	-	(1.001)	(90)	90	-	-	-	**-**
220066/221859	FINIMP	7,02%	CDI + 2,80% a.a	05/20	833	-	**833**	-	(833)	(568)	221	347	-	-	**-**
	Conta negativa				-	-	**-**	-	0	-	-	-	-	-	**-**
53033897051	BNDES	16,17%	CDI + 14,00% a.a	09/22	211	-	**211**	-	(70)	-	-	-	77	64	**141**
420904171	Capital de giro	7,97%	CDI + 295 % a.a	07/23	-	-	**-**	1.000	(118)	(20)	20	-	353	529	**882**
420904212	Capital de giro corporate	7,57%	CDI + 295 % a.a	08/23	-	-	**-**	1.000	(111)	(21)	21	-	333	556	**889**
Total					**8.378**	**856**	**9.234**	**3.113**	**(9.575)**	**(1.009)**	**663**	**347**	**1.624**	**1.149**	**2.773**

					Saldo em 31/12/2020			Movimentação					Saldo em 31/12/2021		
Contrato	**Modalidade**	**Taxa a.a**	**Estrutura da taxa**	**Venc**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Variação cambial**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Itaú	Capital de iro Itaú	19,1%	CDI + 14,89% a.a.	07/21	361	-	**361**	-	(356)	(21)	16	-	-	-	-
Itaú	Capital de giro Itaú	11,4%	CDI + 7,17% a.a.	10/21	500	-	**500**	-	(500)	(97)	97	-	-	-	-
Itaú	Risco sacado	13,11%	CDI + 13,11% a.a.	04/22	-	-	**-**	2.215	(1.538)	-	-	-	677	-	677
Safra	Safra	9,4%	CDI + 5,20% a.a.		-	-	**-**	2.200	(1.200)	(20)	25	-	1.005	-	1.005
	BNDES	16,17%	CDI + 14,00% a.a.	09/22	77	64	**141**	-	(70)	-	1		59	13	72
Brasil	Capita de giro	8,0%	CDI + 295 %a.a.	07/23	353	529	**882**	-	(353)	(78)	78	-	353	176	529
Brasil	Capital de giro corporate	7,6%	CDI + 295 %a.a.	08/23	333	556	**889**	-	(334)	(80)	80	-	333	222	555
Total					**1.624**	**1.149**	**2.773**	**4.415**	**(4.351)**	**(296)**	**297**	**-**	**2.427**	**411**	**2.838**

a) **Termos e cronograma de amortização da dívida**

	2021		
	Vencimento das parcelas	**Total**	**%**
Passivo circulante	**Até dez/2022**	**2.427**	86%
	2023	**411**	14%
Total passivo não circulante		**411**	**14%**
Total		**2.838**	**100%**

	2020		
	Vencimento das parcelas	**Total**	**%**
Passivo circulante	**Até dez/2021**	**1.624**	**58%**
	2022	750	27%
	2023	399	14%
Passivo não circulante		**1.149**	**41%**
Total		**2.773**	**100%**

	2019		
	Vencimento das parcelas	**Total**	**%**
Passivo circulante	**Até dez/2020**	**8.378**	**91%**
	2021	856	9%
Passivo não circulante		**856**	**9%**
Total		**9.234**	**100%**

Garantias financeiras

A seguir demonstramos as garantias dos empréstimos e financiamentos vigentes:

	2021	**2020**	**2019**
Tipo de garantia			
Aval pessoa física	678	974	7.564
Aplicações financeiras	1.411	572	1.291
Total	**2.089**	**1.546**	**8.855**

Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Empresa possui alguns contratos de empréstimos e financiamentos, que preveem cláusulas de vencimento antecipado da dívida, em caso de não cumprimentos de determinadas exigências contratuais.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Empresa cumpriu todas essas exigências, não incorrendo em nenhuma hipótese de restrição prevista em seus contratos.

16. Fornecedores

	2021	2020	2019
Fornecedores de produtos - revenda	4.657	4.847	4.977
Serviços	561	446	562
Total	**5.218**	**5.293**	**5.539**

17. Obrigações tributárias

	2021	2020	2019
ICMS a recolher	-	127	-
ISS a recolher	338	226	105
Pis e Cofins a recolher	131	169	-
IRPJ e CSLL a recolher	3.091	2.661	1.688
IRRF a recolher	388	385	180
Tributos retidos de terceiros	344	229	134
Parcelamentos tributários	311	372	433
Outros tributos a recolher	157	92	99
Total	**4.760**	**4.261**	**2.639**
Curto prazo	4.510	3.950	2.338
Longo prazo	**250**	**311**	**301**

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020	2019
Salários a pagar	-	273	-
FGTS a recolher	85	92	72
INSS a recolher	151	173	97
IRRF a recolher	166	125	131
Provisão de férias e encargos	1.143	985	1.046
Outros	-	-	1
Total	**1.545**	**1.648**	**1.347**

19. Adiantamento de clientes

	2021	2020	2019
Receitas diferidas **(i)**	6.911	4.171	5.377
(-) Tributos incidentes sobre receitas diferidas **(i)**	(840)	(273)	(279)
Outros adiantamentos	3	4	76
Total	**6.074**	**3.902**	**5.174**
Circulante	4.996	3.834	5.174
Não circulante	**1.078**	**68**	**-**

(i) Os saldos trata-se de adiantamentos de clientes (serviços a prestar), oriundos dos contratos de prestação de serviços firmados até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, com a obrigação de prestação subsequente (exercício seguinte) dos serviços, conforme previsto nos termos contratuais, diante do recebimento financeiro ter ocorrido de forma antecipada ao reconhecimento da receita.

20. Imposto de renda e contribuição social

Adiante apresentamos a reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020	2019
Apuração pelo lucro real			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.572	15.447	7.097
(+) Adições	967	320	598
(-) Exclusões	(4.590)	(4.371)	(2.565)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	3.949	11.396	5.130
Despesa com IRPJ e CSLL corrente	1.295	3.782	1.690
Total - despesa de imposto de renda e contribuição social	**(1.295)**	**(3.782)**	**(1.690)**
Taxa efetiva	**33%**	**33%**	**33%**

21. Arrendamentos

	2021	2020	2019
Arrendamentos (circulante)	242	200	153
Arrendamentos (não circulante)	222	887	187
Total	**464**	**1.087**	**340**

A Empresa arrenda imóveis. Esses arrendamentos normalmente duram um ano, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano ou conforme negociação entre locador e locatário, para refletir os valores de mercado.

Os arrendamentos dos imóveis foram em suma firmados há longa data. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06(R3).

As informações sobre arrendamentos para os quais a Empresa é o arrendatário são apresentadas a seguir:

(i) Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 13).

	Escritório comercial
Em 1º de janeiro de 2019	616
Despesa de depreciação do exercício	(258)
Adições a ativos de direito de uso	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**358**
Despesa de depreciação do exercício	(349)
Adições a ativos de direito de uso	1.047
Baixas	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.025**
Despesa de depreciação do exercício	(323)
Adições a ativos de direito de uso	439
Baixas	(746)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**395**

(ii) Valores reconhecidos no resultado

	2021	2020	2019
Arrendamentos			
Juros sobre arrendamento	58	57	53

A Empresa possui arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor reconhecidos como despesa por não estarem caracterizados pela interpretação do NBC TG 06(R3)/ IFRS16, no montante de 12 por período.

(iii) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média de 11,0% a.a. (11,0% a.a. em 31 de dezembro de 2019), sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico da Empresa para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. O cronograma de pagamento dos arrendamentos e conforme segue:

A movimentação do arrendamento é conforme segue:

Em 1º de janeiro de 2019	**616**
Adições - novo arrendamento de imóvel	-
Pagamento de principal	(276)
Juros incorridos	53
Pagamento de juros	(53)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	340
Adições – novo arrendamento de imóvel	1.047
Pagamento de principal	(269)
Juros incorridos	57
Baixas	(31)
Pagamento de juros	(57)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.087**
Adições – novo arrendamento de imóvel	439
Pagamento de principal	(316)
Juros incorridos	58
Baixas	(746)
Pagamento de juros	(58)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**464**

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento é conforme segue:

	2021
2022	242
2023	170
2024	52
Total	**464**

(iv) Potencial direito de PIS e Cofins

O indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados adiante:

	2021		2020		2019	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	464	411	1.187	904	340	317
PIS/Cofins potencial (9,25%)	43	38	101	84	31	29

(v) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA média futura ao ano, para 2 anos, de 7,42% a.a., e representam os seguintes montantes:

	Direito de uso		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo real			
Direito de uso	439	1.358	639
Depreciação	(42)	(331)	(281)

	Direito de uso		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo inflacionado			
Direito de uso	488	1.507	709
Depreciação	(54)	(166)	(78)

	Passivo de arrendamento		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo real			
Passivo de arrendamento	515	1.334	408
Despesa financeira	(51)	(248)	(68)

	Passivo de arrendamento		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo inflacionado			
Passivo de arrendamento	572	1.481	453
Despesa financeira	(64)	(127)	(64)

22. Partes relacionadas

a) Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

	2021	2020	2019
Benefícios de curto prazo	1.051	3.423	5.780
Total	**1.051**	**3.423**	**5.780**

A remuneração do pessoal-chave da administração da Empresa inclui distribuição de lucros, Juros sobre capital próprio e adiantamentos de distribuição de lucros.

b) Outras operações com partes relacionadas

	Partes relacionadas		
Ativo	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Bension Waksman **(i)**	1.114	-	
Flávio Fava Ditt **(i)**	176	-	-
Leandro de Sá Del Debbio **(I)**	1.114	-	-
André Marcel Migliorelli **(i)**	711	-	-
INV Participações Ltda **(i)**	3.506	-	-
Flávio Nogueira Fernandes **(i)**	233	-	-
Ricardo José Galvão Alves **(i)**	617	1	-
Distribuição antecipada de lucros **(ii)**	-	-	2.904
Total - ativo circulante	**7.471**	**1**	**2.904**
Passivo			
Coddera Software Ltda.	-	77	77
Total – passivo	**-**	**77**	**77**

(i) Mútuos realizados entre a empresa e seus sócios com prazo indeterminado, podendo cada operação possuir vigência específica, não incide juros e correção monetári; e

(ii) Saldo de distribuição antecipada de lucros para a empresa INV Participações Ltda.

	Contas a receber		
Ativo	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Viridi Technologies Ltda.	347	319	-
Coddera Software Ltda.	-	17	-
Omnize Software Ltda.	-	3	-
A5 Solutions Group INC	-	871	-
INV Distribuidora Ltda.	-	102	-
Total - ativo circulante	**347**	**1.312**	**-**

Passivo	JCP a pagar 31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
INV Participações Ltda.	826	167	-
Total - passivo	**826**	**167**	**-**

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados do exercício. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou nos anos anteriores para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

c) Acordos celebrados

A Empresa celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

23. Provisão de contingências

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda provável. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída.

Em 31 de Dezembro de 2021 a companhia é parte de demandas judiciais de natureza tributária no montante de 745, cujo a probabilidade é possível de perda, mas não provável, para os quais a empresa entende não ser necessário a constituição de provisão para eventual perda conforme a seguir

Prefeitura de São Paulo: Trata-se de Execução Fiscal proposta pelo Município de São Paulo em face da A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. objetivando a cobrança do crédito relativo à CDA n. 502.077-8/2021-4, decorrente do AII n. 6753080-0 e CDA n. 502.076-1/2021-4, decorrente do AII n. 6753076-1.

Prefeitura de São Paulo: Auto de infração referente a cobrança de ISS, sobre serviços prestados no município.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 2019 os Sócios-quotistas aprovaram por unanimidade o aumento do capital social da Empresa no montante de R$ 304 (Trezentos e quatro mil reais) na mesma proporção das quotas de cada Sócios-quotistas.

O capital social subscrito e integralizado é de R$700.000(Setecentos mil reais) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, representado por 700.000 (Setecentas mil quotas) de R$1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente, assim distribuídas:

	2021	2020	2019
INV Participações Ltda.	-	699.999	699.999
André Marcel Migliorelli	46.667	1	1
Bension Waksman	46.667		
Leandro de Sá Del Debbio	46.667		
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A.	559.999	-	-
Total de quotas	**700.000**	**700.000**	**700.000**

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída conforme deliberação dos seus sócios que representem 75% do capital social.

c) Distribuição de resultados

A destinação do lucro do exercício e a distribuição de lucros será aprovada pelos acionistas da Empresa, através de ata de reunião de sócios, respeitando as destinações previstas em lei, bem como o dividendo mínimo obrigatório previsto no contrato social , de 25% (vinte e cinco por cento), podendo a distribuição ser desproporcional à participação acionária.

d) Resultado por quota

O lucro básico por quota da Empresa é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos sócios da Empresa, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício,

	2021	2020	2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	**6.277**	**11.665**	**5.407**
Denominador			
Média ponderada das quotas	700.000	700.000	700.000
Lucro básico por ação em (R$)	**0,00896**	**0,01666**	**0,0077**

25. Receita

a) Fluxos de receitas

A Empresa gera receita principalmente pela prestação de serviços de consultoria e licenciamento de programas de computador customizáveis, suporte técnico e manutenção dos sistemas licenciados.

A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020	2019
Vendas brutas com produtos	7.198	14.769	7.307
Vendas brutas com serviços	55.935	53.422	47.689
Impostos sobre vendas	(4.466)	(5.267)	(4.322)
Devoluções e cancelamentos	(1)	(220)	(31)
Receita líquida	**58.666**	**62.704**	**50.643**

26. Custos e despesas por natureza

	2021	2020	2019
Serviços prestados	(11.268)	(10.883)	(13.560)
Gastos com materiais	(1.535)	(3.697)	(2.950)
Depreciação e outras	(942)	(721)	(421)
Pessoal	(9.912)	(10.228)	(10.649)
Gastos com manutenção	(9.705)	(8.438)	(7.771)
Licenças de *software*	(9.269)	(6.261)	(4.363)
Despesa com desenvolvimento de novos produtos	(4.246)	(3.637)	-
Outras despesas	(2.480)	(2.540)	(2.624)
Total	**(49.357)**	**(46.405)**	**(42.338)**
Custo do produto e serviço prestado	(39.390)	(39.069)	(33.576)
Despesas comerciais	(136)	(155)	(351)
Despesas com pessoal	(3.663)	(3.018)	(3.826)
Gerais e administrativas	(6.113)	(4.315)	(4.486)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(55)	152	(99)
Total	**(49.357)**	**(46.405)**	**(42.338)**

27. Resultado financeiro

	2021	2020	2019
Receita financeira			
Juros recebidos	18	76	1
Descontos obtidos	152	251	58
Juros com aplicações financeiras	(129)	220	294
Outras receitas	-	-	20
Total da receita financeira	**41**	**547**	**373**
Despesa financeira			
Juros mora tributo	(2)	(13)	(108)
Juros bancários sobre empréstimos	(297)	(663)	(221)
Juros sobre arrendamentos IFRS 16	(58)	(57)	(53)
Juros pagos ou incorridos	(300)	-	(863)
Variação cambial passiva	(115)	(46)	(40)
Variação cambial sobre dívida		(347)	
Juros sobre capital próprio	(972)	(197)	-
Outras despesas	(34)	(76)	(296)
Total da despesa financeira	**(1.778)**	**(1.399)**	**(1.581)**
Resultado financeiro, líquido	**(1.737)**	**(852)**	**(1.208)**

28. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.
Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Empresa não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

	2021		
Instrumentos financeiros	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	**1**
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações	2.768	-	**2.768**
Aplicações financeiras	1.411	-	**1.411**
Contas a receber	-	15.148	**15.148**
Total	**4.180**	**15.148**	**19.328**
Passivos			
Fornecedores	-	5.218	**5.218**
Empréstimos e financiamentos	-	2.838	**2.838**
Arrendamentos IFRS 16	-	464	464
Total	**-**	**8.520**	**8.520**

	2020		
Instrumentos financeiros	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	**2**
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações	4.704	-	**4.704**
Aplicações financeiras	572	-	**572**
Contas a receber	-	16.986	**16.986**
Total	**5.278**	**16.986**	**22.264**
Passivos			
Fornecedores		5.293	**5.293**
Empréstimos e financiamentos	-	2.773	**2.773**
Arrendamentos IFRS 16	-	1.087	**1.087**
Total	**-**	**9.153**	**9.153**

Instrumentos financeiros	2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	**3**
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações	3.858	-	**3.858**
Aplicações financeiras	1.291		**1.291**
Contas a receber	-	13.144	**13.144**
Total	**5.152**	**13.144**	**18.296**
Passivos			
Fornecedores		5.539	**5.539**
Empréstimos e financiamentos		9.234	**9.234**
Arrendamentos IFRS 16		340	**340**
Total	**-**	**15.113**	**15.113**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	-	**1**
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações	-	2.768	-	**2.768**
Aplicações financeiras		1.411	-	**1.411**
Total	**-**	**2.769**	**-**	**2.769**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	2.838	-	**2.838**
Arrendamento financeiro	-	464	-	**464**
Total	**-**	**3.302**	**-**	**3.302**

Instrumentos financeiros	2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2	-	**2**
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações	-	4.704	-	**4.704**
Aplicações financeiras		572		**572**
Total	**-**	**4.706**	**-**	**4.706**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	2.773	-	**2.773**
Arrendamento financeiro	-	1.087	-	**1.087**
Total	**-**	**3.860**	**-**	**3.860**

Instrumentos financeiros	2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	3	-	**3**
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações	-	3.858	-	**3.858**
Aplicações financeiras		1.291		**1.291**
Total	**-**	**5.152**	**-**	**5.152**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	9.234	-	**9.234**
Arrendamento financeiro	-	340	-	**340**
Total	**-**	**9.574**	**-**	**9.574**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações,(para o risco de liquidez da Empresa). Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Empresa.

Risco de crédito

A Empresa está sujeita ao risco da inadimplência dos seus clientes, tanto pelo não pagamento dos serviços prestados ou produtos disponibilizados, como pelo não cumprimento de disposições contratuais. Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações perante a Empresa poderão resultar em perdas, bem como afetar o seu resultado operacional.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Empresa, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. A Empresa conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, em acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos da Empresa ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento da Empresa.

Risco de mercado

Os negócios da Empresa dependem principalmente de clientes que adquirem o sistema e a prestação de serviços para manutenção e operacionalização do sistema. Uma redução na procura pelos produtos e serviços ofertados pela Empresa poderá afetar os ganhos da Empresa.

Adicionalmente, a Empresa está exposta ao risco de taxa de juros que se refere ao risco de a Empresa vir sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Empresa apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros,

Os empréstimos e financiamentos se trata de contratos pós-fixados, cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da contratação e atreladas a variação do CDI. Já as aplicações financeiras estão atreladas ao CDI e outras combinações de mercado, bolsas e dólar

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.
As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Empresa, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e para as empréstimos e financiamentos, utilizando fundamentalmente os dados. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Empresa na gestão financeira.

Instrumento financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Em 31/12/2021	Cenário razoavelmente possível	Exposição
Aplicações financeiras liquidez imediata	CDI	95,00%	2.768			193
Aplicações financeiras	CDI	95,00%	1.411			98
Risco sacado	CDI	17,53%	(677)	4,42%	11,75%	(50)
SAFRA	CDI	9,62%	(1.005)			(74)
BNDES	CDI	18,42%	(72)			(5)
Capital de giro	CDI	7,37%	(529)			(39)
Capital de giro Corporate	CDI	7,37%	(555)			(41)
Exposição						**82**

29. Segmentos operacionais

A administração da Empresa, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela administração da Empresa para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a administração concluiu que opera um único segmento de negócios e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

30. Transações não caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Descrição	2021	2020	2019
Atividades de Investimento			
Adoção inicial de direito de uso de ativos	(439)	(1.047)	(267)
Total	**(439)**	**(1.047)**	**(267)**
Atividades de financiamento			
Arrendamentos a pagar	(439)	(1.047)	(267)
Total	**(439)**	**(1.047)**	**(267)**

Os valores referem-se ao direito de uso do imóvel o qual os efeitos não estão sendo apresentados nas demonstrações do fluxo de caixa.

31. Seguros (não auditado)

Em 31 de Dezembro de 2021, a cobertura de seguros de garantia do setor público era composta por R$ 833 para execução na prestação de serviços e R$ 833 para adicional trabalhista. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

* * *

First Tech Tecnologia Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Quotistas da
First Tech Tecnologia Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da First Tech Tecnologia Ltda. (Empresa), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

1. Reconhecimento de receita (Nota Explicativa nº 7 item “b” e nº 25)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Empresa reconheceu receitas líquidas nos montantes de R$ 61.986 mil, R$ 40.741 mil e R$ 30.028 mil, respectivamente, provenientes da prestação de serviços de substituição de equipamentos, manutenção, atualização do firmware e comercialização de licenças de software. Tais receitas são reconhecidas quando da prestação dos serviços, como atendimento aos chamados dos clientes, instalação dos equipamentos (hardware e software), cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas decorrem da determinação de controles manuais para a identificação e a mensuração do cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados com a iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Empresa satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- Em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações performance, preço, prazo, limites de crédito, entre outras;
- Testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação dos serviços;
- Efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto à determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- Testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- Testamos a integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list*) por meio de confirmações recebidas e documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.);
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Empresa para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações dos valores adicionados (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

FIRST TECH

First Tech Tecnologia Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020	2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.291	5.036	6.070
Estoques	9	4.310	3.481	398
Contas a receber	10	10.439	5.899	3.154
Impostos a recuperar	11	635	816	1.527
Adiantamentos	12	13.573	6.342	2.940
Total do ativo circulante		31.248	21.574	14.089
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	19	-	200	993
Imobilizado	13	2.379	2.424	2.983
Intangível	14	2.337	945	1.055
Total do ativo não circulante		4.716	3.569	5.031
Total ativo		35.964	25.143	19.120

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIRST TECH

First Tech Tecnologia Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2021	2020	2019
Passivo circulante				
Fornecedores	15	10.899	8.505	3.807
Empréstimos e financiamentos	16	4.886	1.070	2.317
Arrendamentos	20	380	500	368
Obrigações sociais e trabalhistas	17	731	657	701
Obrigações tributárias	18	2.838	837	511
Outras contas a pagar		7	41	3
Total do passivo circulante		19.741	11.610	7.707
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	16	1.500	3.044	-
Arrendamentos	20	504	720	1.216
Receita diferida	22	5.346	8.897	11.658
Dividendos a distribuir	19	8.023	-	-
Total do passivo não circulante		15.373	12.661	12.874
Patrimonio líquido	23			
Capital social integralizado		850	850	850
Prejuízos acumulados		-	-	(2.481)
Reserva de lucros		-	22	-
Reserva legal		-	-	170
Total do patrimônio líquido		850	872	(1.461)
Total do passivo e patrimônio líquido		35.964	25.143	19.120

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIRST TECH

First Tech Tecnologia Ltda.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020	2019
Receita líquida	25	61.986	40.741	30.028
Custo do serviço prestado	26	(28.546)	(15.285)	(12.938)
Lucro bruto		33.440	25.456	17.090
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	26	(9.679)	(10.889)	(11.041)
Gerais e administrativas	26	(7.650)	(4.238)	(3.688)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	380	(745)	(130)
		(16.949)	(15.872)	(14.859)
Lucro antes do resultado financeiro		16.491	9.584	2.231
Receita financeira		372	317	300
Despesa financeira		(811)	(1.003)	(1.130)
Resultado financeiro líquido	27	(439)	(686)	(830)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		16.052	8.898	1.401
Imposto de renda e contribuição social	24	(5.325)	(2.710)	(385)
Lucro líquido do exercício		10.727	6.188	1.016

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIRST TECH

First Tech Tecnologia Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	10.727	6.188	1.016
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	10.727	6.188	1.016

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIRST TECH

First Tech Tecnologia Ltda.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	850	170	-	(3.497)	(2.477)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.016	1.016
Saldo em 31 de dezembro de 2019	850	170	-	(2.481)	(1.461)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.188	6.188
Estorno da reserva legal	-	(170)	-	170	-
Distribuição de lucro	-	-	-	(3.855)	(3.855)
Transferencia para reserva de lucros	-	-	22	(22)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	850	-	22	-	872
Lucro líquido do exercício	-	-	10.727	-	10.727
Distribuição de lucro	-	-	(10.749)	-	(10.749)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	850	-	-	-	850

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIRST TECH

First Tech Tecnologia Ltda.

Demonstrações do fluxo de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Fluxo das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	10.727	6.188	1.016
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	1.314	1.564	1.220
Baixa liquida e ajustes do imobilizado e intangível	-	-	118
Perda esperada para créditos de liquidação Dividosa - PECLD	-	210	11
Despesa de Juros	603	362	716
	12.644	8.324	3.081
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber	(4.540)	(2.955)	(245)
Adiantamento	(7.231)	(3.202)	(1.241)
Impostos e contribuições a recuperar	181	711	(1.445)
Estoques	(829)	(3.083)	1.126
Créditos diversos	200	593	(993)
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	2.394	4.698	2.074
Obrigações trabalhistas	74	(44)	(243)
Obrigações tributárias	2.001	326	(234)
Outras contas a pagar	(3.585)	(2.719)	9.336
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.309	2.649	11.215
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(2.661)	(897)	(1.719)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.661)	(897)	(1.719)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	3.849	3.000	-
Arrendamentos	(334)	(366)	(301)
Pagamento de empréstimo	(2.182)	(1.565)	(4.561)
Reserva de lucro (distribuição de lucro)	(2.726)	(3.855)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(1.393)	(2.786)	(4.863)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.745)	(1.034)	4.633
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	5.036	6.070	1.437
No final do exercício	2.291	5.036	6.070
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.745)	(1.034)	4.633

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIRST TECH

First Tech Tecnologia Ltda.

Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	68.007	45.212	34.053
Outras receitas	1	95	38
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	(2)	(210)	(11)
	68.006	45.097	34.079
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	28.546	15.285	12.938
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.475	7.107	5.591
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	118
Valor adicionado bruto	30.985	22.704	15.433
Depreciação e amortização	1.162	1.509	1.179
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	29.823	21.195	14.253
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	384	317	300
Outras	215	-	-
Valor adicionado total a distribuir	30.422	21.512	14.553
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	5.899	5.507	5.886
Benefícios	1.022	781	781
F.G.T.S.	362	444	444
	7.283	6.732	7.111
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	8.973	5.727	2.895
Estaduais	1.207	940	1.098
Municipais	1.408	734	686
	11.588	7.401	4.679
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	812	1.003	1.132
Aluguéis	166	141	579
Outras	(154)	630	38
	824	1.774	1.749
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	10.727	3.876	-
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	-	2.312	1.016
	10.727	6.188	1.016

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIRST TECH

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A First Tech Tecnologia Ltda. ("Sociedade") é uma sociedade constituída na forma de limitada domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Avenida Angelica, nº 2248 – 4º Andar Conjunto 41 e 42, Consolação, CEP: 01228-200, São Paulo - SP.

Embora a empresa tenha sido fundada há quase 27 anos como uma revenda de produtos de comunicação/colaboração, ela tem mudado sua característica principal nos últimos anos para prestadora de serviços. Isto sem deixar de revender estes produtos, softwares e soluções de fabricantes, mesmo porque boa parte dos serviços prestados pela First Tech se baseia nestes próprios equipamentos e softwares. Por outro lado, diversos serviços próprios têm sido desenvolvidos e oferecidos ao mercado, notadamente o HoP (serviço de criptografia em equipamentos próprios para processamento de operações de nossos clientes), tokenização (geração de chaves para uso em compras virtuais) entre outros.

1.1. Covid-19

Em meados de março de 2020 com o advento da covid em nosso país, colocamos 100% dos colaboradores em suas casas, trabalhando de forma remota. Por sermos uma empresa de TI, e já contarmos com as ferramentas necessárias para este tipo de colaboração entre todos, principalmente com o uso de ferramentas da Microsoft como Teams e Outlook, além de contar com todos os sistemas em nuvem, como o ERP, CRM e demais ferramentas de trabalho. Com relação a impacto em nossos clientes, tivemos menos de 2% deles com problemas (em relação a faturamento) sendo que todos voltaram a contratar nossos serviços menos de 4 meses depois. Desta forma, não tivemos qualquer impacto negativo por conta da Covid no âmbito empresarial, sem contar a ansiedade e eventuais perdas de pessoas próximas pelos vírus.

A sociedade continua monitorando com atenção a evolução da pandemia com a finalidade de minimizar os impactos da Covid-19 em suas operações bem como vem adotando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas brasileiras de contabilidade (NBC TG), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da First Tech Tecnologia Ltda e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente como:

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 25** – reconhecimento de receita: se a receita de intermediação da venda de produtos é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- **Nota explicativa 20** – prazo do arrendamento: se a Sociedade tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 21** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 10** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 28** – instrumentos financeiros.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Sociedade.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Sociedade na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Sociedade adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 eliminou as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Sociedade relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Sociedade.

CPC 06(R2) Operações de arrendamento mercantil

A Sociedade adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Sociedade determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o CPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Sociedade agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 20.

Na transição para o CPC 06(R2), a Sociedade escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Sociedade aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Sociedade arrenda basicamente imóveis. A Sociedade classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Sociedade. De acordo com o CPC 06(R2), a Sociedade reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Sociedade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Sociedade optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento:

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, a Sociedade classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Sociedade em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 20). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Sociedade aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Sociedade testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Sociedade utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para o CPC 06(R2), a Sociedade reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo propriedades para investimento e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo.

	01/01/2019
Ativos de direito de uso - Nota Explicativa nº 13	1.890
Passivo de arrendamento – Circulante - Nota Explicativa nº 20	331
Passivo de arrendamento - Não circulante - Nota Explicativa nº 20	1.559

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Sociedade descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 8,50%a.a.

d) Outras normas e deliberações adotadas pela Empresa

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da Covid-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais.

7. Políticas contábeis

A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil/ retificação de erros (veja Nota Explicativa nº 5).

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto/ serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Cumprimento da obrigação de performance
Serviço de suporte	Os produtos que comercializados possuem suporte oferecido pelo fabricante. Este tipo de serviço abrange troca do equipamento em caso de necessidade, manutenção do equipamento, atualização do firmware, entre outros serviços inerentes ao hardware. A Empresa agrega outros tipos de serviços, como suporte, possibilitando um aproveitamento integral e imediato de todos os produtos.	Atendimento dos chamados abertos pelos clientes, de pedidos de manutenção de equipamentos ao longo do tempo do contrato.
Venda de licenças de hardware e software	Da mesma forma que os serviços de suporte, todos os hardwares comercializados possuem softwares instalados. Além disto, muitas das soluções de segurança e telefonia/colaboração são comercializadas apenas como plataformas de softwares, suprimindo a venda de equipamentos físicos.	Entrega do hardware com os softwares instalados e disponíveis para uso.

c) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Sociedade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Sociedade em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Sociedade compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente e reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.]

A Sociedade determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	2021	2020	2019
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos	10 anos
Instalações	10 anos	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos	05 anos	05 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	05 anos	05 anos	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Sociedade tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil é a seguinte:

	2021	2020	2019
Software	05 anos	05 anos	05 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Sociedade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Capital social

(i) Quotas

As quotas do contrato social equivalem à quantia de dinheiro ou bens economicamente avaliáveis que cada sócio investe para formar o capital social de uma empresa que são seja sociedade anônima.

j) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Sociedade presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Sociedade, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias;
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Sociedade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Sociedade adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Sociedade não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Sociedade para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Sociedade reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

l) Arrendamentos

A Sociedade aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Sociedade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Sociedade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Sociedade optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. Geralmente, a Sociedade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Sociedade apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento " no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Sociedade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Sociedade determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
  - O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
  - O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
  - Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Sociedade classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Sociedade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Sociedade requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Sociedade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Sociedade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Sociedade mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Sociedade determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

n) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020	2019
Caixa geral	1	1	-
Bancos	14	596	2
Aplicações financeiras **(i)**	2.276	4.439	6.068
Total	**2.291**	**5.036**	**6.070**

(i) Referem-se a aplicações financeiras automática feitas pelas instituições financeiras onde temos saldos referenciados pela taxa Certificados de Depósitos Bancário (CDB-DI) entre outros, com a remuneração média anual de aproximadamente 100% da CDI em 31/12/2021, 31/12/2020 e 31/12/2019, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

9. Estoques

	2021	2020	2019
Estoque de mercadoria	995	3.249	166
Reserva técnica	263	232	232
Softwares para revenda **(i)**	3.052	-	-
Total	**4.310**	**3.481**	**398**

(i) Licenças de Softwares adquiridos de terceiros para revenda.

10. Contas a receber

	2021	2020	2019
Clientes nacionais	10.439	5.899	3.154
Total de contas a receber	**10.439**	**5.899**	3.154

Composição das contas a receber por período/dia de vencimento em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Clientes	2021	2020	2019
A vencer	**9.617**	**2.442**	**2.930**
Vencidos			
01 - 30 dias	451	3.223	199
31 - 60 dias	90	28	-
61 - 90 dias	79	29	-
91 - 120 dias	-	28	21
121 - 150 dias	5	-	-
151 - 180 dias	54	-	-
181 - 365 dias	4	109	4
Acima de 365 dias	139	40	-
Total	**10.439**	**5.899**	3.154

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas de acordo com a IFRS 9, com base nos percentuais históricos de perda, e impactos macroeconômicos no comportamento da inadimplência da carteira de clientes, segregados por categoria de clientes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a sociedade analisou 100% da sua carteira de clientes e adotou o modelo que leva em consideração as características de risco de crédito das operações e contrapartes, sendo que a maior parte do contas a receber são objeto de negociação com empresas predominantes em seu mercado de atuação, com base nisso, a Administração estabeleceu a avaliação/classificação dos riscos de crédito agrupando-os em ratings de vencimento e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento, não foram identificados riscos significativos de perdas no contas a receber.

11. Impostos a recuperar

	2021	2020	2019
IRRF a recuperar	374	397	217
CSLL a recuperar	104	201	142
Impostos retidos a recuperar	81	124	109
PIS e Cofins a recuperar **(i)**	76	94	1.059
Total	**635**	**816**	**1.527**

(i) PIS e Cofins a recuperar de acordo com o art. 3º da Lei nº 10.833, em 2019 houve pagamentos a maior que foram compensados via PER/DCOMP nos anos subsequentes.

12. Adiantamentos

	2021	2020	2019
Custo diferido **(i)**	13.478	5.912	2.731
Adiantamento a terceiros	91	374	139
Adiantamento a funcionários	-	30	30
Outros adiantamentos	4	26	40
Total	**13.573**	**6.342**	2.940

(i) Os custos diferidos se referem majoritariamente a compras de suporte antecipado junto a fabricantes. Normalmente quando da compra de equipamento, tais como criptógrafos, firewalls e telefonia, há também a compra de softwares e suporte a este conjunto (hardware + software). Neste sentido, como estratégia de venda por parte dos fabricantes, usualmente eles vendem o primeiro (ou mais) ano de suporte. Desta forma, em virtude do não cumprimento da obrigação de performance, os custos atrelados as receitas diferidas ficam registrados no ativo e são reconhecidos no resultado quando incorridos por meio do cumprimento da obrigação de performance.

13. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

	Direito de uso	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamento de Informática	Aparelhos de telecom	Benfeitoria em Imóveis de terc.	Total
Custo								
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**267**	**-**	**11**	**176**	**171**	**-**	**625**
Adições	-	133	115	31	164	1	534	**978**
Reconhecimento ativo direito de uso na aplicação inicial do CPC 06(R2)	1.890							**1.890**
Em 31 de dezembro de 2019	**1.890**	**400**	**115**	**42**	**340**	**172**	**534**	**3.493**
Adições		198	2		118		28	**346**
Em 31 de dezembro de 2020	**1.890**	**598**	**117**	**42**	**458**	**172**	**562**	**3.839**
Adições	-	531	3	-	130	-	1	**665**
Baixas	-	(227)	-	(11)	(9)	-	(4)	**(251)**
Em 31 de dezembro de 2021	**1.890**	**902**	**120**	**31**	**579**	**172**	**559**	**4.253**
Depreciação acumulada								
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**(79)**	**14**	**(1)**	**21**	**260**	**-**	**215**
Depreciação	(393)	(46)	(15)	(5)	(89)	(165)	(13)	**(725)**
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2019	**(393)**	**(125)**	**(1)**	**(6)**	**(68)**	**95**	**(13)**	**(510)**
Depreciação	(392)	(67)	(18)	(7)	(105)	(165)	(151)	**(906)**
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2020	**(785)**	**(192)**	**(19)**	**(12)**	**(173)**	**(70)**	**(164)**	**(1.416)**
Depreciação	(294)	(77)	(12)	(3)	(96)	(17)	(156)	**(655)**
Baixas	-	131	1	9	28	-	28	**197**
Em 31 de dezembro de 2021	**(1.079)**	**(138)**	**(30)**	**(7)**	**(241)**	**(87)**	**(292)**	**(1.874)**
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2019	**1.497**	**275**	**114**	**36**	**272**	**267**	**521**	**2.983**
Em 31 de dezembro de 2020	**1.105**	**406**	**98**	**30**	**285**	**102**	**398**	**2.424**
Em 31 de dezembro de 2021	**811**	**764**	**90**	**24**	**338**	**85**	**267**	**2.379**

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R$ 1.889 mil relacionados a imóveis arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento.

14. Intangível

a) Conciliação do valor contábil

	Softwares	Total
Custo		
Em 1º de janeiro de 2019	**1.372**	**1.372**
Adições	740	**740**
Baixas	(735)	**(735)**
Transferências		
Em 31 de dezembro de 2019	**1.377**	**1.377**
Adições	522	**522**
Baixas	-	**-**
Transferências	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2020	**1.899**	**1.899**
Adições	**1.996**	**1.996**
Baixas	**(106)**	**(106)**
Transferências	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2021	**3.789**	**3.789**
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2019	**(444)**	**(444)**
Amortização	(495)	**(495)**
Baixas	617	**617**
Em 31 de dezembro de 2019	**(322)**	**(322)**
Amortização	(632)	**(632)**
Baixas	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2020	**(954)**	**(954)**
Amortização	**(683)**	**(683)**
Baixas	**185**	**185**
Em 31 de dezembro de 2021	**(1.452)**	**(1.452)**
Valor contábil líquido		
Em 31 de dezembro de 2019	**1.055**	**1.055**
Em 31 de dezembro de 2020	**945**	**945**
Em 31 de dezembro de 2021	**2.337**	**2.337**

15. Fornecedores

	2021	2020	2019
Fornecedores de serviços e materiais **(i)**	10.899	8.505	3.807
Total	**10.899**	**8.505**	**3.807**

(i) Os fornecedores se referem substancialmente a compra de hardwares, softwares e licenças para revenda, as variações apresentadas nos períodos estão relacionadas ao aumento do volume de vendas nos respectivos anos, e consequentemente necessidade maior de compras.

16. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020	2019
Empréstimos bancários sem garantia	6.386	4.114	2.317
Total	**6.386**	**4.114**	**2.317**
Circulante	4.886	1.070	2.317
Não circulante	**1.500**	**3.044**	**-**

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Banco	Moeda	Taxa de juros a.a.	Vencimento	2021	2020	2019
Bradesco	R$	9,4576%	25/08/2023	2.792	3.045	-
Safra – 7535218	R$	4,2818%	01/11/2021	-	1.069	2.317
Banco do Brasil	R$	12,818%	30/01/2022	90	-	-
Itaú	R$	14,666%	31/12/2019	3.504	-	-
Total	**R$**	**-**	**-**	**6.386**	**4.114**	**2.317**

b) Covenants

Os contatos de empréstimo celebrados pela Empresa não possuem cláusulas de *covenants*.

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Saldo
Saldo em 01/01/2019	**6.162**
Pagamento do principal	**(4.561)**
Juros Incorridos	**716**
Saldo em 31/12/2019	**2.317**
Captação	**3.000**
Juros incorridos	**328**
Pagamento do principal	**(1.298)**
Pagamento de juros	**(233)**
Saldo em 31/12/2020	**4.114**
Captação	**3.849**
Juros incorridos	**431**
Pagamento do principal	**(1.777)**
Pagamento de juros	**(231)**
Saldo em 31/12/2021	**6.386**

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020	2019
Provisão de férias, INSS e FGTS	584	521	554
INSS a recolher	106	97	108
FGTS a recolher	40	38	39
Outras obrigações	1	1	-
Total	**731**	**657**	701

18. Obrigações tributárias

	2021	2020	2019
IPI a recolher	-	-	65
ICMS a recolher	169	211	107
COFINS a recolher	457	312	167
PIS a recolher	99	68	36
ISS a recolher	302	92	82
IRPJ	1.200	-	3
CSLL	418	-	-
Outros a recolher	193	154	51
Total	**2.838**	**837**	511

19. Partes relacionadas

a) Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2021	2020	2019
Diretores - Benefícios de curto prazo	216	216	135
Diretores - Serviços Prestados	2.452	2.163	1.224
Total	2.668	2.379	1.359

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Sociedade inclui salários, benefícios não monetários e contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego.

Principais transações com o pessoal-chave da Administração

O valor das transações e saldos em aberto referentes a transações com pessoal-chave da Administração sobre as quais possuem controle e influência significativa está apresentado abaixo:

Sócio	Tipo de operação	Valor	2021	2020	2019
Gustavo Silveira	Dividendos a pagar	-	(4.012)	-	-
Marcelo Abreu	Dividendos a pagar	-	(4.011)	-	-
Gustavo Silveira	Adiantamentos	-	-	100	521
Marcelo Abreu	Adiantamentos	-	-	100	472
Total		-	**(8.023)**	**200**	**993**

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados dentro de dois meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Acordos celebrados

A Sociedade celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

20. Arrendamentos

A Sociedade arrenda escritórios administrativos. Esses arrendamentos normalmente duram cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Os arrendamentos dos escritórios foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1).

As informações sobre arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas abaixo:

(i) Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota explicativa nº 13).

	Escritório Comercial
Em 1º de janeiro de 2019	**1.890**
Despesa de depreciação do exercício	(393)
Saldo em 31/12/2019	**1.497**
Despesa de depreciação do exercício	(393)
Saldo em 31/12/2020	**1.104**
Despesa de depreciação do exercício	(294)
Saldo em 31/12/2021	**810**

(ii) Arrendamentos

Abaixo são apresentados os valores contábeis das obrigações sobre direitos de uso e as movimentações durante o período:

	Taxa de juros	2021	2020	2019
Passivo de arrendamento	**8,5% a.a.**			
Circulante	-	380	500	368
Não circulante	-	504	720	**1.216**
Total	**-**	**884**	**1.220**	**1.584**

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

Em 1º de janeiro de 2019	**1.890**
Pagamentos	(438)
Juros incorridos do ativo direito de uso (Nota Explicativa nº 27)	132
Em 31 de dezembro de 2019	**1.584**
Pagamentos	(478)
Juros incorridos do ativo direito de uso (Nota Explicativa nº 27)	114
Em 31 de dezembro de 2020	**1.220**
Pagamentos	(401)
Juros incorridos do ativo direito de uso (Nota Explicativa nº 27)	65
Em 31 de dezembro de 2021	**884**

(iii) Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

	2021	2020	2019
Arrendamentos de acordo com o CPC 06(R2)			
Juros sobre arrendamento	65	114	132
Pagamentos de arrendamentos de curto prazo	401	478	438

	2021	2020	2019
Saída de caixa total para arrendamentos	401	478	438

(iv) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses, é de 17,78% a.a., (23,14% a.a. em 2020, 7,20% a.a., em 2019) representam os seguintes montantes:

	Direito de uso				Passivo de arrendamento		
Fluxo real	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo real**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	810	1.104	1.497	Passivo de arrendamento	885	1.219	1.584
Depreciação	294	393	393	Despesa financeira	65	114	132

	Direito de uso				Passivo de arrendamento		
Fluxo inflacionado	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo inflacionado**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	954	1.360	1.605	Passivo de arrendamento	1.041	1.500	1.698
Depreciação	346	462	462	Despesa financeira	76	141	142

(v) Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de propriedades contêm opções de prorrogação exercíveis pela Sociedade até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Sociedade procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Sociedade e não pelos arrendadores. A Sociedade avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Sociedade reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

21. Provisões para contingências

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Sociedade, com base no posicionamento formal de seus Assessores Jurídicos e análise das demandas judiciais, não possuía provisões para perda relacionadas a processos com prognóstico de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 existiam processos avaliados pelos Assessores Jurídicos da Sociedade classificados com risco de perda possível, nos montantes de R$ 3.260, R$ 1.460 e R$ 60 respectivamente, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização.

22. Receita diferida

	2021	2020	2019
Receita diferida **(i)**	5.346	8.897	11.658
Total	**5.346**	**8.997**	**11.658**

(i) Os hardwares comercializados em conjunto com os softwares, acompanham serviços de suporte atrelados aos contratos, o prazo de prestação de tais serviços podem ser 12, 24 e 36 meses, todos os serviços de suporte são recebidos no momento da venda do hardware, ou seja à vista e antecipadamente, conforme CPC- 47 Receita de contrato com cliente, a Sociedade registra tais montantes no passivo não circulante como serviços a serem prestados, onde não houve o cumprimento da obrigação de performance, e assim na medida em que sã cumpridas as receitas são reconhecidas no resultado.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 850.000,00 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. O capital social é representado, respectivamente, por 8.500 quotas no valor nominal de R$ 100,00 (cem reais) cada, assim distribuídas:

	2021	2020	2019
Gustavo Eduardo Assunção da Silveira	15%	50%	50%
Marcelo Pallota Abreu dos Santos	10%	50%	50%
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A.	75%	-	-
Total de ações em circulação	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

b) Dividendos

O contrato social da Sociedade prevê que os sócios poderão fazer a retirada de dividendos semestralmente, trimestralmente ou até mesmo mensalmente, mediante a levantamento contábil apurado ao final de cada período. Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 foram distribuídos os montantes de R$ 3.855 e R$ 10.749 respectivamente de dividendos aos cotistas da Sociedade.

c) Lucro por cotas

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro por cotas básico:

	2021	2020	2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	10.727	6.188	1.016
Denominador			
Média ponderada de cotas – básica	8	8	8
Lucro básico por quotas em (R$)	**1,26**	**0,73**	**0,12**

24. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2021	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	16.052	8.898	1.401
Adições	378	506	461
Exclusões	(565)	(1.243)	(526)
Lucro tributável	15.865	8.161	1.336
Imposto de renda (15%)	2.380	1.224	200
Adicional de IRPJ (10%) sobre R$ 240.000	1.562	792	110
Contribuição social	1.428	735	120
Dedução PAT	45	41	45
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.325)	**(2.710)**	**(385)**
Alíquota efetiva	33%	**33%**	**29%**

25. Receita

a) Conciliação das receitas líquidas

	2021	2020	2019
Vendas brutas com serviços	68.007	46.183	34.357
Impostos sobre vendas	(6.021)	(5.442)	(4.024)
Devoluções e cancelamentos	-	-	(305)
Total	**61.986**	**40.741**	30.028

26. Custos e despesas por natureza

	2021	2020	2019
Custos diretos	(28.546)	(15.285)	(12.938)
Depreciação e amortização	(1.162)	(1.509)	(1.179)
Salários, Encargos e Benefícios	(7.283)	(6.732)	(7.111)
Prestação de Serviços	(6.670)	(5.251)	(4.500)
Despesas com viagens e Deslocamentos	(48)	(139)	(239)
Outras Despesas	(1.786)	(2.241)	(1.830)
Total	**(45.495)**	**(31.157)**	**(27.797)**
Custo do serviço prestado	(28.546)	(15.285)	(12.938)
Despesas comerciais	(9.679)	(10.889)	(11.041)
Gerais e administrativas	(7.650)	(4.238)	(3.688)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	380	(745)	(130)
Total	**(45.495)**	**(31.157)**	**(27.797)**

27. Resultado financeiro

	2021	2020	2019
Receita financeira			
Juros recebidos	287	204	103
Descontos obtidos	46	22	72
Juros com aplicações financeiras	39	91	125
Total da receita financeira	**372**	**317**	300
Despesa financeira			
Juros mora	(150)	(9)	(27)
Despesas bancárias	(93)	(30)	(22)
Juros bancários sobre empréstimos	(431)	(328)	(716)
Juros IFRS 16	(65)	(114)	(133)
Descontos Concedidos	(65)	-	-
Variação cambial passiva	(7)	(522)	(232)
Total da despesa financeira	**(811)**	**(1.003)**	(1.130)
Resultado financeiro	**(439)**	**(686)**	(830)

28. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Sociedade não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	15	-	**15**
Aplicações financeiras	2.276	-	**2.276**
Contas a receber	-	10.439	**10.439**
Total	**2.291**	**10.439**	**12.730**
Passivos			
Fornecedores	-	10.899	**10.899**
Empréstimos e financiamentos	-	6.386	**6.386**
Outras contas a pagar	-	7	**7**
Arrendamento	-	884	**884**
Total	**-**	**18.176**	**18.176**

Instrumentos financeiros	2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	597	-	**597**
Aplicações financeiras	4.440	-	**4.440**
Contas a receber	-	5.899	**5.899**
Total	**5.037**	**5.899**	**10.936**
Passivos			
Fornecedores	-	8.505	**8.505**
Empréstimos e financiamentos	-	4.114	**4.114**
Outras contas a pagar	-	42	**42**
Arrendamento	-	1.219	**1.219**
Total	**-**	**13.880**	**13.880**

Instrumentos financeiros	2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	**2**
Aplicações financeiras	6.069	-	**6.069**
Contas a receber	-	3.154	**3.154**
Total	**6.071**	**3.154**	**9.225**
Passivos			
Fornecedores	-	3.807	**3.807**
Empréstimos e financiamentos	-	2.317	**2.317**
Outras contas a pagar	-	4	**4**
Arrendamento	-	1.584	**1.584**
Total	**-**	**7.712**	**7.712**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Sociedade usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Nível 1:** preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	15	-
Aplicações financeiras	-	2.276	-
Contas a receber	10.439	-	-
Total	**10.439**	**2.291**	**-**

	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos			
Fornecedores	10.899	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.386	-	-
Outras contas a pagar	7	-	-
Arrendamento	884	-	-
Total	**18.176**	**-**	**-**

Instrumentos financeiros	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	597	-
Aplicações financeiras	-	4.440	-
Contas a receber	5.899	-	-
Total	**5.899**	**5.037**	**-**

	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos			
Fornecedores	8.505	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.114	-	-
Outras contas a pagar	42	-	-
Arrendamento	1.219	-	-
Total	**13.880**	**-**	**-**

Instrumentos financeiros	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	2	-
Aplicações financeiras	-	6.069	-
Contas a receber	3.154	-	-
Total	**3.154**	**6.071**	**-**

	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos			
Fornecedores	3.807	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.317	-	-
Outras contas a pagar	4	-	-
Arrendamento	1.584	-	-
Total	**7.712**	**-**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Sociedade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

(i) Risco de crédito

A Empresa está sujeita ao risco da inadimplência dos seus clientes, tanto pelo não pagamento dos serviços prestados ou produtos disponibilizados, como pelo não cumprimento de disposições contratuais. Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações perante a Empresa poderão resultar em perdas, bem como afetar o seu resultado operacional.

(ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Sociedade, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. A Sociedade conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, em acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos da Empresa ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento da Sociedade.

(iii) Risco de Mercado

A Sociedade possui 4 unidades de negócios, sendo que apresentam características de mercado distintas. As áreas de Criptografia e Proteção de Dados, em 2021 representou 70% das receitas, a área de Segurança Cibernética representa 6% das receitas e a unidade de negócios de Colaboração chegou a 25% das receitas de 2021. Os negócios da Sociedade dependem principalmente de clientes que adquirem os softwares e hardware e a prestação de serviços para manutenção e operacionalização do sistema. Uma redução na procura pelos produtos e serviços ofertados pela Empresa poderá afetar os ganhos da Empresa.

Adicionalmente, a Empresa está exposta ao risco de taxa de juros que se refere ao risco de a Empresa vir sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade

Os empréstimos e financiamento são contratados a taxas pré-fixadas cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da emissão mais 100% DI. Os empréstimos e financiamento possuem fluxos de amortização de juros e principal mensais e não estão expostos a variações de taxas ou mercado.

Já as aplicações financeiras estão atreladas ao CDB-DI com remuneração de 100% sobre o CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Sociedade. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Sociedade, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e para os empréstimos e financiamento, utilizando fundamentalmente os dados. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela Administração da Sociedade na gestão financeira:

			CDI de Exposição		
	Indexador	**Taxa de juros a.a.**	**Posição em 31/12/2021**	**Cenário razoavelmente possível**	
Aplicação financeira	CDI	4,42%	2.276	11,75%	165
Exposição	-	-	**2.276**	-	**165**

29. Segmentos operacionais

A Administração da Sociedade, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Sociedade para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento de venda de equipamentos de informática junto com o software e suporte técnico e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

30. Transações não caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Descrição	**Saldo em 31/12/2021**	**Saldo em 31/12/2020**	**Saldo em 31/12/2019**
Atividades de Investimento			
Adoção inicial de direito de uso de ativos	-	-	**1.890**
Total	-	-	**1.890**
Atividades de financiamento			
Arrendamentos a pagar	-	-	**1.584**
Total	-	-	**1.584**

Os valores referem-se ao direito de uso do imóvel o qual os efeitos não estão sendo apresentados nas demonstrações do fluxo de caixa.

31. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 5.050.000,00 para danos materiais e R$ 200.000,00 para responsabilidade civil. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

* * *

Integra Consultoria S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Iguaçu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

T +55 51 3500-8473

Aos Administradores e Sócios da
Integra Consultoria S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Integra Consultoria S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

1. Reconhecimento de receita (Nota Explicativa n° 7 item “b” e n°23)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas Notas Explicativas n° 7 item “b” e n° 23, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia reconheceu receitas nos montantes de R$ 23.519 mil, R$ 16.149 mil e R$ 10.163 mil, respectivamente, provenientes da prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. Tais receitas são reconhecidas quando da prestação dos serviços, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas decorrem da determinação de controles manuais para a identificação e mensuração do cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados com a iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações de performance;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluiram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação dos serviços;
- testamos a liquidação financeira para determinados contratos /clientes para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis.

Durante a realização dos procedimentos mencionados anteriormente, identificamos ajustes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nos montantes de R$ 514 mil (receita superavaliada) e R$ 608 mil (receita superavaliada), respectivamente, os quais foram ajustados pela Companhia nos respectivos exercícios. Não identificamos ajustes nas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos procedimentos efetuados, considerando os ajustes por nós identificados e efetuados pela administração, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para registro das receitas de vendas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados │ Integra Consultoria S.A.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 fevereiro de 2022

Romeu Sabino da Silva
CT CRC 1RS-071.263/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Integra Consultoria S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	Nota	2021	2020	2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	250	1.210	535
Contas a receber	9	8.744	3.468	1.550
Impostos a recuperar	10	197	362	235
Despesas antecipadas	11	199	52	23
Adiantamentos		43	53	27
Outros créditos		301	4	-
Total do ativo circulante		9.734	5.149	2.370
Ativo não circulante				
Imobilizado	12	741	487	530
Total do ativo não circulante		741	487	530
Total ativo		10.475	5.636	2.900

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integra Consultoria S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2021	2020	2019
Passivo circulante				
Fornecedores	14	278	68	119
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	177
Obrigações sociais e trabalhistas	15	2.139	1.765	1.053
Obrigações tributárias	16	955	720	354
Outras contas a pagar		113	43	13
Adiantamento de clientes	17	338	329	425
Passivo de arrendamentos	19	124	115	104
Total do passivo circulante		3.947	3.040	2.245
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	18
Dividendos a pagar		5.700	1.500	-
Passivo de arrendamentos	19	-	84	199
Obrigações tributárias	16	110	159	210
Partes relacionadas	20	-	500	400
Total do passivo não circulante		5.810	2.243	827
Patrimônio líquido	22			
Capital social integralizado		400	400	400
Reserva de lucros		238	-	-
Reserva de legal		80	80	77
Prejuízos acumulados		-	(127)	(649)
Total do patrimônio líquido		718	353	(172)
Total do passivo e patrimônio líquido		10.475	5.636	2.900

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integra Consultoria S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020	2019
Receita líquida	23	23.519	16.149	10.163
Custo do serviço prestado	24	(8.666)	(6.107)	(4.622)
Lucro bruto		14.853	10.042	5.541
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	24	(39)	(19)	(167)
Despesa com pessoal	24	(3.848)	(3.302)	(2.244)
Gerais e administrativas	24	(1.964)	(1.545)	(1.194)
Outras (despesas) operacionais líquidas	24	-	17	(6)
		(5.851)	(4.849)	(3.611)
Lucro antes do resultado financeiro		9.002	5.193	1.930
Receita financeira		12	44	34
Despesa financeira		(132)	(141)	(426)
Resultado financeiro líquido	25	(120)	(97)	(392)
Lucro líquido antes do imposto de renda		8.882	5.096	1.538
Imposto de renda e contribuição social	19	(2.817)	(1.969)	(500)
Lucro líquido do exercício		6.065	3.127	1.038

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integra Consultoria S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	6.065	3.127	1.038
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.065	3.127	1.038

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integra Consultoria S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	50	9	-	(335)	(276)
Aumento de capital social	350	-	-	-	350
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.038	1.038
Constituição de reserva legal	-	68	-	(68)	-
Distribuição de lucro	-	-	-	(1.284)	(1.284)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	400	77	0	(649)	(172)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.125	3.125
Constituição de reserva legal	-	3	-	(3)	-
Distribuição de lucro	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Transação de capital entre sócios	-	-	-	(1.100)	(1.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	400	80	0	(127)	353
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.065	6.065
Distribuição de lucro	-	-	-	(5.700)	(5.700)
Transferência para reseva de lucros	-	-	238	(238)	0
Saldo em 31 de dezembro de 2021	400	80	238	0	718

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integra Consultoria S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020	2019
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		6.065	3.127	1.038
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	24	215	183	194
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	41	44	-
Baixa liquida e ajustes do imobilizado e intangível		-	-	27
Despesa de Juros	25	16	56	63
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		(1.955)	(1.178)	(260)
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	9	(5.276)	(1.991)	(215)
Adiantamentos		10	(30)	394
Impostos a recuperar	10	165	211	(62)
Despesas antecipadas	11	(147)	(29)	(23)
Outros ativos		(297)	(4)	
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	14	210	(57)	(90)
Obrigações trabalhistas	15	374	630	369
Obrigações tributárias	16	2.141	1.234	487
Outros passivos		81	(26)	438
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.643	2.170	2.360
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	12	(469)	(141)	(128)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(469)	(141)	(128)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	13	-	-	350
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	-	(194)	(621)
Pagamento de arrendamentos IFRS 16	19	(118)	(104)	(93)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	-	(29)	(25)
Pagamento de juros sobre arrendamentos IFRS 16	19	(16)	(27)	(38)
Partes relacionadas	20	(500)	(1.000)	-
Pagamento de dividendos	22	(1.500)	-	(1.287)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(2.134)	(1.354)	(1.714)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(960)	675	518
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	8	1.210	535	17
No final do exercício	8	250	1.210	535
Variação		(960)	675	518

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Integra Consultoria S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020	2019
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	23	26.479	17.967	12.121
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	9	(41)	(44)	(29)
		26.438	17.923	12.092
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.694)	(1.637)	(1.592)
Perda recuperação de valores ativos		-	(88)	-
Valor adicionado bruto		23.744	16.198	10.500
Depreciação e amortização	24	(215)	(183)	(194)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		23.529	16.015	10.306
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	25	12	44	35
Valor adicionado total a distribuir		23.541	16.059	10.341
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta		9.284	7.403	5.170
Benefícios		1.151	737	602
F.G.T.S.		583	447	425
		11.018	8.587	6.197
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		5.483	3.580	2.257
Estaduais		44	86	14
Municipais		799	538	409
		6.326	4.204	2.680
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros		132	141	426
		132	141	426
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos		6.065	3.127	1.038
		6.065	3.127	1.038
		23.541	16.059	10.341

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Integra Consultoria S.A ("Integra") é uma sociedade constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado domiciliada no Brasil. A companhia tem sede e foro na cidade de Porto Alegre, RS, na Rua Gomes de Freitas, nº 350, Bairro Jardim Itu Sabará, tem em seu objeto social as seguintes atividades, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis no estabelecimento da Companhia; classificação fiscal de mercadorias e padronização descritiva de materiais na prestação de serviços de informação; suporte técnico; manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; tratamento de dados; provedores de serviços; de hospedagem na internet; treinamento em informática; treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; assessoria na área de gestão de estoque.

Covid-19

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (Covid-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta global de pandemia do novo Coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

Diante deste cenário, a Integra analisou os impactos advindos da pandemia de Covid-19 e vem adotando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade normal de suas operações.

Apesar da intensidade da crise deflagrada pela Covid-19 na saúde pública e economia mundial, a mudança de hábito da população, decorrente principalmente da necessidade de isolamento social, mudanças no modelo de trabalho (ampla utilização do home office) e redução das atividades de lazer, levaram a população brasileira à uma nova realidade, na qual a tecnologia se tornou uma grande aliada das Companhias e famílias.

Com base no exposto anteriormente, a Integra entende que os impactos em suas demonstrações contábeis e desempenho operacional e financeiro não foram afetados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. As reservas de caixa, o baixo endividamento e o crescimento observado na receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando comparado com 2020 e 2019, reforçam a capacidade de a Companhia manter os investimentos necessários à continuidade de suas operações.

2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (NBC TG), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (*"IASB"), a administração da Companhia utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 23** – reconhecimento de receita: se a receita dos serviços prestados é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; e
- **Nota Explicativa nº 19** – Prazo do arrendamento: a Integra determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 21 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente a NBC TG 47, NBC TG 48 e NBC TG 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

NBC TG 47 Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 – Receitas, a NBC TG 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento.

A Companhia adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

NBC TG 48 Instrumentos financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) e Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a NBC TG 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

ii) *Impairment* de ativos financeiros

A NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia.

NBC TG 06(R2) Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a NBC TG 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados a seguir.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o INBC TG 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na Nota Explicativa nº 17.

Na transição para a NBC TG 06(R3), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou a NBC TG 06(R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NBC TG 06(R1) e INBC TG 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06(R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06(R3) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda basicamente imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com a NBC TG 06(R3), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

i) *Arrendamento* classificado como arrendamento operacional conforme NBC TG 06(R1)

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 17). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar a NBC TG 06(R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06(R1). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo a partir de 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 11,1%.

Outras normas e deliberações adotadas pela Empresa

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos NBC TG 38, NBC TG 40 (R1) e NBC TG 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - NBC TG, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos NBC TG 38, NBC TG 40 (R1) e NBC TG 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de *hedge*.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 07 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas da NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8

Emendas da NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e da NBC TG 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7. Políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

A Companhia efetuou a adoção da NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018. A norma trouxe os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: **(i)** identificação dos contratos com os clientes; **(ii)** identificação das obrigações e efetiva realização da prestação de serviços; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à efetiva prestação de serviços objeto do contrato firmado entre as partes e **(v)** reconhecimento da receita no correto período de competência, ou seja, execução efetiva dos serviços contratados. A nova norma substituiu a NBC TG 17 – Contratos de Construção, a NBC TG 30 – Receitas e correspondentes interpretações.

A Companhia adotou a nova norma na data de vigência requerida, de forma prospectiva, pois avaliou os impactos detalhados dos aspectos referentes à mensuração e divulgação das obrigações de performance e contrapartida esperada na prestação do serviço com foco na área financeira e empresarial, bem como efetuou análise de determinadas obrigações contratuais estabelecidas no momento da contratação dos referidos serviços, cujos efeitos da avaliação dos impactos de adoção a NBC TG 47/IFRS 15 não foram significativos para as demonstrações contábeis da Companhia.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Companhia. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

c) Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando cumpre sua obrigação de desempenho referente à prestação do serviço ao cliente.

A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Governança	Atualização de base de cadastro, valor depende da quantidade de itens demandados	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprida a obrigação de desempenho
Manutenção	Manutenção do software	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pelo método linear, conforme a obrigação de desempenho é cumprida.
Saneamento	Limpeza da base de dados e cadastro do cliente	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de desempenho.
Desenvolvimento	Customização do sistema / e serviços demandados de clientes que já possuem o sistema	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de desempenho.
Setup	Implantação do sistema	A receita é reconhecida 90 dias após a contratação do sistema, período necessário para colocar o software em funcionamento.

A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 21.

Identificação do contrato com o cliente

Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Companhia e os usuários contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

d) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

e) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros; e
- Despesa de juros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foram apurados através do regime de lucro presumido, cujo lucro tributável é obtido por alíquota presumida aplicada sobre a receita bruta, sendo que em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo regime do lucro real, através da aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda, portanto, foram contabilizados de acordo com a NBC TG 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Computadores e periféricos	10 anos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos	10 anos
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25 anos	25 anos	25 anos
Equipamentos de processamentos de dados	-	5 anos	5 anos
Direito de uso	03 anos	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Ativos intangíveis

i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento (software)

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.
Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia deve designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.
Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas *(forward-looking)*.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito; e
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Caso existente, o ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Arrendamentos

A Companhia aplicou a NBC TG 06(R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme a NBC TG 06(R1) e INBC TG 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme NBC TG 06(R1) e INBC TG 03 são divulgados separadamente.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento na NBC TG 06(R3).

i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

l) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações aa NBC TG 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas aa NBC TG 26/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020	2019
Caixa	1	1	1
Bancos	51	662	235
Aplicações financeiras **(i)**	198	547	299
Total	**250**	**1.210**	**535**

(i) Referem-se à aplicação financeiras automática feitas pelas instituições financeiras com saldos referenciados pela taxa Certificados de Depósitos Bancário (CDB-DI) entre outros, com a remuneração média anual de aproximadamente 99% da CDI em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

9. Contas a receber

	2021	2020	2019
Clientes nacionais	8.858	3.541	1.550
Total de contas a receber	**8.858**	**3.541**	**1.550**
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(114)	(73)	-
Saldo líquido de contas a receber	**8.744**	**3.468**	**1.550**

Composição das contas a receber dia de vencimento em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Clientes	**2021**	**2020**	**2019**
A vencer	**8.744**	**3.468**	**1.550**
Vencidos entre 181 e 365 dias	**114**	**73**	**-**
Total	**8.858**	**3.541**	**1.550**

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Adições	73
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**73**
Adições	**41**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**114**

A PCLD é estimada com base nas perdas esperadas através de análise individual por situação de cliente e é considerada suficiente pela Administração para cobrir perdas consideradas prováveis.

10. Impostos a recuperar

	2021	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social	178	343	215
Tributos a compensar	19	19	20
Total	**197**	**362**	**235**

11. Despesas antecipadas

	2021	2020	2019
Seguros a apropriar	3	-	-
IPTU a apropriar	7	6	6
Antecipação de comissões	189	-	-
Despesas a apropriar	-	46	17
Total	**199**	**52**	**23**

12. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

	Equip. Proc. Eletrônico Dados	Móveis utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitoria Prop. de Terceiros	Outros	Direito de uso	Benfeitorias Instituto Caldeira	Total
Custo								
Em 1º de janeiro de 2019	**162**	**63**	**161**	**11**	**9**	**-**	**-**	**406**
Adições	-	66	63	-	-	-	-	**129**
Reconhecimento ativo direito de uso na aplicação inicial da NBC TG 06(R3)						396	-	**396**
Em 31 de dezembro de 2019	**162**	**129**	**224**	**11**	**9**	**396**	**-**	**930**
Adições	-	27	114	-	1		-	**142**
Baixas	-	(3)	-	-	-		-	**(3)**
Em 31 de dezembro de 2020	**162**	**153**	**338**	**11**	**10**	**396**	**-**	**1.070**
Adições	-	76	195	6	-	43	150	**469**
Reclassificação	(162)	98	74	-	(10)	-	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**326**	**607**	**16**	**-**	**440**	**150**	**1.539**
Depreciação acumulada								
Em 1º de janeiro de 2019	**(126)**	**(20)**	**(57)**	**(1)**	**(3)**	**-**	**-**	**(207)**
Depreciação	(32)	(12)	(40)	(1)	(1)	(108)	-	**(194)**
Em 31 de dezembro de 2019	**(158)**	**(32)**	**(97)**	**(2)**	**(4)**	**(108)**	**-**	**(401)**
Depreciação	(1)	(15)	(57)	(1)	(1)	(108)	-	**(183)**
Em 31 de dezembro de 2020	**(159)**	**(47)**	**(154)**	**(3)**	**(5)**	**(216)**	**-**	**(584)**
Depreciação	(3)	(16)	(80)	(1)	(1)	(112)	-	**(213)**
Reclassificação	162	(91)	(77)	(1)	5	-	-	**(2)**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(153)**	**(311)**	**(6)**	**-**	**(328)**	**-**	**(798)**
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2019	**4**	**97**	**127**	**8**	**5**	**288**	**-**	**530**
Em 31 de dezembro de 2020	**3**	**107**	**184**	**7**	**6**	**180**	**-**	**487**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**173**	**296**	**11**	**-**	**111**	**150**	**741**

O imobilizado inclui ativos de direito de uso relacionados a imóveis arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento.

13. Empréstimos e financiamentos

				31/12/2020			Movimentação					31/12/2019		
Modalidade	Taxa a.a	Estrutura da taxa	Vencto	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Seguros	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	23,35%	Pré-fixado	abr/21	-	-	**-**	-	(71)	-	(7)	7	53	18	**71**
Capital de giro	40,43%	Pré-fixado	out/20	-	-	**-**	-	(124)	-	(22)	22	124	-	**124**
Capital de giro	0,00%	Pré-fixado	abr/21	-	-	**-**	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Total							**-**	**(195)**	**-**	**(29)**	**29**	**177**	**18**	**195**

				31/12/2019			Movimentação					01/01/2019		
Modalidade	Taxa a.a	Estrutura da taxa	Vencto	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Seguros	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	23,35%	Pré-fixado	abr/21	53	18	**71**	100	(29)	-	(11)	11	-	-	**-**
Capital de giro	40,43%	Pré-fixado	out/20	124	-	**124**	150	(26)	-	(9)	9	-	-	**-**
Capital de giro	0,00%	Pré-fixado	abr/21	-	-	**-**	100	(100)	-	(5)	5	-	-	**-**
Limite c/c		Pré-fixado	jan/19	-	-	**-**	-	(292)	-	-	-	292	-	**292**
Limite c/c		Pré-fixado	jan/19	-	-	**-**	-	(173)	-	-	-	173	-	**173**
Total				**177**	**18**	**195**	**350**	**(620)**	**-**	**(25)**	**25**	**465**	**-**	**465**

b) Termos e cronograma de amortização da dívida

	Vencimento das parcelas	Total	2019 %
Total passivo circulante	**Até Dez/2020**	**177**	**91%**
Total passivo não circulante		**18**	**9%**
Total		**195**	**100%**

14. Fornecedores

	2021	2020	2019
Fornecedores	278	68	119
Total	**278**	**68**	**119**

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020	2019
Salários a pagar	1.070	1.047	559
Provisão de férias, INSS e FGTS	886	574	397
INSS a recolher	89	78	49
FGTS a recolher	73	61	38
Outros	21	5	10
Total	**2.139**	**1.765**	**1.053**

16. Obrigações tributárias

	2021	2020	2019
ISS a recolher	92	61	47
PIS e Cofins a recolher	-	-	77
IRPJ e CSLL a recolher	677	509	107
Outros a recolher	136	100	73
Cofins – Parcelamento	10	18	22
IRPJ – Parcelamento	36	61	78
CSLL – Parcelamento	11	19	24
Contribuição previdenciária - Parcelamento	10	17	22
Parcelamento Especial-RFB (Demais)	152	173	163
(-) Encargos a apropriar psrcelamentos	(59)	(79)	(49)
Total	**1.065**	**879**	**564**
Passivo circulante	**955**	**720**	**354**
Passivo não circulante	**110**	**159**	**210**

Refere-se a parcelamento tributário de impostos federais, sendo COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuição previdenciária com início em 29/06/2018 até 31/05/2023, 60 parcelas e PERT com início em 31/08/2017 até 31/01/2030, 150 parcelas.

17. Adiantamento de clientes

	2021	2020	2019
Adiantamentos de clientes (serviços a prestar)	338	329	425
Total	**338**	**329**	**425**

Os saldos de adiantamentos de clientes (serviços a prestar), referem-se aos contratos de prestação de serviços firmados, com a obrigação de prestação subsequente (exercício seguinte) dos serviços, conforme previsto nos termos contratuais, diante do recebimento financeiro ter ocorrido de forma antecipada.

18. Imposto de renda e contribuição social

Adiante apresentamos a reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

Apuração pelo lucro real	**31/12/2019**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social **(ii)**	1.543
(+) Adições	58
(-) Exclusões	(38)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	1.563
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(500)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	**-**
Total - Despesa de Imposto de renda e contribuição social (i)	**(500)**
Taxa efetiva (i)/(ii)	**32%**

	31/12/2021	31/12/2020
Apuração pelo lucro presumido		
Receita bruta de vendas	25.696	17.967
Base (presumida) de IRPJ e CSLL	32%	32%
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	**8.223**	**5.749**
Imposto de renda	(2.035)	(1.465)
Contribuição social	(741)	(536)
Total da despesa	**(2.776)**	**(2.001)**

19. Passivo de arrendamentos

	2021	2020	2019
Passivo de arrendamentos (Circulante)	124	115	104
Passivo de arrendamentos (Não Circulante)	-	84	199
Total	**124**	**199**	**303**

A Companhia arrenda imóveis. Esses arrendamentos normalmente duram um ano, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano ou conforme negociação entre locador e locatário, para refletir os valores de mercado.

Os arrendamentos dos imóveis foram em suma firmados há longa data. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06(R1).

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas adiante:

i) Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº10).

	Imóveis
Em 1º de janeiro de 2019	**396**
Despesa de depreciação do exercício	(108)
Adições a ativos de direito de uso	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**288**
Despesa de depreciação do exercício	(108)
Adições a ativos de direito de uso	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**180**
Despesa de depreciação do exercício	(112)
Adições a ativos de direito de uso	43
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**111**

ii) Valores reconhecidos no resultado

	2021	2020	2019
Arrendamentos			
Juros sobre arrendamento	(16)	(27)	(38)

O Grupo não possui arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor reconhecidos como despesa

iii) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média de 11,1% a.a. (11,1% a.a. em 31 de dezembro de 2019), sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico da companhia para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. O cronograma de pagamento dos arrendamentos e conforme segue:

	2021	2020	2019
Arrendamento de imóveis	124	199	303
Curto prazo	124	115	104
Longo prazo	-	84	199

A movimentação do arrendamento é conforme segue:

Em 1º de janeiro de 2019	396
Adições - novo arrendamento de imóvel	-
Pagamento de principal	(93)
Juros incorridos	38
Pagamento de juros	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**303**
Adições – novo arrendamento de imóvel	-
Pagamento de principal	(104)
Juros incorridos	27
Pagamento de juros	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**199**
Adições - novo arrendamento de imóvel	43
Pagamento de principal	(118)
Juros incorridos	16
Pagamento de juros	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**124**

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento é conforme segue:

	2021	2020	2019
2020	-	-	104
2021	-	115	199
2022	124	84	-
Total	**124**	**199**	**303**

iv) Potencial direito de PIS e Cofins

O indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados adiante:

	2021		2020		2019	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	(131)	(125)	(278)	(253)	(138)	(107)
PIS/Cofins potencial (9,25%)	12	12	26	23	13	10

v) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA média futura ao ano, para 2 anos, de 7,42% a.a., e representam os seguintes montantes:

Direito de uso **Fluxo real**	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso	111	180	288
Depreciação	(112)	(108)	(108)

Fluxo inflacionado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso	117	194	310
Depreciação	(120)	(116)	(116)

Passivo de arrendamento Fluxo real	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento	124	199	303
Despesa financeira	(16)	(27)	(38)
Fluxo inflacionado			
Passivo de arrendamento	125	227	335
Despesa financeira	(19)	(30)	(41)

20. Partes relacionadas

a) Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

	2021	2020	2019
Total de benefícios de curto prazo	126	282	150

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, benefícios não monetários.

Principais transações com o pessoal chave da administração

O valor das transações e saldos em aberto referentes a transações com sócios da companhia está apresentado adiante:

	Saldo em aberto em		
Parte relacionada	**2021**	**2020**	**2019**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	400
Empréstimos com sócios **(i)**	-	500	-
Total	**-**	**500**	**400**

(i) O valor refere-se a compra por parte da Companhia das 12 mil ações pertencentes a Dozolina Maria Fazolo da Silva, efetuada em 01/06/2020 pelo montante de R$ 1.100, divididos em 4 parcelas, sendo a primeira à vista no valor de 350 mil, a segunda no valor de 250 mil a ser paga em outubro de 2020, a terceira no valor de 250 mil a ser paga em abril de 2021 e a quarta parcela no valor de 250 mil a ser paga em outubro de 2021, o contrato somente prevê juros e atualização em caso de atraso no pagamento das parcelas.

Acordos celebrados

A Companhia celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

21. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda provável, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída. Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia classificados com risco de perda possível, no montante de R$ 141 (R$ 195 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o Conselho de administração se reuniu e aprovou por unanimidade o aumento do capital social da Companhia através de destinação de lucros acumulados no montante de R$ 350 (Trezentos e cinquenta mil reais) na mesma proporção de das ações de cada acionista, por meio da conversão de 100.000 quotas em 100.000 ações sem valor nominal, escriturais e sem valor nominal.

Em 1º de junho de 2020 na sede da Integra Consultoria S.A na cidade de Porto alegre – RS, foi aprovada, por unanimidade pela totalidade dos acionistas, a celebração do contrato de compra e venda de ações entre a companhia e a Sra. Dozolina Maria Fazolo da Silva para a aquisição da totalidade das suas 12.000 (doze mil) ações ordinárias de emissão da companhia por R$ 1.100 (hum milhão e cem mil reais); sendo efetuado o cancelamento da totalidade das 12.000 (doze mil) ações em tesouraria, sem redução do capital social, reduzindo-se proporcionalmente o número de ações emitidas pela companhia, das 100.000 (cem mil) ações, para 88.000 (oitenta e oito) mil ações, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, cujo capital social é de R$400.000,00 (quatrocentos mil reais);

Em 31 de dezembro a empresa Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. totaliza a compra de 70.400 (setenta mil e quatrocentos) ações, o Sr. Alexsandro Brubacher totaliza a compra de 373 (trezentos e setenta e três) ações, o Sr. Nelson Jawetz totaliza a compra de 2.038 (dois mil e trinta e oito) ações e o Sr. Luis Felipe C. Carchedi totaliza a compra de 2.038 (dois mil e trinta e oito) ações, conforme registro de ações nominativas nº 1.

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 400 mil reais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, representado, respectivamente, por 88.000 ações sem valor nominal (100.000, em 2019), assim distribuídas:

	2021	2020	2019
Nelson Jawetz	2,3%	-	-
Luis Felipe C. Carchedi	2,3%	-	-
Alexsandro Brubacher	0,4%	-	-
Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.	80%	-	-
LAFI Participações Ltda	8,8%	43,2%	38%
Evandro José Lacerda Felippe	2,5%	11,4%	10%
Carlos Eduardo Albo Py	3,6%	10,2%	9%
Sergio Otavio Werner	-	2,3%	2%
Luis Gustavo Masiero	-	11,4%	10%
Iraja Noble Junior	-	21,6%	19%
Dozolina Maria Fazolo da Silva	-	-	12%
Total de ações	**100%**	**100%**	**100%**

b) Distribuição de resultados

A destinação do lucro do exercício e a distribuição de lucros será aprovada pelos acionistas da Companhia, através de ata de reunião de sócios, respeitando as destinações previstas em lei, bem como o dividendo mínimo obrigatório previsto em seu estatuto, de 25% (vinte e cinco por cento), podendo a distribuição ser desproporcional à participação acionária.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d) Resultado por ação

O lucro básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria:

	2021	2020	2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	6.065	3.127	1.038
Denominador			
Média ponderada de ações - básica	88.000	88.000	100.000
Lucro básico por ação em (R$)	**0,0689**	**0,0355**	**0,0104**

23. Receita líquida

A Companhia gera receita principalmente pela prestação de serviços de consultoria e licenciamento de programas de computador customizáveis, suporte técnico e manutenção dos sistemas licenciados.

Adiante apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020	2019
Vendas brutas com serviços	26.479	17.967	12.121
Impostos sobre vendas	(2.960)	(1.818)	(1.958)
Receita líquida	**23.519**	**16.149**	**10.163**

24. Custos e despesas por natureza

	2021	2020	2019
Despesas com pessoal	(11.525)	(9.062)	(6.404)
Serviços prestados (i)	(1.405)	(661)	(726)
Gastos com manutenção	(18)	(40)	(187)
Publicidade e propaganda	(257)	(189)	(25)
Depreciação e outras	(215)	(183)	(194)
PECLD - Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(41)	(73)	-
Outras despesas	(1.056)	(748)	(697)
Total	**(14.517)**	**(10.956)**	**(8.233)**
Custo do serviço prestado	(8.666)	(6.107)	(4.622)
Despesas com pessoal	(3.848)	(3.302)	(2.244)
Gerais e administrativas	(1.964)	(1.546)	(1.194)
Despesas comerciais	(39)	(19)	(167)
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas	-	18	(6)
Total	**(14.517)**	**(10.956)**	**(8.233)**

O aumento refere-se principalmente ao budget nas áreas de Tecnologia e Produção.

25. Resultado financeiro

	2021	2020	2019
Receita financeira			
Juros recebidos	3	6	7
Descontos obtidos	3	-	14
Juros com aplicações financeiras	1	11	5
Variação cambial ativa	5	27	1
Outras receitas	-	-	7
Total da receita financeira	**12**	**44**	**34**
Despesa financeira			
Despesas bancárias	(8)	(7)	(17)
Juros mora tributo	(55)	(22)	(307)
Juros bancários sobre empréstimos	-	(29)	(25)
Juros sobre arrendamentos IFRS 16	(16)	(27)	(38)
Variação cambial passiva	(33)	(28)	(11)
Outras despesas	(20)	(28)	(29)
Total da despesa financeira	**(132)**	**(141)**	**(426)**
Resultado financeiro	**(120)**	**(97)**	**(392)**

26. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.
Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	250	-	250
Contas a receber	-	8.744	8.744
Total	**250**	**8.744**	**8.994**
Passivos			
Fornecedores	-	278	278
Passivo de arrendamentos	-	124	124
Outras contas a pagar	-	113	113
Total	**-**	**515**	**515**

Instrumentos financeiros	2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.210	-	1.210
Contas a receber	-	3.468	3.468
Total	**1.210**	**3.468**	**4.678**
Passivos			
Fornecedores	-	68	68
Passivo de arrendamentos	-	199	199
Outras contas a pagar	-	43	43
Total	**-**	**310**	**310**

Instrumentos financeiros	2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	535	-	535
Contas a receber	-	1.550	1.550
Total	**535**	**1.550**	**2.085**
Passivos			
Fornecedores	-	119	119
Empréstimos e financiamentos	-	195	195
Passivo de arrendamentos	-	303	303
Outras contas a pagar	-	13	13
Total	**-**	**630**	**630**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e bancos	-	52	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	198	-
Total	**-**	**250**	**-**

Instrumentos financeiros	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e bancos	-	663	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	547	-
Total	**-**	**1.210**	**-**

Instrumentos financeiros	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e bancos	-	236	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	299	-
Total	**-**	**535**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito;**
- **Risco de liquidez; e**
- **Risco de mercado.**

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco da inadimplência dos seus clientes, tanto pelo não pagamento dos serviços prestados ou produtos disponibilizados, como pelo não cumprimento de disposições contratuais. Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações perante a Companhia poderão resultar em perdas, bem como afetar o seu resultado operacional.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Companhia, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. A Companhia conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, em acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos da Companhia ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento da Companhia.

Risco de mercado

Os negócios da Companhia dependem principalmente de clientes que adquirem o sistema e a prestação de serviços para manutenção e operacionalização do sistema. Uma redução na procura pelos produtos e serviços ofertados pela Companhia poderá afetar os ganhos da Companhia.

Adicionalmente, a companhia está exposta ao risco de taxa de juros que se refere ao risco de a Companhia vir sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros:

Instrumento financeiro	Risco	Taxa	Saldo	Razoavelmente possível
Aplicações financeiras	Redução da CDI	9,15%	198	18,1
Total			**198**	**18,1**

27. Segmentos operacionais

A administração da Companhia, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela administração da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a administração concluiu que opera um único segmento de negócios e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

28. Transações não caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
Atividades de Investimento			
Adoção inicial de direito de uso de ativos	-	-	396
Total	-	-	396
Atividades de financiamento			
Arrendamentos a pagar	-	-	396
Total	-	-	396

Os valores referem-se ao direito de uso do imóvel o qual os efeitos não estão sendo apresentados nas demonstrações do fluxo de caixa.

29. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 3.600 para danos materiais, R$ 3.666 para lucros cessantes. Não temos seguro de responsabilidade civil. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

* * *

TPV Inova Soluções em Informática S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Administradores e Acionistas da
TPV Inova Soluções em Informática S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da TPV Inova Soluções em Informática S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita (Nota Explicativa nº 3.2 item "b" e nº 19)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 19, em 31 de dezembro de 2021, 2019 e 2019 a Companhia reconheceu receitas líquidas nos montantes de R$ 11.284 mil, R$ 13.263 mil e R$ 15.313 mil, respectivamente, provenientes da prestação de serviços de gestão e instalação e aluguel de rastreadores. Tais receitas são reconhecidas quando da prestação do serviço, atendendo e cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas dependem da determinação de controles manuais para identificação e mensuração do cumprimento das obrigações de performance, sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria, devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados com a iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações performance, preço, prazo, limites de crédito, entre outras;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação do serviço de serviços havia ocorrido;
- efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto a determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes, para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- testamos a integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list)*, por meio de confirmações recebidas e documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.);
- avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

  Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022.

Ricardo Flores de Oliveira
CT CRC SP215.609/O-4-T-RJ

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	2021	2020	2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.786	1.133	168
Contas a receber	5	1.954	2.687	2.550
Impostos a recuperar	6	972	1.020	816
Outros valores a receber	-	50	21	13
Partes relacionadas	7	-	-	1.883
Despesas antecipadas		7	7	8
Total do ativo circulante		**4.769**	**4.868**	**5.438**
Ativo não circulante				
Outros valores a receber		3	-	-
Ativos provenientes de operações descontinuadas	8	-	-	302
Imobilizado	9	5.055	4.650	3.095
Intangível	10	3.836	3.756	3.319
Direito de uso	11	17	280	504
Total do ativo não circulante		**8.911**	**8.686**	**7.220**
Total ativo		**13.680**	**13.554**	**12.658**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2021	2020	2019
Passivo circulante				
Fornecedores	12	703	732	313
Empréstimos e financiamentos	13	1.945	1.679	1.142
Partes relacionadas	7	-	-	66
Obrigações sociais e trabalhistas	14	324	550	769
Obrigações tributárias	15	2.166	2.608	2.585
Arrendamento	23	78	277	222
Outras contas a pagar		-	231	38
Debêntures	16	-	3.827	-
Adiantamento de clientes		26	20	-
Total do passivo circulante		**5.242**	**9.924**	**5.135**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	2.513	1.895	811
Obrigações tributárias	15	2.980	2.808	2.603
Arrendamento	23	-	78	355
Debêntures	16	-	-	2.489
Outras contas pagar		433	246	-
Total do passivo não circulante		**5.926**	**5.027**	**6.258**
Patrimônio líquido	18			
Capital social		8.973	4.820	4.638
Reserva de capital		19	-	-
Ações em tesouraria		(91)	(91)	(96)
Prejuízos acumulados		(6.389)	(6.126)	(3.277)
Total do patrimônio líquido		**2.512**	**(1.397)**	**1.265**
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.680**	**13.554**	**12.658**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto prejuízo básico em R$)

	Notas	2021	2020	2019
Receita líquida	19	11.284	13.263	15.313
Custo do serviço prestado	20	(5.331)	(6.736)	(8.681)
Lucro bruto		**5.953**	**6.527**	**6.632**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com pessoal	20	(662)	(1.923)	(2.059)
Gerais e administrativas	20	(3.393)	(1.875)	(2.899)
Despesas tributárias	20	(62)	(66)	(71)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20	(417)	(2.502)	(55)
		(4.534)	**(6.366)**	**(5.084)**
Resultado antes do resultado financeiro		**1.419**	**161**	**1.548**
Receita financeira	21	61	138	71
Despesa financeira	21	(1.697)	(2.543)	(2.210)
Resultado financeiro líquido		**(1.636)**	**(2.405)**	**(2.139)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(217)**	**(2.244)**	**(591)**
Imposto de renda e contribuição social	22	(46)	(278)	(420)
Prejuízo do exercício de operações continuadas		**(263)**	**(2.522)**	**(1.010)**
Lucro líquido de operações descontinuadas		**-**	**-**	**730**
Prejuízo do exercício		**(263)**	**(2.522)**	**(280)**
Prejuízo por ação - Básico - Em R$	18.e	(1,2018)	(10,7735)	(1,2017)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Prejuízo do exercício	(263)	(2.522)	(280)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(263)**	**(2.522)**	**(280)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

					Prejuízos acumulados		
	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ações em Tesouraria	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019		**6.396**	**-**	**(96)**	**-**	**(2.997)**	**3.303**
Redução de capital	18.a	(1.758)	-	-	-	-	(1.758)
Transferência para reserva de incentivos		-	-	-	316	(316)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(280)	(280)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**4.638**	**-**	**(96)**	**316**	**(3.593)**	**1.265**
Aumento de capital	18.a	182	-	-	-	-	182
(-) Dividendos pagos	18.c	-	-	5	-	(327)	(322)
Transferência para reserva de incentivos		-	-	-	216	(216)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(2.522)	(2.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**4.820**	**-**	**(91)**	**532**	**(6.658)**	**(1.397)**
Aumento de capital - Conversão de debêntures	18.a	4.153	-	-	-	-	**4.153**
Transferência para reserva de incentivos		-	-	-	136	(136)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(263)	**(263)**
Pagamento baseado em ações	18.d	-	19	-	-	-	**19**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**8.973**	**19**	**(91)**	**668**	**(7.057)**	**2.512**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(217)	(2.244)	(591)
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	2.308	2.086	1.683
Juros sobre empréstimos	465	321	764
Juros sobre impostos	775	819	463
Juros sobre debêntures	326	1.248	428
Juros sobre arrendamento	21	98	137
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(33)	103	(56)
Perda na dissolução de sociedade	-	2.185	-
Pagamento baseado em ações	19	-	-
Imposto de renda pago	(20)	(91)	(225)
	3.644	4.525	2.604
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber	766	(240)	163
Adiantamentos	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	48	(204)	(515)
Créditos diversos	(30)	(8)	(23)
Partes relacionadas	-	-	251
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	(29)	419	(1.195)
Obrigações trabalhistas	(226)	(219)	187
Obrigações tributárias	(1.071)	(779)	(446)
Outras contas a pagar	(38)	462	35
Arrendamento	(116)	(319)	(288)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.948	3.637	773
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(1.116)	(2.116)	(294)
Arrendamento - Direito de Uso	(1.598)	(1.736)	(362)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.714)	(3.852)	(656)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	2.417	4.564	4.378
Empréstimos liquidados	(1.533)	(2.581)	(5.811)
Juros pagos	(465)	(749)	(757)
Debentures	-	90	2.061
Dividendos pagos	-	(326)	-
Aumento de capital e reservas	-	182	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	419	1.180	(129)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	653	965	(12)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	1.133	168	180
No final do exercício	1.786	1.133	168
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	653	965	(12)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S/A

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	12.867	15.406	17.811
Outras receitas	104	98	395
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	33	(103)	56
	13.004	**15.401**	**18.262**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(753)	(3.018)	(3.992)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.015)	(1.228)	(1.172)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	(2.185)	-
Outras	(711)	(834)	(2.354)
Total de receitas e insumos adquiridos de terceiros	**(4.479)**	**(7.265)**	**(7.518)**
Valor adicionado bruto	**8.525**	**8.136**	**10.744**
Depreciação e amortização	(2.308)	(2.086)	(1.683)
	(2.308)	**(2.086)**	**(1.683)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**6.217**	**6.050**	**9.061**
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de operações descontinuadas	-	-	730
Receitas financeiras	61	138	71
Valor adicionado total a distribuir	**6.278**	**6.188**	**9.862**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	1.775	2.242	2.720
Benefícios	454	1.147	1.471
F.G.T.S.	144	169	289
	2.373	**3.558**	**4.480**
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.047	2.312	2.685
Estaduais	6	19	101
Municipais	423	608	778
	2.476	**2.939**	**3.564**
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	1.587	2.486	1.792
Despesas financeiras	104	52	306
	1.691	**2.538**	**2.098**
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos pagos	-	(326)	-
Prejuízo retido	(262)	(2.521)	(280)
	(262)	(2.847)	(280)
	6.278	**6.188**	**9.862**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A TPV Inova Soluções em Informática S.A ("Companhia ou THINC") é uma Companhia anônima de capital fechado com sede na Praia de Botafogo, 518, Rio de Janeiro - RJ. A THINC é uma Companhia de tecnologia para gestão e alto desempenho que possui o objetivo de aumentar a eficiência operacional e a reduzir custos de Companhias em geral. Desde 2005, a THINC é referência em desenvolver soluções que incluem plataformas e aplicativos que fazem uso de tecnologias de ponta como big data e inteligência artificial. A Companhia desenvolve suas atividades na área de prestação de serviços, desenvolvimento de software e licenciamento de programas de computador aplicados ao monitoramento e rastreamento veicular, gestão de frotas, gestão de combustível, gestão de filas e de força de trabalho.

Os resultados do monitoramento, rastreamento e comportamento dos usuários de suas soluções permitem a Companhia gerar informações de alto valor para o entendimento do comportamento de consumo o que permite aos seus clientes ter melhores e maiores insights sobre como gerenciar e aumentar a sua efetividade operacional. Com o serviço de roteirização por exemplo os motoristas são direcionados cuidadosamente às solicitações de serviço com base no tempo estimado de chegada, juntamente com o tempo médio de viagem. Controlando se o veículo realmente visitou o serviço, fornecendo evidências auditáveis de que tudo foi tratado com eficiência e precisão.

1.1. Situação operacional e financeira

Nos dois últimos anos, a THINC passou por um período desafiador durante a pandemia, quando perdeu aproximadamente 20% da receita bruta, mas mais uma vez a Administração readequou a estrutura de custos para comportar a perda de receita.

No segundo semestre de 2021, lançamos dois produtos com foco em PME's e iniciamos uma pareceria estratégica com uma empresa que tem enorme sinergia comercial para atuar como canal de do software de gestão de combustível.

Em dezembro de 2021, começamos a implantação em dois novos clientes e a expectativa é conseguir mais três pilotos até o final do primeiro trimestre de 2022.

1.2. Covid 19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica.

A Administração da Companhia, alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, tomou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas, aderindo o trabalho em home office, chegando a quase 100% do seu efetivo nessa modalidade de trabalho.

Nossos principais clientes são empresas de telecom, que fazem manutenção das redes das operadoras de Telefonia, principalmente a Oi.

A Oi por sua vez é a detentora de grande parte do *backbone* nacional, segunda maior operadora de telefonia fixa no Brasil (em número de linhas instaladas).

Como durante a pandemia boa parte das pessoas no país todo foram forçadas a ficar em casa, alguns serviços não sofreram queda acentuada de demanda como *delivery* e *utilities*, por isso nossos clientes não foram tão impactados.

Alguns números:

- Serede e Rede Conecta tem 25 mil funcionários, a maioria em operação de campo;
- Fazem 12 milhões de atendimentos por ano.

Nossos sistemas de rastreamento e combustível foram e são fundamentais para que as operações dos nossos clientes de telecom continuem funcionando da maneira mais controlada e eficiente possível. Nós somos, comprovadamente, uma fonte de economia nas operações deles (o ROI deles é de 120%, porque geramos R$ 2 milhões de economia e a nossa mensalidade gira em torno de R$ 990 mil.

Além disso, ao longo da pandemia, outros clientes como Secretarias de Segurança e Supergasbras, não puderam ter operações interrompidas.

As autoridades brasileiras governamentais implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais impostos pela atual pandemia, à época de dimensões crescentes e ainda incertas. Listamos abaixo aquelas que a THINC aderiu:

I - PIS, COFINS e INSS-Contribuição Patronal: Os valores devidos das competências de março, abril e maio de 2020, foram diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente.

II - FGTS: O recolhimento das competências de março a maio foi diferido em seis parcelas iguais, a pagar de julho a dezembro de 2020.

III – Implementação da redução proporcional de jornada de trabalho e de salários e a suspensão temporária do contrato de trabalho para alguns casos especiais e específicos.

Ainda em 2020, a Companhia também adotou uma série de medidas visando reduzir custos, postergar desembolso de caixa e otimizar seu capital de giro, com o objetivo de reforçar sua solidez financeira. As principais medidas adotadas estão relacionadas a seguir:

I - A postergação (diferimento) no pagamento de diversas despesas e financiamentos como: aluguéis, despesas de condomínio, leasing, financiamentos, empréstimos, contratos de prestação de serviços etc.

II - Redução dos gastos administrativos com a adoção do home office e otimização de contratos, manutenção dos seus escritórios, e postergação na realização de serviços não essenciais.

A Administração mantém monitoramento contínuo dos impactos, mais até a presente data da emissão das referidas demonstrações contábeis não espera incorrer outros impactos econômicos e/ou financeiros em suas operações subsequentes.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas brasileiras de contabilidade (NBC TG), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo Iasb.

As principais práticas adotadas descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional do ambiente econômico na qual a Companhia atua ("moeda funcional"). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 – reconhecimento de receita/contas a receber: se a receita de prestação de serviços reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- Nota explicativa 11 - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;
- Nota explicativa 10 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 5 – mensuração de perda esperada para o contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 – reconhecimento de receita/contas a receber: estimativa da expectativa de devolução;

- Nota explicativa 10 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 5 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

3. Políticas contábeis e mudanças nas principais políticas contábeis

3.1. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente a NBC TG 47 e a NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 – Receitas, a NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, adicionalmente no final do exercício de 2018 a Companhia iniciou suas atividades o qual não gerou receita relevante para uma avaliação.

NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38/(R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38/(R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38/(R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) Impairment de ativos financeiros

A NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38/ (R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia.

NBC TG 06 (R3) Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e TG 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na Nota Explicativa nº 9.

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou à NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NTG 06 (R2) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda basicamente imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com a NBC TG 06 (R3), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme a NBC TG 06 (R2)

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 9). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar à NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso dos imóveis, e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo.

	01/01/2019
Ativos de direito de uso – Nota Explicativa nº 8	766
Passivo de arrendamento – circulante – Nota Explicativa nº 9	185
Passivo de arrendamento – não circulante – Nota Explicativa nº 9	581

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019 de 22,34%.

d) Outras normas e deliberações adotadas pela Companhia

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre estas demonstrações contábeis.

3.2 Políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de sua contratação.

b) Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados e, posteriormente, pelos saldos deduzidos de perdas estimadas no valor recuperável. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD são estabelecidas quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pelo cliente, de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os montantes devidos, de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.

c) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. As faturas são emitidas após a apuração da quantidade de softwares desenvolvidos e instalações realizadas. O reconhecimento da receita ocorre no momento da prestação do serviço.

Produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance	Cumprimento das obrigações de performance
Serviço	Gestão de combustível. A administração utiliza a data de assinatura do contrato para determinar o corte (“cut off”) de cada emissão, sempre reconhecendo a competência como mês vencido (anterior ao mês de emissão do documento fiscal).	No momento em que o serviço é prestado
Serviço	Gestão de frotas. A administração utiliza a data de assinatura do contrato para determinar o corte (“cut off”) de cada emissão, sempre reconhecendo a competência como mês vencido (anterior ao mês de emissão do documento fiscal)	No momento em que o serviço é prestado
Serviço	Gestão de filas. A administração utiliza a data de assinatura do contrato para determinar o corte (“cut off”) de cada emissão, sempre reconhecendo a competência como mês vencido (anterior ao mês de emissão do documento fiscal)	No momento em que o serviço é prestado
Serviço	Gestão de força de trabalho. A administração utiliza a data de assinatura do contrato para determinar o corte (“cut off”) de cada emissão, sempre reconhecendo a competência como mês vencido (anterior ao mês de emissão do documento fiscal)	No momento em que o serviço é prestado
Serviço	Instalação e aluguel de rastreadores	No momento em que o serviço é prestado

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Lei do bem

A Companhia desenvolve projetos de incentivo a tecnologia que resultam em dispêndios na atividade de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológicas tendo a utilização do benefício fiscal oriundo da Lei da Bem, que permite a redução de parte destes dispêndios da base do lucro real, conforme estabelecido no art. 26 da Lei 11.196/05 (Lei do Bem). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve a título de benefício o montante de R$ 136 (R$ 216 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 316 em 31 de dezembro de 2019).

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	2021	2020	2019
Computadores e periféricos	05 anos	05 anos	05 anos
Máquinas e equipamentos	05 anos	05 anos	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativo intangível

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis são as seguintes:

	2021	2020	2019
Software e aplicativos	05 anos	05 anos	05 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR

se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do

contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 1 ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

j) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problema de recuperação” quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e que seja provável que a Companhia será requerida a liquidar tal obrigação, e que esta possa ser mensurada de forma confiável. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas em torno da obrigação.

l) Arrendamentos

A Companhia aplicou o NBC TG 06(R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o NBC TG 06(R2) e ITG 03 (R1). Os detalhes das políticas contábeis conforme NBC TG 06(R2) e ITG 03 (R1) são divulgados separadamente.

m) Demonstração de Fluxo de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC, por meio do método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, reconciliando-se o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. As alterações nos itens do balanço patrimonial que não resultaram em fluxos de caixa, itens não monetários, foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração. Quando aplicável, os dividendos pagos aos acionistas são classificados como atividades de financiamento.

n) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;
- IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual;
- Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
- Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single *transaction*").

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020	2019
Bancos conta movimento	31	1	168
Aplicações financeiras	1.755	1.132	-
	1.786	**1.133**	**168**

As aplicações financeiras são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, com rentabilidade de 80% da variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras

5. Contas a receber

	2021	2020	2019
Clientes	2.947	3.771	3.916
Duplicatas descontadas	(472)	(530)	(915)
Total de contas a receber	2.475	3.241	3.001
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(521)	(554)	(451)
Saldo líquido de contas a receber	**1.954**	**2.687**	**2.550**

Composição das contas a receber por período em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Clientes	2021	2020	2019
A vencer	2.296	3.016	3.212
Vencidos			
01 - 30 dias	1	93	278
31 - 60 dias	1	67	9
61 - 90 dias	16	42	-
91 - 180 dias	67	38	6
181 - 360 dias	82	243	-
Acima de 365 dias	483	272	411
Total	**2.947**	**3.771**	**3.916**

Movimentação da PECLD:

Descrição	R$
Saldo em 01/01/2019	**(507)**
Adições	-
Reversões	56
Saldo em 31/12/2019	**(451)**
Adições	(103)
Reversões	-
Saldo em 31/12/2020	**(554)**
Adições	-
Reversões	33
Saldo em 31/12/2021	**(521)**

Duplicatas descontadas

A Companhia cedeu contas a receber de clientes para bancos para antecipar seu fluxo de caixa. Esse contas a receber de clientes não foi desreconhecido do balanço, pois a Companhia reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente o risco de crédito. O valor recebido na transferência foi reconhecido como um empréstimo bancário garantido. O acordo com o banco é de que os clientes continuem a remeter o caixa para a Companhia, e a Companhia transfira os montantes recebidos para o banco.

Os recebíveis são considerados dentro de um modelo de negócios mantido para recebimento consistente com o reconhecimento contínuo dos recebíveis pela Companhia.

6. Impostos a recuperar

	2021	2020	2019
ICMS a recuperar	614	617	544
IRRF a recuperar	122	238	165
CSLL a recuperar	73	162	106
IRPJ saldo negativo	120	-	-
CSLL saldo negativo	31	-	-
Outros	12	3	1
	972	**1.020**	**816**

7. Partes relacionadas

	2021	2020	2019
Ativo			
TLV Soluções em Informática Ltda.	-	-	1.494
Syos Sistemas de Iot S.A	-	-	389
	-	**-**	1.883

O empréstimo junto a TLV Soluções em Informática Ltda. foi quitado no momento da descontinuidade dos investimentos em 28 de outubro de 2020. O empréstimo junto a Syos Sistemas de Iot S.A foi recebido em duas parcelas sendo pagas em 20 de abril de 2020 e 27 de abril de 2020, respectivamente, mediante de transferência bancária.

Passivo	2021	2020	2019
Empréstimos dos Sócios	-	-	66
Total	**-**	**-**	**66**

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados dentro de dois meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Operações com o pessoal chave da administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2021	2020	2019
Benefícios de curto prazo	704	1.137	1.438
Pagamentos baseados em ações	19	-	-
Total	**723**	**1.137**	**1.438**

O valor de remuneração fixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 1.210 conforme deliberado em AGE.

Acordos celebrados

A Companhia celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

8. Operações descontinuadas - Investimentos

	2020	2019
TLV Soluções em Informática Ltda.	-	302
	-	302

A TLV Soluções em informática Ltda., dissolvida em 30 de abril de 2020, tinha como objeto social a prestação de serviços, o desenvolvimento e o licenciamento de computador para utilização por terceiros, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, monitoramento, rastreamento veicular e aluguel de equipamento rastreador. No ato da dissolução da Companhia, os ativos e passivos líquidos foram devolvidos aos seus quotistas na proporção do capital social.

a) Movimentação do investimento

Em 1° de janeiro de 2019	**(428)**
Equivalência patrimonial	730
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**302**
Dissolução da Companhia	(302)
Em 31 de dezembro de 2020	**-**

b) Balanço patrimonial

	2019
Ativo	
Duplicatas a receber	60
Empréstimos a receber	1.863
	1.923
Passivo	
Empréstimos a pagar	1.621
	1.621
Ativo líquido	**302**

c) Demonstração do resultado

	2019
Receita líquida	55
Custos dos serviços prestados	(8)
Lucro bruto	47
Outras receitas operacionais	750
Lucro operacional	797
Resultado financeiro	(28)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	769
Imposto de renda e contribuição social	(17)
Lucro líquido do exercício	752
Minoritários	22
Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas	**730**

9. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

	Imobilização em andamento	Máquinas e equipamentos	Computadores e Periféricos	Total
Custo				
Em 01 de janeiro de 2019	**26**	**6.422**	**99**	**6.547**
Adições	21	790	12	823
Baixas (*)	-	(2.990)	-	(2.990)
Em 31 de dezembro de 2019	**47**	**4.222**	**111**	**4.380**
Adições	5	2.112	4	2.121
Baixas	(3)	-	-	(3)
Em 31 de dezembro de 2020	**49**	**6.334**	**115**	**6.498**
Adições	10	1.106	-	1.116
Baixas		-	-	
Em 31 de dezembro de 2021	**59**	**7.440**	**115**	**7.614**

	Imobilização em andamento	Máquinas e equipamentos	Computadores e Periféricos	Total
Depreciação acumulada				
Em 01 de janeiro de 2019	**-**	**(1.553)**	**(32)**	**(1.585)**
Depreciação	-	(383)	(20)	(403)
Baixas	-	703	-	703
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**(1.233)**	**(52)**	**(1.285)**
Depreciação	-	(540)	(23)	(563)
Baixas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	**-**	**(1.773)**	**(75)**	**(1.848)**
Depreciação		(692)	(19)	(711)
Baixas				
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(2.465)**	**(92)**	**(2.559)**
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2019	**47**	**2.989**	**59**	**3.095**
Em 31 de dezembro de 2020	**49**	**4.561**	**40**	**4.650**
Em 31 de dezembro de 2021	**59**	**4.975**	**21**	**5.055**
(*) Substancialmente pela redução de capital social (vide nota 18)				

10. Intangível

a) Conciliação do valor contábil

	Softwares
Custo	
Em 01 de janeiro de 2019	**5.744**
Adições	362
Em 31 de dezembro de 2019	**6.106**
Adições	1.736
Em 31 de dezembro de 2020	**7.842**
Adições	1.597
Em 31 de dezembro de 2021	**9.439**
Amortização acumulada	
Em 01 de janeiro de 2019	**(1.735)**
Amortização	(1.052)
Em 31 de dezembro de 2019	**(2.787)**
Amortização	(1.299)
Em 31 de dezembro de 2020	**(4.086)**
Amortização	(1.517)
Em 31 de dezembro de 2021	**(5.603)**
Valor contábil líquido	
Em 31 de dezembro de 2019	3.319
Em 31 de dezembro de 2020	3.756
Em 31 de dezembro de 2021	3.836

11. Direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota explicativa 9).

Ativo	2021	2020	2019
Direito de Uso	731	731	766
Amortização do Direito de Uso	(520)	(451)	(227)
Remensuração	(194)	-	(35)
Líquido	**17**	**280**	**504**

	Escritório Comercial
Em 1º de janeiro de 2019	**766**
Despesa de depreciação do exercício	**(227)**
Remensuração	(35)
Saldo em 31/12/2019	**504**
Despesa de depreciação do exercício	(224)
Remensuração	-
Saldo em 31/12/2020	**280**
Despesa de depreciação do exercício	(81)
Baixas de ativos de direito de uso	(182)
Saldo em 31/12/2021	**17**

12. Fornecedores

	2021	2020	2019
Provedor de serviços de internet	517	562	203
Outros fornecedores de bens e serviços	186	170	110
Total	**703**	**732**	**313**

13. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020	2019
Empréstimos bancários (*)	4.199	3.206	1.501
Passivo de arrendamento - equipamentos	259	368	452
Total	**4.458**	**3.574**	**1.953**
Circulante	1.945	1.679	1.142
Não circulante	2.513	1.895	811

(*) Os empréstimos possuem como garantia aval dos acionistas e direitos recebíveis. As taxas são pré-fixadas e variam de 0,93% a 1,92% ao mês.

a) Cronograma de vencimento de longo prazo:

	2021	2020	2019
2021	-	-	553
2022	-	1.052	161
2023	1.474	555	97
2024	992	288	-
2025	47	-	-
Total	**2.513**	**1.895**	**811**

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Saldo
Saldo em 01/01/2019	**3.445**
Captação	4.378
Juros incorridos	764
Pagamento do principal	(5.811)
Pagamento de juros	(757)
Saldo em 31/12/2019	**2.019**
Captação	4.564
Juros incorridos	321
Pagamento do principal	(2.581)
Pagamento de juros	(749)
Saldo em 31/12/2020	**3.574**
Captação	2.417
Juros incorridos	465
Pagamento do principal	(1.533)
Pagamento de juros	(465)
Saldo em 31/12/2021	**4.458**

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020	2019
Salários e Rescisões a pagar	91	108	220
Provisão de férias, INSS e FGTS	162	202	281
IRRF Folha a recolher	12	13	28
INSS a recolher	44	209	222
FGTS a recolher	15	18	18
Total	**324**	**550**	**769**

15. Obrigações tributárias

	2021	2020	2019
Circulante			
Parcelamentos impostos a pagar (*)	1.423	1.298	1.549
COFINS a recolher	391	546	401
PIS a recolher	81	37	75
IRPJ	20	145	149
CSLL	7	43	46
ISS a recolher	155	479	342
ISS retido a recolher	87	53	21
IRRF a recolher	-	2	-
INSS retido a recolher	1	2	1
CRF a recolher	1	3	1
Total circulante	**2.166**	**2.608**	**2.585**
Não Circulante			
Parcelamentos impostos a pagar (*)	2.980	2.808	2.603
Total de Obrigações tributárias	**5.146**	**5.416**	**5.188**

(*) Correspondem substancialmente a parcelamentos de INSS, ISS e tributos federais parcelados entre 40 e 179 meses, com vencimento final em 2029.

16. Debêntures

Em 20 de março de 2019, foi emitida Escritura privada de debêntures conversíveis com a seguintes características:

- **Quantidade –** até 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) debêntures
- **Valor nominal –** R$ 1 (um real)
- **Série –** única
- **Espécie –** Quirografária
- **Vencimento –** 24 meses da data de subscrição. No vencimento, os debenturistas deverão, obrigatoriamente, converter a totalidade de suas debêntures exclusivamente em ações preferenciais de emissão da Companhia, com direito a voto, com prioridade do reembolso do capital e sem prêmio.
- **Remuneração –** juros de 27% ao ano
- **Cálculo de conversão –** A quantidade de ações a serem recebidas por cada debenturista será igual ao valor principal corrigido das Debêntures dividido pelo "Valor da Ação para Conversão"
- **Valor da Ação para Conversão –** será o menor valor entre o *Valuation post Money* da Companhia ou *valuation* atribuído à Companhia na Rodada de investimento. Caso não haja rodada de investimento, o valor para conversão será o *Valuation post Money*, atribuído na escritura o valor de R$ 31.066.

Vencimento antecipado – as debêntures serão consideradas com vencimento antecipado nas seguintes situações: (i) transformação da emissora em Companhia limitada e, (ii) decretação de falência

Abaixo apresentamos o saldo corrigido individualizado por categoria:

	2021	2020	2019
Pessoas físicas	-	2.832	1.798
Pessoas jurídicas	-	995	691
Total	-	3.827	2.489
Parcela circulante	-	3.827	-
Parcela não circulante		-	2.489
Total	-	3.827	2.489

As debêntures foram liquidadas em 03 de novembro de 2021 conforme AGE de autorização de emissão de ações no montante de R$ 4.153.

17. Provisões para contingências

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos civil, tributários e trabalhistas que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações de seus assessores jurídicos.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 03 processos trabalhistas com probabilidade possível que totalizam R$ 158.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em AGE, datada de 20 de março de 2019, a Assembleia deliberou sobre a redução do capital social do valor de R$ 1.758 por considerá-lo excessivo, mediante devolução de ativos relacionados ao software SYOS IOT. Dessa forma, o capital social foi reduzido de R$ 6.396 para R$4.638, representados por 200.544 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 33.424 ações preferenciais, com direito a voto, com prioridade no reembolso de capital e sem prêmio.

Em AGE, datada de 22 de maio de 2020, a Assembleia aprovou a ratificação do aumento do capital social da Companhia aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 10 de janeiro de 2020, no valor R$ 182, mediante a emissão de 1.348 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, aprovado pelo Conselho de Administração através do capital autorizado. Também foi aprovada a criação de nova classe de ações preferenciais, a serem denominadas Ações Preferenciais Classe C, sem direito a voto, resgatáveis, que darão direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários aos seus titulares, até o limite de R$ 10,00 (dez reais) por ação, em cada exercício social. Os acionistas aprovaram a emissão de 36.000 (trinta e seis mil) Ações Preferenciais Classe C, pelo preço de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), e o subsequente aumento do capital social, a serem subscritas pelos Diretores da Companhia.

Dessa forma, o capital social foi aumentado de R$ 4.638 para R$ 4.820, representadas por 201.892 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, 33.434 ações preferenciais, com direito a voto, com prioridade no reembolso de capital e sem prêmio e 36.000 ações preferenciais Classe C, sem direito a voto, resgatáveis, que darão direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários aos seus titulares, até o limite de R$ 10,00 (dez reais) por ação, em cada exercício social.

Em AGE, datada de 03 de novembro de 2021, a Assembleia deliberou a conversão de debêntures conversíveis em ações com a emissão de 31.358 ações preferenciais com direito a voto, com prioridade no reembolso do capital e sem prêmio no valor de subscrição de R$ 4.153. Dessa forma, o capital social foi aumentado de R$ 4.820 para R$ 8.973, representado por 227.471 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, 64.782 ações preferenciais, com direito a voto, com prioridade no reembolso de capital e sem prêmio e 36.000 ações preferenciais Classe C, sem direito a voto, resgatáveis, que darão direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários aos seus titulares, até o limite de R$ 10,00 (dez reais) por ação, em cada exercício social.

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 8.973, em 31 de dezembro de 2021, representado, respectivamente, por 227.471, (duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e uma) ações ordinárias nominativas, escriturais sem valor nominal, 64.782 (sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e duas) ações preferenciais com direito a voto, com prioridade no reembolso do capital e sem prêmio e, 36.000 (trinta e seis mil) ações preferenciais Classe C, sem direito a voto e resgatáveis.

Abaixo segue a composição das ações representativas do capital social e a composição societária das ações ordinárias e preferenciais:

	2021	2020	2019
Ações ordinárias – em circulação	222.747	201.168	199.820
Ações ordinárias - em tesouraria	4.724	724	724
Ações preferenciais	64.782	33.424	33.424
Ações Classe C	36.000	36.000	-

	2021		2020		2019	
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A.	230.144	79%	-		-	
Paulo Lerner Froimtchuk	17.731	6%	83.246	28%	83.246	28%
Pedro Carneiro dos Santos	9.801	3%	35.785	12%	35.607	12%
BG Consultoria e Participações EIRELI	5.112	2%	20.031	7%	20.031	7%
GAA Thinc LLC	5.100	2%	23.942	8%	22.772	8%
Alan Rubinsztejn	4.007	1%	8.580	3%	8.580	3%
JFMJ Investimentos e Participações Ltda.	2.950	1%	13.852	5%	13.852	5%
Ações em tesouraria	2.276	1%	724	0%	724	0%
Outros	15.310	5%	49.156	17%	49.156	17%
Total	**292.433**		**235.316**		**233.968**	

b) Ações em tesouraria

Em AGE, datada de 03 de novembro de 2021, foi deliberado pela assembleia a emissão de 25.579 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo destinadas 6.667 ações para o pagamento de *stock options*, das quais 2.667 ações já liberadas e 4.000 ações destinadas ao pagamento de bônus aos administradores e colaboradores em evento de liquidez da Companhia. O valor de emissão das ações para fim de exercício das opções é R$ 1.

c) Dividendos

As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei no 6.404/76.

No exercício de 2020, foram pagos dividendos no valor de R$ 327 aos detentores da Classe C, como parte da remuneração variável aprovada em AGE.

d) Pagamento baseado em ações

Executivos da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	2021
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R$)	6,98
Rendimento de dividendos (%)	-
Volatilidade esperada (%)	1,0
Taxa de retorno livre de risco (%)	2,0
Prazo de vida esperado das opções (anos)	2
Média ponderada do preço das ações	7,02
Modelo utilizado	Black Scholes
Preço de exercício (R$)	0,04
Valor justo do Plano – 6.667 ações – em R$ mil	**47**

Em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidos R$ 19 a título de Pagamento baseado em ações, no grupo de Despesas gerais e administrativas.

e) Prejuízo por ação

Apresentamos a seguir o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

	2021	2020	2019
Numerador básico			
Prejuízo do exercício	(262)	(2.521)	(280)
Denominador			
Média ponderada de ações – básico	218	234	233
Média ponderada de ações – diluído (*)	218	263	252
Prejuízo básico por ação em (R$)	**(1,2018)**	**(10,7735)**	**(1,2017)**

(*) Média ponderada considerando a conversão das ações. Não há diluição em casos de prejuízo.

19. Receita líquida

	2021	2020	2019
Receita bruta de prestação de serviços	12.867	15.406	17.811
Impostos sobre vendas	(1.583)	(2.143)	(2.498)
	11.284	13.263	15.313

20. Custos e despesas por natureza

	2021	2020	2019
Custos dos serviços prestados	(5.331)	(6.736)	(8.681)
Despesas com pessoal	(662)	(1.923)	(2.059)
Gerais e administrativas	(3.393)	(1.875)	(2.899)
Despesas tributárias	(62)	(66)	(71)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (*)	(417)	(2.502)	(55)
	(9.865)	**(13.102)**	**(13.765)**

Abaixo demonstramos os valores por natureza:

	2021	2020	2019
Custos dos serviços prestados	(753)	(3.108)	(4.722)
Despesas com pessoal e encargos	(3.079)	(4.007)	(5.066)
Despesas com ocupação (condomínio/água/luz/telefonia)	(664)	(156)	(96)
Despesas tributárias (IPTU/IOF/Taxas diversas)	(62)	(66)	(71)
Depreciação e amortização	(2.308)	(2.086)	(1.683)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	33	(103)	56
Serviços de TI e internet	(937)	(101)	(74)
Serviços de pessoa jurídica	(1.395)	(996)	(977)
Despesas indedutíveis	(252)	(11)	(1.121)
Perda na dissolução de Companhia (*)	-	(2.185)	-
Despesas de manutenção	(187)	-	-
Pagamento baseado em ações	(19)	-	-
Outras despesas	(346)	(381)	(406)
Outras receitas	104	98	395
	(9.865)	**(13.102)**	**(13.765)**

(*) Corresponde substancialmente ao mútuo a receber no valor de R$ 1.883 (Nota 7).

21. Resultado financeiro

	2021	2020	2019
Receita financeira			
Juros recebidos	7	115	71
Variação cambial	-	10	-
Juros com aplicações financeiras	54	13	-
Total da receita financeira	61	138	71
Despesa financeira			
Juros mora	(775)	(819)	(463)
Juros bancários sobre empréstimos	(465)	(321)	(764)
IOF	(325)	(5)	(14)
Variação cambial	-	-	(42)
Juros sobre arrendamento	(21)	(98)	(137)
Despesas bancárias	(111)	(52)	(362)
Juros sobre debêntures	-	(1.248)	(428)
Total da despesa financeira	(1.697)	(2.543)	(2.210)
Resultado financeiro	**(1.636)**	**(2.405)**	**(2.139)**

22. Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020	2019
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição social	(217)	(2.244)	139
Exclusões – Diversas	(26)	-	-
Exclusões - Equivalência patrimonial	-	-	(730)
Provisões e demais adições a base de cálculo	982	4.047	3.285
Base ajustada	739	1.803	2.694
Compensação de prejuízos fiscais	(204)	(350)	(530)
Gastos com pesquisa e inovação tecn. Lei 11.196/05	(400)	(635)	(929)
Base fiscal de IRPJ/CSLL	135	818	1.235
Imposto de Renda	29	201	304
Contribuição Social	17	77	116
Despesa contabilizada	**46**	**278**	**420**
Alíquota efetiva	**-**	**-**	**302%**

23. Arrendamentos

A Companhia arrenda escritórios administrativos. Esses arrendamentos normalmente duram trinta e seis meses, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada doze meses, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo e na Nota explicativa 11:

i) Passivo de arrendamento

	2021	2020	2019
Passivo Circulante			
Arrendamento	81	324	357
AVP	(3)	(47)	(100)
Remensuração	-	-	(38)
AVP remensuração	-	-	2
Líquido	**78**	**277**	**222**
Passivo Não Circulante			
Arrendamento	-	81	405
AVP	-	(3)	(50)
Remensuração	-	-	-
Líquido	**-**	**78**	**355**

ii) Valores reconhecidos no resultado

	2021
Juros sobre arrendamento	(21)
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	(81)

	2020
Juros sobre arrendamento	(98)
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	(224)

	2019
Juros sobre arrendamento	(137)
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	(227)

iii) Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

	2021
Saída de caixa total para arrendamentos	116

	2020
Saída de caixa total para arrendamentos	319

	2019
Saída de caixa total para arrendamentos	289

Alguns arrendamentos de propriedades contêm opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses, e é de 23,14% a.a., representam os seguintes montantes:

Direito de uso				Passivo de arrendamento			
Fluxo real	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo real**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	17	280	504	Passivo de arrendamento	78	355	577
Depreciação	81	224	227	Despesa financeira	21	98	137
Fluxo inflacionado	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo Inflacionado**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	21	345	621	Passivo de arrendamento	96	437	711
Depreciação	100	276	280	Despesa financeira	26	121	169

24. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros			**2021**
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.755	31	1.786
Contas a receber	-	1.954	1.954
Total	**1.755**	**1.985**	**3.740**
Passivos			
Fornecedores	-	703	703
Empréstimos e financiamentos	-	4.458	4.458
Outras contas a pagar	-	431	431
Total	**-**	**5.592**	**5.592**

Instrumentos financeiros			2020
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.132	1	1.133
Contas a receber	-	2.687	2.687
Total	**1.132**	**2.688**	**3.820**
Passivos			
Fornecedores	-	732	732
Empréstimos e financiamentos	-	3.574	3.574
Debêntures	-	3.827	3.827
Outras contas a pagar	-	475	475
Total	**-**	**8.878**	**8.878**

Instrumentos financeiros			2019
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	168	-	168
Contas a receber	-	2.550	2.550
Aplicações financeiras			
Total	**168**	**2.550**	**2.718**
Passivos			
Fornecedores	-	313	313
Empréstimos e financiamentos	-	2.019	2.019
Debêntures	-	2.489	2.489
Outras contas a pagar	-	38	38
Total	**-**	**4.859**	**4.859**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

a) Fatores de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

i) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como “instituições de primeira linha”. As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de rating como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Companhia, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. A Companhia conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, em acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos da Companhia ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento da Companhia.

iii) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade

Os empréstimos e financiamento são contratados a taxas pré-fixadas cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da emissão mais 100% DI. Os empréstimos e financiamentos possuem fluxos de amortização de juros e principal mensais e não estão expostos a variações de taxas ou mercado.

Já as aplicações financeiras estão atreladas ao CDB-DI com remuneração de 100% sobre o CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras, utilizando fundamentalmente os dados. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela Administração da Companhia na gestão financeira:

			CDI Exposição		
	Indexador	**Taxa de juros a.a.**	**Posição em 31/12/2021**	**Cenário razoavelmente possível**	
Aplicação financeira	CDI	4,42%	1.755	11,75%	206

25. Segmentos operacionais

A Administração da Companhia, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento de Gestão de Recursos Operacionais e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

26. Transações não caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Descrição	**Saldo em 31/12/2021**	**Saldo em 31/12/2020**	**Saldo em 31/12/2019**
Atividades de Investimento			
Adoção inicial de direito de uso de ativos	-	-	**(766)**
Total	-	-	**(766)**
Atividades de financiamento			
Arrendamentos a pagar	-	-	**766**
Total	-	-	**766**

27. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 10.000 para Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores, Riscos ambientais e Responsabilidade Civil Profissional. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

* * *

NEXO CS INFORMÁTICA S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Nexo CS Informática S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nexo CS Informática S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.
Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Reconhecimento de receita (Nota Explicativa nº 4 item “c” e nº 18)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia reconheceu como receitas líquidas os montantes de R$ 11.178 mil, R$ 8.648 mil e R$ 9.382 mil, respectivamente, provenientes da prestação de serviços de suporte, manutenção, customização do produto NEXO EHS e licenças. Tais receitas são reconhecidas quando da prestação do serviço, atendendo e cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas, dependem da determinação de controles manuais para a identificação e mensuração do cumprimento das obrigações de performance, sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico para nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados com a iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações performance, preço, prazo, limites de crédito, entre outras;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratada com base nas evidências de prestação dos serviços;
- efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto à determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes, para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- testamos a integridade do relatório de contas a receber (*aging-list)*, por meio de confirmações recebidas e documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.);
- avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações dos valores adicionados (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.
Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022.

Ricardo Flores de Oliveira
CT CRC SP215.609/O-4-T-RJ

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

NEXO CS INFORMÁTICA S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	2021	2020	2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	403	423	78
Contas a receber	6	1.349	734	1.174
Impostos a recuperar	7	378	682	633
Adiantamentos	-	150	53	23
Partes relacionadas	8	-	135	-
Despesas antecipadas	-	3	3	-
Total do ativo circulante		**2.283**	**2.030**	**1.908**
Ativo não circulante				
Depósito judicial		-	29	52
Imobilizado	9	566	713	927
Intangível	10	4.257	3.772	3.767
Total do ativo não circulante		**4.823**	**4.514**	**4.746**
Total ativo		**7.106**	**6.544**	**6.654**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEXO CS INFORMÁTICA S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2021	2020	2019
Passivo circulante				
Fornecedores	-	13	9	17
Empréstimos e financiamentos	11	149	256	317
Arrendamentos a pagar	12	145	134	169
Obrigações sociais e trabalhistas	13	610	483	451
Obrigações tributárias	14	173	311	129
Receita diferida e adiantamento de clientes	15	3.714	3.420	3.478
Dividendos propostos	17.c	403	26	350
Partes relacionadas	8	21	48	2
Total do passivo circulante		**5.228**	**4.687**	**4.913**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	49	152	289
Arrendamentos a pagar	12	193	338	392
Receita diferida e adiantamento de clientes	15	420	20	20
Provisão para contingência	16	-	226	226
Total do passivo não circulante		**662**	**736**	**927**
Patrimônio líquido	17			
Capital social integralizado	17.a	1.000	1.000	1.000
Reservas de lucros	17.b	216	121	-
Prejuízos acumulados		-	-	(186)
Total do patrimônio líquido		**1.216**	**1.121**	**814**
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.106**	**6.544**	**6.654**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEXO CS INFORMÁTICA S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2021	2020	2019
Receita líquida	18	11.178	8.648	9.382
Custo do serviço prestado	19	(2.994)	(1.830)	(2.627)
Lucro bruto		**8.184**	**6.818**	**6.755**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	20	(1.083)	(801)	(1.041)
Gerais e administrativas	20	(4.655)	(4.271)	(4.590)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(81)	(170)	(171)
		(5.819)	**(5.242)**	**(5.802)**
Lucro antes do resultado financeiro		**2.365**	**1.576**	**953**
Receita financeira		62	27	36
Despesa financeira		(77)	(151)	(186)
Resultado financeiro líquido	21	**(15)**	**(124)**	**(150)**
Lucro antes do imposto de renda		**2.350**	**1.452**	**803**
Imposto de renda e contribuição social	22	(603)	(180)	(54)
Lucro líquido do exercício		**1.747**	**1.272**	**749**
Lucro por ação - Básico e Diluído - em R$	17.d	**17,47**	**12,72**	**11,98**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEXO CS INFORMÁTICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício		**1.747**	**1.272**	**749**
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente do exercício		**1.747**	**1.272**	**749**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEXO CS INFORMÁTICA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de Lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva Legal	Reserva de incentivos	Outras Reservas		
Saldo em 1º de janeiro de 2019		**500**	**(80)**	**100**	**-**	**80**	**(855)**	**(255)**
Aumento de capital	17.a	500	-	(100)	-	(80)	-	**320**
Lucro liquido do exercício		-	-	-	-	-	749	**749**
Transferência para reserva de incentivo fiscal		-	-	-	366	-	(366)	**-**
Alienação de ações em tesouraria		-	80	-	-	-	(80)	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**1.000**	**-**	**-**	**366**	**-**	**(552)**	**814**
Lucro liquido do exercício		-	-	-	-	-	1.272	**1.272**
Tranferência para Reserva Legal		-	-	64	-	-	(64)	**-**
Transferência para reserva de incentivo fiscal		-	-	-	199	-	(199)	**-**
Distribuição de dividendos	17.c	-	-	-	-	-	(965)	**(965)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**1.000**	**-**	**64**	**565**	**-**	**(508)**	**1.121**
Lucro liquido do exercício		-	-	-	-	-	1.747	**1.747**
Tranferência para Reserva Legal		-	-	87	-	-	(87)	**-**
Transferência para reserva de incentivo fiscal		-	-	-	404	-	(404)	**-**
Distribuição de dividendos	17.c	-	-	-	-	-	(1.652)	**(1.652)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**1.000**	**-**	**151**	**969**	**-**	**(904)**	**1.216**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEXO CS INFORMÁTICA S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.350	1.452	803
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	971	912	786
Depreciação do direito de uso de Imóvel	143	183	182
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	44	19	144
Despesa de Juros de empréstimos	67	98	159
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber	(659)	421	(389)
Impostos e contribuições a recuperar	(299)	(229)	(267)
Créditos diversos	40	(99)	164
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	4	(8)	(12)
Obrigações trabalhistas	127	32	(36)
Obrigações tributárias	465	362	96
Outras contas a pagar	695	(58)	105
Provisão para contingências	(226)	-	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**3.722**	**3.085**	**1.735**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(603)	(180)	(54)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**3.119**	**2.905**	**1.681**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adição de desenvolvimento de Software	(1.362)	(803)	(1.114)
Aquisição de imobilizado	(90)	-	(320)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(1.452)**	**(803)**	**(1.434)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	58	119	1.211
Pagamento de empréstimo	(269)	(317)	(1.211)
Pagamento de arrendamentos	(167)	(212)	(230)
Juros de empréstimos pagos	(34)	(58)	(105)
Pagamento de dividendos	(1.275)	(1.289)	(893)
Aumento de Capital	-	-	320
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(1.687)**	**(1.757)**	**(908)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(20)**	**345**	**(661)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	423	78	739
No final do exercício	403	423	78
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(20)**	**345**	**(661)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEXO CS INFORMÁTICA S/A

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2019
Receitas	**12.022**	**9.258**	**9.985**
Vendas de produtos e serviços	12.066	9.277	10.129
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	(44)	(19)	(144)
Insumos Adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, PIS e COFINS)	**(3.404)**	**(2.027)**	**(2.836)**
Custo operacional dos serviços prestados	(1.392)	(414)	(876)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.012)	(1.613)	(1.960)
Valor adicionado bruto	**8.618**	**7.231**	**7.149**
Depreciação e amortização	(1.114)	(1.095)	(968)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**7.504**	**6.136**	**6.181**
Valor adicionado recebido em transferência	**62**	**27**	**36**
Receitas financeiras	62	27	36
Valor adicionado total a distribuir	**7.566**	**6.163**	**6.217**
Distribuição do valor adicionado	**7.566**	**6.163**	**6.217**
Pessoal e encargos	**4.057**	**3.685**	**4.221**
Remuneração direta	3.044	2.655	2.887
Benefícios	793	815	1.097
F.G.T.S.	220	215	237
Impostos, taxas e contribuições	**1.526**	**840**	**830**
Federais	1.091	522	438
Estaduais	1	6	-
Municipais	434	312	392
Remuneração de capitais de terceiros	**236**	**366**	**417**
Juros	77	151	186
Aluguéis	159	215	231
Remuneração de capitais próprios	**1.747**	**1.272**	**749**
Dividendos	1.652	965	-
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	95	307	749

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A NEXO CS Informática S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado estabelecida na Rua México, 41, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-144 e tem por finalidade a prestação de serviços de consultoria, assessoria e desenvolvimento de sistemas e programas de informática, o processamento de dados; a gestão e operação de equipamentos de processamento de dados pertencentes a terceiros, serviços de hospedagem de páginas da internet (*web hosting*), atividades de banco de dados e distribuição on-line de conteúdo eletrônico, serviço de instalação de software (programas de informática), cessão de direito de uso e locação de softwares e, a participação no capital de outras Companhias.

A Companhia dispõe de filial em São Paulo na Rua Dr. Cândido Espinheira, 396, conjunto 72, Perdizes, cuja finalidade é a de um estabelecimento fiscal para fins registro das operações de prestação de serviço relacionadas a seus produtos no estado de São Paulo.

1.1. Ações e impactos causados pela COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica.

A Administração da Companhia, alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, tomou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas, aderindo o trabalho em home office, chegando a quase 100% do seu efetivo nessa modalidade de trabalho.

As autoridades brasileiras governamentais implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais impostos pela atual pandemia, à época de dimensões crescentes e ainda incertas. Listamos abaixo aquelas que a Nexo CS aderiu:

I - PIS, COFINS e INSS-Contribuição Patronal: Os valores devidos das competências de março, abril e maio de 2020, foram diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente.

II - FGTS: O recolhimento das competências de março a maio foi diferido em seis parcelas iguais, a pagar de julho a dezembro de 2020.

III - Financiamento da folha de pagamento através da linha de crédito emergencial criada pelo Governo Federal.

IV – Implementação da redução proporcional de jornada de trabalho e de salários e a suspensão temporária do contrato de trabalho para alguns casos especiais e específicos.

Ainda em 2020, a Companhia também adotou uma série de medidas visando reduzir custos, postergar desembolso de caixa e otimizar seu capital de giro, com o objetivo de reforçar sua solidez financeira. As principais medidas adotadas estão relacionadas a seguir:

I - A postergação (diferimento) no pagamento de diversas despesas e financiamentos como: aluguéis, despesas de condomínio, leasing, financiamentos, empréstimos, contratos de prestação de serviços etc.

II - Redução dos gastos administrativos com a adoção do home office e otimização de contratos, manutenção dos seus escritórios, e postergação na realização de serviços não essenciais.

Para o exercício de 2021, com a implementação de um plano de vacinação e como consequência com o início da retomada da economia, a Companhia apresentou uma receita operacional líquida de R$ 11.178, comparado a R$ 8.648 referente ao exercício de 2020, representando um aumento de 30%. Não obstante, a Companhia vem cumprindo com seus compromissos junto aos clientes e fornecedores.

A Administração mantém monitoramento contínuo dos impactos, mais até a presente data da emissão das referidas demonstrações contábeis não espera incorrer outros impactos econômicos e/ou financeiros em suas operações subsequentes.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

As principais práticas adotadas descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do ambiente econômico na qual a Companhia atua (“moeda funcional”). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 4 (j) e 16 – Provisão para contingência;

Nota explicativa 4 (g) e 10 – Intangível.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente a NBC TG 47 e a NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 – Receitas, a NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38/(R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) **Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros**

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38/(R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38/(R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) ***Impairment* de ativos financeiros**

A NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38/ (R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia.

NBC TG 06 (R3) Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e TG 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na Nota Explicativa nº 9.

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou à NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NTG 06 (R2) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda basicamente imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com a NBC TG 06 (R3), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme a NBC TG 06 (R2)

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 9). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar à NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso dos imóveis, e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo.

	01/01/2019
Ativos de direito de uso – Nota Explicativa nº 9	737
Passivo de arrendamento – circulante – Nota Explicativa nº 12	176
Passivo de arrendamento – não circulante – Nota Explicativa nº 12	561

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019 de 8,6%.

d) Outras normas e deliberações adotadas pela Companhia

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de sua contratação.

b) Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados e, posteriormente, pelos saldos deduzidos de perdas estimadas no valor recuperável. As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa - PECLD são estabelecidas quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pelo cliente, de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os montantes devidos, de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.

c) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Suporte, Manutenção, direito de uso e evolução do produto NEXO EHS	A administração utiliza a data de assinatura do contrato para determinar o corte (“cut off”) de cada emissão, sempre reconhecendo a competência como mês vencido (anterior ao mês de emissão do documento fiscal)	A receita é reconhecida mensalmente após contrato assinado caracterizando início da vigência do serviço
Customizações e Serviços	Serviços contratados e Implantação Inicial, parametrização, capacitação, e desenvolvimentos de melhorias customizadas	Administração reconhece como obrigação de desempenho o Aceite formal do cliente quanto a entrega do projeto ou fase do projeto
Licenças	A administração utiliza o mês presente da emissão da Nota fiscal para liberação dos acessos ao sistema, caracterizando assim direito de uso por parte do cliente	Mês presente da emissão da Nota fiscal, quando são liberados os acessos para o cliente no datacenter

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

Lei do bem

A Companhia desenvolve projetos de incentivo a tecnologia que resultam em dispêndios na atividade de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológicas tendo a utilização do benefício fiscal oriundo da Lei da Bem, que permite a redução de parte destes dispêndios da base do lucro real, conforme estabelecido no art. 26 da Lei 11.196/05 (Lei do Bem). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve a título de benefício o montante de R$ 404 (R$ 199 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 366 em 31 de dezembro de 2019).

f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é reconhecida no resultado a partir do mês subsequentes à data em que são instalados e estão disponíveis para uso. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	2020	2019
Moveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Software de máquinas e Equipamentos	5 anos	5 anos
Equipamentos de Informática	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado

g) Intangível

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2020	2019
Marcas e patentes	5 anos	5 anos
Direitos de uso de software	5 anos	5 anos
Software de desenvolvimento próprio	8 anos	8 anos

h) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

(1) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(2) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(3) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(4) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(5) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

(1) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

(2) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(3) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(1) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 365 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a perda é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(2) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte

independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 1 ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e que seja provável que a Companhia será requerida a liquidar tal obrigação, e que esta possa ser mensurada de forma confiável. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas em torno da obrigação

k) Outros passivos circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Arrendamento

A Companhia aplicou o NBC TG 06(R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o NBC TG 06(R2) e ITG 03 (R1). Os detalhes das políticas contábeis conforme NBC TG 06(R2) e ITG 03 (R1) são divulgados separadamente.

m) Demonstração de Fluxo de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa é preparada e apresentada de acordo com a NBC TG 03 (R3), por meio do método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, reconciliando-se o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. As alterações nos itens do balanço patrimonial que não resultaram em fluxos de caixa, itens não monetários, foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração. Quando aplicável, os dividendos pagos aos acionistas são classificados como atividades de financiamento.

n) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Contratos Onerosos: Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Referência à Estrutura Conceitual: (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante: (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020	2019
Caixa geral	-	1	1
Bancos	-	-	50
Aplicações financeiras (a)	403	422	27
	403	**423**	**78**

(a) Referem-se à aplicação em fundos abertos de investimentos financeiros de renda fixa, referenciadas pela taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) entre outros, com a remuneração média anual de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

	2021	2020	2019
Contas a receber de clientes	1.556	897	1.318
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(207)	(163)	(144)
Saldo líquido de contas a receber	**1.349**	**734**	**1.174**

a) Composição das contas a receber por período:

Clientes	**2021**	**2020**	**2019**
A vencer	1.024	635	1.171
Valores vencidos			
01 - 30 dias	48	-	-
31 - 60 dias	36	-	1
61 - 90 dias	55	8	-
91 - 120 dias	36	-	-
121 - 150 dias	28	-	-
151 - 180 dias	27	-	-
181 - 365 dias	60	107	2
Acima de 365 dias	242	147	144
Total	**1.556**	**897**	**1.318**

b) Movimentação da PECLD

	2021	2020	2019
Saldo Inicial	**(163)**	**(144)**	**–**
Adições	(44)	(19)	(144)
Saldo Final	**(207)**	**(163)**	**(144)**

A Administração da Companhia procedeu com a avaliação dos títulos em atraso e constatou a necessidade de constituição da PECLD conforme descriminado no quadro acima, visando a adequação quanto a realização do contas a receber, concluindo ser suficientes para cobrir eventuais perdas com títulos de clientes em atraso.

7. Impostos a recuperar

	2021	2020	2019
Imposto de renda a recuperar	118	374	359
Contribuição Social a recuperar	251	299	265
Outros	9	9	9
	378	**682**	**633**

8. Transações com Partes Relacionadas

a) Transações entre a Companhia e suas partes relacionadas

	Patrimonial					
	2021		2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Nova Praxis Serviços e Informática Ltda [1]	-	(21)	135	(48)	-	(1)
Ricardo Alejandro Donner	-	-	-	-	-	(1)
	-	**(21)**	**135**	**(48)**	**-**	**(2)**

	Resultado					
	2021		2020		2019	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Nova Praxis Serviços e Informática Ltda [1]	-	(223)	78	(200)	-	(245)
Ricardo Alejandro Donner	-	(22)	-	(27)	-	(93)
	-	**(245)**	**78**	**(227)**	**-**	**(338)**

[1] Os quotistas da Nova Praxis possuem relacionamento familiar com o acionista Ricardo Alejandro Donner. A empresa é especialista e presta serviço de gestão de contratos de clientes, renovações, aditivos, LGPD, análise de cadastros, além de controles administrativos e apoio a cobrança de clientes inadimplentes.

b) Operações com o pessoal chave da administração

	2021	2020	2019
Benefícios de curto prazo [1]	675	597	566
	675	**597**	**566**

[1] Os benefícios de curto prazo se referem, substancialmente, a salários, férias, contribuições, auxílios, para a seguridade social e participação nos lucros (pagáveis dentro de doze meses a partir da data de encerramento do exercício).

c) Acordos Celebrados

A Companhia celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

9. Imobilizado

a) Movimentação

	Moveis e Utensílios	Informática e Hardware	Veículos	Direito de uso de Imóvel	Total
Custo de aquisição					
Em 1º de janeiro de 2019	**67**	**444**	**137**	**737**	**1.385**
Adições	4	316	-	-	320
Baixa	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	**71**	**760**	**137**	**737**	**1.705**
Adições	-	-	-	83	83
Baixa	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	**71**	**760**	**137**	**820**	**1.788**
Adições	10	80	-	-	90
Baixa	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	**81**	**840**	**137**	**820**	**1.878**
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2019	**(63)**	**(306)**	**(127)**	**-**	**(496)**
Depreciação	(3)	(88)	(9)	(182)	(282)
Baixa	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	**(66)**	**(394)**	**(136)**	**(182)**	**(778)**
Depreciação	(2)	(111)	(1)	(183)	(297)
Baixa	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	**(68)**	**(505)**	**(137)**	**(365)**	**(1.075)**
Depreciação	(3)	(91)	-	(143)	(237)
Baixa					-
Em 31 de dezembro de 2021	**(71)**	**(596)**	**(137)**	**(508)**	**(1.312)**
Valor contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2019	**5**	**366**	**1**	**555**	**927**
Em 31 de dezembro de 2020	**3**	**255**	**-**	**455**	**713**
Em 31 de dezembro de 2021	**10**	**244**	**-**	**312**	**566**

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R$ 312 (R$ 455 em 2020 e R$ 555 em 2019) relacionados a imóveis arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento.

10. Intangível

a) Movimentação

	Software	Pesquisa e Desenvolvimento	Direitos Contratuais	Total
Custo de aquisição				
Em 1º de janeiro de 2019	**172**	**4.732**	**-**	**4.904**
Adições	-	1.114	-	1.114
Baixa				-
Em 31 de dezembro de 2019	**172**	**5.846**	**-**	**6.018**
Adições	-	803	-	803
Baixa	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	**172**	**6.649**	**-**	**6.821**
Adições		1.158	204	1.362
Baixa				-
Em 31 de dezembro de 2021	**172**	**7.807**	**204**	**8.183**
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2019	**(120)**	**(1.445)**	**-**	**(1.565)**
Amortização	(34)	(652)	-	(686)
Baixa	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	**(154)**	**(2.097)**	**-**	**(2.251)**
Amortização	(16)	(782)		(798)
Baixa				-
Em 31 de dezembro de 2020	**(170)**	**(2.879)**	**-**	**(3.049)**
Amortização	(1)	(873)	(3)	(877)
Baixa	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	**(171)**	**(3.752)**	**(3)**	**(3.926)**
Valor contábil, líquido				
Em 31 de dezembro de 2019	**18**	**3.749**	**-**	**3.767**
Em 31 de dezembro de 2020	**2**	**3.770**	**-**	**3.772**
Em 31 de dezembro de 2021	**1**	**4.055**	**201**	**4.257**

11. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020	2019
Empréstimos bancários sem garantia	198	408	606
Total	**198**	**408**	**606**
Circulante	149	256	317
Não circulante	49	152	289

A Companhia não possui cláusulas de *covenants* em seus empréstimos e financiamentos.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Banco	Moeda	Taxa de juros a.a.	Vencimento	2021	2020	2019
Caixa Econômica Federal	Real	13,9%	04/09/21	-	102	267
Caixa Econômica Federal	Real	10,5%	11/09/20	-	-	68
Banco Daycoval	Real	15,3%	27/08/22	81	189	268
Banco Safra	Real	28,00%	-	-	-	3
Banco Santander	Real	5,3%	04/06/23	39	62	-
Baco Santander Aymore	Real	5,3%	15/05/24	78	55	-
Total				**198**	**408**	**606**

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	2021	2020	2019
Saldo Inicial	**408**	**606**	**606**
Captação	58	119	1.205
Juros incorridos	34	58	105
Pagamento do principal	(269)	(317)	(1.211)
Pagamento de juros	(34)	(58)	(105)
Taxas e Impostos	1	-	6
Saldo Final	**198**	**408**	**606**

c) Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento

	2021	2020	2019
2020	-	-	317
2021	-	256	230
2022	149	129	59
2023	44	23	-
2024	5	-	-
Saldo	**198**	**408**	**606**

12. Arrendamento a pagar

A Companhia possui contratos de locação de imóveis utilizados em suas operações, cujos prazos de locação variam entre 2 e 5 anos.

Em quadros contidos na Nota Explicativa n° 9, apresentamos, na rubrica Direitos de uso de imóveis arrendados, o impacto da adoção inicial do CPC 06(R1) acerca dos contratos de locação da Companhia e as movimentações durante o período.

Abaixo são apresentados os valores contábeis das obrigações sobre direitos de uso e as movimentações durante o período:

	Taxa de juros	2021	2020	2019
Passivo de arrendamento	**de 7,1% à 10% a.a.**			
Circulante		145	134	169
Não circulante		193	338	392
Total		**338**	**472**	**561**

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	2021	2020	2019
Saldo Inicial	**472**	**561**	**737**
Adições de contratos	-	83	-
Pagamentos	(167)	(212)	(230)
Juros incorridos do ativo direito de uso	33	40	54
Saldo Final	**338**	**472**	**561**

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	2021	2020	2019
Despesas de depreciação de direito de uso **(nota explicativa n°20)**	143	183	182
Despesa de juros direito de uso **(nota explicativa n° 21)**	33	40	54

Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses, e é de 23,14% a.a., representam os seguintes montantes:

Direito de uso				Passivo de arrendamento			
Fluxo real	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo real**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	820	820	737	Passivo de arrendamento	338	472	561
Depreciação	(143)	(183)	(182)	Despesa financeira	(33)	(40)	(54)
Fluxo inflacionado	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo Inflacionado**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	1.010	1.010	908	Passivo de ao	416	581	691
Depreciação	(176)	(225)	(224)	Despesa financeira	(41)	(49)	(66)

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020	2019
Salários e 13º a pagar	171	109	90
Provisão para férias	297	254	240
INSS a recolher	109	70	71
FGTS a recolher	31	20	22
Outras obrigações	2	30	28
Total	**610**	**483**	**451**

14. Obrigações tributárias

	2021	2020	2019
IR retido	74	53	44
ISS a recolher	29	29	29
PIS e COFINS a recolher	-	-	8
Parcelamento	69	228	41
Outros impostos a recolher	1	1	7
Total	**173**	**311**	**129**

15. Receita diferida e adiantamento de clientes

	2021	2020	2019
Adiantamento de clientes (ii)	4.134	3.257	3.020
Receita diferida (i)	-	183	478
Total	**4.134**	**3.440**	**3.498**
Parcela circulante	3.714	3.420	3.478
Parcela não circulante	420	20	20
Total	**4.134**	**3.440**	**3.498**

(i) No momento em que o contrato é pactuado junto ao cliente é emitida uma nota fiscal com os serviços a serem prestados de implantação, capacitação, integração, customização ou licenciamento inicial e reconhecido somente na data de finalização do projeto ou aplicação da matriz de reconhecimento desenvolvida pela companhia para mensurar o percentual de entrega em grandes projetos. Desta forma as Notas Fiscais emitidas cuja contraprestação não pode ser verificada ou cuja obrigação de desempenho não foi cumprida figura no Passivo da companhia até que as obrigações de performance tenham sido realizadas para reconhecimento no resultado.

(ii) Corresponde substancialmente ao recebimento das notas fiscais emitidas cuja obrigação de desempenho ainda não foi cumprida e a contraprestação não pode ser verificada.

16. Provisões para contingências

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos civil, tributários e trabalhistas que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações de seus Assessores Jurídicos.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

A movimentação das provisões para contingências trabalhistas está demonstrada a seguir:

	2021	2020	2019
Em 01 de janeiro de 2019	**226**	**226**	**226**
Pagamento	(226)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**226**	**226**

Pagamento processo:

Em 2021 foi realizado acordo para encerramento de processo trabalhista em que a Companhia era ré. O ex-funcionário cobrava verbas e horas extras.

Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia não possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 27 de setembro de 2019, os sócios aprovaram o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 500.000 (quinhentos mil reais), por meio da emissão de 50.000 (cinquenta mil) novas ações ordinárias, nominativas, sendo dessas R$ 320 (trezentos e vinte mil reais) em espécie e R$ 180 (cento e oitenta mil reais), dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social.

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 1.000.000 (um milhão de reais) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, representado, por 100.000 ações ordinárias com valor nominal de R$10,00 cada, assim distribuídas:

	2021	2020	2019
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A.	60%	-	--
Ricardo Alejandro Donner	36%	90%	90%
Fabio Teixeira	4%	10%	10%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

b) Reservas de lucros

Reserva Legal

De acordo com Estatuto Social da Companhia a reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício, após a compensação de prejuízos de exercícios anteriores (quando houver), e não deve exceder 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Corresponde ao incentivo à tecnologia na atividade de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológicas, conforme estabelecido no art. 26 da Lei 11.196/05.

c) Dividendos

Os sócios acionistas deliberaram pela distribuição total dos lucros, ressalvando os 5% da Reserva Legal. Os acionistas deliberaram, também, que a distribuição antecipada de lucros do período base a encerrar deverá ser feita na proporção de até 50% do lucro apurado do trimestre imediatamente anterior, mediante deliberação do Diretor Presidente e desde que haja disponibilidade de caixa descontado.

Durante o exercício de 2021 foi distribuído a título de dividendos o montante de R$1.652 (R$ 965 em 2020).

Do montante proposto em 31 de dezembro de 2021, foram pagos durante o exercício R$ 1.275 (R$1.289 em 2020 e R$ 893 em 2019), restando R$ 403 a pagar no exercício subsequente (R$ 26 em 2020 e R$ 350 em 2019).

d) Resultado por ação

O lucro básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

Básico	**2021**	**2020**	**2019**
Numerador básico			
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	1.747	1.272	749
Denominador			
Média ponderada de ações	100.000	100.000	62.500
Lucro básico por ações da Companhia – Em (R$)	**17,47**	**12,72**	**11,984**

18. Receita líquida

	2021	**2020**	**2019**
Receita sobre serviços prestados	12.066	9.277	10.129
Impostos sobre vendas e devoluções	(888)	(629)	(747)
	11.178	**8.648**	**9.382**

19. Custos por natureza

	2021	**2020**	**2019**
Custo com mão de obra direta	(1.546)	(1.344)	(1.525)
Viagens	(56)	(72)	(226)
Serviço de terceiros	(1.392)	(414)	(876)
	(2.994)	**(1.830)**	**(2.627)**

20. Despesas comerciais e administrativas

	2021	**2020**	**2019**
Despesa com pessoal	(2.547)	(2.311)	(2.476)
Serviço de terceiros	(1.123)	(756)	(1.089)
Depreciação e amortização (nota explicativa n°9 e 10)	(971)	(912)	(786)
Depreciação de direito de Uso (nota explicativa n°9 e 12)	(143)	(183)	(182)
Despesa com viagens e estadia	(110)	(63)	(163)
Manutenção	(288)	(299)	(252)
Feiras e Convenções	(183)	(128)	(224)
Despesas condomínio, IPTU e energia elétrica	(103)	(122)	(149)
Outras despesas operacionais	(260)	(298)	(310)
	(5.728)	**(5.072)**	**(5.631)**
Despesas comerciais	(1.083)	(801)	(1.041)
Gerais e administrativas	(4.655)	(4.271)	(4.590)

21. Resultado financeiro

	2021	2020	2019
Receita financeira			
Rendimento sobre aplicações financeiras	61	26	23
Outras receitas financeiras	1	1	13
Total da receita financeira	**62**	**27**	**36**
Despesa financeira			
Juros incorridos do ativo direito de uso (nota explicativa n°12)	(33)	(40)	(54)
Juros	(37)	(98)	(110)
Outras despesas financeiras	(7)	(13)	(22)
Total da despesa financeira	**(77)**	**(151)**	**(186)**
Resultado financeiro, líquido	**(15)**	**(124)**	**(150)**

22. Imposto de renda e contribuição social, corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor.

O cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do exercício:

	2021	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda	**2.350**	**1.452**	**803**
Alíquota	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	799	493	273
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:			
Lei do Bem – Incentivos à inovação	(404)	(199)	(366)
Arrendamento – direito de uso	(3)	(9)	(2)
Receita – CPC 47	236	(108)	41
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	15	2	49
Outros	(67)	-	(2)
Prejuízos fiscais não contabilizados (*)	21	-	75
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	**(603)**	**(180)**	**(54)**
Despesa de IRPJ	(436)	(125)	(36)
Despesa de CSLL	(167)	(55)	(18)
Alíquota efetiva de imposto	**25,6%**	**12,4%**	**6,8%**

(*) Decorrente da apuração trimestral do imposto de renda.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei no 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

A Companhia segue o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social por meio de lucro real.

23. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam,

necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros			**2021**
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Aplicação financeiras	403	-	403
Contas a receber	-	1.349	1.349
Total	**403**	**1.349**	**1.752**
Passivos			
Fornecedores	-	(13)	(13)
Empréstimos e financiamentos	-	(198)	(198)
Arrendamento a pagar	-	(338)	(338)
Partes Relacionadas	-	(21)	(21)
Total	**-**	**(372)**	**(372)**

Instrumentos financeiros			**2020**
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e bancos	-	1	1
Aplicações financeiras	422	-	422
Contas a receber	-	734	734
Partes Relacionadas	-	135	135
Total	**422**	**870**	**1.292**
Passivos			
Fornecedores	-	(9)	(9)
Empréstimos e financiamentos	-	(408)	(408)
Arrendamento a pagar	-	(472)	(472)
Partes Relacionadas	-	(48)	(48)
Total	**-**	**(937)**	**(937)**

Instrumentos financeiros			**2019**
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	51	51
Aplicação financeira	27	-	27
Contas a receber	-	1.174	1.174
Total	**27**	**1.225**	**1.252**
Passivos			
Fornecedores	-	(17)	(17)
Empréstimos e financiamentos	-	(606)	(606)
Arrendamento a pagar	-	(561)	(561)
Partes Relacionadas	-	(2)	(2)
Total	**-**	**(1.186)**	**(1.186)**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Como não existe mercado secundário para os ativos mensurados ao custo amortizado, o seu valor justo é igual ao valor contábil.

Instrumentos financeiros	2021		2020		2019	
	Saldo Contábil	Valor justo	Saldo Contábil	Valor justo	Saldo Contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	403	403	423	423	78	78
Contas a receber	1.349	1.349	734	734	1.174	1.174
Partes Relacionadas	-	-	135	135	-	-
Total	**1.752**	**1.752**	**1.292**	**1.292**	**1.252**	**1.252**
Passivos						
Fornecedores	(13)	(13)	(9)	(9)	(17)	(17)
Empréstimos e financiamentos	(198)	(198)	(408)	(408)	(606)	(606)
Arrendamento a pagar	(338)	(338)	(472)	(472)	(338)	(338)
Partes Relacionadas	(21)	(21)	(48)	(48)	(2)	(2)
Total	**(570)**	**(570)**	**(937)**	**(937)**	**(963)**	**(963)**

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

24. Estrutura de gerenciamento de risco

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras são alocadas nas principais instituições financeiras cuja classificação de risco seja igual ou abaixo ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de rating

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente.

Para o contas a receber do segmento de tecnologia, a Companhia possui uma carteira de clientes bastante diversificada e com baixo nível de concentração e estabelece uma estimativa de provisão para perdas.

Adicionalmente, em virtude da pandemia de Covid-19, a Companhia está monitorando diariamente o comportamento e gerenciamento ativo da inadimplência da sua carteira de clientes por meio de políticas referente à venda de serviços e licenças de software

b) Risco de liquidez

A liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área Financeira da Companhia, de modo a garantir a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária. A Companhia não observou até a presente data e não espera impactos significativos de liquidez e de fluxo de caixa e reforça o compromisso na gestão de recursos para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Em geral, a Companhia garante que tem caixa à vista suficiente para cobrir despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. No entanto, isso exclui o impacto potencial de situações extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Para estas situações, a Companhia tem acesso a uma variedade suficiente de fontes de financiamento, caso necessário.

c) Risco de Mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços.

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

d) Análise de sensibilidade

Os empréstimos e financiamento são contratados a taxas pré-fixadas cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da emissão. Os empréstimos e financiamento possuem fluxos de amortização de juros e principal mensais e não estão expostos a variações de taxas ou mercado.

Já as aplicações financeiras estão atreladas ao CDB-DI com remuneração de 100% sobre o CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras, utilizando fundamentalmente os dados. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela Administração da Companhia na gestão financeira:

				CDI Exposição	
	Indexador	**Taxa de juros a.a.**	**Posição em 31/12/2021**	**Cenário razoavelmente possível**	
Aplicação financeira	CDI	4,42%	403	11,75%	47
Exposição					**47**

25. Segmentos operacionais

A Administração da Companhia, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

26. Transações não caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

	2021	2020	2019
Atividades de Investimento			
Adoção inicial de direito de uso de ativos	-	(83)	(737)
Total	**-**	**(83)**	**(737)**
Atividades de financiamento			
Arrendamentos a pagar	-	83	737
Total	**-**	**83**	**737**

27. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 1.600 para danos materiais e R$ 6.500 para responsabilidade civil. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

Pluris Mídia Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Ao Quotista e Administradores da
Pluris Mídia Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pluris Mídia Ltda. (Empresa), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Ênfase

Reapresentação e reemissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 item "c", em decorrência das alterações efetuadas para refletir determinados ajustes e reclassificações identificados pela Administração da Empresa, visando ao aperfeiçoamento de determinadas práticas contábeis em relação àquelas demonstrações contábeis anteriormente divulgadas, nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 foram reapresentadas e foram reemitidas nesta data, em substituição àquelas anteriormente emitidas em 12 de janeiro de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nº 3.4 e nº 19)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 19, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Empresa reconheceu receitas líquidas nos montantes de R$ 69.817 mil, 69.847 mi e R$ 64.610 mil, respectivamente, provenientes da prestação de serviços de BPO (*Bussines Process Outsourcing*) para teleatendimento. Tais receitas são reconhecidas quando os serviços são executados, como atendimento aos chamados e demais teleatendimentos, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas decorrem da determinação de controles manuais para a identificação e a mensuração do cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditora, devido à magnitude dos montantes relacionados, além da dependência de controles manuais relacionados à iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Empresa satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- Em base amostral, selecionamos contratos de prestação de serviços e analisamos as condições acordadas, obrigações performance, preço e prazo;
- Testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação do serviço;
- Testamos a liquidação financeira para os contratos/clientes base da amostragem;
- Testamos a integridade do relatório de contas a receber, por meio da verificação de documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.); e
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Empresa para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

O exame das demonstrações contábeis dos valores correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), originalmente apresentados, antes dos ajustes e reclassificações ora sendo efetuados para refletir determinados aperfeiçoamentos de certas práticas contábeis em relação àquelas demonstrações contábeis originalmente emitidas e divulgadas, haviam sido conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações, com data de 12 de janeiro de 2021 e 24 de setembro de 2019, respectivamente. A administração da Empresa, após os referidos ajustes e reclassificações, decidiu por reemitir as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em substituição àquelas anteriormente emitidas, conforme aprovado por sua administração em 22 de fevereiro de 2022, que foram auditadas por nós nesta data.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Pluris Mídia Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 1º de janeiro de 2019

ATIVO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.175	728	496	3.538
Contas a receber	6	12.183	9.644	8.985	7.688
Contas a receber - partes relacionadas	8	226	596	1.135	56
Impostos a recuperar	7	1.382	1.897	2.321	1.351
Adiantamentos	-	689	555	624	989
Despesas antecipadas	-	257	86	11	97
Total do ativo circulante		16.912	13.506	13.572	13.719
Ativo não circulante					
Contas a receber com partes relacionadas	8	12	1	-	964
Depósitos judiciais	9	163	219	165	100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23 b.1	333	280	113	418
Outros créditos		159	-	471	93
		667	500	749	1.575
Imobilizado	10	5.232	5.738	4.996	4.052
Direito de uso	11 a.	5.223	6.837	7.752	9.743
Intangível	12	357	621	929	1.264
		10.812	13.196	13.677	15.059
Total do ativo não circulante		11.479	13.696	14.426	16.634
Total ativo		28.391	27.202	27.998	30.353

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 1º de janeiro de 2019

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÌQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Passivo circulante					
Fornecedores	13	2.035	1.371	1.618	1.464
Fornecedores partes relacionadas	8	504	1.431	1.070	1.516
Empréstimos e financiamentos	14	5.176	5.195	4.920	4.072
Obrigações sociais e trabalhistas	16	5.050	5.401	4.543	4.342
Obrigações fiscais	15	1.012	1.492	873	1.741
Adiantamento de clientes		1.565	152	17	62
Receitas Antecipadas		61	-	-	-
Passivo de arrendamento	12	1.781	1.737	1.945	1.956
Outras contas a pagar		520	292	-	-
Total do passivo circulante		17.704	17.071	14.986	15.153
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	5.386	2.146	2.964	1.937
Partes relacionadas	8	-	455	1.640	54
Passivo de arrendamento	12	4.289	6.041	6.622	7.787
Obrigações fiscais	15	-	-	64	145
Provisão para contingências	17	460	529	333	1.100
Total do passivo não circulante		10.135	9.171	11.623	11.023
Patrimônio líquido					
Capital social		250	250	250	50
Reserva de lucros		302	710	1.139	4.127
Total do patrimônio líquido	18	552	960	1.389	4.177
Total do passivo e do patrimônio líquido		28.391	27.202	27.998	30.353

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	19	61.650	61.676	57.040
Custos dos serviços prestados	20	(40.507)	(38.202)	(37.202)
Lucro bruto		21.143	23.474	19.838
Despesas administrativas	21	(17.969)	(19.186)	(18.585)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		314	27	11
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos		3.488	4.315	1.264
Receitas financeiras	22	393	41	88
Despesas financeiras	22	(2.209)	(1.651)	(1.755)
		(1.816)	(1.610)	(1.667)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.672	2.705	(403)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23 a	(678)	(1.213)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23 b.2	54	167	(305)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		1.048	1.659	(708)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
			(Reapresentado)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	1.048	1.659	(708)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente, líquido dos impostos	1.048	1.659	(708)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	(Prejuízos) / Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019 (Reapresentado)	50	4.127	-	4.177
Distribuição de lucros	-	(2.080)	-	(2.080)
Aumento de capital com reserva de lucros	200	(200)	-	-
Absorção com o prejuízo do período	-	(708)	708	-
Prejuízo do exercício	-	-	(708)	(708)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	250	1.139	-	1.389
Distribuição de lucros	-	(2.088)	-	(2.088)
Constituição de reserva de lucro	-	1.659	(1.659)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	1.659	1.659
Saldo em 31 de dezembro de 2020	250	710	-	960
Distribuição de lucros	-	(1.456)	-	(1.456)
Constituição de reserva de lucro	-	1.048	(1.048)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	1.048	1.048
Saldo em 31 de dezembro de 2021	250	302	-	552

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
			(Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	1.048	1.659	(708)
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	1.773	1.409	1.254
Depreciação ativo de direito de uso	1.684	1.928	1.991
Demandas judiciais	(68)	196	(767)
Baixa líquida de imobilizado	6	24	63
Juros provisionados	927	638	764
Juros sobre passivo de arrendamento	311	357	419
Imposto de renda e contribuição social correntes	678	1.213	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(54)	(167)	305
	6.305	7.257	3.321
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	(2.539)	(659)	(1.297)
Contas a receber com partes relacionadas	371	539	(1.079)
Imposto a recuperar	515	424	(970)
Adiantamento a fornecedores	(133)	69	365
Despesas antecipadas	(171)	(75)	85
Depósitos judiciais	56	(54)	(65)
Outros ativos	(159)	471	(378)
Fornecedores	664	(249)	154
Fornecedores partes relacionadas	(928)	361	(446)
Obrigações sociais e trabalhistas	(351)	858	201
Obrigações fiscais	(1.158)	(657)	(950)
Adiantamento de clientes	1.413	135	(45)
Faturamento antecipado	61	-	-
Juros pagos	(1.316)	(1.051)	(720)
Outras contas a pagar	226	292	3
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	2.856	7.661	(1.821)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Liberação de contrato de mútuo	(12)	(1)	(2.285)
Recebimento de contrato de mútuo	1	-	3.249
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(1.009)	(1.867)	(1.926)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.020)	(1.868)	(962)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	10.064	3.442	7.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.453)	(3.571)	(5.171)
Captação de recursos por meio de contrato de mútuo	3.653	11.767	10.157
Pagamento de contrato de mútuo	(4.108)	(12.952)	(8.570)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(2.089)	(2.159)	(1.595)
Dividendos pagos	(1.456)	(2.088)	(2.080)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(389)	(5.561)	(259)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.447	232	(3.042)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	728	496	3.538
No fim do exercício	2.175	728	496
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.447	232	(3.042)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receitas			
Venda de serviços	69.817	69.848	64.610
Outras receitas	710	645	443
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(20)	-	28
	70.507	70.493	65.081
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços vendidos	(3.482)	(2.596)	(2.961)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.832)	(5.444)	(5.828)
Perda / recuperação dos valores ativos	23	(1)	105
Outros custos	(158)	(597)	(143)
Valor adicionado bruto	62.058	61.855	56.254
Retenções			
Depreciações e amortizações	(3.458)	(3.337)	(3.245)
Valor adicionado líquido produzido	58.600	58.518	53.009
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira	393	41	88
Valor adicionado total a distribuir	58.993	58.559	53.097
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	35.312	33.089	29.626
Benefícios	6.548	7.273	8.354
FGTS	2.213	2.071	2.525
	44.073	42.433	40.505
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	7.779	8.404	6.618
Federais (Diferidos)	(54)	(167)	305
Estaduais	4	8	4
Municipais	3.766	3.775	3.518
	11.495	12.020	10.445
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	1.867	1.492	1.484
Alugueis	365	775	904
Despesas financeiras	66	56	48
Multas	-	6	24
Outras despesas	80	118	394
	2.378	2.447	2.854
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	1.456	2.088	2.080
(Lucros retidos) / Prejuízos	(409)	(429)	(2.787)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Desde a sua fundação, em 2002, a Pluris Mídia Ltda. ("Empresa") direciona suas ações para quem busca excelência em terceirização de atendimento. Oferece ao mercado soluções multicanais integradas. Customiza a tecnologia, os processos e o atendimento, respeitando as necessidades e as dimensões de cada Empresa.

A Empresa está localizada na Rua Nebraska, 443, 5º andar, São Paulo – SP.

Com o apoio de soluções tecnológicas inovadoras e com pessoas comprometidas em ir além do atendimento, a interação com cada um dos clientes acontece de forma ágil e eficiente em todos os canais de contato.

Sua infraestrutura diferenciada e sua atenção às inovações que transformam o relacionamento, asseguram a Pluris Mídia Ltda. produtividade as operações, experiência de atendimento marcante, bem como otimização de custo operacional.

1.1. Desempenho financeiro

A Empresa apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 792, R$ 3.565 e R$ 1.414 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, tais condições indicam a necessidade de ações da Administração da Empresa para melhoria do desempenho financeiro. Entre essas ações, destacam-se:

a) A administração avalia regularmente o resultado de linhas de serviços oferecidos, tomando ações imediatas para redução ou descontinuidade imediata;

b) Renegociação no prazo de liquidação de empréstimos e financiamentos durante o ano de 2021, onde todos os contratos de empréstimos mantidos pela Empresa foram renegociados alongando os prazos e renegociados as taxas de juros, movimentação que pode ser observada na Nota Explicativa nº 14;

c) Atuação efetiva para o faturamento dos serviços prestados bem como a redução do prazo de recebimento de contas a receber.

Com a implementação dessas ações adotadas, estima-se a reversão do capital circulante líquido negativo.

1.2. Covid-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (Covid-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Entretanto, devido à manutenção significativa da carteira de clientes, condições contratuais mantidas e fluxos de caixa operacionais estáveis, não foi identificado risco de continuidade operacional, ou necessidade de reconhecer perda ao valor recuperável de ativos.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Renegociações dos contratos com os fornecedores da Empresa, para alinhar a atual estrutura para prestação de serviço como por exemplo devolução de parte do espaço físico alugado, redução de aluguel, condomínio e facilities no valor aproximando de R$ 640 em 2021 (R$ 565 em 2020).
- Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de empregados, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo, tais como suspensão de novas contratações e de vale transporte com redução de R$ 2.006 em 2021 (R$ 1.449 em 2020);

Negociação das condições dos empréstimos e financiamentos da Empresa com instituições financeiras e dos pagamentos com os fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez. A Empresa renegociou o prazo de liquidação de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras durante o ano de 2020. Em decorrência dessa renegociação, os pagamentos foram suspensos entre 2 a 6 meses dependendo do contrato e instituição financeira. O valor aproximado que foi postergado o pagamento para 2021 foi de R$ 1.100;

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Empresas por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (NBC TG).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2022.

Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Empresa foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), a Empresa utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Nota Explicativa nº 3.4 – A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados de forma confiável. Caso os valores faturados não tenham seus custos incorridos, o valor é apresentado como receitas antecipadas no balanço patrimonial, assim como os adiantamentos de clientes;

b) Nota Explicativa nº 6 – Contas a receber de clientes - apuração de perda esperada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD para registro da perda esperada sobre contas a receber;

c) Notas Explicativas nºs 11 e 13 – Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação/amortização;

d) Nota Explicativa nº 12 – Arrendamentos – prazo do arrendamento: se a Empresa tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Notas Explicativas nºs 11 e 13 – Imobilizado e intangível - análise de redução ao valor recuperável;

b) Nota Explicativa nº 17 – Provisão para contingências **-** reconhecimento e mensuração de provisões contingências: probabilidade e magnitude das saídas de recursos sem que tenha havido provisões suficientes.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da NBC TG, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

a) **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

b) **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

c) **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

A conciliação entre saldo contábil e o valor justo e a respectiva classificação do nível hierárquico adotado na mensuração do valor justo estão incluídas na seguinte nota explicativa:

a) Nota Explicativa nº 4 - Instrumentos financeiros

e) Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

A Administração da Empresa procedeu com a reapresentação das informações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019 (balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa) em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinados ajustes contábeis identificados a partir de 1º de janeiro de 2019, assim como no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 relacionados ao passivo de arrendamento e do direito de uso, registro da provisão de para recolhimento de IOF referente aos contratos de mútuos entre a Empresa e suas partes relacionadas, depósitos judiciais, registro do compartilhamento de custos e despesas entre a Empresa e suas partes relacionadas (estrutura de *backoffice* compartilhada) e constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos provenientes dos reflexos fiscais dos ajustes constatados.

A citada reapresentação está sendo efetuada como previsto pelos pronunciamentos técnicos NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações contábeis, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A demonstração do valor adicionado não está sendo reapresentada em virtude de não ter feito parte das demonstrações contábeis anteriormente apresentadas que são objeto da reapresentação.

Pluris Mídia Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Original divulgado	Ajustes e reclassificações	(Reapresentado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	496	-	496
Contas a receber de clientes	8.978	7	8.985
Contas a receber - partes relacionadas	1.135	-	1.135
Impostos a recuperar	1.911	410	2.321
Adiantamentos	-	624	624
Despesas antecipadas	-	11	11
Outras contas a receber	643	(643)	-
Total do ativo circulante	13.163	409	13.572
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	165	165
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	113	113
Outros ativos	636	(165)	471
	636	113	749
Imobilizado	4.996	-	4.996
Direito de uso	8.567	(815)	7.752
Intangível	929	-	929
	14.492	(815)	13.677
Total do ativo não circulante	15.128	(702)	14.426
Total ativo	28.291	(293)	27.998

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO

	Original divulgado	Ajustes e reclassificações	(Reapresentado)
Passivo circulante			
Fornecedores	1.480	138	1.618
Fornecedores partes relacionadas	1.145	(75)	1.070
Empréstimos e financiamentos	4.984	(64)	4.920
Obrigações sociais e trabalhistas	4.543	-	4.543
Obrigações fiscais	873	-	873
Adiantamento de clientes	17	-	17
Passivo de arrendamento	1.945	-	1.945
Total do passivo circulante	14.987	(1)	14.986
Passivo não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas	1.640	-	1.640
Obrigações fiscais	64	-	64
Empréstimos e financiamentos	2.964	-	2.964
Passivo de arrendamento	6.622	-	6.622
Provisão de demandas judiciais	15	318	333
Total do passivo não circulante	11.305	318	11.623
Patrimônio líquido			
Capital social	250	-	250
Reserva de lucros	1.749	(610)	1.139
Total do patrimônio líquido	1.999	(610)	1.389
Total do passivo e do patrimônio líquido	28.291	(293)	27.998

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Demonstração de resultado em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Original divulgado	Ajustes e reclassificações	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	57.040	-	57.040
Custos dos serviços prestados	(39.662)	2.460	(37.202)
Lucro bruto	17.378	2.460	19.838
Despesas administrativas	(15.279)	(3.306)	(18.585)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	11	11
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos	2.099	(835)	1.264
Receitas financeiras	88	-	88
Despesas financeiras	(1.755)	-	(1.755)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	432	(835)	(403)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(305)	(305)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	432	(1.140)	(708)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Original divulgado	Ajustes e reclassificações	(Reapresentado)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	432	(1.140)	(708)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente, líquido dos impostos	432	(1.140)	(708)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (Anterior)	250	1.749	1.999
Ajustes exercício saldo inicial (1º de janeiro de 2019)	-	530	530
Ajustes exercício findo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.140)	(1.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	250	1.139	1.389

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pluris Mídia Ltda.

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Original divulgado	Ajustes e reclassificações	(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	432	(1.140)	(708)
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	1.255	(1)	1.254
Depreciação ativo de direito de uso	1.165	826	1.991
Reversão de provisão para demandas judiciais	(785)	18	(767)
Baixa liquida de imobilizado	63	-	63
Juros provisionados	764	-	764
Juros sobre passivo de arrendamento	419	-	419
Imposto de Renda e contribuição social correntes	-	-	-
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	-	305	305
	3.313	8	3.321
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	(1.298)	1	(1.297)
Contas a receber com partes relacionadas	(827)	(252)	(1.079)
Imposto a recuperar	(969)	(1)	(970)
Adiantamento a fornecedores	(625)	990	365
Despesas antecipadas	-	85	85
Depósitos judiciais	(65)	-	(65)
Outros ativos	614	(992)	(378)
Fornecedores	(345)	499	154
Fornecedores partes relacionadas	(181)	(265)	(446)
Obrigações sociais e trabalhistas	202	(1)	201
Obrigações fiscais	(950)	-	(950)
Adiantamento de clientes	17	(62)	(45)
Juros pagos	(720)	-	(720)
Outras contas a pagar	(62)	65	3
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(1.896)	75	(1.821)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Liberação de contrato de mútuo	(2.266)	(19)	(2.285)
Recebimento de contrato de mútuo	3.230	19	3.249
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(1.927)	1	(1.926)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(963)	1	(962)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	7.259	(259)	7.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.364)	193	(5.171)
Captação de recursos por meio de contrato de mútuo	10.156	1	10.157
Pagamento de contrato de mútuo	(8.570)	-	(8.570)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(1.584)	(11)	(1.595)
Dividendos pagos	(2.080)	-	(2.080)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(183)	(76)	(259)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(3.042)	-	(3.042)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	3.538	-	3.538
No fim do exercício	496	-	496
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(3.042)	-	(3.042)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Políticas contábeis

3.1. Mudanças de políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente a NBC TG 47 e a NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 – Receitas, a NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, adicionalmente no final do exercício de 2018 a Empresa iniciou suas atividades o qual não gerou receita relevante para uma avaliação.

NBC TG 48 – Instrumentos financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38/(R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38/(R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38/(R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

ii) *Impairment* de ativos financeiros

A NBC TG 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38/ (R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 06 (R3) Operações de arrendamento mercantil

A Empresa adotou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados a seguir. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme NBC TG 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na Nota Explicativa nº 9.

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou à NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NTG 06 (R2) não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Empresa arrenda basicamente imóveis. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com a NBC TG 06 (R3), a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme a NBC TG 06 (R2)

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 10). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar à NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);

- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

Como resultado da aplicação inicial do NBC TG 06 (R3), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Empresa reconheceu em 1º de janeiro de 2019 passivos de arrendamento no valor R$ 9.743, e ativo de direito de uso nesses mesmos montantes, respectivamente. Os demais contratos de arrendamento (itens de baixo valor, com prazo inferior a 12 meses) continuam sendo registrados como despesa do exercício de acordo com sua natureza. A taxa média ponderada de empréstimo incremental da Empresa aplicada em 1º de janeiro de 2019 foi de aproximadamente 5% a.a.

ITG 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Vigente a partir de 01 de janeiro de 2019, especifica requisitos de divulgação para incertezas relacionadas a tributos sobre o lucro correntes e diferidos (ativos e passivos) e deve ser aplicada conforme a legislação vigente. A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos e concluiu que não há incertezas sobre o tratamento fiscal de acordo com a legislação fiscal vigente.

Outras normas e deliberações adotadas pela Empresa

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Empresas abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 estabelecem alterações sobre:

a) Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e

b) Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 07 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas da NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e NBC TG 23 (R2)/IAS 8

Emendas da NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e da NBC TG 23 (R2)/IAS 8esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração da Empresa avaliou os impactos da adoção destas novas normas e deliberações e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.2. Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

a) As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

b) Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;

c) Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

d) Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

e) A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

a) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

b) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

c) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

d) os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 em suas demonstrações contábeis.

3.3. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

b) investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e

c) ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos a seguir, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

a) títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

b) outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

a) é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

b) o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

a) dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

b) quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

c) reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;

d) a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

e) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.4. Receita de contrato com cliente

As receitas são reconhecidas a partir da aplicação de critérios específicos conforme a NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente:

- Formalização com o contrato com o cliente;
- Identificação das obrigações de performance;
- Valor do preço da transação;
- Alocação do preço da transação às obrigações de performance; e
- Reconhecimento da receita conforme as obrigações de performance forem satisfeitas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.
A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço prestado ao cliente.

A seguir as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Obrigações de performance e Políticas de reconhecimento de receita

Receita de serviços prestados – *Call center*

As receitas estão relacionadas à prestação de serviços de BPO (Bussines Process Outsourcing) para teleatendimento. Por se tratar de serviço não separável, ou seja, não prestado separadamente para outros clientes, é considerado como uma única obrigação de performance. Conforme previsto nos contratos de prestação de serviço, a obrigação de performance é cumprida ao fim de cada mês no qual são medidos os serviços que foram prestados de acordo com os serviços executados.

A Empresa reconhece a receita de acordo com as medições mensais dos serviços executados.
As receitas referentes aos contratos firmados com os clientes são reconhecidas de acordo com o regime de competência, com base no valor fixo do serviço executado estabelecido em contrato.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.
Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Imposto diferido

O imposto é diferido, quando aplicável, é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando forem revertidas, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Lei do bem

A Empresa desenvolve projetos de incentivo a tecnologia que resultam em dispêndios na atividade de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológicas tendo a utilização do benefício fiscal oriundo da Lei da Bem, que permite a redução de parte destes dispêndios da base do lucro real, conforme estabelecido no art. 26 da Lei 11.196/05 (Lei do Bem). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Empresa obteve a título de benefício o montante de R$ 163.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

3.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber estão registradas pelos valores efetivamente faturados e estão apresentadas a valores de realização. Não houve constituição para perda de crédito por não identificarmos risco de perda. Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 6.

3.8. Imobilizado

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se refere ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança.

Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas.

O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil, conforme a tabela a seguir:

	Vida útil (anos)
Benfeitorias em poder de terceiros	05
Computadores e periféricos	05
Equipamentos de telefonia	05
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

3.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

O custo de ativo intangível gerado internamente inclui todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração e se resumem, basicamente, nos gastos com pessoal e outros custos diretamente alocados na produção e desenvolvimento dos projetos.

O valor amortizável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil, conforme a tabela a seguir:

	Vida útil (anos)
Direito de uso de software	05
Marcas e patentes	05
Software	05

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

3.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com sobre empréstimos e impostos parcelados.

4. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.
Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Empresa não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros	**2021**		
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.172	-	**2.172**
Aplicações financeiras	-	3	**3**
Contas a receber	-	12.183	**12.183**
Contas a receber - partes relacionadas	-	238	**238**
Adiantamentos	-	689	**689**
Total	**2.172**	**13.113**	**15.285**
Passivos			
Fornecedores	-	2.035	**2.035**
Arrendamento a pagar	-	6.070	**6.070**
Empréstimos e financiamentos	-	10.562	**10.562**
Adiantamento de clientes	-	1.565	**1.565**
Contas a pagar - partes relacionadas	-	504	**504**
Total	**-**	**20.797**	**20.797**

Instrumentos financeiros	2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	**5**
Aplicações financeiras	-	723	**723**
Contas a receber	-	9.644	**9.644**
Contas a receber - partes relacionadas	-	597	**597**
Adiantamentos	-	555	**555**
Total	**5**	**11.519**	**11.524**
Passivos			
Fornecedores	-	1.371	**1.371**
Arrendamento a pagar	-	7.778	**7.778**
Empréstimos e financiamentos	-	7.341	**7.341**
Adiantamento de clientes	-	152	**152**
Contas a pagar - partes relacionadas	-	1.886	**1.886**
Total	**-**	**18.528**	**18.528**

Instrumentos financeiros	2019 (Reapresentado)		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	495	-	**495**
Aplicações financeiras	-	1	**1**
Contas a receber	-	8.985	**8.985**
Contas a receber - partes relacionadas	-	1.135	**1.135**
Adiantamentos	-	624	**624**
Total	**495**	**10.745**	**11.240**
Passivos			
Fornecedores	-	1.618	**1.618**
Arrendamento a pagar	-	8.567	**8.567**
Empréstimos e financiamentos	-	7.884	**7.884**
Adiantamento de clientes	-	17	**17**
Contas a pagar - partes relacionadas	-	2.710	**2.710**
Total	**-**	**20.796**	**20.796**

Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.
Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.172	-	-
Aplicações financeiras	-	3	-
Contas a receber	-	12.183	-
Contas a receber – partes relacionadas	-	238	-
Adiantamentos	-	689	-
Total	**2.172**	**13.113**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	2.035	-
Arrendamento a pagar	-	6.070	-
Empréstimos e financiamentos	-	10.562	-
Adiantamento de clientes	-	1.565	-
Receitas antecipadas	-	61	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	504	-
Total	**-**	**20.797**	**-**

Instrumentos financeiros	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-
Aplicações financeiras	-	723	-
Contas a receber	-	9.644	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	597	-
Adiantamentos	-	555	-
Total	**5**	**11.519**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	1.371	-
Arrendamento a pagar	-	7.778	-
Empréstimos e financiamentos	-	7.341	-
Adiantamento de clientes	-	152	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	1.886	-
Total	**-**	**18.528**	**-**

Instrumentos financeiros	2019 Reapresentado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	495	-	-
Aplicações financeiras	-	1	-
Contas a receber	-	8.985	-
Contas a receber – partes relacionadas	-	1.135	-
Adiantamentos	-	624	-
Total	**495**	**10.745**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	1.618	-
Arrendamento a pagar	-	8.567	-
Empréstimos e financiamentos	-	7.884	-
Adiantamento de clientes	-	17	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	2.710	-
Total	**-**	**20.796**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

Gerenciamento dos riscos financeiros

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de contrato e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Empresa tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de mercado

i) Risco de câmbio

As principais operações efetuadas pela Empresa são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros prefixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Este risco surge da possibilidade que a Empresa pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Empresa monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida.

A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

Exposição operacional	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Aplicações financeiras	3	723	1
Subtotal	**3**	**723**	**1**
Empréstimos e financiamentos	(10.562)	(7.341)	(7.884)
Subtotal	**(10.562)**	**(7.341)**	**(7.884)**
Total da exposição	**(10.559)**	**(6.618)**	**(7.883)**

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R3) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Empresa apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros, para os empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras que estão sujeitos a exposição e variação do CDI. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Empresa, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e para as empréstimos e financiamentos, utilizando fundamentalmente os dados.

O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Empresa na gestão financeira.

Instrumentos	Indexador	Taxa de juros a.a.	31/12/2021	Real	Cenário razoavelmente possível	Exposição
Aplicação financeira	CDI	70% CDI	3	4,42%	11,75%	-
Capital de giro Itaú **(i)**	CDI	11.48%	(6.605)	4,42%	11,75%	(776)
Efeito			**(6.602)**			**(776)**

(i) A Empresa somente possuí o empréstimo Capital de giro junto ao Banco Itaú com exposição a taxa variável, os demais são taxas pré-fixadas.

iii) Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados anualmente, com base no contrato firmado junto aos clientes.

iv) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

v) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A liquidez da Empresa depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Empresa dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

O quadro a seguir analisa os passivos da Empresa, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.
Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	2.035	-	-	-	**2.035**
Fornecedores partes relacionadas	504	-	-	-	**504**
Empréstimos e financiamentos	5.176	1.243	4.143	-	**10.562**
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-	**-**
Total	**7.715**	**1.243**	**4.143**	**-**	**13.101**

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.371	-	-	-	**1.371**
Fornecedores partes relacionadas	1.431	-	-	-	**1.431**
Empréstimos e financiamentos	5.195	1.882	264	-	**7.341**
Empréstimos com partes relacionadas	-	455	-	-	**455**
Total	**7.997**	**2.337**	**264**	**-**	**10.598**

Em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.618	-	-	-	**1.618**
Fornecedores partes relacionadas	1.070	-	-	-	**1.070**
Empréstimos e financiamentos	4.920	1.985	979	-	**7.884**
Empréstimos com partes relacionadas	-	1.640	-	-	**1.640**
Total	**7.608**	**3.625**	**979**	**-**	**12.212**

vi) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Empresa durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos sócios, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Empresa, quando aprovado pelos quotistas, pode rever sua política de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, emitir novas quotas ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Caixa	1	1	1
Bancos	2.171	4	494
Aplicações financeiras	3	723	1
Total	**2.175**	**728**	**496**

As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.
As aplicações financeiras contratadas estão vinculadas a Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) e são remuneradas a taxa média de 2,53% a.a. (2020 a 2,76 % a.a. e 2019 a 4,09%) e possui o resgate imediato dos valores aplicados.

6. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Clientes a receber - Nacionais	12.174	9.481	8.985
Clientes a receber - Exterior	9	163	-
Total do contas a receber	**12.183**	**9.644**	**8.985**

O contas a receber por idade de vencimento está composto como segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
A vencer	9.815	7.573	8.215
A faturar	2.125	2.041	440
Títulos vencidos			
de 1 a 30 dias	109	19	316
de 31 a 60 dias	110	6	6
de 61 a 90 dias	24	-	2
de 91 a 360 dias	-	5	6
Contas a receber de clientes	**12.183**	**9.644**	**8.985**

De acordo com a análise da Administração e à luz da NBC TG 48 sobre a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, não foi identificado a necessidade de reconhecimento de perdas para a carteira de clientes em questão, por meio da análise individual a cada título.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
IRPJ/CSLL a recuperar	1.382	1.897	2.298
INSS a recuperar	-	-	23
Total	**1.382**	**1.897**	**2.321**

Os valores de IRPJ e CSLL são originados por meio das retenções nos recebimentos de clientes. Ao final dos respectivos exercícios, a apuração anual apresentou saldo maior que a apuração da contribuição/imposto a pagar.

8. Partes relacionadas

Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R$ 1.008 (R$ 1.008 em 2020 e R$ 1.008 em 2019).

Contas a receber e fornecedores partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 2019, os saldos das transações com partes relacionadas podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Custo/Despesa
	Contas a receber	Mútuo partes relacionadas	Fornecedores	Mútuo partes relacionadas	Contas a receber	Fornecedores
Plusoft Informática S.A.	226	12	481	-	920	(3.126)
Inpaas Soluções em TI Ltda.	-	-	6	-	-	(27)
Edusense Educação Ltda.	-	-	17	-	-	(108)
Total circulante	**226**	**12**	**504**	**-**	**920**	**(3.261)**

	31/12/2020					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Custo/Despesa
	Contas a receber	Mútuo partes relacionadas	Fornecedores	Mútuo partes relacionadas	Contas a receber	Fornecedores
Plusoft Informática S.A.	596	-	1.199	455	1.530	(1.844)
Icustomer Mídia Digital Ltda.	-	-	98	-	2	(324)
Virtual Interactions Ltda.	-	-	125	-	-	(693)
Trd Marketing Solutions Ltda.	-	-	-	-	-	(2)
Inpaas Soluções em TI Ltda.	-	-	3	-	-	(38)
Edusense Educação Ltda.	-	1	6	-	-	(52)
Total circulante	**596**	**1**	**1.431**	**455**	**1.532**	**(2.953)**

	31/12/2019 (Reapresentado)					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Custo/Despesa
	Contas a receber	Mútuo partes relacionadas	Fornecedores	Mútuo partes relacionadas	Contas a receber	Fornecedores
Plusoft Informática S.A.	1.134	-	991	1.640	1.842	(1.565)
Icustomer Mídia Digital Ltda.	1	-	25	-	5	(210)
Virtual Interactions Ltda.	-	-	39	-	-	(302)
Trd Marketing Solutions Ltda.	-	-	12	-	-	-
Inpaas Soluções em TI Ltda.	-	-	3	-	-	-
Total circulante	**1.135**	**-**	**1.070**	**1.640**	**1.847**	**(2.077)**

Contas a receber e fornecedores – Ativo circulante e passivo circulante

Quando há demanda se verifica a possibilidade de atendimento entre as empresas relacionadas, estas operações são suportadas com faturamento entre as empresas e seguem o prazo e valor praticado com os demais clientes.

Mútuo partes relacionadas – Ativo não circulante e Passivo não circulante

Os contratos de mútuos firmados entre as partes, que suportam as movimentações financeiras entre as empresas, não possuem remuneração e a data de vencimento é determinada em 30 dias posteriormente à notificação de pagamento da mutuante à mutuária, as movimentações estão sujeitas a IOF os quais foram provisionados, conforme Nota Explicativa nº 17. As operações de mútuos tomados e concedidos podem ser assim resumidas:

Ativo não circulante	Saldo em 31/12/2020	Liberação	Recebimentos	Saldo em 31/12/2021
Plusoft Informática S.A.	**-**	12	-	**12**
Edusense Educação Ltda.	**1**	-	(1)	**-**
Ativo não circulante	**1**	**12**	**(1)**	**12**

Passivo não circulante	Saldo em 31/12/2020	Captação	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Inpaas Soluções em TI Ltda	**-**	-	-	**-**
Plusoft Informática S.A.	**(455)**	(3.653)	4.108	**-**
Passivo não circulante	**(455)**	**(3.653)**	**4.108**	**-**

Ativo não circulante	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentação)	Liberação	Recebimentos	Saldo em 31/12/2020
Edusense Educação Ltda.	**-**	1	-	**1**
Ativo não circulante	**-**	**1**	**-**	**1**

Passivo não circulante	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentação)	Captação	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Plusoft Informática S.A.	**(1.640)**	(11.767)	12.952	**(455)**
Passivo não circulante	**(1.640)**	**(11.767)**	**12.952**	**(455)**

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são garantias, para os processos trabalhistas em curso, os quais permitem a discussão judiciais dos processos trabalhistas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, os montantes de depósitos judiciais são de R$ 163, R$ 219 e R$ 165, respectivamente.

10. Imobilizado

Custo do Imobilizado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Equipamentos de informática	**3.260**	602	(3)	-	**3.859**
Equipamentos de telefonia	**558**	-	-	-	**558**
Instalações	**368**	-	-	-	**368**
Máquinas/equipamentos	**2.227**	109	-	-	**2.336**
Móveis e utensílios	**1.738**	117	(9)	-	**1.846**
Veículos	**686**	-	-	-	**686**
Benfeitorias em propriedade de terceiros	**2.319**	165	-	1.679	**4.163**
Obras em andamento	**1.679**	-	-	(1.679)	**-**
Total	**12.835**	**993**	**(12)**	**-**	**13.816**

Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Equipamentos de informática	**(2.229)**	(346)	1	-	**(2.574)**
Equipamentos de telefonia	**(554)**	(1)	-	-	**(555)**
Instalações	**(216)**	(71)	-	-	**(287)**
Máquinas/equipamentos	**(819)**	(225)	-	-	**(1.044)**
Móveis e utensílios	**(821)**	(181)	5	-	**(997)**
Veículos	**(77)**	(137)	-	-	**(214)**
Benfeitorias em propriedade de terceiros	**(1.081)**	(532)	-	(1.300)	**(2.913)**
Obras em andamento	**(1.300)**	-	-	1.300	**-**
Total	**(7.097)**	**(1.493)**	**6**	**-**	**(8.584)**
Total Líquido	**5.738**	**(500)**	**(6)**	**-**	**5.232**

Custo do Imobilizado	Saldo em 31/12/2019 (reapresentado)	Adição	Baixa	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Equipamentos de informática	**2.980**	280	-	-	**3.260**
Equipamentos de telefonia	**558**	-	-	-	**558**
Instalações	**368**	-	-	-	**368**
Máquinas/equipamentos	**2.111**	116	-	-	**2.227**
Móveis e utensílios	**1.728**	15	(5)	-	**1.738**
Veículos	**274**	580	(168)	-	**686**
Benfeitorias em propriedade de terceiros	**1.451**	868	-	-	**2.319**
Obras em andamento	**1.679**	-	-	-	**1.679**
Total	**11.149**	**1.859**	**(173)**	**-**	**12.835**

Depreciação	Saldo em 31/12/2019 (reapresentado)	Adição	Baixa	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Equipamentos de informática	**(1.951)**	(278)	-	-	**(2.229)**
Equipamentos de telefonia	**(553)**	(1)	-	-	**(554)**
Instalações	**(212)**	(4)	-	-	**(216)**
Máquinas/equipamentos	**(646)**	(173)	-	-	**(819)**
Móveis e utensílios	**(715)**	(108)	2	-	**(821)**
Veículos	**(189)**	(35)	147	-	**(77)**
Benfeitorias em propriedade de terceiros	**(589)**	(492)	-	-	**(1.081)**
Obras em andamento	**(1.298)**	(2)	-	-	**(1.300)**
Total	**(6.153)**	**(1.093)**	**149**	**-**	**(7.097)**
Total Líquido	**4.996**	**766**	**(24)**	**-**	**5.738**

11. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Empresa possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para imóveis e veículos, com prazos médios entre 2 a 7 anos e opção de renovação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do NBC TG 06 (R3) Operações de Arrendamento Mercantil.

Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros.

A Empresa definiu as premissas para os cálculos dos efeitos iniciais, as de taxas de juros para o registro de valor presente, bem como o período de vida útil (com possíveis renovações).

a) Ativo de direito de uso

A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - direito de uso	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imóveis	2 – 6	**6.710**	-	(1.579)	**5.131**
Veículos	2	**127**	70	(105)	**92**
Total		**6.837**	**70**	**(1.684)**	**5.223**

Ativo - direito de uso	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2019 (reapresentado)	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imóveis	2 – 6	**7.539**	890	(1.719)	**6.710**
Veículos	2	**213**	123	(209)	**127**
Total		**7.752**	**1.013**	**(1.928)**	**6.837**

Ativo - direito de uso	Vida útil (anos)	Adoção inicial (reapresentado)	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2019 (reapresentado)
Imóveis	2 – 6	9.304		(1.765)	**7.539**
Veículos	2	439		(226)	**213**
Total		**9.743**		**(1.991)**	**7.752**

b) Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

Passivo - arrendamento a pagar		Circulante	Não circulante
Arrendamentos a pagar (Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019)	9.743	1.956	7.787
Apropriação de juros **(a)**	419		
Amortização do principal (pagamentos)	(1.595)		
Saldo final em 31/12/2019 (reapresentado)	**8.567**	**1.945**	**6.622**
Adições	124		
Remensuração **(b)**	889		
Apropriação de juros **(a)**	357		
Amortização do principal (pagamentos)	(2.159)		
Saldo final em 31/12/2020	**7.778**	**1.737**	**6.041**
Adições	70		
Apropriação de juros **(a)**	311		
Amortização do principal (pagamentos)	(2.089)		
Saldo final em 31/12/2021	**6.070**	**1.781**	**4.289**

(a) Juros são contabilizados no resultado na rubrica de despesas financeiras, é utilizada taxa de desconto única, considerando a média de captação de recursos no mercado;

(b) Reconhecimento das alterações contratuais, basicamente dos valores dos aluguéis e vigência dos contratos.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
2021		-	581
2022		725	725
2023	1.888	1.555	1.555
2024	1.910	1.625	1.625
2025	491	2.136	2.136
Total	**4.289**	**6.041**	**6.622**

***i)* Opções de prorrogação**

Alguns arrendamentos de imóveis contêm opções de prorrogação exercíveis pela Empresa até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Empresa procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Empresa, e não pelos arrendadores. A Empresa avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Empresa reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

c) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses, é de 16,92% a.a.:

Direito de uso				Passivo de arrendamento			
Fluxo real	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo real**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	5.223	6.837	7.752	Passivo de arrendamento	6.070	7.778	8.567
Depreciação	1.684	1.928	1.991	Despesa financeira	311	357	419

Direito de uso				Passivo de arrendamento			
Fluxo Inflacionado	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**Fluxo Inflacionado**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	6.107	7.994	9.064	Passivo de arrendamento	7.097	9.094	10.017
Depreciação	1.969	2.254	2.328	Despesa financeira	364	417	490

12. Intangível

Custo do Imobilizado	Saldo em 01/01/2019 (reapresentado)	Adições	Saldo em 31/12/2019 (reapresentado)	Adição	Saldo em 31/12/2020	Adição	Saldo em 31/12/2021
Direito de uso de software	**2.174**	-	**2.174**	7	**2.181**	16	**2.197**
Marcas e patentes	**18**	-	**18**	-	**18**	-	**18**
Software	**54**	-	**54**	-	**54**	-	**54**
Total	**2.246**	**-**	**2.246**	**7**	**2.253**	**16**	**2.269**

Amortização	Saldo em 01/01/2019 (reapresentado)	Adições	Saldo em 31/12/2019 (reapresentado)	Adição	Saldo em 31/12/2020	Adição	Saldo em 31/12/2021
Direito de uso de software	**(968)**	(324)	**(1.292)**	(304)	**(1.596)**	(269)	**(1.865)**
Software	**(14)**	(11)	**(25)**	(11)	**(36)**	(11)	**(47)**
Total	**(982)**	**(335)**	**(1.317)**	**(315)**	**(1.632)**	**(280)**	**(1.912)**
Total líquido	**1.264**	**(335)**	**929**	**(308)**	**621**	**(264)**	**357**

13. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Fornecedores nacionais	1.707	1.236	1.480
Outros fornecedores	328	135	138
Total	**2.035**	**1.371**	**1.618**

14. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamento podem ser assim resumidas:

Credor	Modalidade	Vencimento	Taxa a.a.	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019 (reapresentação)
Banco de Lage Landen	Leasing	mai/21	13,46%	-	-	121
Banco Itaú	Capital de giro	jan/21	5,30% +TJLP	-	24	297
Banco Itaú	Capital de giro	nov/20	10,56%	-	-	1.844
Banco Itaú	Capital de giro	dez/21	12,49%	-	3.077	-
Banco Itaú	Capital de giro	jun/22	11,48%	-	3.843	5.025
Banco Itaú	Capital de giro	jun/26	5,70% + CDI	6.605	-	-
Banco Itaú	Capital de giro	nov/22	16,77%	3.648	-	-
Banco Itaucard	Leasing	mai/20	18,56%	-	-	17
Banco Itaucard	Financiamento	dez/23	10,38%	309	397	-
Banco Santander (Brasil) S.A.	Capital de giro	jun/20	20,44%	-	-	580
Total				**10.562**	**7.341**	**7.884**
Circulante				**5.176**	**5.195**	**4.920**
Não circulante				**5.386**	**2.146**	**2.964**

Os empréstimos e financiamentos foram tomados para adequação do fluxo de caixa da Empresa.

A Empresa não possui dívidas em moeda estrangeira.

Movimentação de empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Taxa a.a.	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos de principal	Captações	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Saldo em 31/12/2021
Capital de giro	5,30% +TJLP	**24**	(24)	-	-	-	**-**
Capital de giro	12,49%	**3.077**	(3.045)	-	(159)	127	**-**
Capital de giro	11,48%	**3.843**	(3.262)	-	(865)	284	**-**
Capital de giro	5,70% + CDI	**-**	-	6.500	(291)	396	**6.605**
Capital de giro	16,77%	**-**	-	3.564	-	84	**3.648**
Financiamento	10,38%	**397**	(123)	-	-	35	**309**
Total		**7.341**	(6.454)	10.064	(1.315)	926	**10.562**

Modalidade	Taxa a.a.	Saldo em 31/12/2019 (reapresentado)	Pagamentos de principal	Captações	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Saldo em 31/12/2020
Leasing	13,46%	**121**	(104)	-	(23)	6	**-**
Capital de giro	5,30% +TJLP	**297**	(254)	-	(24)	5	**24**
Capital de giro	10,56%	**1.844**	(1.310)	-	(654)	120	**-**
Capital de giro	12,49%	**-**	-	3.046	-	31	**3.077**
Capital de giro	11,48%	**5.025**	(1.469)	-	(182)	469	**3.843**
Leasing	18,56%	**17**	(13)	-	(4)	-	**-**
Financiamento	10,38%	**-**	-	396	-	1	**397**
Capital de giro	20,44%	**580**	(420)	-	(164)	4	**-**
Total		**7.884**	(3.570)	3.442	(1.051)	636	**7.341**

Modalidade	Taxa a.a.	Saldo em 01/12/2019 (Reapresentado)	Pagamentos de principal	Captações	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Saldo em 31/12/2019
Financiamento	13,28%	**71**	(71)	-	-	-	**-**
Financiamento	15,06%	**150**	(150)	-	-	-	**-**
Leasing	13,46%	**213**	(107)	-	(22)	37	**121**
Capital de giro	5,30% +TJLP	**612**	(291)	-	(28)	4	**297**
Capital de giro	19,43%	**1.448**	(1.375)	-	(189)	116	**-**
Capital de giro	10,56%	**-**	(167)	2.000	(12)	23	**1.844**
Capital de giro	11,48%	**-**	(269)	5.000	(8)	302	**5.025**
Leasing	18,56%	**51**	(35)	-	(10)	11	**17**
Financiamento	20,44%	**1.489**	(800)	-	(268)	159	**580**
Capital de giro	16,02%	**1.882**	(1.833)	-	(151)	102	**-**
Capital de giro	17,90%	**93**	(73)	-	(31)	11	**-**
Leasing	13,28%	**71**	(71)	-	-	-	**-**
Total		**6.009**	**(5.171)**	**7.000**	**(719)**	**765**	**7.884**

Cláusulas contratuais de *covenants*

A Empresa possui contratos de empréstimos que determinam o cumprimento do índice resultante do quociente entre dívida líquida e o ebitda menor ou igual a 2 durante o prazo do contrato, com o risco de execução antecipação da dívida para o período de apuração referente os últimos 12 meses e o envio a instituição financeira das demonstrações contábeis do respectivo exercício social, no prazo de 90 dias. A Empresa encontra-se adimplente com todos os *covenants* acordados.

15. Obrigações fiscais

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
IRPJ/CSLL a recolher	198	90	-
PIS/COFINS a recolher	159	245	122
ISS a recolher	389	448	377
Contribuição Previdenciária a Recolher (i)	247	275	232
Outros impostos a recolher	19	22	52
Parcelamento de impostos federais (ii)	-	349	-
Parcelamento de impostos municipais (ii)	-	63	154
Total	**1.012**	**1.492**	**937**
Circulante	1.012	1.492	873
Não circulante	**-**	**-**	**64**

(i) O parcelamento previdenciário refere-se a débitos de 08/2020, no qual se iniciou o parcelamento em 11/2020 conforme modalidades da Lei nº 10.684/2003. O saldo foi parcelado em 12 meses e liquidado em 10/2021.

(ii) A Empresa aderiu ao PPI - Programa de Parcelamento Incentivado para os anos de 2008 e 2011 (processo nr. 2189450-7), em 120 parcelas, com liquidação em 08/2021.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Salários a pagar	1.548	1.495	1.252
Provisão de férias e encargos sociais	2.780	3.097	2.539
FGTS a Recolher	238	251	232
INSS a Recolher	290	366	362
IRRF s/ salários a recolher	194	192	158
Total	**5.050**	**5.401**	**4.543**

17. Provisão para contingências

A Empresa, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão conforme a seguir, sendo estes os montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, relativas aos processos com risco de perda provável, movidos por ex-empregados e de Empresas prestadoras de serviços.

A Empresa apurou também a provisão para contingências fiscal sobre o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), no qual registrou os valores sobre os mútuos concedidos as partes relacionadas. O valor apurado segue a legislação vigente, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Natureza da contingência			
Trabalhista	140	209	16
Fiscal (IOF)	320	320	317
Total	**460**	**529**	**333**

Movimentação individual	**Trabalhista**	**Fiscal**	**Total**
Saldo em 01/01/2019 (Reapresentado)	**801**	**299**	**1.100**
Adições	16	18	34
Exclusões	(801)	-	(801)
Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	**16**	**317**	**333**
Adições	193	3	196
Exclusões	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	**209**	**320**	**529**
Adições	58	-	58
Exclusões	(127)	-	(127)
Saldo em 31/12/2021	**140**	**320**	**460**

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 934 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 931 em 2020 e R$ 596 em 2019) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social foi aumentado em 30 de maio de 2019, com a utilização da reserva de lucros no montante de R$ 200, passando para o valor integralizado de R$250, estabelecido por percentual de participação possuídos por pessoas físicas residentes no país.

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019 (reapresentado)	
	Participação	**%**	**Participação**	**%**	**Participação**	**%**
QESTRA Tecnologia Administração e Participação Ltda.	200	80%	-	0%	-	0%
Bruno Reis de Arruda Alves	33	13%	163	65%	163	65%
Guilherme Correa Porto	12	5%	62	25%	62	25%
Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo	5	2%	25	10%	25	10%
Total	**250**	**100%**	**250**	**100%**	**250**	**100%**

Distribuição de lucros

O contrato social prevê a distribuição de lucros por deliberação dos sócios, podendo ser desproporcional a participação do capital, no estatuto social define que os lucros da Empresa, serão destinados de acordo com as determinações dos sócios representando a maioria do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram distribuídos os montantes de R$ 1.456, R$ 2.088 e R$ 2.080, respectivamente.

Lucro por cotas

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro por cotas básico:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	**1.048**	**1.659**	**(708)**
Denominador			
Média ponderada de cotas – básica	250	250	250
Lucro (Prejuízo) básico por cotas em (R$)	**4,192**	**6,636**	**-2,832**

19. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida reconhecida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram como segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Receita bruta de serviços prestados	69.873	69.878	64.741
Impostos sobre serviços prestados	(8.167)	(8.171)	(7.570)
Cancelamento de serviços	(56)	(31)	(131)
Total	61.650	61.676	57.040

20. Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram como segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Mão de obra	(36.633)	(35.807)	(33.785)
Serviços de terceiros	(2.885)	(1.937)	(1.945)
Serviços técnicos e de infraestrutura	(925)	(348)	(1.303)
Outros custos	(64)	(110)	(169)
Total	(40.507)	(38.202)	(37.202)

21. Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram como segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Mão de obra	(9.714)	(9.637)	(9.386)
Amortização direito de uso	(1.684)	(1.928)	(1.991)
Amortização e depreciação	(1.773)	(1.409)	(1.254)
Serviços de terceiros **(i)**	(3.088)	(3.683)	(3.122)
Ocupação e utilidades	(1.396)	(1.395)	(2.131)
Despesas gerais	(314)	(1.134)	(701)
Total	(17.969)	(19.186)	(18.585)

(i) A principal despesa refere-se ao gasto com licença de uso de software.

22. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram como seguem:

Despesas financeiras	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019 (Reapresentado)**
Juros passivos	(448)	(234)	(212)
Juros sobre arrendamento	(311)	(357)	(419)
Juros empréstimos e financiamentos	(943)	(745)	(764)
Despesas bancárias	(66)	(56)	(48)
Multas passivas	(165)	(156)	(89)
IOF sobre operações financeiras	(253)	(18)	(99)
Variações monetárias passivas	(1)	(82)	(110)
Outros	(22)	(3)	(14)
Total	(2.209)	(1.651)	(1.755)

Receitas financeiras	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019 (reapresentação)**
Descontos auferidos	347	3	4
Juros ativos	45	32	35
Receitas sobre aplicações financeiras	1	6	49
Total	393	41	88

23. Imposto de renda e contribuição social

A seguir a demonstração da apuração do lucro real e imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, os quais foram definidos na Nota Explicativa nº 3.5.

a) Imposto de renda e contribuição social - corrente

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.672	2.705	(403)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social			
Pela alíquota fiscal	568	920	(137)
Adições permanentes:			
Depreciação e encargos ref. arrendamento mercantil (NBC TG 06 (R3))	678	777	820
Provisão não dedutível	203	167	6
Perda com recebíveis	15	10	44
Despesas não dedutíveis	97	97	79
Exclusões permanentes:			
Contraprestações de arrendamento no período (NBC TG 06 (R3))	(710)	(734)	(542)
Reversão de provisão não dedutível	(149)	-	(277)
Outros itens:			
Benefício fiscal (Adicional do IR)	(24)	(24)	-
Prejuízo fiscal apurado no exercício	-	-	7
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	678	1.213	-
Alíquota efetiva	41%	45%	0%

b) Imposto de renda e contribuição social – Diferido

b1) A composição do saldo do imposto de renda e contribuição social diferido é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Provisão para contingências trabalhistas	140	209	15
Provisão para contingências fiscais	320	320	317
Provisão de bônus	520	294	-
Total	**980**	**823**	**332**
CSLL	88	74	30
IRPJ	245	206	83
Total	333	280	113

b2) A movimentação do saldo do imposto de renda e contribuição social diferido é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Provisão para contingências trabalhistas	(68)	193	(525)
Provisão para contingências fiscais	-	3	(243)
Provisão de bônus	226	294	(131)
Total	**158**	**490**	**(899)**
CSLL	14	44	(80)
IRPJ	40	123	(225)
Total	54	167	(305)

24. Segmentos operacionais

A Administração da Empresa, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Empresa para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera no segmento de meios de pagamentos e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

25. Seguros

As coberturas de seguros contratados pela Empresa, estão detalhados a seguir. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

	Em milhares de reais		
Cobertura	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Danos materiais	5.575	5.115	4.693
Lucros cessantes	836	767	698
Responsabilidade cibernéticos	10.000	-	-
Responsabilidade civil	10.000	-	-
Responsabilidade civil profissional	1.000	-	-

26. Transações que não afetaram o caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Atividades de investimento	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019 (Reapresentado)**
Direito de uso de ativos	(70)	(1.013)	(9.743)
Total	**(70)**	**(1.013)**	**(9.743)**

Atividades de financiamento	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Arrendamentos a pagar	70	1.013	9.743
Total	**70**	**1.013**	**9.743**

Os valores referem-se ao direito de uso de imóveis e veículos o qual os efeitos não estão sendo apresentados nas demonstrações do fluxo de caixa.

* * *

Guilherme Correa Porto
Sócio Administrador

Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo
Sócio Administrador

João Andrade Velloso
Contador - CRC 1SP 152.250/O-7

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Ao Sócios e Administradores da
ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nº 7 item “b” e nº 19)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 19, em 31 de dezembro de 2021, a Empresa reconheceu como receitas R$ 14.220 mil proveniente da prestação de serviços de desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, bem como licenciamento e manutenção destes programas. Tais receitas são reconhecidas quando da prestação dos serviços, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas dependem da determinação de controles manuais para identificar e mensurar o cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria, devido a magnitude dos montantes relacionados, além da dependência de controles manuais relacionados a iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Empresa satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações de performance, preço, prazo, entre outras;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação dos serviços;
- efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto à determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis.

Durante a realização dos procedimentos mencionados anteriormente, identificamos deficiência no desenho dos controles internos relativo ao reconhecimento de receita no período apropriado, entretanto não houve materialização de erros decorrente deste assunto no exercício de 2021.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Empresa para registro das receitas de vendas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O assunto mencionado indica deficiências no desenho dos controles internos relativos ao processo de reconhecimento de receitas, tendo alterado nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes de desenho dos controles de reconhecimento de receitas forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, tendo sido o assunto em questão por nós avaliado como deficiência significativa e reportado aos responsáveis pela governança.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, cujo relatório, datado de 18 de fevereiro de 2022, continha ressalva referente ao reconhecimento de receitas entre os exercícios de 2020 e 2019, assunto este endereçado não resultando em impactos nas demonstrações contábeis do exercício corrente que estão sendo apresentadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 18 de fevereiro de 2022

Pedro Paulo Thiago Gueiros Malta Mendes
CT CRC 1PE-019.646/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.057	885
Aplicações financeiras	9	1.674	1.844
Contas a receber	10	3.203	1.882
Outros créditos		112	87
Impostos a recuperar		41	115
Total do ativo circulante		6.087	4.813
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	9	1.336	250
Imobilizado	11	289	231
Intangível		12	-
Total do ativo não circulante		1.637	481
Total ativo		7.724	5.294

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2021	2020
Passivo circulante			
Fornecedores	12	84	196
Empréstimos e financiamentos	13	342	337
Obrigações sociais e trabalhistas	14	266	181
Obrigações tributárias	15	270	170
Outras contas a pagar		1	2
Total do passivo circulante		963	886
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	304	610
Obrigações tributárias	15	169	229
Total do passivo não circulante		473	839
Patrimonio líquido			
Capital social	17	59	59
Reservas de incentivos fiscais	17	3.953	2.895
Reserva de lucros	17	2.276	615
Total do patrimônio líquido		6.288	3.569
Total do passivo e patrimônio líquido		7.724	5.294

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	19	14.220	11.559
Custos dos serviços prestados	20	(6.447)	(5.120)
Lucro bruto		7.773	6.439
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(1.491)	(1.040)
Outras (despesas) e receitas	20	(284)	(262)
Resultado antes do resultado financeiro		5.998	5.137
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	182	103
Despesas financeiras	21	(101)	(73)
Total resultado financeiro		81	30
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		6.079	5.167
IR e CSLL correntes	18	(2.026)	(1.718)
IR - Incentivos fiscais	18	1.058	944
Lucro líquido do exercício		5.111	4.393

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	5.111	4.393
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	5.111	4.393

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59	1.951	1.170	-	3.180
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.393	4.393
Lucros distribuídos	-	-	-	(4.004)	(4.004)
Constituição de reserva - incentivo fiscal	-	944	-	(944)	-
Compensação com reserva de lucros	-	-	(555)	555	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	59	2.895	615	-	3.569
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.111	5.111
Lucros distribuídos	-	-	-	(2.392)	(2.392)
Constituição de reserva - Incentivo fiscal	-	1.058	-	(1.058)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.661	(1.661)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	59	3.953	2.276	-	6.288

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.111	4.393
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	55	41
Juros sobre empréstimos	75	7
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	-
	5.241	4.441
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	(1.321)	(51)
Adiantamentos	(25)	7
Impostos a recuperar	75	673
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	(112)	162
Obrigações trabalhistas	84	43
Obrigações tributárias	40	(376)
Outras contas a pagar	(1)	-
Outros fluxos de caixa operacionais:		
Juros pagos de empréstimos	(75)	(7)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.906	4.892
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(916)	(1.579)
Aquisição de intangível	(16)	-
Aquisição de imobilizado	(109)	(12)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.041)	(1.591)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	-	1.003
Pagamento de empréstimo	(301)	(57)
Lucros distribuídos	(2.392)	(4.004)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(2.693)	(3.058)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	172	243
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	885	642
No final do exercício	1.057	885
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	172	243

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Receitas		
Receita bruta	15.406	12.628
	15.406	12.628
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(5.171)	(4.346)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(636)	(569)
Outras	-	-
Valor adicionado bruto	9.599	7.713
Depreciação e amortização	(55)	(41)
Valor adicionado líquido produzido pela Empresa	9.544	7.672
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	182	103
Valor adicionado total a distribuir	9.726	7.775
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	1.182	775
Benefícios	1.069	620
F.G.T.S.	107	70
	2.358	1.465
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.504	1.213
Municipais	652	631
	2.156	1.844
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	101	73
	101	73
Remuneração de capitais próprios		
Lucros distribuídos	2.392	4.004
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	2.719	389
	5.111	4.393
	9.726	7.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. (“Empresa” ou “ADN”) é uma sociedade limitada com sede social na Rua Mundo, 121, Edifício Tecnovia sala 104, Trobogy, CEP 41745-715, Salvador – Bahia. A Empresa está envolvida primariamente com o desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, bem como licenciamento e manutenção destes programas.

Pandemia da Covid-19

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (Covid-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

A pandemia originou o Decreto Legislativo nº 06, de 20/03/2020, em âmbito federal, reconhecendo calamidade pública nacional. Outros Decretos de teor semelhante foram aprovados nos mais diversos Estados brasileiros, inclusive na Bahia, ocasionando diversas medidas de restrição de atividades e isolamento social.

Diante desse cenário, a Empresa adotou diversas medidas para minimizar os impactos trazidos pela pandemia da Covid-19 em suas operações, sendo as principais:

- Investimentos em T.I. para permitir e dar segurança ao teletrabalho (home office), bem como para otimização de processos internos; e
- Adoção de procedimento de acompanhamento periódico dos principais indicadores econômicos e financeiros.

A Empresa também vem atuando de forma prudente, com o objetivo principal de preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores. Dentre as medidas adotadas pela administração, pautadas nas orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, estão:

- Fornecimento de máscaras para todos os colaboradores e uso obrigatório nas dependências da Empresa;
- Utilização de regime de teletrabalho (*home office*) e rodízio para todas as áreas administrativas, reduzindo níveis de aglomerações;

- Aferição de temperatura de todos os colaboradores na entrada da Empresa;
- Realização de reuniões por meio de aplicativos e plataformas de videoconferência para evitar aglomerações; e
- Adoção de *dispenser* com álcool em gel em todas as dependências da Empresa.

Nesse momento, não é possível mensurar com precisão a extensão e duração dos efeitos ocasionados pela Covid-19, dada a dinâmica de expansão da pandemia e seu efeito em todas as áreas econômicas. A administração da Empresa mantém medidas de monitoramento contínuas de suas operações e dos efeitos em suas demonstrações incluindo: eventuais perdas em contas a receber e outros ativos. Para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Empresa não identificou outros impactos relevantes decorrentes deste assunto.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis são:

- Julgamentos relacionados a identificação das obrigações de performance das vendas de software, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de software e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal são:

- Perdas esperadas do contas a receber;
- Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros;
- Provisão para contingências vinculadas a processos judiciais.

c) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o NBC TG 47 e NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou o NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 Receita de Contrato com Cliente

O NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o NBC TG 30 – Receitas, o NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento.

A Empresa adotou o NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

O NBC TG 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 48 Instrumentos Financeiros

O NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o NBC TG 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O NBC TG 48 eliminou as categorias antigas do NBC TG 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o NBC TG 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes no NBC TG 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

ii) *Impairment* de ativos financeiros

O NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da NBC TG 38 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no NBC TG 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 06 (R3) Operações de Arrendamento Mercantil

A Empresa adotou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e NBC TG 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na Nota Explicativa nº 9.

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou à NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NBC TG 06 (R3) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Empresa arrenda basicamente imóveis. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com a NBC TG 06 (R3), a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme a NBC TG 06 (R3)

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R3). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 9). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar à NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

Não houve impacto da adoção desta norma sobre as demonstrações contábeis da Empresa.

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da Covid-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

7. Políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

As receitas são reconhecidas a partir da aplicação de critérios específicos conforme a NBC TG 47 – Receita de Contrato com cliente:

- Formalização com o contrato com o cliente;
- Descrição sobre as obrigações de performance;
- Valor do preço de transação;
- Alocação do preço da transação às obrigações de performance; e
- Reconhecimento da receita conforme as obrigações de performance forem satisfeitas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço prestado ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipos de serviços	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance	Cumprimento da obrigação de performance
Desenvolvimento	São oferecidos serviço de desenvolvimentos de sistemas, aplicativos, portal dentro de projetos específicos, através de criação de código, utilizando ferramentas e linguagens de programação, bibliotecas, frameworks e entendimento de requisitos para a criação de funcionalidades	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
Manutenção recorrente	São oferecidos suporte a utilização de sistemas, avaliação de ocorrência de falhas, gestão de incidentes, escalonamento de chamados	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pelo método linear, conforme a obrigação de performance é cumprida.

c) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R2) 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

iii) Benefício fiscal - SUDENE

A Empresa está enquadrada no benefício fiscal da SUDENE de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração, para o Desenvolvimento e Licenciamento de Softwares e serviços Técnicos de Informática, no total da sua capacidade (indeterminada). O prazo de fruição ao direito do benefício fiscal é de 10 anos – 2018 a 2027, conforme Laudo Constitutivo de nº 0408/2018, posteriormente substituído pelo Laudo Constitutivo de nº 0131/2020.

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos, quando existentes, não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2021	2020
Equipamentos de Informática	05 anos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Software	05 anos	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.
Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Empresa reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

j) Arrendamentos

A Empresa efetuou avaliação do NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas pois não foram identificados efeitos relevantes decorrentes desta norma.

k) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

l) Arrendamento

A Empresa aplicou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme a NBC TG 06 (R2) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme a NBC TG 06 (R2) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

m) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa:

- Contratos Onerosos: Custos para cumprir um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R2) IAS 37) – a partir de 1º de janeiro de 2022;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4)/IAS 16) – a partir de 1º de janeiro de 2022;
- Referência à Estrutura Conceitual: (alterações ao NBC TG 15 (R4)/IFRS 3) – a partir de 1º de janeiro de 2022;
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante: (alterações ao NBC TG 26 (R5)/IAS 1) – a partir de 1º de janeiro de 2023; e
- IFRS 17 Contratos de Seguros – a partir de 1º de janeiro de 2023.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: **i)** variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; **ii)** itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; **iii)** todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos	107	83
Aplicações financeiras liquidez imediata **(i)**	950	802
Total	**1.057**	**885**

(i) Referem-se aos fundos de investimentos com remuneração média de 114% do CDI ao ano.

9. Aplicações financeiras

	2021	2020
Fundos de investimentos	1.562	1.844
Debêntures	349	51
Certificados de Recebíveis de Agronegócios (CRAs)	620	149
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)	214	50
Notas do tesouro nacional	265	-
Total	**3.010**	**2.094**
Circulante	1.674	1.844
Não circulante	**1.336**	**250**

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de investimento e/ou possuem prazo de resgate superior a 90 dias. Estas aplicações possuem remuneração média de 76% a 130% do CDI ao ano.

10. Contas a receber

	2021	2020
Desenvolvimento de softwares	1.830	1.286
Manutenção (suporte técnico/recorrências)	1.373	596
Total de contas a receber	**3.203**	**1.882**

Composição das contas a receber por período/dia de vencimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Clientes	2021	2020
A vencer	**3.160**	**1.848**
Vencidos		
01 - 30 dias	43	7
31 - 60 dias	-	27
Total	**3.203**	**1.882**

Do saldo de contas a receber de clientes, 75% estão concentrados em 2 clientes. (2020: 61% em 1 cliente). Os clientes informados encontram-se em processo de recuperação judicial, entretanto este aspecto não tem gerado riscos na realização dos créditos junto a estes, e consequente não há reconhecimento da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa.

11. Imobilizado

	2021			2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Equipamentos de informática	361	(243)	**118**	31	20%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	172	(39)	**133**	150	10%
Móveis e utensílios	135	(101)	**34**	45	10%
Máquinas e equipamentos	6	(2)	**4**	5	10%
Total	**674**	**(385)**	**289**	**231**	

A movimentação das contas do imobilizado no exercício é como segue:

	Equip. de Informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeit. em propriedade de terceiros	Total
Custo					
Em 31 de dezembro de 2019	**239**	6	**136**	**172**	**553**
Adições	12	-	-	-	**12**
Em 31 de dezembro de 2020	**251**	**6**	**136**	**172**	**565**
Adições	109	**-**	**-**	**-**	**109**
Em 31 de dezembro de 2021	**360**	**6**	**136**	**172**	**674**
Depreciação acumulada					
Em 31 de dezembro de 2019	(209)	**(1)**	**(79)**	**(4)**	**(293)**
Depreciação	(12)	-	(11)	(18)	**(41)**
Em 31 de dezembro de 2020	**(220)**	**(1)**	**(91)**	**(22)**	**(334)**
Depreciação	(22)	(1)	(11)	(17)	(51)
Em 31 de dezembro de 2021	**(242)**	**(2)**	**(102)**	**(39)**	**(385)**
Em 31 de dezembro de 2020	**31**	**5**	**45**	**150**	**231**
Em 31 de dezembro de 2021	**118**	**4**	**34**	**133**	**289**

12. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores de serviços	31	192
Fornecedores de materiais	53	4
Total	**84**	**196**

13. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Modalidade	2021	2020
Banco Itaú S.A.	Capital de giro **(i)**	646	947
Total		**646**	**947**
Circulante		342	337
Não circulante		**304**	**610**

(i) Empréstimo de capital de giro com incidência de taxas de juros de 7,3% a.a., garantido por aval de sócio.

Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas para o cumprimento de índices financeiros (*"covenants"*).

A movimentação das contas de empréstimos e financiamentos no exercício é como segue:

	Saldo
Saldo em 31/12/2019	**1**
Captação	1.003
Juros incorridos	7
Pagamento do principal	(57)
Pagamento de juros	(7)
Saldo em 31/12/2020	**947**
Captação	-
Juros incorridos	75
Pagamento do principal	(301)
Pagamento de juros	(75)
Saldo em 31/12/2021	**646**

A composição do saldo não circulante por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	-	334
2023	304	276
Saldo	**304**	**610**

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Provisão de férias	205	145
INSS a recolher	47	30
FGTS a recolher	**14**	6
Total	**266**	**181**

15. Obrigações tributárias

	2021	2020
CSLL a recolher	86	29
IRPJ a recolher	55	5
ISS a recolher	36	57
Outros a recolher	24	12
Parcelamento IRPJ e CSLL	202	248
Parcelamento INSS	36	48
Total	**439**	**399**
Circulante	270	170
Não circulante	**169**	**229**

Os parcelamentos efetuados referem-se a tributos que foram devidamente provisionados no período de competência, mas cujo recolhimento não foi efetuado no período devido.

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	
2023	64
2024	63
2025	42
Total	**169**

16. Partes relacionadas

	Saldos		Transações	
	Fornecedores		Despesas	
	2021	2020	2021	2020
ADN Consultoria e Gestão em TI Ltda.	3	1	47	500
Strati Soluções e Serviços em TI Ltda.	-	-	-	-
Total	**3**	**1**	**47**	**500**

A ADN possui contrato de compartilhamento de despesas e serviços de *backoffice*, sendo ela a mantenedora. As despesas são rateadas com as empresas beneficiárias através de critérios contratualmente definidos;

Os diretores da Companhia receberam como forma de remuneração os valores discriminados a seguir:

	2021	2020
Remuneração da diretoria	72	72
Total	**72**	**72**

Acordos celebrados

A ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 59 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, representado por 59.080 quotas, assim distribuídas:

Quotistas	Quantidade de quotas	2021	2020
ADN Participações em Empresas S.A.	-	-	98,00%
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A.	47.264	80,00%	
Elias Dahia Júnior	5.908	10,00%	1,00%
Luciano José do Rego Barbosa	5.908	10,00%	1,00%
Total de quotas	**59.080**	**100,00%**	**100,00%**

b) Reservas de incentivos fiscais

A reserva de lucros existente se refere ao incentivo fiscal concedido pela SUDENE. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa obteve a título de benefício os montantes de R$ 1.058 e R$ 944, respectivamente.

c) Distribuição de lucros

A destinação dos lucros é atribuída aos quotistas, proporcional ou desproporcionalmente às suas quotas de capital, mediante deliberação em reunião de sócios quotistas. podendo os lucros serem distribuídos ou transferidos para reservas no patrimônio líquido da Empresa, em conformidade com as prescrições legais.

Durante o exercício de 2021, foi distribuído a título de lucros o montante de R$2.392 (R$4.004 em 2020).

d) Resultado por quota

O resultado por quota foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos quotistas da Empresa, conforme demonstrado a seguir:

Lucro líquido básico/diluído por quota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	5.111	4.393
Quantidade de quotas durante o exercício	59.080	59.080
Resultado por quota - básico e diluído	**87**	**74**

18. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro (prejuízo) do exercício	**6.079**	**5.167**
Adições ou exclusões	43	5
Base de cálculo ajustada	**6.121**	**5.172**
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	**2.056**	**1.735**
Incentivo fiscal - IRPJ	(1.058)	(944)
PAT	(30)	(17)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	**968**	**774**
Alíquota efetiva	**16%**	**15%**

19. Receita

	2021	2020
Receita bruta de vendas		
Manutenção (suporte e recorrências)	9.245	6.438
Desenvolvimento de sistemas	5.274	6.094
Outras receitas	887	96
Total	**15.406**	**12.628**
Deduções de vendas		
Impostos incidentes sobre a receita bruta:		
ISS	(652)	(631)
Cofins	(439)	(360)
PIS	(95)	(78)
Total	**(1.186)**	**(1.069)**
Receita líquida	**14.220**	**11.559**

20. Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Gastos com pessoal	(2.357)	(1.642)
Serviços de terceiros	(5.171)	(4.168)
Aluguéis e condomínios	(133)	(47)
Depreciação e amortização	(55)	(41)
Outras despesas	(506)	(524)
Total	**(8.222)**	**(6.422)**
Custos dos serviços prestados	(6.447)	(5.120)
Despesas gerais e administrativas	(1.491)	(1.040)
Outras (despesas) e receitas	(284)	(262)
Total	**(8.222)**	**(6.422)**

21. Resultado financeiro

	2021	2020
Receita financeira		
Rendimento sobre aplicações financeiras	176	71
Descontos obtidos	-	29
Outras receitas financeiras	6	3
Total da receita financeira	**182**	**103**
Despesa financeira		
Juros e multas	(10)	(59)
Juros bancários sobre empréstimos	(75)	(7)
Outras despesas financeiras	(16)	(7)
Total da despesa financeira	**(101)**	**(73)**
Resultado financeiro	**81**	**30**

22. Provisão de contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda provável ou possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nem divulgação efetuada.

23. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Empresa não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

	2021		
Instrumentos financeiros	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.057	**1.057**
Aplicações financeiras	1.674	-	**1.674**
Contas a receber	-	3.203	**3.203**
Total	**1.674**	**4.260**	**5.934**
Passivos			
Fornecedores	-	(84)	**(84)**
Empréstimos e financiamentos	-	(646)	**(646)**
Outras contas a pagar	-	(1)	**(1)**
Total	**-**	**(731)**	**(731)**

	2020		
Instrumentos financeiros	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	885	**885**
Aplicações financeiras	1.844	-	**1.844**
Contas a receber	-	1.882	**1.882**
Total	**1.844**	**2.767**	**4.611**
Passivos			
Fornecedores	-	(196)	**(196)**
Empréstimos e financiamentos	-	(947)	**(947)**
Outras contas a pagar	-	(2)	**(2)**
Total	**-**	**(1.145)**	**(1.145)**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Nível 1:** preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.057	-
Aplicações financeiras	-	1.674	-
Contas a receber	-	3.203	-
Total	**-**	**5.934**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	(84)	-
Empréstimos e financiamentos	-	(646)	-
Outras contas a pagar	-	(1)	-
Total	**-**	**(731)**	**-**

Instrumentos financeiros	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	83	-
Aplicações financeiras	-	2.896	-
Contas a receber	-	1.882	-
Total	**-**	**4.861**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	(196)	-
Empréstimos e financiamentos	-	(947)	-
Outras contas a pagar	-	(2)	-
Total	**-**	**(1.145)**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

i) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Empresa, principalmente representado nas rubricas de: contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Concentração de clientes

No exercício de 2021, 34% do faturamento foi concentrado em apenas dois clientes, ambos em recuperação judicial (2020 32% em um cliente) no mercado interno.

ii) Riscos de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Empresa, onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e geração de caixa.

A Empresa investe os excessos de caixa em contas de investimento, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Análise de sensibilidade

Os empréstimos e financiamento são contratados a taxas pré-fixadas cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da emissão. Os empréstimos e financiamento possuem fluxos de amortização de juros e principal mensais e não estão expostos a variações de taxas ou mercado.

Já as aplicações financeiras estão atreladas ao CDI com remuneração de 76% a 130% do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Sociedade. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Sociedade, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e para os empréstimos e financiamento, utilizando fundamentalmente os dados. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela Administração da Sociedade na gestão financeira:

				CDI Exposição	
	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Cenário razoavelmente possível	
Aplicações financeiras liquidez imediata	CDI	4,42%	950	11,50% a.a.	77
Fundos de investimentos	CDI	4,42%	1.562	11,50% a.a.	111
Debêntures	CDI	4,42%	349	11,50% a.a.	25
CRA	CDI	4,42%	620	11,50% a.a.	44
CRI	CDI	4,42%	214	11,50% a.a.	15
Notas do tesouro nacional	CDI	4,42%	266	11,50% a.a.	19
Exposição			3.961	11,50% a.a.	291

24. Segmentos operacionais

A Administração da Empresa, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Empresa para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera em dois segmentos, conforme segue:

			2021	
	Manutenção (suporte e recorrências)	**Projetos de desenvolvimento de sistemas**	**Outros**	**Total**
Receita líquida	8.534	4.868	818	**14.220**
Custo	(3.546)	(2.579)	(322)	**(6.447)**
Lucro bruto	**4.988**	**2.289**	**496**	**7.773**
Despesa	(1.066)	(608)	(101)	**(1.775)**
Resultado operacional	**3.922**	**1.681**	**395**	**5.998**

			2020	
	Manutenção (suporte e recorrências)	**Projetos de desenvolvimento de sistemas**	**Outros**	**Total**
Receita líquida	5.893	5.578	88	**11.559**
Custo	(2.663)	(2.406)	(51)	**(5.120)**
Lucro bruto	**3.230**	**3.172**	**37**	**6.439**
Despesa	(663)	(628)	(10)	**(1.301)**
Resultado operacional	**2.567**	**2.544**	**27**	**5.138**

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 1.200 para danos materiais. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

26. Transações que não afetaram o caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44**(a)** da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Empresa não possui alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

* * *

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Ao Sócios e Administradores da
ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.
Salvador – BA

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. (Empresa), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião com ressalva

A Empresa adotou o procedimento de reconhecer receitas de competência do exercício de 2019 no exercício de 2020. Como consequência, em 31 de dezembro de 2019 o resultado antes dos impostos sobre o lucro, o contas a receber e o patrimônio líquido estão registrados a menor no montante de R$ 1.044 mil (antes dos efeitos tributários) e em 31 de dezembro de 2020, o resultado antes dos impostos sobre o lucro está registrado a maior no montante de R$ 1.044 mil (antes dos efeitos tributários).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.
Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Principais assuntos de auditoria

Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalva, não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa.
Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.
Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva" essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), em determinadas notas explicativas, não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 18 de fevereiro de 2022

Pedro Paulo Thiago Gueiros Malta Mendes
CT CRC 1PE-019.646/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	2020	2019
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	885	642
Aplicações financeiras	9	1.844	515
Contas a receber	10	1.882	1.831
Outros créditos		87	94
Impostos a recuperar		115	788
Total do ativo circulante		4.813	3.870
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	9	250	-
Imobilizado	11	231	260
Intangível		-	-
Total do ativo não circulante		481	260
Total ativo		5.294	4.130

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Notas	2020	2019
Passivo circulante			
Fornecedores	12	196	34
Empréstimos e financiamentos	13	337	1
Obrigações sociais e trabalhistas	14	181	138
Obrigações tributárias	15	103	775
Parcelamentos tributários	16	67	-
Outras contas a pagar		2	2
Total do passivo circulante		886	950
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	610	-
Parcelamentos tributários	16	229	-
Total do passivo não circulante		839	-
Patrimonio líquido			
Capital social	18	59	59
Reservas de incentivos fiscais	18	2.895	1.951
Reserva de lucros	18	615	1.170
Total do patrimônio líquido		3.569	3.180
Total do passivo e patrimônio líquido		5.294	4.130

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Receita líquida	20	11.559	11.210
Custos dos serviços prestados	21	(5.120)	(4.928)
Lucro bruto		**6.439**	**6.282**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(1.040)	(1.167)
Outras (despesas) e receitas	21	(262)	(286)
Resultado antes do resultado financeiro		**5.137**	**4.829**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	103	54
Despesas financeiras	22	(73)	(3)
Total resultado financeiro		**30**	**51**
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		5.167	4.880
IR e CSLL correntes	19	(1.718)	(1.619)
IR - Incentivos fiscais	19	944	901
Lucro líquido do exercício		4.393	4.162

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	4.393	4.162
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	4.393	4.162

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	59	1.050	529	-	1.638
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.162	4.162
Lucros distribuídos	-	-	-	(2.620)	(2.620)
Constituição de reserva - Incentivo fiscal	-	901	-	(901)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	641	(641)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59	1.951	1.170	-	3.180
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.393	4.393
Lucros distribuídos	-	-	-	(4.004)	(4.004)
Constituição de reserva - Incentivo fiscal	-	944	-	(944)	-
Compensação com reserva de lucros	-	-	(555)	555	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**59**	**2.895**	**615**	**-**	**3.569**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.393	4.162
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	41	43
Juros sobre empréstimos	7	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	90
	4.441	4.295
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	(51)	(1.150)
Adiantamentos	7	12
Impostos a recuperar	673	(665)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	162	(58)
Obrigações trabalhistas	43	(31)
Obrigações tributárias	(672)	696
Parcelamentos tributários	296	-
Outras contas a pagar	-	1
Outros fluxos de caixa operacionais:		
Juros pagos de empréstimos	(7)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.892	3.100
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(1.579)	(515)
Aquisição de intangível	-	-
Aquisição de imobilizado	(12)	(191)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.591)	(706)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	1.003	-
Pagamento de empréstimo	(57)	-
Lucros distribuídos	(4.004)	(2.619)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(3.058)	(2.619)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	243	(225)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	642	867
No final do exercício	885	642
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	243	(225)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Receitas		
Receita bruta	12.628	12.247
	12.628	12.247
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(4.346)	(3.755)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(569)	(875)
Outras	-	(91)
Valor adicionado bruto	7.713	7.526
Depreciação e amortização	(41)	(43)
Valor adicionado líquido produzido pela Empresa	7.672	7.483
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	103	54
Valor adicionado total a distribuir	7.775	7.537
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	775	823
Benefícios	620	659
F.G.T.S.	70	131
	1.465	1.613
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.213	1.147
Municipais	631	612
	1.844	1.759
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	73	3
	73	3
Remuneração de capitais próprios		
Lucros distribuídos	4.004	2.620
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	389	1.542
	4.393	4.162
	7.775	7.537

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. ("Empresa" ou "ADN") é uma sociedade limitada com sede social na Rua Mundo, 121, Edifício Tecnovia sala 104, Trobogy, CEP 41745-715, Salvador – Bahia. A Empresa está envolvida primariamente com o desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, bem como licenciamento e manutenção destes programas.

Pandemia da COVID-19

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

A pandemia originou o Decreto Legislativo nº 06, de 20/03/2020, em âmbito federal, reconhecendo calamidade pública nacional. Outros Decretos de teor semelhante foram aprovados nos mais diversos Estados brasileiros, inclusive na Bahia, ocasionando diversas medidas de restrição de atividades e isolamento social.

Diante desse cenário, a Empresa adotou diversas medidas para minimizar os impactos trazidos pela pandemia da COVID-19 em suas operações, sendo as principais:

- Investimentos em T.I. para permitir e dar segurança ao teletrabalho (home office), bem como para otimização de processos internos; e
- Adoção de procedimento de acompanhamento periódico dos principais indicadores econômicos e financeiros.

A Empresa também vem atuando de forma prudente, com o objetivo principal de preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores. Dentre as medidas adotadas pela administração, pautadas nas orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, estão:

- Fornecimento de máscaras para todos os colaboradores e uso obrigatório nas dependências da Empresa;
- Utilização de regime de teletrabalho (home office) e rodízio para todas as áreas administrativas, reduzindo níveis de aglomerações;

- Aferição de temperatura de todos os colaboradores na entrada da Empresa;
- Realização de reuniões por meio de aplicativos e plataformas de videoconferência para evitar aglomerações;
- Adoção de *dispenser* com álcool em gel em todas as dependências da Empresa.

Nesse momento, não é possível mensurar com precisão a extensão e duração dos efeitos ocasionados pela COVID-19, dada a dinâmica de expansão da pandemia e seu efeito em todas as áreas econômicas. A administração da Empresa mantém medidas de monitoramento contínuas de suas operações e dos efeitos em suas demonstrações incluindo: eventuais perdas em contas a receber e outros ativos. Para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Empresa não identificou outros impactos relevantes decorrentes deste assunto.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis são:

- Julgamentos relacionados a identificação das obrigações de performance das vendas de software, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de software e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Empresa concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal são:

- Perdas esperadas do contas a receber;
- Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros;
- Provisão para contingências vinculadas a processos judiciais.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o NBC TG 47 e NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou o NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 Receita de contrato com cliente

O NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o NBC TG 30 – Receitas, o NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento.

A Empresa adotou o NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

O NBC TG 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 48 Instrumentos Financeiros

O NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o NBC TG 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O NBC TG 48 eliminou as categorias antigas do NBC TG 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o NBC TG 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes no NBC TG 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

ii) *Impairment* de ativos financeiros

O NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da NBC TG 38 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no NBC TG 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 06 (R3) Operações de arrendamento mercantil

A Empresa adotou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e NBC TG 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na Nota Explicativa nº 9.

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou à NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NBC TG 06 (R3) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Empresa arrenda basicamente imóveis. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com a NBC TG 06 (R3), a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme a NBC TG 06 (R3)

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R3). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 9). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar à NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

Não houve impacto da adoção desta norma sobre as demonstrações contábeis da Empresa.

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

7. Políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

As receitas são reconhecidas a partir da aplicação de critérios específicos conforme a NBC TG 47 – Receita de Contrato com cliente:

- Formalização com o contrato com o cliente;
- Descrição sobre as obrigações de performance;
- Valor do preço de transação;
- Alocação do preço da transação às obrigações de performance; e
- Reconhecimento da receita conforme as obrigações de performance forem satisfeitas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço prestado ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipos de serviços	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance	Cumprimento da obrigação de performance
Desenvolvimento	São oferecidos serviço de desenvolvimentos de sistemas, aplicativos, portal dentro de projetos específicos, através de criação de código, utilizando ferramentas e linguagens de programação, bibliotecas, frameworks e entendimento de requisitos para a criação de funcionalidades	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprido a obrigação de performance.
Manutenção recorrente	São oferecidos suporte a utilização de sistemas, avaliação de ocorrência de falhas, gestão de incidentes, escalonamento de chamados	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pelo método linear, conforme a obrigação de performance é cumprida.

c) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R2) 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

iii) Benefício fiscal – SUDENE

A Empresa está enquadrada no benefício fiscal da SUDENE de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração, para o Desenvolvimento e Licenciamento de Softwares e serviços Técnicos de Informática, no total da sua capacidade (indeterminada). O prazo de fruição ao direito do benefício fiscal é de 10 anos – 2018 a 2027, conforme Laudo Constitutivo de nº 0408/2018, posteriormente substituído pelo Laudo Constitutivo de nº 0131/2020.

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos, quando existentes, não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2020	2019
Equipamentos de Informática	05 anos	05 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Software	05 anos	05 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.
Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Empresa reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

j) Arrendamentos

A Empresa efetuou avaliação do NBC TG 06 (R3)utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas pois não foram identificados efeitos relevantes decorrentes desta norma.

k) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

l) Arrendamento

A Empresa aplicou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme a NBC TG 06 (R2) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme a NBC TG 06 (R2) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

m) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa:

- Contratos Onerosos: Custos para cumprir um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R2) IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4)/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Referência à Estrutura Conceitual: (alterações ao NBC TG 15 (R4)/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante: (Alterações ao NBC TG 26 (R5)/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Bancos	83	97
Aplicações financeiras liquidez imediata **(i)**	802	545
Total	885	642

(i) Referem-se aos fundos de investimentos com remuneração média de 114% do CDI ao ano.

9. Aplicações financeiras

	2020	2019
Fundos de investimentos	1.844	515
Debêntures	51	-
CRAs (Certificados de recebíveis de agronegócios)	149	-
CRIs (Certificados de recebíveis imobiliários)	50	-
Notas do tesouro nacional	-	-
Total	**2.094**	**515**
Circulante	1.844	515
Não Circulante	**250**	**-**

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de investimento e/ou possuem prazo de resgate superior a 90 dias. Estas aplicações possuem remuneração média de 76% a 130% do CDI ao ano.

10. Contas a receber

	2020	2019
Desenvolvimento de softwares	1.286	1.328
Manutenção (suporte técnico/recorrências)	596	503
Total de contas a receber	**1.882**	**1.831**

Composição das contas a receber por período/dia de vencimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Clientes	2020	2019
A vencer	**1.848**	**1.764**
Vencidos		
01 – 30 dias	7	60
31 – 60 dias	27	7
Total	**1.882**	**1.831**

Do saldo de contas a receber de clientes, 61% está concentrado em 1 cliente. (2019, 63% em 1 cliente). Os clientes informados encontram-se em processo de recuperação judicial, entretanto este aspecto não tem gerado riscos na realização dos créditos junto a estes, e consequente não há reconhecimento da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa.

11. Imobilizado

	2020			2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Equipamentos de informática	251	(220)	**31**	30	20%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	172	(22)	**150**	168	10%
Móveis e utensílios	136	(91)	**45**	57	10%
Máquinas e equipamentos	6	(1)	**5**	5	10%
Total	**565**	**(334)**	**231**	**260**	

A movimentação das contas do imobilizado no exercício é como segue:

	Equip. de Informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeit. em propriedade de terceiros	Total
Custo					
Em 1º de janeiro de 2019	**239**	**6**	**117**	**144**	**506**
Adições	-	-	19	172	**191**
Baixas	-	-	-	(144)	**(144)**
Em 31 de dezembro de 2019	**239**	6	**136**	**172**	**553**
Adições	12	-	-	-	**12**
Em 31 de dezembro de 2020	**251**	**6**	**136**	**172**	**565**
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2019	**(193)**	**-**	**(67)**	(45)	**(305)**
Depreciação	(16)	(1)	(12)	(12)	**(41)**
Baixas	-	-	-	53	**53**
Em 31 de dezembro de 2019	(209)	**(1)**	**(79)**	**(4)**	**(293)**
Depreciação	(12)	-	(11)	(18)	**(41)**
Em 31 de dezembro de 2020	**(220)**	**(1)**	**(91)**	**(22)**	**(334)**
Em 31 de dezembro de 2019	**30**	**5**	**57**	**168**	**260**
Em 31 de dezembro de 2020	**31**	**5**	**45**	**150**	**231**

12. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores de serviços	192	32
Fornecedores de materiais	4	2
Total	**196**	**34**

13. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Modalidade	2020	2019
Banco Itaú S.A.	Capital de giro **(i)**	947	1
Total		**947**	**1**
Circulante		337	1
Não Circulante		**610**	**-**

(i) Empréstimo de capital de giro com incidência de taxas de juros de 7,3% a.a., garantido por aval de sócio.

Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas para o cumprimento de índices financeiros (*"covenants"*).

A movimentação das contas de empréstimos e financiamentos no exercício é como segue:

	Saldo
Saldo em 01/01/2019	**-**
Captação	1
Saldo em 31/12/2019	**1**
Captação	1.003
Juros incorridos	7
Pagamento do principal	(57)
Pagamento de juros	(7)
Saldo em 31/12/2020	**947**

A composição do saldo não circulante por ano de vencimento:

	2020	2019
2022	334	-
2023	276	-
Saldo	**610**	**-**

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
Provisão de férias	145	112
INSS a recolher	30	21
FGTS a recolher	6	5
Total	**181**	**138**

15. Obrigações tributárias

	2020	2019
CSLL a recolher	29	440
IRPJ a recolher	5	279
ISS a recolher	57	47
Outros a recolher	12	9
Total	**103**	**775**

16. Parcelamentos tributários

	2020	2019
Parcelamento IRPJ e CSLL	248	-
Parcelamento INSS	48	-
Total	**296**	**-**
Circulante	67	-
Não Circulante	**229**	**-**

Os parcelamentos efetuados referem-se a tributos que foram devidamente provisionados no período de competência, mas cujo recolhimento não foi efetuado no período devido.

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento:

2022	60
2023	64
2024	63
2025	42
Total	**229**

17. Partes relacionadas

	Saldos		Saldos	
	Fornecedores		Despesas	
	2020	2019	2020	2019
ADN Consultoria e Gestão em TI Ltda.	1	7	500	557
Strati Soluções e Serviços em TI Ltda.	-	-	-	27
Total	**1**	**7**	**500**	**584**

A ADN possui contrato de compartilhamento de despesas e serviços de backoffice, sendo ela a mantenedora. As despesas são rateadas com as empresas beneficiárias através de critérios contratualmente definidos;

Os diretores da Companhia receberam como forma de remuneração os valores discriminados a seguir:

	2020	2019
Remuneração da Diretoria	72	72
Total	**72**	**72**

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 59 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, representado por 59.080 quotas, assim distribuídas:

Quotistas	Quantidade de quotas	2020	2019
ADN Participações em Empresas S.A.	57.898	98,00%	98,00%
Elias Dahia Junior	591	1,00%	1,00%
Luciano José do Rego Barbosa	591	1,00%	1,00%
Total de quotas	**59.080**	**100,00%**	**100,00%**

b) Reservas de incentivos fiscais

A reserva de lucros existente se refere ao incentivo fiscal concedido pela SUDENE. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Empresa obteve a título de benefício os montantes de R$ 944 e R$ 901, respectivamente.

c) Distribuição de lucros

A destinação dos lucros é atribuída aos quotistas, proporcional ou desproporcionalmente às suas quotas de capital, mediante deliberação em reunião de sócios quotistas. podendo os lucros serem distribuídos ou transferidos para reservas no patrimônio líquido da Empresa, em conformidade com as prescrições legais.

Durante o exercício de 2020 foi distribuído a título de lucros o montante de R$ 4.004 (R$ 2.620 em 2019).

c) Resultado por quota

O resultado por quota foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos quotistas da Empresa, conforme demonstrado a seguir:

Lucro líquido básico/diluído por quota	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	4.393	4.162
Quantidade de quotas durante o exercício	59.080	59.080
Resultado por quota - básico e diluído	74	70

19. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro (prejuízo) do exercício	**5.167**	**4.880**
Adições ou exclusões	**5**	**5**
Base de cálculo ajustada	**5.172**	**4.885**
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	**1.735**	**1.637**
Incentivo fiscal – IRPJ	(944)	(902)
PAT	(17)	(17)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	**774**	**718**
Alíquota efetiva	**15%**	**15%**

20. Receita

	2020	2019
Receita bruta de vendas		
Manutenção (suporte e recorrências)	6.438	6.364
Desenvolvimento de sistemas	6.094	5.793
Outras receitas	96	90
Total	**12.628**	**12.247**
Deduções de vendas		
Impostos incidentes sobre a receita bruta:		
ISS	(631)	(612)
Cofins	(360)	(349)
PIS	(78)	(76)
Total	**(1.069)**	**(1.037)**
Receita líquida	**11.559**	**11.210**

21. Custos e despesas por natureza

	2020	2019
Gastos com pessoal	(1.642)	(1.746)
Serviços de terceiros	(4.168)	(3.529)
Aluguéis e condomínios	(47)	(138)
Depreciação e amortização	(41)	(43)
Outras Despesas	(524)	(925)
Total	**(6.422)**	**(6.381)**
Custos dos serviços prestados	(5.120)	(4.928)
Despesas gerais e administrativas	(1.040)	(1.167)
Outras (despesas) e receitas	(262)	(286)
Total	**(6.422)**	**(6.381)**

22. Resultado financeiro

	2020	2019
Receita financeira		
Rendimento sobre aplicações financeiras	71	47
Descontos obtidos	29	-
Outras receitas financeiras	3	7
Total da receita financeira	**103**	**54**
Despesa financeira		
Juros e multas	(59)	-
Juros bancários sobre empréstimos	(7)	-
Outras despesas financeiras	(7)	(3)
Total da despesa financeira	**(73)**	**(3)**
Resultado financeiro	**30**	**51**

23. Provisão de contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda provável ou possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nem divulgação efetuada.

24. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.
Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Empresa não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	**2020**		
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	83	83
Aplicações financeiras	2.896	-	2.896
Contas a receber	-	1.882	1.882
Total	**2.896**	**1.965**	**4.861**
Passivos			
Fornecedores	-	(196)	(196)
Empréstimos e financiamentos	-	(947)	(947)
Outras contas a pagar	-	(2)	(2)
Total	**-**	**(1.145)**	**(1.145)**

Instrumentos financeiros	2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	642	642
Aplicações financeiras	515	-	515
Contas a receber	-	1.831	1.831
Total	**515**	**2.473**	**2.988**
Passivos			
Fornecedores	-	(34)	(34)
Empréstimos e financiamentos	-	(1)	(1)
Outras contas a pagar	-	(2)	(2)
Total	**-**	**(37)**	**(37)**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	83	-
Aplicações financeiras	-	2.896	-
Contas a receber	-	1.882	-
Total	**-**	**4.861**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	(196)	-
Empréstimos e financiamentos	-	(947)	-
Outras contas a pagar	-	(2)	-
Total	-	(1.145)	-

Instrumentos financeiros	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	642	-
Aplicações financeiras	-	515	-
Contas a receber	-	1.831	-
Total	**-**	**2.988**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	(34)	-
Empréstimos e financiamentos	-	(1)	-
Outras contas a pagar	-	(2)	-
Total	-	(37)	-

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

i) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Empresa, principalmente representado nas rubricas de: contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Concentração de clientes

No exercício de 2020, 32% do faturamento foi concentrado em apenas dois clientes, ambos em recuperação judicial (2019 – 27% em um cliente.) no mercado interno.

ii) Riscos de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Empresa, onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e geração de caixa.

A Empresa investe os excessos de caixa em contas de investimento, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Análise de sensibilidade

Os empréstimos e financiamento são contratados a taxas pré-fixadas cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da emissão. Os empréstimos e financiamento possuem fluxos de amortização de juros e principal mensais e não estão expostos a variações de taxas ou mercado.

Já as aplicações financeiras estão atreladas ao CDI com remuneração de 76% a 130% do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Sociedade. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Sociedade, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e para os empréstimos e financiamento, utilizando fundamentalmente os dados. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela Administração da Sociedade na gestão financeira:

				CDI Exposição	
	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2020	Cenário razoavelmente possível	
Aplicações financeiras liquidez imediata	CDI	2,76%	802	4,42% a.a.	15
Fundos de investimentos	CDI	2,76%	1.844	4,42% a.a.	31
Debêntures	CDI	2,76%	51	4,42% a.a.	1
CRA	CDI	2,76%	149	4,42% a.a.	2
CRI	CDI	2,76%	50	4,42% a.a.	1
Exposição			2.896	4,42% a.a.	50

25. Segmentos operacionais

A Administração da Empresa, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis.
As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Empresa para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera em dois segmentos, conforme segue:

	2020			
	Manutenção (suporte e recorrências)	**Projetos de Desenvolvimento de sistemas**	**Outros**	**Total**
Receita líquida	5.893	5.578	88	11.559
Custo	(2.663)	(2.406)	(51)	(5.120)
Lucro Bruto	**3.230**	**3.172**	**37**	**6.439**
Despesa	(663)	(628)	(10)	(1.301)
Resultado operacional	**2.567**	**2.544**	**27**	**5.138**

	2019			
	Manutenção (suporte e recorrências)	**Projetos de Desenvolvimento de sistemas**	**Outros**	**Total**
Receita líquida	5.825	5.303	82	11.210
Custo	(2.661)	(2.218)	(49)	(4.928)
Lucro Bruto	**3.164**	**3.085**	**33**	**6.282**
Despesa	(755)	(687)	(11)	(1.453)
Resultado operacional	**2.409**	**2.398**	**22**	**4.829**

26. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 1.200 para danos materiais. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

27. Transações que não afetaram o caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Empresa não possui alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

28. Eventos subsequentes

Acordos celebrados

A ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. celebrou em 30 de setembro de 2021, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

Como parte deste acordo a QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A. passou a ser uma das quotistas da Empresa.

* * *

SSX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Acionistas e Administradores da
SSX Tecnologia da Informação S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SSX Tecnologia da Informação S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SSX Tecnologia da Informação S.A. em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Ênfase

Reapresentação e reemissão das demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.1, em decorrência das alterações efetuadas para refletir determinados ajustes e reclassificações identificados pela Administração da Companhia, visando ao aperfeiçoamento de determinadas práticas contábeis em relação àquelas demonstrações contábeis anteriormente divulgadas, nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram reapresentadas e foram reemitidas nesta data, em substituição àquelas anteriormente emitidas em 05 de abril de 2021 e 07 de abril de 2020, respectivamente . Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reorganização societária – (Nota Explicativa nº 3 item “f” e nº 7)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº. 7, a Companhia efetuou a reorganização societária de suas atividades operacionais, incorporando as atividades realizadas em suas sociedades em conta de participação (SCP), mediante a aquisição das participações dos sócios participantes. No momento da aquisição dessas participações, conforme requerido pela NBC TG 36 (R3) – Demonstrações contábeis consolidadas, quando a proporção do patrimônio líquido detida por participações de não controladores sofrer modificações, a Companhia deve ajustar os valores contábeis das participações de controladores e não controladores e reconhecer diretamente no patrimônio líquido qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações de não controladores e o valor justo da contrapartida paga ou recebida e atribuir essa diferença aos proprietários da controladora. Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico para nossa auditoria, devido à natureza das operações e, seus reflexos contábeis que necessitam serem devidamente reconhecidos e divulgados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas na data base da respectiva aquisição.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- efetuamos a análise dos contratos de compra e venda e documentos celebrados entre os sócios participantes e a Companhia;
- analisamos a avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data base da aquisição;
- examinamos os registros contábeis realizados e realizamos o recálculo dos valores reconhecidos das demonstrações contábeis;
- recalculamos o resultado de equivalência patrimonial a partir da data de aquisição até a data base das demonstrações contábeis;
- verificamos se os requerimentos das práticas contábeis aplicáveis ao registro contábil foram devidamente observados; e
- avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia na reorganização societária ocorrida, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Reconhecimento de receita (Nota Explicativa nº 3 item "a" e nº 16)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº. 16, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia reconheceu como receitas líquidas consolidadas os montantes de R$ 15.336 mil, R$15.161 mil e R$ 13.169 mil, respectivamente, provenientes da prestação de serviços de suporte, manutenção, customização do produto e-Gates e UpDocs. Tais receitas são reconhecidas quando da prestação dos serviços, atendendo e cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas dependem da determinação de controles manuais para a identificação e mensuração do cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico para nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados com a iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações performance, preço e prazo;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação dos serviços;
- efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto à determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes, para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- testamos a integridade do relatório de contas a receber, por meio da verificação de documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.);
- avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações dos valores adicionados

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

O exame das demonstrações contábeis dos valores correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), originalmente apresentados, antes dos ajustes e reclassificações ora sendo efetuados para refletir determinados aperfeiçoamentos de certas práticas contábeis em relação àquelas demonstrações contábeis originalmente emitidas e divulgadas, haviam sido conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações, com data de 05 de abril de 2021, 07 de abril de 2020 e 07 de abril de 2019, respectivamente. A administração da Companhia, após os referidos ajustes e reclassificações, decidiu por reemitir as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em substituição àquelas anteriormente emitidas, conforme aprovado por sua administração em 18 de fevereiro de 2022, que foram auditadas por nós nesta data.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022.

Ricardo Flores de Oliveira
CT CRC SP215.609/O-4-T-RJ

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

SSX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 1° de janeiro de 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora				Consolidado			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Ativo circulante			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	666	3.506	1.494	722	3.238	4.931	1.494	722
Contas a receber	5	1.567	-	-	958	7.948	5.990	7.184	4.648
Impostos a recuperar		-	3	-	-	-	4	-	-
Estoques		-	7	12	109	-	7	12	109
Adiantamentos		-	7	5	19	7	15	5	19
Outros créditos		-	-	10	-	-	-	10	-
Total do ativo circulante		**2.233**	**3.523**	**1.521**	**1.808**	**11.193**	**10.947**	**8.705**	**5.498**
Ativo não circulante									
Partes relacionadas	6	157	2.992	580	6	207	234	234	6
Investimentos	7	10.419	7.495	6.886	2.771	-	-	-	-
Imobilizado	8	115	104	144	42	255	336	208	44
Intangível	9	14.691	-	-	-	18.767	16.633	9.142	2.989
Total do ativo não circulante		**25.382**	**10.591**	**7.610**	**2.819**	**19.229**	**17.203**	**9.584**	**3.039**
Total ativo		**27.615**	**14.114**	**9.131**	**4.627**	**30.422**	**28.150**	**18.289**	**8.537**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SSX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 1° de janeiro de 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora				Consolidado			
	Notas	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**01/01/2019**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**01/01/2019**
Passivo circulante			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)
Fornecedores		7	2	28	147	10	5	50	164
Empréstimos e financiamentos	10	219	740	349	418	219	740	349	418
Obrigações sociais e trabalhistas	11	50	-	33	109	474	551	138	109
Obrigações tributárias	12	478	87	89	511	1.612	1.482	1.587	1.483
Outras contas a pagar		-	-	6	1	10	-	6	2
Total do passivo circulante		**754**	**829**	**505**	**1.186**	**2.325**	**2.778**	**2.130**	**2.176**
Passivo não circulante									
Empréstimos e financiamentos	10	184	1.138	129	-	184	1.138	129	-
Obrigações tributárias	12	143	133	195	-	143	251	365	-
Partes relacionadas	6	894	365	-	8	2.080	3.837	307	157
Total do passivo não circulante		**1.221**	**1.636**	**324**	**8**	**2.407**	**5.226**	**801**	**157**
Patrimônio líquido									
Capital social	14.a	3.952	2.504	2.504	2.504	3.952	2.504	2.504	2.504
Ações em tesouraria		(835)	(954)	-	-	(835)	(954)	-	-
Reserva de capital	7	2.056	(506)	-	-	2.056	(506)	-	-
Reservas de lucros	14.b	20.467	10.605	5.798	929	20.467	10.605	5.798	929
Participação dos controladores		**25.640**	**11.649**	**8.302**	**3.433**	**25.640**	**11.649**	**8.302**	**3.433**
Participação dos não controladores						**50**	**8.497**	**7.056**	**2.771**
Total do patrimônio líquido		**25.640**	**11.649**	**8.302**	**3.433**	**25.690**	**20.146**	**15.358**	**6.204**
Total do passivo e patrimônio líquido		27.615	14.114	9.131	4.627	30.422	28.150	18.289	8.537

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SSX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação em reais)

		Controladora			Consolidado		
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida	16	1.423	64	213	15.336	15.161	13.169
Custo do serviço prestado	17	(1.373)	(47)	(499)	(3.749)	(2.013)	(954)
Lucro bruto		**50**	**17**	**(286)**	**11.587**	**13.148**	**12.215**
Receitas (despesas) operacionais							
Gerais e administrativas	18	(1.403)	(1.100)	(1.246)	(3.122)	(2.429)	(1.265)
Resultado de equivalência patrimonial	7	5.162	4.345	5.406	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	6.340	1.782	1.165	(312)	-	(127)
		10.099	**5.027**	**5.325**	**(3.434)**	**(2.429)**	**(1.392)**
Lucro antes do resultado financeiro		**10.149**	**5.044**	**5.039**	**8.153**	**10.719**	**10.823**
Receita financeira		196	195	62	184	70	62
Despesa financeira		(202)	(236)	(198)	(578)	(443)	(232)
Resultado financeiro líquido	22	**(6)**	**(41)**	**(136)**	**(394)**	**(373)**	**(170)**
Lucro antes do imposto de renda		**10.143**	**5.003**	**4.903**	**7.759**	**10.346**	**10.653**
Imposto de renda e contribuição social	15	(174)	(17)	(30)	(1.781)	(1.710)	(1.497)
Lucro líquido do exercício		**9.969**	**4.986**	**4.873**	**5.978**	**8.636**	**9.156**
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	(3.991)	3.650	4.283
Lucro atribuído aos acionistas controladores		**9.969**	**4.986**	**4.873**	**9.969**	**4.986**	**4.873**
Lucro por ação - Básico e diluído - em R$	14.d	**19,86**	**10,82**	**9,37**			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SSX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	9.969	4.986	4.873	5.978	8.636	9.156
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**9.969**	**4.986**	**4.873**	**5.978**	**8.636**	**9.156**
Atribuído aos acionistas controladores	9.969	4.986	4.873	9.969	4.986	4.873
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(3.991)	3.650	4.283

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SSX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

					Reservas de lucros					
	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)		**2.504**	**-**	**-**	**47**	**882**	**-**	**3.433**	**2.771**	**6.204**
Dividendos pagos	14.c	-	-	-	-	(4)	-	(4)	-	**(4)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.873	4.873	4.283	**9.156**
Constituição de reservas	14.b	-	-	-	243	4.630	(4.873)	-	-	**-**
Aquisição SCP 2	7	-	-	-	-	-	-	-	2	**2**
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)		**2.504**	**-**	**-**	**290**	**5.508**	**-**	**8.302**	**7.056**	**15.358**
Dividendos pagos	14.c	-	-	-	-	(179)	-	(179)	(1.890)	**(2.069)**
Aquisição de ações em tesouraria		-	(954)	-	-	-	-	(954)	-	**(954)**
Transação envolvendo acionistas	7	-	-	(506)	-	-	-	(506)	-	**(506)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.986	4.986	3.650	**8.636**
Constituição de reservas	14.b	-	-	-	211	4.775	(4.986)	-	-	**-**
Aquisição Bllog	7	-	-	-	-	-	-	-	(319)	**(319)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)		**2.504**	**(954)**	**(506)**	**501**	**10.104**	**-**	**11.649**	**8.497**	**20.146**
Integralização de capital	14.a	1.448	-	-	-	-	-	1.448	1.433	**2.881**
Alienação de ações em tesouraria		-	119	-	-	-	-	119	-	**119**
Dividendos pagos	14.c	-	-	-	-	(107)	-	(107)	-	**(107)**
Transação envolvendo acionistas	7	-	-	2.562	-	-	-	2.562	-	**2.562**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.969	9.969	(3.991)	**5.978**
Constituição de reservas	14.b	-	-	-	289	9.680	(9.969)	-	-	**-**
Dissolução de não controladores	7	-	-	-	-	-	-	-	(4.009)	**(4.009)**
Dividendos não-controladores	7	-	-	-	-	-	-	-	(1.880)	**(1.880)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**3.952**	**(835)**	**2.056**	**790**	**19.677**	**-**	**25.640**	**50**	**25.690**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SSX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Das atividades operacionais			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**10.143**	**5.003**	**4.903**	**7.759**	**10.346**	**10.653**
Ajustes por:							
Depreciações e amortizações	8 e 9	830	40	33	1.717	1.265	488
Baixa líquida e ajustes do imobilizado e intangível	8 e 9	-	-	20	-	-	20
Equivalência patrimonial	7	(5.162)	(4.345)	(5.406)	-	-	-
Perda por aumento de capital desproporcional na controlada	7	298	-	-	-	-	-
Despesa de juros e IOF incorridos sobre empréstimos	10	86	162	141	86	162	141
Ganhos com dividendos distribuídos desproporcionalmente	7	(6.652)	(1.782)	(1.292)	-	-	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos							
Contas a receber	5	(1.567)	-	958	(1.959)	1.194	(2.536)
Impostos e contribuições a recuperar		3	(3)	-	4	(4)	-
Créditos diversos		14	14	102	15	5	103
Fornecedores		5	(26)	(119)	7	(47)	(114)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(50)	(21)	(80)	(1.785)	(1.751)	(1.360)
Obrigações trabalhistas	11	50	(33)	(77)	(78)	413	28
Obrigações tributárias	12	277	(60)	(178)	26	(178)	331
Outras contas a pagar		(263)	359	-	(2.538)	3.527	156
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais		**(1.988)**	**(692)**	**(995)**	**3.254**	**14.932**	**7.910**
Fluxo de caixa das atividades de investimento							
Aquisição de imobilizado	8	(55)	-	(157)	(5)	(211)	(230)
Aquisição de intangível	9	(15.477)	-	-	(3.765)	(8.673)	(6.597)
Aquisição de investimentos	7	(4.009)	448	(1)	(4.009)	(319)	2
Ágio pago na aquisição de investimento	7	2.562	(506)	-	2.562	(506)	-
Aumento de capital no investimento	7	(2.309)	-	-	-	-	-
Recebimento de dividendos	7	14.910	5.070	2.584	-	-	-
Partes relacionadas	6	3.627	(2.412)	(574)	819	-	(228)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento		**(751)**	**2.600**	**1.852**	**(4.398)**	**(9.709)**	**(7.053)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento							
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	10	-	2.050	900	-	2.050	900
Pagamento de empréstimo	10	(1.561)	(813)	(981)	(1.561)	(813)	(981)
Pagamentos dividendos não controladores	7	-	-	-	(1.880)	(1.890)	-
Dividendos pagos	14.c	(107)	(179)	(4)	(107)	(179)	(4)
Compra / Alienação de ações em tesouraria		119	(954)	-	119	(954)	-
Aumento de capital / AFAC	14.a	1.448	-	-	2.880	-	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos		**(101)**	**104**	**(85)**	**(549)**	**(1.786)**	**(85)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(2.840)**	**2.012**	**772**	**(1.693)**	**3.437**	**772**
Caixa e equivalentes de caixa							-
No início do exercício	4	3.506	1.494	722	4.931	1.494	722
No final do exercício	4	666	3.506	1.494	3.238	4.931	1.494
							-
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(2.840)**	**2.012**	**772**	**(1.693)**	**3.437**	**772**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SSX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	**1.508**	**74**	**235**	**16.254**	**16.075**	**14.002**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.508	74	235	16.254	16.075	14.002
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.119)**	**(1.050)**	**(1.187)**	**(3.900)**	**(1.981)**	**(1.206)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(445)	(7)	(97)	(1.231)	(181)	(97)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.362)	(1.043)	(963)	(2.357)	(1.800)	(982)
Perda / Recuperação de valores ativos	(312)	-	(127)	(312)	-	(127)
Valor adicionado bruto	**(611)**	**(976)**	**(952)**	**12.354**	**14.094**	**12.796**
Depreciação e amortização	(830)	(40)	(33)	(1.717)	(1.265)	(488)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(1.441)**	**(1.016)**	**(985)**	**10.637**	**12.829**	**12.308**
Valor adicionado recebido em transferência	**12.009**	**6.323**	**6.760**	**184**	**70**	**62**
Resultado de equivalência patrimonial	5.162	4.345	5.406	-	-	-
Receitas financeiras	196	195	62	184	70	62
Outras	6.651	1.783	1.292	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	**10.568**	**5.307**	**5.775**	**10.821**	**12.899**	**12.370**
Distribuição do valor adicionado	**10.568**	**5.307**	**5.775**	**10.821**	**12.899**	**12.370**
Pessoal e encargos	**138**	**57**	**652**	**1.395**	**1.064**	**651**
Remuneração direta	85	16	388	1.186	886	388
Benefícios	50	39	223	165	133	223
F.G.T.S.	3	2	41	44	45	40
Pessoal e encargos	**259**	**28**	**51**	**2.738**	**2.650**	**2.331**
Federais	229	18	38	2.374	2.295	2.009
Estaduais	30	10	13	325	329	322
Municipais	-	-	-	39	26	-
Pessoal e encargos	**202**	**236**	**199**	**710**	**549**	**232**
Juros	202	236	199	578	444	232
Aluguéis	-	-	-	132	105	-
Remuneração de capitais próprios	**9.969**	**4.986**	**4.873**	**5.978**	**8.636**	**9.156**
Dividendos	107	179	4	107	179	4
Lucros retidos	9.862	4.807	4.869	5.871	8.457	9.152

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SSX Tecnologia da Informação S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com controladas. A SSX Tecnologia da Informação S.A tem como principais atividades o desenvolvimento de programas de computador e a participação societária em empresas de tecnologia aplicada à logística e cadeia de suprimentos.

A Companhia apresentou lucro líquido operacional em 31 de dezembro de 2021 de R$ 9.969 (R$ 4.986 em 2020 e R$ 4.873 em 2019), e este resultado positivo deveu-se a:

(a) Implantação e consolidação da Solução e-Gates automatizando os processos operacionais de logística, em tempo real e sem interferência humana, objetivando a demonstração e total visibilidade para aqueles que tomam decisões operacionais. A partir do ano de 2020 esta atividade foi delegada à Bllog Tecnologia da Informação S.A., empresa controlada pela Companhia, cujos números estão consolidados na presente demonstração contábil; e

(b) Consolidação das operações de automação da emissão de documentos de transporte, nova linha de negócios (UpDocs), em formato "SAAS Software as a Service", que incorpora desejável componente de estabilidade e recorrência às receitas da Companhia.

1.1. Impactos da Covid-19

Estamos enfrentando uma pandemia de COVID-19 (Coronavírus) a nível mundial. Embora ainda não seja possível estimar a duração ou gravidade dos impactos da pandemia COVID-19, a Administração até o momento não identificou impactos a serem divulgadas nas notas explicativas.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

As principais práticas adotadas descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas diretamente ou indiretamente pela Companhia. Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido à empresa. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram utilizadas demonstrações contábeis individuais encerradas na mesma data base e consistentes com práticas contábeis da Companhia. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado.

As seguintes empresas estão incluídas na consolidação:

	% de Participação		
Controladas	**2021**	**2020**	**2019**
Bllog Tecnologia da Informação S.A. (“Bllog”)	100%	58%	-
SSX Tecnologia da Informação S.A. SCP (“SCP1”)	50%	50%	50%
SSX Tecnologia da Informação S.A. SCP2 (“SCP2”)	50%	33%	33%

Em 14/09/2017 foi constituída a empresa Sociedade por Conta e Participação-SCP-1 regida pelos artigos 991 e 996 da Lei n° 10.406/2002 (Código Civil), tendo como sócio ostensivo a SSX Tecnologia da Informação S.A. e como sócio participante a empresa JFMJ Investimentos e Participações Ltda que é uma empresa do grupo da Minds at Work Sistemas e Projetos Ltda, onde cada uma das partes, detém 50% de participação da empresa de um capital social de R$ 100.

Em 05/08/2019 foi constituída a empresa Sociedade por Conta e Participação-SCP-2 regida pelos artigos 991 e 996 da Lei n° 10.406/2002 (Código Civil), tendo como sócio ostensivo a SSX Tecnologia da Informação S.A. com participação de 33,33% do capital social de R$ 2, e como sócio participante a empresa AZIC Tecnologia e Investimentos Ltda com 66,67% do capital. Em 30 de setembro de 2021 a Companhia adquiriu a totalidade da participação societária na Sociedade por Conta e Participação-SCP-2 e encerrou a mesma, absorvendo ativos e passivos existentes naquela data.

Em 2020 a Companhia adquiriu ações da Sociedade Anônima de Capital Fechado Bllog Tecnologia da Informação S.A., com participação de 58,38% do capital social de R$ 100. Em 30 de setembro de 2021 a Companhia adquiriu a totalidade da participação societária na Bllog Tecnologia da Informação, passando a ser uma subsidiária integral da Companhia.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do ambiente econômico na qual a Companhia e suas controladas atuam ("moeda funcional"). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 13 – Provisão para contingência;
- Notas explicativas 8 e 9 - Teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

3. Políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com os clientes. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance	Cumprimento da obrigação de performance
Serviço de desenvolvimento do software Vexsys.	Desenvolvimento recorrente de software. As faturas são emitidas após apresentação dos mapas de alocação de horas ao projeto, respectiva aprovação e subsequente emissão da P.O. (purchase order) por parte do cliente.	A receita é reconhecida a partir do momento da emissão da P.O. (purchase order), que representa o aceite do cliente em relação às horas alocadas e ao resultado do serviço prestado.
Serviço de suporte à plataforma UpDocs, previamente desenvolvida	Software as a Service. As faturas são emitidas após emissão da P.O. (purchase order) por parte do cliente.	A receita é reconhecida a partir do momento da emissão da P.O. (purchase order), que representa o aceite do cliente em relação ao cumprimento das premissas mínimas de performance do sistema previstas em contrato.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

c) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia realiza a apuração do imposto de renda e contribuição social através do lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados sobre a receita apurada no trimestre, aplicados os percentuais de presunção sobre as mesmas, de acordo com a respectiva natureza. O percentual de presunção a ser aplicado para o IRPJ é de 8% e para a CSLL de 12%, sendo que as receitas financeiras deverão ser consideradas integralmente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa estão registrados os saldos de caixa. Este saldo apresenta liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

e) Contas a receber

Registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial, e ajustadas a valor presente, quando aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise individual das contas a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

f) Investimentos

(i) Reconhecimento inicial e aplicação do método de equivalência patrimonial

Estão demonstrados ao custo de aquisição e, quando aplicável, deduzidos ao valor de realização. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Nas demonstrações contábeis consolidadas reconhece-se os ativos, passivos, receitas e despesas das respectivas empresas controladas. As distribuições recebidas dessas investidas reduzem o valor contábil do investimento.

(ii) Mudança na proporção detida por participações de não controladores

Quando a proporção do patrimônio líquido detida por participações de não controladores sofrer modificações, a entidade deve ajustar os valores contábeis das participações de controladoras e de não controladores para refletir as mudanças em suas participações relativas na controlada. A entidade deve reconhecer diretamente no patrimônio líquido qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações de não controladores e o valor justo da contrapartida paga ou recebida e deve atribuir essa diferença aos proprietários da controladora.

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	2021	2020	2019
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Ativos intangíveis

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis são as seguintes:

	2020	2019
Softwares	8 anos	8 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas designam de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); e
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e que seja provável que a Companhia e suas controladas, sejam requeridas a liquidar tal obrigação, e que esta possa ser mensurada de forma confiável. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas em torno da obrigação.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia e suas controladas apresentam os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência

patrimonial, quando aplicável; iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

n) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas:

- 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1)/IAS 37);
- 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- 1º de janeiro de 2022 – Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4) /IAS 16);
- 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3);
- 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8);
- 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

3.1. Reapresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia procedeu com a reapresentação das informações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 1o de janeiro de 2019 (balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa) em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinados ajustes contábeis identificados a partir de 1o de janeiro de 2019, relacionados ao passivo de arrendamento e do direito de uso, constituição do ativo intangível relativo ao desenvolvimento do software UPDOCS e VEXSYS, reclassificações de saldos entre partes relacionadas, reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, recálculo do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos, dividendos pagos, atualização dos parcelamentos tributários e a segregação entre passivo circulante e não circulante e a constituição do imposto de renda e da contribuição social provenientes dos reflexos fiscais dos ajustes constatados.

A citada reapresentação está sendo efetuada como previsto pela NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações do valor adicionado não estão sendo reapresentadas em virtude de não terem feito parte das demonstrações contábeis anteriormente apresentadas que são objeto da reapresentação.

Os quadros a seguir resumem os impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:

ATIVO

	Controladora					
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2020	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2019
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.506	-	3.506	1.493	1	1.494
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	3	-	3	-	-	-
Estoques	7	-	7	12	-	12
Adiantamentos	7	-	7	5	-	5
Outros Créditos	157	(157)	-	165	(155)	10
Total do ativo circulante	3.680	(157)	3.523	1.675	(154)	1.521
Ativo não circulante						
Partes relacionadas	2.835	157	2.992	270	310	580
Investimentos	484	7.011	7.495	3.038	3.848	6.886
Imobilizado	104	-	104	144	-	144
Total do ativo não circulante	3.423	7.168	10.591	3.452	4.158	7.610
Total ativo	**7.103**	**7.011**	**14.114**	**5.127**	**4.004**	**9.131**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora					
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2020	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2019
Passivo circulante						
Fornecedores	2	-	2	28	-	28
Empréstimos e financiamentos	1.878	(1.138)	740	478	(129)	349
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	33	-	33
Obrigações tributárias	135	(48)	87	192	(103)	89
Outras contas a pagar	-	-	-	4	2	6
Total do passivo circulante	2.015	(1.186)	829	735	(230)	505
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	1.138	1.138	-	129	129
Obrigações tributárias	-	133	133	-	195	195
Obrigações com partes relacionadas	705	(340)	365	-	-	-
Total do passivo não circulante	705	931	1.636	-	324	324
Patrimônio líquido						
Capital social integralizado	2.504	-	2.504	2.504	-	2.504
Reserva legal	151	(151)	-	-	-	-
Ágio/Deságio Investimentos	-	(506)	(506)	-	-	-
Reservas de lucros	1.728	7.923	9.651	1.888	3.910	5.798
Total do patrimônio líquido	4.383	7.266	11.649	4.392	3.910	8.302
Total do passivo e patrimônio líquido	**7.103**	**7.011**	**14.114**	**5.127**	**4.004**	**9.131**

Demonstrações do resultado do exercício

	Controladora					
	Anteriormente apresentado	**Ajustes e reclassificações**	**31/12/2020**	**Anteriormente apresentado**	**Ajustes e reclassificações**	**31/12/2019**
Receita líquida	64	-	64	184	29	213
Custo do serviço prestado	(7)	(40)	(47)	(97)	(402)	(499)
Lucro bruto	57	(40)	17	87	(373)	(286)
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com pessoal	(58)	58	-	(806)	806	-
Gerais e administrativas	(114)	(986)	(1.042)	(362)	(844)	(1.246)
Despesas com prestação de serviços	(928)	(928)	-	(900)	900	-
Depreciação/Amortização	(40)	40	-	(33)	33	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.273	2.072	4.345	4.281	1.125	5.406
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	1.782	1.782	(127)	-	(127)
	1.133	3.894	5.027	2.053	3.272	5.325
Resultado antes do resultado financeiro	1.190	3.854	5.044	2.140	2.899	5.039
Receita financeira	195	-	195	62	-	62
Despesa financeira	(239)	3	(236)	(188)	(10)	(198)
Resultado financeiro líquido	(44)	3	(41)	(126)	(10)	(136)
Resultado antes do imposto de renda	1.146	3.857	5.003	2.014	2.889	4.903
Imposto de renda e contribuição social	(21)	4	(17)	(125)	95	(30)
Lucro líquido do exercício	**1.125**	**3.861**	**4.986**	**1.889**	**2.984**	**4.873**

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora					
	Anteriormente apresentado	**Ajustes e reclassifcações**	**31/12/2020**	**Anteriormente apresentado**	**Ajustes e reclassificações**	**31/12/2019**
Lucro líquido do exercício	1.125	3.861	4.986	1.889	2.984	4.873
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**1.125**	**3.861**	**4.986**	**1.889**	**2.984**	**4.873**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora					
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2020	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2019
Das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.125**	**3.878**	**5.003**	**1.889**	**3.014**	**4.903**
Ajustes por:						
Depreciações e amortizações	40	-	40	33	-	33
Baixa liquida e ajustes do imobilizado e intangível	-	-	-	23	(3)	20
Equivalência patrimonial	(2.273)	(2.072)	(4.345)	(4.281)	(1.125)	(5.406)
Despesa de Juros e IOF incorridos sobre empréstimos	(64)	226	162	(60)	201	141
Ganhos com dividendos distribuídos desproporcionalmente	-	(1.782)	(1.782)	-	(1.292)	(1.292)
Decréscimo (acréscimo) em ativos						
Contas a receber	-	-	-	958	-	958
Estoques	6	(6)	-	98	(98)	-
Impostos e contribuições a recuperar	(3)	-	(3)		102	102
Créditos diversos	(11)	25	14	(153)	153	-
Fornecedores	(26)	-	(26)	(120)	1	(119)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(21)	(21)	-	(80)	(80)
Obrigações trabalhistas	(54)	21	(33)	(77)	-	(77)
Obrigações tributárias	(109)	49	(60)	(113)	(65)	(178)
Outras contas a pagar	(5)	364	359	(2)	2	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	**(1.374)**	**682**	**(692)**	**(1.805)**	**810**	**(995)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de imobilizado	-	-	-	(158)	1	(157)
Aquisição de investimentos	(58)	506	448	(1)	-	(1)
Ágio pago na aquisição de investimento	-	(506)	(506)	-	-	-
Recebimento de dividendos	4.886	184	5.070	-	2.584	2.584
Partes relacionadas	(1.860)	(552)	(2.412)	2.619	(3.193)	(574)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento	**2.968**	**(368)**	**2.600**	**2.460**	**(608)**	**1.852**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	1.553	497	2.050	116	784	900
Pagamento de empréstimo	-	(813)	(813)	-	(981)	(981)
Dividendos pagos	(179)	-	(179)	-	(4)	(4)
Compra / Alienação de ações em tesouraria	(955)	1	(954)	-	-	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	**419**	**(315)**	**104**	**116**	**(201)**	**(85)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**2.013**	**(1)**	**2.012**	**771**	**1**	**772**
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício	1.493	1	1.494	722	-	722
No final do exercício	3.506	-	3.506	1.493	1	1.494
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**2.013**	**(1)**	**2.012**	**771**	**1**	**772**

ATIVO

	Consolidado					
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2020	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2019
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4.931	-	4.931	1.493	1	1.494
Contas a receber	6.809	(819)	5.990	7.184	-	7.184
Impostos a recuperar	4	-	4	-	-	-
Estoques	7	-	7	12	-	12
Adiantamentos	14	1	15	5	-	5
Outros Créditos	157	(157)	-	165	(155)	10
Total do ativo circulante	11.922	(975)	10.947	8.859	(154)	8.705
Ativo não circulante						
Partes relacionadas	77	157	234	254	(20)	234
Imobilizado	336	-	336	208	-	208
Intangível	-	16.633	16.633	-	9.142	9.142
Total do ativo não circulante	413	16.790	17.203	462	9.122	9.584
Total ativo	**12.335**	**15.815**	**28.150**	**9.321**	**8.968**	**18.289**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Consolidado					
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2020	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2019
Passivo circulante						
Fornecedores	3	2	5	50	-	50
Empréstimos e financiamentos	2.100	(1.360)	740	477	(128)	349
Obrigações sociais e trabalhistas	551	-	551	138	-	138
Obrigações tributárias	903	579	1.482	1.029	558	1.587
Outras contas a pagar	-	-	-	6	-	6
Total do passivo circulante	3.557	(779)	2.778	1.700	430	2.130
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	1.138	1.138	-	129	129
Obrigações tributárias	-	251	251	-	365	365
Obrigações com partes relacionadas	3.615	222	3.837	-	307	307
Total do passivo não circulante	3.615	1.611	5.226	-	801	801
Patrimônio líquido						
Capital social integralizado	2.504	-	2.504	2.504	-	2.504
Reserva legal	151	(151)	-	-	-	-
Ágio/Deságio Investimentos	-	(506)	(506)	-	-	-
Reservas de lucros	1.728	7.923	9.651	1.888	3.910	5.798
Participação dos controladores	4.383	7.266	11.649	4.392	3.910	8.302
Participação dos não controladores	779	7.718	8.497	3.229	3.827	7.056
Total do patrimônio líquido	5.162	14.984	20.146	7.621	7.337	15.358
Total do passivo e patrimônio líquido	**12.335**	**15.815**	**28.150**	**9.321**	**8.968**	**18.289**

Demonstrações do resultado do exercício	Consolidado					
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2020	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2019
Receita líquida	15.934	(773)	15.161	13.005	164	13.169
Custo do serviço prestado	(103)	(1.910)	(2.013)	(97)	(857)	(954)
Lucro bruto	15.831	(2.863)	14.980	12.908	(693)	12.215
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com pessoal	(4.506)	4.506	-	(1.324)	1.324	-
Gerais e administrativas	(465)	(1.964)	(2.429)	(443)	(822)	(1.265)
Despesas com prestação de serviços	(2.373)	2.373	-	(1.312)	1.312	-
Depreciação/Amortização	(97)	97	-	(43)	43	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		-	-	(127)	-	(127)
	(7.441)	5.012	(2.429)	(3.249)	1.857	(1.392)
Resultado antes do resultado financeiro	8.390	2.329	10.719	9.659	1.164	10.823
Receita financeira	70	-	70	62	-	62
Despesa financeira	(469)	26	(443)	(208)	(24)	(232)
Resultado financeiro líquido	(399)	26	(373)	(146)	(24)	(170)
Resultado antes do imposto de renda	7.991	2.445	10.436	9.513	1.140	10.653
Imposto de renda e contribuição social	(1.752)	42	(1.710)	(1.218)	(279)	(1.497)
					-	
Lucro líquido do exercício	**6.239**	**2.397**	**8.636**	**8.295**	**861**	**9.156**
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	5.114	(1.464)	3.650	6.408	(2.125)	4.283
Lucro atribuído aos acionistas controladores	1.125	3.861	4.986	1.887	2.986	4.873

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado					
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2020	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	6.239	4.180	10.419	8.295	2.153	10.448
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**6.239**	**4.180**	**10.419**	**8.295**	**2.153**	**10.448**
Atribuído aos acionistas controladores	1.125	3.861	4.986	1.889	2.984	4.873
Atribuído aos acionistas não controladores	5.114	319	5.433	6.406	(831)	5.575

Demonstrações do fluxo de caixa

	Consolidado					
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2020	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	31/12/2019
Das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**6.239**	**4.107**	**10.346**	**8.295**	**2.358**	**10.653**
Ajustes por:						
Depreciações e amortizações	97	1.168	1.265	18	470	488
Baixa liquida e ajustes do imobilizado e intangível		-	-	106	(86)	20
Despesa de Juros e IOF incorridos sobre empréstimos	(64)	226	162	(60)	201	141
Decréscimo (acréscimo) em ativos						
Contas a receber	375	819	1.194	(2.536)	-	(2.536)
Estoques	6	(6)	-	98	(98)	-
Impostos e contribuições a recuperar	(4)	-	(4)	-	-	-
Créditos diversos	6	(1)	5	14	89	103
Fornecedores	(47)	-	(47)	(114)	-	(114)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.751)	(1.751)	-	(1.360)	(1.360)
Obrigações trabalhistas	413	-	413	50	(22)	28
Obrigações tributárias	(126)	(52)	(178)	50	281	331
Outras contas a pagar	(6)	3.533	3.527	6	150	156
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	**6.889**	**8.043**	**14.932**	**5.927**	**1.983**	**7.910**
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de imobilizado	-	(211)	(211)	(281)	51	(230)
Aquisição de intangível	(264)	(8.409)	(8.673)	-	(6.597)	(6.597)
Aquisição de investimentos	-	(319)	(319)	-	2	2
Ágio pago na aquisição de investimento	-	(506)	(506)	-	-	-
Partes relacionadas	3.792	(3.792)	-	(249)	21	(228)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento	**3.528**	**(13.237)**	**(9.709)**	**(530)**	**(6.523)**	**(7.053)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	4.568	(2.518)	2.050	115	785	900
Pagamento de empréstimo	-	(813)	(813)	-	(981)	(981)
Pagamentos dividendos não controladores	-	(1.890)	(1.890)	-	-	-
Dividendos pagos	(10.634)	10.455	(179)	(4.741)	4.737	(4)
Compra / Alienação de ações em tesouraria	(955)	1	(954)	-	-	-
Aumento de capital / AFAC	42	(42)	-	-	-	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	**(6.979)**	**5.193**	**(1.786)**	**(4.626)**	**4.541**	**(85)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**3.438**	**(1)**	**3.437**	**771**	**1**	**772**
Caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício	1.493	1	1.494	722	-	722
No final do exercício	4.931	-	4.931	1.493	1	1.494
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**3.438**	**(1)**	**3.437**	**771**	**1**	**772**

		Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018 - anteriormente apresentado	**2.504**	**-**	**-**	**-**	**2.504**	**-**	**2.504**
Ajustes de exercícios anteriores	-	47	882	-	929	2.771	**3.700**
Saldo em 1º de janeiro de 2019 - saldo ajustado	**2.504**	**47**	**882**	**-**	**3.433**	**2.771**	**6.204**
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	**-**
Dividendos pagos	-	-	(4)	-	(4)	-	**(4)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.873	4.873	4.283	**9.156**
Constituição de reservas	-	243	4.630	(4.873)	-	-	**-**
Aquisição SCP 2	-	-	-	-	-	2	**2**
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - saldo ajustado	**2.504**	**290**	**5.508**	**-**	**8.302**	**7.056**	**15.358**

	Capital social	Ações em tesouraria	Ágio/Deságio investimentos	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - anteriormente apresentado	**2.504**	**-**	**-**	**-**	**1.888**	**-**	**4.392**	**-**	**4.392**
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	290	3.620	-	3.910	7.056	**10.966**
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - saldo ajustado	**2.504**	**-**	**-**	**290**	**5.508**	**-**	**8.302**	**7.056**	**15.358**
Integralização de capital	**-**	**-**	-	-	-	-	-	-	**-**
Dividendos pagos	-	-	-	-	(179)	-	(179)	(1.890)	**(2.069)**
Aquisição de ações em tesouraria	(1)	(953)	-	-		-	(954)	-	**(954)**
Ágio na combinação de negocios	-	-	(506)	-	-	-	(506)	-	**(506)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.986	4.986	3.650	**8.636**
Constituição de reservas	-	-	-	211	4.775	(4.986)	-	-	**-**
Aquisição Bllog	-	-	-	-	-	-	-	(319)	**(319)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - saldo ajustado	**2.503**	**(953)**	**(506)**	**501**	**10.104**	**-**	**11.649**	**8.497**	**20.146**

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Depósitos bancários	-	-	4	3	19	4
Fundos de Investimentos [a]	409	2.012	1.255	409	2.012	1.255
Certificado de Depósito Bancário (CDB)[a]	182	1.244	-	2.751	2.650	-
Títulos de Capitalização [b]	75	250	235	75	250	235
Total de caixa e equivalente de caixa	**666**	**3.506**	**1.494**	**3.238**	**4.931**	**1.494**

a) Referem-se a operações mantidas junto a instituições financeiras nacionais de primeira linha em CDB's e operações de renda fixa em fundos não exclusivos, com lastro em títulos de dívida pública emitidos pelo Governo Federal Brasileiro, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas a uma taxa média entre 99,5% e 100,0% do CDI.

b) Os títulos de capitalização representavam garantia aos empréstimos de capital de giro, sendo a medida que os empréstimos fossem quitados os valores iam sendo liberados para resgate. Em 31/12/2021, o empréstimo de capital de giro se encontra totalmente quitado e o valor do título já se encontra liberado para resgate.

5. Contas a receber

O contas a receber da Companhia e de suas controladas encontram-se demonstrado abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Clientes nacionais	1.567	-	-	7.948	6.850	7.184
Faturas em aberto	**1.567**	**-**	**-**	**7.948**	**6.850**	**7.184**
(-) Duplicatas descontadas	-	-	-	-	(860)	-
Total de contas a receber	**1.567**	**-**	**-**	**7.948**	**5.990**	**7.184**

Detalhamento por período de vencimento em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Vincendos						
01 - 30 dias	-	-	-	810	1.242	996
31 - 60 dias	1.087	-	-	1.915	1.462	1.554
61 - 90 dias	423	-	-	1.184	2.418	1.922
91 - 120 dias	-	-	-	2.857	982	2.712
120 - 150 dias	-	-	-	1.126	123	-
150 - 180 dias	-	-	-	-	264	-
Total de vincendos	**1.510**	**-**	**-**	**7.892**	**6.491**	**7.184**
Vencidos [a]						
01 - 30 dias	19	-	-	19	359	-
31 - 60 dias	19	-	-	19	-	-
91 - 120 dias	19	-	-	18	-	-
Total de vencidos	**57**	**-**	**-**	**56**	**-**	**-**
	1.567	**-**	**-**	**7.948**	**6.850**	**7.184**

a) As duplicatas vencidas não foram provisionadas como potencial risco de crédito em função da avaliação de baixo risco de não-recebimento e da imaterialidade dos valores.

6. Partes relacionadas

a) Mútuos

Controladora	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
			(Reapresentado)		(Reapresentado)	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Roberto Xavier Junior (a)	-	-	27	-	27	-
Blive Global Corp (b)	157	-	157	-	155	-
Empréstimo Bllog (c)	-	-	2.808	-	-	-
Tatiana Arkader Skaba (d)	-	52	-	365	-	-
SSX Tecnologia da Informação SCP (i)	-	842	-	-	-	-
SSX Tecnologia da Informação SCP2 Azic (e)	-	-	-	-	398	-
Total	**157**	**894**	**2.992**	**365**	**580**	**-**

Consolidado	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
			(Reapresentado)		(Reapresentado)	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Roberto Xavier Junior (a)	-	-	27	-	27	-
Blive Global Corp (b)	157	-	157	-	155	-
Tatiana Arkader Skaba (d)	-	52	-	365	-	-
Azic Tecnologia e Participações Ltda. (f)	-	792	-	-	52	-
FJJ Investimentos e Participações Ltda. (g)	50	-	50	1.761	-	307
João Alfredo Magalhães (h)	-	261	-	558	-	-
Frederico Guimarães (h)	-	298	-	363	-	-
Juliana Lucas de Rezende (h)	-	96	-	401	-	-
Alexandre Pigatti (h)	-	66	-	55	-	-
Ana Elizabeth Gomes Lucas (h)	-	132	-	111	-	-
Guilherme Scotta (h)	-	66	-	55	-	-
Luciene Gomes Rezende (h)	-	58	-	-	-	-
Marcelo Arkader Skaba (h)	-	257	-	168	-	-
Total	**207**	**2.080**	**234**	**3.837**	**234**	**307**

a) Mútuo liquidado em dezembro de 2021 sem garantia e sem cláusula de juros.

b) Mútuo com Sociedade com sede no Canadá, o contrato tinha vencimento para dezembro de 2019, porém o saldo ainda se encontra em aberto aguardando pactuação de nova data de vencimento.

c) Mútuo com cláusula de conversão em ações. Opção exercida em setembro de 2021.

d) Em 02 de abril de 2020, a Companhia adquiriu as 100.100 (cem mil e cem) ações de Tatiana Arkader Skaba pelo valor de R$ 354 a vista e 23 (vinte e três) parcelas de R$ 28 com vencimento em fevereiro de 2022.

e) Adiantamento concedido à SCP2 para desenvolvimento do Software UpDocs.

f) Adiantamento concedido ao Sócio participante para início do desenvolvimento do software UpDocs. A SCP1 possuía dividendos a pagar no montante de R$ 864 divididos em 36 parcelas. Na data da sua dissolução, restavam 22 parcelas a pagar que foram assumidas pela controlada Bllog.

g) O saldo de passivo se refere a mútuo celebrado em 2020 com juros de 7% aa e IPCA e foi totalmente quitado em 2021.

h) Além dos empréstimos com instituições financeiras a Companhia também celebrou contrato de mútuos com sócios e pessoas físicas ligadas aos sócios da Companhia, os contratos de mútuo têm como encargos 7% a.a. mais correção de IPCA. Em 2020 a Companhia captou dessa forma um montante total de R$ 982 e em 2021 captou R$ 98. Esses empréstimos foram quitados em fevereiro de 2022.

i) Saldo remanescente de contas a pagar a SCP1, o saldo será compensado no encerramento da investida.

b) Operações com o pessoal chave da administração

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Benefícios de curto prazo [1]	514	874	1.115
Benefícios pós emprego [2]	61	76	91
	575	**950**	**1.206**

[1] Os benefícios de curto prazo se referem, substancialmente, a salários, férias, contribuições, auxílios, para a seguridade social e participação nos lucros (pagáveis dentro de doze meses a partir da data de encerramento do exercício).

[2] Corresponde a benefício de previdência complementar de contribuição definida, não abrangida pelo NBC TG 33 – Benefícios a empregados.

c) Acordos celebrados

A Companhia celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

d) Dividendos pagos

A Companhia durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 pagaram dividendos aos acionistas nos montantes de R$ 107, R$ 179 e R$ 4, respectivamente.

7. Investimentos

Controlada	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
SSX Tecnologia da Informação S.A. – SCP1	50	5.571	6.716
SSX Tecnologia da Informação S.A. – SCP 2	-	1.207	170
Bllog Tecnologia da Informação S.A.	10.369	716	-
	10.419	**7.495**	**6.886**

Representado pelo investimento na participação da empresa SSX Tecnologia da Informação S.A. ("SCP 1") a partir de 14 de setembro de 2017, ("SCP 2") a partir de 05 de agosto de 2019 e BLLOG Tecnologia da Informação S.A. a partir de 18 de maio de 2020, seguido por um aumento de capital em 30 de setembro de 2021, com a aquisição da totalidade das ações.

A seguir demonstramos a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019:

	01/01/2019	Aquisição	Dividendos	Ganhos por distribuição desproporcional	Resultado Equivalência Patrimonial	31/12/2019
SCP 1 – SSX TI S.A.	2.771	-	(2.584)	1.292	5.237	6.716
SCP 2 – SSX TI S.A.	-	1	-	-	169	170
	2.771	**1**	**(2.584)**	**1.292**	**5.406**	**6.886**

	31/12/2019	Aquisição	Dividendos	Ganhos por distribuição desproporcional	Resultado Equivalência Patrimonial	31/12/2020
SCP 1 – SSX TI S.A.	6.716	-	(4.162)	1.259	1.758	5.571
SCP 2 – SSX TI S.A.	170	-	(908)	523	1.423	1.208
BLLOG TI.	-	(448)	-	-	1.164	716
	6.886	**(448)**	**(5.070)**	**1.782**	**4.345**	**7.495**

	31/12/2020	Aquisição	Aumento de capital	Perda por aumento de capital desproporcional	Dividendos	Ganhos por distribuição desproporcional	Resultado Equivalência Patrimonial	31/12/2021
SCP 1 – SSX TI S.A.	5.571	-	-	-	(10.697)	5.348	(172)	50
SCP 2 – SSX TI S.A. (*)	1.208	760	-	-	(4.166)	1.304	894	-
BLLOG TI.	716	3.249	2.309	(298)	(47)	-	4.440	10.369
	7.495	**4.009**	**2.309**	**(298)**	**(14.910)**	**6.652**	**5.162**	**10.419**

(*) Operações incorporadas pela SSX durante o ano de 2021.

a) SCP 2

Em 29 de setembro de 2021 o sócio participante AZIC cedeu 499,80 de quotas do capital social da SCP2 para a sócia ostensiva SSX Tecnologia e 1.500 quotas para JFMJ Investimentos, retirando-se da Sociedade. Em virtude da cessão, a SSX passou a deter 50% da SCP2.

A Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo na data de aquisição e a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, por se tratar de uma transação entre sócios, foi reconhecida no Patrimônio líquido, conforme abaixo:

		R$ mil
Valores a receber		423
Outros ativos circulantes e não circulantes		5.345
Passivo circulante		(1.206)
Total dos ativos identificáveis líquidos		**4.562**
Participação na compra	**17%**	**760**
Compra vantajosa		760
Total da contraprestação transferida		**-**

Logo após a cessão das cotas os sócios decidiram extinguir a SCP2 – SSX TI S.A por não mais terem interesse em manter suas atividades. A Sócia ostensiva absorveu os passivos e ativos remanescentes.

b) Bllog

A Bllog foi criada pelos sócios participantes que também executam a atividade fim da SSX com o propósito específico de suceder a SCP-1 na prestação de serviços de um cliente específico. Em 18 de maio de 2020, a Sociedade modificou o seu tipo jurídico de Sociedade Empresária Ltda. para Sociedade Anônima de capital fechado e a SSX passou a fazer parte do quadro societário.

A Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo na data de aquisição e a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, por se tratar de uma transação entre sócios, foi reconhecida no Patrimônio líquido, conforme abaixo:

		R$ mil
Disponibilidade		144
Valores a receber		3
Outros ativos circulantes e não circulantes		1.002
Passivo circulante		(2.014)
Total dos ativos identificáveis líquidos		**(865)**
Aumento de capital na compra		98
Participação na compra	**58%**	**(448)**
Ágio		(506)
Total da contraprestação transferida		**58**

Em 30 de setembro de 2021 a SSX adquiriu os outros 42% de participação dos sócios Juliana Rezende e FJJ Invest. e Participações Ltda., também sócio da SSX.

A Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo na data de aquisição e a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, por se tratar de uma transação entre sócios, foi reconhecida no Patrimônio líquido, conforme abaixo:

		R$ mil
Disponibilidade		2.914
Valores a receber		4.681
Outros ativos circulantes e não circulantes		3.806
Passivo circulante		(3.594)
Total dos ativos identificáveis líquidos		**7.807**
Participação na compra	**42%**	**3.249**
Compra Vantajosa		1.802
Total da contraprestação transferida		**1.447**

c) Informações contábeis das investidas:

Segue no quadro abaixo os principais saldo das investidas;

	Bllog		SCP1			SCP2		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
% Participação	**100%**	**58%**	**50%**	**50%**	**50%**	**50%**	**33%**	**33%**
Ativo circulante	8.961	6.192	-	9	6.561	-	1.221	623
Ativo não circulante	4.216	2.503	100	11.546	8.766	-	2.865	492
Passivo circulante	1.572	1.189	-	294	1.528	-	464	97
Passivo não circulante	1.236	6.279	-	118	367	-	-	508
Patrimônio líquido	10.369	1.227	100	11.143	13.433	-	3.622	510
Receita liquida	10.086	4.490	-	5.487	12.368	3.827	5.119	588
Custo	(129)	(48)	-	-	-	(657)	(126)	-
Despesas operacionais	(2.667)	(2.444)	(346)	(1.325)	(454)	(296)	(140)	(19)
Resultado financeiro	(328)	(307)	-	(27)	(34)	(60)	(20)	-
Impostos sobre o lucro	(1.183)	(507)	-	(619)	(1.406)	(423)	(566)	(62)
Lucro líquido	**5.779**	**1.185**	**(346)**	**3.517**	**10.474**	**2.390**	**4.267**	**507**

8. Imobilizado

a) Movimentação

Controladora

		Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de informática	Total
Custo					
Em 1º de janeiro de 2019 - reapresentado		**17**	**12**	**73**	**102**
Adições		-	2	155	157
Baixas		(17)	(12)	(42)	(71)
Em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado		**-**	**2**	**186**	**188**
Adições		-	-	-	-
Baixas		-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado		**-**	**2**	**186**	**188**
Adições		-	-	5	5
Transferências dos ativos da SCP	(a)	-	-	77	77
Em 31 de dezembro de 2021		**-**	**2**	**268**	**270**
Depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável					
Em 1º de janeiro de 2019 – reapresentado		**(9)**	**(4)**	**(49)**	**(62)**
Depreciação		(2)	(1)	(30)	(33)
Baixas		11	5	35	(95)
Em 31 de dezembro de 2019 – reapresentado		**-**	**-**	**(44)**	**(44)**
Depreciação		-	-	(40)	(40)
Baixas		-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020 – reapresentado		**-**	**-**	**(84)**	**(84)**
Depreciação		-	-	(44)	(44)
Transferência dos ativos da SCP	(a)	-	-	(27)	(27)
Em 31 de dezembro de 2021		**-**	**-**	**(155)**	**(155)**
Valor contábil líquido					
Em 31 de dezembro de 2019 – reapresentado		**-**	**2**	**142**	**144**
Em 31 de dezembro de 2020 – reapresentado		**-**	**2**	**102**	**104**
Em 31 de dezembro de 2021		**-**	**2**	**113**	**115**

a) Transferências dos ativos da SCP1 para a Companhia, em virtude da transferência do contrato de cliente para a Companhia. Foram transferidos da SCP1 para a Companhia equipamentos de informática no valor total líquido de R$ 50.

Consolidado

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de informática	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2019 – reapresentado	**17**	**12**	**76**	**105**
Adições	-	2	228	230
Baixas	(17)	(12)	(42)	(71)
Em 31 de dezembro de 2019 – reapresentado	**-**	**2**	**262**	**264**
Aquisição Bllog	-	27	200	227
Em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado	**-**	**29**	**462**	**491**
Adições	-	-	5	5
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**29**	**467**	**496**

Consolidado	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de informática	Total
Depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável				
Em 1º de janeiro de 2019 – reapresentado	**(9)**	**(4)**	**(50)**	**(63)**
Depreciação	(2)	(1)	(42)	(44)
Baixas	11	5	35	(51)
Em 31 de dezembro de 2019 – reapresentado	**-**	**-**	**(56)**	**(56)**
Depreciação	-	(2)	(82)	(84)
Aquisição Blog	-	(1)	(14)	(15)
Em 31 de dezembro de 2020 – reapresentado	**-**	**(3)**	**(152)**	**(155)**
Depreciação	-	(3)	(83)	(86)
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(6)**	**(235)**	**(241)**
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2019 – reapresentado	**-**	**2**	**206**	**208**
Em 31 de dezembro de 2020 – reapresentado	**-**	**26**	**310**	**336**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**23**	**232**	**255**

9. Intangível

a) Movimentação

Controladora

		Software Vexsys	Software UpDocs	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2019 - reapresentado		**-**	**-**	**-**
Adições		-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado		**-**	**-**	**-**
Adições		-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado		**-**	**-**	**-**
Adições		-	26	26
Transferências dos ativos da SCP	(a)	12.974	4.717	17.691
Em 31 de dezembro de 2021		**12.974**	**4.743**	**17.717**
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor Recuperável				
Em 1º de janeiro de 2019 - reapresentado		**-**	**-**	**-**
Amortização		-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado		**-**	**-**	**-**
Amortização		-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado		**-**	**-**	**-**
Transferência dos ativos da SCP	(a)	(1.875)	(365)	(2.240)
Amortização		(691)	(95)	(786)
Em 31 de dezembro de 2021		**(2.566)**	**(460)**	**(3.026)**
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado		**-**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado		**-**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2021		**10.409**	**4.282**	**14.691**

a) Transferências dos ativos da SCP1 e SCP2 para a Companhia, em virtude da transferência do contrato de cliente para a da SPC1 para a Companhia e pelo encerramento das atividades da SCP2. Foram transferidos da SCP1 para a Companhia os ativos do software Vexsys no valor total líquido de R$ 11.101 e foram transferidos da SCP1 para a Companhia os ativos do software UpDocs no valor total líquido de R$ 4.352.

Consolidado	Software Vexsys	Software UpDocs	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2019 - reapresentado	**3.107**	**-**	**3.107**
Adições	6.157	440	6.597
Em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado	**9.264**	**440**	**9.704**
Adições	5.320	2.562	7.882
Aquisição Bllog	800	-	800
Em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado	**15.384**	**3.002**	**18.386**
Adições	2.025	1.740	3.765
Em 31 de dezembro de 2021	**17.409**	**4.742**	**22.151**
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor Recuperável			
Em 1º de janeiro de 2019 - reapresentado	**(118)**	**-**	**(118)**
Amortização	(444)	-	(444)
Em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado	**(562)**	**-**	**(562)**
Amortização	(1.046)	(136)	(1.182)
Aquisição Bllog	(9)	-	(9)
Em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado	**(1.617)**	**(136)**	**(1.753)**
Amortização	(1.308)	(323)	(1.631)
Em 31 de dezembro de 2021	**(2.925)**	**(459)**	**(3.384)**
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado	**8.702**	**440**	**9.142**
Em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado	**13.767**	**2.866**	**16.633**
Em 31 de dezembro de 2021	**14.484**	**4.283**	**18.767**

10. Empréstimos e financiamentos

Os saldos e cronogramas de pagamento dos empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Parcela final	Controladora e Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
C.Giro Santander [a] 13,81% a.a	set/23	403	550	-
C.Giro Bradesco [b] 16 a 18% a.a	jun/23	-	1.328	478
Total de empréstimos		**403**	**1.878**	**478**
Total circulante		**219**	**740**	**349**
Vencimentos entre 1 e 2 anos		184	740	129
Vencimentos entre 2 e 3 anos		-	398	-
Total não circulante		**184**	**1.138**	**129**

a) Em setembro de 2020 a Companhia captou o empréstimo de capital de giro no montante de R$ 550, o com juros de 13,81% a.a, a ser pago em 30 parcelas iguais sendo a primeira parcela em abril de 2021 e a última em setembro de 2023.

b) Em junho de 2019 a Companhia quitou a totalidade dos empréstimos de capital de giro que possuía e captou novo empréstimo de capital de giro no montante total de R$ 900, com juros de 18,01% a.a, a ser pago em 36 parcelas iguais sendo a primeira parcela em agosto de 2019 e a última em julho de 2022. Em abril de 2020 a Companhia quitou a totalidade de saldo remanescente do empréstimo e captou novo empréstimo de capital de giro no montante total de R$ 1.500, com juros de 16,21% a.a, a ser pago em 36 parcelas iguais sendo a primeira parcela em julho de 2020 e a última em junho de 2023. Em 2021 a Companhia antecipou parcelas do empréstimo e quitou a totalidade do contrato ainda em 2021.

A movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldo Inicial	**1.878**	**478**	**418**
Captação de empréstimo	-	2.050	900
IOF capitalizado	-	3	16
Juros incorridos	86	160	125
Pagamento	(1.561)	(813)	(981)
Saldo Final	**403**	**1.878**	**478**

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Salários e ordenados a pagar	15	-	12	140	162	38
Provisão de férias e encargos	24	-	14	217	250	65
INSS a pagar	6	-	7	50	73	22
FGTS a pagar	2	-	-	17	18	3
IRRF a pagar	3	-	-	50	48	10
Total de obrigações trabalhistas	**50**	**-**	**33**	**474**	**551**	**138**

12. Obrigações tributárias

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
IRPJ	80	-	3	228	232	266
CSLL	27	3	4	74	74	81
ISS a recolher	8		-	31	47	67
Impostos federais diferidos	223		4	1.139	977	1.032
Parcelamento Imposto de Renda (a)	54	42	61	54	95	133
Parcelamento Contribuição Social (a)	19	19	29	19	36	52
Parcelamento COFINS	-	-	2	-	-	2
Parcelamento ISS (b)	210	156	181	210	272	319
TOTAL	**621**	**220**	**284**	**1.755**	**1.733**	**1.952**
Circulante	**478**	**87**	**89**	**1.612**	**1.482**	**1.587**
Não circulante	**143**	**133**	**195**	**143**	**251**	**365**

a) Parcelamento Simplificado Não Previdenciário de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), sem garantia e com vencimento final em agosto de 2023.

b) Parcelamento de débitos de ISS junto à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, sem garantia e com vencimento final em fevereiro de 2025.

13. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos civil, tributários e trabalhistas que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações de seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019 a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais, não constituíram provisão para contingências.

Adicionalmente, inexistem processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas classificados com risco de perda possível e provável.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2021, a Assembleia Geral se reuniu e aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, no montante de R$ 1.448 por meio da emissão de 250.424 (duzentas e cinquenta mil, quatrocentas e vinte e quatro) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 3.951 (R$ 2.504 em 31 de dezembro de 2020 e 2019), representado, respectivamente, por 683.524 (441.476 e 519.502 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente) ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
	%	Nª Ações	%	Nª Ações	%	Nª Ações
Marcelo Arkader Skaba	2,72%	18.616	45,26%	199.800	38,46%	199.800
Roberto de Oliveira Xavier Júnior	1,36%	9.327	22,67%	100.100	19,27%	100.100
Tatiana Arkader Skaba (*)	-		-	-	19,27%	100.100
FIP Criatec II	1,63%	11.134	27,07%	119.502	23,00%	119.502
Ações em tesouraria (*) (**)	-	-	5,00%	22.074	-	-
Ink Assessoria, Pesquisa e Invest. Ltda.	0,19%	1.276	-	-	-	-
FJJ Investimentos e Participações Ltda	11,02%	75.354	-	-	-	-
Juliana Lucas de Rezende	3,07%	20.989	-	-	-	-
Qestra Tecnologia Administração e Participação S.A.	80,00%	546.828	-	-	-	-
Total	**100,00%**	**683.524**	**100,00%**	**441.476**	**100,00%**	**519.502**

(*) Em 02 de abril de 2020, a Companhia adquiriu as 100.100 (cem mil e cem) ações de Tatiana Arkader Skaba e as manteve em tesouraria, das quais cancelou 78.026 (setenta e oito mil e vinte e seis) ações e manteve 22.074 (vinte e duas mil e setenta e quatro) ações.

(**) Em 30 de setembro de 2021, a Companhia deu em pagamento 13.698 (treze mil, seiscentos e noventa e oito) ações em tesouraria à Ink Assessoria, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimentos Ltda., como contraprestação financeira pelo cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria – Assessoria no Processo de Fusões e Aquisições e cancelou o saldo 8.376 (oito mil, trezentos e setenta e seis) ações de emissão da Companhia.

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída, anualmente, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 2019, foi constituído reserva no montante de R$ 243 referente a 5% do lucro líquido do exercício de 2019. Em 2020, foi constituído reserva no montante de R$ 211 totalizando o saldo da reserva nos 20% do capital social em 31/12/2020. Em 2021, foi constituído reserva no montante de R$ 289 totalizando o saldo da reserva nos 20% do capital social em 31/12/2021. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de reserva legal é de R$ 709 (R$ 501 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 290 em 31 de dezembro de 2019).

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, no montante de R$ 3.951 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 2.504 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019). Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 10% do lucro líquido apurado, ajustado nos termos do Estatuto Social.

O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas com base na proposta da Diretoria, observadas as disposições do presente Estatuto Social e legislação aplicável.

d) Lucro por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro líquido por ação diluído.

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro líquido por ação básica:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Numerador básico			
Resultado do exercício	9.969	4.986	4.873
Denominador básico			
Média ponderada do lote de mil ações - básica	502	461	520
Lucro básico e diluído por ação em (R$)	**19,86**	**10,82**	**9,37**

15. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Receita bruta serviços	**1.508**	**39**	**172**	**16.254**	**16.040**	**13.939**
Receita bruta produtos	**-**	**-**	**63**	**-**	**-**	**63**
Base de cálculo Presumida (32%)	483	12	55	5.201	5.133	4.460
Base de cálculo Presumida (8%) IRPJ	-	-	5	-	-	5
Base de cálculo Presumida (12%) CSLL	-	-	8	-	-	8
Outras receitas	54	57	57	184	63	57
Base de apuração IRPJ	**537**	**69**	**117**	**5.385**	**5.196**	**4.523**
Despesa com IRPJ (15%)	(80)	(10)	(19)	(808)	(779)	(678)
Despesa com IRPJ (Alíquota adicional 10%)	(45)			(489)	(463)	(411)
Base de apuração CSLL	537	69	120	5.385	5.196	4.525
Despesa com CSLL (9%)	(48)	(6)	(12)	(485)	(468)	(407)
Despesa de IRPJ	(125)	(10)	(19)	(1.297)	(1.242)	(1.089)
Despesa de CSLL	(48)	(6)	(12)	(485)	(468)	(407)
Total	**(174)**	**(17)**	**(30)**	**(1.781)**	**(1.710)**	**(1.497)**

16. Receita líquida

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Venda bruta com serviços	1.508	39	172	16.254	16.040	13.939
Venda bruta de produtos	-	35	63	-	35	63
Impostos sobre as vendas	(85)	(10)	(22)	(918)	(914)	(833)
Total	**1.423**	**64**	**213**	**15.336**	**15.161**	**13.169**

17. Custos por natureza

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Custo das mercadorias vendidas	-	(6)	(17)	-	(6)	(17)
Serviços de Pessoa Jurídica	-	(1)	(75)	-	(1)	(75)
Ferramentas tecnológicas	(276)	-	-	(1.062)	(174)	-
Serviços de manutenção e suporte de Softwares	(169)	-	-	(169)	-	-
Depreciação e Amortização	(830)	(40)	(33)	(1.717)	(1.265)	(488)
Custo com Pessoal	(98)	-	(369)	(801)	(567)	(369)
Outros	-	-	(5)	-	-	(5)
Total	**(1.373)**	**(47)**	**(499)**	**(3.749)**	**(2.013)**	**(954)**

18. Despesas gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Despesa com Pessoal	(40)	(58)	(283)	(594)	(498)	(283)
Despesas Gerais (Condomínio, luz, água, telefone	(38)	(71)	(106)	(358)	(339)	(106)
Material de escritório	(2)	(3)	(35)	(3)	(13)	(35)
Viagens	(17)	(53)	(275)	(23)	(62)	(287)
Serviços contábeis, auditoria e jurídico	(314)	(81)	(68)	(452)	(173)	(72)
Serviços de tecnologia	(52)	(29)	(28)	(106)	(201)	(29)
Serviços pessoas jurídicas diversas	(924)	(768)	(398)	(1.550)	(1.102)	(401)
Outras	(16)	(37)	(53)	(36)	(41)	(52)
Total	**(1.403)**	**(1.100)**	**(1.246)**	**(3.122)**	**(2.429)**	**(1.265)**

19. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ganhos de dividendos distribuídos desproporcional (Nota 7) (*)	6.652	1.782	1.292	-	-	-
Outros	(312)	-	(127)	(312)	-	(127)
Total	**6.340**	**1.782**	**1.165**	**(312)**	**-**	**(127)**

(*) Refere-se à distribuição de dividendos desproporcional em relação ao percentual de participação entre o sócio ostensivo e o sócio participante.

20. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira		**(Reapresentado)**	**(Reapresentado)**		**(Reapresentado)**	**(Reapresentado)**
Juros com aplicação financeira	54	63	57	184	68	57
Juros com contratos de empréstimos concedidos	142	132	5	-	2	5
Total da receita financeira	**196**	**195**	**62**	**184**	**70**	**62**
Despesa financeira						
Juros de mora tributo	(36)	(28)	(36)	(71)	(53)	(70)
Juros bancários sobre empréstimos	(86)	(160)	(125)	(86)	(160)	(125)
Juros sobre empréstimos com PJ e PF	-	-	-	(275)	(176)	-
Juros de mora aquisição de ações	(31)	(23)	-	(31)	(23)	-
IOF	(17)	(4)	(17)	(77)	(8)	(16)
Despesas bancárias	(11)	(7)	(7)	(12)	(12)	(7)
Outros	(21)	(14)	(13)	(26)	(11)	(14)
Total da despesa financeira	**(202)**	**(236)**	**(198)**	**(578)**	**(443)**	**(232)**
Resultado financeiro líquido	**(6)**	**(41)**	**(136)**	**(394)**	**(373)**	**(170)**

21. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia e suas controladas não possuem operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros - Individual			**31/12/2021**
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Aplicações financeiras	666	-	666
Contas a receber	-	1.567	1.567
Outros valores a receber	-	157	157
Total	**666**	**1.724**	**2.390**
Passivos			
Fornecedores	-	7	7
Empréstimos e financiamentos	-	403	403
Outras contas a pagar	-	894	894
Total	**-**	**1.610**	**1.610**

Instrumentos financeiros - Individual			**31/12/2020 - reapresentado**
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Aplicações financeiras	3.506	-	3.506
Outros valores a receber	-	2.992	2.992
Total	**3.506**	**2.992**	**6.498**
Passivos			
Fornecedores	-	2	2
Empréstimos e financiamentos	-	1.878	1.878
Outras contas a pagar	-	365	365
Total	**-**	**2.245**	**2.245**

Instrumentos financeiros - Individual			**31/12/2019 - reapresentado**
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4	4
Aplicações financeiras	1.490	-	1.490
Outros valores a receber	-	590	590
Total	**1.490**	**594**	**2.084**
Passivos			
Fornecedores	-	28	28
Empréstimos e financiamentos	-	478	478
Outras contas a pagar	-	313	313
Total	**-**	**819**	**819**

Instrumentos financeiros - Consolidado			31/12/2021
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	3	3
Aplicações financeiras	3.235	-	3.235
Contas a receber	-	7.948	7.948
Outros valores a receber	-	207	207
Total	**3.235**	**8.158**	**11.393**
Passivos			
Fornecedores	-	10	10
Empréstimos e financiamentos	-	403	403
Outras contas a pagar	-	2.090	2.090
Total	**-**	**2.503**	**2.503**

Instrumentos financeiros - Consolidado			31/12/2020 - reapresentado
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	19	19
Aplicações financeiras	4.912	-	4.912
Contas a receber	-	5.990	5.990
Outros valores a receber	-	234	234
Total	**4.912**	**6.243**	**11.156**
Passivos			
Fornecedores	-	5	5
Empréstimos e financiamentos	-	1.878	1.878
Outras contas a pagar	-	3.837	3.837
Total	**-**	**5.720**	**5.720**

Instrumentos financeiros - Consolidado			31/12/2019 - reapresentado
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4	4
Aplicações financeiras	1.490	-	1.490
Contas a receber	-	7.184	7.184
Outros valores a receber	-	234	234
Total	**1.490**	**7.422**	**8.912**
Passivos			
Fornecedores	-	50	50
Empréstimos e financiamentos	-	478	478
Outras contas a pagar	-	313	313
Total	**-**	**841**	**841**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

22. Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais riscos financeiros a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado, avaliadas com rating de risco de no mínimo BBB. O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças e serviços é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à venda de serviços e venda de licenças de software.

(ii) Risco de liquidez

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pela área de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

(iii) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros. As aplicações financeiras estão atreladas ao CDI e outras combinações de mercado.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras, utilizando fundamentalmente os dados. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Companhia na gestão financeira.

Instrumento financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Em 31/12/2021	Cenário razoavelmente possível	Exposição
Aplicações financeiras	95% CDI	4,42%	3.160		11,75%	371

As demais aplicações financeiras e os empréstimos são indexados por taxas pré-fixadas.

23. Segmentos operacionais

A Administração da Companhia e suas controladas, baseiam suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento (desenvolvimento e exploração de software) e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$1.000 para responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O). Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

* * *

Doc Security Serviços de Informática Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. T 2 nº 471, 17º andar Edifício Focus Business, Setor Sul, Goiânia (GO)

T +55 62 3215-8444

Ao Quotistas e Administradores da
Doc Security Serviços de Informática Ltda.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Doc Security Serviços de Informática Ltda. (Empresa), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.
Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

1. Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nº 4 item“a” e nº 18)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Empresa reconheceu receitas líquidas nos montantes de R$9.876 mil, R$10.275 mil e R$8.320 mil, respectivamente, provenientes da prestação de serviços de consultoria e licenciamento de programas de computador customizáveis, suporte técnico e manutenção de sistemas licenciados. Tais receitas são reconhecidas quando ocorre a prestação dos serviços, como atendimento aos chamados dos clientes, instalação dos equipamentos (hardware e software), cumprindo, desta forma, a obrigação de performance.
Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas decorrem da determinação de controles manuais para a identificação e a mensuração do cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria, devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados à iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Empresa satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro, e conciliação das receitas;
- Em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações performance, preço, prazo, limites de crédito, entre outras;
- Testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação do serviço de serviços havia ocorrido;
- Efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto a determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- Testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- Testamos a integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list)*, por meio das confirmações recebidas e documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.); e
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis.

Durante a realização dos procedimentos mencionados anteriormente, identificamos divergência no reconhecimento de receitas em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$437 mil (receita líquida subavaliada), a qual foi registrada pela Empresa no respectivo exercício. Não identificamos ajustes nas receitas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Com base nos procedimentos efetuados, considerando o ajuste por nós identificado e efetuado pela administração, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Empresa para registro das receitas de vendas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O assunto mencionado indica deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos ao processo de reconhecimento de receitas, tendo alterado nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes de desenho dos controles de reconhecimento de receitas forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, tendo sido o assunto em questão por nós avaliado como deficiência significativa e reportado aos responsáveis pela governança.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados | Doc Security Serviços de Informática Ltda.

2. Provisão para perdas de créditos esperadas sobre o contas a receber (Notas Explicativas nº 4 item “h”e nº 6)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Empresa apresentava contas a receber de clientes nos montantes de R$1.550 mil, R$7.445 mil e R$7.221 mil, respectivamente, líquido da provisão para perdas de créditos esperadas.

Esse item foi considerado relevante tendo em vista que a Empresa possui, majoritariamente, contas a receber originadas de transações com entidades, órgãos e empresas do setor público, o que envolve determinado grau de subjetividade quanto à estimativa na determinação das premissas e critérios para mensuração e reconhecimento de perdas esperadas.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento sobre os critérios e parâmetros utilizados pela Empresa e seu o processo de análise e mensuração do risco de perdas de créditos esperadas;
- Testamos a integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list)*, por meio das confirmações recebidas e documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.); e
- Analisamos o contas a receber por idade de vencimentos (“*Aging list*”) e realizamos avaliações caso a caso dos clientes com histórico de atrasos, incluindo aqueles recebíveis a vencer, observando o comportamento dentro da carteira de recebíveis, bem como examinamos documentações (acordos e negociações, processos administrativos e judiciais com trânsito julgado favorável para a Empresa) que confirmassem ou afastassem o risco de perda dos créditos;
- Testamos a liquidação financeira subsequente para determinados contratos/clientes em atraso nos exercícios auditados; e
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis.

Durante a realização destes procedimentos, constatamos que provisão para perda esperada de créditos estava subavaliada no montante de R$2.839 mil em 31 de dezembro de 2019, qual foi complementada pela Empresa no respectivo exercício. Não identificamos ajustes em perdas esperadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Com base nos procedimentos efetuados, considerando o ajuste por nós identificado e efetuado pela administração, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Empresa para mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas com contas a receber, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O assunto mencionado indica deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos ao processo de estimativa e registro de provisão para perdas de crédito esperadas com contas a receber, tendo alterado nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes de desenho dos controles de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, tendo sido o assunto em questão por nós avaliado como deficiência significativa e reportado aos responsáveis pela governança.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, que descreve que a Empresa mantém transações relevantes com partes relacionadas, representadas, substancialmente, por adiantamentos de distribuição de lucros e de captação de recursos por meio de contratos de mútuos conforme termos e condições acordadas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 18 de fevereiro de 2022

Thiago Henrique Vasconcellos Crisol
CRC 1SP-332.589/O-6 T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados | Doc Security Serviços de Informática Ltda.

Doc Security Serviços de Informática Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.695	15	168
Contas a receber de clientes	6	1.550	4.421	4.197
Tributos a recuperar	7	1.303	1.155	1.007
Partes relacionadas	15	-	115	-
Adiantamentos	-	3	1	5
Outros créditos	-	8	-	12
Total do ativo circulante		7.559	5.707	5.389
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes	6	-	3.024	3.024
Partes relacionadas	15	5.282	12.064	6.441
Tributos a recuperar	7	-	192	198
Outros créditos	-	43	24	6
Imobilizado	8	573	567	729
Intangível	9	28	14	18
Total do ativo não circulante		5.926	15.885	10.416
Total ativo		13.485	21.592	15.805

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Doc Security Serviços de Informática Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÕNIO LÍQUIDO

	Nota	31/122021	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
Fornecedores	-	48	35	135
Empréstimos e financiamentos	10	664	1.168	661
Arrendamentos a pagar	14	110	131	115
Obrigações sociais e trabalhistas	11	106	63	99
Obrigações tributárias	12	2.058	1.767	1.752
Outros passivos	-	19	1	4
Total do passivo circulante		3.005	3.165	2.766
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	566	567	254
Arrendamentos a pagar	14	97	205	328
Obrigações tributárias	12	886	1.374	1.942
Provisão para contingências	16	1.912	1.912	1.912
Impostos diferidos	13.b	19	454	444
Total do passivo não circulante		3.480	4.512	4.880
Total do passivo		6.485	7.677	7.646
Patrimônio líquido				
Capital social		7.000	7.000	7.000
Reserva de lucros		-	6.915	1.159
Total do patrimônio líquido	17	7.000	13.915	8.159
Total do passivo e patrimônio líquido		13.485	21.592	15.805

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Doc Security Serviços de Informática Ltda.

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional, líquida	18	9.876	10.275	8.320
Custos dos serviços prestados	19	(2.015)	(1.028)	(1.034)
Lucro bruto		7.861	9.247	7.286
Receitas (despesas) operacionais				
Despesa administrativas	19	(1.574)	(1.913)	(6.707)
Despesas comerciais	19	(279)	(43)	(149)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	-	109	38	314
		(1.744)	(1.918)	(6.542)
Lucro operacional		6.117	7.329	744
Resultado financeiro líquido	20	(609)	(387)	(253)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		5.508	6.942	491
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(1.965)	(1.144)	(1.359)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	813	(42)	713
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		4.356	5.756	(155)
Lucro líquido (Prejuízo) por quota básico e diluído (em reais)	17.c	0,622	0,822	(0,022)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Doc Security Serviços de Informática Ltda.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.356	5.756	(155)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	4.356	5.756	(155)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Doc Security Serviços de Informática Ltda.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	7.000	1.314	8.314
Prejuízo do exercício	-	(155)	(155)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.000	1.159	8.159
Lucro líquido do exercício	-	5.756	5.756
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.000	6.915	13.915
Lucro líquido do exercício	-	4.356	4.356
Distribuição de lucros	-	(11.271)	(11.271)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.000	-	7.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Doc Security Serviços de Informática Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos sobre a renda	5.508	6.942	491
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o fluxo de caixa			
Depreciações e amortização	212	182	176
Baixa líquida de imobilizado e intangíveis	3	-	-
Provisão para contingências	-	-	1.912
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	60	2.840
Provisão para realização de impostos a recuperar	-	7	113
Juros sobre empréstimos e financiamentos	246	202	149
Juros sobre arrendamentos	29	42	51
Ajustes de capital de giro			
Contas a receber de clientes	5.895	(284)	255
Tributos a recuperar	44	(149)	(665)
Partes relacionadas	102	-	-
Outros créditos e adiantamentos	(29)	(2)	(23)
Fornecedores	13	(100)	(340)
Obrigações sociais e trabalhistas	43	(36)	(6)
Parcelamentos tributários	(431)	(568)	(332)
Outras contas a pagar	18	(3)	4
Obrigações tributárias	(726)	(495)	(577)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(627)	(666)	(472)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	10.300	5.132	3.576
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	(235)	(5)	(65)
Recebimento (Concessão) de empréstimos à coligada	115	-	(115)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(120)	(5)	(180)
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	1.213	1.882	882
Pagamento de empréstimo e arrendamentos	(1.692)	(1.154)	(721)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(272)	(110)	(149)
Pagamento de arrendamentos	(129)	(118)	(99)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(29)	(42)	(51)
Distribuição de lucros e adiantamento de distribuição de lucros	(4.591)	(5.738)	(6.326)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(5.500)	(5.280)	(6.464)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.680	(153)	(3.068)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	15	168	3.236
No final do exercício	4.695	15	168
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.680	(153)	(3.068)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Doc Security Serviços de Informática Ltda.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020	2019
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	18	10.809	11.191	9.107
Outras receitas		2	40	379
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6/7	-	(67)	(2.952)
		10.811	11.164	6.534
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(1.235)	(386)	(363)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(583)	(818)	(905)
(Perda) Recuperação de valores ativos		(96)	-	-
Valor adicionado bruto		8.897	9.960	5.266
Depreciação e amortização	19	(179)	(182)	(177)
Valor adicionado líquido produzido pela Empresa		8.718	9.778	5.089
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	20	7	1	3
Valor adicionado total a distribuir		8.725	9.779	5.092
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta		949	872	860
Benefícios		330	355	403
F.G.T.S.		78	68	84
		1.357	1.295	1.347
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		1.832	1.824	1.266
Municipais		547	518	2.372
		2.379	2.342	3.638
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros		554	368	239
Aluguéis		18	3	11
Outras despesas		61	15	12
		633	386	262
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos / Prejuízo do exercício		4.356	5.756	(155)
		8.725	9.779	5.092

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Doc Security Serviços de Informática Ltda. (“Doc Security” ou “ Empresa”) é uma sociedade constituída na forma de sociedade limitada de capital fechado por tempo indeterminado, domiciliada no Brasil com sede na Quadra SCRN 710/711 Bloco A, Entrada nº 52 – 3° Andar – Bairro Asa Norte, Brasília - DF. Tem em seu objeto social as seguintes atividades, Processamento e Guarda de Documentos na Forma Eletrônica e Serviços.

A Empresa possui uma filial localizada na rua Severino Soares de Freitas, nº 2643, quadra 206, lote 0188, bairro Paraviana, Boa Vista RR, tendo por objetivo os mesmos da Matriz.

1.1. Impactos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, chamado Covid-19, alertando todos os países a adotarem ações preventivas para conter a disseminação do vírus e o cuidado com os infectados. Assim, muitos governos, incluindo o Brasil, adotaram medidas restritivas e de isolamento social, que podem causar efeitos na economia global em virtude da paralização ou desaceleração de diversos setores produtivos.

No Brasil, em 20 de março de 2020, o Senado aprovou o Decreto Legislativo nº 6, reconhecendo o estado de calamidade pública, com o objetivo de elevar os gastos públicos para acompanhar e combater a proliferação da doença, além de proteger a saúde da população, os empregos e a economia do país.

Diante deste cenário, a Doc Security analisou os impactos advindos da pandemia de Covid-19 e vem adotando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade normal de suas operações.

Apesar da intensidade da crise deflagrada pela Covid-19 na saúde pública e economia mundial, a mudança de hábito da população, decorrente principalmente da necessidade de isolamento social, mudanças no modelo de trabalho (ampla utilização do home office) e redução das atividades de lazer, levaram a população brasileira à uma nova realidade, na qual a tecnologia se tornou uma grande aliada das empresas e famílias.

Com base no exposto anteriormente, a Doc Security entende que os impactos em suas demonstrações contábeis e desempenho operacional e financeiro não foram afetados. As reservas de caixa, o baixo endividamento e o crescimento observado na receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 reforçam a capacidade de a Empresa manter os investimentos necessários à continuidade de suas operações.

A administração mantém monitoramento contínuo dos impactos, mas até a presente data da emissão das referidas demonstrações contábeis não incorreu em impactos econômicos e/ou financeiros em suas operações.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme as NBC TAs emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e instruções normativas e orientações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As principais práticas adotadas descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi autorizada pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real, que é a moeda funcional do ambiente econômico na qual a Empresa atua (“moeda funcional”), sendo que, quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis é feita a conversão para o Real (R$) na data do fechamento. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 6** – provisão para perdas esperadas de créditos: A Empresa aplica a abordagem simplificada do NBC TG 48. Para mensurar as perdas de créditos esperadas as contas a receber de clientes são avaliadas sob seu risco de crédito e nos dias de atraso. A taxa de perdas esperadas é baseada no perfil de pagamento e perdas de créditos históricas, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e para o ambiente econômico;
- **Notas Explicativas nºs 8 e 9** – estimativa de vida útil de Ativos: A Empresa define a vida útil estimada dos ativos, baseando-se no tempo em que se espera utilizar o ativo, levando em consideração o uso esperado do ativo, desgaste esperado e obsolescência técnica ou comercial, dentro das características do ambiente de negócio em ela está inserida;
- **Nota Explicativa nº 16** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota Explicativa nº 18** – reconhecimento de receita: se a receita dos serviços prestados é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- **Nota Explicativa nº 14** – Prazo do arrendamento: a Empresa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.;
- Análise de recuperação dos ativos não monetários - anualmente avalia-se a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada; e
- Imposto de renda e a contribuição social diferidos – A Empresa reconhece ativo e passivos diferidos, se aplicável, com base nas diferenças entre o valor contábil, apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor, os ativos são registrados quando há expectativa de sua realização.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente a NBC TG 47 e a NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 – Receitas, a NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, adicionalmente no final do exercício de 2018 a Empresa iniciou suas atividades o qual não gerou receita relevante para uma avaliação.

NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38/(R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38/(R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38/(R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

A NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38/ (R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 06 (R3) Operações de arrendamento mercantil

A Empresa adotou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados a seguir. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ITG 03 (R1) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e NBC TG 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na Nota Explicativa nº 9.

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou à NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NTG 06 (R2) e ITG 03 (R1) não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Empresa arrenda basicamente imóveis. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com a NBC TG 06 (R3), a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme a NBC TG 06 (R2)

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 9). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar à NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Empresa reconheceu ativos de direito de uso dos imóveis, e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido a seguir.

	Direito de uso	Passivo de arrendamentos
Em 1º de janeiro de 2019	**542**	**542**

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Empresa descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo a partir de 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 11,1%.

Outras normas e deliberações adotadas pela Empresa

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 07 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa:

- 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- 1º de janeiro de 2022 – Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- 1º de janeiro de 2022 – Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- 1º de janeiro de 2023 – Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e
- 1º de janeiro de 2023 – IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

4. Políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Receita de contrato com cliente

A Empresa efetuou a adoção da NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018. A norma trouxe os princípios que uma empresa deve aplicar para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: **(i)** identificação dos contratos com os clientes; **(ii)** identificação das obrigações e efetiva realização da prestação de serviços; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à efetiva prestação de serviços objeto do contrato firmado entre as partes e **(v)** reconhecimento da receita no correto período de competência, ou seja, execução efetiva dos serviços contratados. A nova norma substituiu a NBC TG 17 – Contratos de Construção, a NBC TG 30 – Receitas e correspondentes interpretações.

A Empresa adotou a nova norma na data de vigência requerida, de forma prospectiva, pois avaliou os impactos detalhados dos aspectos referentes à mensuração e divulgação das obrigações de performance e contrapartida esperada na prestação do serviço com foco na área financeira e empresarial, bem como efetuou análise de determinadas obrigações contratuais estabelecidas no momento da contratação dos referidos serviços, cujos efeitos da avaliação dos impactos de adoção a NBC TG 47/IFRS 15 não foram significativos para as demonstrações contábeis da Empresa.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Empresa. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela adiante fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Organização de documentos e Digitalização de documentos	Serviços prestados para organização e digitalização de documentos para controle, faturados após a realização do serviço contratado.	A receita é reconhecida na conclusão do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprida a obrigação de desempenho.
Mapeamento de processos	Mapeamento de processos de controles, faturados após a prestação do serviço executado.	A receita é reconhecida na conclusão do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprida a obrigação de desempenho
Elaboração de instrumentos arq.	Elaboração de Instrumentos de Classificação da Informação e de Documentos. Produção de Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidades. Produção de Instrumentos orientativos a Lei Geral de Proteção de Dados	A receita é reconhecida após a realização do serviço contratado, ou seja, em período determinado no tempo após cumprida a obrigação de desempenho

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Manutenção	Manutenção de sistema, faturado linearmente com base no período contratado.	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pelo método linear, conforme a obrigação de desempenho é cumprida.
Licença de software	Direito de uso de licenças do sistema, faturado após a disponibilização do sistema.	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pelo método linear, conforme a obrigação de desempenho é cumprida.
Suporte técnico	Prestação de serviços de suporte ao sistema, faturado linearmente com base no período contratado	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pelo método linear, conforme a obrigação de desempenho é cumprida.

Identificação do contrato com o cliente

Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Empresa e os usuários contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

b) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Empresa não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Empresa reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros; e
- Despesa de juros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. 2020 e 2019 foram apurados através do regime de lucro presumido pelo regime de caixa, cujo lucro tributável é obtido por alíquota presumida aplicada sobre a receita bruta.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado, as vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

f) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento (software)

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Empresa tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

g) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – Instrumento de dívida; ao VJORA – Instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa deve designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.
Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A classificação dos instrumentos financeiros da Empresa está divulgada na Nota Explicativa nº 21.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito;
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.
Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando não há mais possibilidade de cobrança e expectativa de realização dos créditos.
A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Caso existente, o ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.
Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Arrendamentos

A Empresa aplicou o NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o NBC TG 06 (R2) e ITG 03 (R1). Os detalhes das políticas contábeis conforme NBC TG 06 (R2) e ITG 03 (R1) são divulgados separadamente.

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no NBC TG 06 (R3).

A Empresa não operava como arrendadora nos exercícios findos em 31/12/2021, 2020 e 2019.

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

j) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa geral	2	2	3
Bancos contas corrente	9	-	-
Aplicações financeiras	4.684	13	165
Total	**4.695**	**15**	**168**

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e possuem liquidez imediata. O rendimento médio das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ficou em torno de 2,5% (2,3% em 31 de dezembro de 2020 e 2019).

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Clientes nacionais	4.450	10.345	10.061
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(2.900)	(2.900)	(2.840)
Saldo líquido de contas a receber	**1.550**	**7.445**	**7.221**
Circulante	1.550	4.421	4.197
Não circulante	**-**	**3.024**	**3.024**

Composição das contas a receber por período de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	**1.550**	**1.517**	**1.462**
Vencidos nos períodos de 01 - 30 dias	-	793	208
31 - 90 dias	-	2.111	275
91 - 120 dias	-	-	202
121 - 180 dias	-	-	449
181 - 365 dias	-	-	1.601
Acima de 365 dias	2.900	5.924	5.864
Total	**4.450**	**10.345**	**10.061**

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 01/01/2019	**-**
Provisão	(2.840)
Saldo em 31/12/2019	**(2.840)**
Provisão	(60)
Saldo em 31/12/2020	**(2.900)**
Saldo em 31/12/2021	**(2.900)**

A Empresa possui mais 90% dos seus clientes no setor, público, conquistados por meio de licitações ou processo de contratação mediante a legislação vigente. Dessa forma, os recebíveis vencidos há longa data envolvem questionamentos administrativos ou judiciais. Devido às incertezas na realização destes recebíveis, a Empresa constituiu provisão para perda esperada de créditos para cobrir eventual risco de inadimplência, em montante suficiente conforme julgamento da Administração.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Empresa não possuía recebíveis cedidos em garantia.

7. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
PIS e Cofins a recuperar	61	175	175
IRRF a recuperar	67	165	161
CSLL a recuperar	17	48	48
ISS a recuperar	26	-	-
INSS a recuperar	1.252	1.079	934
Provisão de realização de tributos a recuperar **(i)**	(120)	(120)	(113)
Total	**1.303**	**1.347**	**1.205**
Circulante	1.303	1.155	1.007
Não circulante	**-**	**192**	**198**

(i) Provisão de realização de impostos a recuperar relativos a IR, CSLL, PIS e Cofins destacados nos títulos de contas a receber, que figuram na provisão para realização de créditos em impostos retidos; e

(ii) O INSS a recuperar foi originado de retenções de INSS em prestações de serviços a clientes.

Movimentação da provisão na realização dos impostos a recuperar:

Saldo em 01/01/2019	**-**
Provisão	(113)
Saldo em 31/12/2019	**(113)**
Provisão para realização de tributos a recuperar	(7)
Saldo em 31/12/2020	**(120)**
Saldo em 31/12/2021	**(120)**

8. Imobilizado

a) Composição do Imobilizado

Vida útil média em anos	Benfeitorias em imóveis de terceiros Diversos (i)	Equipamentos ar-condicionado 15	Equipamentos de processamento de dados 9	Máquinas e equipamentos 12	Móveis e utensílios 10	Veículos 10	Direito de uso (Nota Explicativa nº14) Diversos (i)	Total
Custo								
Em 1º de janeiro de 2019	44	60	185	7	35	-	542	**873**
Adições	-	13	44	1	7	-	-	**65**
Em 31 de dezembro de 2019	**44**	**73**	**229**	**8**	**42**	-	542	**938**
Adições	-	-	-	2	-	-	11	**13**
Em 31 de dezembro de 2020	**44**	**73**	**229**	**10**	**42**	-	553	**951**
Adições	-	2	16	-	10	155	-	**183**
Baixas	-	-	-	(2)	(1)	-	-	**(3)**
Em 31 de dezembro de 2021	**44**	**75**	**245**	**8**	**51**	**155**	**553**	**1.131**
Depreciação acumulada								
Em 1º de janeiro de 2019	**(20)**	**(2)**	**(13)**	**(1)**	**(3)**	**-**	**-**	**(39)**
Depreciação	(15)	(5)	(25)	-	(5)	-	(120)	**(170)**
Em 31 de dezembro de 2019	**(35)**	**(7)**	**(38)**	**(1)**	**(8)**	**-**	**(120)**	**(209)**
Depreciação	(8)	(5)	(28)	(1)	(5)	-	(128)	**(175)**
Em 31 de dezembro de 2020	**(43)**	**(12)**	**(66)**	**(2)**	**(13)**	**-**	**(248)**	**(384)**
Depreciação	(1)	(4)	(28)	(2)	(10)	(1)	(128)	**(174)**
Em 31 de dezembro de 2021	**(44)**	**(16)**	**(94)**	**(4)**	**(23)**	**(1)**	**(376)**	**(558)**
Valor contábil líquido:								
Em 31 de dezembro de 2019	**9**	**66**	**191**	**7**	**34**	**-**	**422**	**729**
Em 31 de dezembro de 2020	**1**	**61**	**163**	**8**	**29**	**-**	**305**	**567**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**59**	**151**	**4**	**28**	**154**	**177**	**573**

(i) A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros e direitos de uso de ativos arrendados é calculada pelo prazo contratual de utilização dos arrendamentos realizados pela Empresa.

9. Intangível

	Marcas e patentes	Software	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**30**	**30**
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**30**	**30**
Adições	3	-	**3**
Em 31 de dezembro de 2020	**3**	**30**	**33**
Adições	4	48	**52**
Em 31 de dezembro de 2021	**7**	**78**	**85**
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2019	**-**	**(6)**	**(6)**
Amortização	-	(6)	**(6)**
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**(12)**	**(12)**
Amortização	-	(7)	**(7)**
Em 31 de dezembro de 2020	**-**	**(19)**	**(19)**
Amortização	**-**	**(38)**	**(38)**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(57)**	**(57)**
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**18**	**18**
Em 31 de dezembro de 2020	**3**	**11**	**14**
Em 31 de dezembro de 2021	**7**	**21**	**28**

A Empresa registra amortização de seus softwares, únicos ativos intangíveis amortizáveis, de acordo com o período determinado contratualmente pela “licença de uso”, quando adquirido de terceiros ou, pelo para os softwares desenvolvidos internamente o prazo de utilização estimado pela Empresa.
Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a taxa média de amortização anual foi de 20%.

10. Empréstimos e financiamentos

				31/12/2021			Movimentação				31/12/2020		
Modalidade	**Taxa a.a**	**Estrutura da taxa**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Pagamentos**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Conta garantida	15,00%	Pré-fixado	set/23	265	306	**571**	421	(704)	(118)	118	652	202	**854**
Conta garantida	15,41%	Pré-fixado	dez/21	-	-	**-**	48	(338)	(34)	34	196	94	**290**
Capital de giro	3,75%	Pré-fixado	mai/23	5	2	**7**	-	(6)	(1)	1	5	8	**13**
Capital de giro	3,75%	Pré-fixado	jun/23	9	5	**14**	-	(8)	(1)	1	9	13	**22**
Capital de giro	15,39%	Pré-fixado	dez/21	210	49	**259**	310	(251)	(44)	44	200	-	**200**
Financiamento	14,01%	Financiamento	ago/23	103	204	**307**	-	(23)	(74)	48	106	250	**356**
Financiamento	18,21%	Pré-fixado	Dez/22	71	-	**71**	71	-	-	-	-	-	**-**
Conta garantida	15,00%	Pré-fixado	Dez/21	-	-	**-**	9	(9)	-	-	-	-	**-**
Conta garantida	15,00%	Pré-fixado	Dez/21	1	-	**1**	354	(353)	-	-	-	-	**-**
Total				**664**	**566**	**1.230**	**1.213**	**(1.692)**	**(272)**	**246**	**1.168**	**567**	**1.735**

				31/12/2020			Movimentação				31/12/2019		
Modalidade	**Taxa a.a**	**Estrutura da taxa**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Pagamentos**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Conta garantida	15,00%	Pré-fixado	set/23	652	202	**854**	866	(797)	(46)	114	463	254	**717**
Conta garantida	15,41%	Pré-fixado	dez/21	196	94	**290**	425	(357)	(13)	37	198	-	**198**
Capital de giro	3,75%	Pré-fixado	mai/23	5	8	**13**	13	-	(2)	2	-	-	**-**
Capital de giro	3,75%	Pré-fixado	jun/23	9	13	**22**	22	-	-	-	-	-	**-**
Capital de giro	15,39%	Pré-fixado	dez/21	200	-	**200**	200	-	-	-	-	-	**-**
Financiamento	14,01%	Financiamento	ago/23	106	250	**356**	356	-	(49)	49	-	-	**-**
Total				**1.168**	**567**	**1.735**	**1.882**	**(1.154)**	**(110)**	**202**	**661**	**254**	**915**

				31/12/2019			Movimentação				01/01/2019		
Modalidade	**Taxa a.a**	**Estrutura da taxa**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Pagamentos**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Capital de giro	15,00%	Pré-fixado	set/23	463	254	**717**	604	(641)	(130)	130	525	229	**754**
Capital de giro	15,41%	Pré-fixado	dez/21	198	-	**198**	278	(80)	(19)	19	-	-	**-**
Total				**661**	**254**	**915**	**882**	**(721)**	**(149)**	**149**	**525**	**229**	**754**

b) Termos e cronograma de amortização da dívida

Vencimento das parcelas	31/12/2021 Total	31/12/2021 %	31/12/2020 Total	31/12/2020 %	31/12/2019 Total	31/12/2019 %
2020	**-**	**-**	**-**	-	**661**	72%
2021	**-**	**-**	**1.168**	67%	**100**	11%
2022	**664**	54%	**319**	18%	**99**	11%
2023	**377**	31%	**248**	14%	**55**	6%
2024	**189**	15%	**-**	0%	**-**	0%
Total	**1.230**		**1.735**		**915**	

Garantias e *Covenants*

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019os sócios foram avalistas dos empréstimos e financiamentos. Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuíam cláusulas restritivas (*covenants*).

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	39	26	42
Provisão de férias, INSS e FGTS	48	32	52
INSS a recolher	-	2	2
FGTS a recolher	15	3	3
Outros	4	-	-
Total	**106**	**63**	**99**

12. Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
ISS a recolher	51	59	50
PIS e Cofins	178	260	228
IRPJ e CSLL	826	124	182
IRPJ e CSLL diferidos	377	755	723
Parcelamentos tributários federais (12.1)	1.512	1.943	2.511
Total	**2.944**	**3.141**	**3.694**
Circulante	**2.058**	**1.767**	**1.752**
Não Circulante	**886**	**1.374**	**1.942**

12.1. Parcelamentos tributários federais

	2021	2020	2019
Federais	1.512	1.943	2.511
Total	**1.512**	**1.943**	**2.511**
Circulante	626	569	569
Não circulante	**886**	**1.374**	**1.942**

Refere-se a parcelamento tributário de impostos federais que, na data da adesão ao referido parcelamento durante o exercício de 2019, totalizou uma dívida tributária de R$ 2.843, composto por PIS, Cofins, IRPJ e CSLL, parcelados em 60 meses, com última parcela vincenda em maio de 2024.

Vencimento em:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
2020			569
2021		569	569
2022	626	569	569
2023	626	569	569
2024	260	236	235
	1.512	1.943	2.511

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Corrente

A seguir apresentamos a reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Apuração pelo lucro presumido			
Contas a receber no balanço de abertura	10.345	10.061	1.186
Receitas brutas	10.809	11.191	9.107
Contas a receber no balanço de fechamento	(4.450)	(10.345)	(10.061)
Receitas recebidas - base tributável	**16.704**	**10.907**	**232**
Adições/exclusões na base de receitas	7.472	(386)	6.553
Total	**(6.138)**	**(10)**	**5.695**
Receita bruta de Vendas - recebidas (caixa	**18.039**	**10.511**	**12.481**
Base presumida sobre receitas de serviços recebidos (32%)	**5.772**	**3.364**	**3.994**
Receitas financeiras	7	1	3
Total base de tributação	**5.779**	**3.365**	**3.997**
Despesa com IRPJ e CSLL alíquota combinada de 34%	**1.965**	**1.144**	**1.359**
Taxa efetiva	**34,00%**	**34,00%**	**34,00%**

b) Diferido

A seguir, está descrita a composição patrimonial do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Saldo diferido inicial	**1.209**	**1.167**	**-**
Diferido sobre receita	(145)	43	547
Outros	(668)	(1)	620
Saldo diferido final	**396**	**1.209**	**1.167**
Circulante - componente de Obrigações tributárias (Nota Explicativa nº 12)	377	755	723
Não circulante	19	454	444

14. Arrendamentos

A Empresa arrenda imóveis. Esses arrendamentos normalmente duram um ano, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano ou conforme negociação entre locador e locatário, para refletir os valores de mercado. Os arrendamentos dos imóveis foram em suma firmados há longa data. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06 (R2).

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média de 11,1% a.a. (mesma taxa em 31 de dezembro de 2020 e 2019), sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico da Empresa para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. Os ativos de direito de uso de arrendamentos apresentados a seguir são componentes da rubrica de Imobilizados (Nota Explicativa nº 8).

A movimentação dos arrendamentos foi conforme segue:

	Direito de uso Escritório comercial (Nota Explicativa nº 8)	**Passivo de arrendamento**
Em 1º de janeiro de 2019	**542**	**(542)**
Juros incorridos	-	(51)
Pagamento de arrendamentos - principal	-	99
Pagamento de arrendamentos - juros	-	51
Despesa de depreciação do exercício	(120)	-
Saldo em 31/12/2019	**422**	**(443)**
Circulante	-	(115)
Não circulante	**422**	**(328)**
Saldo em 31/12/2019	**422**	**(443)**
Juros incorridos	-	(42)
Remensurações	11	(11)
Pagamento de arrendamentos - principal	-	118
Pagamento de arrendamentos - juros	-	42
Despesa de depreciação do exercício	(128)	-
Saldo em 31/12/2020	**305**	**(336)**
Circulante	-	(131)
Não circulante	**305**	**(205)**
Saldo em 31/12/2020	**305**	**(336)**
Juros incorridos	**-**	**(29)**
Pagamento de arrendamentos - principal	**-**	**129**
Pagamento de arrendamentos - juros	**-**	**29**
Despesa de depreciação do exercício	(128)	-
Saldo em 31/12/2021	**177**	**(207)**
Circulante	**-**	(110)
Não circulante	**177**	**(97)**

a) O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	-	115
2021	-	131	131
2022	110	146	146
2023	97	59	51
Total	**207**	**336**	**443**

b) Potencial direito de PIS e Cofins

O indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados a seguir:

	2021		2020		2019	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	(222)	(207)	(382)	(336)	(542)	(443)
PIS/ Cofins potencial (9,25%)	21	19	35	31	50	41

c) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA média futura ao ano de 7,42% a.a., e representam os seguintes montantes:

Direito de uso

Fluxo real	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	177	305	422
Depreciação	(128)	(128)	(120)

Fluxo nominal (com inflação projetada)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Direito de uso	184	316	456
Depreciação	(132)	(132)	(130)

Passivo de arrendamento

Fluxo real	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Passivo de arrendamento	207	336	443
Despesa financeira	(29)	(43)	(51)

Fluxo nominal (com inflação projetada)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Passivo de arrendamento	236	375	502
Despesa financeira	(33)	(47)	(57)

15. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro a seguir, são oriundas de transações que a Empresa mantém com seus quotistas e com entidade relacionada. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo termos e condições acordadas entre as partes.

a) Saldos e transações com partes relacionadas

O valor das transações e saldos em aberto referentes a transações com sócios da Empresa está apresentado adiante:

Ativo	**Relacionamento**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Ikhon Gestão Conhecimentos **(i)**	Coligada de controle comum	-	115	115
FM Sociedade de Participações e Fomento **(ii)**	Quotista	5.282	12.013	6.305
Fabiano Carvalho **(ii)**	Quotista	-	51	21
Total		**5.282**	**12.179**	**6.441**
Circulante		-	115	-
Não circulante		**5.282**	**12.064**	**6.441**

(i) Operação de mútuo para capital de giro da coligada, sem incidência de juros e com vencimento em 2020; e

(ii) Trata-se de antecipação de distribuição de lucros, a ser compensado com lucros distribuição de lucros futuras.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	31/122021	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Distribuição de lucros	215	31	21

c) Acordos celebrados

A Empresa celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

16. Provisão de contingências

A Empresa classifica os riscos de perda em demandas tributárias, cíveis e trabalhistas como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas.

A administração acredita que essa provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, e suas movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

	Tributários	Total
Em 1º de janeiro de 2019	-	-
Provisão	1.912	**1.912**
Saldo em 31/12/2019	**1.912**	**1.912**
Saldo em 31/12/2020	**1.912**	**1.912**
Saldo em 31/12/2021	**1.912**	**1.912**

A provisão para demandas tributárias refere-se a processos administrativos – O Município de Manaus, antiga sede da Doc Security formalizou uma cobrança de ISS referente a notas fiscais emitidas pela Empresa, porém, o processo foi arquivado em 2019 aguardando registro na dívida ativa. Os serviços foram prestados em outros domicílios e na interpretação do departamento fiscal da Empresa o recolhimento deveria ser feito apenas no efetivo recebimento dos serviços prestados, foi provisionado o montante dos impostos cujo as notas ainda não foram recebidas.

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

As eventuais demandas consideradas como risco de perda possível, com base na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não havia demandas judiciais com risco de perda possível.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R$7.000 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, representado, respectivamente, por 7.000.000 quotas no valor de R$1,00 (Um real), totalmente integralizadas em moeda corrente, assim distribuídas:

	31/12/2021, 2020 e 2019		%
	Em quotas	Em R$	
F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda.	2.786.000	2.786	**40%**
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A.	4.200.000	4.200	**60%**
Fabiano Carvalho	14.000	14	**0%**
Total de quotas	**7.000.000**	**7.000**	**100%**

b) Reserva de lucros

Os lucros apurados e não distribuídos são retidos na reserva de lucros, a destinação destes lucros é deliberada anualmente pelos quotistas. Durante o exercício de 2021 os quotistas deliberaram a distribuição e pagamento de lucros acumulados no montante de R$11.271.

c) Resultado por quota

O lucro (prejuízo) básico por quota da Empresa é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos quotistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de quotas emitidas durante o exercício.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	**4.356**	**5.756**	**(155)**
Denominador			
Média ponderada das quotas	7.000.000	7.000.000	7.000.000

Lucro (Prejuízo) básico por quota em (R$)	**0,622**	**0,822**	**(0,022)**

18. Receita operacional, líquida

A Empresa gera receita principalmente pela prestação de serviços de consultoria e licenciamento de programas de computador customizáveis, suporte técnico e manutenção dos sistemas licenciados.

A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Vendas brutas com serviços	10.809	11.191	9.107
Impostos sobre vendas	(933)	(916)	(787)
Receita líquida	**9.876**	**10.275**	**8.320**

19. Custos e despesas por natureza

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Prestação de serviços	(2.092)	(1.644)	(953)
Despesas com pessoal	(871)	(776)	(945)
Depreciação e amortização	(212)	(182)	(176)
Despesas com viagens e deslocamentos	(137)	(46)	(192)
Utilidades e serviços	(86)	(91)	(85)
Provisão para perdas esperadas de créditos (PCLD e realização de créditos tributários a recuperar)	-	(67)	(2.953)
Provisões de contingências	-	-	(1.912)
Despesa tributária	(29)	(11)	(9)
Outras despesas	(441)	(167)	(666)
Total	**(3.868)**	**(2.984)**	**(7.890)**
Custo do serviço prestado	(2.015)	(1.028)	(1.034)
Gerais e administrativas	(1.574)	(1.913)	(6.707)
Despesas comerciais	(279)	(43)	(149)
Total	**(3.868)**	**(2.984)**	**(7.890)**

20. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira			
Juros com aplicações financeiras	7	1	2
Descontos obtidos	-	-	1
Total da receita financeira	**7**	**1**	**3**
Despesa financeira			
Juros pagos ou incorridos	(279)	(70)	(25)
Juros bancários sobre empréstimos e financiamentos	(246)	(202)	(149)
Despesas bancárias	(60)	(13)	(12)
Juros sobre arrendamentos	(29)	(42)	(51)
Juros mora tributo	-	(54)	(14)
Outras despesas	(2)	(7)	(5)
Total da despesa financeira	**(616)**	**(388)**	**(256)**
Resultado financeiro	**(609)**	**(387)**	**(253)**

21. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.
Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Empresa não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	**31/12/2021**		
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.684	11	4.695
Contas a receber de clientes	-	1.550	1.550
Partes relacionadas	-	5.282	5.282
Passivos			
Fornecedores	-	48	48
Empréstimos e financiamentos	-	1.230	1.230
Arrendamentos a pagar	-	443	443

	31/12/2020		
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	13	2	**15**
Contas a receber de clientes	-	7.445	**7.445**
Partes relacionadas	-	12.179	**12.179**
Passivos			
Fornecedores	-	35	**35**
Empréstimos e financiamentos	-	1.735	**1.735**
Arrendamentos a pagar	-	336	**336**

	31/12/2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	165	3	**168**
Contas a receber de clientes	-	7.221	**7.221**
Partes relacionadas	-	6.441	**6.441**
Passivos			
Fornecedores	-	135	**135**
Empréstimos e financiamentos	-	915	**915**
Arrendamentos a pagar	-	443	**443**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.
Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Nível 1:** preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2**: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	-	4.684	-
Total	**-**	4.684	**-**

Instrumentos financeiros	31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	-	13	-
Total	**-**	**13**	**-**

Instrumentos financeiros	31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	-	165	-
Total	**-**	**165**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações para o risco de liquidez da Empresa. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

Fatores de riscos

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes que a Empresa apresenta sua proposta de limite de crédito e termo de pagamento. A revisão efetuada pela Empresa que inclui ratings externos, quando disponíveis, e em alguns casos, referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da administração; esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Empresa somente poderá operar com a Empresa em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoas físicas ou jurídicas, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras no passado.

Clientes classificados como de “alto risco” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela administração, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados.

A Empresa registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a Contas a receber quando aplicável.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Empresa, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. A Empresa conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, em acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos da Empresa ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento da Empresa.

Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	(1.230)	(1.735)	(915)
Arrendamentos a pagar	(207)	(336)	(443)
(-) caixa e equivalente de caixas	4.695	15	168
(=) Sobra de caixa líquido das dívidas (Dívida líquida)	**3.258**	**(2.056)**	**(1.190)**
Patrimônio líquido	7.000	13.915	8.159
Relação Patrimônio líquido e dívida líquida	**2,15**	**(6,77)**	**(6,86)**

A Empresa apresentava médio nível de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019, quadro revertido em 31 de dezembro de 2021 quando passou a apresentar sobra líquida de caixa das dívidas, apresentando melhorias em sua liquidez corrente e geral.

Risco de mercado

Os negócios da Empresa dependem principalmente de clientes que adquirem o sistema e a prestação de serviços para manutenção e operacionalização do sistema. Uma redução na procura pelos produtos e serviços ofertados pela Empresa poderá afetar os ganhos da Empresa.

Adicionalmente, a Empresa está exposta ao risco de taxa de juros que se refere ao risco de a Empresa vir sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Empresa apresenta abaixo a análise de sensibilidade de taxa de juros, considerando o cenário razoavelmente possível que foi projetado com base na expectativa para 2021 emitida através do relatório focus pelo Banco Central do Brasil (Bacen):

			Cenário	
Instrumento financeiro	**Indexador**	**Taxa**	**Posição em 31/12/2021**	**Cenário razoavelmente possível**
Ativo				
Aplicações financeiras	CDI	11,75%	4.684	550
Total do ativo			**4.684**	**550**

22. Segmentos operacionais

A administração da Empresa, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela administração da Sociedade para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a administração concluiu que opera um único segmento de venda de equipamentos de informática junto com o software e suporte técnico e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

23. Transações não caixa

A Empresa teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	2021	2020	2019
Adição e remensuração de contratos de arrendamentos	-	11	542
Compensação do adiantamento de distribuição de lucros com deliberação de distribuição no exercício	6.680	-	-

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, e igualmente em 2020 e 2019 a Empresa não possuía seguros. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

* * *

IKHON Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. T2, nº 471, 17º andar Edifício Focus Business, Setor Bueno, Goiânia (GO)

T +55 62 3215-8444

Ao Quotistas e Administradores da
Ikhon Gestão Conhecimentos e Tecnologia Ltda.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ikhon Gestão Conhecimentos e Tecnologia Ltda. (Empresa), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".
Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

1. Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nº 4 item “a” e nº 19)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 19, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Empresa reconheceu receitas líquidas nos montantes de R$50.135 mil, R$13.935 mil e R$ 13.551 mil, respectivamente, provenientes da prestação de serviços de consultoria e licenciamento de programas de computador customizáveis, suporte técnico e manutenção de sistemas licenciados. Tais receitas são reconhecidas quando ocorre a prestação dos serviços, como o atendimento aos chamados dos clientes, instalação dos equipamentos (hardware e software), cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas decorrem da determinação de controles manuais para identificar e mensurar o cumprimento das obrigações de performance, sobre quando da prestação dos serviços executados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditoria, devido à magnitude dos montantes relacionados, bem como da dependência de controles manuais relacionados à iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Empresa satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- em base amostral, selecionamos contratos de venda e analisamos as condições acordadas, obrigações performance, preço, prazo, limites de crédito, entre outras;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação do serviço de serviços havia ocorrido;
- efetuamos procedimentos de confirmação de saldos junto a determinados clientes selecionados por meio de amostragem;
- testamos a liquidação financeira para determinados contratos/clientes para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- testamos a integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list)*, por meio das confirmações recebidas e documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.); e
- avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis.

Durante a realização dos procedimentos mencionados anteriormente, identificamos divergência no reconhecimento de receitas nos montantes de R$221 mil, R$ R$457 mil e R$ 247 mil em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente (receita subavaliada), as quais foram registradas pela Empresa nos respectivos exercícios.

Com base nos procedimentos efetuados, considerando os ajustes por nós identificados e efetuados pela administração, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Empresa para registro das receitas de vendas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O assunto mencionado indica deficiências no desenho dos controles internos relativos ao processo de reconhecimento de receitas, tendo alterado nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes de desenho dos controles de reconhecimento de receitas forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, tendo sido o assunto em questão por nós avaliado como deficiência significativa e reportado aos responsáveis pela governança.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados | Ikhon

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 16 às demonstrações contábeis, que descreve que a Empresa mantém transações relevantes com partes relacionadas, representadas, substancialmente, por adiantamentos de distribuição de lucros e de captação de recursos por meio de contratos de mútuos, conforme termos e condições acordadas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019), não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados | Ikhon

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 18 de fevereiro de 2022

Thiago Henrique Vasconcellos Crisol
CRC 1SP-332.589/O-6 T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados | Ikhon

Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.032	154	984
Contas a receber de clientes	6	19.493	4.738	3.387
Tributos a recuperar	7	1.737	1.377	1.367
Partes relacionadas	16	-	4.968	4.968
Adiantamentos	-	24	18	33
Outros créditos	-	52	47	47
Total do ativo circulante		26.338	11.302	10.786
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes	6	-	-	1.284
Depósitos judiciais	-	22	22	22
Partes relacionadas	16	3.063	9.773	6.577
Outros créditos	-	56	64	477
Propriedades para investimento	8	7.493	7.081	6.786
Imobilizado	9	968	400	633
Intangível	10	909	71	111
Total do ativo não circulante		12.511	17.411	15.890
Total ativo		38.849	28.713	26.676

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
Fornecedores	-	165	1.212	2.097
Empréstimos e financiamentos	11	1.724	2.688	960
Arrendamentos a pagar	15	204	120	131
Obrigações sociais e trabalhistas	12	822	667	780
Obrigações tributárias	13	8.360	3.545	3.103
Partes relacionadas	16	-	215	-
Outras contas a pagar	-	9	4	8
Total do passivo circulante		11.284	8.451	7.079
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	1.120	1.276	1.352
Arrendamentos a pagar	15	256	45	182
Obrigações tributárias	13	4.118	3.948	4.533
Partes relacionadas	16	-	-	327
Provisão para contingências	17	386	194	55
Impostos diferidos	14.b	232	198	167
Total do passivo não circulante		6.112	5.661	6.616
Total do passivo		17.396	14.112	13.695
Patrimônio líquido				
Capital social		2.000	2.000	2.000
Reserva de lucros		19.453	12.601	10.981
Total do patrimônio líquido	18	21.453	14.601	12.981
Total do passivo e patrimônio líquido		38.849	28.713	26.676

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.

Demonstração dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional, líquida	19	50.135	13.935	13.551
Custo dos serviços prestados	20	(5.928)	(5.037)	(4.694)
Lucro bruto		44.207	8.898	8.857
Receitas (despesas) operacionais				
Despesa administrativas	20	(5.995)	(4.668)	(4.648)
Despesas comerciais	20	(625)	(165)	(229)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	274	301	521
		(6.346)	(4.532)	(4.356)
Lucro operacional		37.861	4.366	4.501
Receitas financeiras	21	34	2	22
Despesas financeiras	21	(1.915)	(1.159)	(832)
Resultado financeiro, líquido		(1.881)	(1.157)	(810)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		35.980	3.209	3.691
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(5.068)	(1.650)	(1.046)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(731)	61	(488)
Lucro líquido do exercício		30.181	1.620	2.157
Lucro líquido por quota básico e diluído (em reais)	17.c	15,0905	0,8100	1,0785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.

Demonstração dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício	30.181	1.620	2.157
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	30.181	1.620	2.157

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Lucros	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.000	8.824	10.824
Lucro líquido do exercício	-	2.157	2.157
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.000	10.981	12.981
Lucro líquido do exercício	-	1.620	1.620
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.000	12.601	14.601
Lucro líquido do exercício	-	30.181	30.181
Distribuição de lucros		(23.329)	(23.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.000	19.453	21.453

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos sobre a renda	-	35.980	3.209	1.971
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o fluxo de caixa:		-	-	
Depreciações e amortizações	20	346	292	283
Ganho valor justo de propriedades para investimento	8	(412)	(295)	(300)
Baixa líquida de imobilizado e intangível	9/10	123	32	22
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6	164	287	372
Provisão para realização de impostos a recuperar	10	-	-	9
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	11	452	154	485
Despesa de juros sobre arrendamentos	15	30	26	46
Provisão para contingências	17	192	139	55
Ajustes de capital de giro				
Contas a receber	6	(14.919)	(354)	907
Impostos a recuperar	10	(360)	(10)	(3)
Outros créditos	-	3	418	48
Adiantamentos	-	(6)	15	586
Fornecedores	-	(1.047)	(885)	(2.250)
Obrigações sociais e trabalhistas	12	155	(113)	1
Obrigações tributárias	13	(149)	(240)	(257)
Parcelamentos tributários	13	599	-	2.589
Outras contas a pagar	-	5	(4)	(249)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.230)	(1.461)	(1.236)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		19.926	1.210	3.079
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	12	(1.409)	(72)	(316)
Recebimento (cessão) de mútuos à partes relacionadas		(335)	(84)	-
Recebimento de transferência/venda de investimentos		1.250	100	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(494)	(56)	(316)
Atividades de financiamento				
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	11	2.000	2.790	3.716
Pagamento de empréstimo e financiamentos	11	(3.063)	(1.138)	(4.800)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(509)	(154)	(485)
Pagamento de arrendamentos	15	(171)	(127)	(115)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	15	(30)	(26)	(46)
Pagamento de mútuos à partes relacionadas	16	(215)	(112)	(1.029)
Distribuição e antecipação de distribuição de lucros	-	(12.566)	(3.217)	(878)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(14.554)	(1.984)	(3.637)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.878	(830)	(874)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	8	154	984	1.858
No final do exercício	8	5.032	154	984
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.878	(830)	(874)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.

Demonstração do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020	2019
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	19	53.691	15.115	14.691
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		(164)	(287)	(372)
		53.537	14.828	14.319
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	(1.450)	(800)	(249)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(4.184)	(2.255)	(1.736)
Perda / Recuperação de valores ativos - impostos a recuperar	-	-	(4)	-
Perda / Recuperação de valores ativos	-	(93)	-	(13)
Valor adicionado bruto		47.800	11.769	12.321
Depreciação e amortização	20	(346)	(292)	(284)
Valor adicionado líquido produzido pela Empresa		47.454	11.477	12.037
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	21	34	2	22
Valor adicionado total a distribuir		47.488	11.479	12.059
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	-	2.107	1.565	1.711
Benefícios	-	1.951	2.407	2.638
F.G.T.S.	-	2.463	2.229	2.291
		6.521	6.201	6.640
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	-	7.205	2.172	2.244
Municipais	-	1.606	628	605
		8.811	2.800	2.849
Remuneração de capitais de terceiros	-			
Juros		1.393	830	599
		1.393	830	599
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	23.329	-	-
Lucros retidos	-	7.434	1.648	1.971
		30.763	1.648	1.971
		47.488	11.479	12.059

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda. ("Ikhon" ou "Empresa") é uma sociedade constituída na forma de sociedade limitada de capital fechado por tempo indeterminado, domiciliada no Brasil com sede na Quadra SCRN 710/711 Bloco A, Entrada nº 52 – 3° Andar – Bairro Asa Norte, Brasília - DF tem em seu objeto social as seguintes atividades: Execução de atividades de Planejamento estratégico, tático, operacional, retomada do desenvolvimento, sistema de Informação, controle de projetos e metodologias.

1.1. Impactos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, chamado COVID-19, alertando todos os países a adotarem ações preventivas para conter a disseminação do vírus e o cuidado com os infectados. Assim, muitos governos, incluindo o Brasil, adotaram medidas restritivas e de isolamento social, que podem causar efeitos na economia global em virtude da paralização ou desaceleração de diversos setores produtivos.

No Brasil, em 20 de março de 2020, o Senado aprovou o Decreto Legislativo no 6, reconhecendo o estado de calamidade pública, com o objetivo de elevar os gastos públicos para acompanhar e combater a proliferação da doença, além de proteger a saúde da população, os empregos e a economia do país.

Diante deste cenário, a Ikhon analisou os impactos advindos da pandemia de COVID-19 e vem adotando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade normal de suas operações.

Apesar da intensidade da crise deflagrada pela COVID-19 na saúde pública e economia mundial, a mudança de hábito da população, decorrente principalmente da necessidade de isolamento social, mudanças no modelo de trabalho (ampla utilização do home office) e redução das atividades de lazer, levaram a população brasileira à uma nova realidade, na qual a tecnologia se tornou uma grande aliada das empresas e famílias.

Com base no exposto anteriormente, a Ikhon entende que os impactos em suas demonstrações contábeis e desempenho operacional e financeiro não foram afetados. As reservas de caixa, o baixo endividamento e o crescimento observado na receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 reforçam a capacidade de a Empresa manter os investimentos necessários à continuidade de suas operações.

A administração mantém monitoramento contínuo dos impactos, mas até a presente data da emissão das referidas demonstrações contábeis não incorreu em impactos econômicos e/ou financeiros em suas operações.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme as NBC TGs emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e instruções normativas e orientações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (Iasb).

As principais práticas adotadas descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi autorizada pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações.

2.1.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real, que é a moeda funcional do ambiente econômico na qual a Empresa atua ("moeda funcional"), sendo que, quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis é feita a conversão para o Real (R$) na data do fechamento. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 – provisão para perdas esperadas de créditos: A Empresa aplica a abordagem simplificada do NBC TG 48. Para mensurar as perdas de créditos esperadas as contas a receber de clientes são avaliadas sob seu risco de crédito e nos dias de atraso. A taxa de perdas esperadas é baseada no perfil de pagamento e perdas de créditos históricas, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e para o ambiente econômico.

- Nota Explicativa nº 9 e 10 – estimativa de vida útil de Ativos: A Empresa define a vida útil estimada dos ativos, baseando-se no tempo em que se espera utilizar o ativo, levando em consideração o uso esperado do ativo, desgaste esperado e obsolescência técnica ou comercial, dentro das características do ambiente de negócio em ela está inserida.
- Nota Explicativa nº 18 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota Explicativa nº 20 – reconhecimento de receita: se a receita dos serviços prestados é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- Nota Explicativa nº 16 – Prazo do arrendamento: a Empresa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.
- Análise de recuperação dos ativos não monetários – anualmente avalia-se a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada.
- Imposto de renda e a contribuição social diferidos – A Empresa reconhece ativo e passivos diferidos, se aplicável, com base nas diferenças entre o valor contábil, apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor, os ativos são registrados quando há expectativa de sua realização.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente a NBC TG 47 e a NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 – Receitas, a NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento.

A Empresa adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, adicionalmente no final do exercício de 2018 a Empresa iniciou suas atividades o qual não gerou receita relevante para uma avaliação.

NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38/(R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38/(R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38/(R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

A NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38/(R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa.

NBC TG 06 (R3) Operações de arrendamento mercantil

A Empresa adotou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ITG 03 (R1) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e NBC TG 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na Nota Explicativa nº 9.

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou à NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NTG 06 (R2) e ITG 03 R1 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019. A Empresa operava como arrendadora nos exercícios findos em 31/12/2021, 2020 e 2019, conforme divulgado na Nota Explicativa nº4(g) e Nota Explicativa nº 8.

b) Como arrendatária

Como arrendatário, a Empresa arrenda basicamente imóveis. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com a NBC TG 06 (R3), a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme a NBC TG 06 (R2)

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 9). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar à NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Empresa reconheceu ativos de direito de uso dos imóveis, e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo.

	Direito de Uso	Passivo de Arrendamentos
Em 1º de janeiro de 2019	**416**	**416**

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Empresa descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo a partir de 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 11,1%.

Outras normas e deliberações adotadas pela Empresa

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8

Emendas do CPC 26 (R1)/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa:

- 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- 1º de janeiro de 2022 - Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro.

4. Políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a) Receita de contrato com cliente

A Empresa efetuou a adoção da NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018. A norma trouxe os princípios que uma empresa deve aplicar para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações e efetiva realização da prestação de serviços; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à efetiva prestação de serviços objeto do contrato firmado entre as partes e (5) reconhecimento da receita no correto período de competência, ou seja, execução efetiva dos serviços contratados. A nova norma substituiu a NBC TG 17 - Contratos de Construção, a NBC TG 30 – Receitas e correspondentes interpretações.

A Empresa adotou a nova norma na data de vigência requerida, de forma prospectiva, pois avaliou os impactos detalhados dos aspectos referentes à mensuração e divulgação das obrigações de performance e contrapartida esperada na prestação do serviço com foco na área financeira e empresarial, bem como efetuou análise de determinadas obrigações contratuais estabelecidas no momento da contratação dos referidos serviços, cujos efeitos da avaliação dos impactos de adoção a NBC TG 47/IFRS 15 não foram significativos para as demonstrações contábeis da Empresa.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Empresa. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Organização de documentos e Digitalização de documentos	Serviços prestados para organização e digitalização de documentos para controle, faturados após a realização do serviço contratado.	Receita é reconhecida na conclusão do se contratado, ou seja, em período determina após cumprida a obrigação de desempen
Suporte técnico e manutenção	Prestação de serviços de suporte e manutenção ao sistema, faturado linearmente com base no período contratado	A receita é reconhecida ao longo do temp método linear, conforme a obrigação de d é cumprida.
Suporte especializado PF	Prestação de serviços de suporte ao sistema, faturado linearmente com base no período contratado	A receita é reconhecida ao longo do temp método linear, conforme a obrigação de d é cumprida.
Licença de software	Direito de uso de licenças do sistema, faturado após a disponibilização do sistema.	Receita é reconhecida na conclusão do se contratado, ou seja, em período determina após cumprida a obrigação de desempen
Direito de uso de licença de software	Uso da licença por período determinado, não existe a transferência em definitivo da licença ao usuário contratante, faturado mensalmente conforme a obrigação de desempenho é cumprida	A receita é reconhecida ao longo do temp método linear, conforme a obrigação de d é cumprida.
Implantação do sistema	Serviço de implantação do sistema, faturado após a realização do serviço contratado	Receita é reconhecida na conclusão do se contratado, ou seja, em período determina após cumprida a obrigação de desempen
Treinamento	Serviços de treinamento para uso do sistema, faturado após a realização do serviço	Receita é reconhecida na conclusão do se contratado, ou seja, em período determina após cumprida a obrigação de desempen

Identificação do contrato com o cliente

Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Empresa e os usuários contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

b) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Empresa não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Empresa reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram apurados através do regime de lucro presumido pelo regime de caixa, cujo lucro tributável é obtido por alíquota presumida aplicada sobre a receita bruta.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre a base tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem a base tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado, as vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

f) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento (software)

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Empresa tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.
Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

g) Propriedade para investimentos

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como Outras receitas (despesas) operacionais líquidas, pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.
Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

h) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa deve designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A classificação dos instrumentos financeiros da Empresa estão divulgados na Nota Explicativa nº 23.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito;
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando não há mais possibilidade de cobrança e expectativa de realização dos créditos. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Caso existente, o ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Arrendamentos

A Empresa aplicou o NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o NBC TG 06 (R2) e ITG 03 (R1). Os detalhes das políticas contábeis conforme NBC TG 06 (R2) e ITG 03 (R1) são divulgados separadamente.

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no NBC TG 06 (R3).

A Empresa operava como arrendadora nos exercícios findos em 31/12/2021, 2020 e 2019, conforme divulgado na Notas Explicativas nº 4(g) e nº 8.

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento**.** Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/122019
Caixa geral	7	4	4
Bancos contas corrente	38	6	12
Aplicações financeiras	4.987	144	968
Total	**5.032**	**154**	**984**

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e possuem liquidez imediata. O rendimento médio das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ficou em torno de 2,5% (2,3% em 31 de dezembro de 2020 e 2019).

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Clientes nacionais	21.215	6.296	5.942
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(1.722)	(1.558)	(1.271)
Saldo líquido de contas a receber	**19.493**	**4.738**	**4.671**
Circulante	19.493	4.738	3.387
Não circulante	-	-	1.284

Composição das contas a receber por período de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	2.202	1.763	1.736
Vencidos nos períodos de:			
01 – 30 dias	1.178	444	1.234
31 – 90 dias	14.444	327	417
91 – 120 dias	-	584	-
121 – 180 dias	231	328	-
181 – 365 dias	630	9	-
Acima de 365 dias	2.531	2.842	2.555
Total	**21.215**	**6.296**	**5.942**

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	Saldo
Saldo em 01/01/2019	**(899)**
Provisão	(372)
Saldo em 31/12/2019	**(1.271)**
Provisão	(287)
Saldo em 31/12/2020	**(1.558)**
Provisão	(164)
Saldo em 31/12/2021	**(1.722)**

A Empresa opera no segmento público, conquistados por meio de licitações. Dessa forma, os recebíveis vencidos há longa data envolvem questionamentos judiciais de alguns clientes do setor público. Devido às incertezas na realização destes recebíveis, a Empresa constituiu perdas esperadas de créditos para cobrir eventuais riscos de inadimplência de tais recebíveis, em montante suficiente no julgamento de sua Administração.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Empresa não possuía recebíveis cedidos em garantia.

7. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
ISS a recuperar	-	5	-
PIS e Cofins a recuperar	62	58	49
IRRF a recuperar	303	65	59
CSLL a recuperar	17	16	14
INSS a recuperar **(ii)**	1.418	1.296	1.304
Perda esperada na realização de tributos a recuperar **(i)**	(63)	(63)	(59)
Total	**1.737**	**1.377**	**1.367**

(i) Perda esperada com a realização de impostos a recuperar relativos a IR, CSLL, PIS e Cofins destacados nos títulos de contas a receber, que figuram na provisão para realização de créditos, com impostos retidos.

(ii) O INSS a recuperar foi originado de retenções em prestações de serviços a clientes. A Empresa tem expectativa de recuperar os referidos créditos, especialmente por meio de compensação com INSS a pagar sobre a folha de pagamento.

a) Movimentação da perda esperada com os tributos a recuperar:

Saldo em 01/01/2019	**(59)**
Saldo em 31/12/2019	**(59)**
Perda esperada na realização de tributos a recuperar	(4)
Saldo em 31/12/2020	**(63)**
Saldo em 31/12/2021	**(63)**

8. Propriedade para investimento

a) Conciliação do valor contábil

	Terrenos e imóveis
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**6.465**
Atualização do valor justo	321
Saldo em 31 de dezembro 2019	**6.786**
Atualização do valor justo	295
Saldo em 31 de dezembro 2020	**7.081**
Atualização do valor justo	412
Saldo em 31 de dezembro 2021	**7.493**

As propriedades para investimento são compostas por terrenos e imóveis mantidos para valorização e/ou renda por meio de arrendamento.

b) Valores reconhecidos no resultado

As receitas de aluguel reconhecida pela Empresa foram de R$34, R$38 e R$36 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, bem como as despesas de manutenção, foram registrados como componentes da rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

c) Mensuração do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento da Empresa a cada divulgação de demonstração contábil. As atualizações do valor justo de propriedades para investimento foram registrados como componentes da rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

O método empregado para determinação do valor dos imóveis foi o método evolutivo por tratamento de fatores ou comparativo direto por tratamento de fatores, partindo-se da premissa de que o valor de mercado pode ser encontrado por meio de comparação direta com imóveis similares, com a aplicação de fatores corretivos para ajuste de valor em função de suas diferenças físicas. Dessa forma, foram coletadas pesquisas de imóveis com características mais similares possíveis, de acordo com o padrão de acabamento do imóvel, localização, fatores físicos da região circundante do imóvel, etc.

Os fatores escolhidos têm como base estudos realizados por engenheiros de avaliação, e divulgados em congressos, artigos, livros e notas técnicas.

9. Imobilizado

a) Composição e movimentação do Imobilizado

	Equipamentos de Informática	Móveis e utensílios	Outros	Direito de uso (Nota Explicativa nº 15)	Total
Vida útil em anos	**9**	**10**	**Diversos (i)**	**Diversos (i)**	
Custo					
Em 1º de janeiro de 2019	**577**	**130**	**255**	**416**	**1.378**
Adições	-	14	10	12	**36**
Em 31 de dezembro de 2019	**577**	**144**	**265**	**428**	**1.414**
Adições	-	4	42	-	**46**
Baixas	-	-	(41)	(21)	**(62)**
Em 31 de dezembro de 2020	**577**	**148**	**266**	**407**	**1.398**
Adições	54	257	255	475	**1.041**
Baixas	-	-	(159)	(119)	**(278)**
Em 31 de dezembro de 2021	**631**	**405**	**362**	**763**	**2.161**
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2019	**(328)**	**(50)**	**(168)**	**-**	**(546)**
Depreciação	(58)	(9)	(37)	(131)	**(235)**
Em 31 de dezembro de 2019	**(386)**	**(59)**	**(205)**	**(131)**	**(781)**
Depreciação	(32)	(9)	(77)	(129)	**(247)**
Baixas	-	-	30	-	**30**
Em 31 de dezembro de 2020	**(418)**	**(68)**	**(252)**	**(260)**	**(998)**
Depreciação	(40)	(11)	(96)	(194)	**(341)**
Baixas	-	-	35	111	**146**
Em 31 de dezembro de 2021	**(458)**	**(79)**	**(313)**	**(343)**	**(1.193)**
Valor contábil líquido					
Em 31 de dezembro de 2019	**191**	**85**	**60**	**297**	**633**
Em 31 de dezembro de 2020	**159**	**80**	**14**	**147**	**400**
Em 31 de dezembro de 2021	**173**	**326**	**48**	**421**	**968**

O imobilizado inclui ativos de direito de uso relacionados a imóveis arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento (nota explicativa 15).

(i) A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros e direito de uso de ativos arrendados é estimada pelo prazo contratual de utilização dos arrendamentos realizados pela Empresa.

10. Intangível

	Softwares e Aplicativos	Marcas e patentes	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2019	**243**	**-**	**243**
Adições	14	9	**23**
Em 31 de dezembro de 2019	**257**	**9**	**266**
Adições	3	2	**5**
Em 31 de dezembro de 2020	**260**	**11**	**271**
Adições	841	2	**843**
Em 31 de dezembro de 2021	**1.101**	**13**	**1.114**
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2019	**(106)**	**-**	**(106)**
Amortização	(49)	-	**(49)**
Em 31 de dezembro de 2019	**(155)**	**-**	**(155)**
Amortização	(45)	-	**(45)**
Em 31 de dezembro de 2020	**(200)**	**-**	**(200)**
Amortização	(5)	-	**(5)**
Em 31 de dezembro de 2021	**(205)**	**-**	**(205)**
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2019	**102**	**9**	**111**
Em 31 de dezembro de 2020	**60**	**11**	**71**
Em 31 de dezembro de 2021	**896**	**13**	**909**

A Empresa registra amortização de seus softwares, únicos ativos intangíveis amortizáveis, de acordo com o período determinado contratualmente pela “licença de uso”, quando adquirido de terceiros ou, pelo prazo de utilização estimado pela Empresa, para os softwares desenvolvidos internamente.
Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a taxa média de amortização anual foi de 20%.

11. Empréstimos e financiamentos

				31/12/2021			Movimentação				31/12/2020		
Modalidade	Taxa a.a.	Estrutura da taxa	Vencto	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	12,01%	Pré fixado	dez/21	-	-	-	-	(577)	(46)	46	577	-	**577**
Capital de giro	15,53%	Pré fixado	mar/20	-	-	-	-	(100)	(10)	10	100	-	**100**
Capital de giro	10,00%	Pré fixado	dez/20	-	-	-	-	(140)	(5)	5	140	-	**140**
Capital de giro	12,02%	Pré fixado	dez/21	-	-	-	-	(432)	(42)	42	432	-	**432**
Capital de giro	12,02%	Financiamento	out/23	255	211	**466**	-	(265)	(56)	56	254	477	**731**
Capital de giro	11,40%	Financiamento	mar/24	727	909	**1.636**	2.000	(364)	(167)	167	-	-	**-**
Financiamento	11,62%	Financiamento	nov/22	569	-	**569**	-	(667)	(178)	121	667	626	**1.293**
Financiamento	12,02%	Financiamento	abr/22	173	-	**173**	-	(518)	(5)	5	518	173	**691**
Total				**1.724**	**1.120**	**2.844**	**2.000**	**(3.063)**	**(509)**	**452**	**2.688**	**1.276**	**3.964**

				31/12/2020			Movimentação				31/12/2019		
Modalidade	Taxa a.a.	Estrutura da taxa	Vencto	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	12,01%	Pré fixado	dez/21	577	-	**577**	577	-	-	-	-	-	**-**
Capital de giro	15,53%	Pré fixado	mar/20	100	-	**100**	100	(120)	(29)	29	120	-	**120**
Capital de giro	10,00%	Pré fixado	dez/20	140	-	**140**	-	(37)	(5)	5	177	-	**177**
Capital de giro	12,02%	Pré fixado	dez/21	432	-	**432**	432	-	-	-	-	-	**-**
Capital de giro	12,02%	Financiamento	dez/21	254	477	**731**	731	-	-	-	-	-	**-**
Financiamento	11,62%	Financiamento	nov/22	667	626	**1.293**	-	(722)	(120)	120	663	1.352	**2.015**
Financiamento	12,02%	Financiamento	abr/22	518	173	**691**	950	(259)	-	-	-	-	**-**
Total				**2.688**	**1.276**	**3.964**	**2.790**	**(1.138)**	**(154)**	**154**	**960**	**1.352**	**2.312**

				31/12/2019			Movimentação				31/12/2018		
Modalidade	Taxa a.a.	Estrutura da taxa	Vencto	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	12,01%	Pré fixado	dez/21	-	-	**-**	455	(714)	-	-	259	-	**259**
Capital de giro	15,53%	Pré fixado	mar/20	120	-	**120**	120	-	-	-	-	-	**-**
Capital de giro	10,00%	Pré fixado	dez/20	177	-	**177**	-	(133)	(29)	29	310	-	**310**
Capital de giro	12,02%	Pré fixado	dez/21	-	-	**-**	100	(465)	-	-	365	-	**365**
Capital de giro	12,02%	Pré fixado	dez/21	-	-	**-**	-	-	-	-	-	-	**-**
Capital de giro	32,00%	Pré fixado	jun/22	-	-	**-**	946	(1.637)	(327)	327	668	23	**691**
Capital de giro	12,01%	Pré fixado	mar/21	-	-	**-**	80	(104)	-	-	-	24	**24**
Financiamento	5,62%	Financiamento	ago/19	-	-	**-**	-	(490)	(9)	9	-	490	**490**
Financiamento	11,44%	Financiamento	set/19	-	-	**-**	-	(922)	(15)	15	15	907	**922**
Financiamento	11,62%	Financiamento	nov/22	663	1.352	**2.015**	2.015	-	-		-	-	**-**
Giro Parcelado Pré	25,05%	Pré fixado	jul/19	-	-	**-**	-	(29)	(10)	10	19	10	**29**
Giro Parcelado Pré	34,33%	Pré fixado	nov/19	-	-	**-**	-	(188)	(56)	56	1	187	**188**
Giro Parcelado Pré	30,60%	Pré fixado	out/21	-	-	**-**	-	(118)	(39)	39	-	118	**118**
Total				**960**	**1.352**	**2.312**	**3.716**	**(4.800)**	**(485)**	**485**	**1.637**	**1.759**	**3.396**

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Vencimento das parcelas	31/12/2021	%	31/12/2020	%	31/12/2019	%
2020	-		-		960	42%
2021	-		2.688	68%	667	29%
2022	1.724	61%	1.085	27%	685	30%
2023	923	32%	191	5%	-	
2024	197	7%	-		-	
Total	**2.844**		**3.964**		**2.312**	

Garantias e Covenants

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 os sócios foram avalistas dos empréstimos e financiamentos. Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuíam cláusulas restritivas (covenants).

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	268	207	230
Provisão de férias, INSS e FGTS	518	415	508
INSS a recolher	-	16	16
FGTS a recolher	36	29	26
Total	**822**	**667**	**780**

13. Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
ISS a recolher	59	94	46
PIS e Cofins	1.112	445	375
IRPJ e CSLL	4.275	437	248
IRPJ e CSLL diferidos	874	1.166	1.044
Parcelamentos tributários federais (13.1)	5.895	5.296	5.880
Outros	263	55	43
Total	**12.478**	**7.493**	**7.636**
Circulante	**8.360**	**3.545**	**3.103**
Não Circulante	**4.118**	**3.948**	**4.533**

13.1. Parcelamentos tributários federais

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Federais **(i)**	5.895	5.296	5.880
Total	**5.895**	**5.296**	**5.880**
Circulante	1.777	1.348	1.347
Não circulante	4.118	3.948	4.533

(i) Referem-se a parcelamentos tributários de tributos federais, no montante inicial de R$7.663, composto pelas seguintes naturezas: PIS e COFINS, com último vencimento em junho de 2025; IRPJ e CSLL, com último vencimento em junho de 2031; e INSS, com último vencimento em outubro de 2024.

Vencimento em:	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	-	1.347
2021	-	1.348	1.135
2022	1.777	1.198	1.028
2023	1.615	1.069	906
2024	2.503	1.681	1.464
Total	**5.895**	**5.296**	**5.880**

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Corrente

Abaixo apresentamos a reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**35.980**	**3.209**	**3.691**
Apuração pelo Lucro Presumido			
Contas a receber no balanço de abertura	6.296	5.942	619
Receitas brutas	53.691	15.115	14.691
Contas a receber no balanço de fechamento	(21.215)	(6.296)	(5.942)
Receitas recebidas - base tributável	**38.772**	**14.761**	**9.368**
Adições/exclusões na base de receitas	7.687	361	5.423
Receitas de locação	34	38	36
Receita Bruta de Vendas - recebidas (caixa	**46.493**	**15.160**	**14.827**
Base presumida sobre receitas de serviços recebidos (32%)	**14.878**	**4.851**	**4.745**
Receitas financeiras	29	2	22
Total base de tributação	**14.907**	**4.853**	**4.767**
Despesa com IRPJ e CSLL alíquota combinada de 34%	**5.068**	**1.650**	**1.046**
Alíquota efetiva	**14,09%**	**51,42%**	**28,34%**

b) Diferido

A seguir, está descrita a composição patrimonial e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Início do período	**1.364**	**1.211**	**811**
Diferido sobre valor justo de propriedades para investimento	(836)	(39)	(590)
Diferido sobre reconhecimento de receita – NBC TG 47	105	100	102
Outros	473	92	888
Final do período	**1.106**	**1.364**	**1.211**
Circulante - componente de Obrigações tributárias (Nota Explicativa nº 13)	874	1.166	1.044
Não circulante	232	198	167

15. Arrendamentos

A Empresa arrenda imóveis. Esses arrendamentos normalmente duram um ano, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano ou conforme negociação entre locador e locatário, para refletir os valores de mercado. Os arrendamentos dos imóveis foram em suma firmados há longa data. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06 (R3).

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 12).

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média de 11,1% a.a. (11,1% e 11,1% a.a., respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 e 2019), sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico da Empresa para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. O cronograma de pagamento dos arrendamentos e conforme segue:

	Direito de uso Escritório Comercial	Arrendamentos a pagar
Em 1º de janeiro de 2019	**416**	**(416)**
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	(46)
Pagamento de Arrendamentos - principal	-	115
Pagamento de Arrendamentos - juros	-	46
Depreciação do exercício	(131)	-
Remensurações	12	(12)
Saldo em 31/12/2019	**297**	**(313)**
Circulante	-	(131)
Não circulante	297	(182)
Saldo em 31/12/2019	**297**	**(313)**
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	(26)
Pagamento de Arrendamentos - principal	-	127
Pagamento de Arrendamentos - juros	-	26
Depreciação do exercício	(129)	-
Remensurações	(21)	21
Saldo em 31/12/2020	**147**	**(165)**
Circulante	-	(120)
Não circulante	147	(45)
Saldo em 31/12/2020	**147**	**(165)**
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	(30)
Pagamento de Arrendamentos - principal	-	171
Pagamento de Arrendamentos - juros	-	30
Depreciação do exercício	(194)	-
Remensurações	6	(6)
Adição	469	(469)
Baixas	(8)	9
Saldo em 31/12/2021	**420**	**(460)**
Circulante	-	(204)
Não circulante	420	(256)

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	-	131
2021	-	120	129
2022	204	45	53
2023	168	-	-
2024	88	-	-
Total	**460**	**165**	**313**

i) Potencial direito de PIS e Cofins

O indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
	Valor nominal	**Valor presente**	**Valor nominal**	**Valor presente**	**Valor nominal**	**Valor presente**
Contraprestação do arrendamento	500	460	178	165	354	313
PIS/ Cofins potencial (9,25%)	46	43	16	15	33	29

ii) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA média futura ao ano, para 2 anos, de 7,42% a.a., e representam os seguintes montantes:

Direito de uso	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fluxo real			
Direito de uso	421	147	297
Depreciação	(194)	(129)	(131)
Fluxo inflacionado			
Direito de uso	438	152	321
Depreciação	(200)	(133)	(142)

Passivo de arrendamento	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fluxo real			
Passivo de arrendamento	460	165	313
Despesa financeira	(30)	(26)	(46)
Fluxo inflacionado			
Passivo de arrendamento	524	184	355
Despesa financeira	(34)	(28)	(51)

16. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro abaixo, são oriundas de transações que a Empresa mantém com seus quotistas e com entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo termos e condições acordadas entre as partes.

a) Saldos de transações com partes relacionadas

O valor das transações e saldos em aberto referentes a transações com sócios da Empresa está apresentado abaixo:

	Relacionamento	Partes relacionadas		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				
SB Participações societárias **(i)**	Sócia participante em SCP	-	4.968	4.968
FM Sociedade de Participação e Fomento **(ii)**	Quotistas	1.425	2.675	2.775
Netz Tecnologia da informação LTDA EPP **(iii)**	Coligada de controle comum	1.638	1.303	1.219
Antecipação de lucros aos sócios **(iv)**	Quotistas	-	5.795	2.578
Outros	Coligada de controle comum	-	-	5
Total – Ativo		**3.063**	**14.741**	**11.545**
Circulante		-	4.968	4.968
Não circulante		3.063	9.773	6.577
Passivo				
Doc Security Serviços de Informática LTDA **(v)**	Coligada de controle comum	-	115	115
Empréstimos de Sócios **(v)**	Quotistas	-	100	212
Total – Passivo		**-**	**215**	**327**
Circulante		-	215	-
Não circulante		-	-	327

(i) Em julho de 2016 a Ikhon em conjunto com a SB Participações Societárias Ltda ("SB Participações"), constituiu a SCP – Ikhon Tecnologia que executaria o controle de qualidade relativo a contrato de prestação de serviços da Ikhon com a Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU -RO), ficando a Empresa instituída como a sócia ostensiva dessa SCP. Em outubro de 2018 foi efetuado o distrato, encerrando as atividades da referida SCP e ao longo desse período de atividade a Empresa efetuou repasses para a SB Participações a título de antecipação de lucros da SCP no montante de R$4.968. Restando necessário ato societário para realização do referido montante com o saldo de lucros acumulados.

(ii) O saldo refere-se a contrato de compra e venda de cotas, firmado em 2018 entre a Ikhon e a FM Sociedade de Participação e Fomento Mercantil Ltda (“FM”). Ficou estabelecido a transferência de 3,5 milhões de quotas da Doc Security Serviços de Informática Ltda, que pertenciam a Ikhon, para a FM, com o valor nominal de R$ 1,00 por quota, cujo pagamento será realizado conforme disponibilidade orçamentária da adquirente.

(iii) Trata-se de saldos de mútuos concedidos com empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, com a finalidade de gestão de caixa. Não possuem atualização monetária, a liquidação ocorrerá conforme sobra de caixa pela parte relacionada em acordo com os sócios, portanto apresentado no ativo não circulante;

(iv) O saldo refere-se à antecipação de lucros efetuado aos sócios, que fora compensada com os lucros acumulados até 31 de dezembro 2021, mediante deliberação e aprovação de destinação do lucro líquido do exercício e reserva de lucros

(v) Operação de mútuo para capital de giro da coligada, sem incidência de juros e com vencimento em 2020.

b) Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2021	2020	2019
Pró labore	13	13	12
Bônus	62	-	38
Total	**75**	**13**	**50**

c) Acordos celebrados

A Empresa celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis ora apresentadas).

17. Provisões para contingências

A Empresa constituiu contingências no montante de R$386, R$198 e R$55 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, referente a riscos trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda possível.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R$ 2.000 (dois milhões de reais) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, representado, respectivamente, por 2.000.000 de quotas, de valor unitário de R$1,00 (Um real), totalmente integralizadas em moeda corrente, assim distribuídas:

	31/12/2021	%	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Alexandre Magno dos Santos e Braga	320.000	16%	800.000	40%	800.000	40%
Atiá Xavier da Costa e Braga	160.000	8%	400.000	20%	400.000	20%
Fabiano Carvalho	320.000	16%	800.000	40%	800.000	40%
Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.	1.200.000	60%	-	-	-	-
Total de quotas	**2.000.000**	**100%**	**2.000.000**	**100%**	**2.000.000**	**100%**

b) Reserva de lucros

Os lucros apurados e não distribuídos são retidos na reserva de lucros, a destinação destes lucros é deliberada anualmente pelos quotistas, que deliberaram a distribuição e pagamento de lucros acumulados no montante de R$18.361 (este montante em conjunto com os R$4.968 da SCP, conforme divulgado na nota explicativa nº "17 (i)" foram compensados na reserva de lucros acumulados no exercício de 2021).

Em julho de 2016 a Ikhon, em conjunto com a SB Participações Societárias Ltda ("SB Participações"), constituiu a SCP – Ikhon Tecnologia que executaria o controle de qualidade relativo a contrato de prestação de serviços da Ikhon com a Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU-RO), ficando instituída a Ikhon como sócia ostensiva da SCP. Em outubro de 2018 foi efetuado o distrato, liquidando e encerrando as atividades dessa SCP e ao longo do período de atividade a Ikhon efetuou repasses para a SB Participações a título de antecipação de lucros no montante de R$ 4.968. Restando necessário ato societário para realização do referido montante com o saldo de lucros acumulados. Em assembleia de sócios, foi deliberado a compensação desse valor com a posição dos lucros acumulados durante o exercício de 2021.

c) Resultado por quota

O lucro (prejuízo) básico por quota da Empresa é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos quotistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de quotas emitidas durante o exercício.:

	2021	2020	2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	30.181	1.620	2.157
Denominador			
Média ponderada das quotas	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Lucro básico e diluído por quota em (R$)	**15,0905**	**0,8100**	**1,0785**

19. Receita operacional, líquida

A Empresa gera receita principalmente pela prestação de serviços de organização e digitalização de documentos, licenciamento de programas de computador customizáveis, implantação, suporte técnico e manutenção dos sistemas licenciados.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020	2019
Vendas brutas com serviços	53.691	15.115	14.691
Impostos sobre vendas	(3.556)	(1.180)	(1.140)
Receita líquida	**50.135**	**13.935**	**13.551**

20. Custos e despesas por natureza

	2021	2020	2019
Despesas com pessoal	(6.388)	(6.060)	(6.572)
Prestação de serviços	(3.437)	(1.847)	(1.108)
Depreciação e amortização	(152)	(163)	(153)
Amortização de direito de uso	(194)	(129)	(131)
Despesas com viagens e deslocamentos	(436)	(155)	(221)
Despesa tributária	(219)	(53)	(8)
Utilidades e serviços	(444)	(359)	(289)
Perdas esperadas de créditos (de contas a receber e realização de créditos tributários a recuperar)	(164)	(291)	(372)
Provisões para contingências	(192)	(139)	(55)
Outras Despesas	(922)	(674)	(662)
Total	**(12.548)**	**(9.870)**	**(9.571)**
Custo do serviço prestado	(5.928)	(5.037)	(4.694)
Despesas administrativas	(5.995)	(4.668)	(4.648)
Despesas comerciais	(625)	(165)	(229)
Total	**(12.548)**	**(9.870)**	**(9.571)**

21. Resultado financeiro, líquido

	2021	2020	2019
Receita financeira			
Juros recebidos	7	-	-
Descontos obtidos	1	-	18
Juros com aplicações financeiras	19	1	4
Outras receitas	7	1	-
Total da receita financeira	**34**	**2**	**22**
Despesa financeira			
Despesas bancárias	(32)	(31)	(32)
Juros mora tributo	(296)	(312)	(152)
Juros bancários sobre empréstimos	(452)	(154)	(485)
Juros de empréstimos com sócios	-	(305)	-
Juros sobre arrendamentos	(30)	(26)	(39)
Juros pagos ou incorridos	(843)	(290)	(34)
IOF	(200)	(26)	(65)
Outras despesas	(62)	(15)	(25)
Total da despesa financeira	**(1.915)**	**(1.159)**	**(832)**
Resultado financeiro, líquido	**(1.881)**	**(1.157)**	**(810)**

22. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Empresa não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros			**31/12/2021**
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.987	45	**5.032**
Contas a receber de clientes	-	19.443	**19.443**
Partes relacionadas	-	3.063	**3.063**
Passivos			
Fornecedores	-	165	**165**
Empréstimos e financiamentos	-	2.844	**2.844**
Arrendamentos a pagar	-	460	**460**

Instrumentos financeiros			**31/12/2020**
	Valor justo	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	144	10	**154**
Contas a receber de clientes	-	4.738	**4.738**
Partes relacionadas	-	14.741	**14.741**
Passivos			
Fornecedores	-	1.212	**1.212**
Empréstimos e financiamentos	-	3.964	**3.964**
Arrendamentos a pagar	-	165	**165**
Partes relacionadas	-	215	**215**

Instrumentos financeiros			31/12/2019
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	968	16	**984**
Contas a receber de clientes	-	4.671	**4.671**
Partes relacionadas	-	11.545	**11.545**
Passivos			
Fornecedores	-	2.097	**2.097**
Empréstimos e financiamentos	-	2.312	**2.312**
Arrendamentos a pagar	-	313	**313**
Partes relacionadas	-	313	**313**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	-	4.987	-

Instrumentos financeiros	31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	-	144	-

Instrumentos financeiros	31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	-	968	-

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras.
Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos
Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores
Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes que a Empresa apresenta sua proposta de limite de crédito e termo de pagamento. A revisão efetuada pela Empresa que inclui ratings externos, quando disponíveis, e em alguns casos, referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da administração; esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Empresa somente poderá operar com a Empresa em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoas físicas ou jurídicas, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras no passado.

Clientes classificados como de “alto risco” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela administração, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados.

A Empresa registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a Contas a receber quando aplicável.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Empresa, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. A Empresa conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais.

Dificuldades em realizar esses descontos, em acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos da Empresa ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento da Empresa.

Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e Financiamentos	(2.844)	(3.964)	(2.312)
Arrendamentos a pagar	(460)	(165)	(313)
(-) caixa e equivalente de caixas	5.032	154	984
(=) Sobra de caixa líquido das dívidas (Dívida líquida)	**1.728**	**(3.975)**	**(1.641)**
Patrimônio líquido	21.453	14.601	12.981
Relação Patrimônio líquido e sobra de caixa (dívida líquida)	**12,41**	**(3,67)**	**(7,91)**

A Empresa apresentava médio nível de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019, quadro revertido em 31 de dezembro de 2021 quando passou a apresentar sobra líquida de caixa da dívidas, apresentando melhorias em sua liquidez corrente e geral.

Risco de mercado

Os negócios da Empresa dependem principalmente de clientes que adquirem o sistema e a prestação de serviços para manutenção e operacionalização do sistema. Uma redução na procura pelos produtos e serviços ofertados pela Empresa poderá afetar os ganhos da Empresa.

Adicionalmente, a Empresa está exposta ao risco de taxa de juros que se refere ao risco de a Empresa vir sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Empresa apresenta abaixo a análise de sensibilidade de taxa de juros, considerando o cenário razoavelmente possível que foi projetado com base na expectativa para 2021 emitida através do relatório focus pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

			Cenário	
Instrumento financeiro	**Indexador**	**Taxa**	**Posição em 31/12/2021**	**Cenário razoavelmente possível**
Ativo				
Aplicações financeiras	CDI	11,75%	4.987	586
Total do ativo			**4.987**	**586**

23. Segmentos operacionais

A Administração da Empresa, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Sociedade para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento de venda de equipamentos de informática junto com o software e suporte técnico e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

24. Transações não caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
Arrendamentos, adoção inicial e remensurações de contratos	475	(21)	428
Compensação de distribuição de lucros com valores previamente antecipados	10.763	-	-

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$1.115 para danos materiais e R$ 2.100 para seguro de vida dos sócios da Empresa. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

* * *

Grupo Plusoft

Demonstrações contábeis combinadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas	3
Demonstrações contábeis combinadas	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Ao Quotista e Administradores do
Grupo Plusoft
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Grupo Plusoft (formado pelas empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 1), que compreendem os balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações combinadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo Plusoft em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o pronunciamento técnico NBC TG 44 – Demonstrações Combinadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo Plusoft, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Ênfase

Apresentação das demonstrações contábeis combinadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e nº 2 item "c", as demonstrações contábeis combinadas, elaboradas pela administração, estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais à terceiros referentes ao grupo econômico, em virtude da incorporação, pela Plusoft Informática S.A. em 30 de setembro de 2021, das entidades ICustumer Midia Digital Ltda. e Virtual Interaction Consultoria Ltda. (anteriormente detidas por cotista controlador em comum da Plusoft Informática S.A.) e considerando a consolidação dos resultados da DTM Marketing e Relacionamento Ltda. (e sua controlada direta Effective Marketing de Relacionamento Ltda.) a partir da respectiva data de aquisição (03 de maio de 2021) pela Plusoft Informática S.A., não representando as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, não devendo ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos e de impostos nem para nenhuma outra finalidade societária. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis combinadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nº 3.5 e nº 20)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 o Grupo Plusoft reconheceu receitas líquidas nos montantes de R$ 76.139 mil, R$ 55.004 mil e R$ 55.094 mil, respectivamente, provenientes da venda de licença de software, desenvolvimento de sistema, consultorias, serviço de sustentação e suporte de software. Tais receitas são reconhecidas quando os serviços são executados, como atendimento aos chamados, desenvolvimento de sistemas e consultorias, sustentação e suporte de software e para as licenças de software, quando a chave de acesso é disponibilizada para os clientes, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas decorrem da determinação de controles manuais para a identificação e a mensuração do cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditora, devido à magnitude dos montantes relacionados, além da dependência de controles manuais relacionados à iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que o Grupo Plusoft satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- em base amostral, selecionamos contratos de prestação de serviços e analisamos as condições acordadas, obrigações performance, preço e prazo;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação dos serviços e disponibilização das licenças de software;
- testamos a liquidação financeira para os contratos/clientes em base da amostragem;
- testamos a integridade do relatório de contas a receber por meio da verificação de documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.); e
- avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis combinadas.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizados pelo Grupo Plusoft para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis combinadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019) não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o pronunciamento técnico NBC TG 44, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Plusoft continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo Plusoft ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo Plusoft são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Plusoft;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Plusoft. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Plusoft a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis combinadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Grupo Plusoft

Balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.624	4.389	3.725
Contas a receber	6	14.647	11.794	8.539
Contas a receber - partes relacionadas	8	1.173	2.325	2.121
Impostos a recuperar	7	2.746	2.014	2.502
Adiantamentos	-	530	639	577
Despesas antecipadas	-	1.174	152	89
Total do ativo circulante		22.894	21.313	17.553
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas	8	7.648	5.105	5.581
Depósitos judiciais	-	442	253	165
Aplicação financeira	5	2.596	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 b.	4.338	1.827	1.015
Outros créditos	-	354	-	-
Permanente				
Imobilizado e direito de uso	9	15.235	3.761	5.113
Intangível	11	36.563	10.346	7.190
Total do ativo não circulante		67.176	21.292	19.064
Total ativo		90.070	42.605	36.617

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Plusoft

Balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
Fornecedores	12	3.144	1.752	1.166
Fornecedores partes relacionadas	8	579	1.505	2.754
Empréstimos e financiamentos	13	5.002	9.850	12.349
Obrigações sociais e trabalhistas	15	5.346	4.177	3.997
Obrigações fiscais	14	5.060	3.206	2.518
Adiantamento de clientes	-	1.058	55	40
Passivo de arrendamento	10	513	500	777
Receitas antecipadas	17	3.491	1.773	-
Investimentos a pagar	18	4.281	-	-
Outras contas a pagar	-	1.088	1.289	470
Total do passivo circulante		29.562	24.107	24.071
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	12.743	5.187	8.593
Partes relacionadas	8	12	560	-
Passivo de arrendamento	10	11.189	1.346	2.457
Obrigações fiscais	14	345	-	-
Receitas antecipadas	17	5.008	7.087	-
Provisão de demandas judiciais	16	2.722	2.367	846
Investimentos a pagar	18	11.106	-	-
Outras contas a pagar	-	34	-	-
Total do passivo não circulante		43.159	16.547	11.896
Patrimônio líquido	19			
Capital social		2.494	2.057	2.057
Reserva de capital		14.804	-	-
Prejuízos acumulados		(136)	(106)	(1.407)
Total do patrimônio líquido		17.162	1.951	650
Patrimônio líquido atribuível a não controladores	-	187	-	-
Total do patrimônio líquido combinado		17.349	1.951	650
Total do passivo patrimônio líquido		90.070	42.605	36.617

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Plusoft

Demonstrações dos resultados combinados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	20	76.139	55.004	55.094
Custos dos serviços prestados	21	(47.771)	(30.505)	(34.919)
Lucro bruto		28.368	24.499	20.175
Despesas administrativas	22	(23.454)	(18.776)	(19.429)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	313	158	18
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos		5.227	5.881	764
Receitas financeiras	23	356	130	168
Despesas financeiras	23	(3.360)	(2.824)	(2.995)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.223	3.187	(2.063)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	24 a.	(1.534)	(975)	(381)
Diferido	24 c.	469	812	813
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.158	3.024	(1.631)
Participação do acionista controlador	-	1.067	3.024	(1.631)
Participação dos acionistas não-controladores	-	91	-	-
Resultado por ação - básico		0,0438	1,4916	(0,8045)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Plusoft

Demonstrações dos resultados abrangentes combinados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.158	3.024	(1.631)
Resutados abrangente	-	-	-
Lucro bruto	1.158	3.024	(1.631)
Participação do acionista controlador	1.067	3.024	(1.631)
Participação dos acionistas não-controladores	91	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Plusoft

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total	Participação não controladores no patrimônio líquido	Patrimônio líquido dos controladores
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**2.057**	**405**	**-**	**596**	**-**	**3.058**	**-**	**3.058**
Distribuição de lucros	-	(181)	-	(596)	-	(777)	-	(777)
Absorção com o prejuízo do exercício	-	(224)	-	-	224	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.631)	(1.631)	-	(1.631)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.057**	**-**	**-**	**-**	**(1.407)**	**650**	**-**	**650**
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(1.723)	(1.723)	-	(1.723)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.024	3.024	-	3.024
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.057**	**-**	**-**	**-**	**(106)**	**1.951**	**-**	**1.951**
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(978)	(978)	-	(978)
Aumento de capital	122	-	-	-	-	122	-	122
Incorporação - Virtual Interactions Consultoria Ltda.	76	-	-	-	(76)	-	-	-
Incorporação - Icustomer Mídia Digital Ltda.	43	-	-	-	(43)	-	-	-
Emissões de ações (196.156 novas ações)	196	-	-	-	-	196	-	196
Ágio na subscrição de ações	-	-	14.804	-	-	14.804	-	14.804
Outros	-	-	-	-	-	-	96	96
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.067	1.067	91	1.158
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.494**	**-**	**14.804**	**-**	**(136)**	**17.162**	**187**	**17.349**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Plusoft

Demonstrações dos fluxos de caixa combinados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.158	3.024	(1.631)
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	2.922	2.196	1.405
Participação dos acionistas não-controladores	(91)	-	-
Depreciação ativo de direito de uso	823	730	830
Demandas judiciais	355	1.521	220
Baixa líquida de imobilizado	99	-	(1)
Juros provisionados	2.341	1.920	1.432
Juros sobre passivo de arrendamento	186	132	168
Participação de quotistas não controladores	187	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.534	974	381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(469)	(812)	(813)
	9.045	9.685	1.991
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	(2.853)	(1.531)	2.717
Contas a receber com partes relacionadas	1.152	(544)	(2.404)
Imposto a recuperar	(2.774)	282	(1.710)
Adiantamento a fornecedores	109	(63)	94
Despesas antecipadas	(1.022)	(63)	(76)
Depósitos judiciais	(189)	(87)	(18)
Aplicação financeira - longo prazo	(2.596)	-	-
Outros ativos	(354)	-	5
Fornecedores	1.392	1.083	(1.505)
Fornecedores partes relacionadas	(926)	(3.132)	4.978
Obrigações sociais e trabalhistas	1.169	179	420
Obrigações fiscais	665	(83)	627
Adiantamento de clientes	1.003	26	(134)
Receitas antecipadas	(361)	8.850	-
Juros pagos	(2.599)	(1.297)	(1.076)
Investimentos a pagar	15.387	-	-
Imposto de renda e contribuições social sobre o lucro pagos	-	4	-
Outras contas a pagar	(166)	816	245
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	16.082	14.125	4.154
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Liberação de contrato de mútuo	(7.901)	(13.762)	(15.739)
Recebimento de contrato de mútuo	5.358	14.238	11.715
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(30.816)	(5.426)	(4.763)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(33.359)	(4.950)	(8.787)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	18.825	346	15.097
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(15.859)	(6.872)	(5.920)
Captação de recursos por meio de contrato de mútuo	12	560	-
Pagamento de contrato de mútuo	(560)	-	(964)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(1.049)	(822)	(855)
Aumento de capital	318	-	-
Ágio na subscrição de ações	14.804		
Dividendos pagos	(979)	(1.723)	(777)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	15.512	(8.511)	6.581
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.765)	664	1.948
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	4.389	3.725	1.777
No fim do período	2.624	4.389	3.725
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.765)	664	1.948

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo Plusoft

Demonstrações do valor adicionado combinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receitas			
Venda de serviços	(85.324)	(62.190)	(62.040)
Outras receitas	(134)	(141)	(178)
	(85.458)	(62.331)	(62.218)
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços vendidos	14.258	9.923	9.180
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	6.835	3.592	5.495
Perda / recuperação dos valores ativos	(78)	-	-
Outros custos	690	2.241	866
Valor adicionado bruto	(63.753)	(46.575)	(46.677)
Retenções			
Depreciações e amortizações	3.746	2.925	2.235
Valor adicionado líquido produzido	(60.007)	(43.650)	(44.442)
Valor adicionado recebido em transferência			
Ganho/(perda) de capital	(136)	-	-
Receita financeira	(356)	(130)	(168)
Valor adicionado total a distribuir	(60.499)	(43.780)	(44.610)
Distribuição do valor adicionado	(60.499)	(43.780)	(44.610)
Pessoal			
Remuneração direta	34.265	22.591	25.850
Benefícios	6.179	4.861	6.285
FGTS	2.108	1.310	1.808
	42.552	28.762	33.943
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	10.680	7.589	7.354
Federais (Diferidos)	(469)	(812)	(813)
Estaduais	28	10	11
Municipais	2.693	1.967	1.944
	12.932	8.754	8.496
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	2.906	2.355	2.352
Alugueis	455	634	900
Despesas financeiras	350	120	187
Multas	5	6	55
Outras despesas	232	125	308
	3.948	3.240	3.802
Remuneração de capitais próprios			
Participação do acionista controlador	1.158	3.024	(1.631)
Participação dos acionistas não-controladores	(91)	-	-
	1.067	3.024	(1.631)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Grupo Plusoft Informática (Grupo) com mais de 30 anos de atuação no mercado de TI, é a pioneira do segmento a conquistar a certificação internacional ISO 27001 no Brasil, atua oferecendo diversas soluções tecnológicas e de serviços mediante as empresas do Grupo, sendo:

Plusoft Informática S.A.: oferece o mais completo ecossistema de relacionamento com clientes e se destaca por reunir um moderno portfólio de soluções em Cloud, no modelo Software como Serviço (SaaS), que inclui CRM Omnichannel, inteligência artificial, automação, plataformas digitais de relacionamento.

DTM Marketing e Relacionamento Ltda. e Effective Marketing de Relacionamento Ltda. (adquiridas pela Plusoft Informática S.A. em maio de 2021): prestação de serviços de agência de publicidade, incluindo, mas sem se limitar, a criação e a produção de campanhas de publicidade e peças de comunicação dirigida para qualquer finalidade e para veiculação em quaisquer tipos de veículos de comunicação; prestação de serviços de consultoria de marketing, comunicação atendimento ao cliente e estratégia de mercado; desenvolvimento de programas de software, sua comercialização e o licenciamento de uso; serviços de computação, que ofereçam acesso a serviço interativo via rede internacional de computadores comumente chamada de internet; e prestação de serviços de assistência técnica, manutenção.

ICustumer Midia Digital Ltda. e Virtual Interaction Consultoria Ltda. (incorporadas pela Plusoft Informática S.A. em 30 de setembro de 2021, , anteriormente detidas por controlador em comum da Plusoft Informática S.A.): mercado de soluções digitais para monitoramento, SAC 3.0, *buzz intelligence*, plataformas colaborativas, índice de influência digital.

A Plusoft Informática S.A. está localizada na Rua Nebraska, 443, São Paulo – SP.

1.1. Desempenho financeiro

O Grupo apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R$ 6.668 mil, R$ 2.794 mil e R$ 6.518 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, tais condições indicam a necessidade de ações da Administração do Grupo para melhoria do desempenho financeiro.

Entre essas ações, destacam-se:

a) A possibilidade de compensação entre fornecedores a pagar (partes relacionadas) e o respectivo mútuo a receber da referida contraparte;

Renegociação no prazo de liquidação de empréstimos e financiamentos durante o ano de 2021, onde todos os contratos de empréstimos mantidos pelo Grupo foram renegociados alongando os prazos e renegociados as taxas de juros;

Com a implementação dessas ações adotadas, estima-se a reversão do capital circulante líquido negativo.

1.2. Covid-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Entretanto, devido à manutenção significativa da carteira de clientes, condições contratuais mantidas e fluxos de caixa operacionais estáveis, não foi identificado risco de continuidade operacional, ou necessidade de reconhecer perda ao valor recuperável de ativos.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Renegociações dos contratos com os fornecedores do Grupo, para alinhar a atual estrutura para prestação de serviço como por exemplo devolução de parte do espaço físico alugado, redução de aluguel, condomínio e *facilities;*
- Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de empregados, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo, tais como suspensão de novas contratações e de vale transporte;
- Negociação das condições dos empréstimos e financiamentos do Grupo com instituições financeiras e dos pagamentos com os fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez. O Grupo renegociou o prazo de liquidação de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras durante o ano de 2020. Em decorrência dessa renegociação, os pagamentos foram suspensos entre 2 a 6 meses dependendo do contrato e instituição financeira.

1.3. Incorporação Virtual e ICustumer

Em setembro de 2021, a Plusoft Informática S.A. procedeu a incorporação da ICustumer Midia Digital Ltda. (ICustumer) e Virtual Interaction Consultoria Ltda. (Virtual), com o objetivo da unificação das operações para maior sinergia na gestão dos negócios, o laudo de avaliação a valor contábil elaborado para suportar a operação foi emitido por peritos avaliadores independentes, para o acervo líquido apurado em 30 de setembro de 2021 sendo de R$ 62 mil para ICustumer e R$ 86 mil para Virtual. No momento da incorporação ambas as Empresas estavam sob o controle comum do mesmo controlador.

Os ativos e passivos a valores contábeis e o respectivo acervo líquido na data-base da elaboração do laudo de avaliação a valor contábil estão relacionados a seguir:

ICustumer Midia Digital Ltda.

Ativo	**30/09/2021**
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	7
Contas a receber de clientes	1.461
Contas a receber com partes relacionadas	2.172
Impostos a recuperar	197
Adiantamentos	53
Despesas antecipadas	30
Total do ativo circulante	**3.920**
Não circulante	
Partes relacionadas a receber	500
Imobilizado	176
Intangível	1.108
Total do ativo não circulante	**1.784**
Total ativo	**5.704**

Passivo	**30/09/2021**
Circulante	
Fornecedores	97
Fornecedores partes relacionadas	1.380
Obrigações sociais e trabalhistas	439
Obrigações fiscais	561
Adiantamento de clientes	12
Outras contas a pagar	2
Total do passivo circulante	**2.491**
Não circulante	
Empréstimos com partes relacionadas	3.123
Provisão para demandas judiciais	28
Total do passivo não circulante	**3.151**
Total do passivo	**5.642**
Acervo líquido	**62**

Virtual Interaction Consultoria Ltda.

Ativo	30/09/2021
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	44
Contas a receber	1.698
Contas a receber - partes relacionadas	2.404
Impostos a recuperar	470
Adiantamentos	74
Despesas antecipadas	27
Total do ativo circulante	**4.717**
Não circulante	
Contas a receber com partes relacionadas	1.049
Imposto de renda e contribuição social diferidos	508
Direito de uso	31
Imobilizado	178
Intangível	2.014
Total do ativo não circulante	**3.780**
Total ativo	**8.497**

Passivo	30/09/2021
Circulante	
Fornecedores	226
Fornecedores partes relacionadas	2.172
Obrigações sociais e trabalhistas	667
Obrigações fiscais	739
Passivo de arrendamento	31
Outras contas a pagar	91
Total do passivo circulante	**3.926**
Não circulante	
Partes relacionadas	4.435
Provisão de demandas judiciais	50
Total do passivo não circulante	**4.485**
Total passivo	**8.411**
Acervo líquido	**86**

A conciliação do acervo líquido incorporado apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido combinado em 31 de dezembro de 2021 e conforme segue:

	30/09/2021
Capital social ICustumer **(i)**	(20)
Acervo líquido ICustumer	62
Acervo líquido incorporado (capital social combinado)	**42**
Capital social Virtual **(i)**	(10)
Acervo líquido Virtual	86
Acervo líquido incorporado (capital social combinado)	**76**

(i) O capital social incorporado de Virtual e ICustumer, já consta na movimentação do capital social na demonstração das mutações do patrimônio líquido combinado, dessa forma, não sendo considerado para fins de apresentação do acervo líquido incorporado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1.4. Aquisição de investimento

Em 03 de maio de 2021, os acionistas da Plusoft Informática S.A. aprovaram a aquisição de 92,55% do capital social da DTM Marketing e Relacionamento Ltda ("DTM"), uma empresa do ramo de marketing digital, com sede em São Paulo (SP). O valor total da aquisição foi de R$ 26.247, dos quais R$ 11.106 foram pagos na data da aprovação da operação, R$ 15.141 serão pagos em 03 parcelas fixas e consecutivas entre 2022 e 2024.

Alocação do preço de aquisição (*Purchase Price Allocation* – PPA)	**DTM**
(i) Preço de compra	**26.247**
(ii) Patrimônio líquido da adquirida	**2.884**
Ativo adquiridos	4.881
Passivos assumidos	1.997
(iii) Intangíveis identificados	**8.047**
Carteira de cliente	2.207
Mais valia	9.985
(-) IRPJ e CSLL diferidos	(4.145)
(i) – (ii) – (iii) Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**15.316**

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis combinadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (NBC TG).

A emissão das demonstrações contábeis combinadas foi autorizada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Grupo estão apresentadas na Nota Explicativa n º 3.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais da Companhia no qual a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos foi aplicado. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 3.1.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis combinadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis combinadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Base de elaboração das demonstrações contábeis combinadas

As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas, de acordo com a norma contábil NBC TG 44 – Demonstrações Combinadas, apenas para fornecimento de análises adicionais à terceiros referentes ao grupo econômico, em virtude da incorporação, pela Plusoft Informática S.A. em 30 de setembro de 2021, das entidades ICustumer Midia Digital Ltda. e Virtual Interaction Consultoria Ltda. (anteriormente detidas por cotista controlador em comum da Plusoft Informática S.A.) e considerando a consolidação dos resultados da DTM Marketing e Relacionamento Ltda. (e sua controlada direta Effective Marketing de Relacionamento Ltda.) a partir da respectiva data de aquisição (03 de maio de 2021) pela Plusoft Informática S.A., não representando as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, não devendo ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos e de impostos nem para nenhuma outra finalidade societária.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis combinadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis combinadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), o Grupo utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 3.4 –** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados de forma confiável. Caso os valores faturados não tenham seus custos incorridos, o valor é apresentado como receitas antecipadas no balanço patrimonial, assim como os adiantamentos de clientes.
- **Nota Explicativa nº 6 –** Contas a receber de clientes - apuração de perda esperada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD para registro de provisão sobre contas a receber;
- **Nota explicativa nºs 9e 11 –** Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação/amortização;
- **Nota Explicativa nº 10 b. –** Arrendamentos – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9 e 11** – Imobilizado e Intangível – análise de redução ao valor recuperável;
- **Nota Explicativa nº 16** – Provisão para demandas judiciais – reconhecimento e mensuração de provisões contingências: probabilidade e magnitude das saídas de recursos sem que tenha havido provisões suficientes.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da norma, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

A conciliação entre saldo contábil e o valor justo e a respectiva classificação do nível hierárquico adotado na mensuração do valor justo estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota Explicativa nº 4 – Instrumentos financeiros.

3. Políticas contábeis

3.1. Mudanças de políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente a NBC TG 47 e a NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou a NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 – Receitas, a NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O Grupo adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, adicionalmente no final do exercício de 2018 o Grupo iniciou suas atividades o qual não gerou receita relevante para uma avaliação.

NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38/(R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38/(R3) de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38/(R3) para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

A NBC TG 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38/ (R3).

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo.

NBC TG 06 (R3) Arrendamentos

A Companhia adotou a NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 06 (R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme NBC TG 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita na Nota Explicativa nº 10.

Na transição para a NBC TG 06 (R3), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou à NBC TG 06 (R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NTG 06 (R2) não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06 (R3) foi aplicada apenas aos contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, O Grupo arrenda basicamente imóveis. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com a NBC TG 06 (R3), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme a NBC TG 06 (R2)

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019 (veja Nota Explicativa nº 10). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar à NBC TG 06 (R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);

- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

Como resultado da aplicação inicial do NBC TG 06 (R3), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, o Grupo reconheceu em 1 º de janeiro de 2019 passivos de arrendamento no valor R$ 3.921, e ativo de direito de uso nesses mesmos montantes, respectivamente. Os demais contratos de arrendamento (itens de baixo valor, com prazo inferior a 12 meses) continuam sendo registrados como despesa do exercício de acordo com sua natureza. A taxa média ponderada de empréstimo incremental do Grupo aplicada em
1º de janeiro de 2019 foi de aproximadamente 5% a.a.

ITG 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Vigente a partir de 01 de janeiro de 2019, especifica requisitos de divulgação para incertezas relacionadas a tributos sobre o lucro correntes e diferidos (ativos e passivos) e deve ser aplicada conforme a legislação vigente. A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos e concluiu que não há incertezas sobre o tratamento fiscal de acordo com a legislação fiscal vigente.

Outras normas e deliberações adotadas pela Companhia

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 estabelecem alterações sobre:

a) Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e

b) Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 7 de julho de 2020 a Deliberação n º 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos
nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas da NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e NBC TG 23 (R2)/IAS 8

Emendas da NBC TG 26 (R5)/IAS 1 e da NBC TG 23 (R2)/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração do Grupo avaliou os impactos da adoção destas novas normas e deliberações e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis combinadas.

3.2. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 em suas demonstrações contábeis.

(vi) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.3. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos o Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido o Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

3.4. Combinação de negócios

As aquisições de negócios realizadas pelo Grupo são contabilizadas pelo método de aquisição.

A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e passivos incorridos pela adquirente na data de aquisição, com exceções destacadas a seguir, quando aplicável:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos reconhecidos e mensurados, de acordo com a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro; e
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda – conforme a NBC TG 31 (R4) - Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operação Descontinuada.

Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios (contraprestação contingente)

Os passivos contingentes de uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição, e as variações no valor justo da contrapartida contingente subsequente, não classificadas como ajustes do período de mensuração, depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Ativos intangíveis adquiridos

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, equivalente ao custo de aquisição, e, subsequentemente, são mantidos ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável.

Ágio e teste de valor recuperável (*impairment*)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, e, posteriormente, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável (impairment). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição, deve ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (“UGCs”) que se beneficiarão das sinergias das combinações de negócios, e estas são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou quando houver indicação de perda do valor recuperável desse ativo financeiro.

Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio, se aplicável, é reconhecida diretamente no resultado do exercício, sem a possibilidade de reversão em período subsequente.

3.5. Receita de contrato com cliente

As receitas são reconhecidas a partir da aplicação de critérios específicos conforme a NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente que são:

- Formalização com o contrato com o cliente;
- Identificação das obrigações de performance;

- Valor do preço da transação;
- Alocação do preço da transação às obrigações de performance; e
- Reconhecimento da receita conforme as obrigações de performance forem satisfeitas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço prestado ao cliente. Quando ocorre a antecipação de faturamentos, os referidos são reconhecidos no passivo e registados como receita no momento do cumprimento da obrigação de performance.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipos de serviços	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Cumprimento da obrigação de performance
Venda de licença de software	O cliente obtém controle das licenças quando são disponibilizadas através de chave de acesso. As faturas são emitidas naquele momento. E devem ser pagas conforme cláusula contratual, normalmente em 30 dias.	A venda de licença de software (representa 64% da receita de serviço) é reconhecida quando a chave de acesso é disponibilizada para o cliente, de forma a atender a obrigação de desempenho.
Serviço de desenvolvimento de sistemas e de consultoria	O cliente homologa os devidos projetos de acordo com cada fase concluída. As faturas são emitidas a cada homologação e devem ser pagas, conforme condição contratual, normalmente em 30 dias.	A receita de serviço de desenvolvimento de consultoria por estágio de conclusão (representa 13% da receita de serviços) é reconhecida de acordo com a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme escopo contratado pelo cliente.
Serviço de sustentação e suporte de software	O serviço de sustentação e suporte de software busca garantir a estabilidade e o alto desempenho do software. Este serviço contratado tem o preço determinado de acordo com a dimensão desejada pelo cliente. O faturamento ocorre de acordo com o contrato, normalmente mensal.	A receita de serviço de sustentação e suporte de software (representa 23% da receita de serviços) é reconhecida ao longo da prestação do serviço quando ocorre o cumprimento da obrigação de performance.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

b) Imposto diferido

O imposto diferido, quando aplicável, é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando forem revertidas, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

c) Lei do bem

O Grupo desenvolve projetos de incentivo a tecnologia que resultam em dispêndios na atividade de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológicas tendo a utilização do benefício fiscal oriundo da Lei da Bem, que permite a redução de parte destes dispêndios da base do lucro real, conforme estabelecido no art. 26 da Lei 11.196/05 (Lei do Bem).

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

3.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber estão registradas pelos valores efetivamente faturados e estão apresentadas a valores de realização. Não houve constituição para perda de crédito por não identificarmos risco de perda. Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.9. Investimento em controladas (eliminados para fins das demonstrações contábeis combinadas)

A Plusoft Informática S.A. possui investimento direto na DTM Marketing e Relacionamento Ltda. e indireto na Effective Marketing de Relacionamento Ltda., conforme segue:

Razão social	Sede	Denominação utilizada	Tipo de Participação	% Participação
DTM Marketing e Relacionamento Ltda.	Brasil	DTM	Direta pela Plusoft Informática S.A.	92,55%
Effective Marketing de Relacionamento Ltda.	Brasil	Effective	Indireta pela Plusoft Informática S.A.	100%

Os investimentos para fins de demonstrações contábeis individuais Plusoft Informática S.A., são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme NBC TG 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28). Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos são contabilizados no balanço patrimonial da Plusoft Informática S.A. ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A participação societária nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Plusoft Informática S.A. como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores.

As demonstrações contábeis da DTM Marketing e Relacionamento Ltda. e indireto na Effective Marketing de Relacionamento Ltda. são elaboradas no mesmo período de divulgação do Grupo. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pelo Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em sua controlada. O Grupo determina, em cada data de fechamento das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado, se aplicável.

3.10. Imobilizado

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se refere ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança.

Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas.

O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil, conforme tabela a abaixo:

	Vida útil (anos)
Benfeitorias em poder de terceiros	5
Equipamentos de informática	5
Equipamentos de telefonia	5
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

3.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

O custo de ativo intangível gerado internamente inclui todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração e se resumem, basicamente, nos gastos com pessoal e outros custos diretamente alocados na produção e desenvolvimento dos projetos.

O valor amortizável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil suportado por laudo, conforme a tabela abaixo:

	Vida útil
Direito de uso de software - CRM OMNI	12
Direito de uso de software - CRM P5	12
Direito de uso de software – VIRTUAL	10
Direito de uso de software - Monitoramento de mídias	5
Direito de uso de software – Outros	5

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

3.13. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com sobre empréstimos e financiamentos, empréstimos com partes relacionadas.

4. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Grupo não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	2021		
Instrumentos financeiros	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.624	-	**2.624**
Aplicações financeiras	2.596	2.596	**5.192**
Contas a receber	-	14.647	**14.647**
Contas a receber – partes relacionadas	-	8.821	**8.821**
Adiantamentos	-	530	**530**
Total	**5.220**	**26.594**	**31.814**
Passivos			
Fornecedores		3.144	**3.144**
Arrendamento a pagar		11.702	**11.702**
Empréstimos e financiamentos		17.745	**17.745**
Adiantamento de clientes		1.058	**1.058**
Receitas antecipadas		8.499	**8.499**
Investimentos a pagar		15.387	**15.387**
Contas a pagar - partes relacionadas		591	**591**
Total	**-**	**58.126**	**58.126**

Instrumentos financeiros	2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.389	-	**4.389**
Aplicações financeiras	-	-	**-**
Contas a receber	-	11.794	**11.794**
Contas a receber – partes relacionadas	-	7.430	**7.430**
Adiantamentos	-	639	**639**
Total	**4.389**	**19.863**	**24.252**
Passivos			
Fornecedores	-	1.752	**1.752**
Arrendamento a pagar	-	1.846	**1.846**
Empréstimos e financiamentos	-	15.037	**15.037**
Adiantamento de clientes	-	55	**55**
Receitas antecipadas	-	8.860	**8.860**
Contas a pagar - partes relacionadas	-	2.065	**2.065**
Total	**-**	**29.615**	**29.615**

Instrumentos financeiros	2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.725	-	**3.725**
Aplicações financeiras	-	-	**-**
Contas a receber	-	8.539	**8.539**
Contas a receber – partes relacionadas	-	7.702	**7.702**
Adiantamentos	-	577	**577**
Total	**3.725**	**16.818**	**20.543**
Passivos			
Fornecedores	-	1.166	**1.166**
Arrendamento a pagar	-	3.234	**3.234**
Empréstimos e financiamentos	-	20.942	**20.942**
Adiantamento de clientes	-	40	**40**
Receitas antecipadas	-	-	**-**
Contas a pagar - partes relacionadas	-	2.754	**2.754**
Total	**-**	**28.136**	**28.136**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Nível 1:** preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	2021		
Instrumentos financeiros	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.624	-	-
Aplicações financeiras	2.596	-	-
Contas a receber	-	14.647	-
Contas a receber – partes relacionadas	-	8.821	-
Adiantamentos	-	530	-
Total	**5.220**	**23.998**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	3.144	-
Arrendamento a pagar	-	11.702	-
Empréstimos e financiamentos	-	17.745	-
Adiantamento de clientes	-	1.058	-
Receitas antecipadas	-	8.499	-
Investimentos a pagar	-	15.387	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	591	-
Total	**-**	**58.126**	**-**

	2020		
Instrumentos financeiros	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.389	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-
Contas a receber	-	11.794	-
Contas a receber – partes relacionadas	-	7.430	-
Adiantamentos	-	639	-
Total	**4.389**	**19.863**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	1.752	-
Arrendamento a pagar	-	1.846	-
Empréstimos e financiamentos	-	15.037	-
Adiantamento de clientes	-	55	-
Receitas antecipadas	-	8.860	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	2.065	-
Total	**-**	**29.615**	**-**

Instrumentos financeiros	2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.725	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-
Contas a receber	-	8.539	-
Contas a receber – partes relacionadas	-	7.702	-
Adiantamentos	-	577	-
Total	**3.725**	**16.818**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	1.166	-
Arrendamento a pagar	-	3.234	-
Empréstimos e financiamentos	-	20.942	-
Adiantamento de clientes	-	40	-
Receitas antecipadas	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	2.754	-
Total	**-**	**28.136**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de contrato e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração do Grupo tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo e de sua controlada. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de mercado

(ii) Risco de câmbio

As principais operações efetuadas pelo Grupo e sua controlada são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

(iii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros prefixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Este risco surge da possibilidade que o Grupo pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

O Grupo monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida.

A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

Instrumentos	Indexador	Taxa de juros a.a.	31/12/2021	Real	Risco	Cenário razoavelmente possível
Aplicação financeira	CDI	70% CDI	2.596	9,52%	Aumento do CDI	247
Empréstimos e financiamentos	CDI	20,47%	(17.745)	9,52%	Aumento do CDI	(1.689)
Efeito caixa			**(15.149)**			**(1.442)**

(iv) Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados anualmente, com base no contrato firmado junto aos clientes.

(v) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	2021	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	2.624	4.389	3.725
Contas a receber de clientes	14.647	11.794	8.539
Contas a receber de partes relacionadas	1.173	2.325	2.121
Adiantamento a fornecedores	530	639	577
Total	**18.974**	**19.147**	**14.962**

A administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual o Grupo está exposto, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

(vi) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A liquidez do Grupo depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que o Grupo dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

O quadro abaixo analisa os passivos do Grupo, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	3.144	-	-	-	3.144
Fornecedores - partes relacionadas	579	-	-	-	579
Empréstimos e financiamentos	5.002	4.116	8.627	-	17.745
Empréstimos com partes relacionadas	-	12	-	-	12
Passivo de arrendamento	513	418	10.771	-	11.702
Investimentos a pagar	4.281	5.553	5.553	-	15.387
Total	13.519	10.099	24.951	-	48.569

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.752	-	-	-	**1.752**
Fornecedores - partes relacionadas	1.505	-	-	-	**1.505**
Empréstimos e financiamentos	9.850	3.558	1.629	-	**15.037**
Empréstimos com partes relacionadas	-	560	-	-	**560**
Passivo de arrendamento	500	450	896	-	**1.846**
Total	13.607	4.568	2.525	-	**20.700**

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.166	-	-	-	**1.166**
Fornecedores - partes relacionadas	2.754	-	-	-	**2.754**
Empréstimos e financiamentos	12.349	3.954	4.639	-	**20.942**
Passivo de arrendamento	777	504	1.953	-	**3.234**
Total	17.046	4.458	6.592	-	**28.096**

(vii) Gerenciamento de capital

Os objetivos do Grupo durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, o Grupo, quando aprovado pelos quotistas, pode rever sua política de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, emitir novas quotas ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1	1	1
Bancos	2.623	4.388	3.724
Aplicação financeira	2.596	-	-
Total	**5.220**	**4.389**	**3.725**
Circulante	2.624	4.389	3.725
Não circulante	2.596	**-**	**-**

As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras contratadas estão vinculadas a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxa média de 2,53% a.a. (2020 a 2,76 % a.a. e 2019 a 4,09%) e possui o resgate imediato dos valores aplicados.

6. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Clientes nacionais	10.238	6.241	7.092
Clientes internacionais	404	-	-
Clientes a faturar	4.005	5.553	1.447
Total	**14.647**	**11.794**	**8.539**

A abertura das contas a receber por idade de vencimento está composta como segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
A vencer	10.015	5.141	6.017
A faturar	4.005	5.553	1.447
Títulos vencidos			
De 1 a 30 dias	284	1.017	930
De 31 a 60 dias	206	29	3
De 61 a 90 dias	62	29	113
De 91 a 180 dias	70	25	16
De 181 a 360 dias	-	-	13
Acima de 361 dias	5	-	-
Total do contas a receber	**14.647**	**11.794**	**8.539**

De acordo com a análise da Administração e à luz da NBC TG 48 sobre a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, não foi identificado a necessidade de reconhecimento de perdas para a carteira de clientes em questão, por meio da análise individual a cada título.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ/CSLL a recuperar	2.679	2.013	2.495
PIS/Cofins a recuperar	61	1	7
INSS a recuperar	6	-	-
Total	**2.746**	**2.014**	**2.502**

Os valores de IRPJ e CSLL são originados por meio das retenções nos recebimentos de clientes. Ao final dos respectivos exercícios, a apuração anual apresentou saldo maior que a apuração da contribuição/imposto a pagar.

8. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R$ 1.824 (2020 no montante de R$ 600 e para 2019 no montante de R$ 1.200).

	31/12/2021					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante Contas a receber	Não circulante Mútuo partes relacionadas	Circulante Fornecedores	Não circulante Mútuo partes relacionadas	Receita/ Recuperação de despesa Contas a receber	Custo/ Despesa Fornecedores
Edusense Educação Ltda.	419	130	7	-	518	(215)
Inpaas Soluções em TI Ltda.	114	-	346	-	403	(396)
Pluris Mídia Ltda.	481	-	226	12	3.126	(920)
TRD Marketing Solutions Ltda.	159	575	-	-	-	-
Sócios	-	6.943	-	-	-	-
Total não circulante	**1.173**	**7.648**	**579**	**12**	**4.047**	**(1.531)**

	31/12/2020					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante Contas a receber	Não circulante Mútuo partes relacionadas	Circulante Fornecedores	Não circulante Mútuo partes relacionadas	Receita/ Recuperação de despesa Contas a receber	Custo/ Despesa Fornecedores
Edusense Educação Ltda.	505	-	11	559	525	(192)
Inpaas Soluções em TI Ltda.	197	3	897	-	211	(406)
Pluris Mídia Ltda.	1.422	455	597	1	2.861	(1.532)
TRD Marketing Solutions Ltda.	201	530	-	-	55	-
Sócios	-	4.117	-	-	-	-
Total não circulante	**2.325**	**5.105**	**1.505**	**560**	**3.652**	**(2.130)**

	31/12/2019					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante Contas a receber	Não circulante Mútuo partes relacionadas	Circulante Fornecedores	Não circulante Mútuo partes relacionadas	Receita/ Recuperação de despesa Contas a receber	Custo/ Despesa Fornecedores
Edusense Educação Ltda.	284	78	30	-	285	(521)
Inpaas Soluções em TI Ltda.	247	-	180	-	247	(1.374)
Pluris Mídia Ltda.	1.055	1.640	1.134	-	2.077	(1.847)
TRD Marketing Solutions Ltda.	535	1.290	1.410	-	384	(798)
Sócios	-	2.573	-	-	-	-
Total não circulante	**2.121**	**5.581**	**2.754**	**-**	**2.993**	**(4.540)**

Mútuos

Os contratos de mútuos firmados entre as partes não possuem remuneração e a data de vencimento é determinada em 30 dias posteriormente à notificação de pagamento da mutuante à mutuaria.

Contas a receber

As transações relacionadas aos clientes são oriundas de despesas administrativas compartilhadas. As condições comerciais e o critério de rateio foram acordados entre as partes e estão de acordo com o praticado no mercado.

Fornecedores

As transações relacionadas aos fornecedores referem-se substancialmente ao serviço prestado pela respectiva parte relacionada diretamente ao cliente do Grupo, cujo contrato foi firmado pelo Grupo e a execução pela parte relacionada devido à expertise e capacidade operacional.

Aquisição de direito de uso de software

Em 28 de dezembro de 2019, foi estabelecido um contrato de cessão de direito de uso do software TRD/SOW, pelo valor de R$ 1.300 com a parte relacionada TRD Marketing Solutions Ltda. Esse montante foi baixado por meio de compensação entre o saldo de mútuo a receber e o contas a pagar (fornecedores) pela aquisição de direito de uso de software, conforme determinado no contrato firmado entre as partes, apenas para efeito de apresentação das demonstrações contábeis. Em fevereiro de 2020, o Grupo adquiriu licenças da parte relacionada Inpaas Soluções em TI no montante de R$ 1.260. Os softwares adquiridos foram avaliados pelas partes envolvidas de acordo com o mercado de atuação.

Compartilhamento de despesas administrativas

A partir do exercício de 2018 o Grupo passou a efetuar a avaliação para o rateio das despesas administrativas entre suas partes relacionadas, uma vez que o Grupo concentra os gastos administrativos do Grupo Plusoft. Em 2021 o valor total compartilhado com as partes relacionadas foi no montante de R$ 4.994, reconhecidos como redução das despesas administrativas.

Provisão para demandas judiciais - IOF sobre mútuos

O Grupo registrou sob a rubrica “provisão para demandas judiciais” os valores referentes ao IOF (imposto sobre operações contábeis) sobres os mútuos concedidos às partes relacionadas. O valor apurado segue a legislação vigente. Em 2021 foi provisionado o montante de R$ 193 (sendo para 2020 no valor de R$ 174 e em 2019 R$ 151).

Acordos celebrados

O Grupo celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis combinadas ora apresentadas).

9. Imobilizado e direito de uso

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado	3.676	2.098	2.023
Direito de uso	11.559	1.663	3.090
Total	**15.235**	**3.761**	**5.113**

A composição e movimentação do imobilizado está demostrada a seguir:

Custo do Imobilizado	Saldo 2019	Adição	Baixa	Saldo 2020	Adição	Baixa	Transferência	Aquisição DTM	Saldo 2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**383**	60	-	**443**	552	-	307	288	**1.590**
Equipamentos de informática	**811**	29	-	**840**	336	-	-	1.277	**2.453**
Equipamentos de telefonia	**44**	-	-	**44**	-	-	-	-	**44**
Instalações	**15**	-	-	**15**	-	-	-	-	**15**
Máquinas/equipamentos	**638**	21	-	**659**	14	(18)	-	-	**655**
Móveis e utensílios	**676**	11	-	**687**	2	-	-	100	**789**
Veículos	**388**	545	(105)	**828**	931	(284)	-	-	**1.475**
Reforma do 5º Andar	**286**	-	-	**286**	21	-	(307)	-	**-**
Total	**3.241**	**666**	**(105)**	**3.802**	**1.856**	**(302)**	**-**	**1.665**	**7.021**

Depreciação	Saldo 2019	Depreciação	Baixa	Saldo 2020	Depreciação	Baixa	Transferência	Aquisição DTM	Saldo 2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**(66)**	(44)	-	**(110)**	(207)	-	(320)	(39)	**(676)**
Equipamentos de informática	**(249)**	(155)	-	**(404)**	(276)	-	-	(547)	**(1.227)**
Equipamentos de telefonia	**(24)**	(9)	-	**(33)**	(3)	-	-	(268)	**(304)**
Instalações	**(7)**	(3)	-	**(10)**	(3)	-	-	-	**(13)**
Máquinas/equipamentos	**(422)**	(87)	-	**(509)**	(63)	18	-	-	**(554)**
Móveis e utensílios	**(150)**	(71)	-	**(221)**	(80)	-	-	(49)	**(350)**
Veículos	**(207)**	(67)	105	**(169)**	(237)	185	-	-	**(221)**
Reforma do 5º Andar	**(93)**	(155)	-	**(248)**	(72)	-	320	-	**-**
Total	**(1.218)**	**(591)**	**105**	**(1.704)**	**(941)**	**203**	**-**	**(903)**	**(3.345)**
Total líquido	**2.023**	**75**	**-**	**2.098**	**915**	**(99)**	**-**	**762**	**3.676**

A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - direito de uso	Vida útil (anos)	Saldo final em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Ajustes de Contratos	Saldo final em 31/12/2021
Imóveis	03/out	**1.488**	**11.421**	**(599)**	(1.099)	**11.211**
Veículos	2	**175**	**367**	**(199)**	(109)	**234**
Servidores	5	**-**	**139**	**(25)**	-	**114**
Total		**1.663**	**11.927**	**(823)**	(1.208)	**11.559**

Ativo – direito de uso	Vida útil (anos)	Saldo final em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Ajustes de Contratos	Saldo final em 31/12/2020
Imóveis	03/out	**2.902**	-	(524)	(890)	**1.488**
Veículos	2	**188**	193	(206)	-	**175**
Total		**3.090**	193	(730)	(890)	**1.663**

Ativo - direito de uso	Vida útil (anos)	Saldo final em 01/01/2019	Depreciação	Saldo final em 31/12/2019
Imóveis	3 - 10	**3.475**	(573)	**2.902**
Veículos	2	**445**	(257)	**188**
Total		**3.920**	(830)	**3.90**

10. Passivo de arrendamento

O Grupo possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para os imóveis, equipamentos e veículos, com prazos médios entre 2 e 10 anos e opção de renovação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos.

Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros.

O Grupo definiu as premissas para os cálculos dos efeitos iniciais, as de taxas de juros para o registro de valor presente, bem como o período de vida útil (com possíveis renovações).

A taxa média ponderada de empréstimo incremental do Grupo aplicada em 1º de janeiro de 2019 foi de aproximadamente 5% a.a.

Em 2020 houve recálculo do contrato de locação de imóvel após renegociação do contrato e dos valores mensais de contraprestações.

Em 2021 tivemos a mudança da sede da Plusoft, com isso o contrato de locação antigo foi rescindido e um novo foi contratado.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

Passivo de arrendamento a pagar

Arrendamentos a pagar (adoção inicial em 1º de janeiro de 2019)	3.921
Apropriação de juros **(a)**	168
Amortização do principal (pagamentos)	(855)
Saldo final em 31/12/2019	**3.234**
Novos contratos	192
Ajustes de contratos renegociados	(890)
Apropriação de juros **(a)**	132
Amortização do principal (pagamentos)	(822)
Saldo final em 31/12/2020	**1.846**
Novos contratos	11.926
Ajuste de contratos rescindidos	(1.207)
Apropriação de juros **(a)**	186
Amortização do principal (pagamentos)	(1.049)
Saldo final em 31/12/2021	**11.702**

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	513	500	777
Não circulante	11.189	1.346	2.457

(a) Juros são contabilizados no resultado na rubrica de despesas financeiras, é utilizada taxa de desconto única, considerando a média de captação de recursos no mercado.

Os vencimentos a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados abaixo:

	31/12/2021
2021	-
2022	245
2023	374
2024	498
2025 em diante	10.072
Total	**11.189**

Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de imóveis contêm opções de prorrogação exercíveis pelo Grupo até

um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, o Grupo procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pelo Grupo e não pelos arrendadores. O Grupo reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses, é de 16,92% a.a., representam os seguintes montantes:

Fluxo real	Direito de uso			Passivo de arrendamento			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Fluxo real	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso	11.559	1.663	3.090	Passivo de arrendamento	11.702	1.846	3.234
Depreciação	(830)	(890)	(823)	Despesas financeira	(186)	(132)	(168)

Fluxo inflacionado	Direito de uso			Passivo de arrendamento			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	Fluxo inflacionado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso	13.515	1.944	3.613	Passivo de arrendamento	13.682	2.158	3.781
Depreciação	(970)	(1.041)	(962)	Despesas financeira	(217)	(154)	(196)

11. Intangível

Custo do Intangível	01/01/2019	Adição	Saldo 2019	Adição	Transferência	Saldo 2020	Adição	Aquisição DTM	Saldo 12/2021
Carteira de clientes, líquido de IR/CS diferido **(i)**	-	-	-	-	-	-	1.457	-	1.457
Mais valia, líquido de IR/CS diferido **(i)**	-	-	-	-	-	-	6.590	-	6.590
Ágio **(i)**	-	-	-	-	-	-	15.316	-	15.316
Direito de uso de software	3.471	1.321	4.792	2.002	(51)	6.743	1.496	688	8.927
Software Omni	4.221	2.089	6.310	2.722	(2.160)	6.872	1.690	-	8.562
Software Assistente Virtual	-	-	-	-	1.427	1.427	646	-	2.073
Software Monitoramento de Mídias	-	-	-	-	784	784	333	-	1.117
Software Light House	-	30	30	30	-	60	50	-	110
Marcas e patentes	56	-	56	-	-	56	406	1	463
Software P5	90	38	128	6	-	134	-	-	134
Total	**7.838**	**3.478**	**11.316**	**4.760**	**-**	**16.076**	**27.984**	**689**	**44.749**

Amortização	01/01/2019	Amortização	Saldo 2019	Amortização	Transferência	Saldo 2020	Amortização	Transferência	Saldo 12/2021
Direito de uso de software	(2.543)	(387)	(2.930)	(891)	(27)	(3.848)	(963)	(475)	(5.286)
Software Omni	(619)	(519)	(1.138)	(696)	206	(1.628)	(640)	-	(2.268)
Software Assistente Virtual	-	-	-	-	(107)	(107)	(171)	-	(278)
Software Monitoramento de Mídias	-	-	-	-	(72)	(72)	(193)	-	(265)
Software Light House	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Software P5	(46)	(12)	(58)	(17)	-	(75)	(9)	-	(84)
Total	**(3.208)**	**(918)**	**(4.126)**	**(1.604)**	**-**	**(5.730)**	**(1.981)**	**(475)**	**(8.186)**
Total líquido	**4.630**	**2.560**	**7.190**	**3.156**	**-**	**10.346**	**26.003**	**214**	**36.563**

(i) Ativos identificáveis e ágio proveniente da aquisição da DTM, conforme Nota Explicativa n º 1.4

12. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Serviços técnico e de infraestrutura	1.969	943	685
Serviços de terceiro	897	677	421
Materiais de consumo	278	132	60
Total	**3.144**	**1.752**	**1.166**

13. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamento podem ser assim resumidas:

Credor	Modalidade	Vencimento	Moeda	Taxa a.m.	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Itaú Unibanco	Capital de Giro	jun/26	Real	DI over + 5,7% a.a	7.113	-	-
Santander	Capital de Giro	jun/26	Real	14,53% a.a.	6.234	-	-
Itaú Unibanco	Capital de Giro	jun/26	Real	DI over + 5,7% a.a	1.500	-	-
Santander	Capital de Giro	mar/23	Real	10,92% a.a.	-	4.441	6.019
Itaú Unibanco	Capital de Giro	jun/22	Real	11,48% a.a.	-	3.852	5.025
Itaucard	Financiamento	ago/24	Real	11,61% a.a.	225	-	-
BMW Financeira	Financiamento	mar/24	Real	7,96% a.a.	271	-	-
Itaucard	Financiamento	nov/23	Real	10,41% a.a.	267	342	-
BNDES - Prosoft	Financiamento	fev/23	Real	TJLP + 4,47% a.a.	-	4.769	5.522
Itaú Unibanco	Capital de Giro	nov/20	Real	10.56% a.a.	-	-	1.844
Santander	Capital de Giro	jun/20	Real	20,47% a.a.	-	-	362
Aymoré	Financiamento	fev/20	Real	0% a.a.	-	-	24
Santander	Capital de Giro	nov/22	Real	24,16% a.a.	462	-	-
Santander	Capital de Giro	nov/22	Real	24,16% a.a.	1.609	-	-
Aymoré	Financiamento	dez/22	Real	20,70% a.a.	38	-	-
Aymoré	Financiamento	mar/22	Real	12,55% a.a.	7	-	-
Aymoré	Financiamento	jul/22	Real	12,55% a.a.	19	-	-
Itaú Unibanco	Capital de Giro	mai/26	Real	20,27% a.a.	-	806	1.007
J Safra	Leasing	abr/21	Real	11,48% a.a.	-	14	60
Itaú Unibanco	Capital de Giro	jul/22	Real	20,27% a.a.	-	803	1.007
Bradesco	*Leasing*	fev/21	Real	24,86% a.a.	-	10	72
Total					**17.745**	**15.037**	**20.942**
Circulante					5.002	9.850	12.349
Não circulante					**12.743**	**5.187**	**8.593**

Exercícios	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	-	-
2021	-	-	3.955
2022	-	3.558	2.870
2023	4.116	1.629	1.768
2024	3.632	-	-
2025	3.372	-	-
2026	1.623	-	-
Total	**12.743**	**5.187**	**8.593**

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 como segue:

Credor	Modalidade	Taxa a.a.	31/12/2020	Captações	Pagamentos de principal	Pagamento de juros	Apropriação de juros	31/12/2021
Itaú Unibanco	Capital de Giro	DI over + 5,7%	-	7.000	(314)	(13)	440	7.113
Santander	Capital de Giro	14,53%	-	6.000	-	(411)	644	6.233
Itaú Unibanco	Capital de Giro	DI over + 5,7%	-	1.500	(48)	(2)	50	1.500
Santander	Capital de Giro	10,92%	4.441	-	(4.378)	(473)	410	-
Itaú Unibanco	Capital de Giro	11,48%	3.852	-	(3.267)	(875)	290	-
Itaucard	Financiamento	11,61%	-	247	(27)	(5)	11	226
BMW Financeira	Financiamento	7,96%	-	350	(87)	(11)	19	271
Itaucard	Financiamento	10,41%	342	-	(89)	(17)	31	267
BNDES - Prosoft	Financiamento	TJLP + 4,47%	4.769	-	(4.688)	(346)	265	-
Santander	Capital de Giro	24,16%	-	468	-	(6)	-	462
Santander	Capital de Giro	24,16% a.a.	-	1.632	-	(22)	-	1.610
Aymoré	Financiamento	15,25% a.a.	-	14	(14)	(1)	1	-
Aymoré	Financiamento	20,70% a.a.	-	51	(13)	(7)	7	38
Aymoré	Financiamento	12,55% a.a.	-	25	(18)	(2)	2	7
Aymoré	Financiamento	12,55% a.a.	-	38	(20)	(3)	3	18
J Safra	Leasing	20,27% a.a.	14	-	(12)	(4)	2	-
Itaú Unibanco	Capital de Giro	11,48% a.a.	806	-	(688)	(178)	60	-
Itaú Unibanco	Capital de Giro	DI Over + 5,6% a.a.	-	750	(750)	(21)	21	-
Itaú Unibanco	Capital de Giro	11,48% a.a.	803	-	(688)	(177)	62	-
Itaú Unibanco	Capital de Giro	DI Over + 5,6% a.a.	-	750	(750)	(22)	22	-
Bradesco	*Leasing*	24,86% a.a.	10	-	(8)	(3)	1	-
Total			15.037	18.825	(15.859)	(2.599)	2.341	17.745

Credor	Modalidade	Taxa a.a.	31/12/2019	Captações	Pagamentos de principal	Pagamento de juros	Apropriação de juros	31/12/2020
Santander	Capital de Giro	10,92%	6.019	-	(1.622)	(570)	614	4.441
Itaú Unibanco	Capital de Giro	11,48%	5.025	-	(1.465)	(189)	481	3.852
Itaucard	Financiamento	10,41%	-	346	(7)	(1)	4	342
BNDES - Prosoft	Financiamento	TJLP + 4,47%	5.522	-	(983)	(234)	464	4.769
Itaú Unibanco	Capital de Giro	10.56%	1.844	-	(1.834)	(154)	144	-
Santander	Capital de Giro	20,47%	362	-	(315)	(53)	6	-
Aymoré	Financiamento	0,00%	24	-	(24)	-	-	-
J Safra	Leasing	20,27% a.a.	60	-	(39)	(12)	5	14
Itaú Unibanco	Capital de Giro	11,48% a.a.	1.007	-	(268)	(32)	99	806
Bradesco	Leasing	24,86% a.a.	72	-	(49)	(19)	6	10
Itaú Unibanco	Capital de Giro	11,48% a.a.	1.007	-	(268)	(33)	97	803
Total			20.942	346	(6.874)	(1.297)	1.920	15.037

Credor	Modalidade	Taxa a.a.	01/01/2019	Captações	Pagamentos de principal	Pagamento de juros	Apropriação de juros	31/12/2019
Santander	Capital de Giro	10,92%	-	6.000	-	(157)	176	6.019
Itaú Unibanco	Capital de Giro	11,48%	-	5.000	(268)	(9)	302	5.025
BNDES - Prosoft	Financiamento	TJLP + 4,47%	7.013	-	(1.448)	(518)	475	5.522
Itaú Unibanco	Capital de Giro	17,46%	1.448	-	(1.459)	(86)	97	-
Itaú Unibanco	Capital de Giro	10.56%	-	2.000	(167)	(12)	23	1.844
Santander	Capital de Giro	20,47%	869	-	(501)	(112)	106	362
Aymoré	Financiamento	0,00%	-	97	(73)	-	-	24
Santander	Capital de Giro	16,02%	1.882	-	(1.834)	(150)	102	-
J Safra	Leasing	20,27% a.a.	87	-	(30)	(11)	14	60
Itaú Unibanco	Capital de Giro	11,48% a.a.	-	1.000	(45)	(1)	53	1.007
Bradesco	Leasing	24,86% a.a.	110	-	(50)	(19)	31	72
Itaú Unibanco	Capital de Giro	11,48% a.a.	-	1.000	(45)	(1)	53	1.007
Total			11.409	15.097	(5.920)	(1.076)	1.432	20.942

Garantias

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se basicamente em aval dos sócios.

Cláusulas Contratuais (*Covenants*)

Em agosto de 2017, o Grupo firmou contrato junto ao BNDES, tendo seu primeiro vencimento para março de 2019. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar deste contrato era de R$ 4.770 (R$ 5.523 em 2019). Devido à quebra de *covenants* mencionada a seguir o Grupo classificou o saldo do contrato no curto prazo.

Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. O contrato firmado com o BNDES contém *covenants* que estabelecem requisitos financeiros no qual deverão ser cumpridos.

O índice financeiro estabelecido pelo BNDES a ser apurado pelo Grupo é a não distribuição de dividendos durante o período de carência do contrato maior que 25% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Considera-se exercício anterior ao exercício social imediatamente àquele que se pretende realizar pagamentos aos acionistas. As cláusulas também determinam que o Grupo não deve conceder, sem a prévia autorização do BNDES, empréstimos acima de 5% de seu ativo total, apurado ao término do exercício social anterior.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve distribuição de dividendos acima do permitido. Portanto, o referido *covenants* financeiro foi cumprido nessa data-base. Entretanto, durante o exercício de 2019, o Grupo concedeu empréstimos acima de 5% do seu ativo total, apurado ao término do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a entidades do mesmo grupo econômico (vide Nota Explicativa nº 8), sem a prévia autorização do BNDES.

O Grupo não obteve junto a instituição financeira o mencionado *waiver* para mitigar o risco de vencimento antecipado da obrigação.

Em 31 de dezembro de 2020, houve a quebra do referido *covenants* financeiro, uma vez que houve distribuição acima do permitido, possibilitando o vencimento antecipado da obrigação de acordo com o contrato firmado pela instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo já mantinha dos saldos do contrato no curto prazo, caso o banco viesse exigir a liquidação antecipada.

No início de 2021 o Grupo tomou a iniciativa da liquidação antecipada do contrato junto ao BNDES o que ocorreu em Maio/21, após a comprovação de todas as obrigações contratuais.

O Grupo mantém em seus empréstimos e financiamentos, garantias e *covenants*, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado.

Os demais empréstimos e financiamentos do Grupo não possuem cláusulas de *covenants*.

14. Obrigações fiscais

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ/CSLL a recolher	2.514	1.787	1.563
PIS/Cofins a recolher	610	424	316
Contribuição Previdenciária a recolher	1.213	589	296
ISS a recolher	535	389	321
Outros impostos a recolher	55	17	22
Parcelamento federal **(i)**	478	-	-
Total	**5.405**	**3.206**	**2.518**
Circulante	5.060	3.206	2.518
Não circulante	345	-	-
Total	**5.405**	**3.206**	**2.518**

(i) O parcelamento tem vencimento final no exercício de 2022.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	1.071	1.508	1.257
Provisão de férias e encargos sociais	2.548	1.821	1.841
FGTS a recolher	345	206	154
INSS a recolher	576	197	247
IRRF s/ salários a recolher	806	445	473
Contribuições a recolher	-	-	25
Total	5.346	4.177	3.997

16. Provisões para demandas judiciais

O Grupo, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão conforme demonstração a seguir, sendo este o montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, relativas aos processos com risco de perda provável, movidos por ex-empregados e de Companhias prestadoras de serviços.

O Grupo registrou sob a rubrica “provisão para demandas judiciais” os valores referentes ao IOF (imposto sobre operações financeiras) sobres os mútuos concedidos às partes relacionadas. O valor apurado segue a legislação vigente, conforme demonstração a seguir.

Existem outras ações judiciais sobre questões trabalhistas, que pelos assessores jurídicos classificam com risco possível, o montante de R$ 3.007, R$ 3.422 e R$ 3.837 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, cujo prognóstico foi atualizado de acordo com o andamento do processo, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Os saldos finais dos valores provisionados para cobertura de demandas judiciais nos períodos findos podem ser expressos conforme a seguir:

Natureza da contingência	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	1.980	1.831	505
Fiscais	742	536	341
Total	**2.722**	**2.367**	**846**

Movimentação	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 01/01/2019	**450**	**176**	**626**
Adições	505	165	**670**
Exclusões	(450)	-	**(450)**
Saldo em 31/12/2019	**505**	**341**	**846**
Adições	1.326	195	**1.521**
Exclusões	-	-	**-**
Saldo em 31/12/2020	**1.831**	**536**	**2.367**
Adições	149	206	**355**
Exclusões	-	-	**-**
Saldo em 31/12/2021	**1.980**	**742**	**2.722**

17. Receitas antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Suporte e sustentação	5.949	6.110	-
Licença de uso	2.550	2.750	-
Total	**8.499**	**8.860**	**-**

A receita antecipada se refere a recebimentos antecipados onde não ocorreram o cumprimento da obrigação de performance, sendo somente registradas como receita quando da entrega ou da prestação dos serviços ao cliente.

18. Investimentos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Contas a pagar – Aquisição DTM	15.387	-	-
Total	**15.387**	**-**	**-**

Os investimentos a pagar se referem a contraprestação assumida na aquisição da DTM Marketing de Relacionamento Ltda. pela Plusoft Informática S.A., conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1.4.

O cronograma de vencimento das parcelas do longo prazo é conforme segue:

	31/12/2021
2022	4.281
2023	5.553
2024	5.553
Total	**15.387**

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado de R$ 2.494, sendo composto de 26.420.929 ações ordinárias nominativas, possuídas por pessoas físicas e jurídicas residentes no país, assim distribuídas:

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2019	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Qestra Tecnologia Administração e Participação Ltda.	20.827.405	78,83%	-	0,00%	-	0,00%
Guilherme Correa Porto	2.796.762	10,59%	988.203	48,74%	988.203	48,74%
Fernando Aloysio Marietto de Souza	2.796.762	10,59%	988.203	48,74%	988.203	48,74%
Solemar Batista de Andrade	-	0,00%	51.010	2,52%	51.010	2,52%
Total	**26.420.929**	**100%**	**2.027.416**	**100%**	**2.027.416**	**100%**

b) Reservas legal

A reserva legal será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2019, o Grupo apurou prejuízo contábil. De acordo com o artigo 189 da Lei nº 6.404/76, o prejuízo foi absorvido pela reserva de lucros, considerando a reserva legal e reserva de lucros acumulados.

c) Reserva de capital

A reserva de capital e proveniente de contribuições dos sócios e de resultados de transações entre os acionistas do Grupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Grupo constituiu o montante de R$ 14.804, proveniente de ágio com emissões de ações.

d) Dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social do Grupo, "ad referendum" da Assembleia Geral. Em 2021 o Grupo distribuiu lucros aos sócios o montante de R$ 978 (R$ em 2020 1.724 e R$ 596 em 2019).

e) Resultado por ação

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro por ação básico:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	**1.158**	**3.024**	**(1.631)**
Denominador			
Média ponderada de ações - básica	26.420.929	2.027.416	2.027.416
Lucro (prejuízo) básico por ação em (R$)	**0,0438**	**1,4916**	**(0,8045)**

20. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida reconhecida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi como segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta dos serviços prestados	85.541	62.448	63.511
Impostos sobre os serviços prestados	(9.184)	(7.186)	(8.046)
Cancelamento de serviços prestados	(218)	(258)	(371)
Total	**76.139**	**55.004**	**55.94**

21. Custo dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram como seguem:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Mão de obra	(33.462)	(20.649)	(25.928)
Serviços de terceiros	(9.627)	(3.476)	(3.517)
Serviços técnicos e de infraestrutura	(4.510)	(6.271)	(5.014)
Outros custos	(172)	(109)	(460)
Total	**(47.771)**	**(30.505)**	**(34.919)**

22. Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram como seguem:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Mão de obra	(11.974)	(9.890)	(10.647)
Serviços de terceiros	(4.922)	(2.532)	(3.109)
Amortização e depreciação	(2.923)	(2.196)	(1.405)
Ocupação e utilidades	(1.156)	(1.167)	(1.223)
Despesas gerais	(1.656)	(2.262)	(2.215)
Amortização direito de uso	(823)	(729)	(830)
Despesas gerais	**(23.454)**	**(18.776)**	**(19.429)**

23. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram como segue:

Despesas financeiras	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Juros empréstimos e financiamentos	(2.326)	(1.920)	(1.425)
Juros sobre arrendamento	(187)	(132)	(168)
Despesas bancárias	(350)	(120)	(187)
Juros passivos	(228)	(82)	(589)
Variações monetárias passivas	(18)	(29)	(28)
Multas passivas	(168)	(221)	(220)
IOF sobre operações financeiras	(83)	(313)	(267)
Outros	-	(7)	(111)
Total	**(3.360)**	**(2.824)**	**(2.995)**

Receitas financeiras	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receitas sobre aplicações financeiras	129	63	104
Juros ativos	183	60	52
Descontos auferidos	1	6	-
Variações monetárias ativas	43	1	12
Total	**356**	**130**	**168**

24. Imposto de renda e contribuição social

a) O imposto de renda e contribuição social corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.223**	**3.187**	**(2.063)**
Alíquota fiscal combinada	**34%**	**34%**	**34%**
Imposto de renda e contribuição social			
Pela alíquota fiscal	**756**	**1.084**	**(701)**
Adições permanentes:			
Depreciação e encargos ref. Arrendamento mercantil (IFRS 16)	343	293	340
Provisão não dedutível	1.169	915	234
Perda com recebíveis	2	88	73
Provisão de IRPJ e CSLL	518	-	-
Despesas não dedutíveis	61	35	113
Exclusões permanentes:			
Contraprestações de arrendamento no período (IFRS 16)	(288)	(277)	(291)
Reversão de provisão não dedutível	(1.114)	(208)	(56)
Outras exclusões - Variação cambial	(22)	-	-
Outros itens:			
Benefício fiscal (Adicional do IR)	(32)	(50)	(24)
Benefício fiscal (P&DTI)	-	(562)	-
Benefício fiscal (compensação de prejuízo fiscal)	(450)	(343)	-
Prejuízo fiscal apurado no período	591		693
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**1.534**	**975**	**381**
Alíquota efetiva	**69%**	**31%**	**-18%**

b) O imposto de renda e contribuição social diferidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 é conforme segue

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para contingências	2.604	2.326	801
Provisão de bônus	739	429	472
Provisão diversas	1.755	608	-
Saldo de prejuízo fiscal	**7.660**	**2.009**	**1.713**
Saldo da base negativa da contribuição social	**7.660**	**2.009**	**1.713**
Total	**20.418**	**7.381**	**4.699**
CSLL	1.148	484	269
IRPJ	3.190	1.343	746
Total	**4.338**	**1.827**	**1.015**

c) A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 é conforme segue:

	CSLL	IRPJ
Saldo em 31/12/2019 Reapresentado	**269**	**747**
Adições temporárias	257	714
Exclusões temporárias	(42)	(118)
Saldo em 31/12/2020	**484**	**1.343**
Adições temporárias	757	2.107
Exclusões temporárias	(93)	(259)
Saldo em 31/12/2021	**1.148**	**3.190**

25. Segmentos operacionais

A Administração do Grupo, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera no segmento de meios de pagamentos e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

26. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía cobertura de seguros responsabilidade civil no montante de R$ 10.000 mil. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

27. Transações que não afetaram o caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Atividades de investimento			
Direito de uso de ativos	(11.927)	(193)	(3.920)
Total	**(11.927)**	**(193)**	**(3.920)**
Atividades de financiamento			
Arrendamentos a pagar	11.927	193	3.920
Total	**11.927**	**193**	**3.920**

Os valores referem-se ao direito de uso dos imóveis, veículos e servidores no qual os efeitos não estão sendo apresentados nas demonstrações do fluxo de caixa combinadas.

* * *

Guilherme Correa Porto
Diretor Presidente

Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo
Diretor Superintendente

Fernando Alonso Macedo
Diretor - financeiro

João Andrade Velloso
Contador - CRC 1SP 152.250/O-7

Grupo SKA

Demonstrações contábeis combinadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas	3
Demonstrações contábeis combinadas	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Iguaçu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

Ao Quotista e Administradores do
Grupo SKA
São Leopoldo – RS

Opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Grupo SKA (formado pelas empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 1), que compreendem os balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e as respectivas demonstrações combinadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo SKA em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o pronunciamento técnico NBC TG 44 – Demonstrações Combinadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo SKA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Ênfase

Apresentação das demonstrações contábeis combinadas

Conforme mencionado nas Nota Explicativa nº 1, as demonstrações contábeis combinadas, elaboradas pela administração, têm o objetivo de apresentar as informações contábeis como se as entidades sob controle comum (SKA Automação de Engenharias Ltda, SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda. e W3K Tecnologia Ltda.) fossem uma única entidade, considerando-se as operações históricas efetivamente incorridas. As citadas demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais à terceiros referentes ao grupo econômico, não representando as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, não devendo ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos e de impostos nem para nenhuma outra finalidade societária. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis combinadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nº 7. Item “b” e nº 24)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 24, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 o Grupo SKA reconheceu receitas líquidas nos montantes de R$ 175.385 mil, R$ 128.348 mil e R$ 124.769 mil, respectivamente, provenientes da venda de licença de software, desenvolvimento de sistema, consultorias, venda de produtos e suporte de software. Tais receitas são reconhecidas quando os serviços são executados, sendo que, para as licenças de software, quando a chave de acesso é disponibilizada para os clientes, e no caso de produtos quando ocorre a transferência/entrega dos produtos aos clientes, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance. Não obstante, a acuracidade e a precisão do reconhecimento das receitas decorrem da determinação de controles manuais para a identificação e a mensuração do cumprimento das obrigações de performance sobre o volume transacionado dos serviços prestados.

Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, crítico em nosso processo de auditora, devido à magnitude dos montantes relacionados, além da dependência de controles manuais relacionados à iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que o Grupo SKA satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento sobre os principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- testamos o reconhecimento da receita através de procedimentos que incluíram a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências de prestação dos serviços e disponibilização das licenças de software;
- testamos a liquidação financeira para os contratos/clientes em base da amostragem;
- testamos a integridade do relatório de contas a receber por meio da verificação de documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.); e
- avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis combinadas.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizados pelo Grupo SKA para registro das receitas, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis combinadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (saldos iniciais de 1º de janeiro de 2019) não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o pronunciamento técnico NBC TG 44, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo SKA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo SKA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo SKA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo SKA;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo SKA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo SKA a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis combinadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022

Romeu Sabino da Silva
CT CRC 1RS-071.263/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Grupo SKA

Balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	Nota	2021	2020	2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.426	21.489	14.098
Contas a receber	9	75.496	56.815	55.463
Estoques	10	2.880	3.487	3.782
Impostos a recuperar	11	324	158	553
Adiantamentos	12	2.367	1.287	1.154
Outros ativos		209	153	329
Total do ativo circulante		84.702	83.389	75.379
Ativo não circulante				
Contas a receber	9	8.561	2.772	2.250
Depósitos judiciais	13	229	325	159
Imobilizado	14	10.808	8.538	6.686
Intangível	15	1.155	1.281	331
Outros ativos		1.025	200	1.171
Total do ativo não circulante		21.778	13.116	10.597
Total ativo		106.480	96.505	85.976

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo SKA

Balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2021	2020	2019
Passivo circulante				
Fornecedores	16	40.172	29.840	22.285
Empréstimos e financiamentos	17	-	2.060	4.408
Obrigações sociais e trabalhistas	18	4.431	2.891	3.069
Obrigações tributárias	19	3.995	2.795	2.629
Partes relacionadas	20	9.420	-	69
Passivo de arrendamento	29	777	657	397
Outras contas a pagar		184	453	338
Total do passivo circulante		58.979	38.696	33.195
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	1.895
Partes relacionadas	20	32.970	5.390	-
Passivo de arrendamento	29	4.539	1.917	605
Outras contas a pagar		106	136	-
Total do passivo não circulante		37.615	7.443	2.500
Patrimonio líquido	22			
Capital social		3.323	3.323	3.323
Reserva de lucros		6.563	47.043	46.958
Total do patrimônio líquido		9.886	50.366	50.281
Total do passivo e patrimônio líquido		106.480	96.505	85.976

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo SKA

Demonstrações dos resultados combinados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020	2019
Receita líquida	24	175.385	128.348	124.769
Custo dos produtos vendidos	25	(97.769)	(75.474)	(70.174)
Lucro bruto		77.616	52.874	54.595
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	25	(14.533)	(7.098)	(6.026)
Despesas Gerais e administrativas	25	(10.383)	(12.832)	(17.118)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	25	250	387	95
		(24.666)	(19.543)	(23.049)
Lucro antes do resultado financeiro		52.950	33.331	31.546
Receita financeira	26	6.082	6.175	5.104
Despesa financeira	26	(8.755)	(19.312)	(5.470)
Resultado financeiro líquido		(2.673)	(13.137)	(366)
Lucro antes do imposto de renda		50.277	20.194	31.180
Imposto de renda e contribução social	23	(7.909)	(5.289)	(5.564)
Lucro líquido do exercício		42.368	14.905	25.616

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo SKA

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido combinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	3.323	32.168	-	35.491
Lucro líquido do exercício	-	-	25.616	25.616
Lucros acumulados distribuídos	-	-	(10.826)	(10.826)
Transferência para reserva de lucros	-	14.790	(14.790)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.323	46.958	-	50.281
Lucro líquido do exercício	-	-	14.905	14.905
Lucros acumulados distribuídos	-	-	(14.820)	(14.820)
Transferência para reserva de lucros	-	85	(85)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.323	47.043	-	50.366
Lucro líquido do exercício	-	-	42.368	42.368
Lucros acumulados distribuídos	-	(47.043)	(35.805)	(82.848)
Transferência para reserva de lucros	-	6.563	(6.563)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.323	6.563	-	9.886

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo SKA

Demonstrações dos resultados abrangentes combinados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	42.368	14.905	25.616
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	42.368	14.905	25.616

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo SKA

Demonstrações dos fluxos de caixas combinados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020	2019
Das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	42.368	14.905	25.616
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	2.130	1.846	1.331
Baixa liquida e ajustes do imobilizado e intangível	(1.036)	(306)	1.028
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	7.909	5.289	5.564
Perda para créditos de liquidação duvidosa	(5.444)	2.755	2.330
Juros sobre passivo de arrendamento	353	340	137
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber	(19.025)	(4.629)	(18.241)
Adiantamento	(1.080)	(133)	704
Impostos e contribuições a recuperar	(166)	394	(249)
Estoques	607	296	(2.864)
Outros Ativos	26	(61)	(278)
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	10.332	7.556	5.487
Obrigações trabalhistas	1.539	(181)	796
Obrigações tributárias	575	1.503	714
IRPJ e CS correntes pagos	(7.282)	(5.244)	(5.042)
Outras contas a pagar	(232)	153	(381)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	31.574	24.483	16.652
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(4.852)	(2.929)	(3.397)
Venda imobilizado e intangíveis	2.420	521	154
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.432)	(2.408)	(3.243)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	-	6.036	7.579
Captação com partes relacionadas	37.000	5.390	-
Pagamento de empréstimo	(2.163)	(10.279)	(7.086)
Reserva de lucro (distribuição de lucro)	(80.958)	(14.820)	(10.826)
Pagamento de passivos de arrendamento	(1.084)	(1.011)	(395)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(47.205)	(14.684)	(10.728)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(18.063)	7.391	2.681
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	21.489	14.098	11.417
No final do exercício	3.426	21.489	14.098
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(18.063)	7.391	2.681

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Grupo SKA

Demonstrações dos valores adicionados combinados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020	2019
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	184.332	134.418	130.966
Outras receitas	260	799	514
Perda / recuperação dos valores ativos	-	123	3
	184.592	135.340	131.483
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(75.402)	(55.950)	(50.973)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.170)	(11.985)	(15.236)
Perda / Recuperação de valores ativos	(4.278)	(243)	(1.368)
Outras	(9)	(158)	(375)
Valor adicionado bruto	96.733	67.004	63.531
Depreciação e amortização	(2.130)	(1.846)	(1.331)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	94.603	65.158	62.200
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	6.082	6.175	5.104
Valor adicionado total a distribuir	100.685	71.333	67.304
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	21.288	16.832	16.643
Benefícios	8.591	6.731	6.083
FGTS	1.585	1.495	1.155
	31.464	25.058	23.881
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	14.955	10.425	10.540
Estaduais	1.462	670	969
Municipais	440	265	251
	16.857	11.360	11.760
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	8.755	19.312	5.470
Aluguéis	1.241	698	577
Outras		-	-
	9.996	20.010	6.047
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	35.805	14.820	10.826
Lucros retidos	6.563	85	14.790
	42.368	14.905	25.616
	100.685	71.333	67.304

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais (R$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Grupo SKA é constituído pelo conjunto de três sociedades limitadas, com a mesma estrutura societária, localizadas no estado do Rio Grande do Sul, conforme segue:

A SKA Automação de Engenharias Ltda., tem sede na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, 3101/09, Bairro Cristo Rei, CEP 93022-715, em São Leopoldo - RS, inscrita no CNPJ nº 81.329.823/0001-67, iniciou suas atividades em 25 de março de 1989 e seu objeto principal é a revenda de programas de computadores não customizáveis para o segmento de automação industrial. Também atua com suporte técnico, consultoria e treinamento na área de automação industrial.

A SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., tem sua sede na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, nº 3101, Prédio 7 - Térreo, Bairro Cristo Rei, São Leopoldo/RS, CEP 93022-715, inscrita no CNPJ sob nº 07.194.776/0001-39, iniciou suas atividades em 30 de novembro de 2004 e tem por objeto a revenda de equipamentos de automação industrial e de sistemas de automação, fabricação e montagem de equipamentos de automação industrial, assessoria, suporte técnico e manutenção de sistemas e equipamentos de automação.

A W3K Tecnologia Ltda., tem sua sede na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, nº 3101, 07, Lote 7, Bairro Cristo Rei, São Leopoldo-RS, CEP 93022-715, inscrita no CNPJ sob nº 13.132.551/0001-50, iniciou suas atividades em 20/01/2011 e tem como objeto o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador e outros serviços da tecnologia da informação.

A administração do Grupo apresenta, através destas demonstrações contábeis combinadas, seus resultados referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As demonstrações contábeis combinadas do Grupo SKA, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, que são de responsabilidade da Administração do Grupo, estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

Portanto, as presentes demonstrações contábeis combinadas não representam as demonstrações contábeis de qualquer uma das entidades que fazem parte do Grupo, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários, estando apresentadas como um único conjunto de demonstrações contábeis de entidades que estão sob controle comum. As demonstrações contábeis combinadas são elaboradas com o objetivo de apresentar as informações contábeis como se as diversas entidades sob controle comum fossem apenas uma única entidade, considerando os mesmos procedimentos utilizados quando da elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, conservando-se, todavia, as operações históricas efetivamente ocorridas (em linha com a NBC TG 44/CVM 708/13).

As entidades sob controle comum compreendem aquelas que não têm necessariamente entre si uma relação de participação direta e sim são controladas, direta ou indiretamente, pelo mesmo acionista ou sociedade controladora.

Dessa forma, as demonstrações contábeis combinadas representam a soma de demonstrações individuais, com a eliminação de saldos e transações entre as entidades combinadas, bem como ajustes decorrentes de eventuais resultados ainda não realizados entre essas entidades, e alinhamento de práticas contábeis.

COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações contábeis.

O Grupo avaliou os potenciais impactos do Covid-19 nas áreas administrativas e operacionais, tomando algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos, incluindo:

(i) Os planos de contingências frente ao COVID-19 foram implementados com brevidade pela Administração da Sociedade e contemplam até os dias atuais os cuidados recomendados com a saúde de seus colaboradores, implementação de trabalho remoto desde o primeiro momento da pandemia.

A Administração está monitorando rigorosamente as mudanças não esperadas que deterioram o ambiente econômico e de negócios, e que possam afetar a capacidade do Grupo de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos. Até o presente momento não tivemos impactos financeiros e econômicos negativos.

2. Base de preparação e combinação

As demonstrações contábeis combinadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (NBC TG).

A administração do Grupo declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis combinadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas no curso normal dos negócios.
A Administração efetua uma avaliação da capacidade do Grupo de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis combinadas.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Administração do Grupo aprovou a emissão das demonstrações contábeis combinadas, e autorizou sua divulgação.

As demonstrações contábeis combinadas incluem as operações do Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis combinadas. As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais a terceiros e não representam as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos e de impostos nem para nenhuma outra finalidade societária. Por esse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados.

c) Empresas para fins de demonstrações combinadas

As informações financeiras das entidades incluídas nas demonstrações contábeis combinadas nas datas-bases 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 encontram-se detalhadas abaixo:

	31/12/2021		
Empresas sob "Controle em Comum"	**Ativo**	**Resultado**	**Patrimônio líquido**
SKA Automação de Engenharias Ltda.	71.543	23.020	5.862
SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.	30.859	15.304	1.963
W3K Tecnologia Ltda.	4.096	4.044	2.062

	31/12/2020		
Empresas sob "Controle em Comum"	**Ativo**	**Resultado**	**Patrimônio líquido**
SKA Automação de Engenharias Ltda.	42.721	(1.153)	11.556
SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.	51.787	14.398	37.272
W3K Tecnologia Ltda.	1.999	1.660	1.538

	31/12/2019		
Empresas sob "Controle em Comum"	**Ativo**	**Resultado**	**Patrimônio Líquido**
SKA Automação de Engenharias Ltda.	35.773	23.020	17.146
SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.	48.831	25.575	32.060
W3K Tecnologia Ltda.	1.406	1.540	1.076

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis combinadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis combinadas, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis combinadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 24 – reconhecimento de receita: se a receita de intermediação da venda de produtos é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; e
- Nota explicativa 29 - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 24 – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;
- Nota explicativa 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 09 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços quotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis combinadas em que ocorreram as mudanças.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente a NBC TG 47, NBC TG 48 e NBC TG 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis combinadas da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis combinadas não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

NBC TG 47 Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu a NBC TG 30 – Receitas, a NBC TG 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O Grupo adotou a NBC TG 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob a NBC TG 30, a NBC TG 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação da NBC TG 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

A NBC TG 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis do Grupo.

NBC TG 48 Instrumentos Financeiros

A NBC TG 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com a NBC TG 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

A NBC TG 48 eliminou as categorias antigas da NBC TG 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A NBC TG 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes na NBC TG 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da NBC TG 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

A NBC TG 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos da NBC TG 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que na NBC TG 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da NBC TG 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo.

NBC TG 06(R3) Operações de arrendamento mercantil

O Grupo adotou a NBC TG 06(R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas – ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com a NBC TG 06(R3) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados a seguir. Além disso, os requerimentos de divulgação na NBC TG 06(R3) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 30.

Na transição para a NBC TG 06(R3), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos.
O Grupo aplicou a NBC TG 06(R3) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com a NBC TG 06(R3) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com a NBC TG 06(R3). Portanto, a definição de um arrendamento conforme a NBC TG 06(R3) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda basicamente imóveis e veículos. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com a NBC TG 06(R3), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme NBC TG 06(R3)

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06(R3). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 30). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar a NBC TG 06(R3) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06(R3). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme NBC TG 06(R3)

O Grupo arrenda diversos equipamentos de informática. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com a NBC TG 06(R3). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme a NBC TG 06(R3) imediatamente antes dessa data.

c) Impacto nas demonstrações contábeis combinadas

Na transição para a NBC TG 06(R3), o Grupo reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo propriedades para investimento e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido adiante.

	01/01/2019
Ativos de direito de uso - Nota Explicativa nº 14	979
Passivo de arrendamento – circulante - Nota Explicativa nº 30	230
Passivo de arrendamento - não circulante – Nota Explicativa nº 30	749

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 1,11% a.m.

Outras normas e deliberações adotadas pela Empresa

Deliberação CVM nº 854

Em 24 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu a deliberação CVM nº 854, pela qual aprovou e tornou obrigatório, para as Companhias abertas, a revisão dos pronunciamentos técnicos NBC TG 38, NBC TG 40 (R1) e NBC TG 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - NBC TG, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. As alterações sobre os pronunciamentos técnicos NBC TG 38, NBC TG 40 (R1) e NBC TG 48 estabelecem alterações sobre:

- Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
- Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de *hedge*.

Deliberação CVM nº 859/2020

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu em 07 de julho de 2020 a Deliberação nº 859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, o qual estabelece requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

Emendas da NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8

Emendas da NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e da NBC TG 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A administração avaliou os impactos da adoção destas novas normas e não há impactos significativos sobre nestas demonstrações contábeis combinadas.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis combinadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Títulos de dívida e patrimoniais a VJORA são mensurados pelo valor justo.

7. Políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis combinadas, salvo indicação ao contrário.

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil/ retificação de erros.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Venda de licença de software	O cliente obtém controle das licenças quando são disponibilizadas através de chave de acesso. As faturas são emitidas naquele momento. E devem ser pagas conforme cláusula contratual	A venda de licença de software é reconhecida quando a chave de acesso é disponibilizada para o cliente, de forma a atender a obrigação de desempenho.
Venda de produtos	O cliente obtém o controle com a transferência, ou seja, quando os produtos tenham sido enviados para o local especificado, desde que não haja obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente.	O reconhecimento da receita não ocorre até que que a transferência dos produtos ocorra.
Serviços	O Grupo presta serviços de suporte técnico, treinamentos e capacitações dos usuários dos *softwares* e equipamentos revendidos pela mesma.	A receita de prestação de serviços é, em geral, reconhecida tendo como referência os serviços contratados os quais são reconhecidos no resultado após terem sido prestados.

c) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro presumido. O Imposto de renda e contribuição social são recolhidos trimestralmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquotas de imposto de renda de 15% acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder a R$ 20.000,00 por mês e alíquota de contribuição social de 9%. A base de cálculo depende da forma de tributação de cada empresa individualmente, e no caso do grupo SKA as empresas são optantes pela sistemática de tributação com base no lucro presumido aonde a base de cálculo para a contribuição social é de 12% das receitas de venda de mercadorias e produtos e de 32% das receitas de serviços. Para o imposto de renda a Base de cálculo é de 8% das receitas de venda de mercadorias e produtos e de 32% das receitas de vendas de serviços.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis combinadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com a NBC TG 25(R1) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2021	2020	2019
Benfeitorias em imóveis de terceiros	40 anos	40 anos	40 anos
Computadores e periféricos	5 anos	5 anos	5 anos
Comunicação e telefonia	15 anos	15 anos	15 anos
Instalações	13 anos	13 anos	13 anos
Máquinas e equipamentos	30 anos	30 anos	30 anos
Máquinas e utensílios	15 anos	15 anos	15 anos
Móveis e utensílios	15 anos	15 anos	15 anos
Prédios	40 anos	40 anos	40 anos
Veículos	10 anos	10 anos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2021	2020	2019
Marcas e patentes	10 anos	10 anos	10 anos
Software	10 anos	10 anos	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos a seguir, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.
Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas

de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.
Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida.
Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

k) Arrendamentos

O Grupo aplicou a NBC TG 06(R3) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme a NBC TG 06(R3) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme NBC TG 06(R3) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento na NBC TG 06(R3).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento no passivo no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, o Grupo determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(ii) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

l) Lucro básico e diluído por quota

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos quotistas s do Grupo e a média ponderada das quotas no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no período ou nos eventos subsequentes na preparação das demonstrações financeiras combinadas.

O Grupo não possui operações que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por quota é igual ao valor do lucro básico por ação conforme apresentado na Nota Explicativa nº 22.

m) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

O Grupo elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – "Demonstração do Valor Adicionado", as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis combinadas, conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional, requeridas como parte das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pelo Grupo, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, quotistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

n) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis combinadas.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis combinadas do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações a NBC TG 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas a NBC TG 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos pelas contas a seguir relacionadas e, os saldos de depósitos bancários de curto prazo são livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames. As aplicações financeiras contratadas pelas Empresas referem-se a recursos excedentes em conta corrente.

	2021	2020	2019
Caixa geral	4	5	4
Bancos	14	255	1.290
Aplicações financeiras	3.408	21.229	12.804
Total de caixa e equivalentes de caixa	**3.426**	**21.489**	**14.098**

As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras contratadas estão vinculadas a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxa média de 6,07% a.a. (2020 a 3,77 % a.a. e 2019 a 3,93%) e possui o resgate imediato dos valores aplicados.

9. Contas a receber

	2021	2020	2019
Clientes nacionais	86.868	67.842	63.108
Clientes internacionais	21	22	126
Total de contas a receber	**86.889**	**67.864**	**63.234**
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(2.832)	(8.277)	(5.522)
Saldo líquido de contas a receber	**84.057**	**59.587**	**57.712**
Ativo circulante	75.496	56.815	55.463
Ativo não circulante	8.561	2.772	2.250

Composição das contas a receber por período/dia de vencimento (Nacionais, Internacionais e Partes Relacionadas) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Clientes	**2021**	**2020**	**2019**
A vencer	4.870	8.522	7.290
Vencidos			
01 - 30 dias	12.514	10.650	11.908
31 - 60 dias	9.848	7.302	7.088
61 - 90 dias	9.040	6.499	6.382
91 - 120 dias	7.437	5.674	5.845
121 - 150 dias	6.697	5.190	5.150
151 - 180 dias	5.881	4.696	4.414
181 - 365 dias	22.042	16.559	12.909
Acima de 365 dias	8.561	2.772	2.250
Total	**86.889**	**67.684**	**63.235**

Movimentação da PECLD:

	Saldo
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**(3.192)**
Adições	(3.466)
Reversões	1.136
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(5.522)**
Adições	(3.176)
Reversões	421
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(8.277)**
Adições	(365)
Reversões	5.810
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(2.832)**

Transferência de contas a receber de clientes

O Grupo não cedeu, nos anos de referência, contas a receber de clientes para bancos para antecipar seu fluxo de caixa. Os recebíveis são considerados dentro de um modelo de negócios mantido para recebimento consistente com o reconhecimento contínuo dos recebíveis pelo Grupo.

10. Estoques

	2021	2020	2019
Estoque próprio - Mercadorias para revenda	2.880	**3.487**	**3.782**
Total	**2.880**	**3.487**	**3.782**

Os estoques são avaliados pelo custo de aquisição e são apurados por inventário periódico.
A composição do estoque é em sua maioria composto por impressoras 3D, suas peças, partes e suprimentos para estas. A Administração não encontrou indícios de necessidade de constituição de perda por obsolescência.

11. Impostos a recuperar

	2021	2020	2019
ICMS a recuperar	46	147	404
IPI a recuperar	269	2	35
PIS a recuperar	-	-	9
Cofins a recuperar	-	-	41
IRPJ a recuperar	-	5	20
CSLL a recuperar	-	-	16
ISSQN	-	-	2
Outros	9	4	26
Total	**324**	**158**	**553**

12. Adiantamentos

Os adiantamentos ocorrem em razão de pagamentos antecipados de compras e gastos operacionais.

	2021	2020	2019
Adiantamentos a empregados	264	138	99
Adiantamentos para importações	783	676	383
Adiantamentos para viagens	26	15	22
Adiantamentos para fornecedores	1.294	458	650
Total	**2.367**	**1.287**	**1.154**

13. Depósitos judiciais

	2021	2020	2019
Depósitos judiciais	229	325	159
Total	**229**	**325**	**159**

Os depósitos judiciais se referem a depósitos recursais trabalhistas onde a empresa atua no polo passivo e que a empresa não tem data definida para o seu desfecho.

14. Imobilizado

	Nota	Terrenos e edifícios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de TIC	Direito de uso (contratos)	Benfeitorias e Instalações	Bens em construção	Total
Custo										
Em 1º de janeiro de 2019		**1.548**	**1.421**	**1.056**	**858**	**2.238**	**-**	**581**	**98**	**7.801**
Reconhecimento ativo direito de uso na aplicação inicial da NBC TG 06(R3)		-	-	-	-	-	979	-	-	-
Adições		710	382	570	671	670	280	248	711	**5.251**
Baixas		-	(273)	(528)	(219)	(694)	-	(40)	(711)	(2.465)
Em 31 de dezembro de 2019		**2.259**	**1.530**	**1.098**	**1.309**	**2.243**	**1.259**	**789**	**98**	**10.587**
Adições		-	426	-	769	359	2.253	-	-	3807
Baixas		-	(722)	-	-	(19)	-	-	(98)	(839)
Em 31 de dezembro de 2020		**2.259**	**1.234**	**1.098**	**2.078**	**2.584**	**3.512**	**789**	**-**	**13.556**
Adições		-	77	-	62	915	3463	968	-	5.484
Baixas		(2259)	(666)	(221)	(124)	(534)		(123)	-	(3.929)
Em 31 de dezembro de 2021		-	645	876	2.015	2.964	6.974	1.634	-	15.111

Depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável

	Nota	Terrenos e edifícios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de TIC	Direito de uso (contratos)	Benfeitorias e Instalações	Bens em construção	Total
Em 1º de janeiro de 2019		**(278)**	**(811)**	**(416)**	**(473)**	**(1.611)**	**-**	**(340)**	**-**	(3.929)
Depreciação		(35)	(307)	(119)	(97)	(288)	(342)	(67)	-	(1.255)
Baixas		-	206	172	179	693	-	34	-	1.283
Em 31 de dezembro de 2019		**(313)**	**(912)**	**(363)**	**(391)**	**(1.206)**	**(342)**	**(374)**	**-**	(3.901)
Depreciação		(64)	(203)	(99)	(148)	(387)	(775)	[66]	-	(1.740)
Baixas		-	618	-	-	6	-	-	-	624
Em 31 de dezembro de 2020		**(377)**	**(496)**	**(462)**	**(539)**	**(1.587)**	**(1.117)**	**(440)**	**-**	**(5.017)**
Depreciação		**(47)**	**(186)**	**(95)**	**(162)**	**(480)**	**(792)**	**(64)**	**-**	**(1.830)**
Baixas		**425**	**533**	**320**	**264**	**721**	**-**	**280**	**-**	**2.545**
Em 31 de dezembro 2021		**0**	**(149)**	**(236)**	**(437)**	**(1346)**	**(1909)**	**(223)**	**-**	**(4.303)**
Valor contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2019		1.946	618	735	918	1.038	917	416	98	6.686
Em 31 de dezembro de 2020		1.882	738	636	1.539	997	2.395	350	-	8.538
Em 31 de dezembro de 2021		-	496	640	1578	1618	5065	1411	-	10.808

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor líquido em 2021 R$ 5.065 relacionados a imóveis e veículos arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento.

15. Intangível

Conciliação do valor contábil

	Nota	Softwares	Marcas e patentes	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2019		**370**	**251**	**621**
Adições		235	12	247
Baixas		(7)	-	(7)
Em 31 de dezembro de 2019		**598**	**263**	**861**
Adições		1.056	-	1.056
Em 31 de dezembro de 2020		**1.654**	**263**	**1.917**
Baixas		-	(263)	(263)
31 de dezembro de 2021		1.654	-	1.654
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2019		**(303)**	**(159)**	**(462)**
Amortização		(50)	(26)	(76)
Baixas		7	-	7
Em 31 de dezembro de 2019		**(346)**	**(184)**	**(531)**
Amortização		(79)	(26)	(105)
Em 31 de dezembro de 2020		**(425)**	**(211)**	**(636)**
Amortização		**(273)**	(26)	**(106)**
Baixas		**199**	236	**437**
Em 31 de dezembro de 2021		**(500)**	-	**(500)**
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2019		252	78	229
Em 31 de dezembro de 2020		1.229	52	1.281
Em 31 de dezembro de 2021		1.155	-	1.155

16. Fornecedores

	2021	2020	2019
Fornecedores mercado interno	1.730	627	1.617
Fornecedores mercado externo	38.442	29.213	20.668
Total	**40.172**	**29.840**	**22.285**

Os fornecedores do exterior representam o valor mais relevantes tendo em vista que os softwares e equipamentos revendidos tem esta origem. O valor acumulado se justifica em razão dos prazos de compra que em algumas situações chegam a 180 dias.

17. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020	2019
Empréstimos bancários com garantia	-	2.060	6.303
Total		**2.060**	**6.303**
Circulante	-	2.060	4.408
Não circulante		-	1.895
Total	**-**	**2.060**	**6.303**

Os empréstimos bancários foram celebrados a taxa de juros prefixados de 8,5% ao ano, e parcelas pagas mensalmente. Os empréstimos são garantidos pela carteira de recebíveis mantida junto a instituição financeira.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Banco	Moeda	Taxa de juros a.a.	Vencimento	2021	2020	2019
Santander S.A	US$	8,5%	2021		2.060	6.303
Total					**2.060**	**6.303**

Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos pela carteira de recebíveis mantida junto a instituição e em valor contábil igual ao saldo devedor do contrato.

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Saldo em 1º de janeiro de 2019	**4.969**
Captação	7.579
Juros incorridos	842
Pagamento do principal	(6.521)
Pagamento de juros	(565)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.303**
Captação	5.523
Juros incorridos	513
Pagamento do principal	(9.894)
Pagamento de juros	(385)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.060**
Captação	-
Juros incorridos	103
Pagamento do principal	(2.060)
Pagamento de juros	(103)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**

c) Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento

	2021	2020	2019
2020		-	4.243
2021		2.060	2.060
2022		-	-
Saldo		**2.060**	**6.303**

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020	2019
Salários a pagar	1.019	667	782
INSS a recolher	593	418	416
Provisão de férias	2.633	1.679	1.742
FGTS a recolher	186	127	129
Total	**4.431**	2.891	3.069

Estes saldos se referem as obrigações do grupo com previdência e obrigações trabalhistas a serem cumpridas. Exceto pela provisão de férias, que depende do período aquisitivo de cada trabalhador e da programação de férias que se diluem no ano subsequente ao da demonstração, todas as demais obrigações têm vencimento em até 30 dias a partir da data base das demonstrações.

19. Obrigações tributárias

	2.021	2020	2019
IPI a recolher	-	25	56
ICMS a recolher	524	19	170
Cofins a recolher	592	541	402
PIS a recolher	128	117	87
IRPJ	1.876	1.407	1.347
CSLL	760	526	516
ISSQN a recolher	47	40	34
Outros a recolher	8	4	16
Total	**3.935**	**2.679**	**2.629**
IRRF parcelado	34	70	-
ISSQN parcelado	**26**	46	-
Total Geral	3.995	2.795	2.629

Estes saldos se referem as obrigações do grupo com tributos. Exceto pelo valor parcelado, cujo desembolso ocorrerá no decorrer do ano subsequente a data base das demonstrações, todas as demais obrigações têm vencimento em até 30 dias a partir da data base das demonstrações.

20. Partes relacionadas

a) Controladora e controladora final

O Grupo é controlado pela Qestra S.A e a controladora final do Grupo é a mesma.

b) Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração de pessoal-chave da administração compreende o pagamento de pró-labore que representaram os seguintes montantes, sendo R$ 531, R$ 448 e R$ R$ 543, em 31 dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente.

Principais transações com o pessoal chave da administração

O valor das transações e saldos em aberto referentes a transações com pessoal-chave da administração e entidades sobre as quais possuem controle e influência significativa está apresentado adiante:

		Saldo em aberto a pagar		
Transação	**Valor**	**2021**	**2020**	**2019**
Siegfried Koelln **(i)**		36.760	-	-
Tiago Wolfarth		60	-	69
Daniel Klafke		150	-	-
Igor Klafke		15	-	
K&K Empreendimentos e Serviços Ltda **(i)**		5.390	5.390	-
Jonatas Bloss		15	-	-
Total		42.390	5.390	69

(i) Os montantes captados junto aos quotistas, se referem a necessidade de fluxo de caixa do Grupo. As transações estão amparadas por contratos, com pagamento em 36 parcelas e remuneração de 0,5% (meio por cento) a.m. a partir de 31/05/2022, data de vencimento da primeira parcela.

A partir de dezembro de 2021, os imóveis onde estão localizadas as unidades da SKA Automação, em São Leopoldo-RS e Joinville-SC, pertencem a parte relacionada K&K Empreendimentos e Serviços Ltda. A SKA Automação, incorreu em despesas de aluguel, pagas ao quotista K&K Empreendimentos e Serviços Ltda, no montante de R$ 57 referente ao mês de dezembro. Os referidos imóveis foram vendidos, a K&K Empreendimentos e Serviços Ltda., em dezembro de 2021, por seus valores de livros no montante de R$ 1.890, mediante abatimento de dividendos a pagar.

No montante da rubrica de outros ativos, no ativo não circulante, em 2021, 2020 e 2019 há um montante de R$ 200 referente Empréstimos com partes relacionadas, não há remuneração sobre estes valores.

Acordos celebrados

O Grupo celebrou, com o objetivo da verticalização de seus negócios no setor de tecnologia, determinados acordos de consolidação, de acionistas e opção de compra e venda, sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, através dos quais passará a fazer parte de um novo grupo econômico quando da conclusão da operação em curso (não havendo impactos sobre as demonstrações contábeis combinadas ora apresentadas).

21. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda provável, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída. Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia classificados com risco de perda possível, no montante de R$ 1.161 em 2021 (R$ 1.121 em 2020 e R$ 864 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está determinado com a combinação do capital social das Empresas, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020	2019
SKA Automação de Engenharias Ltda.	2.680	2.680	2.680
SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda	100	100	100
W3K Tecnologia Ltda	543	543	543
Total de quotas em circulação	**3.323**	**3.323**	**3.323**

SKA Automação de Engenharias Ltda.

	2021	2020	2019
Koelln & Koelln Empreendimentos e Servicos Ltda.	-	2.679.799	2.679.799
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A.	2.144.000	-	-
Siegfried Koelln	535.993	195	195
Tiago Wolfarth	1	1	1
Gabriel Diehl Fleig	1	1	1
Everton Moreira Godoy	1	1	1
Marcelo Alessandre Godoy	1	1	1
Cristiano Roger Paula da Silva	1	1	1
Petra Grieffenhaggen	1	1	1
Jefferson Oliveira Gonçalves Silva	1	-	-
Total de quotas em circulação	2.680.000	2.680.000	2.680.000
	100%	**100%**	**100%**

SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda

	2021	2020	2019
Koelln & Koelln Empreendimentos e Servicos Ltda.	-	98.994	98.994
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A.	80.000	-	-
Siegfried Koelln	19.994	1.000	1.000
Tiago Wolfarth	1	1	1
Felipe Schiehll	1	1	1
Fernando Miranda da Silva	1	1	1
Leandro Aparecido Pereira	1	1	1
Maicon Boettcher	1	1	1
Matias Fallavena	1	1	1
Total de quotas em circulação	100.000	100.000	100.000
	100%	**100%**	**100%**

W3K Tecnologia Ltda

	2021	2020	2019
Koelln & Koelln Empreendimentos e Servicos Ltda.	-	380.344	380.344
QESTRA Tecnologia Administração e Participações S.A.	380.345	-	-
Siegfried Koelln	123.883	32.601	32.601
Tiago Wolfarth	9.780	32.601	32.601
Daniel Klafke	24.451	81.503	81.503
Igor Klafke	2.445	8.150	8.150
Jonatas Bloss	2.445	8.150	8.150
Rodrigo Bittencourth Senger	1	1	1
Total de quotas em circulação	543.350	543.350	543.350
	100%	**100%**	**100%**

b) Dividendos pagos

A distribuição de dividendos para os quotistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis combinadas ao final do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, o Grupo não provisionou dividendos a pagar. Todas os dividendos foram pagos no exercício correspondente.

	2021	2020	2019
SKA Automação de Engenharias Ltda.	28.714	4.437	8.714
SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.	50.614	9.185	717
W3K Tecnologia Ltda.	3.520	1.198	1.395
Dividendos pagos aos Sócios	82.848	14.820	10.826

c) Lucro (prejuízo) por quota

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de quotas pela quantidade média ponderada de quotas disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo), atribuído aos detentores de quotas, pela quantidade média ponderada de quotas disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de quotas que seriam emitidas no pressuposto do exercício de efeitos diluidores (como exemplo, opções de compra de ações). Para 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve efeitos diluidores.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de quotas utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) por ação para cada um dos exercícios apresentados:

SKA Automação de Engenharias Ltda.

	2021	2020	2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	23.020	(1.152)	(1.499)
Denominador			
Média ponderada de quotas	2.680	2.680	2.680
Lucro por quota em (R$)	**8,59**	**(0,43)**	**(0,56)**

SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.

	2021	2020	2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	15.304	14.398	25.575
Denominador			
Média ponderada de quotas	100	100	100
Lucro por quota em (R$)	**153,04**	**143,98**	**255,75**

W3K Tecnologia Ltda.

	2021	2020	2019
Numerador básico			
Resultado do exercício	4.044	1.660	1.540
Denominador			
Média ponderada de quotas	543	543	543
Lucro por quota em (R$)	**7,44**	**3,06**	**2,83**

23. Imposto de renda e contribuição social

Nas competências compreendidas ente os anos de 2019 a 2021, o grupo empresarial era optante pelo regime de tributação com base no lucro presumido e o IRPJ e CSLL foram apurados pelo regime de competência.

IRPJ	**2.021**	**2.020**	**2.019**
Receita bruta sujeita a base de 8%	163.020	120.319	119.369
Lucro presumido 8%	13.042	9.626	9.550
Receita bruta sujeita a base de 32%	20.929	12.883	12.102
Lucro presumido 32%	6.697	4.123	3.873
Adições a bse de cálculo (receita Financeira e ganho capital)	2.010	747	1.890
Base de cálcuro do IRPJ	21.749	14.495	15.312
IRPJ a 15%	**3.262**	**2.174**	**2.297**
Adicional de 10%	2.103	1.378	1.459
Total IRPJ	**5.365**	**3.552**	**3.756**

CSLL	2.021	2.020	2.019
Receita bruta sujeita a base de 12%	163.020	120.319	119.369
Lucro presumido 12%	19.562	14.438	14.324
Receita bruta sujeita a base de 32%	20.929	12.883	12.102
Lucro presumido 32%	6.697	4.123	3.873
Adições a bse de cálculo (receita Financeira e ganho capital)	2.010	747	1.890
Base de cálcuro do IRPJ	28.270	19.308	20.087
CSLL a 15%	**(2.544)**	**(1.738)**	**(1.808)**
Total CSLL	**(2.544)**	**(1.738)**	**(1.808)**
Total IRPJ e CSLL	**(7.909)**	**(5.289)**	**(5.564)**

24. Receita

Fluxos de receitas

O Grupo gera receita principalmente pela intermediação da venda de produtos relacionados em seu portal www.ska.com.br.

A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020	2019
Vendas brutas com serviços, produtos e mercadorias	189.652	137.735	135.197
Impostos sobre vendas	(8.947)	(6.070)	(6.197)
Devoluções e cancelamentos	(5.320)	(3.317)	(4.231)
Total	**175.385**	**128.348**	124.769

25. Custos e despesas por natureza

	2021	2020	2019
Custos diretos com materiais e insumos	(74.848)	(55.690)	(50.429)
Salários, encargos e benefícios a empregados **(i)**	(32.080)	(25.943)	(24.922)
Prestação de serviços de terceiros	(4.384)	(1.179)	(2.711)
Despesas com viagens, estadias e deslocamentos	(2.826)	(1.961)	(3.897)
Feiras e eventos	(158)	(53)	(896)
Veículos, pedágios e estacionamentos	(970)	(563)	(911)
Infraestrutura **(ii)**	(7.191)	(5.346)	(5.230)
Perdas Crédito Liquidação Duvidosa	936	(2.861)	(2.982)
Outras despesas	(915)	(1.421)	(1.245)
Total	**(122.435)**	**95.017**	**93.223**
Custo do serviço, mercadorias e produtos	(97.769)	(75.474)	(70.174)
Despesas comerciais	(14.533)	(7.098)	(6.026)
Gerais e administrativas	(10.383)	(12.832)	(17.118)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	250	387	95
Total	**(122.435)**	**(95.017)**	**(93.223)**

(i) Referem-se substancialmente a salários, encargos dos trabalhadores, inclusive sócios diretores; e

(ii) Trata-se de gastos de aluguéis, informática, telefonia e demais gastos para disponibilizar e manter a infraestrutura operacional do Grupo.

26. Resultado financeiro

	2021	2020	2019
Receita financeira			
Juros recebidos	234	203	409
Descontos obtidos	6	1	4
Juros com aplicações financeiras	1.524	508	1.424
Variação cambial ativa	4.318	5.463	3.267
Total da receita financeira	**6.082**	6.175	5.104
Despesa financeira			
Juros mora tributo	(31)	(21)	(5)
Descontos concedidos	(189)	(118)	(169)
Juros bancárias	(112)	(631)	(315)
Juros pagos	(655)	(1.172)	(1.085)
Variação cambial passiva	(7.768)	(17.370)	(3.896)
Total da despesa financeira	**(8.755)**	(19.312)	(5.470)
Resultado financeiro	**(2.673)**	(13.137)	(366)

27. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.
Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O Grupo não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.426	-	**3.426**
Contas a receber	-	84.057	84.057
Total	**3.426**	**84.957**	**87.483**
Passivos			
Fornecedores	-	40.172	40.172
Partes relacionadas	-	42.390	42.390
Passivo de contratos	-	5.316	5.316
Total	**-**	**87.878**	**87.878**

Instrumentos financeiros	2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	21.489	-	21.489
Contas a receber	-	59.587	59.587
Total	**21.489**	**59.587**	**81.076**
Passivos			
Fornecedores	-	29.840	29.840
Empréstimos e financiamentos	-	2.060	2.060
Partes relacionadas	-	5.390	5.390
Passivo de contratos	-	2.574	2.574
Total	**-**	**39.864**	**39.864**

Instrumentos financeiros	2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	14.098	-	**14.098**
Contas a receber	-	57.713	57.713
Total	**14.098**	**57.713**	**71.811**
Passivos			
Fornecedores	-	22.285	22.285
Empréstimos e financiamentos	-	6.303	6.303
Partes relacionadas	-	69	69
Passivo de contratos	-	1.002	1.002
Total	**-**	**29.714**	**29.714**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços quotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.426	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.408	-
Contas a receber	-	84.057	-
Aplicações financeiras	-	-	-
Total	**3.426**	**87.465**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	40.172	-
Empréstimos e financiamentos	-	45.848	-
Outras contas a pagar	-	5.317	-
Total	**-**	**91.337**	**-**

Instrumentos financeiros	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.426	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.408	-
Contas a receber	-	84.057	-
Aplicações financeiras		-	-
Total	**3.426**	**87.465**	**-**
Passivos			

Fornecedores	-	40.172	-
Empréstimos e financiamentos	-	45.848	-
Outras contas a pagar	-	5.317	-
Total	**-**	**91.337**	**-**

Instrumentos financeiros	**2019**		
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	12.804	-
Contas a receber	-	57.713	-
Total	**14.098**	**70.517**	**-**
Passivos			
Fornecedores	-	22.285	-
Empréstimos e financiamentos	-	6.406	-
Outras contas a pagar	-	1.024	-
Total	**-**	**29.714**	**-**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de exposição a créditos concedidos a clientes com contas a receber em aberto e outras contas a receber. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores.

Risco de liquidez

A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas, conforme Nota explicativa nº 8.

Risco de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo SKA decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. A exposição máxima ao risco de taxa de juros está demonstrada na nota 27.

Análise de sensibilidade

O risco de taxa de juros do Grupo decorre, aplicações financeiras e mútuos. As captações são efetivadas com taxas de juros prefixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Este risco surge da possibilidade que o Grupo pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

O Grupo monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida.

A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

Instrumentos	Indicator	Taxa de juros a.a.	31/12/2021	Real	Risco	Cenário razoavelmente possível
Aplicação financeira	CDI	105% CDI	3.408	10,65%	Baixa do CDI	381

28. Segmentos operacionais

A administração do Grupo, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela administração do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a administração concluiu que a operação ocorre no segmento de automação e sistemas empresariais voltados para as áreas de engenharia, produção e controles de processos.

29. Arrendamentos

O Grupo arrenda escritórios administrativos e veículos. Esses arrendamentos normalmente duram entre um e dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Os arrendamentos dos escritórios foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06(R3).

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas adiante:

(i) Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota explicativa 14).

Em 1º de janeiro de 2019	**979**
Despesa de depreciação do exercício	(342)
Adições a ativos de direito de uso	280
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**917**
Despesa de depreciação do exercício	(775)
Adições a ativos de direito de uso	2.253
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.478**
Despesa de depreciação do exercício	(793)
Adições a ativos de direito de uso	3.463
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.148**

(ii) Valores reconhecidos no resultado e na demonstração dos fluxos de caixa

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 15).

	2020
Em 1º de janeiro de 2019	**979**
Adição – novo arrendamento	281
Pagamentos	(395)
Juros apropriados	137
Saldo em 31/12/2019	1.002
Adição – novo arrendamento	2.244
Pagamentos	(1.011)
Juros apropriados	340
Saldo em 31/12/2020	2.575
Adição – novo arrendamento	3.473
Pagamentos	(1.084)
Juros apropriados	353
Saldo em 31/12/2021	5.317

30. Transações não caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Atividades de investimento			
Direito de uso de ativos	(2.670)	(561)	(62)
Total	**(2.670)**	**(561)**	**(62)**
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos com a cessão de bens	(1.890)	-	-
Arrendamentos a pagar	2.670	561	62
Total	**(780)**	**561**	**62**

O Grupo teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	2021	2020	2019
Distribuição de dividendos com a cessão de bens	2.099	-	-
Permuta com fornecedor	438	-	251

31. Seguros

A Empresa tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Não fez parte do escopo de auditoria a avaliação quanto a suficiências das coberturas de seguros contratados.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Empresa apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura
Vida colaboradores	Acidentes, doenças e mortes	8.886
Frota Veículos	Danos materiais e pessoais	1.146
Predial	Incêndio, Intempérie e furto	5.600
Prestação de Serviços	Risco financeiros	551

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo I – Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* da Companhia, Referentes ao Exercício Social Findo em 31 de Dezembro de 2021

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

Relatório de asseguração emitido por auditor independente sobre a compilação de informações financeiras consolidadas *pro forma* para atendimento à Instrução CVM nº 565 de 15 de junho de 2015

Em 31 dezembro de 2021

Índice

	Página
Relatório de asseguração emitido por auditor independente sobre a compilação de informações financeiras consolidadas *pro forma* para atendimento à Instrução CVM nº 565	3
Balanço patrimonial consolidado *pro forma* em 31 de dezembro de 2021 Demonstração do resultado consolidado *pro forma* em 31 de dezembro de 2021	6
Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas *pro forma* em 31 de dezembro de 2021	9

Relatório de asseguração emitido por auditor independente sobre a compilação de informações financeiras consolidadas *pro forma* para atendimento à Instrução CVM nº 565

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.
São Paulo – SP

Concluímos nosso trabalho de asseguração para emissão de relatório sobre a compilação de informações financeiras consolidadas *pro forma* da Qestra Tecnologia administração e Participações S.A. ("Companhia"), elaborada sob responsabilidade de sua administração, para atendimento à Instrução nº 565, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As informações financeiras *pro forma* compreendem o balanço patrimonial e a demonstração do resultado consolidados *pro forma* para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas notas explicativas. Os critérios aplicáveis com base nos quais a administração da Companhia compilou as informações financeiras consolidadas *pro forma* estão especificados no Comunicado CTG 06 – Apresentação de Informações Financeiras *pro forma*, editado pelo Conselho Federal de Contabilidade, e estão sumariados nas notas explicativas que integram as informações financeiras consolidadas *pro forma*.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia para ilustrar o impacto da transação apresentada na Nota Explicativa nº 5 "Investimentos", considerando a concretização do cenário de combinação de negócios de determinadas empresas participantes do acordo de acionistas à luz da Norma NBC TG 15 (R4) "Combinação de Negócios" sobre o balanço patrimonial da Companhia e sua demonstração do resultado para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, como se a transação tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2021. Como parte desse processo, informações sobre o desempenho operacional da Companhia foram extraídas pela administração da Companhia das informações financeiras das referidas empresas participantes indicadas na Nota Explicativa nº 5 "Investimento" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sobre as quais emitimos relatórios de auditoria em datas diversas, os quais não continham modificações para o citado exercício.

Responsabilidade da administração da Companhia pelas informações financeiras consolidadas *pro forma*

A administração da Companhia é responsável pela compilação das informações financeiras consolidadas *pro forma* com base no Comunicado CTG 06.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Nossa independência e controle de qualidade

Cumprimos com a independência e outros requerimentos de ética das NBCs PG 100 e 200 e NBC PA 400, que são fundamentados nos princípios de integridade, objetividade e competência profissional e que, também, consideram o sigilo e o comportamento dos profissionais.

Aplicamos os padrões internacionais de controle de qualidade estabelecidos na NBC PA 01 e, dessa forma, mantemos apropriado sistema de controle de qualidade que inclui políticas e procedimentos relacionados ao cumprimento dos requerimentos de ética, padrões profissionais, exigências legais e requerimentos regulatórios.

Responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião, conforme requerido pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre se as informações financeiras consolidadas *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia, em todos os aspectos relevantes, com base no Comunicado CTG 06.

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3420 (R1) – Trabalho de asseguração sobre a compilação de informações financeiras *pro forma* incluídas em prospecto, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à norma internacional emitida pela Federação Internacional de Contadores ISAE 3420. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que os procedimentos de auditoria sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que a administração da Companhia compilou, em todos os aspectos relevantes, as informações financeiras consolidadas *pro forma* com base no Comunicado CTG 06.

Para os fins deste trabalho, não somos responsáveis pela atualização ou reemissão de quaisquer relatórios ou opiniões sobre quaisquer informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras consolidadas *pro forma*.

A finalidade das informações financeiras consolidadas *pro forma* é para ilustrar o impacto da transação relevante sobre as informações financeiras históricas da entidade, como se o evento ou a transação tivesse ocorrido na data anterior selecionada para propósito específico. Dessa forma, nós não fornecemos qualquer asseguração de que o resultado real do evento da transação em 31 de dezembro de 2021 teria sido conforme apresentado.

Um trabalho de asseguração razoável sobre se as informações financeiras *pro forma* consolidadas foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis, envolve a execução de procedimentos para avaliar se os critérios aplicáveis adotados pela administração da Companhia na compilação das informações financeiras consolidadas *pro forma* oferecem base razoável para apresentação dos efeitos relevantes diretamente atribuíveis ao evento ou à transação, e para obter evidência suficiente apropriada sobre se:

- Os correspondentes ajustes *pro forma* proporcionam efeito apropriado a esses critérios; e
- As informações financeiras consolidadas *pro forma* refletem a aplicação adequada desses ajustes às informações financeiras históricas.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, levando em consideração seu entendimento sobre a Companhia, sobre a natureza do evento ou da transação com relação à qual as informações financeiras consolidadas *pro forma* foram compiladas, bem como outras circunstâncias relevantes do trabalho. O trabalho envolve ainda a avaliação da apresentação geral das informações financeiras consolidadas *pro forma*.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a compilação das informações financeiras consolidadas *pro forma*.

Opinião

Em nossa opinião, as informações financeiras consolidadas *pro forma* foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base no Comunicado CTG 06.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Outros assuntos

Em atendimento aos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que:

(i) De acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, não temos conhecimento de conflito de interesse, direto ou indireto, tampouco de qualquer outra circunstância que represente conflito de interesse em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão acima descritos;

(ii) Não temos conhecimento de nenhuma ação do controlador ou dos Administradores da Companhia com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade da respectiva conclusão.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A
Balanço patrimonial consolidado pro forma em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Ajustes Pro Forma (a)																		
Ativo	**Qestra**	**Grupo SKA**	**Tefti**	**Grupo Plusoft**	**Itsource**	**First-Tech**	**A5**	**Integra**	**Ikhon**	**SSX TEC**	**GW Cloud**	**ADN**	**Pluris**	**Thinc**	**Dinamo**	**Nexo**	**Doc Security**	**Ajustes PPA (b)**	**Eliminação (d)**	**Consolidado**
Circulante																				
Caixa e equivalentes de caixa	118	3.426	3.260	2.624	3.336	2.291	2.769	250	5.032	3.238	5.653	1.057	2.175	1.786	936	403	4.695	-	-	43.049
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	1.411	-	-	-	-	1.674	-	-	-	-	-	-	-	3.085
Contas a receber de clientes	-	75.496	5.776	14.647	983	10.439	15.148	8.744	19.493	7.948	1.939	3.203	12.183	1.954	4.415	1.349	1.550	-	-	185.267
Estoques	-	2.880	136	-	-	4.310	1.525	-	-	-	-	-	-	-	2.345	-	-	-	-	11.196
Adiantamentos	-	2.367	186	530	-	-	1.262	43	24	7	189	-	689	-	68	150	3	-	-	5.518
Impostos a recuperar	-	324	23	2.746	186	635	2.873	197	1.737	-	691	40	1.382	972	281	378	1.303	-	-	13.768
Despesas antecipadas	-	-	-	1.174	-	-	-	199	-	-	-	-	257	7	-	3	-	-	-	1.640
Partes relacionadas	-	-	-	1.173	-	-	7.471	-	-	-	-	-	226	-	-	-	-	-	-	8.870
Outros ativos	-	209	-	-	697	13.573	90	301	52	-	709	112	-	50	-	-	8	-	-	15.801
Total do ativo circulante	**118**	**84.702**	**9.381**	**22.894**	**5.202**	**31.248**	**32.549**	**9.734**	**26.338**	**11.193**	**9.181**	**6.087**	**16.912**	**4.769**	**8.045**	**2.283**	**7.559**	**-**	**-**	**288.194**
Não circulante																				
Aplicações financeiras	-	-	-	2.596	-	-	-	-	-	-	-	1.336	-	-	-	-	-	-	-	3.932
Contas a receber de clientes	-	8.561	-	-	82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	510	-	-	-	-	9.153
Partes relacionadas	-	-	-	7.648	-	-	-	-	3.063	207	2.666	-	12	-	409	-	5.282	-	-	19.287
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.114	(103.114)	-
Impostos a recuperar	-	-	-	-	467	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	467
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	4.338	244	-	-	-	-	-	-	-	333	-	-	-	-	-	-	4.915
Depósitos judiciais	-	229	-	442	-	-	-	-	22	-	-	-	163	-	-	-	-	-	-	856
Outros ativos	-	1.025	-	354	-	-	-	-	56	-	-	-	159	3	-	-	43	-	-	1.640
Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	7.493	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.493
Imobilizado	-	10.808	1.938	15.235	170	2.379	1.931	741	968	255	887	289	10.455	5.071	863	566	573	-	-	53.129
Intangível	-	1.155	-	36.563	6.026	2.337	4.163	-	909	18.767	4.568	12	357	3.836	3.100	4.257	28	1.831.959	-	1.918.037
Total do ativo não circulante	**-**	**21.778**	**1.938**	**67.176**	**6.989**	**4.716**	**6.094**	**741**	**12.511**	**19.229**	**8.121**	**1.637**	**11.479**	**8.910**	**4.882**	**4.823**	**5.926**	**1.935.073**	**(103.114)**	**2.018.909**
Total do ativo	**118**	**106.480**	**11.319**	**90.070**	**12.191**	**35.964**	**38.643**	**10.475**	**38.849**	**30.422**	**17.302**	**7.724**	**28.391**	**13.680**	**12.927**	**7.106**	**13.485**	**1.935.074**	**- 103.114**	**2.307.103**

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras pro forma.

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.
Balanço patrimonial consolidado pro forma em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Ajuste Pro Forma (a)																		
	Qestra	Grupo SKA	Tefti	Grupo Plusoft	Itsource	First-Tech	A5	Integra	Ikhon	SSX TEC	GW Cloud	ADN	Pluris	Thinc	Dinamo	Nexo	Doc Security	Ajustes PPA (b)	Eliminação (d)	Consolidado
Circulante																				
Fornecedores	-	40.172	585	3.144	1.069	10899	5.218	278	165	10	3.117	84	2.035	703	669	13	48	-	-	68.209
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	5.002	-	4886	2.427	-	1.724	219	6	342	5.176	1.945	-	149	664	-	-	22.540
Obrigações sociais e trabalhistas	-	4.431	452	5.346	2.869	731	1.545	2.139	822	474	859	266	5.050	324	214	610	106	-	-	26.238
Obrigações tributárias	-	3.595	1.167	5.060	918	2838	4.510	955	8.360	1.612	902	270	1.012	2.166	2.538	173	2.058	-	-	38.534
Adiantamento de clientes	-	-	403	1.058	-	-	4.997	338	-	-	-	-	1.565	26	2.806	-	-	-	-	11.193
Passivo de arrendamento	-	777	203	513	-	381	242	124	204	-	313	-	1.781	78	152	145	110	-	-	5.023
Receita diferida	-	-	-	3.491	-	-	-	-	-	-	-	-	61	-	-	3.714	-	-	-	7.266
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-		-	-	1.602	-	-	-	1.057	403	-	-	-	3.062
Provisão para contingências	-	-	-	-	126	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126
Partes relacionadas	-	9.420	-	579	-	-	-	-	-	-	-	-	504	-	-	21	-	-	-	10.524
Outras obrigações	-	184	37	5.369	25	7	-	113	9	10	105	1	520	-	35	-	19	-	-	6.434
Total do passivo circulante	**-**	**58.979**	**2.847**	**29.562**	**5.007**	**19741**	**18.939**	**3.947**	**11.284**	**2.325**	**6.904**	**963**	**17.704**	**5.242**	**7.471**	**5.228**	**3.005**	**-**	**-**	**199.149**
Não circulante																				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	12.743	-	1500	411	-	1.120	184	2.003	304	5.386	2.513	-	49	566	-	-	26.779
Passivo de arrendamento	-	4.539	-	11.189	-	504	222	-	256	-	505	-	4.289	-	242	193	97	-	-	22.036
Obrigações tributárias	-	-	-	345	-	-	250	110	4.118	143	301	169	-	2.980	558	-	886	-	-	9.860
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	-	-	1.078	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.078
Receita diferida	-	-	-	5.008	-	5346	-	-	-	-	-	-	-	-	-	420	-	-	-	10.774
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	232	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	251
Partes relacionadas	-	32.970	-	12	-	-	-	-	-	2.080	1.566	-	-	-	409	-	-	-	-	37.037
Provisão para contingências	-	-	-	2.722	-	-	-	-	386	-	-	-	460	-	-	-	1.912	-	-	5.480
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	826	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	826
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	8023	-	5.700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.723
Outras obrigações	-	106	-	11.140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	433	-	-	-	-	-	11.679
Total do passivo não circulante	**-**	**37.615**	**-**	**43.159**	**-**	**15.373**	**2.787**	**5.810**	**6.112**	**2.407**	**4.375**	**473**	**10.135**	**5.926**	**1.209**	**662**	**3.480**	**-**	**-**	**139.523**
Total do passivo	**-**	**96.594**	**2.847**	**72.721**	**5.007**	**35114**	**21.726**	**9.757**	**17.396**	**4.732**	**11.279**	**1.436**	**27.839**	**11.168**	**8.680**	**5.890**	**6.485**	**-**	**-**	**338.672**
Patrimônio líquido																				
Capital social	73.626	3.323	10	2.494	7.086	850	700	400	2.000	3.952	3.300	59	250	8.973	792	1.000	7.000	2.039.091	(42.189)	2.112.717
Capital social a integralizar	(73.508)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.508)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(835)	-	-	-	(91)	-	-	-	-	926	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	140	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(220)	-
Reserva de capital	-	-	-	14.804	-	-	-	-	-	2.056	-	-	-	19	1.528	-	-	-	(18.407)	-
Reserva de lucros	-	6.563	8.462	(136)	98	-	16.077	238	19.453	20.467	2.723	2.276	302	(6.389)	1.927	216	-	(104.021)	(72.277)	(104.021)
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.953	-	-	-	-	-	-	(3.953)	-
Participação dos não controladores	-	-	-	187	-	-	-	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	-	33.006	33.243
Total do patrimônio líquido	**118**	**9.886**	**8.472**	**17.349**	**7.184**	**850**	**16.917**	**718**	**21.453**	**25.690**	**6.023**	**6.288**	**552**	**2.512**	**4.247**	**1.216**	**7.000**	**1.935.070**	**(103.114)**	**1.968.431**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**118**	**106.480**	**11.319**	**90.070**	**12.191**	**35964**	**38.643**	**10.475**	**38.849**	**30.422**	**17.302**	**7.724**	**28.391**	**13.680**	**12.927**	**7.106**	**13.485**	**1.935.070**	**(103.114)**	**2.307.103**

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras pro forma.

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.
Demonstração do resultado consolidado pro forma em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Ajuste Pro Forma (a)																		
	Qestra	Grupo SKA	Tefti	Plusoft	Itsource	First-Tech	A5	Integra	Ikhon	SSX TEC	GW Cloud	ADN	Pluris	Thinc	Dinamo	Nexo	Doc Security	Ajustes PPA (C)	Eliminação	Consolidado
Receita líquida de serviços	-	175.385	44.806	76.139	36.967	61.986	58.666	23.519	50.135	15.336	32.083	14.220	61.650	11.284	10.554	11.178	9.876	-	-	693.784
Custo dos serviços prestados	-	(97.769)	(24.922)	(47.771)	(25.926)	(28.546)	(39.390)	(8.666)	(5.928)	(3.749)	(19.812)	(6.447)	(40.507)	(5.332)	(2.937)	(2.994)	(2.015)	-	-	(362.711)
Lucro bruto	-	77.616	19.884	28.368	11.041	33.440	19.276	14.853	44.207	11.587	12.271	7.773	21.143	5.952	7.617	8.184	7.861	-	-	331.073
Receitas (despesas) operacionais		(24.666)	(2.538)	(23.141)	(5810)	(16.949)	(9.967)	(5.851)	(6.346)	(3.434)	(8.039)	(1.776)	(17.655)	(4.534)	(5.169)	(5.818)	(1.744)			(143.437)
Despesas gerais e administrativas	-	(10.383)	(2.509)	(23.454)	(3.105)	(7.650)	(9.776)	(5.812)	(5.995)	(3.122)	(6.770)	(1.491)	(17.969)	(4.117)	(3.845)	(4.655)	(1.574)	(104.021)	-	(216.248)
Despesas comerciais	-	(14.533)	(29)	-	(2.581)	(9.679)	(136)	(39)	(625)	-	(1.187)	-	-	-	(1.414)	(1.083)	(279)	-	-	(31.585)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	250	-	313	(124)	380	(55)	-	274	(312)	(82)	(285)	314	(417)	90	(80)	109	-	-	375
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	-	52.950	17.346	5.227	5.231	16.491	9.309	9.002	37.861	8.153	4.232	5.997	3.488	1.418	2.448	2.366	6.117			187.636
Receitas (despesas) financeiras																				
Receitas financeiras	-	6.082	21	356	155	372	41	13	34	184	749	182	393	61	99	62	7	-	-	8.811
Despesas financeiras	-	(8.755)	(134)	(3.360)	(52)	(812)	(1.778)	(132)	(1.915)	(578)	(1.059)	(101)	(2.209)	(1.696)	(296)	(77)	(616)	-	-	(23.570)
Resultado financeiro, líquido	-	(2.673)	(113)	(3.004)	103	(440)	(1.737)	(119)	(1.881)	(394)	(310)	81	(1.816)	(1.635)	(197)	(15)	(609)	-	-	(14.759)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	50.277	17.233	2.223	5.334	16.051	7.572	8.883	35.980	7.759	3.922	6.078	1.672	(217)	2.251	2.351	5.508	-	-	172.877
Imposto de renda e contribuição social	-	(7.909)	(4.738)	(1.534)	(1275)	(5.325)	(1.295)	(2.817)	(5.068)	(1.781)	(679)	(968)	(678)	(46)	(672)	(603)	(1.965)	-	-	(37.353)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	469	(557)	-	-	-	(731)	-	-	-	54	-	-	-	813	-	-	48
Lucro líquido do exercício	-	42.368	12.495	1.158	3.502	10.726	6.277	6.066	30.181	5.978	3.243	5.110	1.048	(263)	1.579	1.748	4.356	-	-	135.572
Participação controladores no resultado	-	42.368	12.495	1.067	3.502	10.726	6.277	6.066	30.181	9.969	3.243	5.110	1.048	(263)	1.579	1.748	4.356	-	-	104.137 (e)
Participação não controladores no resultado	-	-	-	91	-	-	-	-	-	(3.991)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.435

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras pro forma.

1 Descrição da transação e base para elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*

I. Descrição da transação

Em 30 de setembro de 2021, a Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. ("Companhia" ou "Qestra") com bases em atos societários regulados por Acordo de Acionistas, onde foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 67.824, passando o capital social da Companhia de R$ 101 para R$ 67.925, por meio da emissão de 404.800 (quatrocentas e quatro mil e oitocentas), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As participações estão assim distribuídas pelas partes:

Investidas/Empresas Participantes	Participação %
SKA Automação de Engenharias Ltda.	80,0%
SKA Sistemas Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.	80,0%
W3K Tecnologia Ltda.	70,0%
Tefti Armazém e Logística Ltda.	80,0%
Plusoft Informática S.A.	80,0%
ITSource Serviços e soluções em TI Ltda.	80,0%
A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.	80,0%
Integra Consultoria S.A.	80,0%
Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.	60,0%
SSX Tecnologia da Informação S.A.	80,0%
ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.	80,0%
Pluris Mídia Ltda.	80,0%
TPV Inova Soluções em Informática S.A.	78,7%
Nexo CS informática S.A.	80,0%
Doc Security Serviços de Informática Ltda.	60,0%
BTB Group Inc.	80,0%

Em 31 dezembro de 2021, foi aprovado novo aumento de capital da Companhia no valor de R$ 5.701, dessa forma, o capital social da Companhia passa de R$ 67.925 para R$ 73.626, por meio da emissão de 87.360 (oitenta e sete mil trezentos e sessenta), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas participações estão assim distribuídas pelas partes:

Investidas/Empresas Participantes	Participação %
First Tech Tecnologia Ltda.	75,0%
GWCLoud Tecnologia e Serviços S.A.	80,0%
Dínamo Networks Serviços, Desenvolvimento. e Participações em Consórcios e ou Empresas S.A.	80,0%

A Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. foi constituída em 07 de julho de 2016, sendo uma "*shelf company*", não operacional, e, subsequentemente, em maio de 2017, foi totalmente adquirida pela Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Gulf"), que figurou como sua única acionista até a implementação da Reorganização Gulf em 2021.

Após extenso e detalhado estudo, a Gulf identificou que o mercado brasileiro de softwares e de serviços de tecnologia da informação ("Mercado Alvo") é bastante fragmentado e possui condições favoráveis para a realização de uma consolidação, uma vez que pode gerar oportunidades de negócios interessantes para as empresas do Mercado Alvo, seja via a consolidação por aquisição de outras empresas do Mercado Alvo ou pela melhoria no seu desempenho operacional (aumento na taxa de crescimento da receita e/ou aumento na margem operacional), em consequência da disponibilização de recursos financeiros para investimentos na melhoria e desenvolvimento de produtos e serviços, do apoio ao planejamento e execução das atividades comerciais, do compartilhamento de melhores práticas entre as subsidiárias e da criação de um ambiente colaborativo entre os empresários e executivos das subsidiárias, justificando uma expressiva valorização patrimonial para essas empresas participantes.

Em 30 de setembro de 2021, e em 31 de dezembro de 2021 foram realizados investimentos em determinadas empresas do Mercado Alvo, que ocorreram por meio de dois aumentos de capital nas referidas datas, os quais foram integralizados pelos subscritores mediante a transferência de participações societárias nas sociedades listadas a seguir:

(i) SKA Automação de Engenharias Ltda.;
(ii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.;
(iii) W3K Tecnologia Ltda.;
(iv) Plusoft Informática S.A.;
(v) TEFTI Armazém Logística Ltda.;
(vi) ItSource Serviços e Soluções em TI Ltda.;
(vii) First Tech Tecnologia Ltda.;
(viii) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.;
(ix) Integra Consultoria S.A.;
(x) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda
(xi) SSX Tecnologia da Informação S.A.;
(xii) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A.;
(xiii) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda
(xiv) Pluris Mídia Ltda.;
(xv) TPV Inova Soluções em Informática S.A.;
(xvi) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.;
(xvii) Nexo CS Informática S.A.;
(xviii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.;
(xix) BTB Group Inc; ("Empresas Participantes").

As Empresas Participantes possuem históricos operacionais sólidos e são administradas por experientes executivos e funcionários-chave que detêm amplo conhecimento do seu negócio, com compromisso de longo prazo com o crescimento de suas respectivas empresas. As Empresas Participantes englobam 6 (seis) diferentes verticais, são elas: (i) Software de Aplicativo de Negócios; (b) Implementação e Customização de Software; (iii) Cibersegurança; (iv) Infraestrutura & Nuvem; (v) Serviços de TI; e (vi) Serviços Baseados em Softwares, e ocupam posições de destaque no mercado, tendo clientes relevantes de setores diversos da economia que são saúde, finanças, automobilístico, óleo, gás e energia, alimentício, bebidas, e dentre outros.

Após a concretização da Operação de IPO, a Companhia passará a consolidar os resultados das Empresas Participantes.

Nesse cenário, o principal objetivo da Companhia é, através da alocação significativa dos recursos captados na Operação de IPO, implementar a sua estratégia de crescimento inorgânico pela aquisição de outras empresas do Mercado Alvo. As aquisições poderão ocorrer diretamente pela Companhia ou pelas suas subsidiárias quando for estrategicamente indicado. Ainda, é também objetivo da Companhia, auxiliar na aceleração do crescimento orgânico das suas subsidiárias para que as empresas mantenham sua posição de relevância nas atividades e setores que atuam, logo, parte dos recursos captados na Operação de IPO, serão disponibilizados para a realização de investimentos na melhoria e desenvolvimento de produtos e na abertura de novos mercados/segmentos. Nesse sentido, a Companhia também criará departamentos de apoio às atividades operacionais de suas subsidiárias empresas controladas objetivando a melhora operacional de cada uma delas.

Desta forma, as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* para o exercício de 31 de dezembro de 2021, refletem a aquisição das participações e consolidação.

II. Base para elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* da Qestra demonstram o efeito relativo à aquisição de parcial das ações das empresas supramencionadas. Estas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas de acordo com a Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma, conforme aprovada pela Deliberação CVM 709/13.

As informações financeiras consolidadas pro forma foram compiladas pela administração da Companhia para ilustrar o impacto da transação apresentada na Nota Explicativa no 5 "Investimentos", considerando a concretização do cenário de combinação de negócios de determinadas empresas participantes do acordo de acionistas à luz da Norma NBC TG 15 (R4) "Combinação de Negócios" sobre o balanço patrimonial da Companhia e sua demonstração do resultado para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, como se a transação tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2021. Como parte desse processo, informações sobre o desempenho operacional da Companhia foram extraídas pela administração da Companhia das informações financeiras das referidas empresas participantes indicadas na Nota Explicativa no 5 "Investimento" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* aqui apresentadas se baseiam:

(a) nas demonstrações contábeis da Qestra referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes, que emitiu relatório de auditoria, sem modificação, em 25 de fevereiro de 2022;
(b) nas demonstrações contábeis individuais e combinadas das empresas que serão adquiridas pela Qestra após o evento de liquidez, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), auditadas.

Conforme estabelecido no acordo de acionistas entre a Companhia e acionistas das demais empresas adquiridas até a ocorrência do evento de liquidez, cada um destes acionistas fará jus a 100% (cem por cento) dos resultados gerados por sua respectiva empresa sem a parte da Companhia.

Desta forma, o balanço patrimonial consolidado pro forma e a demonstração consolidada do resultado *pro forma* s refletem os efeitos da aquisição destas empresas e consolidação da Qestra em 31 de dezembro de 2021.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* s foram elaboradas e estão sendo apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da consolidação das aquisições que serão realizadas pela Qestra após o evento de liquidez, e não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações dos resultados e financeiras efetiva da Companhia.

As demonstrações consolidadas dos resultados *pro forma* devem ser lidos em conjunto com as demonstrações históricas e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das empresas envolvidas.

2 Ajustes *pro forma*

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada entidade e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis, e incluem os seguintes ajustes:

Balanço patrimonial e demonstração do resultado *pro forma*

O Balanço patrimonial pro forma e as demonstrações do resultado *pro forma* da Companhia foram elaboradas de acordo com a Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma (aprovado CVM - 709/13), para demonstrar o balanço patrimonial e demonstração do resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

(a) Consolidação
O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Os ajustes refletem os impactos contábeis da transferência de controle em janeiro de 2021.

(b) Intangível
Corresponde ao reconhecimento do ágio proveniente da combinação de negócios, e parcela alocada de ativos identificáveis (carteira de clientes, marcas e software). O ágio e os ativos identificáveis possuem fundamento econômico e rentabilidade futura de acordo com os negócios adquiridos.

(c) Outras receitas (despesas), líquidas
Corresponde ao reconhecimento dos impactos da amortização dos ativos identificáveis de acordo com o "*purchase price allocation" ("PPA")*, o impacto no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 104.021.

O Software foi valorado utilizando a metodologia do "*Multi Period Excess Earnings Method – MPEEM*". Foi estimado com isso o valor justo de R$ 345.863 a ser amortizado pelo período de 5 anos equivalente a 60 meses. Para o cálculo da amortização em 2021 foi considerado o período de 12 meses.

A carteira de cliente foi estimada pela metodologia "*Multi Period Excess Earnings Method – MPEEM*", resultando em um valor de R$ 112.051 a ser amortizado pelo período de 1 à 7 anos equivalente à 10 à 77 meses. Para o cálculo da amortização em 2021 foi considerado o período de 12 meses.

Além disso, a marca foi estimada pela metodologia "*Relief From Royalty Method*", resultando em um valor de R$ 216.448 a ser amortizado pelo período de 21 à 27 anos equivalente à 147 à 189 meses. Para o cálculo da amortização em 2021 foi considerado o período de 12 meses.

(d) Eliminações
Representa a eliminação do patrimônio líquido e investimentos das Empresas Participantes.

(e) Participação de controladores e não controladores
A participação do acionista controlador está representada pelo montante de R$ 104.137, que corresponde a participação da Qestra sobre o resultado de cada Empresa Participante conforme as participações distribuídas, e o resultado do acionista não controlador de R$ 31.435, corresponde ao montante remanescente não atribuível a Qestra.

* * *

Anexo J – Formulário de Referência da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 4

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 6

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 7

2.3 - Outras Informações Relevantes 8

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 9

3.2 - Medições Não Contábeis 10

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 11

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 12

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 14

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 15

3.7 - Nível de Endividamento 16

3.8 - Obrigações 17

3.9 - Outras Informações Relevantes 18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 22

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 58

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 59

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 60

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 61

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 62

4.7 - Outras Contingências Relevantes 63

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 71

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 72

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 77

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 78

5.4 - Programa de Integridade 81

5.5 - Alterações significativas 85

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 86

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 87

6.3 - Breve Histórico 88

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 89

6.6 - Outras Informações Relevantes 90

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 91

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 102

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 103

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 104

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 113

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 114

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 118

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 119

7.8 - Políticas Socioambientais 120

7.9 - Outras Informações Relevantes 121

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 122

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 123

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 124

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 125

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 126

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 127

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 128

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 183

9.2 - Outras Informações Relevantes 189

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 190

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 194

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 195

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 196

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 197

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 198

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 199

10.8 - Plano de Negócios 200

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 202

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 226

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 227

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 228

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 236

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 240

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 243

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 244

12.7/8 - Composição Dos Comitês 247

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 250

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 251

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 256

12.12 - Outras informações relevantes 257

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 267

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 272

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 276

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 278

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 279

13.6 - Opções em Aberto 280

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 281

13.8 - Precificação Das Ações/opções 282

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 283

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 284

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 285

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 286

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 287

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 288

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 289

13.16 - Outras Informações Relevantes 290

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 291

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 292

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 293

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 294

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 295

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 296

15.3 - Distribuição de Capital 344

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 345

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 346

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 355

15.7 - Principais Operações Societárias 359

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 363

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 370

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 371

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 372

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 374

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 386

17.2 - Aumentos do Capital Social 387

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 388

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 389

17.5 - Outras Informações Relevantes 390

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 392

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 393

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 394

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 395

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 396

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 397

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 398

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 399

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 400

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 401

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 402

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 403

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 404

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 405

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 406

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 407

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 408

20.2 - Outras Informações Relevantes 409

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 410

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 411

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 414

21.4 - Outras Informações Relevantes 415

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luis Antonio de Oliveira Banhara**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Eduardo Arroxellas Villela**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

LUIS ANTONIO DE OLIVEIRA BANHARA, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 17.940.837-9, expedida pelo SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 112.850.508-86, na qualidade de Diretor Presidente da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 26.072.786/0001-46, com sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904, ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

LUIS ANTONIO DE OLIVEIRA BANHARA

Diretor Presidente

D4Sign 634cf0e3-8e7a-4511-b3bf-081d2f4524ac - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

D4Sign

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 23 de fevereiro de 2022, 16:30:24

ntp.br

7 Projeto Orchestra - Item 1 1 FRe - Banhara pdf
Código do documento 634cf0e3-8e7a-4511-b3bf-081d2f4524ac

Assinaturas

Luis Antonio de Oliveira Banhara
luis.banhara@qestra.com.br
Assinou

Luis Antonio de Oliveira Banhara

Eventos do documento

23 Feb 2022, 16:08:21
Documento 634cf0e3-8e7a-4511-b3bf-081d2f4524ac **criado** por DEBORAH BASTOS MOTHE (3588d606-d961-428d-9639-69a3e9fc7775). Email:deborah.mothe@bicharalaw.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-23T16:08:21-03:00

23 Feb 2022, 16:09:04
Assinaturas **iniciadas** por DEBORAH BASTOS MOTHE (3588d606-d961-428d-9639-69a3e9fc7775). Email: deborah.mothe@bicharalaw.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-23T16:09:04-03:00

23 Feb 2022, 16:20:31
LUIS ANTONIO DE OLIVEIRA BANHARA **Assinou** - Email: luis.banhara@qestra.com.br - IP: 187.121.3.57 (187-121-3-57.user.ajato.com.br porta: 21610) - Documento de identificação informado: 112.850.508-86 - DATE_ATOM: 2022-02-23T16:20:31-03:00

Hash do documento original
(SHA256):17d6a09c6987c206b7b0f794a22bd5f7dc89094dbbcfff4752d792aebea377dc
(SHA512):ca829f2c968b130aa848b525b76be7132d62baa9e644c16884835a0e6d850c7aa5e7cc195c8b56031f861f4368b8686c3105ce13a284e43f33a7f5d80c4138ba

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EDUARDO ARROXELLAS VILLELA, brasileiro, casado, bacharel em economia, portador da cédula de identidade RG nº 09905421-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 075.269.237-5, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **QESTRA TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 26.072.786/0001-46, com sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904, ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

EDUARDO ARROXELLAS VILLELA

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

D4Sign 0fb625b0-925c-46f2-bdfa-adb193ac3813 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

D4Sign

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 22 de fevereiro de 2022, 19:01:34

ntp.br

5 Projeto Orchestra - Item 1 1 FRe - Eduardo pdf
Código do documento 0fb625b0-925c-46f2-bdfa-adb193ac3813

Assinaturas

EDUARDO ARROXELLAS VILLELA
eduardo.villela@gulf.com.br
Assinou

Eventos do documento

22 Feb 2022, 18:52:39
Documento 0fb625b0-925c-46f2-bdfa-adb193ac3813 **criado** por DEBORAH BASTOS MOTHE (3588d606-d961-428d-9639-69a3e9fc7775). Email:deborah.mothe@bicharalaw.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-22T18:52:39-03:00

22 Feb 2022, 18:52:50
Assinaturas **iniciadas** por DEBORAH BASTOS MOTHE (3588d606-d961-428d-9639-69a3e9fc7775). Email: deborah.mothe@bicharalaw.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-22T18:52:50-03:00

22 Feb 2022, 18:59:12
EDUARDO ARROXELLAS VILLELA **Assinou** (227685f9-2211-4f77-8d79-9eb05ec06449) - Email: eduardo.villela@gulf.com.br - IP: 200.201.187.226 (mvx-200-201-187-226.mundivox.com porta: 24364) - Geolocalização: -23.002799559938474 -43.31706733654463 - Documento de identificação informado: 075.269.237-21 - DATE_ATOM: 2022-02-22T18:59:12-03:00

Hash do documento original
(SHA256):5457957454dc1ffef73c020c397339d4b971687b1d226d8c40a3bec341e4d15a
(SHA512):a134fde26284a4781d3813f1847b751e26028a22edf901ae5b9de1162e35bba0ea23e596f670821235c67421e35e3ed652870f4a63032fb91de9b4cb5bbe13f5

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que não há novo ocupante dos cargos de Diretor Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Grant Thornton Auditores Independentes
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Data Início	15/11/2021
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) emissão de relatório de asseguração sobre as informações financeiras consolidadas pro-forma referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (iii) realização de procedimentos pré-acordados em conexão com a oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não houve pagamento aos auditores independentes realizado no último exercício social, considerando que os serviços contratados, conforme acima descritos, serão pagos no exercício social de 2022.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Jefferson Coelho Diniz	01/01/2019	327.253.678-75	Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 12º andar, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-900, Telefone (011) 38865100, Fax (011) 38865100, e-mail: jefferson.diniz@br.gt.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Para a renovação de contrato/escopo relacionado aos serviços prestados pelos auditores independentes, deve ser feita uma análise interna para avaliar a natureza dos trabalhos e possíveis impactos que possam afetar os trabalhos de auditoria, da mesma forma, os próprios auditores são requeridos a avaliar as questões de independência, conflito de interesse e objetividade, entre outros fatores que possam inviabilizar a aceitação dos trabalhos a serem prestados, de acordo com as normas aplicáveis. Em relação a transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, não há nada além dos honorários referentes aos trabalhos contratados.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	118.000,00	101.000,00	101.000,00
Ativo Total	118.000,00	101.000,00	101.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	593.360.000	101.200	101.200
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,000198	0,998023	0,998023

3.2 - Medições Não Contábeis

A Companhia não divulgou no decorrer do último exercício social nem pretende divulgar neste Formulário de Referência informações sobre medições não contábeis elaboradas com base em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas. Adicionalmente, ver item 3.9 deste Formulário de Referência para informações sobre medições não contábeis: (a) da Companhia, elaboradas com base nas suas informações financeiras consolidadas *pro forma*, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, refletindo, no contexto da Consolidação, confome definida no item 15.6 deste Formulário de Referência, as aquisições de diferentes percentuais, conforme apresentados no item 15.4 deste Formulário de Referência, de participações societárias nas seguintes sociedades: (i) First Tech Tecnologia Ltda.; (ii) Pluris Mídia Ltda.; (iii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda. (em conjunto, "Grupo SKA")[1]; (iv) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (v) Plusoft Informática S.A.; (vi) Nexo CS Informática S.A.; (vii) Integra Consultoria S.A.; (viii) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (ix) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (x) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (xi) Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.; (xii) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda.; (xiii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.; (xiv) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (xv) TEFTI Armazém Logística Ltda.; e (xvi) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A., sendo que a BTB Inc., sociedade que também faz parte da Consolidação, não foi incluída nas informações financeiras consolidadas *pro forma* tendo em vista que, a empresa é a de menor representatividade, em termos de participação acionária da Qestra no âmbito da Consolidação, sua receita bruta representou em 2021 menos que 3% (três por cento) do total da receita bruta *Pro Forma* da Companhia, e ainda, até a presente data, não havia concluído a emissão do seu relatório de auditoria para que fosse considerado para os fins da preparação das informações financeiras consolidadas *pro forma* ("Empresas Participantes do *Pro Forma*" e "Informações Financeiras *Pro Forma*", respectivamente); e (b) das Empresas Participantes[2] do *Pro Forma*, elaboradas com base nas suas demonstrações financeiras históricas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

[1] [1] Conforme se pode extrair das demonstrações contábeis do Grupo SKA, foram apresentadas as informações da SKA Automação de Engenharias Ltda, SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda. e W3K Tecnologia Ltda., como se fossem uma única entidade, considerando-se as operações históricas efetivamente incorridas. No entanto, ao longo desse Formulário de Referência, quando forem feitas menções às 18 (dezoito) Empresas Participantes, a SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda. e a SKA Automação de Engenharias Ltda. são consideradas como uma mesma entidade e a W3K Tecnologia Ltda. é considerada como uma terceira entidade.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2021	2020	2019
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei. Do saldo do lucro líquido do exercício após a dedução da reserva legal: (a) 25%, será destinado ao pagamento de dividendos obrigatório; e (b) o restante será destinado à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei. Do saldo do lucro líquido do exercício após a dedução da reserva legal: (a) 1%, será destinado ao pagamento de dividendos obrigatório; e (b) o restante será destinado à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei. Do saldo do lucro líquido do exercício após a dedução da reserva legal: (a) 1%, será destinado ao pagamento de dividendos obrigatório; e (b) o restante será destinado à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social.
(a.i) Valores das retenções de lucros	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia era não operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, não houve lucro no referido período, não havendo, portanto, retenções de lucros.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia era não operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, não houve lucro no referido período, não havendo, portanto, retenções de lucros.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia era não operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, não houve lucro no referido período, não havendo, portanto, retenções de lucros.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia era não operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, não houve lucro no referido período, não havendo, portanto, retenções de lucros.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia era não operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, não houve lucro no referido período, não sendo aplicável, assim, o percentual em relação aos lucros totais declarados.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia era não operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, não houve lucro no referido período, não sendo aplicável, assim, o percentual em relação aos lucros totais declarados.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2021	2020	2019
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não apresentava operação e, por conseguinte, resultados, nos últimos três exercícios sociais, uma vez que era uma sociedade holding pura e, mesmo no contexto da Consolidação (conforme definido no item 15.6 deste Formulário de Referência) e, por conseguinte, da aquisição de participações societárias das seguintes sociedades, em diferentes percentuais, conforme apresentados no item 15.4 deste Formulário de Referência: (i) First Tech Tecnologia Ltda.; (ii) Pluris Mídia Ltda.; (iii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda. (em conjunto, “Grupo SKA”); (iv) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (v) Plusoft Informática S.A.; (vi) Nexo CS Informática S.A.; (vii) Integra Consultoria S.A.; (viii) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (ix) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (x) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (xi) Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.; (xii) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda.; (xiii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.; (xiv) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (xv) TEFTI Armazém Logística Ltda.; (xvi) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A.; e (xvii) BTB Inc. (“Empresas Participantes”), somente passará a consolidar os seus resultados a partir da ocorrência de um Evento de Liquidez.

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não desempenhou nos três últimos exercícios sociais qualquer atividade, não tendo sido necessário financiar investimentos e capital de giro.

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possuía obrigações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Para fins de esclarecimento, as informações prestadas ao longo da seção 3 deste Formulário de Referência, decorrem das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia, sociedade *holding* pura, destinada à consolidação de empresas participantes do mercado brasileiro de *softwares* e de serviços de tecnologia da informação ("Mercado Alvo"), realizou em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, consolidações de determinadas empresas do Mercado Alvo, em um processo liderado pela Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Gulf"). Em referido processo, conhecido como *roll-up,* os acionistas das Empresas Participantes, conforme definidas no item 3.5 deste Formulário de Referência, tornaram-se acionistas da Companhia ao integralizar, com parcelas de suas respectivas participações societárias nas Empresas Participantes, os aumentos de capital social da Companhia nas respectivas datas ("Consolidação"). Para maiores informações sobre sobre a participação acionária da Companhia após a Consolidação em cada uma das Empresas Participantes, vide seção 15.4 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Consolidação realizada pela Companhia, e por conseguinte, a aquisição do controle societário das Empresas Participantes pela Companhia, é condicionada à realização de um Evento de Liquidez, conforme detalhado no item 15.6 deste Formulário de Referência. Ou seja, antes da ocorrência de um Evento de Liquidez a Companhia não consolida os resultados das Empresas Participantes, por isso suas demonstrações financeiras individuais consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não apresentam os resultados das referidas empresas.

Nesse sentido, com o propósito de serem apresentadas informações complementares às da Companhia em seu processo de oferta pública inicial de ações em curso, foram elaboradas Informações Financeiras *Pro Forma*, conforme definido no item 3.2 deste Formulário de Referência.

Diante disso, para fins exclusivamente informativos, apresentamos no item "*Informações financeiras adicionais ao item 3.2 com base nas informações financeiras pro forma*", abaixo, o EBITDA *Pro Forma* e a Margem EBTIDA *Pro Forma*, consolidado, considerando a Consolidação das Empresas Participantes, e individual das Empresas Participantes do *Pro Forma*, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Para mais informações sobre as Informações Financeiras *Pro Forma*, vide seção 4.1, 7.9 e 10.9 deste Formulário de Referência.

***Informações financeiras adicionais ao item 3.1 com base nas informações financeiras* pro forma**

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)
Patrimônio Líquido	1.968.431
Ativo Total	2.307.103
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	693.784
Resultado Bruto	331.073
Resultado Líquido	135.572
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	593.360,00

3.9 - Outras Informações Relevantes

Informações financeiras adicionais ao item 3.2 com base nas informações financeiras pro forma

(a) valor das medições não contábeis

O EBITDA[3] (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) *Pro Forma* é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, considerando os efeitos das aquisições mencionadas acima como se as mesmas tivessem sido consumadas em 1º de janeiro de 2021. O EBITDA *Pro Forma* consiste, portanto, no lucro líquido *pro forma* ajustado pelo resultado financeiro líquido *pro forma*, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido *pro forma* e pelas despesas com depreciação e amortização *pro forma*. A Margem EBITDA *Pro forma* é calculada pelo EBITDA *Pro forma* dividido pela receita líquida *pro forma*. Seguem abaixo os valores do EBITDA *Pro forma* e da Margem EBITDA *Pro forma* no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021:

Medições não contábeis (R$ mil, exceto %)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**
EBITDA *Pro Forma*	209.645
Margem EBITDA *Pro Forma*	30,2%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta o EBITDA *Pro Forma* e a Margem EBITDA *Pro Forma* no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021:

[3] Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, sigla em inglês para denominar LAJIDA

3.9 - Outras Informações Relevantes

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Informações extraídas das demonstrações financeiras individuais das respectivas Empresas Participantes do *Pro Forma* no exercício findo em 31 de dezembro de 2021[1].																Total *Pro Forma*[4]
	Ikhon[2]	**Grupo Plusoft[2]**	**Nexo[2]**	**ADN[2]**	**Thinc[2]**	**Grupo SKA[2]**	**A5[2]**	**First-Tech[2]**	**Dínamo[2]**	**GW Cloud[2]**	**Tefti[2]**	**Itsource[2]**	**Doc Security[2]**	**Pluris[2]**	**SSX Tech[2]**	**Integra[2]**	
Resultado líquido do exercício	30.181	1.158	1.748	5.110	-263	42.368	6.277	10.726	1.579	3.243	12.495	3.502	4.356	1048	5.978	6.066	135.572
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	5.799	1.065	603	968	46	7.909	1.295	5.325	672	679	4.738	1.832	1.152	624	1.781	2.817	37.305
(+) Resultado financeiro líquido	1.881	3.004	15	(81)	1.635	2.673	1.737	440	197	310	113	(103)	609	1.816	394	119	14.759
(+) Depreciação e amortização	**346**	**3.746**	**1.114**	**55**	**2.308**	**2.130**	**942**	**1.314**	**1.405**	**955**	**901**	**1.191**	**212**	**3.458**	**1.717**	**215**	**22.009**
EBITDA *Pro Forma*	38.207	8.973	3.480	6.052	3.726	55.080	10.251	17.805	3.853	5.187	18.247	6.422	6.329	6.946	9.870	9.217	209.645
Receita operacional líquida	50.135	76.139	11.178	14.220	11.284	175.385	58.666	61.986	10.554	32.083	44.806	36.967	9.876	61.650	15.336	23.519	693.784
Margem EBITDA *Pro Forma*	**76,2%**	**11,8%**	**31,1%**	**42,6%**	**33,0%**	**31,4%**	**17,5%**	**28,7%**	**36,5%**	**16,2%**	**40,7%**	**17,4%**	**64,1%**	**11,3%**	**64,4%**	**39,2%**	**30,2%**

(1) Não inclui BTB Inc., sociedade que também faz parte da Consolidação.
(2) Os resultados acima apresentados (e demais linhas contábeis) de cada sociedade Empresa Participante do *Pro Forma* e o total consolidado refletem o resultado de cada uma das Empresa Participante do *Pro Forma* como um todo, em linha com determinação contábil de apresentar 100% (cem por cento) dos valores quando ocorrer a transferência do controle das Empresas Participantes para a Companhia. A Companhia, após a conclusão da Consolidação, deterá participações em cada Empresa Participante que variam entre 60% e 80%. Para maiores informações sobre a participação societária da Companhia em cada Empresa Participante, vide itens 15.4 e 15.6 deste Formulário de Referência.

[4] Referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

3.9 - Outras Informações Relevantes

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA *Pro Forma* e a Margem EBITDA *Pro Forma* não são medidas de lucratividade e/ou desempenho financeiro reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), tampouco devem ser considerados isoladamente ou como substitutos do lucro líquido, do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos da Companhia.

O EBITDA *Pro Forma* e a Margem EBITDA *Pro Forma* não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras empresas.

O EBITDA *Pro Forma* e a Margem EBITDA *Pro Forma* apresentam limitações que prejudicam a sua utilização uma vez que são derivados de informações elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da Companhia ter realizado as combinações de negócios em 1º de janeiro de 2021 e, desta forma, não devem ser utilizadas como indicativo das futuras informações contábeis efetivas da Companhia e não pretendem representar o que os resultados reais consolidados das operações da Companhia teriam sido se as respectivas aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2021 e, consequentemente, não são necessariamente indicativos dos resultados das operações consolidadas em períodos futuros.

A Companhia acredita que o EBITDA *Pro Forma* e a Margem EBITDA *Pro Forma* fornecem informações adicionais para a compreensão da condição financeira e resultados operacionais das Empresas Participantes, uma vez que permitem uma análise dos resultados de operações da Companhia sem levar em consideração o impacto de nossa estrutura de capital, imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização e, como tal, são medidas úteis para avaliar a produtividade e eficiência de das operações da Companhia.

Informações financeiras adicionais ao item 3.7 com base nas informações financeiras pro forma

Exercício Social	Soma do passivo circulante e não circulante Combinado (em milhares de reais)	Tipo de índice	Índice de Endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	5.890	Índice de Endividamento	0,82887700	N/A

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as suas demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultado operacional, reputação, fluxo de caixa e/ou liquidez da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por diversos fatores, em especial, por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, pode afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considere irrelevante na data deste Formulário de Referência também poderão afetá-la adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das empresas participantes da consolidação conduzida pela Companhia, conforme definida no item 15.6 deste Formulário de Referência, quais sejam: (i) First Tech Tecnologia Ltda.; (ii) Pluris Mídia Ltda.; (iii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda. (em conjunto, "Grupo SKA"); (iv) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (v) Plusoft Informática S.A.; (vi) Nexo CS Informática S.A.; (vii) Integra Consultoria S.A.; (viii) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (ix) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (x) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (xi) Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.; (xii) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda.; (xiii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.; (xiv) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (xv) TEFTI Armazém Logística Ltda.; (xvi) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A.; e (xvii) BTB Inc. ("Empresas Participantes"), bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção, como por exemplo riscos de aspectos operacionais mencionados no subitem "a", já que são derivados exclusivamente das Empresas Participantes e poderiam também serem incluídos no subitem "d". Os fatores de risco descritos neste item "4.1. Fatores de Risco" estão expostos em ordem decrescente de relevância dentro de cada subitem.

(a) Riscos relacionados à Companhia

Os negócios da Companhia resultam da combinação dos resultados de entidades distintas, com operações não integradas, administração e culturas diferentes, o que sujeita a Companhia a riscos relacionados à implementação do seu plano de negócio de crescimento inorgânico por meio de aquisições de empresas do setor de *software* e serviços de tecnologia.

A Companhia não possui histórico operacional, tendo realizado, em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2021, a Consolidação de 18 empresas de *software* e serviços de tecnologia, conforme definida e detalhada nos itens 15.6 e 15.7 deste Formulário de Referência. Portanto, está sujeita a riscos e incertezas associados à implementação do seu plano de negócio de crescimento inorgânico por meio de aquisições de empresas do setor de *software* e serviços de tecnologia. A Companhia não tem por objetivo realizar a integração dos negócios das Empresas Participantes ou daquelas empresas que vierem a ser adquiridas diretamente pela Companhia. A Companhia entende que são altos os riscos decorrentes dos desafios associados à integração das atividades operacionais, tecnológicas ou de controles contábeis e gerenciais das Empresas Participantes e das empresas que vierem a ser adquiridas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ou seja, os negócios da Companhia resultarão da combinação de resultados de entidades distintas e recém adquiridas, com operações não integradas, administração e culturas diferentes.

Nesse sentido, em vista de não possuir um histórico operacional, a Companhia está sujeita a todos os riscos e incertezas associadas a qualquer negócio em desenvolvimento, incluindo o risco de não alcançar os seus objetivos de investimento, como por exemplo, não conseguir investir no tempo esperado pelos investidores a totalidade dos recursos captados no Evento de Liquidez, conforme definido no item 15.6 deste Formulário de Referência, em empresas cujos valores e objetivos se alinhem no médio e longo prazo com os da Companhia. Caso a Companhia não consiga realizar o alinhamento de médio e longo prazo dos interesses dos gestores das empresas a serem futuramente adquiridas com os interesses de médio e longo prazo da própria Companhia, há risco de perdas para os investidores, pois: (i) os negócios podem precisar realizar a sucessão dos seus gestores em tempo mais curto que o previsto; (ii) pode haver competição entre as empresas da Companhia visto que a administração das Empresas Participantes e das empresas futuramente a ser adquiridas são independentes, e (iii) os administradores das Empresas Participantes e das futuras empresas a serem adquiridas podem não conseguir entregar resultados condizentes com os esperados pela Companhia e precisarem ser substituídos e a Companhia ter dificuldades em realizar a sua sucessão, e o risco de perdas dos potenciais investidores.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar, na qualidade de plataforma consolidadora, de forma satisfatória e adequada, as Empresas Participantes e/ou futuras aquisições, ou que alcançará os resultados esperados em termos de custos, sinergias, entre outros. Como resultado, os negócios da Companhia, suas perspectivas de crescimento, resultados de operações e condições financeiras podem ser material e negativamente afetados.

A principal estratégia da Companhia envolve aquisições de empresas de softwares e de serviços de tecnologia. A Companhia pode não implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento por meio de aquisições, ou ainda, pode não ser capaz de realizar aquisições no momento ou em termos ou preços desejados.

A principal estratégia de negócio da Companhia é o crescimento inorgânico por meio de aquisições de empresas do setor de *software* e serviços de tecnologia para fins de consolidação dos seus resultados, sem realizar a integração dos negócios das Empresas Participantes ou que vieram a ser adquridas. Não há como garantir as aquisições serão bem sucedidas, o que dependerá, principalmente, da capacidade da Companhia de identificar sociedades ou ativos atraentes para aquisição, negociar preços adequados, manter a qualidade da operação das sociedades ou ativos adquiridos, bem como se aproveitar do compartilhamento do conhecimento tecnológico e operacional com o objetivo de melhorar a margem operacional das empresas adquiridas e promover o seu crescimento para obter o retorno esperado, fatores estes que poderão não ser alcançados pela Companhia com a aquisição das Empresas Participantes e em suas futuras aquisições. Não podemos assegurar que a Companhia implementará com sucesso a estratégia de crescimento inorgânico por meio de consolidação de empresas de *softwares* e de serviços de tecnologia ou ainda, que a atual estratégia de aquisição trará resultados positivos para a Companhia.

Ainda, a quantidade de aquisições realizadas, pela Companhia, até o momento, não deve ser considerada como um indicativo de aquisições futuras e, se a Companhia continuar a crescer por meio de aquisições, talvez não consiga gerenciar o crescimento de maneira eficaz. Caso a Companhia não seja capaz de implementar sua estratégia de negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais, por intermédio das Empresas Participantes, podem ser adversamente afetados, gerando perdas aos seus acionistas e prejudicando sua capacidade de gerar valor no longo prazo.

A negociação de potenciais aquisições ou investimentos, bem como eventuais parcerias entre as sociedades consolidadas ou que vierem a ser consolidadas, poderão resultar em desvio substancial e demandar um esforço considerável dos recursos administrativos da Companhia, das sociedades consolidadas ou que vierem a ser consolidadas, ou poderão não ser bem-sucedidas considerando os termos inicialmente delimitados ou esperados pela Companhia, pelas sociedades consolidadas ou que vierem a ser consolidadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por contingências com relação a tais ativos e sociedades que venham a ser por ela adquiridos. Para informações adicionais, vide fator de risco *"A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente nas Empresas Participantes e nas sociedades que vierem a ser adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora".*

A Companhia pode vir a adquirir participações societárias minoritárias ou que não representem a maioria do capital social das sociedades adquiridas e, consequentemente, pode ter sócios majoritários em tais investimentos, com os quais pode enfrentar conflitos ou divergências de ordem econômica, estratégica ou financeira, que poderão eventualmente se concretizar em disputas ou outras ineficiências. Ainda, pode ter conflitos em razão de não possuir influência e/ou participar da implementação da cultura organizacional nas sociedades adquiridas ou que vieram a ser adquiridas.

A Companhia pode não ser capaz de identificar novas oportunidades de negócios que sejam atrativas em razão de condições e preços não aceitáveis ou menos favoráveis, da atuação de seus principais concorrentes (inclusive em decorrência de consolidação no setor) e de restrições regulatórias, entre outros fatores. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir, caso identifique novas oportunidades, que será capaz de aproveitá-las em termos aceitáveis ou acordar os termos para consolidação com tais parceiros. Ainda, alguns dos concorrentes da Companhia podem possuir mais recursos financeiros ou, de outras formas, estar em posição mais vantajosa para adquirir sociedades ou outros ativos estratégicos.

Nesse sentido, os principais riscos relacionados às aquisições incluem:

- Possibilidade de superestimar o preço de aquisição do negócio objeto de aquisição, seja em decorrência de elevada competição por ativos, seja em decorrência de falhas no processo de avaliação dos ativos, sendo que esses negócios podem não oferecer os resultados e sinergias previstos e, portanto, os investimentos podem não oferecer o retorno esperado;

- Passivos e/ou contingências inesperados relacionados aos negócios adquiridos;

- Como sucessora dos negócios dessas instituições objeto de aquisição, ser responsabilizada pelos seus passivos, inclusive aqueles cujos fatos geradores ocorreram antes da transação, assim como pode estar sujeita aos riscos relacionados aos atos dos administradores anteriores e sujeita a se responsabilizar por potenciais passivos dos atos ocorridos antes da transação;

- Celebração de documentos societários nas parcerias estratégicas e aquisições que podem conter termos e condições não compatíveis com os redirecionamentos estratégicos da Companhia, o que pode resultar em eventuais prejuízos futuros relativos às operações das empresas;

- Não monitoramento de toda a extensão de riscos relacionados à aderência das empresas em processo de aquisição ou já adquiridas em relação às regras de integridade corporativa (*compliance*, anticorrupção e outras);

- Perda de funcionários relevantes ou fundadores dos negócios adquiridos que não estejam dispostos a continuar no negócio após uma transação específica;

- Não cumprimento de condições precedentes para fechamento das aquisições pelos vendedores, empresas do mercado alvo ou pela própria Companhia; e

- Identificação de terceiros com quem a Companhia possui relações comerciais que podem não estar dispostos a celebrar acordos em termos comercialmente aceitáveis em relação a uma transação específica.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, a geração de caixa oriunda de atividades operacionais das Empresas Participantes e/ou das sociedades que vierem a ser adquiridas pela Companhia pode não ser suficiente para suportar os planos de expansão da Companhia, sendo necessário aumento na alavancagem financeira ou que a Companhia, as Empresas Participantes e/ou as sociedades que vierem a ser adquiridas pela Companhia acessem os mercados financeiro e/ou de capitais para financiar o seu crescimento, conforme aplicável. Caso a Companhia, as Empresas Participantes e/ou as sociedades que vierem a ser adquiridas pela Companhia não sejam capazes de obter financiamentos, ou de obtê-los em condições aceitáveis, existe risco de que os planos de negócios e de crescimento inorgânico tenham que ser revisados, afetando adversamente os seus resultados operacionais e as suas condições financeiras, bem como o valor de mercado de ações da Companhia. Ainda, caso o mercado de capitais tenha que ser acessado, poderá acarretar a diluição da participação societária de seus acionistas em seu capital social.

Além disso, tais aquisições poderão gerar ágio, cuja amortização poderá reduzir seu lucro e, consequentemente, reduzir os dividendos a serem distribuídos aos seus acionistas.

Dessa forma, a Companhia pode não conseguir implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento por meio de aquisições, consequentemente causando um efeito adverso para os seus negócios.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* incluídas neste Formulário de Referência são apresentadas apenas para fins ilustrativos e podem não ser indicativas da condição financeira consolidada da Companhia ou dos seus resultados operacionais após a implementação das aquisições. Tais informações financeiras são baseadas em premissas que podem não se provar precisas ou podem não considerar outros fatores que podem afetar a condição financeira e/ou os resultados operacionais da Companhia.

As informações financeiras *pro forma*, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, contidas neste Formulário de Referência nos itens 3.9, 7.9 e 10.9, refletindo no contexto da Consolidação, confome definida no item 15.6 deste Formulário de Referência, as aquisições pela Companhia de diferentes percentuais, conforme apresentados no item 15.4 deste Formulário de Referência, de participações societárias nas seguintes sociedades: (i) First Tech Tecnologia Ltda.; (ii) Pluris Mídia Ltda.; (iii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda. (em conjunto, "Grupo SKA"); (iv) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (v) Plusoft Informática S.A.; (vi) Nexo CS Informática S.A.; (vii) Integra Consultoria S.A.; (viii) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (ix) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (x) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (xi) Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.; (xii) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda.; (xiii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.; (xiv) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (xv) TEFTI Armazém Logística Ltda.; e (xvi) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A., sendo que a BTB Inc., sociedade que também faz parte da Consolidação, não foi incluída nas informações financeiras consolidadas *pro forma* ("Empresas Participantes do *Pro Forma*" e "Informações Financeiras *Pro Forma*", respectivamente), são apresentadas apenas para fins ilustrativos, baseadas na soma das rubricas contábeis das Empresas Participantes do *Pro Forma*, auditadas para o mesmo período, e podem não refletir corretamente a condição financeira consolidada da Companhia ou resultados operacionais considerando a Consolidação. A situação financeira atual da Companhia e os resultados operacionais, uma vez que consideram as aquisições das Empresas Empresas Participantes do *Pro Forma*, podem não ser consistentes ou evidentes em suas Informações Financeiras *Pro Forma*, as quais são referentes apenas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Além disso, as premissas utilizadas na preparação das Informações Financeiras *Pro Forma* podem não se provar precisas, e outros fatores podem afetar a condição financeira da Companhia ou seus resultados operacionais em decorrência da conclusão das aquisições.

As Informações Financeiras *Pro Forma* são baseadas, em parte, em determinadas hipóteses e premissas da Companhia que podem não se provar precisas, e outros fatores que não foram levados em consideração pela Companhia ou estão fora de seu controle podem afetar condição financeira ou resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ressalta-se que em linha com os itens 3.9, 7.9 e 10.9 deste Formulário de Referência, as Informações Financeiras *Pro Forma* foram elaboradas considerando que a Consolidação, e por conseguinte, a aquisição do controle societário das Empresas Participantes pela Companhia, é condicionada à realização de um Evento de Liquidez, conforme detalhado no item 15.6 deste Formulário de Referência. Ou seja, antes da ocorrência de um Evento de Liquidez a Companhia não consolida os resultados das Empresas Participantes, por isso suas demonstrações financeiras individuais consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não apresenta os resultados das Empresas Participantes. Nesse sentido as Informações Financeiras *Pro Forma* foram apresentadas exclusivamente para fins informativos e, consequentemente, não devem ser interpretadas como indicativo da demonstração de resultado, não devendo ser interpretadas, portanto, como garantia de performance financeira futura ou de qualquer forma de recomendação de investimento em valores mobiliários envolvendo a Companhia. Dessa forma, a situação financeira e os resultados operacionais futuros da Companhia podem não ser consistentes ou evidentes nas Informações Financeiras *Pro Forma*.

A Companhia está em processo de elaboração da sua Política de Gerenciamento de Riscos e estruturação das áreas de Auditoria Interna e das funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos, os quais poderão falhar ou virem a não ser suficientes, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre a reputação, operação, situação financeira e cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia constituiu recentemente o seu Comitê de Auditoria, bem como aprovou a criação do seu Código de Conduta e a instalou um Canal de Denúncias, para fins de adequação à listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3, sendo certo que a posse dos membros, vigência e funcionamento, respectivamente, estão condicionados à divulgação do anúncio de início da oferta pública de distribuição primária e secundária das ações ordinárias de emissão da Companhia ou de fato relevante de oferta pública de distribuição primária e secundária com esforços restritos de colocação de ações ordinárias da Companhia. Ainda, a Companhia está em processo de elaboração da sua Política de Gerenciamento de Riscos e estruturação das áreas de Auditoria Interna e das funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos, sendo que a aprovação da referida política e estruturação das áreas e funções mencionadas deverão ser finalizadas em até 12 (doze) meses contados da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021. Desta forma, as políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos da Companhia e das Empresas Participantes, poderão falhar ou virem a não ser suficientes, considerando inclusive que não foram totalmente implementadas, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre a reputação, operação, situação financeira e cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

As políticas, o Código de Conduta, sistemas e procedimento de controles internos da Companhia, os quais são aplicáveis também às Empresas Participantes, podem falhar ou não ser suficientes, inclusive para evitar violação de leis de combate à corrupção, infrações à concorrência, prevenção à lavagem de dinheiro e fraudes e práticas irregulares por parte dos administradores, empregados e terceiros que atuem pela Companhia e/ou pelas Empresas Participantes, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre a reputação, operação, situação financeira e cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

As políticas, o Código de Conduta, sistemas e procedimento de controles internos da Companhia, os quais são aplicáveis também às Empresas Participantes, podem falhar ou não ser suficientes, inclusive para evitar violação de leis de combate à corrupção, infrações à concorrência, prevenção à lavagem de dinheiro e fraudes e práticas irregulares por parte dos administradores, empregados e terceiros que atuem pela Companhia e/ou pelas Empresas Participantes, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre a reputação, operação, situação financeira e cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A carta sobre os controles internos relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 está em processo de elaboração e discussão, respeitado o prazo limite de 60 dias após a emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do mesmo exercício. Uma vez que o referido relatório seja concluído, é possível que sejam identificadas deficiências significativas referentes a Companhia e/ou as Empresas Participantes. Se a Companhia e/ou as Empresas Participantes não forem capazes de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, podem não ser capazes de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa e prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia dos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos negócios, reputação e resultados da Companhia e/ou das Empresas Participantes. Para informações adicionais a respeito do tema, vide item 5.3(d) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia, as Empresas Participantes, bem como seus administradores, empregados e terceiros agindo em seu nome, benefício ou interesse, ainda que de forma indireta, estão sujeitos à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e a legislações correlatas como a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 12.850/2013 ("Lei da Organização Criminosa"), o Decreto-Lei nº 2.848/1940 ("Código Penal"), a Lei nº 8.137/1990 ("Lei de Crimes contra a Ordem Tributária"), a Lei nº 8.666/1993 ("Lei de Licitações") a Lei nº 14.133/2021 ("Nova Lei de Licitações"), o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, o Decreto nº 8.420/2015, portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União, e outras leis anticorrupção, nacionais e estrangeiras, conforme aplicável (todas juntas "Leis Anticorrupção") que impõem responsabilidade por danos à administração pública. De acordo com as Leis Anticorrupção, na ocorrência de violações às referidas Leis, as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas objetivamente por danos à administração pública e poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R$ 6.000,00 e R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), não podendo ser inferior à vantagem auferida. Adicionalmente, as penalidades das Leis Anticorrupção podem também ocasionar (i) a publicação extraordinária da decisão condenatória; (ii) a apreensão e perdimento de bens ou benefícios obtidos ilegalmente, (iii) a suspensão ou a proibição parcial das operações; (iv) a dissolução da entidade; (v), a suspensão temporária para a obtenção de novos financiamentos para empreendimentos; (vi) a perda de licenças operacionais; (vii) a perda imediata ao direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo poder público; (viii) e o direito de participar de licitações públicas. Além disso, de acordo com as Leis Anticorrupção, as sociedades controladoras, controladas e coligadas, bem como as empresas que fazem parte de um consórcio, são solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa e pela reparação integral do dano causado.

No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a Companhia e seus administradores estão sujeitos às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

Os processos de governança, políticas, códigos, gestão de risco, *compliance* e controles internos da Companhia e das Empresas Participantes não estão totalmente implementados, conforme acima detalhado, e portanto podem não ser suficientes para prevenir ou detectar: (i) violações às Leis Anticorrupção; (ii) condutas impróprias, fraudulentas e desleais por parte de seus administradores, funcionários, acionistas, membros de sua administração e terceiros contratados para representá-la; ou (iii) ocorrências de comportamentos não condizentes com seus princípios éticos e que possam afetar adversamente sua reputação, negócios, condição financeira e resultados, bem como a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia, sem prejuízo da responsabilização individual do administrador, funcionário e/ou terceiro envolvido.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos judiciais ou administrativos relacionados à violação de qualquer lei ou regulamento voltado à prevenção e ao combate à corrupção, seja no Brasil, seja no exterior, envolvendo a administração, funcionários ou terceiros que agem em nome ou benefício da Companhia e/ou das Empresas Participantes, pode resultar em penalidades, multas ou sanções acima mencionadas. Nesse sentido, a Companhia também está exposta ao risco de membros de sua administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil ou exterior. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia e/ou das Empresas Participantes, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e o público em geral, pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilícitas praticadas por terceiros, parceiros de negócios ou clientes.

Assim, falhas nos processos de governança, políticas, códigos, gestão de riscos, *compliance* e controles internos da Companhia podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, capacidade de contratação com o poder público, condições financeiras e resultados da Companhia ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias, bem como podem sujeitar seus administradores, funcionários e representantes legais a sanções criminais.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificáveis ou não identificadas anteriormente nas Empresas Participantes e nas sociedades que vierem a ser adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora.

A Companhia pode vir a descobrir contingências de diversas naturezas não identificáveis ou não identificadas anteriormente nas Empresas Participantes e nas sociedades que venham a ser adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora. As próprias Empresas Participantes ou as sociedades que vierem a ser adquiridas, inclusive, podem vir a figurar como sucessoras em contingências que elas mesmas não haviam identificado no momento de sua aquisição pela Companhia, sendo que a Companhia também poderá ser responsabilizada por essas contingências. Caso a Companhia venha a incorrer em custos e despesas associadas a estas contingências não identificadas anteriormente, sua condição financeira, bem como sua imagem, poderão ser adversamente afetadas.

Ainda, inclusive com relação às contingências identificadas no curso da auditoria realizada pela Companhia em cada Empresa Participante da Consolidação, não é possível assegurar que eventuais garantias constituídas serão suficientes para evitar que a Companhia tenha sua condição financeira e/ou imagem adversamente afetadas, caso tais contingências identificadas sejam materializadas ou julgadas desfavoravelmente à Companhia e/ou às Empresas Participantes da Consolidação.

Se as Empresas Participantes e/ou as empresas que vierem ser adquiridas pela Companhia não forem capazes de executar suas estratégias de crescimento com sucesso e continuar a desenvolver soluções digitais inovadoras, em atendimento às demandas crescentes dos seus clientes, os produtos e serviços oferecidos por elas podem se tornar obsoletos.

A execução da estratégia das Empresas Participantes e das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia exige constante adaptação às exigências e preferências dos seus clientes, as quais estão em constante mudança. Não há garantia de que as Empresas Participantes e as empresas que vieram ser adquiridas pela Companhia se anteciparão e atenderão às demandas, preferências dos clientes e padrões do setor. A Companhia e/ou suas subsidiárias poderão não ter recursos suficientes para investirem áreas estratégicas de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, ou pode investir menos em comparação aos seus concorrentes, o que pode afetar adversamente os negócios, resultado operacional e condição financeira das Empresas Participantes e das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, nesse sentido, as Empresas Participantes e as empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia, podem não ter o retorno adequado de receitas significativas para as despesas e os investimentos atuais e futuros em pesquisa e desenvolvimento de produtos. Caso a demanda por tais produtos e serviços não se desenvolva ou se desenvolva em um ritmo mais lento que o previsto, as Empresas Participantes e as empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia podem não ser capazes de recuperar as despesas e os investimentos que vierem a incorrer em pesquisa e desenvolvimento de produtos, o que poderá afetar adversamente seus negócios.

Por fim, no contexto do desenvolvimento de soluções digitais inovadoras e da necessidade de adaptação às exigências e preferências dos seus clientes, as Empresas Participantes e as empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia podem se deparar com obstáculos que exijam adaptações à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários ou à adaptação de seus sistemas aos sistemas de seus clientes. Esses desafios podem não ser superados e/ou provocar uma limitação no desenvolvimento das Empresas Participantes e das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia, afetando de forma adversa os seus negócios e resultados.

As Empresas Participantes não podem garantir que continuarão oferecendo ou que terão acesso a novas tecnologias que sejam capazes de manter a base de clientes atual ou de atrair novos clientes, bem como que será bem-sucedida na incorporação dessas tecnologias aos produtos e serviços oferecidos atualmente.

Adicionalmente, as Empresas Participantes podem não ser capazes de oferecer soluções a tempo e a preços economicamente viáveis ou ainda podem não ser capazes de recuperar as despesas e os investimentos que venham a incorrer de produtos ou serviços, o que pode afetar adversamente os seus negócios.

As aquisições e/ou associações da Companhia poderão sofrer restrições ou poderão não ser aprovadas pelo CADE, decisões que poderão afetar adversamente os resultados financeiros e operacionais da Companhia e das Empresas Participantes, bem como o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

De acordo com a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 ("Lei de Defesa da Concorrência"), e demais regulamentações relacionadas, deverão ser submetidos ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), os atos de concentração econômica com efeitos no Brasil em que, cumulativamente: (i) pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R$750 milhões; e (ii) pelo menos um outro grupo envolvido na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R$75 milhões. A Lei de Defesa da Concorrência também estabeleceu um regime prévio de análise de atos de concentração, de forma que a operação apenas poderá ser consumada após a aprovação pelo CADE, devendo ser preservadas as condições concorrenciais entre as empresas envolvidas até que a decisão de aprovação seja final.

A análise do CADE poderá levar até 240 dias, prazo este prorrogável por mais 60 dias por solicitação das partes ou, ainda, 90 dias por decisão do próprio CADE. Eventual reprovação pelo CADE pode, ainda, dar ensejo à incidência de multa contratual, caso assim tenha sido acordado entre as partes.

O CADE poderá determinar que uma potencial aquisição e/ou associação da Companhia poderá afetar negativamente as condições de concorrência nos mercados em que a Companhia atua. Nestes casos, o CADE poderá rejeitar operações que a Companhia pretender realizar ou, ainda, aprová-las com restrições contrárias aos interesses da Companhia. Qualquer dessas decisões poderá afetar adversamente os resultados financeiros e operacionais da Companhia e das Empresas Participantes, bem como o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A implementação da estratégia de negócios da Companhia exigirá investimentos significativos, e poderá exigir a obtenção de recursos adicionais, que podem não estar disponíveis ou, se disponíveis, podem estar sujeitos a termos não aceitáveis.

A implementação da estratégia de negócios da Companhia, terá como alicerce o investimento significativo em novos projetos, através do investimento em participações societárias. Será necessário que a Companhia busque capital adicional, quer mediante a emissão de títulos de dívida, valores mobiliários, contratação de empréstimos ou ainda mediante a emissão de novas ações. A capacidade futura de captação de capital pela Companhia dependerá de sua rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica mundial e brasileira, que são afetadas por fatores fora do controle da Companhia. É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso disponível, não o esteja em condições favoráveis para a Companhia. A restrição à captação em condições aceitáveis à Companhia poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus resultados e negócios.

Caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados à sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de a Companhia não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, causando um efeito adverso relevante sobre seus resultados e negócios. Ainda, na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento do capital social da Companhia poderá diluir a participação do investidor no capital social.

Adicionalmente, captações de recursos adicionais por meio de distribuição pública de ações de emissão da Companhia ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia podem prever a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, o que poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações e na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia.

Por fim, destaca-se também que, em virtude da geração de caixa oriunda de atividades operacionais das Empresas Participantes e/ou das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia não ser suficiente para suportar os planos de expansão da Companhia, pode ser necessário que a Companhia, as Empresas Participantes e/ou as empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia acessem os mercados financeiro e/ou de capitais para financiar o seu crescimento, conforme aplicável. Para mais informações, vide fator de risco "*A principal estratégia da Companhia envolve a consolidação de empresas de softwares e de serviços de tecnologia. A Companhia pode não implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento por meio de aquisições, ou ainda, pode não ser capaz de realizar aquisições no momento ou em termos ou preços desejados*".

Adicionalmente, variações adversas significativas nos indexadores dos financiamentos futuros da Companhia e/ou das Empresas Participantes, inclusive em decorrência de aumento de inflação ou taxa de juros, poderão causar um aumento de despesas com encargos de dívida e poderão reduzir o lucro líquido da Companhia, o que, consequentemente, poderá fazer com que os valores disponíveis para distribuição aos seus acionistas na forma de dividendos e/ou outros proventos sejam reduzidos e que o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão sejam adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não é obrigada a obter a opinião de um banco de investimento independente ou de uma firma de auditoria independente a respeito de qualquer aquisição que fizer e, consequentemente, o investidor pode não ter garantia de uma fonte independente de que o preço e os termos pelos quais a Companhia realizou a aquisição foram justos do ponto de vista financeiro.

A Companhia não é obrigada a obter a opinião de um banco de investimento independente ou de uma firma de auditoria independente de que o preço e os termos pelos quais fizer qualquer aquisição são justos do ponto de vista financeiro. Não há expectativa de obter tais opiniões acerca de aquisições pretendidas e, portanto, os acionistas estarão sujeitos ao julgamento da Companhia sobre as aquisições, que avaliará o valor justo de mercado com base nos padrões geralmente aceitos pelo mercado e com base em negociações comerciais conduzidas com outras empresas. Se a Companhia adquirir empresas a um preço ou em condições que eventualmente não sejam justos do ponto de vista financeiro, isso pode impactar adversamente sua capacidade de obter ganhos de suas aquisições.

Riscos relacionados à performance das Empresas Participantes podem impactar negativa e significativamente os resultados da Companhia e o valor de suas ações.

Os investimentos da Companhia são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelos investidores. Atualmente, a Companhia consolida 18 participações societárias em sociedades do setor de *softwares* e de serviços de tecnologia, sendo que parte dessas sociedades tem e poderá vir a ter participações societárias em outras sociedades. Não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Empresas Participantes ou das sociedades nas quais estas tenham participação, (ii) solvência das Empresas Participantes ou das sociedades nas quais estas tenham participação e (iii) continuidade das atividades das Empresas Participantes ou das sociedades nas quais estas tenham participação.

Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da Companhia e o valor de suas ações. Os pagamentos recebidos de Empresas Participantes, como dividendos, juros e outras formas de remuneração podem ser frustrados em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional das respectivas Empresas Participantes ou das sociedades nas quais estas tenham participação, ou, ainda, em razão de outros fatores. Em tais ocorrências, a Companhia e seus acionistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Adicionalmente, não há garantia quanto ao desempenho do segmento econômico de atuação das Empresas Participantese nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Empresas Participantesacompanhe o desempenho médio de seu respectivo segmento.

Algumas das Empresas Participantes podem não conseguir melhorar e aprimorar a funcionalidade, desempenho, confiabilidade, design, segurança e escalabilidade de suas plataformas de uma maneira que responda às necessidades em evolução de seus clientes, e por conseguinte, seus negócios podem ser adversamente afetados, causando também um efeito adverso relevante para a Companhia na qualidade de plataforma consolidadora.

Os mercados em que as Empresas Participantes competem, de *software* e tecnologia, são caracterizados por constantes mudanças e inovações. O sucesso das Empresas Participantes e por conseguinte, da própria Companhia, depende da capacidade das Empresas Participantes de identificar e antecipar as necessidades de seus clientes e projetar e manter uma plataforma que lhes forneça as ferramentas de que precisam para operar seus negócios. As Empresas Participantes podem não conseguir atrair novos clientes, reter a receita de clientes existentes e/ou aumentar as vendas para clientes novos e existentes caso não sejam capazes de continuar a melhorar e aprimorar a funcionalidade, desempenho, confiabilidade, design, segurança e escalabilidade da sua plataforma.

Além disso, a expansão dos negócios e mercados endereçáveis da Companhia, por meio das Empresas Participantes, tende a aumentar a necessidade de escalabilidade e suporte, o que exige que sejam dedicados recursos adicionais para tais esforços. Na medida em que as Empresas Participantes não sejam capazes de melhorar a escalabilidade de suas plataformas para manter a utilidade, desempenho e disponibilidade, ou melhorar suas funções de suporte a fim de atender a demandas crescentes, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira podem ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, algumas das Empresas Participantes podem ter dificuldades com o desenvolvimento de *softwares*, o que pode atrasar ou impedir o desenvolvimento, introdução ou implementação de novas soluções e melhorias. O desenvolvimento de *softwares* envolve uma quantidade significativa de tempo para as equipes de pesquisa e desenvolvimento das Empresas Participantes, visto que seus desenvolvedores podem levar meses para atualizar, codificar e testar novas soluções e atualizá-las e integrá-las em suas plataformas.

Algumas das Empresas Participantes também devem atualizar, testar e aprimorar continuamente suas plataformas de *softwares*. A melhoria e o aprimoramento contínuos das plataformas de algumas das Empresas Participantes requerem investimento e a Companhia e algumas das Empresas Participantes podem não ter os recursos para fazer tal investimento.

A Companhia e as Empresas Participantes podem fazer investimentos em novas soluções ou melhorias que podem não alcançar os retornos esperados. A melhoria e o aprimoramento da funcionalidade, desempenho, confiabilidade, segurança e escalabilidade das plataformas pode ser oneroso e complexo e, na medida em que as Empresas Participantes não sejam capazes de executá-los de uma maneira que responda às necessidades em evolução de seus clientes, seu negócio, resultados operacionais e situação financeira poderão ser adversamente afetados, e, por conseguinte, os resultados da Companhia na qualidade de plataforma consolidadora.

Problemas nos sistemas de tecnologia da informação das Empresas Participantes poderão impactar adversamente as suas operações, causando também um efeito adverso para a Companhia.

As operações das Empresas Participantes dependem, em grande parte, dos seus sistemas de informação, o que inclui a devida instalação, manutenção, gerenciamento, atualização e segurança dos sistemas de tecnologia da informação. Problemas de operação ou de segurança nos sistemas das Empresas Participantes podem causar a interrupção de seu funcionamento (inclusive, por tempo incerto e indeterminado). Caso as Empresas Participantes não sejam capazes de efetuar os reparos a tempo e, se essa eventual interrupção se prolongar e causar a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou às informações, suas operações podem ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente seus resultados.

A qualidade das entregas dos produtos e serviços pelas Empresas Participantes depende da operação eficiente e ininterrupta de seus sistemas de tecnologia da informação e computação. Qualquer falha de seus sistemas de computação e tecnologia da informação em operar efetivamente ou de se integrar a outros sistemas, inadequações de performance ou violações em segurança podem causar interrupções ou falhas nos sistemas, que como consequência podem resultar em perdas à sua performance.

Além do mais, falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar a performance das Empresas Participantes, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dado ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Os sistemas de *back-up* das Empresas Participantes para determinados aspectos de suas operações não são totalmente redundantes e seu plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

Além disso, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação das Empresas Participantes, como, por exemplo, na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional das Empresas Participantes, o que pode afetar os negócios e resultados operacionais da Companhia de forma negativa, além de afetar adversamente a imagem e confiabilidade da Companhia junto ao mercado.

Quaisquer falhas ou problemas podem causar danos à reputação das Empresas Participantes, afetando adversamente o interesse dos clientes em comprar os *softwares* e soluções tecnológicas oferecidos, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expô-las a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Assim, os resultados operacionais e financeiros das Empresas Participantes podem ser negativamente afetados caso qualquer das interrupções descritas acima ocorra, causando também um efeito adverso para a Companhia na qualidade de plataforma consolidadora.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Violações de segurança ou outros ataques de hackers e phishing nos sistemas de algumas das Empresas Participantes ou outras violações de segurança podem atrasar ou interromper o serviço para seus clientes, os compradores dos clientes e outros que usam seus serviços, prejudicar sua reputação ou sujeita-las a responsabilidades significativas, e afetar adversamente seus negócios e resultados financeiros, causando também um efeito adverso relevante para a Companhia na qualidade de plataforma consolidadora.

Algumas das Empresas Participantes operam em um setor sujeito a ataques cibernéticos. A falha em prevenir ou mitigar violações de segurança e acesso impróprio ou divulgação de seus dados, dados de seus clientes ou dados dos compradores de seus clientes, pode resultar na perda ou uso indevido de tais dados, o que pode prejudicar seus negócios e reputação.

As eventuais medidas de segurança adotadas em suas redes e plataforma internas podem não funcionar como esperado ou podem não ser suficientes para proteger suas redes internas e plataforma contra certos ataques. Além disso, as técnicas usadas para sabotar ou obter acesso não autorizado a redes nas quais os dados são armazenados ou por meio das quais os dados são transmitidos mudam com frequência. Como resultado, algumas das Empresas Participantes podem não ser capazes de antecipar essas técnicas ou implementar medidas preventivas adequadas para evitar um ataque em seus sistemas.

O armazenamento e uso de dados de seus clientes é essencial para o uso das plataformas de algumas das Empresas Participantes, que armazenam, transmitem e processam as informações de propriedade de seus clientes e informações pessoais relacionadas a eles. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as medidas de segurança de algumas das Empresas Participantes poderá se apropriar de informações confidenciais.

Se ocorrer uma violação de segurança, como resultado de ação de terceiros, erro de funcionários ou de outra forma, e a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados de seus clientes for interrompida, a Companhia e as Empresas Participantes, conforme aplicável, podem incorrer em responsabilidade significativa em relação aos seus clientes, além das respectivas plataformas poderem ser percebidas como menos seguras, o que poderia afetar negativamente os negócios e prejudicar a reputação da Companhia e de algumas das Empresas Participantes. Qualquer comprometimento da segurança de algumas das Empresas Participantes poderá prejudicar suas reputações e marcas e expô-las a situações de litígio, nas quais poderão ser obrigadas a indenizar a parte prejudicada, afetando negativamente os seus negócios e resultados das suas operações.

Além disso, algumas das Empresas Participantes estão sujeitas a ataques "DDoS" (Denial-of-service attack), por exemplo, que se trata de uma técnica usada por *hackers* para colocar um serviço de internet *offline*, sobrecarregando seus servidores. Um ataque "DDoS" ou violação de segurança pode atrasar ou interromper o serviço para seus clientes e pode impedir que os consumidores visitem as lojas de seus clientes. As plataformas de algumas das Empresas Participantes e aplicativos de terceiros podem estar sujeitos a ataques "DDoS" no futuro e algumas das Empresas Participantes não podem garantir que os sistemas de recuperação, protocolos de segurança, mecanismos de proteção de rede e outros procedimentos aplicáveis são ou serão adequados para evitar a interrupção da rede e do serviço, falha do sistema ou perda de dados.

Além disso, *malware* de computador, vírus e ataques de *hackers* e *phishing* por terceiros são comuns neste setor da atuação. Como resultado de sua maior visibilidade, algumas das Empresas Participantes poderão se tornar um alvo para tais violações e ataques. Além disso, terceiros podem tentar induzir fraudulentamente funcionários ou clientes a divulgar informações confidenciais, como nomes de usuário, senhas ou outras informações, ou comprometer a segurança de suas redes internas, sistemas eletrônicos e/ou instalações físicas para obter acesso aos seus dados ou os dados de seus clientes.

Como as técnicas usadas para obter acesso não autorizado mudam com frequência e o tamanho e a gravidade dos ataques "DDoS" e violações de segurança estão aumentando, parte das Empresas Participantes pode ser incapaz de implementar medidas preventivas adequadas ou impedir ataques "DDoS" ou violações de segurança enquanto eles ocorrem.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A ocorrência de qualquer um desses eventos pode prejudicar a reputação da Companhia e de algumas das Empresas Participantes ou sujeitá-las a responsabilidades significativas e afetar de maneira adversa e relevante seus negócios e resultados financeiros.

Algumas das Empresas Participantes utilizam provedores de serviços em nuvem para fornecer seus serviços, sendo que qualquer interrupção dos serviços dos referidos provedores pode prejudicar seus negócios adversamente.

Atualmente, algumas das Empresas Participantes gerenciam seus serviços e atendem todos os seus clientes por meio de serviços de computação em nuvem terceirizado. Se, por qualquer motivo, forem obrigadas a migrar suas computações para outro provedor de serviços em nuvem, tal transição pode incorrer em tempo e despesas significativas e seus negócios podem ser adversamente impactados.

Os provedores de serviços de algumas das Empresas Participantes em nuvem não garantem que o acesso às suas plataformas seja ininterrupto ou livre de erros. As interrupções em seus serviços reduziriam suas receitas, as sujeitando a potenciais responsabilidades e afetariam adversamente suas capacidades de reter seus clientes ou atrair novos clientes.

O desempenho, a confiabilidade e a disponibilidade das plataformas de algumas das Empresas Participantes são essenciais para suas reputações e capacidade de atrair e reter clientes. Além disso, se os custos de hospedagem para os provedores de serviços em nuvem aumentarem com o tempo e se algumas das Empresas Participantes continuarem a exigir mais capacidade de computação ou armazenamento, seus custos podem aumentar desproporcionalmente à sua receita. Se algumas das Empresas Participantes não forem capazes de aumentar suas receitas mais rapidamente do que os custos de utilização dos serviços de seus provedores de serviços em nuvem ou de provedores semelhantes, seus negócios e situação financeira podem ser adversamente afetados.

A Companhia e as Empresas Participantes estão sujeitas a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderão ser afetadas adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No Brasil, em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a Lei n° 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados ou "LGPD"), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, o dever de transparência por parte do controlador dos dados, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigação de designar um encarregado pelo tratamento de dados, regras relacionadas a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, requisitos e obrigações relacionadas à transferência e compartilhamento de dados, com regime especial relacionado à transferência internacional de dados.

A LGPD também prevê sanções pelo descumprimento de suas disposições, conforme detalhado abaixo. A lei, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar sanções administrativas em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 e, após muitas discussões, suas sanções administrativas entraram em vigor no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. A ANPD, por sua vez, começou a ser estruturada com a publicação do Decreto n° 10.474/2020, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo de comissões e funções da autoridade nacional.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais ou procedimentos administrativos por órgãos competentes, individuais ou coletivos pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, dentre outros, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa, tais como aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui políticas nem medidas técnicas e organizacionais para o tratamento de dados pessoais no âmbito de suas atividades. Caso a Companhia e as Empresas Participantes não estejam em conformidade com a LGPD, elas poderão estar sujeitas às sanções administrativas, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação da infração, (iii) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, (iv) multa diária, e/ou multa simples de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 por infração, (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, (vi) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período ou (vii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados.

Além disso, a Companhia e as Empresas Participantes podem ser responsabilizadas por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia, pelas Empresas Participantes ou por terceiros que tratem dados pessoais em seu nome e/ou com quem a Companhia tenha compartilhado dados pessoais devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que terá sucesso na completa adequação de suas atividades, procedimentos, documentação e da relação com terceiros por ela contratados para atender aos elevados padrões instituídos pela nova LGPD.

Falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia e pelas Empresas Participantes, falhas de prestadores de serviço ou fornecedores, bem como a inadequação à legislação aplicável, incluindo eventual incapacidade de se adequar à LGPD, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, consequentemente, o preço de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Falhas nos sistemas de tecnologia da informação, violações de segurança, ataques de *hackers* e *phishing*, bem como falhas na operação dos sistemas em nuvem que envolvem o tratamento de dados pessoais pela Companhia e pelas Empresas Participantes também podem ensejar a aplicação de referidas multas, indenizações e demais penalidades, no âmbito de aplicação da LGPD.

Algumas das Empresas Participantes dependem dos serviços especializados de seu quadro técnico na execução de suas atividades.

Se algumas das Empresas Participantes perderem os principais integrantes desse quadro de pessoal, terão de atrair e treinar pessoal adicional para a área técnica, o qual pode não estar disponível no momento da necessidade ou, se disponível, pode ter um custo elevado para as Empresas Participantes aplicáveis. Se as Empresas Participantes não conseguirem atrair e manter o pessoal essencial, poderão ser incapazes de conduzir os seus negócios de modo eficiente, e manter operacionalidade dos *softwares* e soluções tecnológicas, o que pode ter um efeito adverso sobre a suas receitas e, consequentemente sobre a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A administração de cada uma das Empresas Participantes e de outras empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia e/ou pelas Empresas Participantes é responsável por geri-las no dia a dia, de modo que o resultado destas pode ser afetado caso não possuam uma administração qualificada, impactando desta forma a Companhia na qualidade de plataforma consolidadora.

A administração de cada uma das Empresas Participantes, bem como das sociedades que venham a ser adquiridas pela Companhia e/ou pelas Empresas Participantes, será responsável pelas suas operações no dia-a-dia. A capacidade da Companhia de avaliar a administração das Empresas Participantes, das sociedades que venham a ser adquiridas pela Companhia e/ou pelas Empresas Participantes pode ser limitada devido à falta de tempo, recursos ou informações, consequentemente, tal administração pode não ter a capacidade e a qualificação imaginadas pela Companhia. Ainda nesse sentido, uma vez que a Companhia não detém participação societária total nas Empresas Participantes, poderá encontrar dificuldades de alinhamento com a administração de cada uma delas, principalmente no que se refere aos processos de tomada de decisões.

Não existe garantia de que a administração existente ou qualquer nova administração das Empresas Participantes, das sociedades que venham a ser adquiridas pela Companhia e/ou pelas Empresas Participantes, seja capaz de administrá-las com êxito ou que a Companhia não enfrentará conflitos com as respectivas administrações relacionados a decisórios, o que pode afetar adversamente a estratégia comercial, os negócios e as operações das Empresas Participantes e/ou da Companhia, na qualidade de plataforma consolidadora dessas empresas.

Em complemento, é importante destacar que a Companhia depende da diligência, relações comerciais, experiência e competência dos membros da administração de cada uma das Empresas Participantes para o gerenciamento e operação dos negócios das Empresas Participantes. A perda de quaisquer membros da alta administração das Empresas Participantes e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores e funcionários qualificados poderá gerar um efeito adverso relevante na capacidade das respectivas Empresas Participantes de cumprir com suas estratégias de negócio, e ainda acarretar impacto adverso na Companhia na qualidade de plataforma consolidadora dos resultados dessas empresas.

A perda de membros da alta administração, assim como de funcionários qualificados, e/ou a eventual incapacidade de atrair e manter diretores e funcionários qualificados da Companhia e/ou das Empresas Participantes podem causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia e das Empresas Participantes.

O crescimento e desempenho da Companhia e das Empresas Participantes dependem em grande parte de esforços e da capacidade da alta administração da Companhia e das Empresas Participantes, formada por experientes executivos e funcionários-chave que detêm amplo conhecimento do seu negócio. A perda e/ou desligamento dos membros da alta administração da Companhia e das Empresas Participantes poderá afetar de modo adverso e relevante os negócios da Companhia e das Empresas Participantes por qualquer motivo e os seus respectivos resultados operacionais e financeiros, conforme aplicável. Além disso, caso a Companhia e/ou as Empresas Participantes venham a perder algum desses profissionais-chave, podem não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

Adicionalmente, a competição com empresas do setor de *softwares* e tecnologia por colaboradores altamente qualificados é intensa, e não há garantia de que a Companhia e as Empresas Participantes serão capazes de atrair, contratar, treinar, reter, motivar ou gerenciar empregados altamente qualificados no futuro, o que poderia provocar um efeito material adverso nos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais, conforme aplicável.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos desfavoráveis à Companhia, as Empresas Participantes e/ou aos seus administradores e pessoal-chave da administração ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em atuais e futuros processos judiciais ou administrativos podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia e Empresas Participantes.

A Companhia, seus administradores, pessoal-chave da adminitração e as Empresas Participantes são ou podem vir a ser partes no polo passivo em diversos processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando a processos cíveis, tributários, trabalhistas, administrativos, societários, de propriedade intelectual, regulatórios, concorrenciais, criminais, dentre outros. Decisões contrárias aos interesses da Companhia, das Empresas Participantes e de seus respectivos administradores e pessoal-chave da administração poderão causar um efeito adverso, direto ou indireto, na reputação, negócios, situação financeira, na capacidade de contratação com o Poder Público (inidoneidade), assim como na possibilidade de perda ao direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo poder público e o direito de participar de licitações, e, consequentemente, afetar material e adversamente os negócios da Companhia e/ou das Empresas Participantes.

Além disso, a Companhia e as Empresas Participantes firmaram e poderão vir a firmar, com o Ministério Público do Trabalho, Termos de ajustamento de Conduta ("TACs") sobre diferentes temas, tais como: cumprimento de cota mínima de aprendizes; prorrogação da jornada de trabalho e pagamento de horas extras e prestação de serviços de pessoa jurídicas com a presença dos requisitos do vínculo de emprego.

Considerando que TACs possuem prazo indeterminado de vigência, eventuais fiscalizações pelos órgãos trabalhistas em que se verifique descumprimento dos termos de TACs podem gerar imposição de multas, o que poderá resultar em aumento do passivo trabalhista e ter um efeito adverso sobre a capacidade econômica e financeira da companhia.

Ademais, diversos temas relativos à tributação são e podem vir a ser objeto de questionamento perante os tribunais brasileiros. Assim, decisões proferidas pelos Tribunais Superiores em processos de controle concentrado de constitucionalidade ou em sede de julgamento de recursos repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça ou recursos com repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, envolvendo efeitos *erga omnes*, podem ou poderão afetar os negócios da Companhia e/ou Empresas Participantes. Adicionalmente, as atividades das Empresas Participantes, objeto de contratação com Poder Público, são e poderão vir a ser questionadas por órgãos de controle, como Ministério Público e Tribunais de Contas e/ou anuladas, o que poderia afetar suas atividades e condição financeira. Para informações adicionais, vide fator de risco "*A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que algumas das Empresas Participantes são titulares podem afetar negativamente a lucratividade e liquidez delas*" e item 4.7 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Companhia e as Empresas Participantes não podem garantir que as provisões constituídas, quando existentes, serão corretas e suficientes para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos administrativos ou judiciais. Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais a Companhia e/ou Empresas Participantes não tem nenhuma provisão ou tenham uma provisão significativamente inferior ao montante da perda efetiva, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, a Companhia e/ou as Empresas Participantes podem vir a sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios e situação financeira.

Além das provisões contábeis e de honorários advocatícios relacionados a esses processos judiciais, a Companhia e as Empresas Participantes poderão ser compelidas a realizarem depósitos judiciais ou oferecer garantias em tais processos, o que poderá afetar adversamente a condição financeira da Companhia das Empresas Participantes. É possível também que a Companhia e/ou as Empresas Participantes não tenham os recursos necessários para realizar depósitos judiciais, prestar ou oferecer garantias em processos judiciais ou administrativos que discutam valores substanciais. A dificuldade na obtenção de recursos necessários para a realização destes depósitos ou de prestação ou oferecimento destas garantias não suspenderá a cobrança dos valores decorrentes de eventuais condenações e poderá ter um efeito adverso aos seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, a eventual incapacidade de realização dos depósitos mencionados acima ou da prestação ou do oferecimento de garantias poderá gerar a formalização de penhora livre de seus bens, inclusive de seus ativos financeiros, faturamento, e até mesmo a dificuldade de obtenção de certidões de regularidade fiscal, o que pode ter um efeito adverso nas suas operações e no desenvolvimento de seu negócio.

Para informações adicionais, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia e as Empresas Participantes estão sujeitas a penalidades por descumprimento das obrigações previstas na Lei 8.213/1991, na contratação de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social.

O artigo 93 da Lei 8.213/1991 estabelece que empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na proporção de: (i) até 200 empregados, 2%; (ii) de 201 a 500, 3%; (iii) de 501 a 1.000, 4% e (iv) de 1.001 em diante, 5%.

A Companhia e as Empresas Participantes estão sujeitas a fiscalizações para verificação do cumprimento da cota de PcD estabelecida na Lei 8.213/1991, o que pode ensejar em autuações com imposição de multa, que pode variar de R$2.656,61 a R$265.659,51, em caso de procedimentos administrativos e processos judiciais pelas autoridades trabalhistas. Além disso, em caso de descumprimento das obrigações acima previstas, a reputação da Companhia e/ou das Empresas Participantes também poderá ser afetada.

Algumas das Empresas Participantes contratam prestadores de serviços sob a forma de pessoa jurídica. Tais prestadores ou autoridades administrativas trabalhistas podem requerer o reconhecimento do vínculo empregatício por meio de ações trabalhistas e a Companhia e as respectivas Empresas Participantes que realizam tais contratações poderão ser negativamente impactadas.

Algumas das Empresas Participantes contratam prestadores de serviços sob a forma de pessoa jurídica. Tais prestadores ou as autoridades trabalhistas podem requerer o reconhecimento do vínculo empregatício por meio de ações trabalhistas, sob o argumento de que os requisitos do vínculo de emprego estão presentes nessas relações, o que ensejará o pagamento de verbas trabalhistas. Desse modo, a Companhia e as respectivas Empresas Participantes que realizam tais contratações poderão ser negativamente impactadas.

A Companhia, as Empresas Participantes e as sociedades que vierem a ser adquiridas pela Companhia podem enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas, o que pode ter um impacto adverso nos seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

As transações com partes relacionadas descritas nos itens 16.2 e 16.4 deste Formulário de Referência foram celebradas anteriormente à aprovação de Política de Transações com Partes Relacionadas, de forma que inexistiam, à época, procedimentos ou políticas formais que fossem reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante a tais transações, o que potencializa o risco de tais transações não terem sido executadas em estrita observância às boas práticas de governança. Ainda, a Companhia não pode garantir que sua Política de Transações com Partes Relacionadas (descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência), aprovada em 21 de fevereiro de 2022, será eficaz para garantir que situações com potencial conflito de interesse da Companhia, Empresas Empresas Participantes e das sociedades que vieram ser adquiridas serão executadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As situações de conflito de interesses em razão de transações com partes relacionadas podem causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia, das Empresas Participantes e das sociedades que vieram ser adquiridas. Adicionalmente, caso a Companhia, as Empresas Participantes e/ou as sociedades que vierem a ser adquiridas pela Companhia celebrem transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados. Para informações adicionais a respeito das transações com partes relacionadas da Companhia e das Empresas Participantes, vide item 16.2, 16.3 e 16.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia e as Empresas Participantes podem ser prejudicadas se não forem capazes de proteger e fazer valer seus direitos de propriedade intelectual.

O sucesso de algumas Empresas Participantes depende da sua capacidade de utilizar de forma eficaz, de proteger e de defender os seus ativos intangíveis, especialmente os direitos de propriedade intelectual incluindo, sem limitação, marcas, nomes de domínio, *softwares*, segredos comerciais e *know-how*.

Eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marcas das Empresas Participantes perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), o eventual uso não autorizado ou indevido destas, ou, ainda, o eventual reconhecimento de nulidade administrativa dos registros de marca das Empresas Participantes podem diminuir o valor dos seus ativos de propriedade intelectual, afetando adversamente os seus negócios e/ou sua reputação.

Adicionalmente, as Empresas Participantes podem não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas tempestivamente ou os seus concorrentes podem contestar o uso de quaisquer de nossos ativos registrados, solicitados ou licenciados. Além disso, terceiros podem alegar que os produtos, serviços ou atividades das Empresas Participantes violam seus direitos de propriedade intelectual, como no caso do uso de *softwares*, tecnologias e outros ativos de propriedade intelectual sem a devida autorização ou licença. Para maiores informações vide fator de risco "*O uso de propriedade intelectual de terceiros por parte das Empresas Participantes de forma irregular pode impedir algumas das respectivas empresas de usar a tecnologia necessária para desenvolver ou fornecer seus produtos ou serviços ou sujeitá-la a litígios de propriedade intelectual".*

A propriedade intelectual das Empresas Participantes, incluindo segredos comerciais, também pode ser divulgada ou se tornar conhecida por seus concorrentes, e os direitos sobre seus ativos, incluindo seus *softwares*, podem ser reivindicados por terceiros envolvidos em seu desenvolvimento, o que pode representar uma perda da vantagem competitiva resultante dessa propriedade intelectual. Nestes casos, ações judiciais podem ser necessárias para garantir os direitos de propriedade intelectual das Empresas Participantes. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

As Empresas Participantes também podem ser obrigadas a alterar, no todo ou em parte, algumas das suas marcas que, conforme o caso, infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e pode ser obrigada a pagar multas expressivas, *royalties* ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório.

As Empresas Participantes não podem garantir que as medidas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, incluído custos necessários, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de direitos de propriedade intelectual, ou até mesmo que terceiros questionem tais direitos pela via extrajudicial ou por meio de processos legais ou administrativos. Se as Empresas Participantes não conseguirem proteger os seus direitos de propriedade intelectual, podem sofrer efeitos adversos relevantes na sua capacidade operacional e, por consequência, nos seus resultados e na sua imagem.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O uso de propriedade intelectual de terceiros por parte das Empresas Participantes de forma irregular pode impedir algumas das respectivas empresas de usar a tecnologia necessária para desenvolver ou fornecer seus produtos ou serviços ou sujeitá-la a litígios de propriedade intelectual.

Algumas das Empresas Participantes estão sujeitas ao risco de processos baseados em alegações de quebra dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia.

Os eventuais concorrentes dessas Empresas Participantes, assim como quaisquer outras empresas ou indivíduos, podem ser atual ou futuramente titulares de direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros relativos a tecnologias, produtos ou serviços semelhantes aos que as respectivas Empresas Participantes oferecem ou planejam oferecer. Essas Empresas Participantes não podem assegurar que têm ciência de todos os direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral detidos por seus eventuais concorrentes ou terceiros, e nem que serão bem-sucedidas em processos judiciais em que tenham que defender seus direitos sobre a propriedade intelectual, industrial ou autoral de tecnologias, produtos e serviços que oferecem.

Caso uma ordem judicial ou arbitral determine que essas Empresas Participantes usaram em seus produtos ou serviços uma tecnologia que seja irregular por infringir qualquer direito de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros que não estejam dispostos a conceder uma licença em termos aceitáveis para essas Empresas Participantes, elas poderão ser impedidas por esta ordem judicial ou arbitral de usar tal tecnologia afetando seus produtos ou serviços, bem como, provavelmente, serão obrigadas a pagar quantias significativas de indenização, *royalties* ou licenciamento pelo uso desta propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros.

Nesses casos, essas Empresas Participantes poderão ser forçadas a revisar ou descontinuar, total ou parcialmente, produtos ou serviços que tenham infringido tais direitos. A propositura de uma ordem judicial ou arbitral, ou a alteração ou suspensão de oferta de um produto ou serviços que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros, poderá afetar adversamente a reputação, negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia e/ou das Empresas Participantes.

Algumas das Empresas Participantes podem não ser capazes de cumprir os *covenants* financeiros e as obrigações impostas em seus contratos de financiamento podendo, consequentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente as Empresas Participantes que possuem tais contratos e, indiretamente a Companhia, na qualidade de plataforma consolidadora dos resultados.

Certas condições econômicas, financeiras e setoriais que independem do controle de algumas das Empresas Participantes podem impactar adversamente a sua capacidade de cumprir com os *covenants* financeiros, bem como outras obrigações pecuniárias contidas nos seus contratos de financiamento.

Caso (i) algumas das Empresas Participantes não sejam capazes de obter *waivers* ou aprovações necessárias de seus credores com relação aos contratos que eventualmente sejam inadimplidos; ou (ii) não tenha recursos suficientes para pagar suas dívidas tempestivamente, o que poderá ocorrer por diversas razões que afetem adversamente sua situação econômico-financeira, poderá ser declarado o vencimento antecipado dos contratos de financiamento de algumas das Empresas Participantes devido à existência de cláusulas de *cross default* e/ou de *cross acceleration*, conforme descritas no item 10.1 deste Formulário de Referência.

Caso os contratos financeiros de algumas das Empresas Participantes sejam vencidos antecipadamente a situação financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento de dívidas delas será afetada de forma material e adversa, podendo até mesmo resultar em insolvência. Para mais informações, vide item 10.9.(f) deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e as Empresas Participantes estão sujeitas a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia e as Empresas Participantes estão sujeitas à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia e as Empresas Participantes poderão sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por elas integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensa-las integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia e das Empresas Participantes em pagarem esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá coloca-las em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia e as Empresas Participantes não podem garantir que conseguirão manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, poderão ser responsabilizadas judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os seus negócios e resultados financeiros e operacionais podem ser adversamente afetados.

Os titulares das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições à reserva legal e outras deduções que reduzem o valor disponível para a deliberação de dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos acumulados ou ser retido, nos termos previstos na Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), assim também ficando indisponível para a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, a Companhia poderá não pagar dividendos acima da distribuição mínima obrigatória prevista em seu estatuto social, ou mesmo não distribuir quaisquer dividendos aos seus acionistas, em qualquer exercício fiscal, caso o Conselho de Administração da Companhia informe que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista da condição financeira da Companhia, sendo que tal deliberação deve ser objeto de apreciação pela Assembleia Geral.

Além disso, durante a campanha presidencial de 2018, o atual Governo Federal propôs a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, a qual, se promulgada, poderia vir a aumentar as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição. Tais discussões foram recentemente retomadas diante da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e, nesse sentido, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei nº 2.337/2021, intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata de alterações na tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, inclusive já aprovadas pela Câmara dos Deputados, tais como a redução da alíquota do IRPJ e da CSLL, a previsão de tributação de dividendos, a extinção dos juros sobre o capital próprio, a extensão do prazo mínimo para amortização de intangíveis, alterações às regras relacionadas aos ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros, fundos de investimento, etc.), dentre outros. Caso essas alterações sejam, de fato, realizadas, a capacidade da Companhia de pagar e receber, de suas controladas, futuros dividendos ou distribuições em dinheiro seria impactada adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, até a ocorrência de Evento de Liquidez, conforme definido no item 15.6 deste Formulário de Referência, a Companhia não fará jus a lucros ou dividendos auferidos pelas Empresas Participantes, os quais serão integralmente destinados aos respectivos Empresários que sejam sócios ou acionistas das empresas em questão. Diante disso, até a ocorrência de um Evento de Liquidez a Companhia não consolidará os lucros ou dividendos das Empresas Participantes, o que pode gerar um efeito adverso para sua estratégia de negócios e sua condição financeira. Para informações adicionais, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

A Companhia e as Empresas Participantes estão sujeitas a regras trabalhistas, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira. Além disto, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia e das Empresas Participantes pode afetar as suas operações.

Os empregados da Companhia e das Empresas Participantes são representados por entidades sindicais, que podem estabelecer convenções coletivas de trabalho com sindicatos patronais e/ou acordo coletivos de trabalho com as próprias empresas dentro dos prazos estabelecidos por lei. Novas negociações coletivas podem estabelecer mais benefícios do que as anteriormente firmadas, o que poderia ocasionar o incremento de obrigações trabalhistas para a Companhia e as Empresas Participantes, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Adicionalmente, segundo as leis e regulamentações trabalhista, é dever da Companhia e das Empresas Participantes assegurar a saúde e segurança dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Quaisquer intercorrências que envolvam a saúde e segurança dos trabalhadores durante a prestação de serviços pode expor a Companhia e as Empresas Participantes à procedimentos investigatórios por parte das autoridades trabalhistas e demandas em que se requeiram indenizações, multas e penalidades. Além disso, quaisquer alterações dos regramentos relacionados a saúde e segurança dos trabalhadores no ambiente de trabalho podem submeter a Companhia e as Empresas Participantes a um aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança, o que poderia afetar adversamente seus resultados operacionais.

Por fim, greve e outras paralisações/interrupções da força de trabalho ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia e das Empresas Participantes. podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

(b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A Companhia é controlada por acionistas que são parte de um acordo de acionistas, cujos interesses podem ser diferentes dos interesses de seus investidores e as decisões tomadas pela Companhia podem diferir daquelas esperadas por algum dos investidores.

A Companhia possui acionistas que são parte de um acordo de acionistas. Tais acionistas obrigam-se a votar de modo uniforme e permanente nas assembleias gerais ou em qualquer outro tipo de conclave de acionistas da Companhia a que sejam os acionistas ou os administradores eleitos por eles convidados a participar, conforme aplicável, em observância às decisões das respectivas reuniões prévias. Com a finalidade de assegurar o voto ou manifestação uniforme dos acionistas signatários do acordo de acionistas e dos administradores da Companhia por eles indicados, previamente a cada conclave, deverá ser realizada uma reunião entre os acionistas para discutir e definir os votos a serem por eles proferidos em relação a cada uma das matérias constantes da ordem do dia de convocação do respectivo conclave. As decisões tomadas em reunião prévia vincularão o exercício do direito de voto desses acionistas e/ou administradores da Companhia.

Enquanto mantiverem o controle da Companhia por meio desse acordo de acionistas, esses acionistas, desde que previamente definido em reunião prévia, terão poderes para, entre outras coisas, eleger os membros do Conselho de Administração, observados os termos do acordo de acionistas, e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Diante disso, as decisões tomadas pelos acionistas que são parte do acordo de acionistas poderão ser diferentes dos interesses dos investidores da Companhia e gerar efeitos materiais em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais divergentes aos esperados pelos investidores.

Ainda, disputas entre os acionistas que são parte do acordo de acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente a Companhia e as Empresas Participantes e o valor de suas ações. Eventual conflito entre os acionistas que são parte do acordo de acionistas poderá prejudicar a condução estratégica dos negócios da Companhia e das Empresas Participantes. Caso tais acionistas tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em arbitragem ou judiciais, principalmente pelo fato desses acionistas também possuírem participação nas Empresas Participantes as quais não são integradas operacionalmente, isso poderá retardar ou resultar no não implemento de estratégias significativas para a Companhia e as Empresas Participantes. Portanto, eventual discordância entre os acionistas poderá prejudicar a condução estratégica, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em assembleia geral de acionistas, e, consequentemente, a Companhia e as Empresas Participantes poderão ser adversamente afetadas.

Por fim, no caso de um Evento de Liquidez, conforme descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, um novo acordo de acionistas passará a vigorar, sendo que as novas regras também poderão acarretar os riscos acima descritos, o que poderá causar um efeito adverso para a Companhia e no valor de suas ações.

Para informações adicionais sobre os acordos de acionistas Pré e Pós Evento de Liquidez vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) Riscos relacionados a seus acionistas

A Companhia acredita não estar exposta, atualmente, a quaisquer riscos relacionados aos seus acionistas.

(d) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas

A receita da Companhia será decorrente do resultado operacional das Empresas Participantes e das demais empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia. O resultado negativo e/ou a descontinuidade de algumas das Empresas Participantes ou das empresas que vieram a ser adquiridas pela Companhia poderá afetar negativamente as os resultados e condição financeira da Companhia.

A Companhia é uma plataforma que consolidou 18 empresas operacionais, as Empresas Participantes, e tem como estratégia de negócio o crescimento inorgânico. Diante disso, seus resultados futuros serão decorrentes do resultado operacional das referidas Empresas Participantes e das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia, em linha com a sua estratégia. Para informações adicionais sobre as Informações Financeiras Pro Forma incluídas neste Formulário de Referência para fins ilustrativos da condição financeira consolidada da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, bem sobre a consolidação dos resultados das Empresas Participantes pela Companhia, vide fator de risco *"As informações financeiras consolidadas pro forma incluídas neste Formulário de Referência são apresentadas apenas para fins ilustrativos e podem não ser indicativas da condição financeira consolidada da Companhia ou dos seus resultados operacionais após a implementação das aquisições. Tais informações financeiras são baseadas em premissas que podem não se provar precisas ou podem não considerar outros fatores que podem afetar a condição financeira e/ou os resultados operacionais da Companhia."*

O resultado negativo e/ou a descontinuidade das Empresas Participantes e/ou das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia poderá afetar negativamente suas o negócio e os resultados da Companhia. Por conseguinte, em razão de eventuais resultados negativos nas Empresas Participantes e/ou das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia, não há garantia de que a Companhia receberá quaisquer dividendos ou outras distribuições de resultado dessas empresas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nesse sentido, ressalta-se que, caso o resultado negativo e/ou a descontinuidade de uma ou mais Empresas Participantes e/ou das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia, venha a afetar a condição financeira da Companhia, esta poderá não pagar dividendos aos seus acionistas. Para informações adicionais vide fator de risco "*Os titulares das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio*".

Adicionalmente, eventuais falhas na prestação de serviço pelas Empresas Participantes e/ou das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia, podem acarretar prejuízos financeiros e danos reputacionais a elas próprias e a Companhia, de maneira direta ou indireta. Na condição de plataforma consolidadora, não é possível estimar como (ou em qual extensão) os riscos que as Empresas Participantes e/ou as empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia estão sujeitas irão afetar os resultados da Companhia.

Ainda, existem diversos projetos de lei em discussão no Congresso Nacional para reforma do sistema tributário nacional. Dentre eles, destaca-se o PL nº 2.337, o qual já foi devidamente aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação pelo Senado Federal. Conforme o texto aprovado na Câmara dos Deputados, os dividendos passariam a ser tributáveis à alíquota de 15% em alguns casos e os juros sobre capital próprio serão extintos, além de outras modificações na legislação tributária. Caso algum desses projetos, de fato, sejam aprovados, o resultado e a capacidade da Companhia de pagar e receber, das Empresas Participantes, futuros dividendos ou distribuições em dinheiro poderá ser impactada adversamente.

Eventual processo de liquidação da Companhia e/ou das Empresas Participantes e/ou de outras sociedades do seu grupo econômico pode resultar em responsabilização dos sócios de referidas sociedades

Caso os sócios da empresa falida forem ilimitadamente responsáveis, a decisão que decretar a falência também acarretará a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida, nos termos do artigo 81 da Lei 11.101/2005. Além disso, o judiciário brasileiro pode desconsiderar a personalidade jurídica da empresa falida para atingir os sócios de referidas sociedades (inclusive os de responsabilidade limitada), nos termos do artigo 82-A da Lei 11.101/2005, conforme alterada. Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores das Empresas Participantes.

Algumas das Empresas Participantes, que importam de outros países seus equipamentos, licenciamentos de *softwares* e/ou serviços, podem ter seus negócios afetados adversamente por flutuações cambiais.

Algumas das Empresas Participantes importam alguns de seus equipamentos, licenciamento de *softwares* e/ou serviços, de outros países. Dessa forma, o preço de seus produtos e serviços depende, em certa medida, da taxa de câmbio dos respectivos países com os quais negocia.

Desse modo, caso haja depreciação do Real em relação à moeda corrente de tais países, os preços dos produtos de algumas das Empresas Participantes poderão ser menos atrativos para seus clientes, o que poderá resultar em diminuição de suas margens operacionais ou descontinuar a venda de certos produtos ou serviços, resultando em impacto adverso nos seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(e) Riscos relacionados a seus fornecedores

Os fornecedores dos softwares que são distribuídos por algumas das Empresas Participantes aos seus clientes podem aumentar significativamente os seus preços, podendo afetar adversamente os resultados operacionais de algumas das Empresas Participantes.

A Companhia, por meio de algumas das Empresas Participantes, está sujeita a aumentos de custos por parte de fornecedores dos *softwares*, os quais algumas das Empresas Participantes distribuem aos seus clientes. Os preços desses *softwares* são influenciados por uma série de fatores sobre os quais a Companhia e as respectivas Empresas Participantes não possuem controle, incluindo, mas não se limitando as condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, bem como pandemias (tais como a recente pandemia da covid-19). Caso não seja possível repassar os aumentos dos custos dos *softwares* aos clientes, ou ainda, no caso de repasse isso acarrete a perda de clientes, a condição financeira e resultados da Companhia, por meio de algumas das Empresas Participantes, podem ser impactados adversamente.

A Companhia, por meio de algumas das Empresas Participantes, depende de terceiros para fabricar os softwares e hardwares que distribuem aos seus clientes e eventuais interrupções nas operações desses fornecedores poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia, por meio de algumas das Empresas Participantes, depende de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar *softwares* e *hardwares* que distribuem aos seus respectivos clientes. Ao usar terceiros para fabricar os *softwares* e *hardwares* que distribui, a Companhia e as Empresas Participantes estão sujeitas a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos e acidentes de natureza ambiental, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não tem controle, o que pode afetar adversamente seus negócios, suas vendas e resultados operacionais.

Os seus fornecedores são suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que os fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como aumento da inflação, e não se pode prever se as Empresas Participantes conseguirão aumentar os seus preços de venda para seus consumidores, em linha com os aumentos promovidos por seus fornecedores. Um aumento nos custos dos seus produtos pode refletir negativamente em seus negócios e resultados operacionais.

Se por qualquer motivo algum fornecedor sofrer interrupções prolongadas nas suas operações, incluindo em razão de condições de saúde pública como a recente pandemia da COVID-19 e não puder atender às demandas das respectivas Empresas Participantes dentro do prazo que normalmente atende, e se estas não forem capazes de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, podem não conseguir manter seu nível usual de prestação de serviços, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados operacionais.

Além disso, por uma das principais atividades de parte das Empresas Participantes serem os serviços gerenciados de segurança e um dos componentes de tal serviço serem *hardware* e *softwares* de fabricantes (terceiros) estes podem apresentar mal funcionamento ou vulnerabilidade crítica de segurança, podendo, por sua vez, comprometer os serviços ofertados pelas Empresas Participantes. Referido comprometimento pode acarretar o descumprimento de contratos de prestação de serviços celebrados com clientes, sob pena de multas, glosas e demais penalidades contratuais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, os fornecedores poderão ter problemas relacionados às condições de trabalho, bem como ao respeito às normas ambientais e de segurança ou práticas irregulares. Se algum dos fornecedores se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a reputação e marca da Companhia e das Empresas Participantes pode ser prejudicada.

A Companhia e as Empresas Participantes podem ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços, que podem ter um efeito adverso relevante sobre sua capacidade econômica e seu resultado financeiro.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia e as Empresas Participantes podem ser responsabilizadas solidariamente ou subsidiariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente afetá-la adversamente, inclusive a sua imagem. Também podem ser responsabilizadas por lesões corporais ou morte dentro de suas instalações de empregados de terceiros, o que pode afetar adversamente a reputação e seus negócios.

Ademais, a Companhia e/ou as Empresas Participantes podem ser questionadas em juízo ou por órgãos administrativos sobre o reconhecimento de vínculo empregatício dos empregados dos prestadores de serviço terceirizados contratados pela Companhia ou pelas Empresas Participantes, ou consideradas subsidiariamente responsável por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas por seus prestadores de serviços terceirizados, o que poderá resultar em um aumento substancial do passivo da Companhia e/ou das Empresas Participantes e, consequentemente, ter um efeito adverso relevante sobre sua capacidade econômica e seu resultado financeiro.

Não há garantia de que os fornecedores e provedores de serviços da Companhia e as Empresas Participantes não venham a se utilizar de práticas irregulares.

As Empresas Participantes não têm controle sobre as operações de seus fornecedores e provedores de serviços e eventuais irregularidades que estes possam apresentar. Assim, as Empresas Participantes não podem garantir que alguns de seus fornecedores e provedores de serviços não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva, emprego de mão de obra infantil ou análoga à escrava, e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos e serviços e, caso seus fornecedores e provedores de serviços o façam, a Companhia e as Empresas Participantes poderão ter prejuízos em sua imagem e na qualidade de seus produtos e serviços, e em consequência, perda de atratividade junto aos seus clientes, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional.

(f) Riscos relacionados a seus clientes

Algumas das Empresas Participantes e as empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia poderão não ser capazes de manter o relacionamento com clientes responsáveis por parcela significativa de suas receitas operacionais.

Algumas das Empresas Participantes e as empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia poderão estar sujeitas à perda de clientes dos seus produtos e serviços, em decorrência de fatores que podem ou não estar no controle delas. Os fatores que podem contribuir para a perda de clientes incluem: (i) a incapacidade de oferecer produtos e serviços a preços competitivos; (ii) a incapacidade de renovar ou renegociar contratos existentes; e (iii) a decisão dos clientes de comprar ou contratar serviços com empresas concorrentes. Em 31 de dezembro de 2021 algumas das Empresas Participantes, como por exemplo a SSX Tecnologia da Informação S.A. e a TPV Inova Soluções em Informática S.A., dentre outras, possuíam clientes que representavam parcela relevante de sua receita operacional. Diante disso, uma redução significativa no número de clientes de algumas das Empresas Participantes poderá afetar negativamente a situação financeira e os seus resultados operacionais delas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia, as Empresas Participantes e as empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia podem ser responsabilizadas por perdas causadas por seus produtos ou serviços aos consumidores, o que pode afetar adversamente seus resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que os produtos da Companhia e/ou das Empresas Participantes estavam danificados, os serviços não foram adequadamente prestados pelos funcionários, incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados e outros motivos.

No caso de a Companhia e/ou as Empresas Participantes e/ou e as empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia serem responsabilizadas em um processo judicial em matéria consumerista, poderá acarretar um efeito adverso relevante em seus negócios, reputação, marcas, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

Ademais, a defesa em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais de tempo e atenção substanciais do pessoal administrativo e técnico.

Além disso, publicidade negativa associada aos serviços ou produtos das Empresas Participantes e das empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia, incluindo defeitos, erros, falhas e qualidade, pode afetar adversamente a reputação das Empresas Participantes e das empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia com consumidores atuais e futuros, suas imagens corporativas e suas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos negócios e condição financeira.

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

As Empresas Participantes e as empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia operam em um ambiente altamente competitivo e podem não conseguir competir de forma eficaz.

O mercado de *software* e serviços de tecnologia é um setor intensamente competitivo. As Empresas Participantes e as empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia enfrentam muitos e variados concorrentes em âmbito nacional, bem como concorrentes internacionais. As barreiras à entrada são relativamente baixas o que favorece inclusive a entrada de pequenas empresas que podem lançar novos *software*s e serviços a um custo relativamente baixo.

Novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do negócio e as Empresas Participantes, assim como as empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia, poderão não ser capazes de se adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos seus clientes e pelos demais participantes dos setores que atuam.

Adicionalmente, outras empresas do ramo podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva o que poderá leva-los a buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado nos quais as Empresas Participantes e as empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia atuam. Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as suas demandas e o seu resultado operacional.

Ainda, os concorrentes poderão vir a ter acesso a mais recursos financeiros para alocar no desenvolvimento de tecnologia e em *marketing*, seja fruto de investimentos realizados por investidores estratégicos ou financeiros, o que pode prejudicar a capacidade de concorrência das Empresas Participantes e das empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não é possível prever se novos competidores nacionais e/ou internacionais entrarão nos setores de *softwares* e serviços de tecnologia de atuação das Empresas Participantes e das empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia, e se decidirem por entrar se exercerão pressão sobre os preços dos produtos e serviços das Empresas Participantes e das empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia. Caso não sejam capazes de fazer frente à concorrência, seu *market share*, seu resultado operacional e sua situação financeira poderão ser afetados negativamente e de forma relevante.

Por fim, destaca-se que**,** além de enfrentar concorrência de empresas estabelecidas e dominantes nos setores de mercado em que as Empresas Participantes atuam, as Empresas Participantes, assim como as empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia, também poderão concorrer, entre si, uma vez que não terão suas operações integradas. Caso não sejam capazes de fazer frente à concorrência, seu *market share*, o resultado operacional e a situação financeira das Empresas Participantes e das empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia poderão ser afetados negativamente e de forma relevante.

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados da Companhia e das Empresas Participantes.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia e as Empresas Participantes e, por fim, a demanda dos clientes por seus produtos e serviços. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, sua carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobram por seus produtos e serviços, restringir suas respectivas capacidades de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais e financeiros.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Atualmente tramitam no Congresso Nacional propostas para a implementação da Reforma Tributária Brasileira. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança integral no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS bem como o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ainda, o Governo Federal apresentou, por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, nova proposta da Reforma Tributária Brasileira para a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota única de 12%, amplo direito ao crédito e regra mais benéfica para produtos da cesta básica.

Mais recentemente, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei nº 2.337/2021, intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata de alterações na tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, inclusive já aprovadas pela Câmara dos Deputados, tais como a redução da alíquota do IRPJ e da CSLL, a previsão de tributação de dividendos, a extinção dos juros sobre o capital próprio, a extensão do prazo mínimo para amortização de intangíveis, alterações às regras relacionadas aos ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros, fundos de investimento, etc.), dentre outros.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia e/ou das Empresas Participantes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso a Reforma Tributária Brasileira se efetive, ou caso haja quaisquer mudanças na legislação e regulamentação tributária aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis, benefícios fiscais ou regimes especiais da Companhia e/ou as Empresas Participantes, durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia e/ou as Empresas Participantes poderão ser direta ou indiretamente afetados, e a Companhia poderá não ser capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

Além disso, novas "ondas" relacionadas a pandemia da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade pública podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às nossas atividades. Tais medidas, se concretizadas, poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia e/ou das Empresas Participantes.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia e/ou das Empresas Participantes, as empresas poderão ser adversamente afetadas, inclusive pela cobrança de tributos, acrescidos de juros e multa, sem prejuízo de multas pelo descumprimento de obrigações acessórias.

Destaca-se ainda que a Companhia e as Empresas Participantes estão sujeitas a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia e das Empresas Participantes podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. Os provisionamentos para tais processos (se e quando houver) poderão não estar corretos, poderá haver identificação de exposição fiscal adicional, e poderá ser necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia e/ou das Empresas Participantes pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia e/ou as Empresas Participantes. Seus resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que algumas das Empresas Participantes são titulares podem afetar negativamente a lucratividade e liquidez delas.

Algumas das Empresas Participantes recebiam ou recebem atualmente determinados benefícios fiscais e/ou regimes especiais de tributação, referentes a (i) Lei do Bem, usufruído pela A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (ii) SUDENE, usufruído pela ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; e (iii) ICMS, usufurido pela A5 Solutions e as pelas empresas integrantes do Grupo SKA, benefícios relativos à isenção ou redução da base de cálculo do imposto a depender da legislação do estado em que realizadas essas operações. Não é possível garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados ou mesmo permanecerão aplicáveis às atividades da Companhia. Caso determinadas Empresas Participantes não consigam renovar seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, determinadas Empresas Participantes poderão ser afetadas de forma adversa. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais e/ou podem ser impactadas por decisões dos tribunais. Caso as autoridades fiscais ou tribunais interpretem as leis tributárias de forma diferente das interpretações da Companhia e das Empresas Participantes, estas poderão ser adversamente afetadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, as atividades desempenhadas pelas Empresas Participantes estão sujeitas à incidência direta ou indireta de impostos, taxas e contribuições que, por sua vez, estão sujeitos a alterações, podendo impactar adversamente seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa.

Caso determinadas Empresas Participantes deixem de cumprir determinadas obrigações a que estão sujeitas em decorrência da concessão desses benefícios fiscais, como geração de determinado número de empregos e contribuição de um percentual do tributo devido a fundos de desenvolvimento dos estados, dentre outras, seus benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e referidas Empresas Participantes poderão ser obrigadas a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso nas respectivas lucratividades e liquidez. O mesmo pode ocorrer caso os benefícios fiscais sejam questionados judicialmente por terceiros e a decisão final seja desfavorável, determinando a cassação dos benefícios. As Empresas Participantes não podem garantir que terão sucesso com relação a referidos questionamentos ou que seus atuais benefícios serão renovados ou, ainda, que conseguirá obter novos benefícios fiscais.

Vale destacar, ainda, que em caso de condeção por improbidade administrativa pelas Empresas Participantes (previstos pela Lei nº 8.666/93), haverá a proibição de contratação com o Poder Público e de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais para todo e qualquer nível de governo (federal, estadual e municipal) e administração (direta, indireta ou fundacional) pelo prazo de 14 (catorze) anos, suspendendo-se, imediatamente todo e qualquer benefício concedido especialmente em favor das Empresas Participantes, isto é, benefício e incentivos fiscais condicionados e especiais, e não os incondicionados (aplicados pela própria legislação infraconstitucional).

A Companhia e as Empresas Participantes estão sujeitas a penalidades por descumprimento das obrigações previstas no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) na provisão de conexão à internet e de aplicações de internet.

Em abril de 2014, foi aprovada Lei nº 12.965, o Marco Civil da Internet, que estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil. Dentre os termos que disciplina, destacam-se a proteção de dados pessoais, a preservação e garantia de neutralidade de redes, a responsabilidade por danos causados pelo conteúdo geral ou publicado por terceiros e o armazenamento e divulgação de perfis de uso.

Se houver descumprimento das obrigações previstas no Marco Civil da Internet sobre a neutralidade de rede, a guarda e disponibilização de registros de conexão e de acesso a aplicações de internet, a Companhia e as Empresas Participantes estarão sujeitas às penalidades constantes do artigo 12 da referida lei, que incluem advertência, multa de até 10% (dez por cento) do faturamento do grupo econômico no país, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, a suspensão temporária e/ou a proibição do exercício de atividades que envolvam atos de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, dados pessoais ou comunicações de usuários.

A sujeição a tais penas pode afetar o desempenho econômico e/ou operacional da Companhia e das Empresas Participantes.

Ainda, a Companhia e as Empresas Participantes estarão sujeitas a possíveis indenizações a terceiros prejudicados pelo descumprimento do Marco Civil da Internet. A eventual incidência das penalidades previstas na referida lei pode acarretar um efeito adverso relevante no desempenho econômico da Companhia e das Empresas Participantes.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Na data deste Formulário de Referência a Companhia entende que não há riscos relevantes relacionados aos países estrangeiros onde as Empresas Participantes atuem.

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Na data deste Formulário de Referência a Companhia entende que não há riscos relevantes relacionados a questões socioambientais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(k) Riscos macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus causador da COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Cabe destacar que, assim como nos demais países, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas cepas da COVID-19, que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados, fato que pode prolongar a pandemia e as medidas restritivas para contê-la no Brasil e no mundo. No presente momento, a cepa Omicron é mais contagiosa, ocasionando um alerta quanto ao seu avanço mundial e acelerando novas medidas de restrições sociais. É importante ressaltar que a imunização da população brasileira contra a COVID-19 ainda está incompleta, com aproximadamente 68,6% tendo recebido as duas doses, em janeiro de 2022.

A incerteza quanto à eficácia das vacinas e o fato de poderem surgir novas cepas ou mutações do vírus que tornem a vacinação insuficiente ou ineficiente podem dificultar ou impossibilitar o controle da pandemia e impactar, por conseguinte, os mercados de capitais globais e brasileiro, causando oscilação no preço dos valores mobiliários da Companhia e demais empresas dos mais variados setores. Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários, dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A instabilidade política tem afetado adversamente a econômica brasileira, e pode vir a impactar os negócios da Companhia, o preço de negociação de suas ações, bem como os resultados das operações das Empresas Participantes.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como "Lava Jato". Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados de capitais. Não temos controle e não podemos prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo a potencial abertura de processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive nos negócios da Companhia. Além disso, o presidente foi criticado no Brasil e internacionalmente, e os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19 aumentaram a incerteza política e a instabilidade no Brasil, principalmente após a saída de vários ministros e alegações de corrupção contra o presidente mencionadas acima.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities. O atual governo federal brasileiro deve propor termos gerais de reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o governo brasileiro será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar reformas específicas adicionais.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

Por fim, importante frisar que 2022 é ano eleitoral no Brasil. Historicamente, em anos eleitorais, especialmente naqueles em que ocorrerão eleições presidenciais, os níveis de investimento estrangeiro no país são reduzidos; ainda, a incerteza política gera maior instabilidade e volatilidade no cenário político-econômico. Ademais, o Supremo Tribunal Federal, recentemente, reformou seu entendimento quanto ao cumprimento antecipado da pena criminal (após condenação em segunda instância), bem como restabeleceu os direitos políticos do político Luiz Inácio Lula da Silva; dessa forma, o ex- presidente poderá disputar o cargo novamente nas próximas eleições, trazendo um plano econômico completamente distinto do atual. Em suma, o resultado das eleições presidenciais de 2022 e seu impacto na economia brasileira são incertos e podem causar efeitos adversas nas nossas operações e resultados financeiros, bem como no preço dos nossos ativos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia e das Empresas Participantes.

A economia brasileira sofreu e continua sofrendo intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Com os acontecimentos políticos e econômicos recentes, e o aumento da pressão sobre o Governo Federal por modificações e reformas na economia nacional por meio de mudanças nas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias, podem ser realizadas mudanças com impactos adversos que não podemos prever no momento.

A Companhia e as Empresas Participantes não possuem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia e das Empresas Participantes poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social, econômica e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e das Empresas Participantes e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios e situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia e as Empresas Participantes e sobre o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo IBGE, as taxas de inflação do Brasil foram de 10,05%, 4,5% e 4,3% para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. O Brasil pode experimentar taxas de inflação mais altas no futuro, e pressões inflacionárias podem levar o governo brasileiro a intervir na economia e introduzir políticas que impactem negativamente os negócios e o preço de negociação das ações da Companhia. O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com taxas de juros elevadas, o que torna mais custoso os empréstimos e financiamentos, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico.

Políticas do Governo Federal e do Banco Central mais lenientes e a variação nas taxas de juros já causaram e podem vir a causar aumento na inflação e, consequentemente, volatilidade na taxa de crescimento da economia e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

Caso uma inflação ou deflação substancial venha a ocorrer no Brasil, a Companhia, por meio das Empresas Participantes, pode não ser capaz de ajustar os valores cobrados de seus clientes para compensar o impacto da inflação nas suas despesas, o que geraria um aumento de despesas e redução na margem operacional líquida das Empresas Participantes.

Um mercado secundário de negociação ativo e líquido para as ações da Companhia poderá não se desenvolver, limitando a capacidade dos acionistas da Companhia em venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das ações da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de emissão da Companhia de vendê-las ao preço e nas datas desejados.

O valor de mercado das ações da Companhia poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Além disso, em 7 de novembro de 2020, Joseph Biden venceu a eleição presidencial dos Estados Unidos da América e em 20 de janeiro de 2021 assumiu o cargo como o 46º Presidente dos Estados Unidos da América. A Companhia não tem controle e não pode prever o efeito da administração de Biden ou de suas políticas. Tais acontecimentos, bem como potenciais crises e outras formas de instabilidade política deles decorrentes ou quaisquer outros acontecimentos não previstos, podem afetar adversamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações. O Presidente dos Estados Unidos da América tem poder considerável para determinar políticas e ações governamentais que podem gerar um efeito adverso relevante na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode assegurar que o novo governo implementará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina orçamental e os investimentos nacionais e estrangeiros, o que pode ter um efeito adverso relevante no mercado financeiro e no mercado de valores mobiliários no Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de titularidade de emissores brasileiros.

Além disso, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de commodities agrícolas, de modo que, havendo reajuste para cima do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a consequente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia e, por consequência, o mercado de capitais. Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitos outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global.

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado das ações de sua emissão.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado e diretamente, o mercado de ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e das Empresas Participantes.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Consequentemente a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os das Empresas Participantes. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência de esquemas de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, e disputas partidárias.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Adicionalmente, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no congresso nacional, incertezas em relação à implementação de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade política e econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seu *rating* soberano, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu a classificação de Grau de Investimento da sua dívida soberana de longo prazo nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o *rating* de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o *rating* de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB + para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o *rating*, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu *rating* para

o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve o *rating* de crédito do Brasil em BB, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa.

Em dezembro de 2015, a Moody's colocou os *ratings* Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os *ratings* do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o *rating* de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Fitch também rebaixou o *rating* de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017 e rebaixou para BB- em fevereiro de 2018. Em maio de 2020, a Fitch manteve o *rating* de crédito do Brasil em BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa.

Qualquer rebaixamento adicional dos *ratings* de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia e das Empresas Participantes.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia e das Empresas Participantes. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio de venda de dólar foi de R$ 4,0307 por US$ 1,00, refletindo uma depreciação de 4,0234% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2018. Mais recentemente, em maio de 2020, o real se desvalorizou ao seu nível mais baixo desde o início da moeda, a R$ 5,93 por US$ 1,00. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio de venda do Dólar foi de R$ 5,19 por US$ 1,00 refletindo uma depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano de 22,4% em comparação a 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R$ 5,5799 por US$ 1,00 refletindo uma depreciação do Real em relação ao dólar norte-americano de 7,39% em comparação a 31 de dezembro de 2020.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia e das Empresas Participantes, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia e das Empresas Participantes poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Além dos fatores de risco indicados no item "4.1 – Fatores de Risco", a Companhia, as Empresas Participantes, suas futuras controladas, estão expostas a diversos riscos de mercado. A seguir apresentamos informações sobre os riscos de mercado aos quais a Companhia e as Empresas Participantes estão expostas:

(i) Risco de crédito;

(ii) Risco de taxa de juros; e

(iii) Risco de liquidez

Risco de crédito

O risco de crédito para a Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e as Empresas Participantes obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e as Empresas Participantes estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI.

Risco de gestão de liquidez

É o risco da Companhia não gerir o fluxo de caixa, os vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros de forma adequada.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Considerando que, conforme detalhado no item 15.6 deste Formulário de Referência, na data deste Formulário de Referência, as Empresas Participantes ainda não estão sob o controle da Companhia, estamos apresentando nos itens 4.3 a 4.6 apenas as informações referentes a Emissora, sendo que as informações sobre contingências das Empresas Participantes constam no item 4.7 abaixo.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não é parte, em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária ou trabalhista.

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Não aplicável, uma vez que não foram descritos processos no item 4.3.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que seja parte e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores para serem descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia seja parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Não aplicável, pois a Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, uma vez que não foram descritos processos no item 4.6.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Em complemento aos itens 4.3 a 4.6, apresentamos neste item 4.7 as informações sobre as contingências das Empresas Participantes, considerando que, conforme detalhado no item 15.6 deste Formulário de Referência, até a realização de um Evento de Liquidez, referidas empresas ainda não estão sob o controle da Companhia.

Exceto quando indicado de outra forma, os valores apresentados nesta seção são em R$ milhares.

Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda. ("Itsource")

A Itsource é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações.

Em 31 de dezembro de 2020, a empresa, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais, constituiu provisão no montante de R$ 30.

Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos da empresa classificados com risco de perda possível, no montante de R$ 2.521 em 2021 (R$ 2.208 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização.

Tefti Armazém e Logística Ltda. ("TEFTI")

A TEFTI efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos civil, tributários e trabalhistas que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

A empresa não possui ações de naturezas tributária e cível ou qualquer outra envolvendo riscos de perda classificados pela sua administração como prováveis.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possuía em andamento outros processos de natureza trabalhista no montante de aproximadamente R$ 16, cuja probabilidade de perda é possível, para os quais a administração da empresa entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda em linha com as normas contábeis aplicáveis.

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. ("A5 Solutions")

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda provável. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída.

Em 31 de Dezembro de 2021 a referida empresa é parte de demandas judiciais de natureza tributária no montante de 745, cujo a probabilidade é possível de perda, mas não provável, para os quais a empresa entende não ser necessário a constituição de provisão para eventual perda conforme a seguir:

(a) Prefeitura de São Paulo: Trata-se de Execução Fiscal proposta pelo Município de São Paulo em face da A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. objetivando a cobrança do crédito relativo à CDA n. 502.077-8/2021-4, decorrente do AII n. 6753080-0 e CDA n. 502.076-1/2021-4, decorrente do AII n. 6753076-1.

(b) Prefeitura de São Paulo: Auto de infração referente a cobrança de ISS, sobre serviços prestadosno município.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A. ("Dínamo")

A Dinamo, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A administração da Dinamo, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Os registros contábeis e as operações da empresa também estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável.

De acordo com a legislação vigente no Brasil, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades tributárias e previdenciárias, pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos e encargos, exceto o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cujo prazo de prescrição é de 30 anos.

Em decorrência dessas revisões, as transações e os recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualização monetária.

Em 31 de dezembro de 2021, a Dinamo não possuía nenhum processo judicial de qualquer natureza em andamento.

NEXO CS Informática S.A. ("Nexo")

A Nexo efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos civil, tributários e trabalhistas que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações de seus assessores jurídicos.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

Em 2021, foi realizado acordo para encerramento de processo trabalhista em que a empresa era ré. O ex-funcionário cobrava verbas e horas extras.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a empresa não possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível.

GWCloud Tecnologia e Serviços S.A. ("GW Cloud")

A GW Cloud, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Os registros contábeis e as operações da empresa também estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável.

De acordo com a legislação vigente no Brasil, as operações da GW Clound estão sujeitas a revisão pelas autoridades tributárias e previdenciárias, pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos e encargos, exceto o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cujo prazo de prescrição é de 30 anos. Em decorrência dessas revisões, as transações e os recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualização monetária.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

A empresa não é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações por este motivo não consta registro de contingências fiscais, trabalhistas e cíveis.

Integra Consultoria S.A. ("Integra")

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda provável, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída. Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos da Integra classificados com risco de perda possível, no montante de R$ 141 (R$ 195 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização.

TPV Inova Soluções em Informática S.A.("TPV")

A TPV efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos civil, tributários e trabalhistas que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações de seus assessores jurídicos.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos.

Em 31 de dezembro de 2021 a TPV possuía 03 processos trabalhistas com probabilidade possível que totalizam R$ 158.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. ("ADN")

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda provável ou possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nem divulgação efetuada.

Pluris Mídia Ltda. ("Pluris")

A Pluris, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões trabalhistas. A sua administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão conforme a seguir, sendo estes os montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, relativas aos processos com risco de perda provável, movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços.

A Pluris apurou também a provisão para contingências fiscais sobre o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), no qual registrou os valores sobre os mútuos concedidos as partes relacionadas.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 934 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 931 em 2020 e R$ 596 em 2019) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Ikhon Gestão Conhecimentos e Tecnologia Ltda. ("Ikhon")

A Ikhon constitui contingências no montante de R$386, R$198 e R$55 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, referente a riscos trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda possível.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Grupo Plusoft ("Plusoft")

A Plusoft, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões trabalhistas. A administração da Plusoft, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão conforme demonstração a seguir, sendo este o montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, relativas aos processos com risco de perda provável, movidos por ex-empregados e de Companhias prestadoras de serviços.

A Plusoft registrou sob a rubrica "provisão para demandas judiciais" os valores referentes ao IOF (imposto sobre operações financeiras) sobres os mútuos concedidos às partes relacionadas. O valor apurado segue a legislação vigente, conforme demonstração a seguir. Existem outras ações judiciais sobre questões trabalhistas, que pelos assessores jurídicos classificam com risco possível, o montante de R$ 3.007, R$ 3.422 e R$ 3.837 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, cujo prognóstico foi atualizado de acordo com o andamento do processo, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Grupo SKA

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não existiam demandas judiciais com expectativa de perda provável, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída. Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia classificados com risco de perda possível, no montante de R$ 1.161 em 2021 (R$ 1.121 em 2020 e R$ 864 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem sua contabilização.

- Adicionalmente, para os fins deste item 4.7, as Empresas Participantes analisaram os seus processos e, considerando os critérios de processos que: **(i)** possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou **(ii)** individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem e reputação da Companhia, o único considerado relevante é o relatado abaixo.

Processo nº 2339/19	
a. Juízo	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
b. Instância	Administrativa
c. Data de instauração	17/10/2019
d. Partes do processo	Polo ativo: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia Polo passivo: IKHON – Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda. e outras pessoas físicas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 14.529.711,19

4.7 - Outras Contingências Relevantes

f. Principais fatos	Trata-se de tomada de contas especial decorrente do relatório preliminar de auditoria de conformidade, no qual se verificou que a prestação de serviço de gestão, guarda, tratamento técnico, organização e indexação de acervo documental, pela empresa IKHON, não foi executado adequadamente e em observância ao Contrato 190/PGE-2016, tendo em vista que o serviço não foi entregue de acordo com as especificações contratadas (QA1); as fases da despesa não foram respeitadas, em vista de execução de despesa sem o prévio empenho (QA2); na execução do contrato não foram observados os comandos previstos na Lei de Licitações e Contratos, pois o aditamento do contrato foi realizado em dissonância com o art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 (QA3); bem como não haviam controles mínimos para evitar ou mitigar riscos na execução do contrato (QA4). Especificamente quanto à IKHON, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia está a acusando por suposta elaboração de termos de aceite com quantidades de documentos digitalizados superiores ao efetivamente entregues, resultando em dano ao erário de R$ 14.529.711,19. Após a citação de todos os envolvidos no processo, para apresentação de defesa, os autos processuais estão atualmente com o relator para análise das manifestações e prolação de decisão.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	De acordo com o regimento interno do TCE/RO, além da determinação do ressarcimento dos prejuízos ou danos causados ao erário, o TCE/RO poderá aplicar à Companhia, aos administradores ou responsáveis sanções de multa e, em caso de fraude comprovada na licitação, de declaração de inidoneidade para participar de licitação e celebrar contrato com a administração pública federal, estadual e municipal, por até cinco anos. Ainda, em caso de condenação por improbidade administrativa, haverá a proibição de contratação com o Poder Público e de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais para todo e qualquer nível de governo (federal, estadual e municipal) e administração (direta, indireta ou fundacional) pelo prazo de até 14 (catorze) anos, suspendendo-se, imediatamente todo e qualquer benefício concedido especialmente em favor das Empresas Participantes, isto é, benefício e incentivos fiscais condicionados e especiais, e não os incondicionados (aplicados pela própria legislação infraconstitucional).

- **Termos de Ajustamento de Conduta ("TACs") Empresas Participantes**

Abaixo apresentamos os TAC´s firmados pelas Empresas Participantes com o Ministério Público do Trabalho no âmbito das situações abaixo descritas. O não cumprimento de obrigações assumidas nos TACs pode gerar o pagamento de multas, que podem variar a depender dos termos firmados e da quantidade de trabalhadores atingidos.

Pluris Mídia Ltda.

(i) O TAC foi firmado em 2015, nos autos do Inquérito Civil de nº 002150.2014.02.000/7, conforme breve relato abaixo:

Termo de Ajuste de Conduta nº 418/2015 - IC nº 002150.2014.02.000/7	
a. abrangência	Pluris Mídia Ltda.
b. data de assinatura	18/08/2015
c. prazo de vigência	Prazo indeterminado

4.7 - Outras Contingências Relevantes

d. jurisdição responsável pelo TAC:	Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região - SP
e. objeto	Fixação de obrigação de fazer e não fazer, consistentes no cumprimento da legislação trabalhista em vigor, da seguinte forma: (a) empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou em outras entidades legalmente autorizadas, número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos empregados existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional (art. 429, caput, da CLT); (b) cumprir todas as demais normas legais que disciplinam o contrato de aprendizagem; (c) colaborar com o MPT nas fiscalizações do cumprimento da legislação trabalhista, em relação aos empregados da companhia, prestando-lhe, para esse fim, as informações e os esclarecimentos pertinentes e exibindo, quando exigidos, os documentos requisitados pelo MPT, pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) ou por quaisquer outros órgãos públicos cuja atuação tenha decorrido da requisição do MPT.
f. multa por descumprimento	(i) R$5.000,00 por empregado aprendiz que deixar de ser contratado ou por empregado menor de 18 anos utilizado em atividades não permitidas, a incidir mensalmente até o efetivo cumprimento da obrigação (ii) R$1.000,00 por eventos que descumpram as obrigações previstas nos itens "b" e "c" acima referidos; (iii) R$10.000,00 por evento que descumpram as obrigações assumidas nos itens "b" e "c" acima referidos. As multas serão corrigidas pela TR a partir da assinatura do TAC, até o efetivo pagamento, em caso de descumprimento e não impedem a aplicação de outras multas pela SRTE ou por outros órgãos. O valor das multas será destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou a qualquer outra pessoa jurídica de direito público ou privado, indicada pelo MPT, cuja atuação esteja relacionada à defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores. Adicionalmente, destaca-se que o descumprimento do TAC não acarreta outros tipos de sanções, além das descritas acima.
g. status	A Companhia declara que está cumprindo os termos do TAC.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

(ii) O TAC foi firmado em 2018, nos autos do procedimento preparatório de nº 004608.2017.02.000/7, conforme breve relato abaixo:

Termo de Ajuste de Conduta nº 9/2018 - PP nº 004608.2017.02.000/7	
a. abrangência	Pluris Mídia Ltda.
b. data de assinatura	25/7/2018
c. prazo de vigência	Prazo indeterminado
d. jurisdição responsável pelo TAC:	Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região - SP
e. objeto	(a) Observar os limites legais da jornada de trabalho na atividade de teleatendimento/telemarketing, segundo os preceitos legais; (b) Abster-se de prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de duas horas diárias, sem qualquer justificativa legal, devendo comunicar ao Órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência quando ocorrer a prorrogação da jornada e a justificativa para cada empregado; (c) Efetuar o pagamento das horas extras sempre que devido, salvo compensação, com o adicional constitucional e 50% ou o estabelecido em norma coletiva; (d) Conceder intervalo intrajornada de, no mínimo, 20 minutos na atividade de teleatendimento/telemarketing; (e) Conceder intervalo interjornada de, no mínimo, 11 horas consecutivas; (f) Conceder aos empregados descanso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos; (g) Abster-se de manter empregados em atividade nos dias de feriados nacionais e religiosos, sem prévia autorização da autoridade competente ou norma coletiva; (h) Colaborar com MPT nas fiscalizações nas fiscalizações do cumprimento da legislação trabalhista, em relação aos empregados da companhia, prestando-lhe, para esse fim, as informações e os esclarecimentos pertinentes e exibindo, quando exigidos, os documentos requisitados pelo MPT, pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) ou por quaisquer outros órgãos públicos cuja atuação tenha decorrido da requisição do MPT.
f. multa por descumprimento	(i) R$100,00 por cada descumprimento dos itens "a" a "h" acima referidos; (ii) R$10.000,00 no caso de descumprimento do item "h". As multas serão corrigidas pelo índice de correção das dívidas trabalhistas adotado pelo TRT da 2ª Região e não impedem a aplicação de outras multas pela SRTE ou por outros órgãos. O valor das multas será destinado ao Cáritas Brasileira. Adicionalmente, destaca-se que o descumprimento do TAC não acarreta outros tipos de sanções, além das descritas acima.
g. status	A Companhia declara que está cumprindo os termos do TAC.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

First Tech Tecnologia Ltda.

A First Tech Tecnologia Ltda. firmou um TAC com o Ministério Público do Trabalho da 2ª Região – SP, conforme breve relato abaixo:

Termo de Ajuste de Conduta - IC nº 004582.2019.02.000/1	
a. abrangência	First Tech Tecnologia Ltda.
b. data de assinatura	23/11/2020
c. prazo de vigência	Prazo indeterminado
d. jurisdição responsável pelo TAC:	Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região - SP
e. objeto	(a) A Companhia comprometeu-se a, a partir de 27/01/2021, abster-se de utilizar mão de obra cooperada quando presentes os requisitos do vínculo empregatício e (b) A Companhia comprometeu-se a, a partir de 27/01/2021, abster-se de utilizar de pessoa jurídica para a prestação de serviços nos quais haja habitualidade, onerosidade, pessoalidade e subordinação jurídica.
f. multa por descumprimento	(i) R$2.000,00 por trabalhador que for encontrado em condições que contrariem o presente termo, reversível ao FAT. As multas não impedem a aplicação de outras multas pela SRTE ou por outros órgãos. Qualquer forma de alteração na estrutura jurídica da companhia não afetará a exigência de seu cumprimento integral. A verificação do cumprimento do TAC far-se-á pela auditoria fiscal e/ou por sentenças judiciais que reconheçam vínculo empregatício. Adicionalmente, destaca-se que o descumprimento do TAC não acarreta outros tipos de sanções, além das descritas acima.
g. status	A Companhia declara que está cumprindo os termos do TAC bem como que não foi multada por eventual descumprimento de seus termos.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários estarão custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia está em processo de estruturação dos seus sistema e procedimentos de gerenciamentos de riscos, controles internos e *compliance*, bem como da sua auditoria interna, e de elaboração da sua política de gerenciamento de riscos a partir da revisão do mapeamento dos principais riscos aos quais está exposta. Este processo de revisão deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021 ("Ofício Circular nº 049/2021-PRE").

A Companhia elegeu um Comitê de Auditoria em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022 ("Comitê de Auditoria"), sendo que a instalação do órgão e a posse de seus membros estão condicionados à divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A.*" ou, alternativamente, da divulgação do "*Fato Relevante de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária com Esforços Restritos de Colocação de Ações Ordinárias da Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A.*", o que ocorrer primeiro, quando a listagem da Companhia no Novo Mercado da B3 se tornará efetiva. Para informações adicionais sobre o Comitê de Auditoria da Companhia eleito, vide item 12.13 deste Formulário de Referência. Referido comitê, a partir de sua instalação, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE, ficará responsável por auxiliar no processo de estruturação das demais áreas de fiscalização e controle da Companhia, bem como por elaborar as políticas corporativas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração e adotadas pela Companhia.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Como mencionado no item anterior, a Companhia está em processo de estruturação dos seus sistema e procedimentos de gerenciamentos de riscos, controles internos e *compliance*, bem como da sua auditoria interna, e de elaboração da sua política de gerenciamento de riscos a partir da revisão do mapeamento dos principais riscos aos quais está exposta. Este processo de revisão deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

Durante este período de 12 (doze) meses que a Companhia tem para elaborar e aprovar sua política de gerenciamento de riscos, a partir de sua instalação, conforme descrito no item 5.1 (a) acima, o Comitê de Auditoria da Companhia ficará responsável por auxiliar no processo de estruturação das demais áreas de fiscalização e controle da Companhia, bem como por elaborar as políticas corporativas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração e adotadas pela Companhia, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

É importante ressaltar, que não obstante o acima descrito, até a implementação completa dos seus sistemas e procedimentos de controles de riscos, controles internos e *compliance*, bem como da sua auditoria interna, e de elaboração da sua política de gerenciamento de riscos, a Companhia monitorará, por meio de sua Diretoria, Conselho de Administração e, uma vez que venha ser instalado, o Comitê de Auditoria, conforme descrito no item 5.1 (a) acima, a sua exposição aos riscos descritos no item 4.1. deste Formulário de Referência, com o objetivo de prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Como mencionado nos itens anteriores, a Companhia está em processo de estruturação dos seus sistema e procedimentos de gerenciamentos de riscos, controles internos e *compliance*, bem como da sua auditoria interna, e de elaboração da sua política de gerenciamento de riscos a partir da revisão do mapeamento dos principais riscos aos quais está exposta. Este processo de revisão deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Durante este período de 12 (doze) meses que a Companhia tem para elaborar e aprovar sua política de gerenciamento de riscos, a partir de sua instalação, conforme descrito no item 5.1 (a) acima, o Comitê de Auditoria da Companhia ficará responsável por auxiliar no processo de estruturação das demais áreas de fiscalização e controle da Companhia, bem como por elaborar as políticas corporativas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração e adotadas pela Companhia, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

É importante ressaltar, que não obstante o acima descrito, até a implementação completa dos seus sistemas e procedimentos de controles de riscos, controles internos e *compliance*, bem como da sua auditoria interna, e de elaboração da sua política de gerenciamento de riscos, a Companhia monitorará, por meio de sua Diretoria, Conselho de Administração e, uma vez que venha ser instalado, o Comitê de Auditoria, conforme descrito no item 5.1 (a) acima, a sua exposição aos riscos descritos no item 4.1. deste Formulário de Referência, com o objetivo de prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Como mencionado nos itens anteriores, a Companhia está em processo de estruturação dos seus sistema e procedimentos de gerenciamentos de riscos, controles internos e *compliance*, bem como da sua auditoria interna, e de elaboração da sua política de gerenciamento de riscos a partir da revisão do mapeamento dos principais riscos aos quais está exposta. Este processo de revisão deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

Durante este período de 12 (doze) meses que a Companhia tem para elaborar e aprovar sua política de gerenciamento de riscos, a partir de sua instalação, conforme descrito no item 5.1 (a) acima, o Comitê de Auditoria da Companhia ficará responsável por auxiliar no processo de estruturação das demais áreas de fiscalização e controle da Companhia, bem como por elaborar as políticas corporativas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração e adotadas pela Companhia, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

É importante ressaltar, que não obstante o acima descrito, até a implementação completa dos seus sistemas e procedimentos de controles de riscos, controles internos e *compliance*, bem como da sua auditoria interna, e de elaboração da sua política de gerenciamento de riscos, a Companhia monitorará, por meio de sua Diretoria, Conselho de Administração e, uma vez que venha ser instalado, o Comitê de Auditoria, conforme descrito no item 5.1 (a) acima, a sua exposição aos riscos descritos no item 4.1. deste Formulário de Referência, com o objetivo de prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Como mencionado nos itens anteriores, a Companhia está em processo de estruturação dos seus sistema e procedimentos de gerenciamentos de riscos, controles internos e *compliance*, bem como da sua auditoria interna, e de elaboração da sua política de gerenciamento de riscos a partir da revisão do mapeamento dos principais riscos aos quais está exposta. No entanto, Companhia já adota uma estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos integrada entre os órgãos da administração, Diretoria e Conselho de Administração, e o Comitê de Auditoria, uma vez que venha ser instalado, conforme descrito no item (a) acima. A Companhia acredita que a integração e coordenação entre suas diferentes instâncias e áreas permite uma melhor identificação e avaliação dos riscos associados ao seu negócio.

A estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia formalmente aprovada é organizada conforme o organograma e a descrição abaixo. Destaca-se mais uma vez que a instalação e posse dos membros do Comitê de Auditoria estão condicionados à divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*" ou, alternativamente, da divulgação do "*Fato Relevante de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária com Esforços Restritos de Colocação de Ações Ordinárias da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*", o que ocorrer primeiro. Ou seja, a estrutura abaixo será composta apenas pela Diretoria e Conselho de Administração enquanto uma das condições acima não for realizada.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Nesse contexto, compete ao **Conselho de Administração** da Companhia:

(i) aprovar as políticas, diretrizes, mapa e matrizes de risco da Companhia, bem como os limites de exposição e impactos propostos;

(ii) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados; e

(iii) avaliar, em pauta prévia, mudanças ou atualizações de cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados.

Compete ao **Comitê de Auditoria** da Companhia, nos termos do seu regimento interno:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) supervisionar as atividades da auditoria independente;

(iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, quando devidamente aprovada;

(vi) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(vii) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação, inclusive por meio da determinação das medidas disciplinares aplicáveis aos casos concretos;

(viii) aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente;

(ix) dirimir dúvidas e analisar situações não previstas no Código de Conduta e definir procedimentos de integridade;

(x) revisar anualmente o Código de Conduta e atualizá-lo sempre que necessário, submetendo-o à aprovação do Conselho de Administração; e

(xi) promover treinamentos periódicos a respeito do conteúdo do Código de Conduta e das demais políticas e procedimentos da Companhia.

Para o desempenho de suas funções, o Comitê de Auditoria, quando instalado, conforme descrito no item 5.1 (a) acima, irá dispor de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria, quando instalado, conforme descrito no item 5.1 (a) acima, deverá informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração, sendo que a ata da reunião do Conselho de Administração deverá ser divulgada, indicando o mencionado reporte.

Compete à **Diretoria** da Companhia:

(i) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;

(ii) avaliar e tomar decisões estratégicas com base nas diretrizes e limites, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, e em critérios de impacto e probabilidade, e recomendar ações de respostas adequadas;

(iii) acompanhar periodicamente a evolução da exposição da Companhia aos riscos, considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;

(iv) disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia e suas subsidiárias, através de incentivos e políticas de remuneração variável; e

(v) revisar periodicamente a matriz de riscos de modo a adequar continuamente o processo de gerenciamento e monitoramento de riscos à estrutura organizacional da Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia conta com o seu Conselho de Administração e Diretoria para fins dos gerenciamentos dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, conforme descrito no item (b) acima. Além disso, a Companhia elegeu o seu Comitê de Auditoria no contexto do registro de sua oferta pública de distribuição primária e secundária de ações, o qual, quando instalado, conforme descrito no item 5.1 (a) acima, ficará responsável por auxiliar no processo de estruturação das demais áreas de fiscalização e controle da Companhia, bem como por elaborar as políticas corporativas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração e adotadas pela Companhia, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE. Destaca-se que deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão a implementação das seguintes estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia: (i) a aprovação da política de gerenciamento de riscos da Companhia; (ii) a operacionalização das funções de gerenciamento de riscos e controles internos por profissional especializado a ser contratado; e (iii) a instalação da auditoria interna da Companhia, a qual poderá ser estruturada por meio da contratação de empresa de auditoria independente.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia não possuía atividades próprias nos três últimos exercícios sociais, de modo que não estava sujeita a riscos de mercado. A partir da Consolidação, conforme descrita no item 15.6 deste Formulário de Referência, e a estruturação da Companhia para o registro de sua oferta pública de distribuição primária e secundária de ações, os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Administração da Companhia.

Além disso, nos termos descritos no item 5.1 acima, a Companhia estará em processo de elaboração da sua política de gerenciamento de riscos a partir da revisão do mapeamento dos principais riscos aos quais está exposta, que deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses. Dessa forma, aplicar-se-á ao gerenciamento de riscos de mercado a política de gerenciamento de riscos da Companhia, a ser aprovada, no que couber.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui política específica de gerenciamento de riscos de mercado formalizada. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui política específica de gerenciamento de riscos de mercado formalizada. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) previamente aprovados e referendados pela CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e aperfeiçoar o processo para sua elaboração, a Companhia adota diversos controles internos, como, por exemplo:

(i) conciliações contábeis para as contas do balanço efetuadas mensalmente, objetivando garantir a consistência dos saldos registrados; e

(ii) análise de *impairment* dos ativos imobilizados, assim como para todos os ativos da Companhia, avaliando se o seu valor contábil será recuperável, conforme normas do CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

Trimestralmente, as informações financeiras da Companhia são objeto de revisão limitada por parte dos auditores externos. Como resultado desse trabalho, é emitido o relatório sobre as Informações Financeiras da Companhia para as bases trimestrais e o relatório sobre as demonstrações financeiras para a base anual, mediante auditoria completa. Além disso, anualmente é emitida uma "Carta Comentário", que serve de orientação para correção e aperfeiçoamento dos controles internos da companhia.

Desta forma a administração da companhia entende que tem adotado práticas necessárias para assegurar um ambiente de controles internos adequado para a elaboração das demonstrações financeiras.

Contudo, a Companhia está em processo de revisão dos seus controles internos e de implementação da sua auditoria interna. Este processo de revisão deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira é a área específica responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observação das normas contábeis aplicáveis.

Além disso, a Companhia elegeu o seu Comitê de Auditoria, que, uma vez que venha ser instalado, conforme descrito no item 5.1 (a) acima, será responsável por supervisionar a área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e aferir a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e das demonstrações financeiras.

A estrutura para fins dos controles internos da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de fevereiro de 2022, sendo que até a instalação do Comitê de Auditoria, nos termos das condições previstas no item 5.1 (a) acima, será executada apenas pela Diretoria da Companhia.

A implementação desta estrutura se deu no contexto das atividades preparatórias para a listagem da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado, no contexto do registro de sua oferta pública de distribuição primária e secundária de ações.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Além das estruturas acima mencionadas, a Companhia está em processo de estruturação e implementação de suas políticas e procedimentos de gerenciamentos de riscos, controles internos e *compliance* e da implementação da sua auditoria interna, que deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

Neste contexto, a Companhia está avaliando a contratação de empresa de auditoria independente registrada perante a CVM para desempenho das funções de auditoria interna, bem como profissionais qualificados para exercer a sua Função de Gestão de Riscos e Controles Internos.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Em suma, a administração da Companhia desempenha os seguintes papéis na supervisão da eficiência dos controles internos:

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância da manutenção de processos e controles internos que possam contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão e aprovação das demonstrações financeiras, e pela fiscalização da atuação da Diretoria.
- **Diretoria Financeira:** responsável pela revisão das demonstrações financeiras e pela coordenação e supervisão das atividades de contabilidade e controladoria da Companhia.

- **Comitê de Auditoria:** No tocante aos controles internos, será de competência do Comitê de Auditoria, quando instalado:
  a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
  b) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
  c) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
  d) acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; e
  e) supervisionar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

Destaca-se mais uma vez que a instalação e posse dos membros do Comitê de Auditoria estão condicionados à divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A.*" ou, alternativamente, da divulgação do "*Fato Relevante de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária com Esforços Restritos de Colocação de Ações Ordinárias da Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A.*", o que ocorrer primeiro, quando a listagem da Companhia no Novo Mercado da B3 se tornará efetiva. Ou seja, a estrutura acima será composta apenas pela Diretoria e Conselho de Administração enquanto uma das condições acima não for realizada.

No contexto do registro de sua oferta pública de distribuição primária e secundária de ações, a Companhia irá instalar (i) auditoria interna responsável por verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis; e (ii) funções de *compliance*, gerenciamento de riscos e controles internos responsável por monitorar e mapear os processos e procedimentos relacionados a controles internos, reportando-se diretamente ao Comitê de Auditoria. O processo de estruturação e implementação de suas políticas e procedimentos de gerenciamentos de riscos, controles internos e *compliance* e da implementação da sua auditoria interna, deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A carta sobre os controles internos relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 está em processo de elaboração e discussão, respeitado o prazo limite de 60 dias após a emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do mesmo exercício.

Este Formulário de Referência será devidamente atualizado assim que disponível a carta sobre os controles internos.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme exposto no item 5.3 (d) acima, a carta sobre os controles internos relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 está em processo de elaboração e discussão, respeitado o prazo limite de 60 dias após a emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do mesmo exercício.

Este Formulário de Referência será devidamente atualizado assim que disponível a carta sobre os controles internos.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

No contexto do registro de sua oferta pública de distribuição primária e secundária de ações, a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de fevereiro de 2022, seu Código de Conduta visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético ("Código de Conduta"). O Código de Conduta estabelece o compromisso absoluto em cumprir as normas aplicáveis nas relações com a Administração Pública, definindo vedações e orientações voltadas ao combate à corrupção.

Destaca-se que a a vigência do Código de Conduta está condicionada à divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A.*" ou, alternativamente, da divulgação do "*Fato Relevante de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária com Esforços Restritos de Colocação de Ações Ordinárias da Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A.*", o que ocorrer primeiro, quando a listagem da Companhia no Novo Mercado da B3 se tornará efetiva.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

O Código de Conduta da Companhia define a missão, visão, valores e princípios da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) responsabilidade socioambiental; (ii) transparência das informações; (iii) normas para o relacionamento com fornecedores, clientes, acionistas, comunidades e entidades governamentais; (iv) esclarecimentos sobre o Canal de Denúncias da Companhia, conforme definido abaixo, e; (v) medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação.

O Código de Conduta também prescreve orientações acerca de como os colaboradores devem proceder diante de dúvidas sobre a aplicação e o conteúdo das regras.

Além do Código de Conduta, a Companhia adota um canal de denúncias, que tem por objetivo permitir que a administração da Companhia tenha conhecimento das possíveis falhas que possam ocorrer no dia a dia e realize a melhora contínua de seus processos, reputação e imagem ("Canal de Denúncias").

Cabe ressaltar que a atual estrutura de *compliance* da Companhia está sendo revista junto com o seu Programa de *Compliance* e que resultado deste trabalho de revisão visa o aprimoramento e criação de novas políticas, visando dar garantia aos principais riscos de integridade e corrupção aos quais à Companhia e as Empresas Participantes estão expostas. O resultado será avaliado pelo Comitê de Auditoria e submetido à aprovação do Conselho de Administração e deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme descrito no Código de Conduta da Companhia, o Comitê de Auditoria da Companhia é responsável pela implementação, aplicação e monitoramento do cumprimento do seu Código de Conduta e por atuar como instância consultiva nas questões relacionadas ao Código de Conduta.

5.4 - Programa de Integridade

Além disso, a Diretoria da Companhia é responsável por promover elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos procedimentos de integridade e o papel de cada um no processo.

Ressaltamos, em linha com o item (i) acima, que a Companhia está em processo de estruturação da sua função de *compliance*, que será responsável por, dentre outros: (a) analisar situações não previstas no Código de Conduta e definir procedimentos; (b) apurar as ocorrências relatadas no Canal de Denúncias e direcioná-las para devida apuração e investigação, submetendo suas conclusões ao Comitê de Auditoria para determinação das medidas disciplinares aplicáveis aos casos concretos; (c) revisar anualmente o Código de Conduta e atualizá-lo sempre que necessário, submetendo-o à aprovação do Conselho de Administração; e (d) promover treinamentos periódicos a respeito do conteúdo do Código de Conduta e das demais políticas e procedimentos da Companhia.

Além disso, a Companhia está em processo de instalação da sua auditoria interna, que será responsável por, dentre outros, aferir a qualidade e adequação dos controles internos e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

O processo de revisão das estruturas de gerenciamentos de riscos, controles internos e *compliance* da Companhia deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE.

(i) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Companhia é aplicável a todos os colaboradores, fornecedores e intermediários contratados pela Companhia e pelas Empresas Participantes. Nesta perspectiva, todos os níveis da Companhia e das Empresas Participantes são responsáveis pela criação de uma cultura organizacional em que conselheiros, diretores, funcionários e terceiros efetivamente assegurem um ambiente ético, transparente e íntegro.

Ademais, todos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e demais terceiros contratados pela Companhia e pelas Empresas Participantes devem atestar seu conhecimento sobre o Código de Conduta, se comprometendo a cumprir as suas disposições e a legislação e regulamentação vigentes, em especial, as leis anticorrupção.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia conduzirá treinamento acerca das condutas, princípios e valores éticos presentes em seu Código de Conduta, para todos os seus colaboradores no momento da sua contratação. O conteúdo dos treinamentos ainda tratará do cumprimento das demais políticas da Companhia e das leis aplicáveis à Companhia, em especial a Lei Anticorrupção.

Além disso, todos os colaboradores receberão uma cópia do Código de Conduta da Companhia no momento de sua contratação e deverão firmar um Termo de Ciência e Compromisso, por meio do qual declararão que cumprirão todas as disposições do Código de Conduta no desempenho de suas funções. O mesmo se aplica aos fornecedores e intermediários que celebrem contratos com a Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta da Companhia prevê as sanções disciplinares aos colaboradores que violarem quaisquer das suas disposições, as demais políticas da Companhia, bem como as leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades. O Código de Conduta ainda reforça o compromisso da Companhia de tomar todas as medidas cabíveis para apuração das denúncias e para a interrupção imediata de condutas impróprias eventualmente identificadas.

De acordo com o Código de Conduta da Companhia, as medidas disciplinares consistem em: (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; ou, por fim, (iv) demissão por justa causa. Em relação às violações causadas por terceiros, estas podem ser sancionadas por meio do encerramento do contrato que tenham celebrado com a Companhia.

Caso as violações tenham sido praticadas por fornecedores e/ou intermediários, a Companhia poderá determinar o encerramento dos vínculos contratuais existentes e buscar eventuais medidas judiciais que sejam cabíveis.

Vale ressaltar que, em todos os casos, a Companhia poderá adotar medidas legais que entender cabíveis para o ressarcimento dos danos eventualmente causados ou comunicar eventuais ilícitos/crimes que tenham sido praticados às autoridades competentes. Qualquer sanção só poderá ser aplicada de forma gradual e proporcional à irregularidade identificada e ao dano causado.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2022, e está disponível no *website* da CVM em: www.cvm.gov.br, e no *website* da Companhia em: www.qestra.com.br/ri

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um Canal de Denúncias interno que poderá ser acessado de forma gratuita, 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio do seu *website*: www.qestra.com.br/ri, a partir do início da vigência do Código de Conduta, conforme descrito no item 5.4 (a).

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias da Companhia estará disponível para todos os seus colaboradores, fornecedores, e demais terceiros que queiram reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de qualquer violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncias da Companhia será instalado de forma a manter a confidencialidade das denúncias e informações comunicadas. Neste sentido, todas as comunicações realizadas ao Canal da de Denúncias da Companhia serão confidenciais e, caso o denunciante deseje, poderão ser feitas de forma anônima, conforme descrito no Código de Conduta da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

Além disso, o Código de Conduta ainda reforça o compromisso da Companhia de não tolerar e combater qualquer medida de retaliação contra um denunciante que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação por meio do Canal de Denúncias.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As comunicações feitas ao Canal de Denúncias serão encaminhadas ao Comitê de Auditoria, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas. O Comitê de Auditoria preza pela observância da confidencialidade das informações tratadas, visando à preservação dos direitos dos denunciantes e a imparcialidade de suas decisões. O Comitê de Auditoria poderá, no curso da apreciação e investigação das denúncias recebidas, delegar funções investigativas e recomendar a contratação de terceiros para tal finalidade.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Conforme descrito no seu Código de Conduta, antes de realizar qualquer operação envolvendo uma fusão, aquisição, reestruturação ou compra de participação societária, a Companhia deverá realizar auditorias legais focadas na identificação de possíveis riscos advindos da realização de tal operação, como, por exemplo, o envolvimento da empresa-alvo (e de seus sócios) em investigações, processos administrativos ou judiciais, ou ainda em quaisquer alegações relacionadas a atos de corrupção ou a qualquer outra conduta ilícita.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito neste item 5.4.

5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, considerando que não era operacional, não possuindo qualquer risco, e realizou a Consolidação das Empresas Participantes, conforme detalhado no item 15.6 e 15.7 deste Formulário de Referência, estando sujeita, portanto, aos riscos mencionados nos itens 4.1 e 4.2.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Compromisso de adequação da estrutura de gestão de riscos e controles internos

O processo de listagem das ações da Companhia no segmento Novo Mercado é particularmente complexo, de modo que, nesse contexto, o processo de estruturação e implementação de suas políticas, procedimentos e funções de gerenciamentos de riscos, controles internos e *compliance*, bem como da sua auditoria interna tornam-se um desafio adicional para o curto lapso temporal usualmente disponível para as companhias se prepararem para o ingresso no mercado de capitais. Dessa forma, e em linha com Ofício Circular nº 049/2021-PRE, a Companhia se compromete a implementar tais estruturas em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão.

Gerenciamento de Riscos de Mercado

Em que pese a Companhia não possuir política formalizada específica de gerenciamento de riscos de mercado, em complemento ao item 5.2 acima, a Companhia apresenta informações complementares sobre o gerenciamento dos riscos de mercado que podem afetar os negócios da Companhia e das Empresas Participantes.

Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para o qual a Companhia busca proteção constam no item 4.2 deste Formulário de Referência.

Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável.

Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Gestão de risco de crédito

A fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras de primeira linha, considerando os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.

Gestão de risco de taxa de juros

A Companhia acredita que o saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável.

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não há uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado. A administração destes riscos é efetuada internamente pela Administração da Companhia. A Administração da Companhia monitora e avalia, por meios considerados por ele adequados, se as operações efetuadas estão de acordo com as práticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Em que pese a Companhia ainda estará estruturando suas políticas, procedimentos e funções de gerenciamentos de riscos, controles internos e *compliance*, ela acredita que é capaz de, por meio da sua Administração, avaliar e monitorar os riscos de mercado inerentes aos seus negócios de maneira eficaz.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	07/07/2016
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

A Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. ("Companhia" ou "Qestra") foi constituída em 07 de julho de 2016, sendo uma "*shelf company*", não operacional, e, subsequentemente, em maio de 2017, foi totalmente adquirida pela Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Gulf"), que figurou como sua única acionista até a implementação da Reorganização Gulf em 2020, conforme descrita no item 15.6 deste Formulário de Referência.

Após extenso e detalhado estudo, a Gulf identificou que o mercado brasileiro de *softwares* e de serviços de tecnologia da informação ("Mercado Alvo") é bastante fragmentado e possui condições favoráveis para a realização de uma consolidação, uma vez que pode gerar oportunidades de negócios interessantes para as empresas do Mercado Alvo, seja via a consolidação por aquisição de outras empresas do Mercado Alvo ou pela melhoria no seu desempenho operacional (aumento na taxa de crescimento da receita e/ou aumento na margem operacional), em consequência da disponibilização de recursos financeiros para investimentos na melhoria e desenvolvimento de produtos e serviços, do apoio ao planejamento e execução das atividades comerciais, do compartilhamento de melhores práticas entre as empresas consolidadas e da criação de um ambiente colaborativo entre os empresários e executivos das referidas empresas, justificando uma expressiva valorização patrimonial para essas empresas participantes.

Diante disso, ao longo de 2021, a Gulf liderou a Companhia e seus acionistas, em um processo de Consolidação, conforme abaixo definido, onde a Qestra é a *holding* consolidadora de, inicialmente, 18 (dezoito) empresas do Mercado Alvo para realizar, oportunamente, uma oferta pública de ações de emissão da Companhia ("Operação de IPO").

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas as consolidações de determinadas empresas do Mercado Alvo, que ocorreram por meio de dois aumentos de capital nas referidas datas, os quais foram integralizados pelos subscritores mediante a transferência de parcela de participações societárias nas sociedades listadas a seguir: (i) First Tech Tecnologia Ltda.; (ii) Pluris Mídia Ltda.; (iii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda. (em conjunto, "Grupo SKA"); (iv) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (v) Plusoft Informática S.A.; (vi) Nexo CS Informática S.A.; (vii) Integra Consultoria S.A.; (viii) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (ix) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (x) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (xi) It Source Serviços e Soluções em TI Ltda.; (xii) BTB Inc.; (xiii) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda.; (xiv) Doc Security Serviços de Informática Ltda.; (xv) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (xvi) TEFTI Armazém Logística Ltda.; e (xvii) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A. ("Empresas Participantes" e "Consolidação", respectivamente). Para maiores informações sobre sobre a participação acionária da Companhia após a Consolidação em cada uma das Empresas Participantes, vide seção 15.4 deste Formulário de Referência.

As Empresas Participantes possuem históricos operacionais sólidos e são administradas por experientes executivos e funcionários-chave que detêm amplo conhecimento do seu negócio, com compromisso de longo prazo com o crescimento de suas respectivas empresas. As Empresas Participantes englobam 6 (seis) diferentes verticais, são elas: (i) Software de Aplicativo de Negócios; (b) Implementação e Customização de Software; (iii) Cibersegurança; (iv) Infraestrutura & Nuvem; (v) Serviços de TI; e (vi) Serviços Baseados em Softwares, e ocupam posições de destaque no mercado, tendo clientes relevantes de setores diversos da economia – Saúde: Dasa, Unimed e Hapvida; Finanças: BTG Pactual, Nubank, Itaú, Bradesco, Banco Central e B3; Automobilístico: Hyundai, Mercedes-Benz e Yamaha; Óleo, Gás e Energia: Petrobras e Raízen; Alimentício/Bebidas: Burger King e Nestle, dentre outros.

Após a concretização da Operação de IPO, a Companhia passará a consolidar os resultados das Empresas Participantes.

Nesse cenário, o principal objetivo da Companhia é, através da alocação significativa dos recursos captados na Operação de IPO, implementar a sua estratégia de crescimento inorgânico pela aquisição de outras empresas do Mercado Alvo. As aquisições poderão ocorrer diretamente pela Companhia ou pelas Empresas Participantes quando for estrategicamente indicado. Ainda, é também objetivo da Companhia, auxiliar na aceleração do crescimento orgânico das Empresas Participantes para que as empresas mantenham sua posição de relevância nas atividades e setores que atuam. Logo, parte dos recursos captados na Operação de IPO, serão disponibilizados para a realização de investimentos na melhoria e desenvolvimento de produtos e na abertura de novos mercados/segmentos. Nesse sentido, a Companhia também criará departamentos de apoio às atividades operacionais das Empresas Participantes objetivando a melhora operacional de cada uma delas.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevante com relação a esta seção 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Visão Geral

Nós somos uma plataforma de criação de valor concebida e desenhada para alavancar e levar empresas *B2B*[1] de *Software* e *Tech-Enabled Services*[2] a um outro nível de performance, governança e acesso a capital, buscando permitir o aumento de sua penetração de mercado via crescimento orgânico e inorgânico, e a melhora da sua rentabilidade. Na data deste Formulário de Referência, a Qestra é composta por participações em 18 empresas no contexto da Consolidação, conforme definida no item 15.6 deste Formulário de Referência, e que tem como principais atributos serem todas rentáveis, com crescimento significativo, com receita majoritariamente recorrente[3], com modelo de negócios comprovados, resilientes e referência em seus respectivos mercados de atuação ("Empresas Participantes"). Através dessas Empresas Participantes, estamos presentes em todas as regiões do país, em países da América Latina, e possuímos clientes em 14 verticais de indústria ou processo, dentre elas: Indústria 4.0, *Customer Experience* (CX), Cibersegurança, Gestão de Documentos, Atendimento ao Cliente, Meios de Pagamento, Gestão de Infra de TI & Serviços em Nuvem, Gestão de Dados Mestres, Logística, *ERP*[4], Gestão de Serviços de Telecom, Gestão de Frotas e *HR Tech*.

As Empresas Participantes foram selecionadas a partir do nosso elaborado processo de seleção, avaliação e aquisição. As Emprestas Participantes englobam as seguintes áreas: (i) *Software* de Aplicativo de Negócios, (ii) Implementação e Customização de *Software*, (iii) Cibersegurança, (iv) Infraestrutura & Nuvem, (v) Serviços de TI e (vi) Serviços Baseados em *Software*. As Empresas Participantes são lideradas por empreendedores experientes no mercado de tecnologia, que possuem, em média, 22 anos de atuação no setor. Os empresários estão comprometidos com o longo prazo e alinhados com o crescimento e a busca da perpetuidade dos seus negócios. O compromisso dos empresários com as suas respectivas Empresas Participantes é de permanecerem como gestores por pelo menos 5 anos a partir da data do Evento de Liquidez, conforme detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência.

Fonte: Companhia

[1] *B2B* (*Business-to-Business*) é um modelo de negócios em que uma empresa vende para outras empresas.

[2] Serviços Habilitados para Tecnologia.

[3] Transações realizadas em períodos pré-determinados e de forma contínua por um mesmo cliente para o uso de um serviço ou entrega de uma solução.

[4] Sigla para *Enterprise Resource Planning*, ERP é um sistema de gestão que permite um acesso fácil, integrado e seguro aos dados de uma empresa.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em 2021, após a Consolidação e com base nas informações financeiras *pro forma* das Empresas Participantes referentes ao período de um ano entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, apresentamos os resultados de nossa recente história, os quais entendemos representar indicativos de um potencial crescimento substancial da Qestra. Com mais de 4.600 clientes, atingimos uma receita de R$ 758 milhões em 2021 (*pro forma*). Destaca-se também que cerca de 72% das receitas *pro forma* foram recorrentes[3], reforçando a constância e equilíbrio que nossos negócios proporcionam. Por fim, registramos um EBITDA (*pro forma*) de R$ 210 milhões e uma margem EBITDA (*pro forma*) de 30% em 2021, conforme informado no item 3.9 deste Formulário de Referência.

Fonte: Companhia[5]

Tese Estratégica de Investimento da Qestra

a) Identificando a Oportunidade

Segundo o relatório anual da Associação Brasileira das Empresas de *Software* (ABES)[6], o mercado brasileiro de *Software* e Serviços de TI é um dos maiores do mundo, registrando uma receita anual total de US$ 22,9 bilhões[7] em 2020, que o coloca na nona posição do *ranking* mundial. Entretanto, o mercado é altamente fragmentando, com mais de 24 mil companhias no mesmo período. Analogamente, das 6.454 empresas que atuam no desenvolvimento e produção de *software* em 2020, aproximadamente 95% delas são consideradas micro ou pequenas empresas, ou seja, aquelas com menos de 100 funcionários. Por consequência, a oportunidade de consolidação das empresas de *Software* e Serviços de TI no Brasil em diversas verticais é relevante.

[5] Números financeiros não incluem a companhia BTB Inc.

[6] Mercado Brasileiro de *Software*: panorama e tendências, 2021.

[7] Mercado interno apenas, excluindo exportações.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: ABES, 2021

b) Nossa estratégia de consolidação e criação de valor

Possuímos uma estratégia para a consolidação de mercado, estimulando o crescimento e criação de valor para as empresas que consolidamos e para aquelas que vierem a ser adquiridas. Parte da nossa estratégia é buscar pelas empresas especialistas em suas verticais. Olhamos também para empresas com crescimento constante, com receitas recorrentes um modelo de negócio comprovado, boa reputação e empreendedores comprometidos no longo prazo. Conjuntamente, é fundamental que elas estejam alinhadas com a nossa estratégia de penetração de mercado, de trazer novas competências e novas verticais, e aumentar a fidelização dos seus clientes. As empresas alvo de aquisição são geradores de caixa e preferencialmente possuem receita bruta entre R$ 30 milhões a R$ 100 milhões.

A nossa estratégia de *M&A* busca garantir flexibilidade e eficiência, visto que faremos aquisições sem foco em integração das Empresas Participantes seja dos seus produtos ou de *back-end* [8], ou seja, sem impactar ou sobrecarregar as nossas demais atividades da plataforma. Isso nos permite ter um foco maior na criação de valor em cada empresa, na disseminação de boas práticas entre elas e na busca de possíveis sinergias, como também em manter os fundadores/empresários alinhados no longo prazo.

Após o investimento, impulsionamos o crescimento orgânico das Empresas Participantes por meio de um planejamento focado na otimização dos seus resultados, alinhado com a nossa visão e estratégia que, por sua vez, atua como responsável por orientar o cumprimento desses planos. Inclusive, acreditamos que a capacidade de executar *M&A's* complementares, alinhada com o crescimento orgânico e a otimização operacional, nos ajudarão a atingir uma maior participação de mercado, podendo acarretar em potencial aumento da lucratividade. Como resultado dessa estratégia, esperamos conseguir gerar valor para os *stakeholders*[9] da Qestra.

---

[8] Parte da programação direcionada ao funcionamento interno de um *software*.

[9] Indivíduos e organizações que possuem interesse e/ou são impactados pelas ações da Qestra.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia

c) Como Transformamos as Empresas Participantes

Nosso percurso de transformação das Empresas Participantes ocorre a partir de diversas frentes, começando com o crescimento orgânico, onde procuramos disseminar as melhores práticas e orquestrar sinergias e o *cross-sell*[10], potencialmente melhorando a lucratividade das Empresas Participantes. Para fins desse crescimento, também provemos uma estrutura de financiamento para P&D[11] e novos produtos, através da troca de conhecimento entre todas as nossas Empresas Participantes, além de otimizar o *marketing*, com equipes de apoio para as Empresas Participantes, conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência[12].

No tocante ao crescimento inorgânico, fruímos de um grupo qualificado de empresários que atuam proativamente no mapeamento, na seleção, e na aquisição dos alvos selecionados, possibilitando-nos acelerar seu crescimento. Com um enfoque em aquisições estratégicas, de crescimento significativo e de diferentes tamanhos, incorporaremos conhecimento tecnológico, novos produtos e serviços ao portfólio para incrementar receitas e fidelizar nossos clientes.

Trabalhamos em conjunto com nossas empresas para buscar otimizar a lucratividade ao aproveitar a escala da plataforma para melhorar a estrutura de despesas e capturar possíveis sinergias. Por fim, as empresas se deparam com uma governança caracterizada por gestão profissional e conselheiros independentes com experiência comprovada, e uma retenção de talentos importante, apoiada por programas de planejamento administrativo e manutenção de executivos. Para informações adicionais sobre manutenção de executivos, vide o item 15.8 desse Formulário de Referência.

---

[10] Estratégia que foca em oferecer ao cliente produtos ou serviços que complementam os que já foram adquiridos (ou que estão em vias de ser adquirido).

[11] Siga para "Pesquisa e Desenvolvimento".

[12] Uma forma de criar e entregar valor para satisfazer necessidades ou desejos do consumidor através de estratégias nas vendas, comunicações e no desenvolvimento do negócio.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia

d) Parcerias Duradouras com Alinhamento de Interesses

Acreditamos que a criação de valor para os *stakeholders* é uma das principais receitas para o sucesso e consolidação da estratégia da Qestra. Por conseguinte, com o intuito de assegurar que as pessoas-chave das Empresas Participantes estejam cativadas e engajadas, desenvolvemos um modelo de alinhamento de interesses que acreditamos ser bastante eficaz.

Por exemplo, todos os empresários das Empresas Participantes tornaram-se sócios da Qestra, por meio da integralização de participação societária das suas respectivas Empresas Participantes no capital social da Qestra, ao mesmo tempo que ainda continuam a deter participações minoritárias em suas respectivas Empresas Participantes (mantendo por, no mínimo, 5 anos de participação relevante em suas empresas, com 20% a 40% de seu capital, e com opção de saída apenas após esse período, conforme detalhado no item 15.8 deste Formulário de Referência). Após 3 anos da realização do Evento de Liquidez, será promovida uma revisão das participações de cada empresário das Empresas Participantes do capital da Qestra (aplicável somente aos sócios das empresas investidas anteriormente ao Evento de Liquidez), com base em suas efetivas performances no período.

Visando atrair e reter os melhores profissionais e os aprimorar, pretendemos ofertar cursos de treinamento em liderança e desenvolvimento profissional e disponibilizamos acesso a consultores e líderes de pensamento. Buscamos também oferecer uma remuneração competitiva e pacotes de benefícios, ambos adequados aos padrões de mercado. Por fim, buscamos proporcionar um ambiente de trabalho desafiador, mas construtivo, fomentando o desenvolvimento profissional e perspectivas de crescimento.

e) Estratégia para Otimizar as Sinergias entre as Empresas

Sinergias Comerciais: Com as consolidações, a Qestra tem a expectativa de promover *cross-sell* e referenciamento entre a base de clientes das nossas empresas para aumentar a venda de produtos e serviços e a relação LTV/CAC[13]. A complementariedade dos produtos e serviços entre as empresas permite o oferecimento de soluções mais completas, potencialmente aumentando a fidelidade e a lucratividade por cliente.

Sinergias Operacionais: Os ganhos de escala através de melhorias de *back-office* e o aumento de eficiência operacional que são esperados pela Qestra, se concretizados, possibilitarão uma potencial redução de custos e aumento dos níveis de controle.

[13] "LTV" representa *Lifetime Value* enquanto "CAC" significa o Custo de Aquisição de Clientes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Sinergias de Pessoas: Buscamos adotar uma estratégia de atração, capacitação, realocação e retenção de talentos, visando trazer resultados práticos e motivar nossos profissionais.

Sinergias de *M&A*: A centralização das diligências legais e contábeis nas aquisições a serem realizadas permite maior disciplina e padronização de procedimentos necessários para agilizar os processos e mitigar riscos.

Sinergias Tecnológicas: Por meio da otimização de pesquisas e desenvolvimento de sistemas entre as nossas empresas, visamos eliminar duplicidades de trabalho e implementar soluções mais eficientes e de alta performance, o que potencialmente reduz custos e investimentos. Também buscamos desenvolver um modelo de *Customer Success*[14], que permitirá que nossas empresas possam promover resultados mais satisfatórios para seus clientes.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada ou não. Para mais informações vide itens "4.1 Descrição dos Fatores de Risco" e "4.2 Descrição dos Principais Riscos de Mercado" deste Formulário de Referência.

Perfil das Nossas Empresas Participantes

Na Qestra, temos empresas especialistas em diferentes verticais dentro de cada um dos segmentos tecnológicos de atuação escolhidos. Abaixo trazemos uma visão resumida das Empresas Participantes, que englobam 6 segmentos tecnológicos, onde apresentamos os dados mais recentes de cada uma delas:

Fonte: Companhia

[14] *Customer Success* (sucesso do cliente) é um método para garantir que os clientes alcancem os seus resultados desejados ao usar um produto ou serviço de uma organização.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Empresas Participantes de *Software* de Aplicativo de Negócios

Ikhon Tecnologia

A Ikhon Tecnologia atua na gestão tecnológica de documentos no Brasil, disponibilizando SaaS para gerenciamento de documentos eletrônicos, gerenciamento de cidades e armazenamento de documentos. Atualmente, com um quadro de 128 funcionários e com sua base de 49 clientes que engloba empresas de destaque nacionais, como a Petrobras, Energisa, BRB e Multiplan, a empresa oferece os seguintes produtos e serviços: Próton (*software* de gerenciamento de documentos), Sigam (*software* de gestão para licenciamento) e o Portal de Serviços (*software* para gestão de cidades). A Companhia possui 60% de participação societária na Ikhon Tecnologia.

Plusoft

A Plusoft atua no segmento de Customer Experience (CX), tendo conquistado mais de 95 prêmios em gestão de relacionamento. A companhia fornece SaaS na nuvem para experiência do cliente, como CRM, IA, Social Business, Data & Decision Making, entre outros e possuía em 2021, 450 funcionários e 210 clientes, entre eles a Dasa, Banco BMG, Cogna Educação, Unimed, Grupo Boticário e Boehringer-Ingelheim. A Companhia possui 80% de participação societária na Plusoft.

W3K

Atuando no segmento de construção no Brasil, a W3K oferece escalabilidade às empresas por meio de uma plataforma *online* que pode ser configurada ao modelo de negócios dos clientes. Seus produtos abrangem soluções de *software* proprietário para gestão de negócios, gestão de portfólio de projetos e automação de processos. A empresa dispõe de 27 funcionários e trabalha com 86 clientes, entre eles a Suzano, Hapvida, Unilever, Siemens, Klabin e Gerdau. A Companhia possui 70% de participação societária na W3K.

Nexo CS

A Nexo está há mais de 25 anos no mercado desenvolvendo *software* para gestão de saúde e segurança ocupacional no trabalho para SESMT[15] corporativo. A companhia oferece dois principais *softwares*: o Nexo EHS, *software* que possui módulos de gestão para Controle de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho, Gestão Previdenciária, eSocial e Meio Ambiente, e o Risk Prevention Nexo, um *software* de controle preventivo de riscos em empresas. Com 44 funcionários, destaca-se a sua base de 118 clientes, composta pelas 3 maiores empresas do segmento automotivo, as 3 maiores do segmento elétrico e uma das maiores do setor sucroalcoleiro do Brasil. A Companhia possui 80% de participação societária na Nexo CS.

[15] Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

adn.tech

A adn.tech atua na criação de soluções de sistema de gestão para empresas de serviços e é especialista no segmento de concessões rodoviárias, mobilidade urbana e marketing/publicidade. A adn.tech, junto com seus mais de 50 funcionários, oferece um ERP voltado para o segmento de serviços corporativos, bem como soluções para gestão de cobrança e faturamento de serviços digitais. Entre os produtos, a companhia disponibiliza o adn.net (*software* de ERP), o adn.billing (ERP para a gestão de arrecadação) e o adn.ams (sustentação de sistemas) para uma carteira de mais de 80 clientes.. A Companhia possui 80% de participação societária na adn.tech.

THINC.

A THINC fornece análises de gestão de frotas usando *Big Data* e Inteligência Artificial para reduzir custos e aumentar a eficiência. Ela disponibiliza produtos e serviços de rastreamento (localização em tempo real), gestão de combustível (gestão orçamentária e liberação automática de créditos de gás) e manutenção e instalação. A companhia conta com 58 funcionários e trabalha com 16 clientes, entre eles a Oi, a Vale e a Supergasbrás. A Companhia possui 78,70% de participação societária na THINC.

Empresas Participantes de Implementação e Customização de *Software*

Grupo SKA

Composto por empresas de tecnologia e serviços para indústrias, o Grupo SKA traz soluções para projeto/*design* e engenharia de manufatura, com foco em transformação digital e implementação da Indústria 4.0. O Grupo SKA conta, atualmente, com 330 funcionários, possui um extenso portfólio com 3.308 clientes, que engloba empresas como a Ambev, Embraer, Weg, Honda, Marcopolo e Tramontina, e oferece diversos produtos e serviços, como as licenças de 9 *softwares* (Solidworks, Edgecam, Lantek, 3D Experience, WorkNC, Altium, Syneco, HP, Markforged), incluindo a instalação, customização e treinamento do produto. A Companhia possui 80% de participação societária no Grupo SKA.

A5 Solutions

A A5 Solutions oferece soluções de comunicação para o relacionamento com clientes, abarcando as seguintes vertentes: Soluções de experiência do cliente, Comunicações Unificadas e *Software* de Segurança, Serviços em Nuvem, Serviços Gerenciados. Com o objetivo de ajudar empresas a escolher e utilizar a melhor tecnologia para o seu negócio, a A5 Solutions, conta com 157 funcionários e uma base extensa de 146 clientes, entre eles o Banco do Brasil, a Oi, a Dasa e a Icatu. Ademais, a companhia é uma das parceiras no âmbito de oferecimento de serviços de quatro das maiores empresas brasileiras de tecnologia (Avaya, Nice, LivePerson e Nuance). A Companhia possui 80% de participação societária na A5 Solutions.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Empresas Participantes de Cibersegurança

First Tech

A First é uma empresa de cibersegurança que implementa projetos de segurança digital e infraestrutura de colaboração. Atualmente, conta com 75 funcionários à disposição e oferece segurança de transação e de pagamento, segurança digital e proteção de dados. Responsável por equipamentos que processam mais de 80% das transações das maiores adquirentes e bancos, de uma base com 77 clientes. A Companhia possui 75% de participação societária na First Tech.

Dinamo Networks

A Dinamo opera no fornecimento de soluções para o segmento financeiro no Brasil, providenciado soluções de segurança e criptografia de identidade digital. Ela possui uma plataforma centralizada para armazenamento de chaves e certificados digitais e providencia um processamento criptográfico de dados e comunicação para o PIX. Contando com 38 funcionários, a Dinamo auxilia 51 clientes, incluindo o Banco Central. A Companhia possui 80% de participação societária na Dinamo Networks.

Empresas Participantes de Infraestrutura & Nuvem

GWCloud

Atuando no segmento de nuvem profissional no Brasil, a GWCloud entrega soluções de gerenciamento multinuvem. Seus principais produtos e serviços são o Jamcracker, uma plataforma de gerenciamento e entrega em nuvem de vários níveis e com vários inquilinos, e o Cloudbolt, uma outra plataforma de gerenciamento de nuvem, mas que unifica a TI privada e a nuvem pública. Atualmente, a companhia possui 97 funcionários e trabalha com 9 clientes, incluindo o SEBRAE, Vivo, Dasa e RNP. A companhia possui 80% de participação societária na GWCloud.

Tefti

A Tefti atua na prestação de serviço completo para o setor de meios de pagamento com uso intensivo de ferramentas tecnológicas. A empresa oferece assistência técnica especializada em equipamentos de clientes, recuperação de terminais mortos e reparo de equipamentos POS, PIN Pad e mPOS para fabricantes como Newland, Ingenico e outros. A companhia emprega atualmente 112 funcionários e possui 19 clientes, entre eles a Getnet, PagSeguro, Vero, PayGo, Stone, Sumup e Acqio. A Companhia possui 80% de participação societária na Tefti.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Gotobiz (ITSource)

A Gotobiz promove transformação digital de negócios, infraestrutura gerenciada e serviços em nuvem para o mercado corporativo. Mais especificamente, ela oferece gestão de serviços para controle de processos em formato digital, soluções para engajar e motivar profissionais, e soluções de administração de infraestrutura e restauração de dados para nuvem. Atualmente, conta com 162 funcionários, atua principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil, e dispõe de um portfólio com 52 clientes. A Companhia possui 80% de participação societária na Gotobiz.

Empresas Participantes de Serviços de TI

Doc Security

A Doc Security atua na gestão tecnológica de documentos no Brasil, oferecendo soluções de transformação digital por meio de *software*, assessoria e *BPO*[16] em gestão eletrônica de documentos. Ela fornece consultoria para entidades públicas, tendo 37 funcionários e 9 clientes, incluindo as Prefeituras de Cuiabá, Manaus e Tocantins. A Companhia possui 60% de participação societária na Doc Security.

Pluris Mídia

A Pluris oferece um modelo de *BPO*[17] de relacionamento *full-service* especializado na experiência do cliente, com foco na otimização de processos e no alto nível de satisfação do cliente. Ela possibilita um atendimento diferenciado ao cliente ao utilizar inteligência artificial, bots[18], RPA[19] e URA[20] como soluções de autoatendimento, somado ao novo modelo de relacionamento 4.0. A empresa também fornece uma gestão de inovação para pós-venda, SAC e demais canais. A Pluris conta atualmente com 1.100 funcionários, 44 nomes em seu portfólio de clientes, sendo reconhecida como o Contact Center do Ano em Médias e Pequenas Operações no XX Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, além de conquistar mais de 10 prêmios da CONAREC, incluindo nas categorias SAC, Atendimento Digital e Vendas receptivas no ano de 2021. A Companhia possui 80% de participação societária na Pluris Mídia.

---

[16] Sigla para *Business Process Outsourcing* (Terceirização de Processos de Negócios).

[17] *Business Process Outsourcing* ("Terceirização de Processos de Negócios").

[18] É uma aplicação de *software* concebido para simular ações humanas repetidas vezes de maneira padrão, da mesma forma como faria um robô.

[19] Sigla para Automação Robótica de Processos, que é uma tecnologia de *software* fácil de usar para automatizar tarefas digitais.

[20] Sigla para Unidade de Resposta Audível, que é uma tecnologia que permite que os clientes interajam com o sistema de atendimento das empresas através de uma ligação telefônica.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

bLive

A bLive tem como objetivo construir um ecossistema de empresas que trabalham juntas e são reconhecidas como "*one stop shop*" no que diz respeito à tecnologia aplicada à logística. Para isso, a companhia atua no desenvolvimento, implementação e suporte de soluções tecnológicas aplicáveis à logística e cadeia de suprimentos, tendo a sua disposição, 49 funcionários. Ademais, a bLive oferece os seguintes produtos e serviços: YMS (Sistema de Gerenciamento de Pátio), IFD (Documentação de Fatura e Frete), SCM (Gestão do Ciclo de Estoque), Smart Cargas (leilão de fretes), DM (gerenciamento de entrega). Por fim, os seus principais clientes são a Ambev e a Unilever, duas companhias globalmente reconhecidas. A Companhia possui 80% de participação societária na bLive.

Empresas Participantes de Serviços Baseados em Software

Klassmatt (Integra)

Há mais de 22 anos oferecendo soluções de saneamento e governança de dados mestres, a Integra oferece SaaS para gestão e governança de registros (materiais, serviços, fornecedores, clientes) através do *software* da Klassmatt. Além de dispor atualmente de 180 funcionários, a companhia possui 100 clientes espalhados em 32 países, incluindo empresas de grande relevância, como a GM, Vale, Petrobras, Bradesco, EDP e Yamana Gold. A Companhia possui 80% de participação societária na Klassmatt.

BTB Soluções

Atuando em serviços de gestão de TI e Telecom como um dos principais provedores de soluções de Telecom do Brasil, a BTB fornece soluções de *Business Intelligence*[21] e gerenciamento de nível de serviço em Telecom por meio de um *software* proprietário. A companhia conta atualmente com 51 funcionários, sendo o seu principal produto o BTB-m, que consiste em uma plataforma proprietária que gerencia todos os custos de TI e Telecom e oferece melhorias substanciais no nível de serviço e inteligência de negócios. No mesmo período, um total de 86 clientes recorrem a BTB, incluindo nomes destacados como o Burger King, Johnson & Johnson, iFood, BTG Pactual e GlaxoSmithKline. A Companhia possui 80% de participação societária na BTB Soluções.

Eventos Recentes

Desdobramento das Ações da Companhia

Em 21 de fevereiro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o desdobramento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, à razão de 1:1000, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações em que se divide o capital social de 593.360 (quinhentos e noventa e três mil, trezentos e sessenta) para 593.360.000 (quinhentos e noventa e três milhões, trezentos e sessenta mil) ações ordinárias, sendo certo que o desdobramento será operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

[21] Consiste na coleta, armazenamento, análise e aplicação de dados que são cruciais na tomada de decisão.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

Não aplicável. A Companhia não apresentava operação nos últimos três exercícios sociais, uma vez que era uma sociedade *holding* pura e não possuía atividades operacionais até a Consolidação (conforme definido no item 15.6 deste Formulário de Referência), sendo que somente passará a consolidar os resultados das Empresas Participantes a partir da ocorrência de um Evento de Liquidez.

Com relação as Empresas Participantes, estas atuam em 6 (seis) tipos de segmentos tecnológicos diferentes, quais sejam: (a) *Software* de Aplicativo de Negócios; (b) Implementação e Customização de *Software*; (c) Cibersegurança; (d) Infraestrutura & Nuvem; (e) Serviços de TI; e (f) Serviços Baseados em *Software*.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Não aplicável. A Companhia não auferiu receitas nos últimos três exercícios sociais, uma vez que era uma sociedade *holding* pura e não possuía atividades operacionais até a Consolidação (conforme definido no item 15.6 deste Formulário de Referência), sendo que somente passará a consolidar os resultados das Empresas Participantes a partir da ocorrência de um Evento de Liquidez.

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Não aplicável. A Companhia não auferiu lucro ou prejuízo nos últimos três exercícios sociais, uma vez que era uma sociedade *holding* pura e não possuía atividades operacionais até a Consolidação (conforme definido no item 15.6 deste Formulário de Referência), sendo que somente passará a consolidar os resultados das Empresas Participantes a partir da ocorrência de um Evento de Liquidez.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(a) Características do processo de produção

Não se aplica, uma vez que as Empresas Participantes não possuem um processo de produção.

(b) Características do processo de distribuição

A Qestra possui 18 Empresas Participantes, conectadas através de uma plataforma de criação de valor. Cada Empresa Participante preserva suas características originais de criação de *software*, venda ou revenda e prestação de serviços. Estamos presentes em todas as regiões do país e possuímos clientes em mais de 16 indústrias. Nossos serviços podem ser divididos em seis grupos:

1. Business Application *Software* – Soluções de SaaS (*Software* as a Service) desenhadas para aumentar a produtividade, desempenho de negócios e controle de processos;

2. *Software* Implementation and Customization – Implementação e customização de *softwares* e soluções de terceiros;

3. Cybersucurity – *Software* e soluções (próprias e/ou de terceiros) que fazem a proteção contra ataques cibernéticos;

4. Infra & Cloud – Infraestrutura tecnológica de nuvem desenvolvida ou não por terceiros e gestão de seus serviços;

5. IT Services – Serviços terceirizados como segurança, redes, aplicações, infraestrutura de telecomunicações e outros;

6. *Software* Based Services – Utilização de *softwares* e soluções proprietárias para otimizar rotinas de negócios corporativos;

Apesar dos clientes das Empresas Participantes serem outras sociedades (mercado B2B), a abordagem comercial adotada difere entre elas em razão dos seus mercados de atuação e dos tipos de produtos e serviços que fornecem.

Em cada Empresas Participantes, a estrutura de vendas é própria ou exercida através de canais, pois valorizamos o atendimento de longo prazo aos nossos clientes e garantimos a *expertise* de nossos profissionais.

De um modo geral, a abordagem aos nossos clientes ocorre da seguinte forma: uma vez realizado o contato, o time comercial identifica a necessidade do cliente em potencial e apresenta o portfólio de soluções tecnológicas. Conforme as necessidades do cliente, podem ser envolvidos especialistas de outras funções e conhecimentos de tecnologia para definir de forma colaborativa, as condições de parametrização/customização das soluções tecnológicas disponíveis ou necessárias ao desenvolvimento e o escopo das responsabilidades estratégicas, táticas e operacionais alinhado com a necessidade do cliente.

Marketing & Vendas

O time de *marketing* das Empresas Participantes, em conjunto com o time comercial, é responsável pelo mapeamento de clientes-alvo dentro dos seus segmentos de atuação.

As características dos segmentos-foco de prospecção de clientes são: **(i)** mercados nos quais a aceleração da penetração de digital está aumentando, **(ii)** mercados onde nossas soluções podem ser replicadas em função do sucesso na implantação de clientes satisfeitos na mesma vertical, **(iii)** mercados onde a terceirização ou a contratação na forma de serviços gerenciados faça sentido na busca de otimização de suas atividades fins, tornando-se assim uma vantagem competitiva. A Qestra mantém uma equipe de *marketing* que serve de apoio as equipes das Empresas Participantes realizando a inteligência de mercado, análise competitiva e orientando as equipes quanto ao alinhamento de mensagens, novas oportunidades ou ameaças em cada uma das verticais de atuação.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Geração de Leads: O time de *marketing* das Empresas Participantes também é responsável por desenvolver estratégias de comunicação e produzir conteúdo relevante para os tomadores de decisão – em geral, C-Level e demais membros da alta-gestão, bem como para os demais níveis responsáveis pela gestão e operação de áreas que serão impactadas. Também fazemos esforços para engajar potenciais influenciadores dentro das organizações dos clientes. A abrangência dos pontos de contato nas organizações dos clientes é importante devido a heterogeneidade do processo decisório e de gestão das iniciativas digitais. O conteúdo das comunicações é adaptado de acordo com o segmento de negócio e a maturidade digital dos prospects (potenciais clientes).

- Qualificação das Oportunidades: Nosso time realiza a prospecção ativa de clientes. Na interação com a base de clientes ou prospects, entendemos a necessidade de negócio que esteja impactando a aceleração de vendas, acesso a novos mercados, satisfação dos seus clientes e apresentamos as soluções (incluindo serviços) que compõem o nosso portfólio e rapidamente identificamos em conjunto com o cliente, quais as funcionalidades das plataformas e do nosso conjunto de soluções são mais adequadas para o desafio específico do negócio.

- Proposta/Negociação: Com base no conhecimento e experiência que possuem nas soluções tecnológicas, nossos profissionais comerciais, são capazes de identificar as necessidades e desafios dos prospects e clientes e desenvolver uma proposta que mais se adeque as suas necessidades.

- Fechamento/Contrato: Após a negociação é feita a assinatura de contrato entre as Empresas Participantes e o cliente incluindo o aceite dos termos de uso das plataformas e/ou soluções ou SOW (*Statements of Work)* no caso de serviços onde, a partir daí, iniciamos a implantação/execução conforme descrição no contrato.

- Gestão comercial: Todas as oportunidades mapeadas e interações são registradas nos CRMs das Empresas Participantes seguindo uma metodologia de venda de soluções e refletidas nos *dashboards* da Qestra. Todos os customer insights levantados durante a condução das oportunidades são registrados pelo nosso time de vendas. Desta forma, os gestores de vendas poderão acompanhar o andamento das oportunidades e balancear os riscos para a manutenção de suas previsões de vendas.

Para mais informações sobre as nossas subsidiarias e suas atuações, vide seção 7.1 deste Formulário de Referência.

(c) Características no Mercado de Atuação

1) Setores de Atuação da Companhia

As operações das Empresas Participantes da Qestra são focadas nas verticais de *Software* e Serviços de TI, com produtos e serviços preferencialmente relacionados à automação de processos e tarefas, melhoria de produtividade, controle de processos e indicadores críticos para as empresas.

As verticais de atuação das Empresas Participantes são:

- *Software* de TI[1];
- Serviços de TI; e
- Transformação Digital: Infraestrutura Tecnológica, Soluções na Nuvem e Serviços Baseados em *Software*.

[1] TI é a sigla que indica Tecnologia da Informação, termo que define todos os recursos de tecnologia para o processamento de informações, incluindo *softwares*, *hardwares*, tecnologias de comunicação e serviços relacionados.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

2) Mercado Mundial de TI

A Associação Brasileira das Empresas de *Software* (ABES) divide o mercado mundial de TI em três subsegmentos: *Software*, Serviços e *Hardware*. De acordo com o gráfico abaixo, em 2020, o tamanho estimado do mercado mundial, excluindo exportações, foi de US$ 2,4 trilhões, apresentando um crescimento de 2,5% em relação ao ano de 2019. No tocante a participação de cada país no mercado de TI em 2020, os Estados Unidos (EUA) estão no primeiro lugar do *ranking* com um tamanho de mercado de US$ 914 bilhões, mais do que o triplo da China (US$ 266 bilhões), a segunda colocada. Em terceiro está o Japão, com US$ 145 bilhões, seguido pelo Reino Unido (US$ 117 bilhões) e Alemanha (US$ 108 bilhões). O Brasil se encontra na 9º posição, com um tamanho de mercado de aproximadamente US$ 50 bilhões.

Mercado Mundial de TI em 2020 (em US$ bn)[2][3]

Fonte: ABES, 2021

Analisando a participação dos subsegmentos no mercado de TI por país, nota-se *Hardware* é hegemônico em países emergentes, representando mais do que 50% do tamanho de mercado. O Brasil se enquadra nessa narrativa, com *Hardware* correspondendo a 54% do mercado brasileiro de TI, seguido por *Software* (26%) e Serviços (20%), mostrando potencial de maturação dessas duas verticais dentro do país. Já nos mercados desenvolvidos, como no caso dos EUA, Reino Unido e Alemanha, a participação por subsegmento é distribuída de uma forma mais homogênea.

Mercado Brasileiro de TI em 2020 (em US$ bn)[4]

Fonte: ABES, 2021

[2] O Mercado Mundial de TI engloba os mercados de *Software*, Serviços e *Hardware*.

[3] Considera apenas o mercado interno, excluindo exportações.

[4] Considera apenas o mercado interno, excluindo exportações.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

3) Mercado Brasileiro de TI

Segundo a ABES, a produção de TI no Brasil cresceu 22,9% em 2020, um crescimento representativo comparado ao mundial, de apenas 2,5%. Importante destacar que neste período, mesmo com o avanço da pandemia do COVID-19, que acarretou em um recuo do PIB nacional em 4,1% e resultados adversos da economia no mercado interno, o setor de TI brasileiro atingiu um total de US$ 50,7 bilhões em investimentos, representando cerca de 2,8% do PIB e fazendo com que o Brasil atingisse a 9º posição no *ranking* mundial de TI, conforme dados divulgados pela ABES.

Na distribuição regional do mercado doméstico brasileiro de TI em 2020, de acordo com a ABES, a região Sudeste é responsável por 62,9% de todo o mercado, enquanto de 2012 em diante, as regiões Sul e Norte foram as que mais expandiram, com crescimentos de 1,5 pontos percentuais e 1,2 pontos percentuais, respectivamente.

4) Mercado Brasileiro de *Software* e Serviços de TI

Com um investimento de US$ 23,8 bilhões em 2020, incluindo exportações, o mercado brasileiro de *Software* e Serviços de TI cresceu 11,5% em relação a 2019, conforme relatório da ABES de 2021. Considerando 24.136 empresas desses dois subsegmentos, 42,0% são prestadoras de serviços, 31,3% atuam na distribuição e comercialização, e 26,7% se dedicam ao desenvolvimento e produção. Mais especificamente e como forma de conceber a dimensão das companhias do setor, das 6.454 empresas voltadas ao desenvolvimento e produção, 48,2% são micro empresas (até 10 empregados) e 46,8% são pequenas empresas (entre 10-99 empregados). Apenas 44 empresas são consideradas "grandes", ou seja, com mais de 500 funcionários.

Quantidade de Empresas do Setor de *Software* e Serviços em 2020 por tipo de operação

Empresas	QTDE.	Participação (%)
Desenvolvimento e Produção	6,454	26.7%
Distribuição e Comercialização	7,539	31.3%
Prestação de Serviços	10,143	42.0%
Total	**24,136**	**100%**

Fonte: ABES, 2021

Quantidade de Empresas Dedicadas ao Desenvolvimento de Produção de *Software* em 2020

Empresas	QTDE.	Participação (%)
Micro Empresa (<10 empregados)	3,112	48.2%
Pequena Empresa (10-99 empregados)	3,017	46.8%
Média Empresa (100-500 empregados)	281	4.4%
Grande Empresa (>500 empregados)	44	0.7%
Total	**6,454**	**100%**

Fonte: ABES, 2021

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O Mercado Brasileiro de Investimentos em *Software* e Serviços em 2020

Origem	US$ mm	Participação (%)	2020/2019
Produção Local	2,699	20.4%	35.2%
Desenvol. no Exterior	10,290	77.8%	27.6%
Produção Local Exportação	232	1.8%	8.6%
Subtotal Software	**13,221**	**100.0%**	**28.7%**
Mercado de Serviços Local	8,577	81.0%	-8.8%
Produção Local Sob Encomenda	1,346	12.7%	34.1%
Desenvol. no Exterior	72	0.7%	5.8%
Serviços para Exportação	591	5.6%	-2.8%
Subtotal Serviços	**10,586**	**100.0%**	**-4.5%**
Total Software e Serviços	**23,807**	**-**	**11.5%**

Fonte: ABES, 2021

4.1) Mercado Brasileiro de *Software* de TI

Segundo relatório da ABES, o mercado brasileiro de *Software* de TI em 2020, incluindo exportações, investiu US$ 13,2 bilhões, um aumento de 28,7% em comparação a 2019. Desse total investido, 77,8% é atribuído a *softwares* desenvolvidos no exterior, enquanto o desenvolvimento local representa 20,4%.

Dentre os principais setores usuários de *Software*, o setor de Serviços & Telecom lidera com uma participação de 26,5%. Na sequência está o Mercado Financeiro, com participação de 24,1%, e a Indústria, com 18,4%. É de se ressaltar que os setores usuários que mais cresceram no último ano foram o do Comércio e Serviços & Telecom, com crescimento de 55,8% e 44,5%, respectivamente. No geral, considerando todos os setores, o crescimento também foi expressivo, de 29,6% em comparação a 2019, conforme dados da ABES.

Segmentação dos Principais Setores Usuários de *Software* em 2020 (%)

Fonte: ABES, 2021

Segundo a ABES, em relação à segmentação das principais soluções de *Software* em 2020 no Brasil, aplicativos se destacam, apresentando uma participação de 46,0%. Ambientes de desenvolvimento representam 30,9% e infraestrutura & segurança os 23,1% restantes. No entanto, desde 2019, infraestrutura & segurança apresentou o maior crescimento dentre os três, com um aumento de 39,8% de seu mercado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Considerando a segmentação do mercado de *Software* de TI por plataforma de utilização, 95,5% é proveniente de plataformas baixas, compostas por *desktops*, *laptops* e portáveis e que incluem sistemas operacionais como o Linux, Unix e Windows. Os 4,5% restantes são atribuíveis a plataformas altas, que englobam os *mainframes*, AS 390 e AS 340.

4.2) Mercado Brasileiro de Serviços de TI[5]

De acordo com a ABES, em 2020, o mercado de Serviços de TI no Brasil, incluindo exportações, investiu R$ 54,6 bilhões. Em 2019, o total era de R$ 43,7 bilhões, o que indica um aumento do valor em reais de 24,8%. Desse valor investido em 2020, o mercado de serviços locais, que atende o mercado doméstico, foi o que teve a maior representatividade, com 81,0%. Em termos percentuais, de 2019 para 2020, esse mercado cresceu 19,2% em reais. Os outros mercados pertencentes a Serviços de TI apresentaram crescimento percentual em reais ainda expressivos, com 75,3% para produção local sob encomenda; 38,3% para desenvolvimento no exterior; e 27,0% para serviços para exportação.

A respeito da segmentação das principais indústrias usuárias de serviços em 2020, *outsourcing* lidera o *ranking* com uma participação de 40,9%, seguido por serviços de suporte, com 15,6%, integração de sistemas, com 13,7%, e *software* sob encomenda, com 12,7%. Enquanto os três primeiros colocados do *ranking* apresentaram quedas em 2020 de 8,5%, 10,4% e 5,9%, respectivamente, o mercado de *software* sob encomenda, cujos serviços são desenvolvidos exclusivamente para as necessidades de cada empresa, apresentou uma dinâmica diferente, crescendo 34,2%.

Segmentação das Principais Indústrias Usuárias de Serviços em 2020 (%)

Fonte: ABES, 2021

[5] Crescimentos percentuais em reais consideram as taxas de câmbio médias para 2019 e 2020 de, respectivamente, R$3,9451/US$1,00 e R$ 5,1558/US$1,00, divulgadas pelo Banco Central do Brasil

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

5) Mercado Brasileiro de Transformação Digital ("TD")

Segundo pesquisa da Samba Digital[6], braço de Transformação Digital[7] da Sambatech[8], 45,7% das empresas brasileiras já estão implementando uma estratégia de TD, enquanto 30,5% ainda estão desenvolvendo uma estratégia.

Analisando por porte de empresa os dados da pesquisa da Samba Digital, entre as que possuem faturamento anual de até R$10 milhões, 44,0% estão implementando uma estratégia de TD. Já as que faturam mais de R$ 1 bilhão, 38,9% estão nesse mesmo degrau. É importante destacar que todas as companhias com faturamento acima de R$ 1 bilhão disseram ter planos para TD. Ademais, 62,5% das empresas entrevistadas pretendem utilizar 10% a 30% do faturamento de 2021 em Transformação Digital, enquanto 16,3% usarão entre 30% a 50%.

Por fim, entre as companhias que planejam implementar a transformação digital, cinco áreas se destacam para o investimento. O setor de análise de dados é a preferência de 62% das empresas, seguido por soluções para jornada do cliente, com 54%, computação em nuvem (46%), arquitetura de sistemas (40%) e inteligência artificial (38%) fecham o *ranking* das cinco principais áreas a serem digitalizadas.

Áreas de Preferência das Companhias que Pretendem Implementar a Transformação Digital (%)

Fonte: Samba Digital, 2021

[6] Pesquisa focada em mapear o mercado de Transformação Digital, com mais de 100 C-Levels entrevistados. A maioria estão à frente de empresas na área de tecnologia e inovação, sendo que 17% delas possuem faturamento acima de R$ 1 bilhão.

[7] Transformação Digital é uma estratégia que faz uso da tecnologia para maximizar, processos, performance e eficiência de um negócio.

[8] A Sambatech é uma plataforma de ensino a distância líder em gestão e distribuição de vídeos *online* na América Latina.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Empresa Participante, ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda., é beneficiária do benefício fiscal da SUDENE, o qual lhe garante redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração beneficiada. A duração do benefício de redução de 75% do IRPJ tem prazo máximo de 10 anos a contar do ano calendário de início de sua fruição (artigo 1º, § 3º da MP 2.199-14 e artigo 13, § 5º da Portaria nº 283/2013), portanto, de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2027, no caso de tal empresa, que já teve o benefício devidamente autorizado pela SUDENE e está de acordo com as exigências estabelecidas pela SUDENE, de acordo com a Declaração de Regularidade nº 87, emitida em 12 de fevereiro de 2020.

Não há na legislação qualquer disposição acerca da possibilidade de renovação de tal benefício ou de postergação desse prazo de vigência, embora seja ressalvada a possibilidade de submeter novo projeto de ampliação, modernização ou diversificação da planta beneficiada, o que demandaria ao menos a ampliação ou modernização de pelo menos 20% do empreendimento (inciso I do § 5º do artigo 1º da MP 2.199-14). Necessário ressaltar que essa última alternativa só será viável caso haja nova postergação no prazo para adesão aos benefícios da SUDENE, cuja vigência hoje alcança apenas pedidos protocolados até 31 de dezembro de 2023.

A Empresa Participante, A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. ("A5 Solutions"), usufrui do benefício fiscal da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), que objetiva estimular os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica ("PD&I"). Nesse sentido, oferece às pessoas jurídicas diversos benefícios fiscais, abarcando todos os setores da economia e as regiões do país, a fim de incentivar a realização de PD&I por parte do setor privado, inclusive a dedução na apuração de IRPJ e de CSLL de valores correspondentes aos dispêndios nas atividades com PD&I realizados no ano calendário, em percentuais determinados. O benefício fica condicionado à aprovação pelo governo federal do projeto de inovação, bem como dos gastos incorridos. Além disso, a sociedade deverá observar alguns procedimentos formais estabelecidos na regulamentação.

Nesse sentido, a A5 Solutions pleiteou, em anos anteriores, a dedução de até 60% da apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos dispêndios realizados nos anos de 2019 e 2020, totalizando um valor de R$ 2.564.634.24 para o ano de 2019 e de R$ 4.371.437,70 para o ano de 2020. Em relação à dedução aplicada por tal empresa em 2020, além da dedução de 60%, foi aplicado ainda o benefício de dedução adicional de 10% em razão do incremento do número de pesquisadores contratados com dedicação exclusiva no ano-base acima de 5%.

Válido destacar que o aproveitamento dos benefícios fiscais da Lei do Bem depende da aprovação do projeto pelo MCTI (através de comitês formados por profissionais de notório saber nas áreas das atividades econômicas beneficiadas pela Lei do Bem, com base em aspectos técnicos e fáticos e com a emissão de parecer técnico), após o envio de formulário pela empresa interessada com tais dados.

Caso as declarações submetidas sejam reprovadas pelo MCTI, após o esgotamento das instâncias administrativas de recurso em relação ao parecer emitido pelo MCTI, a referida empresa poderá sofrer impactos financeiros, que poderão ser desde o pagamento de eventuais valores já deduzidos acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, previstos na legislação tributária, até eventuais sanções penais cabíveis.

Ademais, as empresas A5 Solutions e as integrantes do Grupo SKA, em determinadas operações, usufruíam de benefícios fiscais de ICMS de isenção ou redução de base de cálculo, a depender da legislação vigente no estado em que realizadas essas operações. Caso a utilização desses benefícios fiscais seja questionada e/ou haja interpretação diversa pelas autoridades fiscais e/ou tribunais quanto à possibilidade de sua aplicação às operações das Empresas, não podemos descartar o risco de questionamento, com possibilidade de cobrança de tributos, acrescidos de juros e multa, sem prejuizo da imposição de eventuais penalidades por descumprimento de obrigações acessórias.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Dependência de tecnologia

Os negócios de algumas das Empresas Participantes são dependentes de tecnologia. A realização das vendas de alguns dos produtos e de alguns serviços aos seus clientes dependem da disponibilidade e da boa qualidade de funcionamento (baixa latência) de seus sistemas de tecnologia da informação e computação.

As operações de algumas as Empresas Participantes são realizadas por meio da plataforma de serviços digitais, incluindo *marketplace*; serviços de monitoramento de (i) logística, (ii) aparelhos tecnológicos móveis e (iii) funcionamento e disponibilidade de equipamentos financeiros; (*cybersegurança* da informação e de transações financeiras, entre outros. Diante disso, o crescimento das Empresas Participantes e da Companhia está ligado à capacidade das respectivas Empresas Participantes expandirem as suas plataformas digitais e explorarem novas oportunidades de negócios com sucesso.

Ainda, as operações das Empresas Participantes dependem também de sistemas de tecnologias que são licenciados de terceiros, os quais fornecem tecnologia de banco de dados, sistema operacional e componentes de *hardware* específicos para nossos serviços. Para mais informações, vide item "*4.1 Fatores de Risco*" deste Formulário de Referência.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

d) Eventual sazonalidade

Não possuímos sazonalidade relevante, tendo em vista que as Empresas Participantes oferecem soluções digitais aos seus clientes em todas as épocas do ano.

e) Principais insumos e matérias primas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, por meio das Empresas Participantes, não possuem processo de produção e, portanto, não possui insumos e matérias primas.

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades da Companhia, por meio das Empresas Participantes, não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia, por meio das Empresas Participantes, não possui dependência de poucos fornecedores.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável, pois os produtos e serviços adquiridos não tem natureza volátil.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia e as Empresas Participantes não dependem de autorizações governamentais para exercer suas atividades. Ainda assim, as atividades que desempenham podem estar relacionadas ao tratamento de dados pessoais, sendo, nesses casos, a Companhia e as Empresas Participantes poderão estar sujeitas a fiscalizações e regulações posteriores de agências reguladoras, incluindo a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD").

Regulação das Atividades de Tratamento de Dados Pessoais

Os direitos à intimidade e à vida privada são assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo Poder Judiciário.

O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 e suas sanções administrativas em 1° de agosto de 2021. Recentemente, em fevereiro de 2022, a proteção de dados pessoais foi incluída entre os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal Brasileira, por meio da promulgação da Emenda Constitucional n° 115/2022 ("EC 115"). A EC 115 também estabelece a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, evitando que estados e municípios editem textos normativos sobre o tema.

Conforme anteriormente mencionado, a LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia e incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo fornecer aos indivíduos maior controle sobre os seus dados e atribuir maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou a tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD é aplicada, independentemente da indústria ou negócio, ao lidar com dados pessoais.

A título exemplificativo, a LGPD prevê, dentre outras providências, o dever de transparência por parte do controlador dos dados, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigação de designar um encarregado pelo tratamento de dados, regras relacionadas a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, requisitos e obrigações relacionadas à transferência e compartilhamento de dados, com regime especial relacionado à transferência internacional de dados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Por sua vez, o Decreto 10.474/2020 começou a estruturar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, cujos poderes e responsabilidades incluem (i) atividades de fiscalização, com o objetivo de monitorar, orientar e prevenir infrações à LGPD; (ii) atividades sancionadoras, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo sancionador; e (iii) atividades de conscientização em proteção de dados pessoais, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões que facilitem a educação dos agentes de tratamento, dos titulares de dados e dos demais integrantes ou interessados na proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

Assim, cabe à Companhia e às Empresas Participantes implementar, adaptar ou atualizar, quando necessário, determinados procedimentos, práticas e processos internos, de forma a atender aos limites e obrigações estabelecidos em referida lei.

A Companhia não possui políticas, documentos ou práticas governamentais em vigor que dizem respeito ao tratamento de dados pessoais no âmbito de suas atividades. A Companhia tem como objetivo elaborar e implementar tais políticas, documentos e práticas em até 12 (doze) meses após a realização da oferta pública. Ainda, no mesmo prazo, a Companhia pretende gerenciar, na medida do possível, a realização de adaptações necessárias para a implementação destas políticas, documentos e práticas no que se refere às operações das Empresas Participantes, visto que grande quantidade das Empresas Participantes já possui iniciativas de governança, políticas e documentos próprios relacionados à adequação à LGPD.

Código de Defesa do Consumidor

Ainda, a Companhia e as Empresas Participantes estão sujeitas à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), que estabelece os princípios e requisitos legais aplicáveis às relações de consumo no Brasil. Assim, as obrigações e a relação de responsabilidade estabelecida entre a Companhia e seus consumidores é regulada por meio do Código de Defesa do Consumidor. Trata-se do marco regulatório de proteção aos consumidores, determinando seus direitos, dentre os quais está o direito à informação clara e precisa sobre os produtos e serviços a ele oferecidos no mercado, com especificações corretas referentes às suas características, estrutura, qualidade, preço e riscos que podem oferecer.

(b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia não possui política ambiental formalizada, até o momento, vez que as atividades da Companhia podem ser consideradas de baixo impacto ambiental. Até a data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a um padrão internacional de proteção ambiental, por conta do tipo de atividade desenvolvida e também não incorreu, até o momento, em custos para cumprimento da regulação ambiental.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

No Brasil, as Empresas Participantes são titulares de marcas, nomes de domínio e outros ativos de PI relevantes atrelados às suas atividades. As Empresas Participantes são titulares de 73 (setenta e três) marcas registradas e de 14 (quatorze) pedidos de registro de marca junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades, nas formas nominativas e mista, sendo algumas das mais relevantes: "Vexsys", "Blive", "DOC Security", "FIRST TECH", "EASY'O", "HoP", "KLASSMATT", "ITSOURCE", "HEY!HO!", "SPOTFINDER", "ÓGEA" e "THINC".

Domínios

As Empresas Participantes são titulares de aproximadamente 86 (oitenta e seis) nomes de domínios de internet devidamente registrados junto ao Registro.br e 31 (trinta e um) domínios registrados junto a entidades internacionais utilizados como canais de informação ao público, sendo alguns dos mais relevantes: "adn.com.br", "adn.net.br", "first-tech.com", "vocepertodetudo.com.br" e "spotfinder.com.br".

Patentes

Na data deste Formulário de Referência, o Grupo SKA, em conjunto com o HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A, também é titular de 1 (um) pedido de patente junto ao INPI, qual seja, o pedido BR 10 2020 024049 8 A2, intitulado "SISTEMA DE INSTALAÇÃO E AEROCÂMARA PARA AEROSSÓIS COM PORTA PARA SISTEMA FECHADO DE ASPIRAÇÃO PARA PACIENTES SUBMETIDOS À VENTILAÇÃO ARTIFICIAL".

No Brasil, a invenção de uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, faz jus a uma patente. Patente é um título de propriedade que concede ao seu titular o direito de propriedade, contra terceiros, sobre uma invenção ou modelo de utilidade, por um período de 20 (vinte) ou 15 (quinze anos), contados da data do depósito, não prorrogável.

Relevante destacar que, para serem concedidas, as patentes de invenção deverão atender aos requisitos de novidade atividade inventiva e aplicação industrial, enquanto os modelos de utilidade, por se tratar de objetos de uso prático ou partes deste que apresentem nova forma ou disposição, estes deverão atender aos requisitos de aplicação industrial e novidade.

Software

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. Um software pode ser definido, ainda, como "expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados", nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.609/98 ("Lei de Software").

No Brasil, os softwares são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 ("Lei de Direitos Autorais") em conjunto com a Lei de Software, de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

No entanto, o registro de software concedido pelo INPI é a forma mais segura de garantir a propriedade de software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

As Empresas Participantes utilizam softwares de titularidade de terceiros para exercer suas atividades, destacando-se Workfinity, usado pela TEFTI.

Além disso, na data deste Formulário de Referência, as Empresas Participantes possuem o registro de aproximadamente 14 (quatorze) softwares próprios junto ao INPI, além de serem titulares de softwares próprios não registrados, dentre os quais se destacam Vexys e Updocs, desenvolvidos pela BLive.

Para maiores informações sobre marcas, nomes de domínio e demais ativos de propriedade intelectual de titularidade das Empresas Participantes, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que as atividades da Companhia não provocam impactos negativos significativos ao meio ambiente, motivo pelo qual a Companhia não adota uma política formal de responsabilidade socioambiental, bem como não publica relatório de sustentabilidade.

(a) Se a Companhia divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado

A Companhia ainda não possui uma política de responsabilidade socioambiental formalizada e não adota metodologia para reporte de informações socioambientais, mas está trabalhando para se adequar às diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), Relato Integrado, Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(e) Indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(f) Indicar, caso aplicável, o motivo para não atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nas informações socioambientais divulgadas

A Companhia entende que a legislação atual não exige a divulgação de informações socioambientais que levem em conta os ODS correlacionados com suas atividades. Entretanto, a Companhia compreende a relevância do tema e está trabalhando na sua matriz de materialidade, para levantar seus temas críticos, e posteriormente, divulgar suas informações socioambientais, evidenciando a relação dos seus temas materiais com os ODS.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Para fins de esclarecimento, as informações prestadas ao longo da seção 7 deste Formulário de Referência, decorrem das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

As informações financeiras apresentadas no item 7.2 deste Formulário de Referência refletem informações da Companhia com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos três últimos exercícios sociais. A seguir apresentamos informações complementares com base nas Informações Financeiras *Pro Forma* refletindo a Consolidação, conforme definida no item 3.2 deste Formulário de Referência, com o objetivo de proporcionar informações que possam ser úteis e mais representativas dos negócios e da situação financeira da Companhia e das Empresas Participantes.

As Informações Financeiras *Pro Forma* apresentam limitações que prejudicam a sua utilização uma vez que são derivadas de informações elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da Companhia ter realizado as combinações de negócios em 1º de janeiro de 2021 e, desta forma, não devem ser utilizadas como indicativo das futuras informações contábeis efetivas da Companhia e não pretendem representar o que os resultados reais consolidados das operações da Companhia teriam sido se as respectivas aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2021 e, consequentemente, não são necessariamente indicativos dos resultados das operações consolidadas em períodos futuros.

- **Informações financeiras adicionais ao item 7.2 (b) com base nas Informações Financeiras *Pro Forma* refletindo a Consolidação**

	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2021	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total
Receita líquida *pro forma*	693.784	100%

- **Informações financeiras adicionais ao item 7.2 (c) com base nas Informações Financeiras Consolidadas Condensadas *Pro Forma* refletindo a Consolidação**

	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2021	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total
Lucro (prejuízo) líquido do exercício *pro forma*	135.572	100%

8.1 - Negócios Extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário nos três últimos exercícios sociais.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais, exceto pelas alterações descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência, relativas à consolidação de empresas do setor de tecnologia sob o controle da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou pelas Empresas Participantes que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía ativos imobilizados relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	gestaoderisco.com.br	30/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	icustomer.com.br	12/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	icustumer.com.br	05/04/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoft.com.br	13/05/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftacademy.com.br	17/06/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftcommunity.com.br	22/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 817818936, para a marca "PLUSOFT", marca mista, na Classe Nacional 40: 34.	23/07/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 823535746, para a marca "PLUSOFT CONSULTING SOLUTIONS", marca mista, na Classe NCL 42.	15/05/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 909925119, para a marca "omni Plusoft", marca mista, na Classe NCL 41.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 909925127, para a marca “Plusoft omni”, marca mista, na Classe NCL 41.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 909925143, para a marca “omni Plusoft”, marca mista, na Classe NCL 42.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 909925275, para a marca “Plusoft omni”, marca mista, na Classe NCL 42.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 909925305, para a marca “omni Plusoft”, marca mista, na Classe NCL 45.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 909925356, para a marca “Plusoft omni”, marca mista, na Classe NCL 45.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910011222, para a marca “PLUSOFT”, marca mista, na Classe NCL 09.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 910011508, para a marca "PLUSOFT", marca mista, na Classe NCL 35.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910011710, para a marca "PLUSOFT", marca mista, na Classe NCL 37.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910011826, para a marca "PLUSOFT", marca mista, na Classe NCL 41.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 910011885, para a marca “Plusoft”, marca mista, na Classe NCL 38.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910011923, para a marca “Plusoft”, marca mista, na Classe NCL 45.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910011982, para a marca “PLUSOFT”, marca mista, na Classe NCL 42.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 910012717, para a marca “VIRTUAL INTERACTIONS Plusoft”, marca mista, (10) 09.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro nº 910012920, para a marca “VIRTUAL INTERACTIONS Plusoft”, marca mista, na Classe NCL (10)	31/08/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 910013128, para a marca “VIRTUAL INTERACTIONS Plusoft”, marca mista, (10) 38.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 910013217, para a marca "VIRTUAL INTERACTIONS Plusoft", marca mista, (10) 41.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro nº 910020116, para a marca "VIRTUAL INTERACTIONS PLUSOFT", marca mista, na Classe NCL (10)	19/12/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910020167, para a marca "VIRTUAL INTERACTIONS PLUSOFT", marca mista, na Classe NCL (10)	19/12/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 910685975, para a marca “PLUSOFT OMNI STORE”, marca mista, (10) 41.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 910686157, para a marca “OMNI PLUSOFT STORE”, marca mista, na (10) 41.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro nº 910686432, para a marca “OMNI PLUSOFT STORE”, marca mista, na Classe NCL (10) 45.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 910686483, para a marca "PLUSOFT OMNI STORE", marca mista, na Classe NCL (10) 45.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910686610, para a marca "OMNI STORE", marca mista, na Classe NCL (10) 45.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910697400, para a marca "Omni Plusoft Store", marca mista, na Classe NCL (10) 42.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 910697590, para a marca "omni Store", marca mista, na Classe NCL (10) 42.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910697825, para a marca "Plusoft Omni Store", marca mista, na Classe NCL (10) 42.	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 922992290, para a marca "people cast", marca mista, na Classe NCL (11) 38.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 922992444, para a marca “people cast”, marca mista, na Classe NCL (11) 41.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 924514906, para a marca “bHRain”, marca nominativa, na Classe NCL (11) 09.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 924515023, para a marca “bHRain”, marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 816414513, para a marca “SKA”, marca mista, na Classe 40 : 34.	09/11/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 825313864, para a marca “SKA”, marca nominativa, na Classe NCL (8) 42.	31/03/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917976509, para a marca “NUMERICON”, marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	28/04/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 917976657, para a marca “SKA”, marca mista, na Classe NCL (11) 35.	28/04/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917976720, para a marca “SYNECO”, marca mista, na Classe NCL (11) 35	28/04/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917976827, para a marca “SKA”, marca mista, na Classe NCL (11) 42.	28/04/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 922188920, para a marca "ÓGEA", marca mista, na Classe NCL (11) 39.	01/02/2032	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910024162, para a marca "SpotFinder", marca mista, na Classe NCL (10) 42.	28/11/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913208418, para a marca "Hey! Ho!", marca nominativa, na Classe NCL (11) 09.	11/12/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 913208493, para a marca "Hey! Ho!", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.	11/12/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913208566, para a marca "Hey!Ho! by Processor", marca mista, na Classe NCL (11) 09.	11/12/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913208612, para a marca "Hey!Ho! by Processor", marca mista, na Classe NCL (11) 42.	11/12/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 922056269, para a marca “LIVE WATCH”, marca mista, na Classe NCL (11) 42.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	
Marcas	Registro nº 906246598, para a marca “a5 SOLUTIONS”, marca mista, na Classe NCL (10) 37.	02/02/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 906246717, para a marca “a5 SOLUTIONS”, marca mista, na Classe NCL (10) 38.	02/02/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 906246806, para a marca “a5 SOLUTIONS”, marca mista, na Classe NCL (10) 42.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro nº 830027092, para a marca “IKHON TECNOLOGIA”, marca mista, na Classe NCL (9) 42.	01/02/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 905510470, para a marca “IKHON TECNOLOGIA”, marca mista, na Classe NCL (10) 41.	15/09/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 902439219, para a marca "KLASSMATT", marca nominativa, na Classe NCL (9) 09.	18/12/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 829780696, para a marca "PLURIS MIDIA", marca mista, na Classe NCL (9) 37.	13/09/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 829780700, para a marca "PLURIS MIDIA", marca mista, na Classe NCL (9) 35.	13/09/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 829780688, para a marca "PLURIS MIDIA", marca mista, na Classe NCL (9) 41.	04/10/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 829780670, para a marca "PLURIS MIDIA", marca mista, na Classe NCL (9) 42.	06/09/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 910012024, para a marca "PLURIS MIDIA", marca mista, na Classe NCL (10) 09.	24/07/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 910012520, para a marca "PLURIS MIDIA", marca mista, na Classe NCL (10) 45.	24/07/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914207636, para a marca "THINC", marca nominativa, na Classe NCL (11) 45.	16/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914331760, para a marca "THINC.", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	30/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914331914, para a marca "THINC.", marca mista, na Classe NCL (11) 42.	30/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914331965, para a marca "THINC.", marca mista, na Classe NCL (11) 45.	30/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 921498128, para a marca "DOC Security", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 921498632, para a marca “DOC Security”, marca mista, na Classe NCL (11) 37.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 921499450, para a marca “DOC Security”, marca mista, na Classe NCL (11) 42.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro nº 822720604, para a marca “NEXO SAÚDE OCUPACIONAL”, marca mista, na Classe NCL (7) 42.	03/10/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 825013895, para a marca "NEXO P3", marca Nominativa, na Classe NCL (8) 42.	06/05/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 825590779, para a marca "NEXOWEB", marca Nominativa, na Classe NCL (8) 42.	22/05/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901423483, para a marca "NEXO ERGO", marca mista, na Classe NCL (9) 42.	17/04/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 902679201, para a marca "NEXOFAP", marca mista, na Classe NCL (9) 42.	19/03/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 902811657, para a marca "NEXO CONECTA", marca mista, na Classe NCL (9) 42.	21/05/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 902915894, para a marca "NEXO INDICADORES", marca mista, na Classe NCL (9) 42.	05/03/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 903431890, para a marca "NEXO AMBIENTAL", marca mista, na Classe NCL (9) 42.	08/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 903431904, para a marca "NEXO GESTÃO INTEGRADA", marca mista, na Classe NCL (9) 42.	09/09/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 903431939, para a marca "NEXO ÁUDIO-PCA", marca mista, na Classe NCL (9) 42.	08/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 907611427, para a marca "NEXO eSOCIAL", marca mista, na Classe NCL (10) 42.	22/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 911630236, para a marca "NEXO EPI", marca mista, na Classe NCL (10) 42.	03/07/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913165638, para a marca "NEXO EHS", marca Mista, na Classe NCL (11) 42.	02/01/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 913207195, para a marca "NEXO PORTAL", marca Mista, na Classe NCL (11) 42.	02/01/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 915051117, para a marca "P3 NEXO P3", marca mista, na Classe NCL (11) 42.	18/06/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 915051176, para a marca "NEXO WEB", marca Mista, na Classe NCL (11) 42.	11/06/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 917374550, para a marca "NEXO PREVENÇÃO DE RISCOS", marca Mista, na Classe NCL (11) 42.	11/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917742559, para a marca "NEXO CS EHS SOFTWARE", marca Mista, na Classe NCL (11) 42.	27/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 918435773, para a marca "W3K Tecnologia", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.	23/06/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 918438250, para a marca "Greendocs", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.	21/07/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917063589, para a marca "BTB Soluções", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.	05/11/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917065131, para a marca "BTB Telecom", marca nominativa, na Classe NCL (11) 42.	05/11/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 819609234 para a marca “FIRST TECH”, marca mista, na Classe Nacional 37:44	19/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 819609242 para a marca “FIRST TECH”, marca mista, na Classe NCL (8) 35	01/11/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 819609102 para a marca “FIRST TECH”, marca mista, na Classe NCL (8) 09	25/10/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 822450143 para a marca “NO STRESS TEAM”, marca mista, na classe NCL (7) 09	10/03/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 908161751 para a marca “EASYO”, marca mista, na classe NCL (10) 09	11/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 912439386 para a marca “EASYO”, marca mista, na classe NCL (11) 42	04/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 920087442 para a marca “FIRST TECH”, marca nominativa, na classe NCL (11) 09	04/05/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 920087574 para a marca “FIRST TECH”, marca nominativa, na classe NCL (11) 42	04/05/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido n° 924435070 para a marca “HoP”, marca mista, na classe NCL (11) 42	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido n° 924435283 para a marca “HoP”, marca mista, na classe NCL (11) 36	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro n° 905712510 para a marca “BLIVE”, marca mista, na classe NCL (10) 42	22/12/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 909646333 para a marca “VEXSYS”, marca mista, na classe NCL (10) 42	28/11/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido nº 922572992, para a marca “BLIVE”, marca mista, na Classe NCL (11) 42.	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Patentes	Pedido nº BR 10 2020 024049 8 A2, “SISTEMA DE INSTALAÇÃO E AEROCÂMARA PARA AEROSSÓIS (...)".	N.A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Licenças	Programa de Computador BR 51 2016 001068 1, “SIP”, campo de aplicação: AD-01 / AD-02 / AD-05 / AD-05	50 anos a partir de 01/01/1994	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Licenças	Programa de Computador BR 51 2016 001070 3, “PSM”, campo de aplicação: AD-01 / AD-05 / AD-11.	50 anos a partir de 01/01/2011	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Licenças	Programa de Computador BR 51 2016 001069 0, “MAX ONLINE”, campo de aplicação: AD-05 / AD-11.	50 anos a partir de 01/01/2001	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Programa de Computador BR 51 2016 000702 8, “PPM”, campo de aplicação: AD-01 / AD-03 / AD-04 / AD-05	50 anos a partir de 01/01/2013	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Licenças	Programa de Computador BR 51 2016 000703 6, “MERITO”, campo de aplicação: AD-05 / AD-11.	50 anos a partir de 01/01/2011	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Licenças	Programa de Computador BR 51 2016 001205 6, “KLASSMATT”, campo de aplicação: AD-02 / AD-08 / IF-08.	50 anos a partir de 01/01/2005	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Licenças	Programa de Computador 12907-3, “KLASSMATT”, campo de aplicação: AD-02 / AD-08 / IF-08.	50 anos a partir de 01/01/2005	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Licenças	Programa de Computador 05126-5, “TOOLS IN-CONTROL”, campo de aplicação: AD-08 / AD-09.	50 anos a partir de 01/01/2004	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Programa de Computador 12551-4, “GREENDOCS”: CC-01 / CC-02 / CC-03 / CC-04 / CO-04.	50 anos a partir de 01/01/2012	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Licenças	Programa de Computador BR 51 2014 000642 5, “BTBM - SISTEMA DE GESTÃO DE TELEFONIA”, AD-05 / IF-07	50 anos a partir de 01/01/2014	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Licenças	Programa de Computador 07869-5, “PLUSOFT CRM”, campo de aplicação AD -01 / AD-10.	50 anos a partir de 01/01/2001	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Licenças	Programa de Computador 01732-4, “NEXO SAÚDE”, campo de aplicação: SD-02 / SD-07.	50 anos a partir de 01/01/1998	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Licenças	Programa de Computador 01677-1, “NETSELLER”, campo de aplicação: AD-10.	50 anos a partir de 01/01/1998	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Programa de Computador 01656-0, "NEXO EMPRESARIAL" campo de aplicação: AD-08 / AD-10 / FN-05.	50 anos a partir de 01/01/1997	Programas de computador possuem natureza de direito autoral, estando, portanto, protegidos desde sua criação independentemente de registro no INPI. O registro no INPI é meramente declaratório do direito já existente. Neste caso o registro já foi concedido, tendo se exaurido a via administrativa. Assim, não há risco de perda do direito que seja de conhecimento da Companhia.	Não há como quantificar o impacto de eventual perda do direito. De toda sorte, caso a empresa deixe de ser titular do software, estará impedida de seguir com sua utilização ou exploração sem autorização do efetivo titular.
Nome de domínio na internet	capoeiradobrasil.com.br	14/08/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	conarcobaleno.com.br	09/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	crmaovivo.com.br	18/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	crmlivre.com.br	17/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	crmsaas.com.br	17/12/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	plusoftedtech.com.br	14/06/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftexperience.com.br	16/06/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusofthub.com.br	30/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftomni.com.br	07/07/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftomnistore.com.br	19/08/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftsaas.com.br	02/03/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	especialistaemcrm.com.br	21/11/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	Registro nº 911630163, para a marca "NEXO MOBILE", marca Mista, na Classe NCL (10) 42.	03/07/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 911630236, para a marca "NEXO EPI", marca mista, na Classe NCL (10) 42.	03/07/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	plusoftservices.com.br	01/04/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	plusoftsocial.com.br	12/08/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	sowconnect.com.br	31/03/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	altium.com.br	11/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	capx.com.br	26/09/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	centromanufaturadigital .com.br	08/11/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	edgecam.com.br	05/06/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	edms.com.br	04/02/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	greendocs.com.br	24/12/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	gruposka.com.br	13/07/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	istsistemas.com.br	24/09/2026	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	manufaturaaditiva.com.br	08/11/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ncsystems.com.br	14/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	partecinf.com.br	20/10/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ska.com.br	15/05/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	skaforum.com.br	06/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	syneco.com.br	05/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	w3k.com.br	22/06/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	w3k.inf.br	13/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	w3ktech.com.br	13/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	w3ktecnologia.com.br	02/02/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	workncbr.com.br	16/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	tefti.com.br	28/12/2031	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	amazoniamind.com.br	16/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	caracarai.com.br	04/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	dsec.com.br	12/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	harmonicfitness.com.br	05/12/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ikhon.com.br	19/11/2030	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	roraimense.com.br	13/01/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	smnatureza.com.br	27/07/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	automacaodeprocessos.com	28/09/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	AVI.PLUS	15/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ebookomnichannel.com	29/08/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ecommerceoracle.com	08/05/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	icustomer.net	15/01/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	OFT.PLUS	15/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	omni.plus	04/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	plurismidia.com	09/08/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoft.com	22/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoft.link	01/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoft.net	01/04/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoft30anos.com	15/03/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftacademy.com	17/06/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	plusoftedtech.com	14/06/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftexperience.com	16/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftmkt.com	20/12/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftomni.com	07/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftomni.net	07/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	PLUSOFTOMNI.PLUS	15/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	PLUSOFTOMNISTORE.COM	21/08/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	PLUSOFTOMNISTORE.NET	21/08/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	plusoftsocial.com	12/08/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	sowconnect.com	30/02/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	whatsappbusiness.solutions	19/01/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	lantekbr.com	02/02/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	livebooklive.com	29/01/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Adntech.com.br	24/12/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Cloudhsm.com.br	11/07/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Cloudhsm.net.br	11/07/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Cloudhsmpro.com.br	12/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Easyo.net.br	27/10/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	First-tech.com.br	02/02/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Hop.seg.br	03/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Hop.tec.br	03/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Hopapi.com.br	03/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Hopgo.com.br	03/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Hophsm.com.br	03/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Hopkms.com.br	03/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Hoppay.com.br	03/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Hoptoken.com.br	03/01/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Hsmcloud.com.br	11/07/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Hsmcloud.net.br	11/07/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Hsmcloudpro.com.br	12/07/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	First-tech.com	27/11/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	First-tech.net	29/04/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Klassforr.com.br	23/12/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Integraestoque.com.br	16/02/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Klasscodd.com.br	02/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Klassbuy.com.br	12/03/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Klassmatt.com	08/04/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Klassforr.com	23/12/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Integraconsultoria.net	17/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	443businesscenter.com.br	23/12/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Ofertachevroletsf.com.br	25/08/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Plurismidia-ag.com.br	27/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Plurismidia-op.com.br	27/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Plurismidia.com.br	21/12/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Protecaomecanicachevrolet.com.br	12/05/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.	08.571.310/0001-78	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	9.543.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.	26.728.866/0001-07	-	Coligada	Brasil	BA	Salvador	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	4.201.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
BTB Group Inc.	44.293.824/0001-72	-	Coligada	Panamá			Holdings de instituições não-financeiras	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	44.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada não operacional da Companhia, a qual detém participações societárias em empresas no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
Dinamo Networks – Serv, Desenv, e Part em Consur ou Empresas Ltda.	17.423.726/0001-30	-	Coligada	Brasil	DF	Brasília	Consultoria em tecnologia da informação	80,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	633.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
Doc Security Serviços de Informática Ltda.	21.137.729/0001-84	-	Coligada	Brasil	DF	Brasília	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	60,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	4.200.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
First Tech Tecnologia Ltda.	00.595.154/0001-73	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de equipamentos de informática	75,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	637.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A.	35.378.420/0001-90	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	2.640.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.	05.355.405/0001-66	-	Coligada	Brasil	DF	Brasília	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	60,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	1.200.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
Integra Consultoria S.A.	03.467.109/0001-21	-	Coligada	Brasil	RS	Porto Alegre	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	12.429.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.	16.575.880/0001-64	-	Coligada	Brasil	RS	Porto Alegre	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	5.670.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
Nexo CS Informática S.A.	01.023.164/0001-05	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	80,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	800.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
Pluris Mídia Ltda.	05.061.316/0001-07	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Atividades de teleatendimento	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	200.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
Plusoft Informática S.A.	58.954.868/0001-00	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	16.765.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
SKA Automação de Engenharias Ltda.	81.329.823/0001-67	-	Coligada	Brasil	RS	São Leopoldo	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	2.144.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.	07.194.776/0001-39	-	Coligada	Brasil	RS	São Leopoldo	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	80.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
SSX Tecnologia da Informação S.A.	11.891.733/0001-80	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	3.246.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
TEFTI Armazém Logística Ltda.	31.287.199/0001-04	-	Coligada	Brasil	SP	Santana de Parnaíba	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	80,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	8.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
TPV Inova Soluções em Informática S.A.	05.221.594/0001-84	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	78,700000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	8.688.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								
W3K Tecnologia Ltda.	13.132.551/0001-50	-	Coligada	Brasil	RS	São Leopoldo	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	70,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	380.000,00		
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada operacional da Companhia no setor de softwares e serviços de tecnologia da informação.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia, sociedade *holding* pura, destinada à consolidação de empresas participantes do mercado brasileiro de *softwares* e de serviços de tecnologia da informação ("Mercado Alvo"), realizou em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, consolidações de determinadas empresas do Mercado Alvo, em diferentes percentuais, conforme apresentados no item 15.4 deste Formulário de Referência quais sejam: (i) First Tech Tecnologia Ltda.; (ii) Pluris Mídia Ltda.; (iii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda. (em conjunto, "Grupo SKA"); (iv) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (v) Plusoft Informática S.A.; (vi) Nexo CS Informática S.A.; (vii) Integra Consultoria S.A.; (viii) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (ix) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (x) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (xi) Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.; (xii) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda.; (xiii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.; (xiv) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (xv) TEFTI Armazém Logística Ltda.; (xvi) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A.; e (xvii) BTB Inc. ("Empresas Participantes"), em um processo liderado pela Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Gulf"). Em referido processo, conhecido como *roll-up,* os acionistas das Empresas Participantes, tornaram-se acionistas da Companhia ao integralizar, com parcelas de suas respectivas participações societárias nas Empresas Participantes, os aumentos de capital social da Companhia nas respectivas datas ("Consolidação"). Para maiores informações sobre sobre a participação acionária da Companhia após a Consolidação em cada uma das Empresas Participantes, vide seção 15.4 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Consolidação realizada pela Companhia, e por conseguinte, a aquisição do controle societário das Empresas Participantes pela Companhia, é condicionada à realização de um Evento de Liquidez, conforme detalhado no item 15.6 deste Formulário de Referência. Ou seja, antes da ocorrência de um Evento de Liquidez a Companhia não consolida os resultados das Empresas Participantes, por isso suas demonstrações financeiras individuais consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não apresentam os resultados das referidas empresas.

Nesse sentido, com o propósito de serem apresentadas informações complementares às da Companhia em seu processo de oferta pública inicial de ações em curso, foram elaboradas informações financeiras consolidadas *pro forma* refletindo, no contexto da Consolidação, as aquisições de diferentes percentuais, conforme apresentados no item 15.4 deste Formulário de Referência, de participações societárias nas seguintes sociedades: (i) First Tech Tecnologia Ltda.; (ii) Pluris Mídia Ltda.; (iii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda. (em conjunto, "Grupo SKA"); (iv) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (v) Plusoft Informática S.A.; (vi) Nexo CS Informática S.A.; (vii) Integra Consultoria S.A.; (viii) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (ix) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (x) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (xi) Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.; (xii) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda.; (xiii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.; (xiv) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (xv) TEFTI Armazém Logística Ltda.; e (xvi) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A., sendo que a BTB Inc., sociedade que também faz parte da Consolidação, não foi incluída nas informações financeiras consolidadas *pro forma*, tendo em vista que, a empresa é a de menor representatividade, em termos de participação acionária da Qestra no âmbito da Consolidação, sua receita bruta representou em 2021 menos que 3% (três por cento) do total da receita bruta *Pro Forma* da Companhia, e ainda, até a presente data, não havia concluído a emissão do seu relatório de auditoria para que fosse considerado para os fins da preparação das informações financeiras consolidadas *pro forma* ("Empresas Participantes do *Pro Forma*" e "Informações Financeiras *Pro Forma*", respectivamente), as quais encontram-se descritas no item 10.9 deste Formulário de Referência.

As Informações Financeiras *Pro Forma* apresentam limitações que prejudicam a sua utilização uma vez que são derivados de informações elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da Companhia ter realizado as combinações de negócios em 1º de janeiro de 2021 e, desta forma, não devem ser utilizadas como indicativo das futuras informações contábeis efetivas da Companhia e não pretendem representar o que os resultados reais consolidados das operações da Companhia teriam sido se as respectivas aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2021 e, consequentemente, não são necessariamente indicativos dos resultados das operações consolidadas em períodos futuros.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Dessa forma, as informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.8, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a sua visão e percepção sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras com os respectivos exercícios sociais, e os principais fatores que explicam tais alterações entre os exercícios sociais.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total e ou passivo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Para mais informações sobre as informações financeiras *pro forma*, vide item 3.9, 4.1 e 10.9, sobre a Consolidação, vide itens 15.6 e 15.7 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia serão suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo no futuro. A geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, será suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

(b) Estrutura de capital

A Companhia, até a Consolidação em 31 de dezembro de 2021, possuía exclusivamente as ações que compõem o seu capital social, conforme demonstrado abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	N/A	N/A	N/A
Capital próprio (patrimônio líquido)	118	101	101
Capital total (terceiros + próprio)	**118**	**101**	**101**
Parcela de capital de terceiros	0%	0%	0%
Parcela de capital próprio	100%	100%	100%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não desempenhou nos três últimos exercícios sociais qualquer atividade, não tendo sido necessário financiar investimentos e capital de giro.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não desempenhou nos três últimos exercícios sociais e até 31 de dezembro de 2021 qualquer atividade, não tendo sido necessário financiar investimentos e capital de giro.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos futuros dos quais a Companhia pode dispor, em especial decorrentes da sua oferta pública de ações em curso. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo. Para informações sobre os contratos de empréstimo das Empresas Participantes, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo. Para informações sobre outras relações de longo prazo com as instituições financeiras relacionadas as Empresas Participantes, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo. Para informações sobre o grau de subordinação entre as dívidas das Empresas Participantes, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo. Para informações sobre eventuais restrições impostas as dívidas das Empresas Participantes, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo. Para informações sobre eventuais restrições impostas as dívidas das Empresas Participantes, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Considerando que a Companhia não possuía atividades operacionais próprias até 31 de dezembro de 2021, não houve resultado nos três últimos exercícios sociais, tampouco variação no resultado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R$ milhares, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 31/12/2021 x 31/12/2020	AH 31/12/2020 x 31/12/2019
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	118	100,00%	101	100,00%	101	100,00%	16,83%	0,00%
Total do ativo circulante	118	100,00%	101	100,00%	101	100,00%	16,83%	0,00%
Não Circulante								
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo	118	100,00%	101	100,00%	101	100,00%	16,83%	0,00%
Passivo e patrimônio líquido								
Patrimônio líquido								
Capital social	73.626	62.394,91%	101	100,00%	101	100,00%	72797,03%	0,00%
Capital social a integralizar	(73.508)	-62.294,91%	-	-	-	-	-72.680,19%	-
Total do patrimônio líquido	118	100,00%	101	100,00%	101	100,00%	16,83%	0,00%
Total do passivo e patrimônio líquido	118	100,00%	101	100,00%	101	100,00%	16,83%	0,00%

FLUXO DE CAIXA

Considerando que a Companhia não possuía atividades operacionais próprias até 31 de dezembro de 2021, não houve fluxo de caixa nos três últimos exercícios sociais, tampouco variação no resultado.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não auferiu receita nos três últimos exercícios sociais.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não auferiu receita nos três últimos exercícios sociais.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não auferiu receita nos três últimos exercícios sociais.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não auferiu receita nos três últimos exercícios sociais.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa, exceto pela consolidação de determinadas empresas participantes do mercado brasileiro de *softwares* e de serviços de tecnologia da informação descrita no item 15.6 deste Formulário de Referência, conforme impacto demonstrado no item 10.1 (h) acima.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia, exceto pela consolidação de determinadas empresas participantes do mercado brasileiro de *softwares* e de serviços de tecnologia da informação descrita no item 15.6 deste Formulário de Referência, conforme impacto demonstrado no item 10.1 h e informações financeiras *pro forma* do item 10.9.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais foi emitido sem ressalvas e com a seguinte ênfase:

"Ênfase

Condição precedente ("evento de liquidez") estabelecida para aquisição do controle de empresas relacionadas em acordo de acionista

Conforme descrito nas Notas Explicativas nos 1, 5 e 6, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia firmou acordo de acionista junto a determinadas empresas relacionadas nas notas explicativas mencionadas anteriormente, o qual estabelece as regras e condições para uma futura aquisição de controle, pela Companhia, das citadas empresas com a respectivas transferências de seu controle, mediante o atingimento de certas condições precedentes denominadas de "evento de liquidez" (sob pena de, em caso do não atingimento das condições precedentes, o Acordo de Acionista é revogado, e as partes decidem se tem interesse em pactuar um novo acordo, sem nenhum ônus, fato que condiciona a entrada em operação da Companhia ao plano de negócios descrito nas notas explicativas citadas anteriormente). Dessa forma, devido ao fato de a Companhia não ter apresentado operações comerciais, somente estão sendo apresentados os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos nessas datas e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (sem apresentação das demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e das demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Companhia não possui políticas contábeis críticas referentes aos três últimos exercícios sociais.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Companhia tem como foco realizar investimentos na aquisição de outras empresas de tecnologia, seja de empresas de *software* ou serviços de tecnologia.

Os investimentos em aquisições de outras empresas poderão ocorrer diretamente pela Companhia, pelas Empresas Participantes ou ainda pelas suas futuras empresas que venham a ser consolidadas.

A Companhia pretende dar preferência em realizar investimentos na aquisição de outras empresas que tenham atuação em setores, que na sua opinião, apresentam maior perspectiva de crescimento, quais sejam: serviços financeiros, saúde, indústria 4.0, *cloud* e infraestrutura tecnológica, serviços de TI executados por *squads*, e cybersegurança. Já os investimentos realizados por intermédio das Empresas Participantes e futuras subsidiárias, têm como objetivo aumentar o *market share* ou melhorar e aumentar a oferta de produtos e serviços nas suas respectivas áreas de atuação.

Ainda, é também objetivo da Companhia, garantir a manutenção do crescimento orgânico das Empresas Participantes, sendo que para tanto, pretende realizar investimentos na melhoria e desenvolvimento de produtos e na abertura de novos mercados/segmentos. Também nesse sentido, a Companhia pretende criar departamentos de apoio às atividades operacionais das Empresas Participantes, objetivando a melhora operacional de cada uma delas.

Ao longo dos 36 meses que antecederam a Consolidação realizada pela Companhia, conforme definida no item 15.6 deste Formulário de Referência, a Companhia prospectou e estabeleceu relacionamentos com empresários de diversas áreas de atuação no setor de tecnologia, com os quais pretende engajar em futuras negociações. Nesse sentido, a Companhia pretende dar continuidade ao seu projeto de expansão por meio de aquisições de empresas que atuam no seu mercado de atuação, no curso normal de seus negócios.

Para o exercício social corrente, e para execução dos investimentos acima qualificados pela Companhia, as principais fontes de financiamento serão os recursos captados com a oferta pública inicial de ações de sua emissão ("IPO").

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes do IPO, caso efetivado, conforme estimativas abaixo:

i. 85% do volume captado, será destinado para aquisições estratégicas a fim de expandir a atual oferta tecnológica e de serviços;

ii. 10% do volume captado, será destinado em investimentos em Capex, R&D e em despesas comerciais visando acelerar o crescimento orgânico das Empresas Participantes; e

iii. 5% do volume captado, será destinado ao financiamento das atividades da Companhia nas suas funções de apoio às Empresas Participantes e de atendimento aos órgãos reguladores às companhias abertas.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio do IPO depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos do IPO quando de sua efetiva utilização.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pelas Empresas Participantes são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

Já com relação aos investimentos descritos no item (i) acima, estes serão financiados por meio dos recursos líquidos obtidos no âmbito do IPO, caso efetivado.

10.8 - Plano de Negócios

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nas receitas da Companhia ou das Empresas Participantes.

(c) Novos produtos e serviços

Não há novos produtos ou serviços em desenvolvimento com data prevista para lançamento que devam influenciar materialmente nas receitas da Companhia ou das Empresas Participantes.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Para fins de esclarecimento, as informações prestadas ao longo do item 10 deste Formulário de Referência, decorrem das demonstrações financeiras da Companhia.

- **Informações financeiras adicionais ao item 10.1 com base nas Informações Financeiras *Pro Forma***

A Companhia, sociedade *holding* pura, destinada à consolidação de empresas participantes do mercado brasileiro de *softwares* e de serviços de tecnologia da informação ("Mercado Alvo"), realizou em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, consolidações de determinadas empresas do Mercado Alvo, em um processo liderado pela Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Gulf"). Em referido processo, conhecido como *roll-up,* os acionistas das Empresas Participantes, conforme definidas no item 10.1 deste Formulário de Referência, tornaram-se acionistas da Companhia ao integralizar, com parcelas de suas respectivas participações societárias nas Empresas Participantes, os aumentos de capital social da Companhia nas respectivas datas ("Consolidação"). Para maiores informações sobre sobre a participação acionária da Companhia após a Consolidação em cada uma das Empresas Participantes, vide seção 15.4 deste Formulário de Referência.

Ainda, a Consolidação realizada pela Companhia, e por conseguinte, a aquisição do controle societário das Empresas Participantes pela Companhia, é condicionada à realização de um Evento de Liquidez, conforme detalhado no item 15.6 deste Formulário de Referência. Ou seja, antes da ocorrência de um Evento de Liquidez a Companhia não consolida os resultados das Empresas Participantes, por isso suas demonstrações financeiras individuais consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não apresentam os resultados das referidas empresas.

Nesse sentido, com o propósito de serem apresentadas informações complementares às da Companhia em seu processo de oferta pública inicial de ações em curso, foram elaboradas Informações Financeiras *Pro Forma*, conforme definido no item 10.1 deste Formulário de Referência.

Diante disso, para fins exclusivamente informativos, em complemento às informações apresentadas no item 10.1 deste Formulário de Referência, abaixo são apresentadas as Informações Financeiras *Pro Forma* relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como o espelho do item 10.1 acima com base nas Informações Financeiras *Pro Forma*.

Para mais informações sobre as Informações Financeiras *Pro Forma*, vide seção 3.9, 4.1 e 7.9 deste Formulário de Referência.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Balanço Patrimonial *Pro Forma*

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.
Balanço patrimonial consolidado pro forma em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Ajustes Pro Forma (a)																		
Ativo	Qestra	Grupo SKA	Teffi	Grupo Plusoft	Itsource	First-Tech	A5	Integra	Ikhon	SSX TEC	GW Cloud	ADN	Pluris	Thino	Dinamo	Nexo	Doo Security	Ajustes PPA (b)	Eliminação (d)	Consolidado
Circulante																				
Caixa e equivalentes de caixa	118	3.426	3.260	2.624	3.336	2.291	2.769	250	5.032	3.238	5.653	1.057	2.175	1.786	936	403	4.695	-	-	43.049
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	1.411	-	-	-	-	1.674	-	-	-	-	-	-	-	3.085
Contas a receber de clientes	-	75.496	5.776	14.647	983	10.439	15.148	8.744	19.493	7.948	1.939	3.203	12.183	1.954	4.415	1.349	1.550	-	-	185.267
Estoques	-	2.880	136	-	-	4.310	1.525	-	-	-	-	-	-	-	2.345	-	-	-	-	11.196
Adiantamentos	-	2.367	186	530	-	-	1.262	43	24	7	189	-	689	-	68	150	3	-	-	5.518
Impostos a recuperar	-	324	23	2.746	186	635	2.873	197	1.737	-	691	40	1.382	972	281	378	1.303	-	-	13.768
Despesas antecipadas	-	-	-	1.174	-	-	-	199	-	-	-	-	257	7	-	3	-	-	-	1.640
Partes relacionadas	-	-	-	1.173	-	-	7.471	-	-	-	-	-	226	-	-	-	-	-	-	8.870
Outros ativos	-	209	-	-	697	13.573	90	301	52	-	709	112	-	50	-	-	8	-	-	15.801
Total do ativo circulante	**118**	**84.702**	**9.381**	**22.894**	**5.202**	**31.248**	**32.649**	**9.734**	**26.338**	**11.193**	**9.181**	**6.087**	**16.912**	**4.769**	**8.045**	**2.283**	**7.559**	**-**	**-**	**288.194**
Não circulante																				
Aplicações financeiras	-	-	-	2.596	-	-	-	-	-	-	-	1.336	-	-	-	-	-	-	-	3.932
Contas a receber de clientes	-	8.561	-	-	82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	510	-	-	-	-	9.153
Partes relacionadas	-	-	-	7.648	-	-	-	-	3.063	207	2.666	-	12	-	409	-	5.282	-	-	19.287
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.114	(103.114)	-
Impostos a recuperar	-	-	-	-	467	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	467
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	4.338	244	-	-	-	-	-	-	-	333	-	-	-	-	-	-	4.915
Depósitos judiciais	-	229	-	442	-	-	-	-	22	-	-	-	163	-	-	-	-	-	-	856
Outros ativos	-	1.025	-	354	-	-	-	-	56	-	-	-	159	3	-	-	43	-	-	1.640
Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	7.493	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.493
Imobilizado	-	10.808	1.938	15.235	170	2.379	1.931	741	968	255	887	289	10.455	5.071	863	566	573	-	-	53.129
Intangível	-	1.155	-	36.563	6.026	2.337	4.163	-	909	18.767	4.568	12	357	3.836	3.100	4.257	28	1.831.959	-	1.918.037
Total do ativo não circulante	**-**	**21.778**	**1.938**	**67.176**	**6.989**	**4.716**	**6.094**	**741**	**12.511**	**19.229**	**8.121**	**1.837**	**11.479**	**8.910**	**4.882**	**4.823**	**5.926**	**1.935.073**	**(103.114)**	**2.018.909**
Total do ativo	**118**	**106.480**	**11.319**	**90.070**	**12.191**	**35.964**	**38.843**	**10.476**	**38.849**	**30.422**	**17.302**	**7.724**	**28.391**	**13.680**	**12.927**	**7.108**	**13.485**	**1.935.074**	**- 103.114**	**2.307.103**

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras pro forma.

1287

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.
Balanço patrimonial consolidado pro forma em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Ajuste Pro Forma (a)																		
	Qestra	Grupo SKA	Teftl	Grupo Plusoft	Itsource	First-Tech	A5	Integra	Ikhon	SSX TEC	GW Cloud	ADN	Pluris	Thinc	Dinamo	Nexo	Doc Security	Ajustes PPA (b)	Eliminação (d)	Consolidado
Circulante																				
Fornecedores	-	40.172	585	3.144	1.069	10.899	5.218	278	165	10	3.117	84	2.035	703	669	13	48	-	-	68.209
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	5.002	-	4.886	2.427	-	1.724	219	6	342	5.176	1.945	-	149	664	-	-	22.540
Obrigações sociais e trabalhistas	-	4.431	452	5.346	2.869	731	1.545	2.139	822	474	859	266	5.050	324	214	610	106	-	-	26.238
Obrigações tributárias	-	3.995	1.167	5.060	918	2.838	4.510	955	8.360	1.612	902	270	1.012	2.166	2.538	173	2.058	-	-	38.534
Adiantamento de clientes	-	-	403	1.058	-	-	4.997	338	-	-	-	-	1.565	26	2.806	-	-	-	-	11.193
Passivo de arrendamento	-	777	203	513	-	381	242	124	204	-	313	-	1.781	78	152	145	110	-	-	5.023
Receita diferida	-	-	-	3.491	-	-	-	-	-	-	-	-	61	-	-	3.714	-	-	-	7.266
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-		-	-	1.602	-	-	-	1.057	403	-	-	-	3.062
Provisão para contingências	-	-	-	-	126	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126
Partes relacionadas	-	9.420	-	579	-	-	-	-	-	-	-	-	504	-	-	21	-	-	-	10.524
Outras obrigações	-	184	37	5.369	25	7	-	113	9	10	105	1	520	-	35	-	19	-	-	6.434
Total do passivo circulante	**-**	**58.979**	**2.847**	**29.562**	**5.007**	**19.741**	**18.939**	**3.947**	**11.284**	**2.325**	**6.904**	**963**	**17.704**	**5.242**	**7.471**	**5.228**	**3.005**	**-**	**-**	**199.149**
Não circulante																				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	12.743	-	1.500	411	-	1.120	184	2.003	304	5.386	2.513	-	49	566	-	-	26.779
Passivo de arrendamento	-	4.539	-	11.189	-	504	222	-	256	-	505	-	4.289	-	242	193	97	-	-	22.036
Obrigações tributárias	-	-	-	345	-	-	250	110	4.118	143	301	169	-	2.980	558	-	886	-	-	9.860
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	-	-	1.078	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.078
Receita diferida	-	-	-	5.008	-	5.346	-	-	-	-	-	-	-	-	-	420	-	-	-	10.774
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	232	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	251
Partes relacionadas	-	32.970	-	12	-	-	-	-	-	2.080	1.566	-	-	-	409	-	-	-	-	37.037
Provisão para contingências	-	-	-	2.722	-	-	-	-	386	-	-	-	460	-	-	-	1.912	-	-	5.480
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	826	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	826
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	8.023	-	5.700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.723
Outras obrigações	-	106	-	11.140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	433	-	-	-	-	-	11.679
Total do passivo não circulante	**-**	**37.615**	**-**	**43.159**	**-**	**15.373**	**2.787**	**5.810**	**6.112**	**2.407**	**4.375**	**473**	**10.135**	**5.926**	**1.209**	**662**	**3.480**	**-**	**-**	**139.523**
Total do passivo	**-**	**96.594**	**2.847**	**72.721**	**5.007**	**35.114**	**21.726**	**9.757**	**17.396**	**4.732**	**11.279**	**1.436**	**27.839**	**11.168**	**8.680**	**5.890**	**6.485**	**-**	**-**	**338.672**
Patrimônio líquido																				
Capital social	73.626	3.323	10	2.494	7.086	850	700	400	2.000	3.952	3.300	59	250	8.973	792	1.000	7.000	2.039.091	(42.189)	2.112.717
Capital social a integralizar	(73.508)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.508)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(835)	-	-	-	(91)	-	-	-	-	926	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	140	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(220)	-
Reserva de capital	-	-	-	14.804	-	-	-	-	-	2.056	-	-	-	19	1.528	-	-	-	(18.407)	-
Reserva de lucros	-	6.563	8.462	(136)	98	-	16.077	238	19.453	20.467	2.723	2.276	302	(6.389)	1.927	216	-	(104.021)	(72.277)	(104.021)
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.953	-	-	-	-	-	-	(3.953)	-
Participação dos não controladores	-	-	-	187	-	-	-	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	-	33.006	33.243
Total do patrimônio líquido	**118**	**9.886**	**8.472**	**17.349**	**7.184**	**850**	**16.917**	**718**	**21.453**	**25.690**	**6.023**	**6.288**	**552**	**2.512**	**4.247**	**1.216**	**7.000**	**1.935.070**	**(103.114)**	**1.968.431**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**118**	**106.480**	**11.319**	**90.070**	**12.191**	**35.964**	**38.643**	**10.475**	**38.849**	**30.422**	**17.302**	**7.724**	**28.391**	**13.680**	**12.927**	**7.106**	**13.485**	**1.935.070**	**(103.114)**	**2.307.103**

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras pro forma.

1288

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Demonstrativo de Resultado *Pro Forma*

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.
Demonstração do resultado consolidado pro forma em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Ajuste Pro Forma (a)																		
	Qestra	Grupo SKA	Tefti	Plusoft	Itsource	First-Tech	A5	Integra	Ikhon	SSX TEC	GW Cloud	ADN	Pluris	Thino	Dinamo	Nexo	Doo Security	Ajustes PPA (C)	Eliminação	Consolidado
Receita líquida de serviços	-	175.385	44.806	76.139	36.967	61.986	58.666	23.519	50.135	15.336	32.083	14.220	61.650	11.284	10.554	11.178	9.876	-	-	693.784
Custo dos serviços prestados	-	(97.769)	(24.922)	(47.771)	(25.926)	(28.546)	(39.390)	(8.666)	(5.928)	(3.749)	(19.812)	(6.447)	(40.507)	(5.332)	(2.937)	(2.994)	(2.015)	-	-	(362.711)
Lucro bruto	-	77.616	19.884	28.368	11.041	33.440	19.276	14.853	44.207	11.587	12.271	7.773	21.143	5.952	7.617	8.184	7.861	-	-	331.073
Receitas (despesas) operacionais		(24.698)	(2.638)	(23.141)	(6.810)	(16.948)	(8.967)	(6.861)	(8.346)	(3.434)	(8.038)	(1.778)	(17.865)	(4.634)	(6.168)	(6.818)	(1.744)			(143.437)
Despesas gerais e administrativas	-	(10.383)	(2.509)	(23.454)	(3.105)	(7.650)	(9.776)	(5.812)	(5.995)	(3.122)	(6.770)	(1.491)	(17.969)	(4.117)	(3.845)	(4.655)	(1.574)	(104.021)	-	(216.248)
Despesas comerciais	-	(14.533)	(29)	-	(2.581)	(9.679)	(136)	(39)	(625)	-	(1.187)	-	-	-	(1.414)	(1.083)	(279)	-	-	(31.585)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	250	-	313	(124)	380	(55)	-	274	(312)	(82)	(285)	314	(417)	90	(80)	109	-	-	375
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	-	52.960	17.346	5.227	5.231	16.491	9.309	9.002	37.861	8.153	4.232	5.997	3.488	1.418	2.448	2.366	6.117			187.638
Receitas (despesas) financeiras																				
Receitas financeiras	-	6.082	21	356	155	372	41	13	34	184	749	182	393	61	99	62	7	-	-	8.811
Despesas financeiras	-	(8.755)	(134)	(3.360)	(52)	(812)	(1.778)	(132)	(1.915)	(578)	(1.059)	(101)	(2.209)	(1.696)	(296)	(77)	(616)	-	-	(23.570)
Resultado financeiro, líquido	-	(2.673)	(113)	(3.004)	103	(440)	(1.737)	(119)	(1.881)	(384)	(310)	81	(1.816)	(1.635)	(197)	(15)	(609)	-	-	(14.759)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	50.277	17.233	2.223	5.334	16.051	7.572	8.883	36.980	7.769	3.922	6.078	1.672	(217)	2.251	2.361	5.508	-	-	172.877
Imposto de renda e contribuição social	-	(7.909)	(4.738)	(1.534)	(1.275)	(5.325)	(1.295)	(2.817)	(5.068)	(1.781)	(679)	(968)	(578)	(46)	(672)	(603)	(1.965)	-	-	(37.353)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	469	(557)	-	-	-	(731)	-	-	-	54	-	-	-	813	-	-	48
Lucro líquido do exercício	-	42.368	12.495	1.158	3.502	10.726	6.277	6.066	30.181	5.978	3.243	5.110	1.048	(263)	1.579	1.748	4.356	-	-	135.572
Participação controladores no resultado	-	42.368	12.495	1.067	3.502	10.726	6.277	6.066	30.181	9.969	3.243	5.110	1.048	(263)	1.579	1.748	4.356	-	-	104.137 (e)
Participação não controladores no resultado	-	-	-	91	-	-	-	-	-	(3.991)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.435

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras pro forma.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Notas Explicativas das Informações Financeiras *Pro Forma*

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 **Descrição da transação e base para elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma***

I. Descrição da transação

Em 30 de setembro de 2021, a Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. ("Companhia" ou "Qestra") com bases em atos societários regulados por Acordo de Acionistas, onde foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 67.824, passando o capital social da Companhia de R$ 101 para R$ 67.925, por meio da emissão de 404.800 (quatrocentas e quatro mil e oitocentas), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As participações estão assim distribuídas pelas partes:

Investidas/Empresas Participantes	Participação %
SKA Automação de Engenharias Ltda.	80,0%
SKA Sistemas Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.	80,0%
W3K Tecnologia Ltda.	70,0%
Tefti Armazém e Logística Ltda.	80,0%
Plusoft Informática S.A.	80,0%
ITSource Serviços e soluções em TI Ltda.	80,0%
A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.	80,0%
Integra Consultoria S.A.	80,0%
Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.	60,0%
SSX Tecnologia da Informação S.A.	80,0%
ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.	80,0%
Pluris Mídia Ltda.	80,0%
TPV Inova Soluções em Informática S.A.	78,7%
Nexo CS informática S.A.	80,0%
Doc Security Serviços de Informática Ltda.	60,0%
BTB Group Inc.	80,0%

Em 31 dezembro de 2021, foi aprovado novo aumento de capital da Companhia no valor de R$ 5.701, dessa forma, o capital social da Companhia passa de R$ 67.925 para R$ 73.626, por meio da emissão de 87.360 (oitenta e sete mil trezentos e sessenta), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas participações estão assim distribuídas pelas partes:

Investidas/Empresas Participantes	Participação %
First Tech Tecnologia Ltda.	75,0%
GWCLoud Tecnologia e Serviços S.A.	80,0%
Dínamo Networks Serviços, Desenvolvimento. e Participações em Consórcios e ou Empresas S.A.	80,0%

A Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. foi constituída em 07 de julho de 2016, sendo uma "*shelf company*", não operacional, e, subsequentemente, em maio de 2017, foi totalmente adquirida pela Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Gulf"), que figurou como sua única acionista até a implementação da Reorganização Gulf em 2021.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após extenso e detalhado estudo, a Gulf identificou que o mercado brasileiro de softwares e de serviços de tecnologia da informação ("Mercado Alvo") é bastante fragmentado e possui condições favoráveis para a realização de uma consolidação, uma vez que pode gerar oportunidades de negócios interessantes para as empresas do Mercado Alvo, seja via a consolidação por aquisição de outras empresas do Mercado Alvo ou pela melhoria no seu desempenho operacional (aumento na taxa de crescimento da receita e/ou aumento na margem operacional), em consequência da disponibilização de recursos financeiros para investimentos na melhoria e desenvolvimento de produtos e serviços, do apoio ao planejamento e execução das atividades comerciais, do compartilhamento de melhores práticas entre as subsidiárias e da criação de um ambiente colaborativo entre os empresários e executivos das subsidiárias, justificando uma expressiva valorização patrimonial para essas empresas participantes.

Em 30 de setembro de 2021, e em 31 de dezembro de 2021 foram realizados investimentos em determinadas empresas do Mercado Alvo, que ocorreram por meio de dois aumentos de capital nas referidas datas, os quais foram integralizados pelos subscritores mediante a transferência de participações societárias nas sociedades listadas a seguir:

(i) SKA Automação de Engenharias Ltda.;
(ii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.;
(iii) W3K Tecnologia Ltda.;
(iv) Plusoft Informática S.A.;
(v) TEFTI Armazém Logística Ltda.;
(vi) ItSource Serviços e Soluções em TI Ltda.;
(vii) First Tech Tecnologia Ltda.;
(viii) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.;
(ix) Integra Consultoria S.A.;
(x) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda
(xi) SSX Tecnologia da Informação S.A.;
(xii) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A.;
(xiii) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda
(xiv) Pluris Mídia Ltda.;
(xv) TPV Inova Soluções em Informática S.A.;
(xvi) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.;
(xvii) Nexo CS Informática S.A.;
(xviii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.;
(xix) BTB Group Inc; ("Empresas Participantes").

As Empresas Participantes possuem históricos operacionais sólidos e são administradas por experientes executivos e funcionários-chave que detêm amplo conhecimento do seu negócio, com compromisso de longo prazo com o crescimento de suas respectivas empresas. As Empresas Participantes englobam 6 (seis) diferentes verticais, são elas: (i) Software de Aplicativo de Negócios; (b) Implementação e Customização de Software; (iii) Cibersegurança; (iv) Infraestrutura & Nuvem; (v) Serviços de TI; e (vi) Serviços Baseados em Softwares, e ocupam posições de destaque no mercado, tendo clientes relevantes de setores diversos da economia que são saúde, finanças, automobilístico, óleo, gás e energia, alimentício, bebidas, e dentre outros.

Após a concretização da Operação de IPO, a Companhia passará a consolidar os resultados das Empresas Participantes.

Nesse cenário, o principal objetivo da Companhia é, através da alocação significativa dos recursos captados na Operação de IPO, implementar a sua estratégia de crescimento inorgânico pela aquisição de outras empresas do Mercado Alvo. As aquisições poderão ocorrer diretamente pela Companhia ou pelas suas subsidiárias quando for estrategicamente indicado. Ainda, é também objetivo da Companhia, auxiliar na aceleração do crescimento orgânico das suas subsidiárias para que as empresas mantenham sua posição de relevância nas atividades e setores que atuam, logo, parte dos recursos captados na Operação de IPO, serão disponibilizados para a realização de investimentos na melhoria e desenvolvimento de produtos e na abertura de novos mercados/segmentos. Nesse sentido, a Companhia também criará departamentos de apoio às atividades operacionais de suas subsidiárias empresas controladas objetivando a melhora operacional de cada uma delas.

Desta forma, as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* para o exercício de 31 de dezembro de 2021, refletem a aquisição das participações e consolidação.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

II. Base para elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* da Qestra demonstram o efeito relativo à aquisição de parcial das ações das empresas supramencionadas. Estas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram compiladas de acordo com a Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma, conforme aprovada pela Deliberação CVM 709/13.

As informações financeiras consolidadas pro forma foram compiladas pela administração da Companhia para ilustrar o impacto da transação apresentada na Nota Explicativa no 5 "Investimentos", considerando a concretização do cenário de combinação de negócios de determinadas empresas participantes do acordo de acionistas à luz da Norma NBC TG 15 (R4) "Combinação de Negócios" sobre o balanço patrimonial da Companhia e sua demonstração do resultado para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, como se a transação tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2021. Como parte desse processo, informações sobre o desempenho operacional da Companhia foram extraídas pela administração da Companhia das informações financeiras das referidas empresas participantes indicadas na Nota Explicativa no 5 "Investimento" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* aqui apresentadas se baseiam:

(a) nas demonstrações contábeis da Qestra referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes, que emitiu relatório de auditoria, sem modificação, em 25 de fevereiro de 2022;
(b) nas demonstrações contábeis individuais e combinadas das empresas que serão adquiridas pela Qestra após o evento de liquidez, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), auditadas.

Conforme estabelecido no acordo de acionistas entre a Companhia e acionistas das demais empresas adquiridas até a ocorrência do evento de liquidez, cada um destes acionistas fará jus a 100% (cem por cento) dos resultados gerados por sua respectiva empresa sem a parte da Companhia.

Desta forma, o balanço patrimonial consolidado pro forma e a demonstração consolidada do resultado *pro forma* s refletem os efeitos da aquisição destas empresas e consolidação da Qestra em 31 de dezembro de 2021.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* s foram elaboradas e estão sendo apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da consolidação das aquisições que serão realizadas pela Qestra após o evento de liquidez, e não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações dos resultados e financeiras efetiva da Companhia.

As demonstrações consolidadas dos resultados *pro forma* devem ser lidos em conjunto com as demonstrações históricas e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das empresas envolvidas.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2 **Ajustes** *pro forma*

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada entidade e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis, e incluem os seguintes ajustes:

Balanço patrimonial e demonstração do resultado *pro forma*

O Balanço patrimonial pro forma e as demonstrações do resultado *pro forma* da Companhia foram elaboradas de acordo com a Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma (aprovado CVM - 709/13), para demonstrar o balanço patrimonial e demonstração do resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

(a) Consolidação
O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Os ajustes refletem os impactos contábeis da transferência de controle em janeiro de 2021.

(b) Intangível
Corresponde ao reconhecimento do ágio proveniente da combinação de negócios, e parcela alocada de ativos identificáveis (carteira de clientes, marcas e software). O ágio e os ativos identificáveis possuem fundamento econômico e rentabilidade futura de acordo com os negócios adquiridos.

(c) Outras receitas (despesas), líquidas
Corresponde ao reconhecimento dos impactos da amortização dos ativos identificáveis de acordo com o "*purchase price allocation*" *("PPA")*, o impacto no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 104.021.

O Software foi valorado utilizando a metodologia do "*Multi Period Excess Earnings Method – MPEEM*". Foi estimado com isso o valor justo de R$ 345.863 a ser amortizado pelo período de 5 anos equivalente a 60 meses. Para o cálculo da amortização em 2021 foi considerado o período de 12 meses.

A carteira de cliente foi estimada pela metodologia '*Multi Period Excess Earnings Method – MPEEM*", resultando em um valor de R$ 112.051 a ser amortizado pelo período de 1 à 7 anos equivalente à 10 à 77 meses. Para o cálculo da amortização em 2021 foi considerado o período de 12 meses.

Além disso, a marca foi estimada pela metodologia "*Relief From Royalty Method*", resultando em um valor de R$ 216.448 a ser amortizado pelo período de 21 à 27 anos equivalente à 147 à 189 meses. Para o cálculo da amortização em 2021 foi considerado o período de 12 meses.

(d) Eliminações
Representa a eliminação do patrimônio líquido e investimentos das Empresas Participantes.

(e) Participação de controladores e não controladores
A participação do acionista controlador está representada pelo montante de R$ 104.137, que corresponde a participação da Qestra sobre o resultado de cada Empresa Participante conforme as participações distribuídas, e o resultado do acionista não controlador de R$ 31.435, corresponde ao montante remanescente não atribuível a Qestra.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia serão suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo no futuro. A geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, será suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento *pro forma* total foi de 0,17 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa *pro forma* era de R$43.049 mil e a dívida líquida bancária *pro forma* totalizava R$6.270 mil, com um índice de dívida líquida bancária *pro forma* sobre o patrimônio líquido de 0,003.

(b) Estrutura de capital

A Companhia, por meio das Empresas Participantes do *Pro Forma*, financia suas operações através de capital próprio e de terceiros. A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia, no exercício social findo em de 31 de dezembro de 2021, era adequada e equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com as atividades das Empresas Participantes do *Pro Forma*, conforme proporção entre capital próprio e de terceiros, apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de
	2021
Capital de terceiros *pro forma* (passivo circulante + passivo não circulante)	338.671
Capital próprio *pro forma* (patrimônio líquido)	1.968.434
Capital total *pro forma* (terceiros + próprio)	2.307.105
Parcela de capital de terceiros *pro forma*	15,00
Parcela de capital próprio *pro forma*	85,00%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente *pro forma* da Companhia em 31 de dezembro de 2021 eram de 6,3 e 0,9, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio das Empresas Participantes do *Pro Forma*, possuía aproximadamente R$49.319 mil de empréstimos e financiamentos tomados.

O índice de liquidez geral é calculado pela soma do ativo circulante e ativo realizável a longo prazo dividido pelo passivo circulante e passivo não circulante.

O índice de liquidez corrente é calculado pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31 de dezembro de 2021, as principais fontes de financiamento da Companhia, por meio das Empresas Participantes, foram: (i) fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais das Empresas Participantes; e (ii) endividamento bancário de curto, médio e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia, por meio das Empresas Participantes, principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação referentes às suas atividades e negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia e as Empresas Participantes, podem dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia e as Empresas Participantes, pretendem captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras, conforme aplicável.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia, por meio das Empresas Participantes, e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo apresentamos as principais características dos contratos de empréstimo e financiamentos relevantes das Empresas Participantes, em vigor em 31 de dezembro de 2021:

Credor / Agente Fiduciário	Modalidade	Indexador	Venc. Final	Moeda	Saldo devedor em R$ em 31 de dezembro de 2021 (em R$ mil)	Garantias
Banco Santander (Brasil) S.A.	Cédula de Crédito Bancário	14,53172000% a.a.	02/06/2026	Real	6.234	Cessão Fiduciária dos direitos creditórios oriundos da *Standby Letter of Credit* celebrada com o Banco Santander (Brasil) S.A.
Itaú Unibanco S.A.	Cédula de Crédito Bancário	5,70% a.a.	15/06/2026	Real	6.604	Até o momento, não apresenta garantias. Contudo, elas podem ser exigdas pelo Itaú Unibanco S.A.
Itaú Unibanco S.A.	Cédula de Crédito Bancário	5,70% a.a.	15/06/2026	Real	7.112	11% da soma dos valores do principal, mais acesórios das Obrigações Garantidas (conforme definido no instrumento).

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

a. Cédula de Crédito Bancário nº 1038368 ("Cédula 1038368"): emitida pela Plusoft Informática S.A., em 24 de junho de 2021, no valor de R$6 milhões e com vencimento em 02 de junho de 2026. A remuneração é prefixada: juros equivalentes a 14,53172000% ao ano, calculados de forma exponencial "pro rata temporis" (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis,. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R$6.234.189,30. Como garantia desta operação foi prestada cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da Standby Letter of Credit celebrada com o Banco Santander (Brasil) S.A.

b. Cédula de Crédito Bancário nº 53168821 ("Cédula 53168821"): emitida pela Pluris Mídia Ltda., em 16 de junho de 2021, no valor de R$6,5 milhões e com vencimento em 15 de junho de 2026. A remuneração consiste em 5,70% a.a., somados a encargos previstos no referido instrumento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R$6.604.689,71. Até o momento, o instrumento não possui garantias, que podem vir a ser exigidas pelo Itaú Unibanco S.A.

c. Cédula de Crédito Bancário nº 53183705 ("Cédula 53183705"): celebrado entre a Plusoft Informática S.A. e o Itaú Unibanco S.A., em 16 de junho de 2021, no valor de R$7 milhões e com vencimento em 15 de junho de 2026. A remuneração consiste em DI over + 5,70% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R$7.112.742,75.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo. No que trata das Empresas Participantes, os empréstimos considerados relevantes foram descritos no item anterior.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo. No que trata das Empresas Participantes, nenhuma das dívidas existentes em 31 de dezembro de 2021 e descritas, nesta seção, possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas descritas no item (i) acima, é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Sob pena de ser decretado o vencimento antecipado dos contratos, foram elencadas, na Cédula 1038368 e na Cédula 53168821, matérias que devem ser submetidas à aprovação dos bancos que figuram como partes nos referidos instrumentos, dentre as quais, algumas constam abaixo descritas.

Cédula de Crédito Bancário nº 1038368: são hipóteses de vencimento antecipado, dentre outras: (a) a Plusoft Informática S.A. ou qualquer dos Avalistas (conforme definido no instrumento) e/ou quaisquer terceiros garantidores terem o seu controle societário direto ou indireto transferido a terceiro ou virem a ser incorporados, ou ocorrer a fusão, ou a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma de ativos operacionais para outra entidade sem que o Banco Santander (Brasil) S.A. manifeste, formalmente, a decisão de manter vigente a Cédula 1038368; e (b) o descumprimento de qualquer das condições e parâmetros (*covenants* financeiros) estabelecidos na cláusula 7.3 da Cédula 1038368, abaixo descritos.

A Plusoft (conforme definido na Cédula 1038368) deverá manter, durante toda a vigência da Cédula 1038368, os seguintes índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Plusoft, sob pena de o Banco Santander (Brasil) S.A. decretar o vencimento antecipado da Cédula 1038368: a razão entre (i) Dívida Financeira Líquida e (ii) EBITDA do Grupo Plusoft, a ser apurada anualmente, deverá ser menor ou igual a 2,0x, até o término da Cédula 1038368.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Cédula de Crédito Bancário nº 53168821: são hipóteses de vencimento antecipado, dentre outras: (i) a ocorrência de qualquer processo de reorganização societária ou de alteração do controle, direto ou indireto, em que a Pluris Mídia Ltda. esteja envolvida; e (ii) ser mantido o índice resultante do quociente entre a Dívida Líquida e o EBITDA em valor menor ou igual a 2,00, durante o prazo da operação, nas condições estabelecidas na Cédula 53168821.

Cédula de Crédito Bancário nº 53183705: são hipóteses de vencimento antecipado, dentre outras: (i) a ocorrência de qualquer processo de reorganização societária ou de alteração do controle, direto ou indireto, em que a Plusoft Informática S.A. esteja envolvida; e (ii) ser mantido o índice resultante do quociente entre a Dívida Líquida e o EBITDA em valor menor ou igual a 2,00, durante o prazo da operação, nas condições estabelecidas na Cédula 53183705.

(g) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Na data deste Formulário de Referência, as Empresas Participantes não dispunham de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em complemento as informações apresentadas acima e item 10.1(h) "Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras", a Companhia apresenta abaixo, uma análise simplificada da Demonstração de Resultado de cinco das Empresas Participantes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 vis-à-vis o resultado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e este período vis-à-vis o resultado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, sendo cada uma delas faz parte de uma vertical de atuação diferente, conforme verticais apresentadas no item 7.1 deste Formulário de Referência. As empresas abaixo tratadas são:

1. Grupo SKA (SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda.) – Vertical de Implementação e Customização de *Software*;

2. Plusoft Informática S.A. – Vertical de *Software* de Aplicativo de Negócios;

3. First Tech Tecnologia Ltda. – Vertical de Cibersegurança;

4. Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda. – Vertical de Infraestrutura & Nuvem;

5. Integra Consultoria S.A. – Vertical de Serviços Baseados em *Software*.

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras individuais históricas das empresas elencadas acima, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, comparadas conforme especificado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

- ***Grupo SKA (SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda)***

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita Líquida	175.385	100,00%	128.348	100,00%	36,64%
Custo dos produtos vendidos	(97.769)	-55,74%	(75.474)	-58,80%	29,54%
Lucro Bruto	**77.616**	**44,25%**	**52.874**	**41,19%**	**46,79%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(14.533)	-8,28%	(7.098)	-5,53%	104,74%
Despesas Gerais e administrativas	(10.383)	-5,92%	(12.832)	-9,99%	-19,08%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	250	0,14%	387	0,30%	-34,40%
	(24.666)	-14,06%	(19.543)	-15,22%	26,21%
Lucro antes do resultado financeiro	**52.950**	**30,19%**	**33.331**	**25,96%**	**58,86%**
Receita financeira	6.082	3,46%	6.175	4,81%	-1,50%
Despesa financeira	(8.755)	-4,99%	(19.312)	-15,04%	-54,66%
Resultado financeiro líquido	(2.673)	**-1,52%**	(13.137)	**-10,23%**	**-79,65%**
Lucro antes do imposto de renda	50.277	**28,66%**	20.194	**15,73%**	**148,97%**
Imposto de renda e contribuição social	(7.909)	-4,50%	(5.289)	-4,12%	49,53%
Lucro líquido do exercício	42.368	24,15%	14.905	11,61%	184,25%

Receita Líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$175.385 mil e, no mesmo período de 2020, de R$128.348 mil, o que representou um incremento de R$47.037 mil ou 36,64%, em decorrência do aumento de vendas de determinados produtos, principalmente: Solidworks, Lantek e Impressoras 3D da HP.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$97.769 mil comparativamente a R$75.474 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$22.295 mil ou 29,54%. Este aumento é atribuído à contratação de mão-de-obra, investimento em novos equipamentos e custo logístico de entregas de projetos.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$24.666 mil e, no mesmo período de 2020, de R$19.543 mil, o que representou um aumento de R$ 5.123 mil ou 26,21%. Este aumento é atribuído à normalização das atividades após o avanço da vacinação no Brasil, com o retorno ao trabalho presencial e a volta das viagens do time comercial.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$42.368 mil, comparativamente a R$14.905 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$27.463 mil ou 184,25%. Este aumento é atribuído a um ano de recorde de faturamento.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIALFINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	AV	2019	AV	AH
Receita Líquida	128.348	100,00%	124.769	100,00%	2,86%
Custo dos produtos vendidos	(75.474)	-58,80%	(70.174)	-56,24%	7,55%
Lucro Bruto	**52.874**	**41,19%**	**54.595**	**43,75%**	**-3,15%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(7.098)	-5,53%	(6.026)	-4,82%	17,79%
Despesas Gerais e administrativas	(12.832)	-10,0%	(17.118)	-13,71%	-25,03%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	387	0,30%	95	0,07%	307,36%
	(19.543)	-15,23%	(23.049)	-18,47%	-15,21%
Lucro antes do resultado financeiro	**33.331**	**25,97%**	**31.546**	**25,29%**	**5,65%**
Receita financeira	6.175	4,81%	5.104	4,09%	20,98%
Despesa financeira	(19.312)	-15,05%	(5.470)	-4,38%	253,05%
Resultado financeiro líquido	**(13.137)**	**-10,24%**	**(366)**	**-0,29%**	**3489,34%**
Lucro antes do imposto de renda	**20.194**	**15,73%**	**31.180**	**24,99%**	**-35,23%**
Imposto de renda e contribuição social	(5.289)	-4,12%	(5.564)	-4,45%	-4,94%
Lucro líquido do exercício	14.905	11,61%	25.616	20,53%	-41,81%

Receita Líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$128.348 mil e, no mesmo período de 2020, de R$124.769 mil, o que representou um aumento líquido de R$3.579 mil ou 2,86%, em decorrência de um ano no qual a indústria de base, principal vertical de atuação da empresa, sofreu com a pandemia do Covid-19, resultando numa contração dos investimentos pelos clientes e consequentemente um menor crescimento das vendas da empresa.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$75.474 mil comparativamente a R$70.174 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$5.300 mil ou 7,55%. Este aumento do custo acima do crescimento da receita é consequência do aumento salarial da equipe técnica de implantação dos produtos vendidos.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$19.543 mil e, no mesmo período de 2020, de R$23.049 mil, o que representou um decréscimo de R$3.506 mil ou 15,21%, o qual é relacionado à diminuição das despesas por conta do efeito do home office.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$14.905 milhões comparativamente a R$25.616 mil no mesmo período de 2019, o que representou um decréscimo de R$10.711 mil ou 41,81%. Este que é relacionado ao efeito da depreciação do câmbio brasileiro, uma vez que a empresa tem parte dos seus custos dolarizados.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

- *Plusoft Informática S.A.*

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita operacional líquida	76.139	100%	55.004	100%	38,42%
Custos dos serviços prestados	(47.771)	-62,74%	(30.505)	-55,46%	56,60%
Lucro bruto	**28.368**	**37,26%**	**24.499**	**44,54%**	**15,79%**
Despesas administrativas	(23.454)	-30,80%	(18.776)	-34,14%	24,91%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	313	0,41%	158	0,28%	**98,10%**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos	**5.227**	**6,87%**	**5.881**	**10,69%**	**-11.12%**
Receitas financeiras	356	0,46%	130	0,23%	173,84%
Despesas financeiras	(3.360)	-4,41%	(2.824)	-5,13%	18,98%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.223	2,92%	3.187	5,79%	-30,24%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(1.534)	-2,01%	(975)	-1,77%	57,33%
Diferido	469	0,61%	812	1,48%	-42,24%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**1.158**	**1,52%**	**3.024**	**5,50%**	**-61,70%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receita operacional Líquida

A receita operacional Líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$76.139 mil comparativamente a R$55.004 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$21.135 mil ou 38,42%. Este aumento é atribuído ao crescimento orgânico das atividades comerciais e operacionais, mas principalmente ao crescimento inorgânico por meio de aquisição de participações societárias de 92,55% do capital das empresas *Effective Marketing* de Relacionamento Ltda. e DTM *Marketing* de Relacionamento Ltda., a partir de maio de 2021. Durante os seis primeiros meses de 2021 houve renúncia total por parte da empresa da receita advinda de reajustes anuais de contratos de clientes em virtude do contexto da pandemia do Covid-19.

Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$47.771 mil comparativamente a R$30.505 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$17.266 mil ou 56,60%. Este aumento é atribuído a incorporação dos custos de pessoal (operações), infraestrutura de tecnologia (*hosting*) e P&D remanescentes das aquisições de 92,55% de participação acionaria das empresas *Effective Marketing* de Relacionamento Ltda. e DTM *Marketing* de Relacionamento Ltda. a partir de maio de 2021.

Despesas administrativas e outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As despesas administrativas e outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$23.141 mil comparativamente a R$18.618 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$4.523 mil ou 24.29%. Este aumento é atribuído a honorários advocatícios, comissões para *advisors* no processo de aquisição de empresa, reestruturação e ampliação da área comercial por verticais de mercado para aumentar a capilaridade, despesas com reposicionamento e lançamento da nova marca, despesas com auditoria externa.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$1.158 mil comparativamente a R$3.024 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R$1.866 mil ou 61,70%. Esta redução é atribuída (a) ao reconhecimento de juros e despesas financeiras do contrato de empréstimo do BNDES, firmado em 2018, que foi quitado antecipadamente em julho de 2021; (b) aumento nas linhas de depreciação de ativos em virtude de maior volume de investimentos e aumento de despesas comerciais e *marketing*; (c) aumento das despesas administrativas em função de elevação do nível de governança corporativa do grupo e integração de companhia adquirida em maio de 2021.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	AV	2019	AV	AH
Receita operacional líquida	55.004	100%	55.094	100%	-0,16%
Custos dos serviços prestados	(30.505)	-55,46%	(34.919)	-63,38%	-12,64%
Lucro bruto	**24.499**	**44,54%**	**20.175**	**36,62%**	**21,43%**
Despesas administrativas	(18.776)	-34,14%	(19.429)	-35,27%	-3,36%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	158	0,28%	18	0,03%	777.77%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos	**5.881**	**10,69%**	**764**	**1,39%**	**669,76%**
Receitas financeiras	130	0,23%	168	0,30%	-22,61%
Despesas financeiras	(2.824)	-5,13%	(2.995)	-5,44%	-5.71%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.187	5,79%	(2.063)	-3,74%	-254.48%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(975)	-1,77%	(381)	-0,69%	155,90%
Diferido	812	1,48%	813	1,48%	-0,12%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**3.024**	**5,50%**	**(1.631)**	**-2,96**	**-236,41%**

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$55.004 mil comparativamente a R$55.094 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$90 milhões ou 0,16%. Esta redução é atribuída a rescisão de contrato do cliente TIM Celular S.A., o cliente com maior concentração de receita, porém com contrato com margens deficitárias. Embora a perda contratual total tenha passado dos R$10 milhões em receita anual, essa receita foi compensada pelo crescimento em novos clientes (*new logos*) e crescimento de base de clientes instalada (*cross e up sell*).

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 30.505 mil comparativamente a R$34.919 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$4.414 mil ou 12,64%. Esta redução é atribuída principalmente à mudança no modelo de produção para metodologia ágil com ganho de produtividade e renegociação com redução dos contratos de infraestrutura *cloud*, onde se iniciou a troca do provedor AWS por Oracle.

Despesas administrativas e outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As despesas administrativas e outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R$18.618 mil comparativamente a R$19.411 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$793 mil ou 4.08%. Esta redução é atribuída a desaceleração de atividades comerciais e *marketing*, principalmente eventos presenciais patrocinados, partir de marco de 2020 em virtude das restrições impostas pela pandemia do Covid-19.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$3.024 mil comparativamente a R$1.631 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$4.655 mil ou 285,40%. Este aumento é atribuído a renegociação de contratos de clientes deficitários, renegociação de contratos de fornecedores de tecnologia, ganho de produtividade operacional e redução em atividades comerciais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

- *First Tech Tecnologia Ltda.*

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita líquida	61.986	100,00%	40.741	100,00%	**52,14%**
Custo do serviço prestado	(28.546)	-46,05%	(15.285)	-37,51%	**86,76%**
Lucro Bruto	**33.440**	**53,94%**	**25.456**	**62,48%**	**31,36%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(9.679)	-15,61%	(10.889)	-26,72%	**11,11%**
Gerais e administrativas	(7.650)	-12,34%	(4.238)	-10,40%	**-80,51%**
Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas	380	0,61%	(745)	-1,82%	**48,99%**
	(16.949)	-27,34%	(15.872)	-38,95%	6,78%
Lucro antes do resultado financeiro	**16.491**	**26,60%**	**9.584**	**23,52%**	**72,06%**
Receita Financeira	372	0,60%	317	0,77%	17,35%
Despesa financeira	(811)	**-1,30%**	(1.003)	-2,46%	**19,14%**
Resultado financeiro líquido	**(439)**	**-0,70%**	**(686)**	**-1,68%**	**-36,01%**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.052	25,89%	8.898	21,84%	80,40%
Imposto de renda e contribuição social	(5.325)	**-8,59%**	(2.710)	-6,65%	**96,49%**
Lucro líquido do exercício	**10.727**	**17,30%**	**6.188**	**15,18%**	**73,35%**

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$61.986 mil comparativamente a R$40.741 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$21.245 mil ou 52,14%. Este aumento é atribuído ao aumento de venda de serviços e equipamentos na área de criptografia.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$28.546 milhões comparativamente a R$15.285 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$13.261 mil ou 86,75%. Este aumento é atribuído a custos maiores de insumos por parte dos fabricantes, tanto em termos nominais, como do impacto da taxa de câmbio no período.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$16.949 mil comparativamente a R$15.872 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$1.077 mil ou 6,78%. Este aumento é atribuído ao aumento da inflação no período destas despesas, considerando que as receitas e os custos aumentaram.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$10.727 mil comparativamente a R$6.188 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$4.539 mil ou 73,35%. Este aumento é atribuído a estabilidade das despesas e aumento desproporcional da receita perante os custos.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	AV	2019	AV	AH
Receita líquida	40.741	100,00%	30.028	100,00%	35,67%
Custo do serviço prestado	(15.285)	-37,51%	(12.938)	-43,08%	18,14%
Lucro Bruto	**25.456**	**62,48%**	**17.090**	**56,91%**	**48,95%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(10.889)	-26,72%	(11.041)	-36,76%	**-1,37%**
Gerais e administrativas	(4.238)	-10,40%	(3.688)	-12,28%	**14,91%**
Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas	(745)	-1,82%	(130)	-0,43%	**473,07%**
	(15.872)	-38,95%	(14.859)	-49,48%	6,81%
Lucro antes do resultado financeiro	**9.584**	**23,52%**	**2.231**	**7,42%**	**329,58%**
Receita Financeira	317	0,77%	300	0,99%	5,66%
Despesa financeira	(1.003)	-2,46%	(1.130)	-3,76%	-11,23%
Resultado financeiro líquido	**(686)**	**-1,68%**	**(830)**	**-2,76%**	**-17,34%**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.898	21,84%	1.401	4,66%	535,11%
Imposto de renda e contribuição social	(2.710)	-6,65%	(385)	-1,28%	603,89%
Lucro líquido do exercício	**6.188**	**15,18%**	**1.016**	**3,38%**	**509,05%**

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$40.741 milcomparativamente a R$30.028 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$10.713 milhões ou 35,67%. Este aumento é atribuído ao aumento de venda de serviços e equipamentos na área de criptografia, foco principal da empresa desde 2019.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$15.285 milhões comparativamente a R$12.938 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$2.347 mil ou 18,14%. Este aumento é atribuído a diminuição relativa ao percentual da receita, por maiores descontos nas compras de insumos dos fabricantes.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$15.872 mil comparativamente a R$14.859 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$1.013 mil ou 6,81%. Este aumento é atribuído ao aumento da inflação no referido período destas despesas, consideranodo o significante aumento das receitas e dos custos.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$6.188 mil comparativamente a R$1.016 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$5.172 mil ou 509,05%. Este aumento é atribuído a estabilidade das despesas e aumento significativo nas receitas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

- *Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.*

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita líquida	36.967	100,00%	17.381	100,00%	**112,98%**
Custo do serviço prestado	(25.926)	-70,13%	(9.366)	-53,89%	**176,81%**
Lucro Bruto	**11.041**	**29,87%**	**8.015**	**46,11%**	**37,75%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(2.581)	-6,98%	(2.146)	-12,35%	20,27%
Gerais e administrativas	(3.105)	-8,40%	(5.292)	-30,45%	-41,33%
Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas	(124)	-0,34%	(177)	-1,02%	-29,94%
	(5.810)	-15,72%	(7.615)	-43,81%	23,70%
Lucro antes do resultado financeiro	**5.231**	**14,15%**	**400**	**2,30%**	**1207,75%**
Receita Financeira	155	0,42%	128	0,74%	21,09%
Despesa financeira	(52)	-0,14%	(84)	-0,48%	-38,10%
Resultado financeiro líquido	**103**	**0,28%**	**44**	**0,25%**	**134,09%**
Lucro antes do imposto de renda	**5.334**	**14,43%**	**444**	**2,55%**	**1101,35%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.275)	3,45%	(427)	-2,46%	198,59%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(557)	-1,51%	227	1,31%	345,37%
Lucro do exercício	3.502	**9,47%**	244	**1,40%**	**1335,25%**

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$36.967 mil comparativamente a R$17.381 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$19.586 mil ou 112,68%. Este aumento é atribuído a estratégia da Companhia em escalar o segmento de *cloud*, aumentando a base instalada vinculada.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$25.926 milhões comparativamente a R$9.366 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$16.560 mil ou 176,81%. Este aumento é atribuído ao custo vinculado ao aumento de receita deste segmento, diante da estratégia da empresa de escalar o segmento de *cloud*.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$5.810 mil comparativamente a R$7.615 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R$1.805 mil ou -23,70%. O decréscimo está relacionado a redução de amortização vinculadas ao fim de vida útil de determinadas operações no exercício de 2020 e a investimento realizado na área comercial de maneira a sustentar o crescimento de receita.

Lucro do exercício

O lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$3.502 mil comparativamente a R$244 mils no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$3.258 mil ou 1335,25%. Este aumento é atribuído ao aumento de receitas e margens nos segmentos de *cloud* e *managed services*, assim como, redução de amortização vinculadas ao fim de vida útil de determinadas operações no exercício 2020.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	AV	2019	AV	AH
Receita líquida	17.381	100,00%	17.973	100,00%	-3,29%
Custo do serviço prestado	(9.366)	-53,89%	(12.510)	-69,60%	-25,13%
Lucro Bruto	**8.015**	**46,11%**	**5.463**	**30,40%**	**46,71%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(2.146)	-12,35%	(2.260)	-12,57%	-5,04%
Gerais e administrativas	(5.292)	-30,45%	(2.646)	-14,72%	100,00%
Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas	(177)	-1,02%	(57)	-0,327%	210,53%
	(7.615)	-43,81%	(4.963)	-27,61%	53,44%
Lucro antes do resultado financeiro	**400**	**2,30%**	**500**	**2,78%**	**-20,00%**
Receita Financeira	128	0,74%	199	1,11%	-35,68%
Despesa financeira	(84)	-0,48%	(537)	-2,99%	-84,36%
Resultado financeiro líquido	**44**	**0,25%**	**(338)**	**-1,88%**	**-113,02%**
Lucro antes do imposto de renda	**444**	**2,55%**	**162**	**0,90%**	**174,07%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(427)	-2,46%	(246)	-1,37%	73,58%
Imposto de renda e contribuição social diferido	227	1,31%	256	1,42%	11,33%
Lucro do exercício	**244**	**1,40%**	**172**	**0,96%**	**41,86%**

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$17.381 mil comparativamente a R$17.973 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$592 mil ou -3,29%. Esta redução é atribuída a redução das receitas de *managed services* e um aumento no segmento de *cloud* vinculados às estratégias de crescimento da companhia.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$9.366 mil comparativamente a R$12.510 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$3.144 mil ou 25,13%. Esta redução é atribuída ao decréscimo das receitas de *managed services* e consequentemente de seus custos de pessoas vinculadas.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$7.615 mil comparativamente a R$4.963 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$2.652 mil ou 53,44%. Este que é relacionado ao aumento de amortização vinculadas a determinadas operações no exercício de 2020.

Lucro do exercício

O lucro do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$244 milcomparativamente a R$172 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$72 mil ou 41,86%. Este que é atribuído ao aumento de receitas nos segmentos de *cloud*, aumento de margem operacional no segmento *managed services*, assim como, aumento de amortização vinculadas a determinadas operações no exercício 2020.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

- *Integra Consultoria S.A.*

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIALFINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita líquida	23.519	100%	16.149	100%	45,64%
Custo do serviço prestado	(8.666)	-36,85%	(6.107)	-37,82%	41,90%
Lucro bruto	**14.853**	**63,15%**	**10.042**	**62,18%**	**47,91%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(39)	-0,17%	(19)	-0,11%	-105,26%
Despesa com pessoal	(3.848)	-16,36%	(3.302)	-20,45%	-16,54%
Gerais e administrativas	(1.964)	-8,35%	(1.545)	-9,57%	-27,12%
Outras (despesas) operacionais líquidas	-	0%	17	0,10%	0%
	(5.851)	**-24,88%**	**(4.849)**	**-30,03%**	**-20,66%**
Lucro antes do resultado financeiro	**9.002**	**38,28%**	**5.193**	**32,16%**	**73,35%**
Receita financeira	12	0,05%	44	0,27%	-72,73%
Despesa financeira	(132)	-0,56%	(141)	-0,87%	-6.38%
Resultado financeiro líquido	**(120)**	**-0,51%**	**(97)**	**-0,60%**	**-23,71%**
Lucro líquido antes do imposto de renda	**8.882**	**37,77%**	**5.096**	**31,56%**	**74,29%**
Imposto de renda e contribuição social	(2.817)	-11,98%	(1.969)	-12,19%	43,07%
Lucro líquido do exercício	**6.065**	**25,79%**	**3.127**	**19,36%**	**93,96%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$23.519 mil comparativamente a R$16.149 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$7.370 mil ou 45,64%. Este aumento é atribuído aos aumentos no número de clientes, ticket médio da base de clientes antiga e escopo dos serviços prestados na base de clientes.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$8.666 milhões comparativamente a R$6.107 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$2.559 mil ou 41,90%. Este aumento em linha com o crescimento de receita do período, deu-se em decorrência de medidas para aumento de produtividade e automatização nos serviços prestados para dar vazão ao aumento da demanda dos serviços.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R$5.851 mil comparativamente a R$4.849 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$1.002 mil ou 20,66%. Este aumento está em um patamar abaixo do crescimento de receita pois representa um ganho de eficiência através da diluição de despesas com pessoal e incremento do ganho operacional.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$6.065 mil comparativamente a R$3.127 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$2.938 mil ou 93,96%. Este aumento é atribuído a um menor gasto com os juros das dívidas, que foram substancialmente amortizadas nos períodos anteriores.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de R$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2020	AV	2019	AV	AH
Receita líquida	16.149	100%	10.163	100%	58,90%
Custo do serviço prestado	(6.107)	-37,82%	(4.622)	-45,48%	32,13%
Lucro bruto	**10.042**	**62,18%**	5.541	**54,52%**	**81,23%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(19)	-0,21%	(167)	-1,64%	-88,62%
Despesa com pessoal	(3.302)	-20,45%	(2.244)	-22,08%	47,15%
Gerais e administrativas	(1.545)	-9,57%	(1.194)	11,75%	29,39%
Outras (despesas) operacionais líquidas	17	0,11%	(6)	-0,06%	383,33%
	(4.849)	**-30,03%**	**(3.611)**	**35,53%**	**34,28%**
Lucro antes do resultado financeiro	**5.193**	**32,16%**	**1.930**	**18,99%**	**169,07%**
Receita financeira	44	0,27%	34	0,33%	29,41%
Despesa financeira	(141)	-0,87%	(426)	**-4,19%**	**-66,90%**
Resultado financeiro líquido	**(97)**	-0,60%	(392)	**-3,86%**	**-75,26%**
Lucro líquido antes do imposto de renda	**5.096**	31,56%	1.538	15,13%	231,34%
Imposto de renda e contribuição social	(1.969)	-12,19%	(500)	**4,92%**	**293,80%**
Lucro líquido do exercício	**3.127**	19,36%	**1.038**	**10,21%**	**201,25%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$16.149 mil comparativamente a R$10.163 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$5.986 mil ou 58,90%. Esta redução é atribuída ao aumento de número de clientes e aumento do ticket médio na base de clientes.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$6.107 milcomparativamente a R$4.622 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$1.485 mil ou 32,13%. Este aumento está em linha com o que foi projetado pela empresa, pois representa o incremento de custos variáveis para dar vazão ao aumento da demanda dos serviços representada no aumento da receita.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$4.849 mil comparativamente a R$3.611 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$1.238 mil ou 34,28%. Este aumento está em um patamar abaixo do crescimento de receita pois representa um ganho de eficiência através da diluição de despesas com pessoal e incremento do ganho operacional.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$3.127 mil comparativamente a R$1.038 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$2.089 mil ou 201,25%. Este aumento é atribuído a um menor gasto com os juros das dívidas, que foram substancialmente amortizadas nos períodos anteriores e incremento de receita com ganhos de produtividade e efetividade.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às das Empresas Participantes.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às das Empresas Participantes.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A administração da Companhia é composta por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria Estatutária, (iii) Comitê de Auditoria não estatutário, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, (iv) Comitê de Investimentos, e (v) Comitê de Estratégia, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo. Na data deste Formulário de Referência, apesar de devidamente instalados, o Comitê de Auditoria e o Comitê de Investimentos não possuem membros em exercício, visto que a posse dos membros eleitos em 21 de fevereiro de 2022 encontra-se condicionada à divulgação do anúncio de início da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior ("Oferta") ou, alternativamente, à divulgação do fato relevante de oferta pública de distribuição primária e secundária com esforços restritos de colocação de ações ordinárias da Companhia, o que ocorrer primeiro, data na qual os referidos membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Investimentos serão investidos nos seus respectivos cargos. O Conselho de Administração poderá, ainda, criar outros comitês para assessorá-lo no desempenho de suas atividades, definindo o escopo, a composição e o funcionamento de cada comitê.

(a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022 e que pode ser composto, por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

I. fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;

II. eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;

III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos;

IV. estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Estatuto Social;

V. deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme o disposto no Estatuto Social;

VI. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

VII. convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

VIII. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

IX. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

X. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

XI. aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme disposto no Estatuto Social;

XII. escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

XIII. autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;

XIV. convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

XV. aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

XVI. aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, quando os seus valores superem 5% (cinco por cento) da receita líquida da Companhia por ato, observado o disposto no Estatuto Social;

XVII. aprovar a aquisição ou venda, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das companhias controladas ou coligadas, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição dos mesmos, quando os seus valores superem 10% da receita líquida da Companhia por ato, estipulando prazos e demais condições;

XVIII. contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias sempre que o valor tomado pela Companhia, de empréstimos e/ou obrigações, totalize valor superior a 2,5 vezes o valor do EBITDA do ano anterior da Companhia;

XIX. manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

XX. aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

XXI. aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

XXII. aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Estatuto Social; e

XXIII. aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

Diretoria

A Diretoria será eleita pelo Conselho de Administração e será constituída de, no mínimo, 2 (dois) membros, e, no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, se houver, diretores sem designação específica. Todos os diretores são residentes no país e tem mandato fixado em 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas e pelo Conselho de Administração, conforme o caso, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, podendo receber citações;

II. assinar quaisquer documentos que gerem responsabilidades ou obrigações para a Companhia, incluindo escrituras, dívidas, letra de câmbio, cheques, ordens de pagamento, observados os requisitos deste Estatuto, bem como abrir, operar ou fechar qualquer conta bancária da Companhia; e

III. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria.

A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio, dispõe de caráter não permanente e será, quando instalado, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição, em caso de reinstalação. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não conta com Conselho Fiscal instalado.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, órgão não estatutário, será composto, por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo:

I. ao menos, 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

II. ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes.

Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato unificado de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o mandato, aAs eleições dos membros do Comitê de Auditoria serão realizadas na primeira reunião do Conselho de Administração após a assembleia geral ordinária da Companhia.

O Comitê de Auditoria é órgão de assessoramento, previsto no Regulamento do Novo Mercado, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, tendo por objetivos supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

I. Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

II. Supervisionar as atividades da auditoria independente;

III. Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

IV. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

V. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;

VI. Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas;

VII. Receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e

VIII. Aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

Outros Comitês

Comitê de Investimento

Além do Comitê de Auditoria, a Companhia possui o Comitê de Investimento, composto por 3 (três) membros, dos quais ao 2 (dois) serão escolhidos dentre os membros independentes do Conselho de Administração, com mandato unificado de 1 (um) ano, facultada a reeleição.

O Comitê se reunirá ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente sempre que algum dos assuntos de sua competência requerer a sua manifestação.

Compete ao Comitê de Investimentos:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

I. Propor ao Conselho de Administração, o Plano Anual de Investimentos da Companhia, assim como suas eventuais alterações, com base na disponibilidade total de recursos da Companhia;

II. Avaliar e opinar a respeito de todas as iniciativas que demandem investimentos de capital propostas pela Companhia e pelas controladas, desde que tenham aderência à estratégia de crescimento (orgânico ou inorgânico) da Companhia, contemplando, mas não se limitando a: (a) investimentos em aquisição de sociedades pela Companhia ou por meio das controladas que apresentem expectativa de alcançar o retorno definido pelo Conselho de Administração e que não ultrapassem o limite de endividamento máximo das controladas, também anualmente definida pelo Conselho de Administração, expresso na relação (Dívida Líquida ÷ EBTIDA); e (b) investimentos no crescimento orgânico das controladas através de expansão para novos mercados nacionais ou internacionais e/ou novos produtos;

III. avaliar e opinar a respeito de fusões, incorporações, cisões ou outro tipo de reorganização societária que impacte os negócios da Companhia e/ou das controladas; e

IV. avaliar e opinar a respeito das iniciativas de desinvestimento total ou parcial da Companhia ou de alguma das controladas.

Comitê de Estratégia

O Comitê de Estratégia é um órgão de assessoria ao Conselho de Administração e será composto por até 5 (cinco) membros, com mandato unificado de até 1 (um) ano, facultada a reeleição.

Os membros do Comitê serão eleitos, por maioria, pelo Conselho de Administração, dos quais: (a) 1 (um) será o Diretor Presidente da Companhia; e (b) 1 (um) será membro do Conselho de Administração da Companhia.

O Comitê de Estratégia se reunirá sempre que necessário para o cumprimento de suas atividades e/ou sempre que os membros do Comitê entendam adequado.

Compete ao Comitê de Estratégia realizar reuniões de trabalho e manifestar-se previamente à deliberação pelo Conselho de Administração sobre as matérias abaixo, relativas à Companhia ou suas controladas diretas e indiretas:

(i) temas e iniciativas que viabilizem a construção da visão de futuro, no âmbito do plano de negócios da Companhia e das controladas, incluindo a definição dos valores, da missão, dos objetivos e das iniciativas de *branding* da Companhia;

(ii) desenvolvimento de novos negócios, que não estejam contemplados no plano de negócios da Companhia;

(iii) se aplicável, orientação do voto da Companhia nos órgãos de administração das controladas; e

(iv) contratações com o setor público pela Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022 e que pode ser consultado no website da CVM (www.cvm.gov.br), no *website* da Companhia (www.qestra.com.br/ri).

Comitê de Auditoria:

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022 e que pode ser consultado no website da CVM (www.cvm.gov.br), no *website* da Companhia (www.qestra.com.br/ri).

Comitê de Estratégia:

O Comitê de Estratégia possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022 e que pode ser consultado no website da CVM (www.cvm.gov.br), no *website* da Companhia (www.qestra.com.br/ri).

Comitê de Investimentos:

O Comitê de Investimentos possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022 e que pode ser consultado no website da CVM (www.cvm.gov.br), no *website* da Companhia (www.qestra.com.br/ri).

(ii) Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário. Uma vez que o comitê de auditoria não é estatutário, ele não segue as regras da Instrução CVM 308.

(iii) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, bem como convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria, nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

(b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria não possui regimento interno próprio, sendo suas atribuições designadas pelo Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração da Companhia.

Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia:

I. coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

II. zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

III. convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e

IV. conduzir e coordenar as atividades dos Diretores no âmbito dos deveres e atribuições estabelecidos para os respectivos Diretores pelo Conselho de Administração e pelo presente Estatuto Social.

Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia:

I. Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

II. Prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

III. Manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado. Adicionalmente, a Companhia não possui regimento interno do Conselho Fiscal, podendo aprovar um regimento quando de sua instalação.

(d) Se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

Nos termos do Ofício Circular nº 049/2021, a Companhia ainda não implementou mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, sendo que tal implementação deverá ser finalizada em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão.

(i) A periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Nos termos do Ofício Circular nº 049/2021, a Companhia ainda não implementou mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, sendo que tal implementação deverá ser finalizada em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão.

(ii) Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Nos termos do Ofício Circular nº 049/2021, a Companhia ainda não implementou mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, sendo que tal implementação deverá ser finalizada em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão.

(iii) Como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Nos termos do Ofício Circular nº 049/2021, a Companhia ainda não implementou mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, sendo que tal implementação deverá ser finalizada em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão.

(iv) Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Nos termos do Ofício Circular nº 049/2021, a Companhia ainda não implementou mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, sendo que tal implementação deverá ser finalizada em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 21 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, conforme o estatuto social da Companhia aprovada na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 21 de fevereiro de 2022 ("Estatuto Social") e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

(b) Competências

Sem prejuízo às competências previstas em lei e regulamentos aplicáveis, e pelo Estatuto Social, compete à Assembleia Geral a deliberação e aprovação das seguintes matérias:

I. alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Art. 6° do Estatuto Social da Companhia;

II. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

III. eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver;

IV. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

V. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

VI. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

VII. fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração e da Diretoria;

VIII. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia;

IX. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

X. autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

XI. aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

XII. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado; e

XIII. deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estarão disponíveis aos acionistas nos seguintes endereços:

Endereço Eletrônico: www.qestra.com.br/ri.

Endereço Físico: Avenida das Américas, 500, bloco 19, sala 301, parte, CEP 22.640-904, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse ("Política de Transações com Partes Relacionadas"), aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2022, disponibilizada na página da Companhia (www.qestra.com.br/ri) e na página da CVM na Internet (www.cvm.gov.br), que visa a assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de Condições de Mercado prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência, conforme descrita na seção 16 deste Formulário de Referência.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma formalidade para aceitação de procurações outorgadas por acionistas.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto à distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 07 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização.

(h) Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação à distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto à distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM 481, acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto à distância de (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, sempre que convocada Assembleia Geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto à distância, conforme §1º do art. 21-A; ou (ii) propostas de deliberação para as Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia (a) na hipótese (i) acima, de inclusão de candidatos ao Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, (a.i) em sendo Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (a.ii) em sendo Assembleia Geral Extraordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida Assembleia Geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral; e (b) na hipótese (ii) acima, de inclusão de propostas de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto à distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Avenida das Américas, 500, bloco 19, sala 301, parte, CEP 22.640-904, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e ri@qestra.com.br.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(j) Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo *e-mail* ri@qestra.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas, em caráter ordinário, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, e, em caráter extraordinário, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou de quaisquer outros 2 (dois) Conselheiros em conjunto.

As convocações poderão ser feitas por e-mail ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento, pelo seu Presidente, por seu substituto ou por quaisquer outros 2 (dois) Conselheiros em conjunto, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente com antecedência de 2 (duas) horas, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho

As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Os membros do Conselho de Administração poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. O conselheiro que assim participar à distância será considerado como presente em referida reunião.

O Conselho de Administração foi instalado por meio da AGE realizada em 08 de maio de 2017. Até a data desde Formulário de Referência, foram realizadas 3 (três) reuniões.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Conforme descrito em 15.5, a Companhia possui dois acordos de acionistas arquivados em sua sede.

O acordo de acionistas prévio ao Evento de Liquidez, conforme descrito no item 15.5.a, passou a vigorar em 30 de setembro de 2021, permanecendo vigente até 30 de abril de 2022 ou até a ocorrência de Evento de Liquidez.

Por outro lado, o acordo de acionistas pós Evento de Liquidez, conforme descrito no item 15.5.b, foi celebrado sob condição suspensiva a qual corresponde ao Evento de Liquidez, ainda não verificada.

Dessa forma, mediante a ocorrência do Evento de Liquidez, o acordo de acionistas prévio ao Evento de Liquidez será extinto e o acordo de acionistas pós Evento de Liquidez passará a vigorar, pelo prazo de vigência de dez anos. Está previsto em cada um dos acordos:

(1) <u>Acordo de acionistas prévio ao Evento de Liquidez</u>

As partes se obrigam, nos termos do acordo de acionistas, a fazer com que os membros do conselho de administração eleitos por sua indicação (conforme aplicável) votem nas reuniões com o objetivo de cumprir e dar efeito às disposições do acordo de acionistas e do estatuto social.

(2) <u>Acordo de acionistas pós Evento de Liquidez</u>

O acordo prevê que o Conselho de Administração, em decorrência da sua característica de independência, deverá se orientar conforme as convicções de seus membros.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos do Artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração e das controlada da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão informar os demais membros do Conselho de Administração da existência do conflito e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Adicionalmente, a Política de Transações com Partes Relacionadas prevê que, uma vez identificado potencial conflito de interesse, a pessoa envolvida no processo decisório deverá alegar-se impedida e abster-se de participar de uma determinada negociação. Além disso, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas.

(d) Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) Órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária ("Política de Indicação"), a qual foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022, para a indicação de membros do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária da Companhia. A Política de Indicação pode ser consultada no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de RI da Companhia (www.qestra.com.br/ri).

(ii) Principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Diretrizes e Critérios para Indicação

O Conselho de Administração da Companhia será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (membros) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser "Conselheiros Independentes", conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado e o previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração.

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, em especial ao art. 147 da Lei das Sociedades por Ações, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

(i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Conduta e suas políticas internas;

(ii) integridade pessoal e reputação ilibada;

(iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(iv) experiência profissional em temas diversificados ou capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;

(v) ser familiarizado em gestão financeira e demais áreas da administração de empresas necessárias para o exercício do cargo, possuindo habilidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;

(vi) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e

(vii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

Procedimento para Indicação

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da Assembleia Geral que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 367, e sem prejuízo do disposto no art. 21-M da Instrução CVM 481, o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato: (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução CVM 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e (ii) o currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e eventuais outras informações que auxiliem na verificação dos demais critérios constantes da Política de Indicação.

O cumprimento dos requisitos estabelecidos na Política de Indicação será verificado pelo Conselho de Administração e, caso atendidos, o nome do candidato será posto em votação em Assembleia Geral da Companhia, observado, conforme aplicável, a "Política de Indicação", o Estatuto Social e o procedimento previsto no art. 21-N da Instrução CVM 481.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Luis Antonio de Oliveira Banhara	28/06/1967	Pertence apenas à Diretoria	21/01/2022	3 anos	0
112.850.508-86	Economista	19 - Outros Diretores	21/01/2022	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Estratégia (Efetivo).		Diretor Presidente			
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues	30/08/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2021	2 anos	2
491.807.037-04	Administrador de empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	31/12/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Estratégia (Efetivo)					
Cesar Balarine Cavalheiro Leite	28/01/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2021	2 anos	0
539.464.640-68	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/12/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Estratégia (Efetivo)					
Eduardo Arroxellas Villela	22/01/1976	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	21/01/2022	2 anos	3
075.269.237-21	Economista	39 - Outros Conselheiros / Diretores	21/01/2022	Sim	100.00%
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores		Conselho de Administração (Efetivo)			

Experiência profissional / Critérios de Independência

Luis Antonio de Oliveira Banhara - 112.850.508-86

O Sr. Banhara atuou como Diretor Geral da Citrix no Brasil, empresa atuante no setor de tecnologia que fornece espaços de trabalho virtuais e seguros, virtualização de desktops, aplicativos, redes, software como serviço e tecnologias de computação em nuvem. Possui graduação em Análise de Sistemas, pela PUC Campinas, e mestrado em Marketing, pela ESPM. O Sr. Banhara não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues - 491.807.037-04

O Sr. Rodrigues é Diretor Executivo da Gulf Gestão Ltda., empresa de investimentos que tem como objetivo atuar ativamente na gestão das empresas investidas. O Sr. Rodrigues não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Rodrigues graduou-se em Administração pela FGV-RJ, possui pós-graduação em Mercado de Capitais pela FGV-RJ e participou do curso Advance Management Program pela Kellogg Schoof of Management e pela Insead.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

O Sr. Rodrigues foi eleito para o cargo de presidente do Conselho de Administração da Companhia em 31/12/2021, para o mandato com o prazo de 2 anos, em linha com o previsto no Acordo de acionistas prévio a Evento de Liquidez, nos termos do item 15.5 deste Formulário de Referência. Não obstante, conforme deliberado em sede de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/02/2022, na qual foi aprovada a eleição de nova composição do Conselho de Administração, sob condição suspensiva, o Sr. Rodrigues será reconduzido ao cargo de presidente do Conselho de Administração, para novo mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, mediante a divulgação do anúncio de início da Oferta, data na qual os novos membros do Conselho de Administração serão investidos em seus respectivos cargos. Para mais informações sobre a composição do Conselho de Administração após a Oferta, vide item 12.12, abaixo.

Cesar Balarine Cavalheiro Leite - 539.464.640-68

O Sr. Balarine é CEO e Fundador da Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda., Proc. Participações e Investimentos Ltda. e Processor Soluções Tecnológicas para Negócios Ltda. É formado em Administração de Empresas/Análise de Sistemas da Informação, pela PUC-RS/Brasil, cursou especialização em Psicologia, pela UESP, na Rússia, e possui pós-graduação em Gestão de Negócios, pela Fundação Dom Cabral. Tem um extenso trabalho social na ONG Parceiros Voluntários, +PraTi e Dynamic Mindset. O Sr. Leite não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

O Sr. Balarine foi eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia em 31/12/2021, para o mandato com o prazo de 2 anos, em linha com o previsto no Acordo de acionistas prévio a Evento de Liquidez, nos termos do item 15.5 deste Formulário de Referência. Não obstante, conforme deliberado em sede de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/02/2022, na qual foi aprovada a eleição de nova composição do Conselho de Administração, sob condição suspensiva, o Sr. Leite será substituído pelos novos membros eleitos mediante a divulgação do anúncio de início da Oferta, data na qual os novos membros do Conselho de Administração serão investidos em seus respectivos cargos. Para mais informações sobre a composição do Conselho de Administração após a Oferta, vide item 12.12, abaixo.

Eduardo Arroxellas Villela - 075.269.237-21

O Sr. Villela, nos últimos cinco anos, atuou como Diretor da Gulf Gestão Ltda., empresa de investimentos que tem como objetivo atuar ativamente na gestão das empresas investidas e que liderou o processo de consolidação do setor de software e serviços de tecnologia, através da constituição da Companhia. O Sr. Villela atuou ativamente na constituição e formação da Qestra, desde a origem do negócio. Graduou-se em Economia e possui pós-graduação em finanças corporativas, pela PUC-RJ. O Sr. Villela não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

O Sr. Villela foi eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia na data acima mencionada, para o mandato com o prazo de 2 anos, em linha com o previsto no Acordo de acionistas prévio a Evento de Liquidez, nos termos do item 15.5 deste Formulário de Referência. Não obstante, conforme deliberado em sede de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/02/2022, na qual foi aprovada a eleição de nova composição do Conselho de Administração, sob condição suspensiva, o Sr. Villela será substituído pelos novos membros eleitos mediante a divulgação do anúncio de início da Oferta, data na qual os novos membros do Conselho de Administração serão investidos em seus respectivos cargos. Para mais informações sobre a composição do Conselho de Administração após a Oferta, vide item 12.12, abaixo.

O Sr. Villela ocupa, na data deste Formulário de Referência, o cargo de membro do Conselho de Administração, bem como de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, sendo que no quadro acima os campos “data da eleição”, “data de posse” e “prazo do mandato” referem-se apenas ao seu cargo de conselheiro. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de diretor, apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) data de eleição: 21/01/2022, (ii) data de posse: 21/01/2022, e prazo de mandato: 3 anos.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Luis Antonio de Oliveira Banhara - 112.850.508-86	
N/A	
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues - 491.807.037-04	
N/A	

Cesar Balarine Cavalheiro Leite - 539.464.640-68

N/A

Eduardo Arroxellas Villela - 075.269.237-21

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/08/1957	21/02/2022	1 ano
491.807.037-04	Comitê de Estratégia	Administrador de empresas		21/02/2022	0	100.00%
Presidente do Conselho de Administração						
Solemar Batista De Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/09/1971	21/02/2022	1 ano
563.567.731-20	Comitê de Estratégia	Empresário		21/02/2022	0	100.00%
N/A						
Carlos Eduardo Albo Py	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/05/1966	21/02/2022	1 ano
516.350.970-53	Comitê de Estratégia	Administrador de Empresas		21/02/2022	0	100.00%
N/A						
Luis Antonio de Oliveira Banhara	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/06/1967	21/02/2022	1 ano
112.850.508-86	Comitê de Estratégia	Economista		21/02/2022	0	100.00%
Diretor Presidente						
Cesar Balarine Cavalheiro Leite	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/01/1969	21/02/2022	1 ano
539.464.640-68	Comitê de Estratégia	Administrador de empresas		21/02/2022	0	100.00%
Membro do Conselho de Administração (Efetivo)						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues - 491.807.037-04

O Sr. Rodrigues é Diretor Executivo da Gulf Gestão Ltda., empresa de investimentos que tem como objetivo atuar ativamente na gestão das empresas investidas. O Sr. Rodrigues não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Rodrigues graduou-se em Administração pela FGV-RJ, possui pós-graduação em Mercado de Capitais pela FGV-RJ e participou do curso Advance Management Program pela Kellogg Schoof of Management e pela Insead.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

O Sr. Rodrigues foi eleito para o cargo de presidente do Conselho de Administração da Companhia em 31/12/2021, para o mandato com o prazo de 2 anos, em linha com o previsto no Acordo de acionistas prévio a Evento de Liquidez, nos termos do item 15.5 deste Formulário de Referência. Não obstante, conforme deliberado em sede de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/02/2022, na qual foi aprovada a eleição de nova composição do Conselho de Administração, sob condição suspensiva, o Sr. Rodrigues será reconduzido ao cargo de presidente do Conselho de Administração, para novo mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, mediante a divulgação do anúncio de início da Oferta, data na qual os novos membros do Conselho de Administração serão investidos em seus respectivos cargos. Para mais informações sobre a composição do Conselho de Administração após a Oferta, vide item 12.12, abaixo.

Solemar Batista De Andrade - 563.567.731-20

O Sr. Batista atuou como CEO da Plusoft Informática S.A., empresa atuante no desenvolvimento de softwares para a área de customer experience. Anteriormente, atuou como Diretor de Tecnologia e Negócios da Algar Tecnologia e Consultoria S.A., como CEO da Siscom Teleatendimento e Telesservicos Ltda. e como Vice-Presidente Executivo da Resource It Solutions Participações Ltda. O Sr. Batista não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Graduou-se em Direito pelo Centro Universitário de Brasília e em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Uberlândia. O Sr. Batista possui pós gradução em Marketing e Finanças pela FGV e pela escola de negócios IESE, na Espanha.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Carlos Eduardo Albo Py - 516.350.970-53

O Sr. Py atuou como CEO da Klassmatt-Integra S.A., empresa atuante no setor de tecnologia, com foco na gestão de dados mestres e com atuação em trinta e quatro países. Anteriormente, atuou como Diretor Corporativo e membro do Comitê Executivo da Linx S.A., pelo período de cinco anos. O Sr. Py graduou-se em Administração de Empresas na PUC-RS. O Sr. Py não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Luis Antonio de Oliveira Banhara - 112.850.508-86

O Sr. Banhara atuou como Diretor Geral da Citrix no Brasil, empresa atuante no setor de tecnologia que fornece espaços de trabalho virtuais e seguros, virtualização de desktops, aplicativos, redes, software como serviço e tecnologias de computação em nuvem. Possui graduação em Análise de Sistemas, pela PUC Campinas, e mestrado em Marketing, pela ESPM. O Sr. Banhara não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Cesar Balarine Cavalheiro Leite - 539.464.640-68

O Sr. Balarine é CEO e Fundador da Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda., Proc. Participações e Investimentos Ltda. e Processor Soluções Tecnológicas para Negócios Ltda. É formado em Administração de Empresas/Análise de Sistemas da Informação, pela PUC-RS/Brasil, cursou especialização em Psicologia, pela UESP, na Rússia, e possui pós-graduação em Gestão de Negócios, pela Fundação Dom Cabral. Tem um extenso trabalho social na ONG Parceiros Voluntários, +PraTi e Dynamic Mindset. O Sr. Leite não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

O Sr. Balarine foi eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia em 31/12/2021, para o mandato com o prazo de 2 anos, em linha com o previsto no Acordo de acionistas prévio a Evento de Liquidez, nos termos do item 15.5 deste Formulário de Referência. Não obstante, conforme deliberado em sede de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/02/2022, na qual foi aprovada a eleição de nova composição do Conselho de Administração, sob condição suspensiva, o Sr. Leite será substituído pelos novos membros eleitos mediante a divulgação do anúncio de início da Oferta, data na qual os novos membros do Conselho de Administração serão investidos em seus respectivos cargos. Para mais informações sobre a composição do Conselho de Administração após a Oferta, vide item 12.12, abaixo.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues - 491.807.037-04	
N/A	
Solemar Batista De Andrade - 563.567.731-20	
N/A	
Carlos Eduardo Albo Py - 516.350.970-53	
N/A	
Luis Antonio de Oliveira Banhara - 112.850.508-86	
N/A	
Cesar Balarine Cavalheiro Leite - 539.464.640-68	

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração das Empresas Participantes, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor

Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues	491.807.037-04	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Gulf Gestão de Recursos Ltda.	07.276.866/0001-79
Diretor	

Observação

Tendo em vista a Reorganização Societária Gulf, conforme descrita no item 15.6 deste Formulário de Referência, a Gulf Gestão de Recursos Ltda. deixou de ser controladora direta da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.

Administrador do Emissor

Cesar Balarine Cavalheiro Leite	539.464.640-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.	16.575.880/0001-64
Diretor Presidente	

Observação

N/A

Administrador do Emissor

Cesar Balarine Cavalheiro Leite	539.464.640-68	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.	16.575.880/0001-64

Observação

Em razão da Consolidação, conforme definida no item 15.6 abaixo, o Sr. César deixou de figurar como controlador da ITSource Serviços e Soluções em TI Ltda. Em 30/09/2021.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Eduardo Arroxellas Villela	075.269.237-21	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Gulf Gestão de Recursos Ltda.	07.276.866/0001-79		
Diretor			
Observação			
Tendo em vista a Reorganização Societária Gulf, conforme descrita no item 15.6 deste Formulário de Referência, a Gulf Gestão de Recursos Ltda. deixou de ser controladora direta da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor			
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues	491.807.037-04	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Gulf Gestão de Recursos Ltda.	07.276.866/0001-79		
Diretor			
Observação			
Tendo em vista a Reorganização Societária Gulf, conforme descrita no item 15.6 deste Formulário de Referência, a Gulf Gestão de Recursos Ltda. deixou de ser controladora direta da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.			
Administrador do Emissor			
Cesar Balarine Cavalheiro Leite	539.464.640-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.	16.575.880/0001-64		
Diretor Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
N/A			
Administrador do Emissor			
Cesar Balarine Cavalheiro Leite	539.464.640-68	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.	16.575.880/0001-64		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Eduardo Arroxellas Villela	075.269.237-21	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Gulf Gestão de Recursos Ltda.	07.276.866/0001-79		
Diretor			
Observação			
Tendo em vista a Reorganização Societária Gulf, conforme descrita no item 15.6 deste Formulário de Referência, a Gulf Gestão de Recursos Ltda. deixou de ser controladora direta da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues	491.807.037-04	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Gulf Gestão de Recursos Ltda.	07.276.866/0001-79		
Diretor			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Tendo em vista a Reorganização Societária Gulf, conforme descrita no item 15.6 deste Formulário de Referência, a Gulf Gestão de Recursos Ltda. deixou de ser controladora direta da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.			
Administrador do Emissor			
Cesar Balarine Cavalheiro Leite	539.464.640-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.	16.575.880/0001-64		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Cesar Balarine Cavalheiro Leite	539.464.640-68	Controle	Controlada Direta
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda.	16.575.880/0001-64		
-			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Eduardo Arroxellas Villela	075.269.237-21	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Gulf Gestão de Recursos Ltda.	07.276.866/0001-79		
Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tendo em vista a Reorganização Societária Gulf, conforme descrita no item 15.6 deste Formulário de Referência, a Gulf Gestão de Recursos Ltda. deixou de ser controladora direta da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Atualmente, a Companhia não oferece seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), mas está avaliando a contratação desse seguro.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos três últimos anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	10/12/2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30/09/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30/10/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30/11/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	31/12/2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	20/02/2022	100%	Não

Relacionamento entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, a Diretoria e o Comitê de Auditoria Estatutário, o número de reuniões conjuntas agendadas e realizadas no exercício social anterior e o número de reuniões conjuntas previstas para o exercício em curso

O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado nos últimos três exercícios sociais e na data deste Formulário de Referência também não está instalado, logo, não há o que reportar sobre o seu relacionamento com os demais órgãos da Administração no exercício social em curso. Ressalta-se que em linha com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Companhia e deverá fornecer ao acionista, ou grupo de acionistas que representem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência.

O Conselho de Administração da Companhia foi instalado em 08 de maio de 2017. Em linha com o Regimento Interno do órgão, é responsável por fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e de suas sociedades controladas direta ou indiretamente, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, e de suas sociedades controladas direta ou indiretamente, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos. No exercício social em curso, não há reuniões conjuntas previstas, ressalvado, conforme aplicável, que os diretores podem vir a participar das reuniões do Conselho de Administração.

Por fim, a Companhia possui um Comitê de Auditoria, que se trata de um órgão de assessoramento do Conselho de Administração e se reporta diretamente a ele.

Órgãos de Assessoramento ao Conselho de Administração

A Companhia possui Comitê de Auditoria, Comitê de Estratégia e Comitê de Investimentos, como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração, sendo sua composição detalhada no item 12.1 deste Formulário de Referência.

Processo de Avaliação da Administração

As informações sobre o processo de avalição dos órgãos da administração da Companhia e de seus membros foram prestadas no item 12.1 deste Formulário de Referência.

12.12 - Outras informações relevantes

Programa de Treinamento da Administração

Na data deste Formulário de Referência, não há programa de treinamento formalizado de membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal.

Número de denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta ou Integridade recebidas pela Companhia no exercício social anterior, com a indicação, ainda, dos aperfeiçoamentos que foram realizados em decorrência dessas denúncias no exercício anterior e os que serão implantados no exercício em curso.

A Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022, o Código de Conduta, no qual há a previsão de um canal por meio do qual serão realizadas as denúncias. Por isso, não são aplicáveis números de denúncias internas e externas recebidas nos últimos exercícios sociais.

Segmento do Novo Mercado

A Companhia sujeitar-se-á também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir voluntariamente melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: emitir apenas ações ordinárias; manter em circulação, no mínimo, (i) 25% do capital social; ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações de emissão da Companhia se mantenha igual ou superior a R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto social da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

12.12 - Outras informações relevantes

Melhores Práticas de Governança Corporativa Segundo o IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

Reuniões do Conselho de Administração

As informações sobre as reuniões do Conselho de Administração foram prestadas no item 12.3 (a) deste Formulário de Referência.

12.12 - Outras informações relevantes

Informações complementares ao item 12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Composição do Conselho de Administração após a realização do Evento de Liquidez, conforme definido em 15.5

Os Srs. Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues, Alexandre Sampaio Fialho, João Cox Neto e Lisiane Lemos Kaastrup Stephan foram eleitos como membros do Conselho de Administração da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de fevereiro de 2022 ("Novos Membros do Conselho"). No entanto, sua posse está condicionada à divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*", ou, alternativamente, à divulgação do "*Fato Relevante de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária com Esforços Restritos de Colocação de Ações Ordinárias da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*", o que ocorrer primeiro, quando será configurada a ocorrência do Evento de Liquidez, conforme descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência.

Nesse sentido, mediante a ocorrência do Evento de Liquidez, quando a listagem da Companhia no Novo Mercado da B3 se tornar efetiva, os Novos Membros do Conselho serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, prevendo sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado. Os termos de posse, quando assinados, serão devidamente arquivados na sede da Companhia, observada a prestação das declarações previstas em lei.

Uma vez configurada a ocorrência do o Evento de Liquidez, nas condições acima descritas, os membros do Conselho de Administração atualmente investidos em seus cargos, conforme indicados no item 12.5 / 12.6 deste Formulário de Referência, serão automaticamente substituídos pelos Novos Membros do Conselho, de forma que a administração da Companhia passará a ter a seguinte composição:

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues	30/08/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2 anos	2
491.807.037-04	Administrador de empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	21/02/2022	Sim	100,00
Membro do Comitê de Investimentos		N/A			
Alexandre Sampaio Fialho	03/09/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2 anos	0
761.097.636-91	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	21/02/2022	Sim	-
Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo)		N/A			
Lisiane Lemos Kaastrup Stephan	24/09/1989	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2 anos	0
015.101.830-86	Advogada	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	21/02/2022	Sim	-
Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo) e Membro do Comitê de Investimentos		N/A			

12.12 - Outras informações relevantes

João Cox Neto	02/05/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2 anos	0
239.577.781-15	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	21/02/2022	Sim	-
Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo e Membro do Comitê de Investimentos		N/A			
Eduardo Arroxellas Villela	22/01/1976	Pertence apenas à Diretoria	21/02/2022	3 anos	3
075.269.237-21	Economista	19 - Outros Diretores	21/02/2022	Sim	-
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores		N/A			
Luis Antonio de Oliveira Banhara	28/06/1967	Pertence apenas à Diretoria	21/02/2022	3 anos	0
112.850.508-86	Economista	10 - Diretor Presidente	21/02/2022	Sim	-
Membro do Comitê de Estratégia (Efetivo)		N/A			

Experiência profissional / Critérios de independência

Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues - 491.807.037-04
O Sr. Rodrigues é Diretor Executivo da Gulf Gestão Ltda., empresa de investimentos que tem como objetivo atuar ativamente na gestão das empresas investidas. O Sr. Rodrigues não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Rodrigues graduou-se em Administração pela FGV-RJ, possui pós-graduação em Mercado de Capitais pela FGV-RJ e participou do curso Advance Management Program pela Kellogg Schoof of Management e pela Insead.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Alexandre Sampaio Fialho - 761.097.636-91
O Sr. Fialho, nos últimos cinco anos, atuou como membro do Conselho de Administração e de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração de empresas como Brasil Foods S.A., Restoque, Metalfrio e Petlove. É doutorando em Psicologia e Neurociência e Mestre em Filosofia pela Faculdade São Bento. Cursou Programa de Gestão Avançada pelo INSEAD e FDC e possui MBA em finanças pela Fundação Getúlio Vargas e Ohio University. Graduou-se em Administração pela Universidade Gama Filho e em Filosofia pela UNISUL. Lecionou em instituições como IBMEC, PUC, FGV e Saint Paul. O Sr. Fialho não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.
Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, o Sr. Fialho é considerado conselheiro independente em observância aos critérios de independência estabelecidos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Lisiane Lemos Kaastrup Stephan - 015.101.830-86
A Sra. Stephan possui mais de oito anos de experiência em empresas no setor de tecnologia, como a Microsoft Informática Ltda. (atuando nas funções de gerente de novos negócios, *agency development manager*, gerente de contas, gerente do programa de diversidade e inclusão) e a Google Brasil Internet Ltda. (atuando nas funções de *inside sales*, *account executive* e *solution sales specialist*). Além disso, é especialista em iniciativas de inclusão e diversidade no ambiente corporativo e foi já integrou a lista "Forbes Under 30". Graduou-se em Direito e possui MBA em Gestão de Tecnologia da Informação - FIAP, MBA Executivo em Gestão de Negócios - FDC e formação em Governança Corporativa - Saint Paul. A Sra. Stephan não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.
Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, a Sra. Stephan é considerada conselheira independente em observância aos critérios de independência estabelecidos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

João Cox Neto - 239.577.781-15
O Sr. Cox trabalhou como CEO da Telemig Celular, Amazônia Celular e da Claro. Atualmente, trabalha em sua empresa de investimentos e consultoria, a Cox Investimentos & Consultoria, como diretor, e integra o Conselho de Administração da Vivara Participações S.A. (Presidente do Conselho), Braskem S.A. (Vice-Presidente do Conselho) e Embraer. O Sr. João Cox é economista com especialização em economia petroquímica, pela Universidade de Oxford, Reino Unido. O Sr. Cox não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.
Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, o Sr. Cox é considerado conselheiro independente em observância aos critérios de independência estabelecidos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

12.12 - Outras informações relevantes

Eduardo Arroxellas Villela - 075.269.237-21
O Sr. Villela, nos últimos cinco anos, atuou como Diretor da Gulf Gestão Ltda., empresa de investimentos que tem como objetivo atuar ativamente na gestão das empresas investidas e que liderou o processo de consolidação do setor de software e serviços de tecnologia, através da constituição da Companhia. O Sr. Villela atuou ativamente na constituição e formação da Qestra, desde a origem do negócio. Graduou-se em Economia e possui pós-graduação em finanças corporativas, pela PUC-RJ. O Sr. Villela não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Luis Antonio de Oliveira Banhara - 112.850.508-86
O Sr. Banhara atuou como Diretor Geral da Citrix no Brasil, empresa atuante no setor de tecnologia que fornece espaços de trabalho virtuais e seguros, virtualização de *desktops*, aplicativos, redes, *software* como serviço e tecnologias de computação em nuvem. Possui graduação em Análise de Sistemas, pela PUC Campinas, e mestrado em Marketing, pela ESPM. O Sr. Banhara não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Tipo de condenação	Descrição da condenação
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues - 491.807.037-04 N/A	N/A
Alexandre Sampaio Fialho - 761.097.636-91 N/A	N/A
Lisiane Lemos Kaastrup Stephan - 015.101.830-86 N/A	N/A
João Cox Neto - 239.577.781-15 N/A	N/A
Eduardo Arroxellas Villela - 075.269.237-21 N/A	N/A
Luis Antonio de Oliveira Banhara - 112.850.508-86 N/A	N/A

12.12 - Outras informações relevantes

Informações complementares ao item 12.7 / 12.8 - Composição dos comitês

Composição dos comitês de assessoramento após a realização do Evento de Liquidez, conforme definido em 15.5

Os Srs. João Cox Neto, Alexandre Sampaio Fialho e Lisiane Lemos Kaastrup Stephan foram eleitos como membros do Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia em sede Reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de fevereiro de 2022 ("Membros do Comitê de Auditoria"). Na mesma oportunidade, os Srs Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues, João Cox Neto e Lisiane Lemos Kaastrup Stephan foram eleitos como membros do Comitê de Investimentos da Companhia ("Membros do Comitê de Investimentos"). No entanto, sua posse está condicionada à divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*", ou, alternativamente, à divulgação do "*Fato Relevante de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária com Esforços Restritos de Colocação de Ações Ordinárias da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.*", o que ocorrer primeiro, quando será configurada a ocorrência do Evento de Liquidez, conforme descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência.

Nesse sentido, mediante a ocorrência do Evento de Liquidez, quando a listagem da Companhia no Novo Mercado da B3 se tornar efetiva, os Membros do Comitê de Auditoria e os Membros do Comitê de Investimentos serão investidos em seus respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse aplicáveis, prevendo sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, os quais, quando assinados, serão devidamente arquivados na sede da Companhia, observada a prestação das declarações previstas em lei.

Assim, uma vez configurada a ocorrência do o Evento de Liquidez, nas condições acima descritas, a Companhia passará a ter a seguinte composição dos comitês:

Nome	Tipo de comitê	Tipo de auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de mandatos consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Luis Antonio de Oliveira Banhara	Outros Comitês	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	28/06/1967	21/01/2022	1 ano
112.850.508-86	Comitê de Estratégia	Economista	N/A	21/01/2022	0	-
Diretor Presidente						
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues	Outros Comitês	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	30/08/1957	21/02/2022	1 ano
491.807.037-04	Comitê de Investimentos	Administrador de empresas	N/A	21/02/2022	0	-
Presidente do Conselho de Administração						
Cesar Balarine Cavalheiro Leite	Outros Comitês	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	28/01/1969	21/01/2022	1 ano
539.464.640-68	Comitê de Estratégia	Administrador de empresas	N/A	21/01/2022	0	-
N/A						

12.12 - Outras informações relevantes

Solemar Batista	Outros Comitês	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	02/09/1971	21/01/2022	1 ano
563.567.731-20	Comitê de Estratégia	Empresário	N/A	21/01/2022	0	-
N/A						
Carlos Eduardo Albo Py	Outros Comitês	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	24/05/1966	21/01/2022	1 ano
516.350.970-53	Comitê de Estratégia	Administrador de Empresas	N/A	21/01/2022	0	-
N/A						
Alexandre Sampaio Fialho	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	03/09/1970	21/02/2022	3 anos
761.097.636-91	-	Empresário	N/A	21/02/2022	0	-
Membro do Conselho de Administração Independente (Efetivo)						
Lisiane Lemos Kaastrup Stephan	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	24/09/1989	21/02/2022	3 anos
015.101.830-86	-	Advogada	N/A	21/02/2022	0	-
Membro do Conselho de Administração Independente (Efetivo), Membro do Comitê de Estratégia e Membro do Comitê de Investimentos						
João Cox Neto	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/1963	21/02/2022	3 anos
239.577.781-15	-	Economista	N/A	21/02/2022	0	-
Membro do Conselho de Administração Independente (Efetivo) e Membro do Comitê de Investimentos						

Experiência profissional / Critérios de independência

Luis Antonio de Oliveira Banhara - 112.850.508-86
O Sr. Luis Antonio de Oliveira Banhara é Diretor Presidente da Companhia. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem: Diretor Geral da Citrix no Brasil, empresa de tecnologia que fornece espaços de trabalho virtuais e seguros, virtualização de desktops, aplicativos, redes, software como serviço e tecnologias de computação em nuvem. O Sr. Banhara não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues - 491.807.037-04
O Sr. Rodrigues é Diretor Executivo da Gulf Gestão Ltda., empresa de investimentos que tem como objetivo atuar ativamente na gestão das empresas investidas. O Sr. Rodrigues não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Rodrigues graduou-se em Administração pela FGV-RJ, possui pós-graduação em Mercado de Capitais pela FGV-RJ e participou do curso Advance Management Program pela Kellogg Schoof of Management e pela Insead.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Cesar Balarine Cavalheiro Leite – 539.464.640-68
O Sr. Balarine é CEO e Fundador da Itsource Serviços e Soluções em TI Ltda., Proc. Participações e Investimentos Ltda. e Processor Soluções Tecnológicas para Negócios Ltda. É formado em Administração de Empresas/Análise de Sistemas da Informação, pela PUC-RS/Brasil, cursou especialização em Psicologia, pela UESP, na Rússia, e possui pós-graduação em Gestão de Negócios, pela Fundação Dom Cabral. Tem um extenso trabalho social na ONG Parceiros Voluntários, +PraTi e Dynamic Mindset. O Sr. Leite não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

12.12 - Outras informações relevantes

Solemar Batista – 563.567.731-20
O Sr. Batista atuou como CEO da Plusoft Informática S.A., empresa atuante no desenvolvimento de *softwares* para a área de *customer experience*. Anteriormente, atuou como Diretor de Tecnologia e Negócios da Algar Tecnologia E Consultoria S.A., como CEO da Siscom Teleatendimento e Telesservicos Ltda. e como Vice-Presidente Executivo da Resource It Solutions Participações Ltda. O Sr. Batista não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Graduou-se em Direito pelo Centro Universitário de Brasília e em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Uberlândia. O Sr. Batista possui pós gradução em Marketing e Finanças pela FGV e pela escola de negócios IESE, na Espanha.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Carlos Eduardo Albo Py – 516.350.970-53
O Sr. Py atuou como CEO da Klassmatt-Integra S.A., empresa atuante no setor de tecnologia, com foco na gestão de dados mestres e com atuação em trinta e quatro países. Anteriormente, atuou como Diretor Corporativo e membro do Comitê Executivo da Linx S.A., pelo período de cinco anos. O Sr. Py graduou-se em Administração de Empresas na PUC-RS. O Sr. Py não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Alexandre Sampaio Fialho - 761.097.636-91
O Sr. Fialho, nos últimos cinco anos, atuou como membro do Conselho de Administração e de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração de empresas como Brasil Foods S.A., Restoque, Metalfrio e Petlove. É doutorando em Psicologia e Neurociência e Mestre em Filosofia pela Faculdade São Bento. Cursou Programa de Gestão Avançada pelo INSEAD e FDC e possui MBA em finanças pela Fundação Getúlio Vargas e Ohio University. Graduou-se em Administração pela Universidade Gama Filho e em Filosofia pela UNISUL. Lecionou em instituições como IBMEC, PUC, FGV e Saint Paul. O Sr. Fialho não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Lisiane Lemos Kaastrup Stephan - 015.101.830-86
A Sra. Stephan possui mais de oito anos de experiência em empresas no setor de tecnologia, como a Microsoft Informática Ltda. (atuando nas funções de gerente de novos negócios, *agency development manager*, gerente de contas, gerente do programa de diversidade e inclusão) e a Google Brasil Internet Ltda. (atuando nas funções de *inside sales*, *account executive* e *solution sales specialist*). Além disso, é especialista em iniciativas de inclusão e diversidade no ambiente corporativo e foi já integrou a lista "Forbes Under 30". Graduou-se em Direito e possui MBA em Gestão de Tecnologia da Informação - FIAP, MBA Executivo em Gestão de Negócios - FDC e formação em Governança Corporativa - Saint Paul.
A Sra. Stephan não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.
A Sra. Stephan ocupa, na data deste Formulário de Referência, o cargo de membro do Comitê de Auditoria, bem como de membro do Comitê de Estratégia e membro do Comitê de Investimentos, sendo que no quadro acima os campos "data da eleição", "data de posse" e "prazo do mandato" referem-se apenas ao seu cargo de membro do Comitê de Auditoria. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de membro do Comitê de Auditoria não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de Comitê de Estratégia e membro do Comitê de Investimentos, apresentamos a seguir as informações referentes aos cargos de membro do Comitê de Estratégia e membro do Comitê de Investimentos: (i) data de eleição: 21/02/2022; (ii) data de posse: 21/02/2022; e (iii) prazo de mandato: 1 ano.

João Cox Neto - 239.577.781-15
O Sr. Cox trabalhou como CEO da Telemig Celular, Amazônia Celular e da Claro. Atualmente, trabalha em sua empresa de investimentos e consultoria, a Cox Investimentos & Consultoria, como diretor, e integra o Conselho de Administração da Vivara Participações S.A. (Presidente do Conselho), Braskem S.A. (Vice-Presidente do Conselho) e Embraer. O Sr. João Cox é economista com especialização em economia petroquímica, pela Universidade de Oxford, Reino Unido. O Sr. Cox não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.
O Sr. Cox ocupa, na data deste Formulário de Referência, o cargo de membro do Comitê de Auditoria, bem como de membro do Comitê de Investimentos, sendo que no quadro acima os campos "data da eleição", "data de posse" e "prazo do mandato" referem-se apenas ao seu cargo de membro do Comitê de Auditoria. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de membro do Comitê de Auditoria não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de membro do Comitê de Investimentos, apresentamos a seguir as informações referentes aos cargos de membro do Comitê de Investimentos: (i) data de eleição: 21/02/2022; (ii) data de posse: 21/02/2022; e (iii) prazo de mandato: 1 ano.

12.12 - Outras informações relevantes

Tipo de condenação	Descrição da condenação
Luis Antonio de Oliveira Banhara - 112.850.508-86 N/A	N/A
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues - 491.807.037-04 N/A	N/A
Cesar Balarine Cavalheiro Leite - 539.464.640-68 N/A	N/A
Solemar Batista - 563.567.731-20 N/A	N/A
Carlos Eduardo Albo Py - 516.350.970-53 N/A	N/A
Alexandre Sampaio Fialho - 761.097.636-91 N/A	N/A
Lisiane Lemos Kaastrup Stephan - 015.101.830-86 N/A	N/A
João Cox Neto - 239.577.781-15 N/A	N/A

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2022 e poderá ser encontrada na página de relação com investidores da Companhia (www.qestra.com.br/ri) e no site da CVM (hwww.cvm.gov.br/) ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores da Companhia na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios.

A Companhia determina as remunerações de seus profissionais de acordo com: (a) as funções e responsabilidades de cada um; (b) o padrão de outros executivos e profissionais, e (c) o desempenho coletivo das equipes, no que tange as metas operacionais e de lucratividade.

Com a aprovação da Política de Remuneração, os administradores da Companhia passarão a ser remunerados diretamente pela Companhia, conforme remuneração global a ser aprovada em sede de assembleia geral de acionistas.

(b) Composição da remuneração

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios pós-emprego; (iv) benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é fixada pela Assembleia Geral, observado o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, sendo atribuição do Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração, determinando a proporção de cada um dos componentes acima detalhados na remuneração. Ressalta-se que em linha com a Política de Remuneração da Companhia, os administradores são elegíveis a todos os elementos da remuneração.

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Remuneração fixa

A remuneração fixa será baseada nas responsabilidades do cargo e experiência individuais. Para o estabelecimento de tal remuneração, o Conselho de Administração poderá requerer a assessoria de empresa especializada.

A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado.

A remuneração fixa será composta da seguinte forma:

Pró-labore mensal fixo

Tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Benefícios

Visam complementar a remuneração com benefícios da assistência social de forma a dar uma maior segurança e permitir foco no desempenho das funções dos membros. Os benefícios oferecidos podem ser: (i) seguro de vida; e (ii) plano de assistência médica e odontológica.

Remuneração variável

A remuneração variável terá como objetivo direcionar as ações dos mmebris ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders*, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.

A remuneração variável é composta por programa de premiação (bônus), outros que o Conselho de Administração venha a determinar.

Programa de Premiação (Bônus)

Os administradores, em especial os membros da Diretoria da Companhia, poderão participar de um programa anual de premiação visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia.

Os montantes a serem atribuídos no âmbito deste programa deverá resultar de processo de avaliação discricionária que conclua pelo desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de atividades, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

O pagamento da premiação será realizado, no período de 12 (doze) meses subsequentes ao encerramento do exercício social avaliado, devendo sempre serem respeitadas as limitações de frequência de pagamento previstas em lei.

Benefícios pós-emprego

Poderão ser negociados ou atribuídos, a critério do Conselho de Administração, obrigações e/ou benefícios pós-emprego, representados dentre outros por: (a) seguro de pessoas; (b) plano de saúde; e (c) obrigações de não concorrência.

Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

A atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração e com a devida divulgação, nos termos das normas aplicáveis.

(ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não aplicável, tendo em vista que os membros da administração da Companhia não foram remunerados no últimos 3 (três) exercícios sociais.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração global dos membros da administração da Companhia deverá ser fixada pela Assembleia Geral, observado o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração para os administradores.

O Conselho de Administração terá dentre as suas atribuições a de propor uma remuneração compatível com as melhores práticas observadas pelo mercado de atuação da Companhia, a qual deverá contribuir para o estímulo e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções, assim como o de atrair novos profissionais sempre que necessário.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Vale destacar que com relação a remuneração fixa, esta deve ser composta considerando as responsabilidades do cargo e experiência individual, com base em parâmetros de mercado, sendo que o Conselho de Administração poderá requerer a assessoria de empresa especializada para atribuição. Tal remuneração deverá ser revista anualmente, de forma que seja adequada às práticas de mercado.

Já com relação a remuneração variável, especificamente a premiação (bônus), os montantes a serem atribuídos no âmbito deste programa deverão resultar de processo de avaliação discricionária que conclua pelo desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de atividades, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Cumpre salientar, ainda, que a Companhia não possuía Conselho Fiscal ou comitês de assessoramento nos três últimos exercícios sociais.

Os benefícios pós-emprego e os benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo são atribuídos, pontualmente, a critério do Conselho de Administração.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração são (a) a busca do alinhamento dos interesses dos membros de administração da Companhia e os objetivos da Companhia, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado, evitando conflitos de interesses; (b) atrair, recompensar, reter e incentivar os membros de administração da Companhia na condução dos negócios da Companhia de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (c) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (d) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos membros de administração da Companhia .

(v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 nenhum membro da administração da Companhia era remunerado, tendo em vista que também eram executivos da Companhia ou de seus acionistas minoritários ou controladores.

Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, os membros da administração da Companhia que também são executivos da Companhia ou de seus acionistas minoritários ou controladores, bem como acionistas diretos da Companhia, não são remunerados por suas funções no Conselho de Administração e/ou nos seus comitês de assessoramento. No entanto, após a aprovação da Política de Remuneração, essa prática poderá ser alterada conforme descrito no item b (i) acima.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa dos membros da administração da Companhia é baseada em indicadores individuais, ou seja, nas responsabilidades do cargo e experiência individuais.

A remuneração variável dos membros da administração da Companhia é baseada indicadores de desempenho como EBTIDA, faturamento e indicadores operacionais. Cabe ressaltar que nos últimos três exercícios sociais, os diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia não receberam remuneração variável.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O Conselho de Administração, ao deliberar sobre a distribuição individual da remuneração, determinando a proporção de cada componente da remuneração, para seus próprios membros, para os membros da Diretoria e os membros dos Comitês, deve refletir para a remuneração fixa, o valor do tempo e dedicação dos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio da Companhia. Já para a remuneração variável, deve refletir, no âmbito da premiação (bônus), processo de avaliação discricionária, que conclua pelo desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício das atividades dos respectivos membros.

Diante disso, destaca-se que o Conselho de Administração estrutura a distribuição da remuneração estabelecida pela Assembleia Geral de modo que as performances e o desempenho individual sejam considerados, alinhadas ao atingimento de metas de crescimento da Companhia.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração descrito neste item procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses daqueles com os da Companhia.

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

Em médio prazo e longo prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos programas de retenção da Companhia, se aprovados pelo Conselho de Administração, a determinados colaboradores.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada pelas Empresas Participantes ou controladores diretos ou indiretos.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global da administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição e proporção de cada elemento da remuneração, individualmente, entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) o tempo dedicado às suas funções; (iii) a competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços praticados no mercado.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política de Remuneração e a sua aplicação devem ser acompanhadas pelo Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, bem como pela Assembleia Geral, conforme aplicável. O Conselho de Administração irá atualizar a Política de Remuneração quando for necessário em razão de mudanças no Estatuto Social ou no Regulamento do Novo Mercado, ou ainda em qualquer lei, regulamento ou disposição, seja da CVM, da B3 ou qualquer outra entidade reguladora, que altere as disposições nela listadas em relação à Companhia.

Por fim, é importante destacar que a remuneração fixa, poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja avaliada e adequada às práticas de mercado.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,17	3,00	0,00	6,17
Nº de membros remunerados	2,50	3,00	0,00	5,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	900.000,00	2.390.000,00	0,00	3.290.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	128.000,00	0,00	128.000,00
Participações em comitês	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.666.667,00	0,00	1.666.667,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Os membros do Conselho de Administração da Companhia os quais ainda não foram investidos em seus respectivos cargos, conforme indicado no item 12.12 deste Formulário de Referência, já foram considerados, para todos os fins, nas previsões de remuneração para o exercício corrente.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Total da remuneração	980.000,00	4.184.667,00	0,00	5.164.667,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	2,00	0,00	4,00

Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	2,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,91	2,00	0,00	4,91
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Os membros da administração da Companhia não receberam remuneração variável nos últimos três exercícios sociais.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,17	3,00	N/A	6,17
Nº de membros remunerados	0,00	2,67	N/A	2,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	208.333,00	N/A	208.333,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	833.333,00	N/A	833.333,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	416.667,00	N/A	416.667,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	2,00	N/A	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	N/A	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	N/A	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	2,00	N/A	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	N/A	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	N/A	0,00

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,91	2,00	N/A	4,91
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	N/A	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	N/A	0,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

	Exercício social findo em 31/12/2021			
Sociedade	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Qestra Tecnologia, Administração e Participações S.A.	12,486%	1,4%	N/A	13,886%

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não patrocina plano de previdência em benefício de seus administradores.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	2,08	2,00	2,00	2,25	2,00	2,91	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	Considerando entradas e saídas de diretores ao longo do ano, em linha com a forma de cálculo disposto no Ofício SEP nº 01/2021. Nos três últimos exercícios sociais os membros da Diretoria da Companhia não eram remunerados.
31/12/2020	Nos três últimos exercícios sociais os membros da Diretoria da Companhia não eram remunerados.
31/12/2019	Nos três últimos exercícios sociais os membros da Diretoria da Companhia não eram remunerados.

Conselho de Administração	
31/12/2021	Considerando entradas e saídas de membros do Conselho de Administração ao longo do ano, em linha com a forma de cálculo disposto no Ofício SEP nº 01/2021. Nos três últimos exercícios sociais os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados.
31/12/2020	Nos três últimos exercícios sociais os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados.
31/12/2019	Considerando entradas e saídas de membros do Conselho de Administração ao longo do ano, em linha com a forma de cálculo disposto no Ofício SEP nº 01/2021. Nos três últimos exercícios sociais os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados.

Conselho Fiscal	
31/12/2021	O Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.
31/12/2020	O Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.
31/12/2019	O Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicável, tendo em vista que os membros da administração da Companhia não foram remunerados no últimos 3 (três) exercícios sociais.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável, tendo em vista que, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os administradores da Companhia não receberam remuneração reconhecida nos resultados de seus controladores, diretos ou indiretos e das Empresas Participantes.

13.16 - Outras Informações Relevantes

A Companhia destaca que as informações apresentadas neste item 13 em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 são referentes à Companhia apenas. Contudo, considerando a Consolidação realizada em 30 de setembro de 2021, conforme definida no item 3.9 deste Formulário de Referência, as informações referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 já consideram a Companhia como uma plataforma consolidadora e as Empresas Participantes, com uma nova estrutura administrativa.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

A Companhia destaca que as informações apresentadas neste item restringem-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 apenas, considerando que antes da Consolidação das Empresas Participantes realizada em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2021, conforme definida no item 3.9 deste Formulário de Referência, a Companhia não tinha empregados contratados.

Diante disso, para melhor entendimento do investidor com relação aos recursos humanos da Companhia, já como uma plataforma consolidadora das Empresas Participantes, conforme descritas no item 15.6 deste Formulário de Referência, as tabelas a seguir evidenciam a composição do quadro de colaboradores da Companhia (incluindo as Empresas Participantes) em 31 de dezembro de 2021:

(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	Número de empregados da Companhia e das Empresas Participantes - 31/12/2021
	2021
Comercial	491
Diretores	63
Financeiro/Administrativo	472
Técnico/Operações	2.020
Total	**3.046**
BA	35
GO	153
RJ	128
RS	821
SP	1.909
Total	**3.046**

(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	Número de terceirizados da Companhia e das Empresas Participantes – 31/12/2021
	2021
Comercial	18
Diretores	11
Financeiro/Administrativo	34
Técnico/Operações	71
Total	**134**
BA	24
RJ	24
SP	86
Total	**134**

(c) Índice de rotatividade

31/12/2021
23%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Conforme informado no item 14.1 acima, antes da Consolidação de Empresas Participantes, conforme definida no item 3.9 deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía empregados contratados. Diante disso, os números apresentados para 31 de dezembro de 2021 significam uma alteração relevante comparados aos números dos últimos três exercícios sociais, uma vez que para melhor entendimento do investidor com relação aos recursos humanos da Companhia, as tabelas evidenciam a composição do quadro de colaboradores da Companhia (incluindo as Empresas Participantes) que passaram a fazer parte do seu quadro societário em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2021, conforme o caso.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

(b) Política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Os empregados da Companhia e das Empresas Participantes são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Amazonas, Mato Grosso, Bahia e do Distrito Federal. Ademais, os empregados da Companhia e das Empresas Participantes são representados pelo Sindicato de Comerciários dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Fundações Estaduais, ambos do Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia e as Empresas Participantes mantêm um bom relacionamento com as referidas entidades sindicais, e divulgam aos seus colaboradores as principais convenções coletivas e outras ações promovida pelas entidades sindicais. Nos últimos três exercícios sociais não houve qualquer tipo de greve ou paralisação envolvendo os empregados da Companhia ou das Empresas Participantes.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Sergio Rego Monteiro Filho						
863.936.937-20	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
98.000	0,017%	0	0,000%	98.000	0,017%	
F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda.						
30.181.807/0001-39	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
10.580.000	1,783%	0	0,000%	10.580.000	1,783%	
Ricardo Alejandro Donner						
779.376.007-72	Argentino	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
10.665.000	1,797%	0	0,000%	10.665.000	1,797%	
Miguel José Froimtchuk						
221.000.757-72	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
330.000	0,056%	0	0,000%	330.000	0,056%	
Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda.						
12.754.219/0001-65	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
45.000	0,008%	0	0,000%	45.000	0,008%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Sergey Korotkov						
102.069.791-18	Russo	Sim	Sim	30/09/2021		
Sim	Alan Rubinsztejn		Fisica	092.058.797-62		
125.000	0,021%	0	0,000%	125.000	0,021%	
Igor Klafke						
011.038.030-42	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
124.000	0,021%	0	0,000%	124.000	0,021%	
Jonatas Bloss						
814.915.300-49	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
124.000	0,021%	0	0,000%	124.000	0,021%	
Marcelo Gomes Conde						
964.442.666-53	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
2.148.000	0,362%	0	0,000%	2.148.000	0,362%	
Fabio Araujo Teixeira						
008.947.497-06	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
1.185.000	0,200%	0	0,000%	1.185.000	0,200%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Tiago Wolfarth						
605.638.180-34	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
497.000	0,084%	0	0,000%	497.000	0,084%	
Daniel Klafke						
972.838.430-00	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
1.246.000	0,210%	0	0,000%	1.246.000	0,210%	
Gabriel Gesteira de Faria Alves						
138.638.287-63	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
14.000	0,002%	0	0,000%	14.000	0,002%	
BG Consultoria e Participações Eireli						
28.164.164/0001-73	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
1.034.000	0,174%	0	0,000%	1.034.000	0,174%	
JFMJ Investimentos e Participações Ltda.						
25.174.609/0001-08	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
597.000	0,101%	0	0,000%	597.000	0,101%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Guy Perelmuter						
782.747.967-72	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
423.000	0,071%	0	0,000%	423.000	0,071%	
Pedro Henrique França Tavares						
110.918.827-70	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
195.000	0,033%	0	0,000%	195.000	0,033%	
Henrique Ferrari						
023.624.311-00	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
159.000	0,027%	0	0,000%	159.000	0,027%	
Pedro Carneiro dos Santos						
060.385.337-45	Português	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
1.983.000	0,334%	0	0,000%	1.983.000	0,334%	
Gaa Thinc LLC						
30.066.884/0001-48	Norte americano	Sim	Sim	30/09/2021		
Sim	Alan Rubinsztejn		Fisica	092.058.797-62		
1.032.000	0,174%	0	0,000%	1.032.000	0,174%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Miriam Fernanda dos Santos						
100.395.826-55	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
39.000	0,007%	0	0,000%	39.000	0,007%	
Poline Canazio Hervet						
115.457.167-06	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
5.000	0,001%	0	0,000%	5.000	0,001%	
Alan Rubinsztejn						
092.058.797-62	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
811.000	0,137%	0	0,000%	811.000	0,137%	
Paulo Ernesto Kleinberger						
483.454.157-68	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
63.000	0,011%	0	0,000%	63.000	0,011%	
Flm Participações Eireli						
28.723.134/0001-50	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
460.000	0,078%	0	0,000%	460.000	0,078%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Felipe Augusto Silva Lambert						
355.440.608-27	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
268.000	0,045%	0	0,000%	268.000	0,045%	
João Paulo Rodrigues Oliveira						
091.465.756-93	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
447.000	0,075%	0	0,000%	447.000	0,075%	
Luiz Henrique Santiago Madeira Campos						
707.488.611-49	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
447.000	0,075%	0	0,000%	447.000	0,075%	
Adalberto Barbosa da Costa Lobato						
731.014.511-91	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
268.000	0,045%	0	0,000%	268.000	0,045%	
Diego Neves Machado						
471.384.161-72	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
447.000	0,075%	0	0,000%	447.000	0,075%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Cleber Gomes da Costa						
827.577.121-87	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
1.113.000	0,188%	0	0,000%	1.113.000	0,188%	
Rodrigo da Rocha Miranda Prado						
124.865.937-64	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
18.691.000	3,150%	0	0,000%	18.691.000	3,150%	
Eduardo da Rocha Miranda Prado						
124.865.897-32	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
18.691.000	3,150%	0	0,000%	18.691.000	3,150%	
Rafaela da Rocha Miranda Prado						
124.865.917-10	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
18.691.000	3,150%	0	0,000%	18.691.000	3,150%	
Renato de Mattos Neto						
377.862.688-47	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
447.000	0,075%	0	0,000%	447.000	0,075%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues						
491.807.037-04	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
35.601.000	6,000%	0	0,000%	35.601.000	6,000%	
Eduardo Arroxellas Villela						
075.269.237-21	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
8.307.000	1,399%	0	0,000%	8.307.000	1,399%	
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli						
33.263.837/0001-82	Brasileira	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
20.731.000	3,493%	0	0,000%	20.731.000	3,493%	
Flavio Fava Ditt						
261.220.638-86	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
6.815.000	1,149%	0	0,000%	6.815.000	1,149%	
Pedro Augusto de Carvalho Ribeiro						
205.383.798-55	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
14.590.000	2,459%	0	0,000%	14.590.000	2,459%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Gustavo Eduardo Assunção da Silveira						
065.460.018-02	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
14.469.000	2,438%	0	0,000%	14.469.000	2,438%	
Guilherme Antonelli Carvalho de Souza						
302.679.888-69	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
1.432.000	0,241%	0	0,000%	1.432.000	0,241%	
Bruno Lassalla Gomes						
215.661.178-52	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
1.134.000	0,191%	0	0,000%	1.134.000	0,191%	
Maurício Pires da Cruz						
181.750.628-51	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
1.253.000	0,211%	0	0,000%	1.253.000	0,211%	
Marco Antônio Zanini						
087.885.668-46	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
1.398.000	0,236%	0	0,000%	1.398.000	0,236%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Ronaldo Eschiezaro						
139.845.288-25	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
1.081.000	0,182%	0	0,000%	1.081.000	0,182%	
SLT Blessed Participações S.A.						
31.909.092/0001-50	Brasileira	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
1.215.000	0,205%	0	0,000%	1.215.000	0,205%	
Marcelo Pallota Abreu dos Santos						
066.185.158-31	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
16.535.000	2,787%	0	0,000%	16.535.000	2,787%	
Celso Luiz Carvalho de Souza						
578.745.301-87	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
1.093.000	0,184%	0	0,000%	1.093.000	0,184%	
Enilton Antônio do Nascimento Júnior						
551.947.961-53	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
1.093.000	0,184%	0	0,000%	1.093.000	0,184%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Bension Waksman						
134.489.488-70	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
4.449.000	0,750%	0	0,000%	4.449.000	0,750%	
Fabrício Buzzatti Santos						
261.376.228-43	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Sim	--		Juridica			
6.815.000	1,149%	0	0,000%	6.815.000	1,149%	
Flavio Nogueira Fernandes						
250.374.498-20	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
710.000	0,120%	0	0,000%	710.000	0,120%	
Luciano Rodrigo Rocha						
936.908.940-34	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
49.000	0,008%	0	0,000%	49.000	0,008%	
Ana Cristina Pochmann Mairesse						
688.565.040-49	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
4.000	0,001%	0	0,000%	4.000	0,001%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
André Marcel Migliorelli						
165.834.688-24	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
4.449.000	0,750%	0	0,000%	4.449.000	0,750%	
Atiá Xavier da Costa Braga						
580.990.692-34	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
5.009.000	0,844%	0	0,000%	5.009.000	0,844%	
Fabiano Carvalho						
510.554.492-72	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
10.572.000	1,782%	0	0,000%	10.572.000	1,782%	
Nelson Jawetz						
352.432.520-34	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
8.004.000	1,349%	0	0,000%	8.004.000	1,349%	
Leandro de Sá Del Debbio						
286.803.568-08	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
4.449.000	0,750%	0	0,000%	4.449.000	0,750%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Ricardo José Galvão Alves						
261.280.068-92	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
710.000	0,120%	0	0,000%	710.000	0,120%	
Alexandre Magno dos Santos E Braga						
781.955.781-87	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
10.016.000	1,688%	0	0,000%	10.016.000	1,688%	
Reges Antonio Bronzatti						
522.652.770-53	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
1.366.000	0,230%	0	0,000%	1.366.000	0,230%	
Julian Eduardo Raimondi						
245.264.928-76	Argentino	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
17.021.000	2,869%	0	0,000%	17.021.000	2,869%	
Guilherme Corrêa Porto						
586.191.278-53	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
25.083.000	4,227%	0	0,000%	25.083.000	4,227%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo						
035.843.498-00	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
20.005.000	3,371%	0	0,000%	20.005.000	3,371%	
Antônia da Rocha Miranda Prado						
124.865.927-92	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
18.691.000	3,150%	0	0,000%	18.691.000	3,150%	
Siegfried Koelln						
291.908.430-53	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
108.971.000	18,365%	0	0,000%	108.971.000	18,365%	
Juan Hilario Raimondi						
081.896.611-40	Argentino	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
17.021.000	2,869%	0	0,000%	17.021.000	2,869%	
Ney Prado Junior						
607.579.907-97	Brasileira	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
5.140.000	0,866%	0	0,000%	5.140.000	0,866%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Cesar Balarine Cavalheiro Leite						
539.464.640-68	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
38.486.000	6,486%	0	0,000%	38.486.000	6,486%	
Orion Ventures Participações Eireli						
09.008.573/0001-36	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
797.000	0,134%	0	0,000%	797.000	0,134%	
Solemar Batista De Andrade						
563.567.731-20	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
3.856.000	0,650%	0	0,000%	3.856.000	0,650%	
Bruno Reis De Arruda Alves						
254.290.118-00	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
2.056.000	0,347%	0	0,000%	2.056.000	0,347%	
João Cox Neto						
239.577.781-15	Brasileiro	Não	Não	30/09/2021		
Não						
591.000	0,100%	0	0,000%	591.000	0,100%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Vitor Froimtchuk						
082.045.777-96	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
89.000	0,015%	0	0,000%	89.000	0,015%	
Sandra Regina Holanda Mariano						
487.175.684-04	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
89.000	0,015%	0	0,000%	89.000	0,015%	
Assen Zalfa Junior						
002.572.647-10	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
68.000	0,011%	0	0,000%	68.000	0,011%	
Tuli Lerner de Berredo						
051.363.157-76	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
400.000	0,067%	0	0,000%	400.000	0,067%	
Frederico Ruzany						
268.777.837-00	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
145.000	0,024%	0	0,000%	145.000	0,024%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Carlos Manoel Mendonça de Araujo						
155.769.654-34	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
95.000	0,016%	0	0,000%	95.000	0,016%	
Ricardo Real						
014.210.257-10	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
15.000	0,003%	0	0,000%	15.000	0,003%	
Luiz Augusto Índio da Costa						
002.245.317-27	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
15.000	0,003%	0	0,000%	15.000	0,003%	
Paulo Lerner Froimtchuk						
090.852.677-65	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
3.587.000	0,605%	0	0,000%	3.587.000	0,605%	
Vport Participações Ltda.-ME						
28.793.587/0001-52	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
48.000	0,008%	0	0,000%	48.000	0,008%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda.						
08.945.266/0001-19	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
18.000	0,003%	0	0,000%	18.000	0,003%	
Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda.						
06.124.422/0001-55	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
18.000	0,003%	0	0,000%	18.000	0,003%	
Murbser 16 Participações Ltda.						
28.055.024/0001-67	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
389.000	0,066%	0	0,000%	389.000	0,066%	
Klasint Participações Ltda.						
43.095.613/0001-62	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
3.436.000	0,579%	0	0,000%	3.436.000	0,579%	
Alexsandro Von Burg Brubacher						
004.902.190-71	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
635.000	0,107%	0	0,000%	635.000	0,107%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Marcelo Arkader Skaba						
079.527.817-90	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
5.934.000	1,000%	0	0,000%	5.934.000	1,000%	
Luis Felipe Carlomagno Carchedi						
488.920.760-00	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
8.004.000	1,349%	0	0,000%	8.004.000	1,349%	
Evandro José Lacerda Felippe						
546.587.720-00	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
3.060.000	0,516%	0	0,000%	3.060.000	0,516%	
Carlos Eduardo Albo Py						
516.350.970-53	Brasileiro	Sim	Sim	31/12/2021		
Não						
4.352.000	0,733%	0	0,000%	4.352.000	0,733%	
Luciano Jose do Rego Barbosa						
268.044.845-68	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021		
Não						
7.580.000	1,277%	0	0,000%	7.580.000	1,277%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Elias Dahia Junior					
281.654.035-91	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021	
Não					
7.580.000	1,277%	0	0,000%	7.580.000	1,277%
Luis Carlos Crem					
156.337.958-90	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021	
Não					
1.270.000	0,214%	0	0,000%	1.270.000	0,214%
Roberto de Oliveira Xavier Junior					
081.632.767-03	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021	
Não					
2.973.000	0,501%	0	0,000%	2.973.000	0,501%
FJJ Investimentos e Participações Ltda.					
35.080.927/0001-63	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021	
Não					
5.046.000	0,850%	0	0,000%	5.046.000	0,850%
Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli					
24.534.716/0001-37	Brasileiro	Sim	Sim	30/09/2021	
Não					
406.000	0,068%	0	0,000%	406.000	0,068%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
3.549.000	0,598%	0	0,000%	3.549.000	0,598%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	
TOTAL						
593.360.000	100,000%	0	0,000%	593.360.000	100,000%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda.				08.945.266/0001-19	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
300	1,000	0	0,000	300	1,000
Rodrigo Amado Martins					
010.040.387-55	Brasileiro	Não	Sim	21/01/2021	
Não					
29.700	99,000	0	0,000	29.700	99,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
30.000	100,000	0	0,000	30.000	100,000

1401

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda.				12.754.219/0001-65	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Bruno Paskin Szenkier					
117.042.157-14	Brasileiro	Não	Sim	30/11/2010	
Não					
20.000	80,000	0	0,000	20.000	80,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Flavio Szenkier					
820.041.707-78	Brasileiro	Não	Sim	30/11/2010	
Não					
5.000	20,000	0	0,000	5.000	20,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda.				12.754.219/0001-65	
TOTAL					
25.000	100,000	0	0,000	25.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BG Consultoria e Participações Eireli				28.164.164/0001-73	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Iguarantinga RJ Participações S.A.					
21.110.824/0001-94	Brasileiro	Não	Sim	04/03/2020	
Não					
93.700	100,000	0	0,000	93.700	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
93.700	100,000	0	0,000	93.700	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda.				30.181.807/0001-39	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Alexandre Magno dos Santos E Braga					
781.955.781-87	Brasileiro	Não	Sim	12/04/2018	
Não					
1.500.000	50,000	0	0,000	1.500.000	50,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Fabiano Carvalho					
510.554.492-72	Brasileiro	Não	Sim	12/04/2018	
Não					
1.500.000	50,000	0	0,000	1.500.000	50,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda.				30.181.807/0001-39	
TOTAL					
3.000.000	100,000	0	0,000	3.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FJJ Investimentos e Participações Ltda.				35.080.927/0001-63	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Frederico Silva Guimaraes					
092.669.977-65	Brasileiro	Não	Sim	24/01/2020	
Não					
2.841	28,410	0	0,000	2.841	28,410
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
João Alfredo Pinto de Magalhães					
082.063.537-55	Brasileiro	Não	Sim	24/01/2020	
Não					
5.683	56,830	0	0,000	5.683	56,830
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Juliana Lucas de Rezende					
082.729.757-26	Brasileira	Não	Sim	24/01/2020	
Não					
1.476	14,760	0	0,000	1.476	14,760
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FJJ Investimentos e Participações Ltda.				35.080.927/0001-63	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
10.000	100,000	0	0,000	10.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Flm Participações Eireli				**28.723.134/0001-50**	
2LP LLC					
36.627.077/0001-33	Norte-americano	Não	Sim	10/03/2020	
Sim	Flavio Nicolay Guimarães		Fisica	176.094.188-38	
3.160.589	100,000	0	0,000	3.160.589	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
3.160.589	100,000	0	0,000	3.160.589	100,000

1409

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli				24.534.716/0001-37	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Luciano Grandi Pantuso					
918.064.296-91	Brasileiro	Não	Sim	07/01/2002	
Não					
100.000	100,000	0	0,000	100.000	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100.000	100,000	0	0,000	100.000	100,000

1410

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JFMJ Investimentos e Participações Ltda.				25.174.609/0001-08	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Frederico Silva Guimaraes					
092.669.977-65	Brasileira	Não	Não	18/08/2021	
Não					
510	21,250	0	0,000	510	21,250
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
João Alfredo Pinto de Magalhães					
082.063.537-55	Brasileiro	Não	Não	18/08/2021	
Não					
306	12,750	0	0,000	306	12,750
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Juliana Lucas de Rezende					
082.729.757-26	Brasileira	Não	Não	18/08/2021	
Não					
350	15,000	0	0,000	350	15,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JFMJ Investimentos e Participações Ltda.				25.174.609/0001-08	
Mariza da Siva					
309.179.137-87	Brasileira	Não	Sim	18/08/2021	
Não					
1.224	51,000	0	0,000	1.224	51,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.390	100,000	0	0,000	2.390	100,000

1412

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Klasint Participações Ltda.				43.095.613/0001-62	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Ney Prado Junior					
607.579.907-97	Brasileira	Não	Sim	12/08/2021	
Não					
2.200.000	100,000	0	0,000	2.200.000	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.200.000	100,000	0	0,000	2.200.000	100,000

1413

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda.				06.124.422/0001-55	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Carlos Alberto Nolasco Junior					
029.430.377-45	Brasileiro	Sim	Sim	04/09/2013	
Não					
257.500	50,000	0	0,000	257.500	50,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Silvia Pedroza de Faria					
020.936.647-80	Brasileiro	Sim	Sim	04/09/2013	
Não					
257.500	50,000	0	0,000	257.500	50,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda.				06.124.422/0001-55	
TOTAL					
515.000	100,000	0	0,000	515.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Murbser 16 Participações Ltda.				28.055.024/0001-67	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Alexandre Andrade Alves Borges					
	Brasileiro	Não	Sim	03/07/2018	
Não					
100	100,000	0	0,000	100	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000

1416

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Orion Ventures Participações Eireli				09.008.573/0001-36	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Cesar Augusto Pinela					
076.164.968-90	Brasileira	Não	Sim	13/02/2014	
Não					
200.000	100,000	0	0,000	200.000	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
200.000	100,000	0	0,000	200.000	100,000

1417

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SLT Blessed Participações S.A.				31.909.092/0001-50	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Elizangela Nunes Marques Vieira Duarte					
988.799.281-04	Brasileira	Não	Não	01/02/2021	
Não					
600.000	20,000	0	0,000	600.000	20,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Flávia Vieira de Sousa Dias					
954.967.501-72	Brasileira	Não	Não	01/02/2021	
Não					
720.000	24,000	0	0,000	720.000	24,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Jane Angelica Vieira de Sousa					
166.765.131-53	Brasileira	Não	Sim	01/02/2021	
Não					
840.000	28,000	0	0,000	840.000	28,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SLT Blessed Participações S.A.				31.909.092/0001-50	
OUTROS					
120.000	4,000	0	0,000	120.000	4,000
TOTAL					
3.000.000	100,000	0	0,000	3.000.000	100,000
Vinicius Vieira de Sousa					
000.471.861-51	Brasileira	Não	Não	01/02/2021	
Não					
720.000	24,000	0	0,000	720.000	24,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

1419

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli				33.263.837/0001-82	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Cleber Gomes da Costa					
827.577.121-87	Brasileiro	Não	Sim	05/04/2019	
Não					
99.800	100,000	0	0,000	99.800	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
99.800	100,000	0	0,000	99.800	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vport Participações Ltda.-ME				28.793.587/0001-52	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Flm Participações Eireli					
28.723.134/0001-50	Brasileiro	Sim	Sim	27/05/2020	
Não					
62.149	21,337	0	0,000	62.149	21,337
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
João Luiz de Noronha Vesconcelos Porto					
318.774.308-03	Brasileira	Sim	Sim	27/05/2020	
Não					
110.228	37,843	0	0,000	110.228	37,843
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Luiz Eduardo Selmi Dei Gontijo Cortez Vasconcelos Porto					
041.258.646-08	Brasileira	Sim	Sim	27/05/2020	
Não					
110.227	37,843	0	0,000	110.227	37,843
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vport Participações Ltda.-ME				28.793.587/0001-52	
OUTROS					
9.671	2,977	0	0,000	9.671	2,977
TOTAL					
292.275	100,000	0	0,000	292.275	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Gaa Thinc LLC				30.066.884/0001-48	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
100	100,000	0	0,000	100	100,000
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
2LP LLC				36.627.077/0001-33	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Flavio Nicolay Guimarães					
176.094.188-38	Brasileiro	Não	Sim	10/03/2020	
Não					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

1424

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Flm Participações Eireli				**28.723.134/0001-50**	
2LP LLC					
36.627.077/0001-33	Norte-americano	Não	Sim	10/03/2020	
Sim	Flavio Nicolay Guimarães		Fisica	176.094.188-38	
3.160.589	100,000	0	0,000	3.160.589	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
3.160.589	100,000	0	0,000	3.160.589	100,000

1425

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Iguarantinga RJ Participações S.A.				21.110.824/0001-94	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Bayard de Paoli Gontijo					
023.693.697-28	Brasileiro	Não	Sim	08/03/2021	
Não					
21.411.878	100,000	0	0,000	21.411.878	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
21.411.878	100,000	0	0,000	21.411.878	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
2LP LLC				36.627.077/0001-33	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Flavio Nicolay Guimarães					
176.094.188-38	Brasileiro	Não	Sim	10/03/2020	
Não					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	21/02/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	84
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	17
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

***Demais Acionistas do Grupo de Controle da Companhia:**

TRIADE INOVAÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	3,494%
F M SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES E FOMENTO MERCANTIL LTDA.	1,783%
FJJ INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	0,850%
KLASINT PARTICIPAÇÕES LTDA.	0,579%
SLT BLESSED PARTICIPAÇÕES S.A.	0,205%
BG CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI	0,174%
GAA THINC LLC	0,174%
ORION VENTURES PARTICIPAÇÕES EIRELI	0,134%
JFMJ INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	0,101%
FLM PARTICIPAÇÕES EIRELI	0,078%
INK ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTO EIRELI	0,068%
MURBSER 16 PARTICIPAÇÕES LTDA.	0,066%
BAZ CONSULTORIA E ASSESSORIA COMERCIAL LTDA.	0,008%
VPORT PARTICIPAÇÕES LTDA.-ME	0,008%
ASTYANAX - REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E CONSULTORIA LTDA.	0,003%
LIVEMOB SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL LTDA.	0,003%

GUILHERME CORRÊA PORTO	4,227%
FERNANDO ALOYSIO MARIETTO DE SOUZA MACEDO	3,371%
RODRIGO DA ROCHA MIRANDA PRADO	3,150%
ANTÔNIA DA ROCHA MIRANDA PRADO	3,150%
EDUARDO DA ROCHA MIRANDA PRADO	3,150%
RAFAELA DA ROCHA MIRANDA PRADO	3,150%
JULIAN EDUARDO RAIMONDI	2,869%
MARCELO PALLOTA ABREU DOS SANTOS	2,787%
PEDRO AUGUSTO DE CARVALHO RIBEIRO	2,459%
GUSTAVO EDUARDO ASSUNÇÃO DA SILVEIRA	2,438%
RICARDO ALEJANDRO DONNER	1,797%
FABIANO CARVALHO	1,782%
LUIS FELIPE CARLOMAGNO CARCHEDI	1,349%
NELSON JAWETZ	1,349%
ELIAS DAHIA JUNIOR	1,277%
LUCIANO JOSE DO REGO BARBOSA	1,277%

FABRÍCIO BUZZATTI SANTOS	1,149%
FLAVIO FAVA DITT	1,149%
MARCELO ARKADER SKABA	1,000%
NEY PRADO JUNIOR	0,866%
ATIÁ XAVIER DA COSTA BRAGA	0,844%
ANDRÉ MARCEL MIGLIORELLI	0,750%
BENSION WAKSMAN	0,750%
LEANDRO DE SÁ DEL DEBBIO	0,750%
CARLOS EDUARDO ALBO PY	0,733%
SOLEMAR BATISTA DE ANDRADE	0,650%
PAULO LERNER FROIMTCHUK	0,605%
EVANDRO JOSÉ LACERDA	0,516%
ROBERTO DE OLIVEIRA XAVIER JUNIOR	0,501%
MARCELO GOMES CONDE	0,362%
BRUNO REIS DE ARRUDA ALVES	0,347%
PEDRO CARNEIRO DOS SANTOS	0,334%

GUILHERME ANTONELLI CARVALHO DE SOUZA	0,241%
MARCO ANTÔNIO ZANINI	0,236%
REGES ANTONIO BRONZATTI	0,230%
LUIS CARLOS CREM	0,214%
MAURÍCIO PIRES DA CRUZ	0,211%
DANIEL KLAFKE	0,210%
FABIO ARAUJO TEIXEIRA	0,200%
BRUNO LASSALLA GOMES	0,191%
CELSO LUIZ CARVALHO DE SOUZA	0,184%
ENILTON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR	0,184%
RONALDO ESCHIEZARO	0,182%
ALAN RUBINSZTEIN	0,137%
FLAVIO NOGUEIRA FERNANDES	0,120%
RICARDO JOSÉ GALVÃO ALVES	0,120%
ALEXSANDRO BRUBACHER	0,107%
TIAGO WOLFARTH	0,084%

DIEGO NEVES MACHADO	0,075%
JOÃO PAULO RODRIGUES OLIVEIRA	0,075%
LUIZ HENRIQUE SANTIAGO MADEIRA CAMPOS	0,075%
RENATO DE MATTOS NETO	0,075%
GUY PERELMUTER	0,071%
TULI LERNER DE BERREDO	0,067%
MIGUEL JOSÉ FROIMTCHUK	0,065%
ADALBERTO BARBOSA DA COSTA LOBATO	0,045%
FELIPE AUGUSTO SILVA LAMBERT	0,045%
PEDRO HENRIQUE FRANÇA TAVARES	0,033%
HENRIQUE FERRARI	0,027%
FREDERICO RUZANY	0,024%
IGOR KLAFKE	0,021%
JONATAS BLOSS	0,021%
SERGEY KOROTKOV	0,021%
SERGIO REGO MONTEIRO FILHO	0,017%

CARLOS MANOEL MENDONÇA DE ARAUJO	0,016%
SANDRA REGINA HOLANDA MARIANO	0,015%
VITOR FROIMTCHUK	0,015%
ASSEN ZALFA JUNIOR	0,011%
PAULO ERNESTO KLEINBERGER	0,011%
LUCIANO RODRIGO ROCHA	0,008%
MIRIAM FERNANDA DOS SANTOS	0,007%
LUIZ AUGUSTO ÍNDIO DA COSTA	0,003%
RICARDO REAL	0,003%
GABRIEL GESTEIRA DE FARIA ALVES	0,002%
ANA CRISTINA POCHMANN MAIRESSE	0,001%
POLINE CANAZIO HERVET	0,001%

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

A Companhia possui dois acordos de acionistas arquivados em sua sede.

O acordo de acionistas prévio ao Evento de Liquidez, conforme descrito no item 15.5.a abaixo, passou a vigorar em 30 de setembro de 2021, permanecendo vigente até 30 de abril de 2022 ou até a ocorrência de evento de liquidez que poderá ser: (i) a realização de oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia por meio de qualquer uma das seguintes modalidades ("Operação de IPO"): (a) com registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, nos termos da divulgação de anúncio de início; ou (b) com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, nos termos da divulgação do fato relevante que comunicará o preço por ação da Companhia; ou (ii) a venda privada de ações de emissão da Companhia proporcionalmente detidas pelas partes para terceiro(s) ("Venda Privada" e, em conjunto com a Operação de IPO, "Evento de Liquidez").

Por outro lado, o Acordo de acionistas pós Evento de Liquidez, conforme descrito no item 15.5.b abaixo, foi celebrado sob condição suspensiva a qual corresponde ao Evento de Liquidez, ainda não verificada.

Dessa forma, mediante a ocorrência do Evento de Liquidez, o Acordo de acionistas prévio ao Evento de Liquidez será extinto e o Acordo de acionistas pós Evento de Liquidez passará a vigorar, pelo prazo de vigência de dez anos.

(1) Acordo de acionistas prévio ao Evento de Liquidez

(a) Partes

Eduardo Arroxellas Villela, Júlio César Garcia Piña Rodrigues, Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado, Antônia da Rocha Miranda Prado, representados pela Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Acionistas Gulf"), e, ainda, Alan Rubinsztejn, Alexandre Magno dos Santos e Braga, Alexsandro Von Burg Brubacher, Ana Cristina Pochmann Mairesse, André Marcel Migliorelli, Assen Zalfa Junior, Astyanax Representação Comercial E Consultoria Ltda., Atiá Xavier da Costa Braga, Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda., Bension Waksman, BG Consultoria e participações Eireli, Bruno Lassalla, Carlos Eduardo Albo Py, Carlos Manoel Mendonça De Araújo, César Balarine Cavalheiro Leite, Daniel Klafke, Elias Dahia Junior, Evandro José Lacerda Felippe, Fabiano Carvalho, Fabio Araujo Teixeira, Fabrício Buzatti Santos, Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo, FJJ Investimentos e Participações Ltda., Flavio Fava Ditt, Flavio Nogueira Fernandes, FM Sociedade de Participações e Fomento Mercantil do Brasil, Fabiano Carvalho, Frederico Ruzany, GAA THinc LLC, Guilherme Antonelli Carvalho de Souza, Guilherme Correa Porto, Guy Perelmuter, FLM Participações EIRELI, Henrique Ferrari, Gabriel Gesteira de Faria Alves, Igor Klafke, INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli, JMFJ Investimentos e Participações Ltda., Jonatas Bloss, Klasint Participações Ltda., Leandro de Sá Del Debbio, Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda., Luciano Jose do Rego Barbosa, Luciano Jose do Rego Barbosa, Luciano Rodrigo Rocha, Luis Carlos Crem, Luis Felipe Carlomagno Charchedi, Luiz Augusto Índio Da Costa, Marcelo Arkader Skaba, Marcelo Gomes Conde, Mauricio Pires da Cruz, Miguel José Froimtchuk, Miriam Fernanda Dos Santos, Murbser 16 Participações Ltda., Nelson Jawetz, Paulo Ernesto Kleinberger, Paulo Lerner Froimtchuk, Pedro Augusto de Carvalho Ribeiro, Pedro Carneiro dos Santos, Pedro Henrique França Tavares, Poline Canazio Hervet, Reges Antonio Bronzatti, Ricardo Alejandro Donner, Ricardo José Galvão Alves, Ricardo Real, Roberto de Oliveira Xavier Junior, Sandra Regina Holanda Mariano, Sergey Korotkov, Sergio Rego Monteiro Filho, Tiago Wolfarth, Tuli Lerner De Berredo, Vitor Froimtchuk, Vport Participações Ltda.-ME, Gustavo Eduardo Assunção da Silveira, Marcelo Pallota Abreu dos Santos, Celso Luiz Carvalho de Souza, Enilton Antônio do Nascimento Júnior, Marco Antônio Zanini, Ronaldo Eschiezaro, SLT Blessed Participações S.A., Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli, Adalberto Barbosa da Costa Lobato, Diego Neves Machado, Cleber Gomes da Costa, Diego Neves Machado, Felipe Augusto Silva Lambert, João Paulo Rodrigues Oliveira, Luiz Henrique Santiago Madeira Campos, Renato de Mattos Neto ("Empresários" e, em conjunto com os Acionistas Gulf, os "Acionistas Vinculados"), sendo certo que os Acionistas Vinculadas, considerados em conjunto, representam 99,93% (noventa e nove inteiros e noventa e três centésimos por cento) do capital social da Companhia em momento imediatamente anterior ao Evento de Liquidez, conforme definido abaixo.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(b) Data de celebração

30 de setembro de 2021.

(c) Prazo de vigência

Até 30 de abril de 2022 ou até a ocorrência de Evento de Liquidez.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas Vinculados obrigam-se a votar de modo uniforme e permanente nas assembleias gerais ou qualquer outro tipo de conclave de acionistas da Companhia a que sejam os Acionistas Vinculados convidados a participar, conforme aplicável, em observância às decisões das respectivas reuniões prévias. Portanto, com a finalidade de assegurar o voto ou manifestação uniforme dos Acionistas Vinculados , previamente a cada conclave deverá ser realizada uma reunião entre os Acionistas Vinculados para discutir e definir os votos a serem por eles proferidos em relação a cada uma das matérias constantes da ordem do dia de convocação do respectivo conclave. As decisões tomadas em reunião prévia vincularão o exercício do direito de voto dos Acionistas Vinculados **.**

A aprovação das seguintes matérias dependerá de voto afirmativo da maioria qualificada de 2/3 (dois terços) dos Empresários votantes: (i) contratação ou assunção de dívida de valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), seja em operação única ou em diversas operações que conjuntamente superem o referido valor; (ii) alteração nos direitos, preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de ações; (iii) qualquer transação envolvendo partes relacionadas; (iv) prestação garantias, de qualquer natureza, pela Companhia; (v) conferência de bens em aumento de capital da Companhia, assim como o respectivo laudo de avaliação; (vi) alteração do dividendo mínimo obrigatório; (vii) incorporação, incorporação de ações, cisão, transformação, fusão ou qualquer outro tipo de reorganização societária envolvendo a Companhia; (viii) dissolução, liquidação e pedido de falência e/ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, inclusive nomeação de liquidante; e (ix) aprovação de planos de opção de compra de ações.

Até a realização do Evento de Liquidez, as seguintes matérias não poderão ser deliberadas pelos acionistas da Companhia: (i) criação ou emissão de qualquer classe especial de ações, seja com privilégio de voto ou privilégio econômico de qualquer natureza; (ii) emissão de partes beneficiárias; (iii) emissão de debêntures conversíveis; e (iv) modificação do Estatuto Social para alterar o objeto da Companhia ou para alterar as competências da assembleia geral de acionistas ou do conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração"), que não estejam ligados à realização da Operação de IPO.

Adicionalmente, nos termos do Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez, a Companhia deverá acompanhar o voto dos Empresários nas deliberações de sócios das Empresas Participantes, ressalvadas as hipóteses de voto em sentido contrário à maioria dos permitido em deliberações sobre as seguintes matérias: (a) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras anuais; (b) contratação de endividamento ou a prática de qualquer ato que possa causar de forma perene, uma redução significativa no EBTIDA da Empresa Participante, o qual foi utilizado como base para aferição do *Valuation*; (c) toda e qualquer matéria necessária para implementação do Evento de Liquidez; (d) aumento de capital social e/ou alteração do objeto social da Empresa Participante; (e) transformação, cisão, incorporação e/ou fusão envolvendo a Empresa Participante; (f) aprovar ou rescindir qualquer transação com partes relacionadas aos administradores e/ou quotistas ou acionistas (conforme aplicável) da respectiva Empresa Participante não prevista no orçamento anual aprovado; (g) prestar garantias, de qualquer natureza, pela respectiva Empresa Participante; (h) exclusão de um dos quotistas ou acionistas (conforme aplicável); e (i) destituição de um membro da administração da Empresa Participante, contanto verificadas as seguintes hipóteses: (i.1) prática de ato lesivo ao patrimônio ou à reputação ou à imagem da respectiva Empresa Participante; (i.2) prática de ato ilícito, antiético, imoral ou qualquer prática de corrupção ou ato correlato; (i.3) prática de ato contrário a deliberações tomadas em deliberação de acionistas ou sócios, conforme o caso, da Empresa Participante; e (i.4) descumprimento de seus deveres e/ou das disposições do estatuto social ou contrato social, conforme o caso, da Empresa Participante.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Será assegurado a todos os Empresários, em conjunto, o direito de eleger um membro para o Conselho de Administração, não sendo permitida a eleição de Empresários para este cargo. Ainda, será assegurado aos Acionistas Gulf, individualmente, o direito de eleger dois membros para o Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, sempre levando em consideração a posição adotada por qualquer comitê de assessoramento do Conselho de Administração eventualmente em atividade, observada sua respectiva competência quando o correspondente comitê houver se manifestado sobre o tema de sua competência.

Sendo o Comitê de Estratégia órgão de assessoria ao Conselho de Administração, competirá ao Comitê de Estratégia manifestar-se previamente à deliberação pelo Conselho de Administração sobre toda e qualquer matéria que se relacione: (i) a temas e iniciativas que viabilizem a construção da visão de futuro, que estarão contidas no plano de negócios da Companhia e de suas Empresas Participantes; incluindo a definição dos valores, da missão, dos objetivos da Companhia e de suas iniciativas de branding, (ii) ao desenvolvimento de novos negócios, que não estejam contemplados no plano de negócios, (iii) se aplicável, orientação do voto da Companhia nos órgãos de administração das Empresas Participantes, e (iv) contratações com o setor público pela Companhia.

Os membros do Comitê de Estratégia serão indicados pelas partes e eleitos, por maioria, pelo conselho de administração, dos quais: (a) três serão Empresários; (b) um será o Diretor Presidente; e (c) um membro do conselho de administração, sendo certo que o Conselho de Administração deverá ser composto por um total de três membros efetivos.

Adicionalmente, as Empresas Participantes serão administradas pelos Empresários e/ou pelas pessoas por eles indicadas, devendo os demais acionistas acompanharem os votos dos Empresários, nas respectivas deliberações das Empresas Participantes.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Até a realização do Evento de Liquidez, as partes não poderão onerar, vender, doar, dar em garantia, usufruto, direito real de fruição ou de qualquer forma transferir à terceiros as ações vinculadas, por qualquer modo, inclusive conferência ao capital de outras sociedades. Não estarão sujeitas a tais regras as transferências de ações para qualquer pessoa natural ou sociedade integrante do mesmo grupo econômico do Acionista Vinculado que realizará a transferência, ou na hipótese de integralização em uma *holding* ou fundo de investimento, com a manutenção da tomada de decisão, ainda que indireta, do referido Acionista Vinculado.

O Acionista Vinculado cujas ações de emissão da Companhia ou sua participação societária na Empresa Participante (conforme o caso) venham a ser penhoradas ou venham a sofrer qualquer outra constrição judicial ("Participações Gravadas") deverá notificar a Companhia, dentro de até 5 (cinco) dias corridos contados da data de recebimento da citação, intimação ou ciência da existência da penhora ou de qualquer outra constrição judicial, indicando as Participações Gravadas e os dados do processo de execução, incluindo, exemplificativamente, o nome das partes, o número do processo e a vara. Em caso de as Participações Gravadas irem a leilão, a Companhia informará aos demais acionistas, para que eles possam remir as Participações Gravadas ou exercer a preferência quando da venda judicial.

Os Acionistas Vinculados renunciam expressamente ao direito expresso no artigo 171 da Lei das Sociedade por Ações, com relação ao direito de preferência em futuros aumentos de capital da Companhia que sejam necessários para implementar o disposto no parágrafo acima.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

As partes se obrigam, nos termos do acordo de acionistas, a fazer com que os membros do conselho de administração eleitos por sua indicação (conforme aplicável) votem nas reuniões com o objetivo de cumprir e dar efeito às disposições do acordo de acionistas e do estatuto social.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, sempre levando em consideração a posição adotada por qualquer comitê de assessoramento do Conselho de Administração eventualmente em atividade, observada sua respectiva competência quando o correspondente comitê houver se manifestado sobre o tema de sua competência. Não obstante, o Conselho de Administração não está vinculado ou obrigado a seguir a posição adotada por qualquer comitê de assessoramento, de modo que referida posição deverá ser considerada recomendação não vinculativa exarada pelo respectivo comitê.

O Comitê de Estratégia, na qualidade de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, deverá manifestar-se previamente à deliberação pelo Conselho de Administração sobre toda e qualquer matéria que se relacione: (i) a temas e iniciativas que viabilizem a construção da visão de futuro, que estarão contidas no plano de negócios da Companhia e das Empresas Participantes, conforme o caso, incluindo a definição dos valores, da missão, dos objetivos da Companhia e de suas iniciativas de *branding*; (ii) ao desenvolvimento de novos negócios, que não estejam contemplados no plano de negócios; (iii) se aplicável, orientação do voto da Companhia nos órgãos de administração das Empresas Participantes; e (iv) contratações com o setor público pela Companhia.

(2) Acordo de acionistas pós Evento de Liquidez

(a) Partes

Eduardo Arroxellas Villela, Júlio César Garcia Piña Rodrigues, Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado, Antônia da Rocha Miranda Prado, representados pela Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Acionistas Gulf"), e, ainda, Alan Rubinsztejn, Alexandre Magno dos Santos e Braga, Alexsandro Von Burg Brubacher, Ana Cristina Pochmann Mairesse, André Marcel Migliorelli, Assen Zalfa Junior, Astyanax Representação Comercial E Consultoria Ltda., Atiá Xavier da Costa Braga, Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda., Bension Waksman, BG Consultoria e participações Eireli, Bruno Lassalla, Carlos Eduardo Albo Py, Carlos Manoel Mendonça De Araújo, César Balarine Cavalheiro Leite, Daniel Klafke, Elias Dahia Junior, Evandro José Lacerda Felippe, Fabiano Carvalho, Fabio Araujo Teixeira, Fabrício Buzatti Santos, Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo, FJJ Investimentos e Participações Ltda., Flavio Fava Ditt, Flavio Nogueira Fernandes, FM Sociedade de Participações e Fomento Mercantil do Brasil, Fabiano Carvalho, Frederico Ruzany, GAA THinc LLC, Guilherme Antonelli Carvalho de Souza, Guilherme Correa Porto, Guy Perelmuter, FLM Participações EIRELI, Henrique Ferrari, Gabriel Gesteira de Faria Alves, Igor Klafke, INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli, JMFJ Investimentos e Participações Ltda., Jonatas Bloss, Klasint Participações Ltda., Leandro de Sá Del Debbio, Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda., Luciano Jose do Rego Barbosa, Luciano Jose do Rego Barbosa, Luciano Rodrigo Rocha, Luis Carlos Crem, Luis Felipe Carlomagno Charchedi, Luiz Augusto Índio Da Costa, Marcelo Arkader Skaba, Marcelo Gomes Conde, Mauricio Pires da Cruz, Miguel José Froimtchuk, Miriam Fernanda Dos Santos, Murbser 16 Participações Ltda., Nelson Jawetz, Paulo Ernesto Kleinberger, Paulo Lerner Froimtchuk, Pedro Augusto de Carvalho Ribeiro, Pedro Carneiro dos Santos, Pedro Henrique França Tavares, Poline Canazio Hervet, Reges Antonio Bronzatti, Ricardo Alejandro Donner, Ricardo José Galvão Alves, Ricardo Real, Roberto de Oliveira Xavier Junior, Sandra Regina Holanda Mariano, Sergey Korotkov, Sergio Rego Monteiro Filho, Tiago Wolfarth, Tuli Lerner De Berredo, Vitor Froimtchuk, Vport Participações Ltda.-ME, Gustavo Eduardo Assunção da Silveira, Marcelo Pallota Abreu dos Santos, Celso Luiz Carvalho de Souza, Enilton Antônio do Nascimento Júnior, Marco Antônio Zanini, Ronaldo Eschiezaro, SLT Blessed Participações S.A., Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli, Adalberto Barbosa da Costa Lobato, Diego Neves Machado, Cleber Gomes da Costa, Diego Neves Machado, Felipe Augusto Silva Lambert, João Paulo Rodrigues Oliveira, Luiz Henrique Santiago Madeira Campos, Renato de Mattos Neto ("Empresários" e, em conjunto com os Acionistas Gulf, os "Acionistas Vinculados"), sendo certo que os Acionistas Vinculadas, considerados em conjunto, representam 99,93% (noventa e nove inteiros e noventa e três centésimos por cento) do capital social da Companhia em momento imediatamente anterior ao Evento de Liquidez, conforme definido abaixo.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(b) Data de celebração

30 de setembro de 2021.

(c) Prazo de vigência

O acordo foi celebrado sob condição suspensiva correspondente ao Evento de Liquidez, a qual ainda não verificada.

Após implementação da condição suspensiva, o acordo vigorará pelo prazo de dez anos.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas Vinculados obrigam-se a votar de modo uniforme e permanente nas assembleias gerais ou qualquer outro tipo de conclave de Acionistas Vinculados a que sejam os acionistas ou os administradores eleitos por eles convidados a participar, conforme aplicável, em observância às decisões das respectivas reuniões prévias ("Reuniões Prévias"). Com a finalidade de assegurar o voto ou manifestação uniforme dos Acionistas Vinculados e dos administradores da Companhia, previamente a cada conclave, deverá ser realizada uma reunião entre os Acionistas Vinculados para discutir e definir os votos a serem por eles proferidos em relação a cada uma das matérias constantes da ordem do dia de convocação do respectivo conclave, sendo certo que as matérias sujeitas à deliberação dos Acionistas Vinculados nas Reuniões Prévias serão aprovadas pela maioria dos presente. As decisões tomadas em reunião prévia vincularão o exercício do direito de voto dos Acionistas Vinculados e/ou administradores da Companhia.

A aprovação das seguintes matérias, em sede de Reunião Prévia, dependerá de voto afirmativo da maioria qualificada de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Empresários e Acionistas Gulf: (i) redução do capital social da Companhia; (ii) dissolução ou liquidação da Companhia ou das Empresas Participantes; (iii) requerimento de recuperação judicial ou falência, bem como aprovação de plano de recuperação extrajudicial, da Companhia ou das Empresas Participantes; (iv) mudança do objeto social da Companhia ou das Empresas Participantes, ressalvada a hipótese de adição de uma ou mais atividades, a qual poderá ser aprovada pela maioria dos presentes na Reunião Prévia; (v) criação de ações preferenciais ou criação de nova classe mais favorecida; (vi) aprovação e alterações ao Acordo de Acionistas; (vii) redução do dividendo mínimo obrigatório; e (viii) aprovação de planos de opção de compra de ações.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Será assegurado aos Acionistas Gulf, individualmente, o direito de eleger um membro para o Conselho de Administração, o qual será composto por um total de até cinco membros efetivos, sendo certo que os demais membros deverão ser conselheiros independentes, conforme critérios de eleição e de definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ("Regulamento do Novo Mercado").

Em relação ao primeiro mandato, os conselheiros independentes serão indicados pelos Acionistas Gulf e posteriormente cada Acionista Vinculado poderá indicar representantes para atuarem como conselheiros independentes, que serão escolhidos por maioria de votos em reunião prévia desde que eles observem as especificações de independentes, conforme estabelecido pelas regras de governança corporativa da Companhia e observado o Regulamento do Novo Mercado.

Em relação ao primeiro mandato do Conselho de Administração, o membro indicado pelos Acionistas Gulf deverá ser eleito como o Presidente do Conselho de Administração. Com relação aos demais mandatos, o Presidente do Conselho de Administração será escolhido pelos membros do Conselho de Administração eleitos, por maioria.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Na hipótese de os Acionistas Gulf, considerados em conjunto, passarem a deter participação societária inferior a 5% (cinco por cento) na Companhia, as disposições previstas neste item (e) acima perderão eficácia.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Período de Restrição a Venda das Ações da Companhia

Pelo período de 42 meses contados do Evento de Liquidez, nenhum Acionista Vinculado poderá, com as ações da Companhia sujeitas ao acordo ("Ações Vinculadas"), realizar qualquer negociação, transferência ou a criação de quaisquer ônus sobre elas, exceto na forma indicada abaixo, sendo considerada nula e ineficaz e proibido o seu registro perante o agente escriturador das ações de emissão da Companhia e nos registros da Companhia (*lock-up*).

A restrição à venda das ações vinculadas será, a cada seis meses após o Evento de Liquidez, parcialmente liberada, conforme fluxo de liberações abaixo definido:

(i) 1ª Tranche de Liberação. No sexto mês posterior à realização do Evento de Liquidez, ocorrerá a liberação parcial das ações sujeitas ao *lock-up* em quantidade correspondente a 20% das ações vinculadas detidas por cada Acionista Vinculado na data do Evento de Liquidez, sendo nesse percentual considerado o percentual que tenha sido liberado na oferta secundária;

(ii) 2ª Tranche de Liberação. No 12º mês posterior à realização do Evento de Liquidez, ocorrerá a liberação parcial das ações sujeitas ao *lock-up* em quantidade total correspondente a 35% das ações vinculadas detidas por cada Acionista Vinculado na data do Evento de Liquidez, sendo nesse percentual considerado a quantidade de ações que tenham sido previamente liberadas conforme acima;

(iii) 3ª, 4ª e 5ª Tranches de Liberação. Após a liberação estabelecida no item acima, o saldo de ações sujeitas ao *lock-up* menos as ações conferidas em veículo societário na forma de sociedade empresária limitada, para a realização de ajuste de participações societárias na Companhia, será parcialmente liberado do *lock-up*, no montante correspondente a: (a) um terço no 18º mês posterior à realização do Evento de Liquidez (3ª tranche); (b) um terço no 24º mês posterior à realização do Evento de Liquidez (4ª tranche); e (c) um terço no 30º mês posterior à realização do Evento de Liquidez (5ª tranche);

(iv) 6ª e 7ª Tranche de Liberação, Após a Realização do Ajuste: Após a realização do Ajuste, o saldo de ações sujeitas ao *lock-up* será parcialmente liberado do *lock-up*, no montante correspondente a: (a) 50% no 36º mês posterior à realização do Evento de Liquidez (6ª tranche); (b) 50% no 42º mês posterior à realização do Evento de Liquidez (7ª tranche).

Tendo em vista que os acionistas Eduardo Arroxellas Villela, Júlio César Garcia Piña Rodrigues, Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado e Antônia da Rocha Miranda Prado não terão ações vinculadas sujeitas ao Ajuste, suas 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª tranches de liberação do *lock-up* corresponderão, cada uma, a um quinto do saldo restante após a liberação estabelecida no item (ii) acima.

No prazo de até 30 (trinta) dias anterior à data de cada liberação periódica de ações do *lock-up* será comunicada pela Companhia aos Acionistas Vinculados informando a quantidade de ações que estarão liberadas.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Estão ressalvadas das restrições descritas acima: (a) as ações alienadas na oferta secundária no Evento de Liquidez; (b) se expressa e previamente autorizado por escrito pela totalidade dos acionistas da Companhia; (c) no caso de uma transferência permitida; (d) as ações que, estando previamente desvinculadas deste Acordo de Acionistas ou liberadas do *lock-up*, sejam adquiridas por um acionista; ou (e) no caso de constituição adicional de garantia em favor da Companhia fruto de Contingências (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência).

Ressalvada as transferências permitidas, as restrições acima aplicam-se também a participação indireta detida pelos Acionistas Vinculados em qualquer veículo ou fundo de investimento utilizado pelos Empresário ou Acionistas Gulf ao qual sejam conferidas Ações, de tal modo que os Acionistas Vinculados e/ou seus respectivos sócios não poderão alienar parte ou a totalidade suas respectivas participações naqueles veículos ou fundos de investimento durante o período do *lock-up*.

Venda Organizada

No intuito de evitar oscilações abruptas das ações de emissão da Companhia, os Acionistas Vinculados que manifestarem a intenção de alienar as suas Ações Vinculadas obrigam-se a fazê-lo por meio de uma instituição financeira, independente e de primeira linha, contratada pela Companhia para que proceda a alienação estruturada das ações e sua negociação em condições de mercado ("Venda Organizada").

Em até 15 (quinze) dias da comunicação da Companhia, os Acionistas Vinculados interessados em alienar Ações Vinculadas deverão manifestar por escrito o interesse pela alienação de determinada quantidade de Ações Vinculadas. Os Acionistas Vinculados não poderão realizar a venda de outras ações enquanto estiver ocorrendo a Venda Organizada ou pelo período de 90 (noventa) dias após cada liberação periódica de ações do *lock-up*, o que ocorrer primeiro.

Venda de Ações Liberadas

Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias após cada liberação periódica de ações do *lock-up*, os Acionistas Vinculados poderão, a qualquer momento, realizar a venda das ações liberadas para a venda.

Para a realização da venda das Ações Vinculadas fora da Venda Organizada, cada Acionista Vinculado deverá solicitar via notificação à Companhia, com cópia para os demais Acionistas Vinculados ("Notificação de Desvinculação"), a desvinculação total ou parcial do saldo das Ações Vinculadas não sujeitas às restrições relacionadas a garantias para contingências ou ajuste de participação (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência), com a finalidade de negociação dessas ações na B3. As Ações Vinculadas deverão ser desvinculadas em um prazo de no máximo 10 (dez) dias contados do recebimento da Notificação de Desvinculação. Na hipótese de o Acionista Vinculado não realizar a venda das ações desvinculadas dentro do prazo de 15 (quinze) dias da efetiva desvinculação das Ações Vinculadas objeto da Notificação de Desvinculação, as referidas ações serão automaticamente vinculadas ao Acordo de Acionistas, voltando a ser tratadas como Ações Vinculadas.

Ações Liberadas para a Venda

Qualquer venda de ações da Companhia dependerá de haver ações liberadas para a venda seja fruto do Lock-up, bem como observado as eventuais restrições em decorrência da celebração de instrumentos de garantias para contingências ou ajuste de participação (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência).

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Transferências Permitidas

Não estarão sujeitas às regras de restrição à transferência de ações previstas no Acordo de Acionistas as transferências para qualquer pessoa natural ou sociedade integrante do mesmo grupo econômico de do Acionista Vinculado vendedor em questão, ou na hipótese cessão de ações para fins de integralização de capital em uma *holding* ou fundo de investimento, desde que com a manutenção da tomada de decisão, ainda que de forma indireta, do Acionista Vinculado vendedor e que a cessionária de tal Acionista Vinculado adira integralmente aos termos do Acordo de Acionistas, assumindo todas as obrigações nele previstas ("Transferências Permitidas").

Os Acionistas Vinculados que sejam enquadrados como investidores financeiros não estarão obrigados a observar as restrições do período de *lock-up,* devendo apenas observar as restrições decorrentes do *lock-up* da Operação de IPO, conforme habitualmente exigidas pelos coordenadores da oferta, por período de 180 (cento e oitenta) dias, excetuado a participação contribuída para fins do ajuste de participações (conforme definido no item 15.8 deste Formulário de Referência). Entende-se como "Investidor Financeiro", qualquer acionista, pessoa física ou jurídica, que não exerça ou não exerceu cargo na administração da Companhia e/ou das Empresas Participantes.

Para os fins do Acordo de Acionistas, os Acionistas Gulf não se enquadram na condição de "Investidor Financeiro" aqui prevista, estando, portanto, sujeita às regras de *lock-up* do Acordo de Acionistas.

Direito de Preferência e *Tag Along*

Caso um Acionista Vinculado tenha interesse em transferir parte ou a totalidade de suas Ações Vinculadas para terceiros, observado o período de *lock-up* ("Acionista Ofertante" e "Ações Ofertadas", respectivamente), nos termos e condições da proposta recebida por este terceiro ("Potencial Transação"), o Acionista Ofertante deverá conceder aos demais Acionistas Vinculados a oportunidade de exercer (i) o direito de preferência para aquisição da totalidade das Ações Ofertadas, pelo mesmo preço por ação e nas mesmas condições da proposta de Potencial Transação ("Direito de Preferência") ou (ii) o direito de exigir que a alienação de Ações Ofertadas englobe também todas as Ações Vinculadas de sua titularidade nos mesmos termos e condições previstos na Potencial Transação ("Direito de Venda Conjunta").

O Acionista Ofertante comunicará sobre a Potencial Transação mediante o envio de uma notificação por escrito à Companhia e aos demais Acionistas Vinculados indicando (i) sua firme intenção de transferir as Ações Ofertadas; (ii) a quantidade de Ações Ofertadas; (iii) o nome e qualificação do terceiro interessado e, caso este seja pessoa jurídica, a indicação do respectivo controlador ou grupo controlador, direto e indireto; e (iv) o preço em moeda corrente nacional, e demais condições de pagamento e demais termos da Potencial Transação ("Notificação de Potencial Transação").

Os demais Acionistas terão o direito de manifestar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data do recebimento da Notificação de Potencial Transação o seu interesse firme, irrevogável e irretratável em exercer o Direito de Preferência ou o Direito de Venda Conjunta, mediante o envio de notificação, por escrito, ao Acionista Ofertante ("Notificação de Exercício"), sendo certo que (i) serão considerados "Acionistas Ofertantes" os Acionistas que tiverem exercido o Direito de Venda Conjunta, assim como serão consideradas "Ações Ofertadas", proporcionalmente, as suas respectivas ações da Companhia; e (ii) caso aplicável, as Ações Ofertadas serão adquiridas em sua totalidade pelos Acionistas que tiverem exercido o Direito de Preferência, na proporção de sua participação na Companhia, desprezadas as participações dos Acionistas Ofertantes e dos Acionistas que não tiverem exercido o Direito de Preferência.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

O(s) Acionista(s) Ofertante(s), de um lado, e os Acionistas Vinculados que exerceram o Direito de Preferência, de outro lado, estarão obrigados a, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do fim do Período de Exercício, assinar todos os documentos definitivos necessários para formalização da compra e venda das Ações Ofertadas (*signing*), as quais deverão estar livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, nas condições da Potencial Transação, obrigando os Acionistas Vinculados, desde já, a praticar todos os atos para a implementação da transação em questão, sendo certo que tal transferência deverá ser definitivamente consumada (*closing*) no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do envio da Notificação de Exercício (sendo que tal prazo poderá ser prorrogável exclusivamente na hipótese de demora na obtenção de eventuais aprovações regulatórias, mas tão somente no limite do prazo necessário para permitir que tais eventuais aprovações regulatórias sejam obtidas), sob pena de ser considerada a Renúncia ao Direito de Preferência, conforme abaixo definido.

As seguintes hipóteses deverão ser interpretadas como falta de interesse no exercício do Direito de Preferência pelos demais Acionistas Vinculados: (i) o envio de notificação por escrito ao Acionista Ofertante, por meio do qual, manifestem expressamente a sua renúncia ao exercício do Direito de Preferência ou exerçam o Direito de Venda Conjunta; (ii) a ausência de entrega da Notificação de Exercício dentro do prazo estipulado no Acordo de Acionistas; e/ou (iii) caso o Acionista Vinculado que exerceu o Direito de Preferência não assine os documentos necessários à formalização da compra e venda ou, tendo assinado, não consiga consumá-la de acordo com os prazos previstos no Acordo de Acionistas. ("Renúncia ao Direito de Preferência").

As seguintes hipóteses deverão ser interpretadas como falta de interesse no exercício do Direito de Venda Conjunta pelos demais Acionistas Vinculados: (i) o envio de notificação por escrito ao Acionista Ofertante, por meio do qual, manifestem expressamente a sua renúncia ao exercício do Direito de Venda Conjunta; ou (ii) exerçam o Direito de Preferência; ou (iii) a ausência de entrega da Notificação de Exercício dentro do prazo.

Caso ocorra a Renúncia ao Direito de Preferência, o(s) Acionista(s) Ofertante(s) estará(ão) livre(s) para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Renúncia ao Direito de Preferência, consumar em definitivo (*closing*) a Potencial Transação desde que (i) a venda das Ações Ofertadas não seja realizada por preço inferior ao constante da Notificação de Potencial Transação; e (ii) seja observado o Direito de Venda Conjunta. Se a transferência das Ações Ofertadas não for consumada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Renúncia ao Direito de Preferência (ressalvados os casos previstos no Acordo de Acionistas), os Acionista(s) Ofertante(s) deverá(ão) realizar novamente, se ainda estiver(em) interessado(s) em vender ações da Companhia, todos os procedimentos de transferência de Ações Vinculadas previstos no Acordo de Acionistas.

As regras de Direito de Preferência ou Direito de Venda Conjunta, não se aplicam, se determinado Acionista Vinculado desvincular as ações do Acordo de Acionistas para alienação por meio da B3.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

O acordo prevê que o Conselho de Administração, em decorrência da sua característica de independência, deverá se orientar conforme as convicções de seus membros.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Reorganização Societária Gulf

Em 26 de fevereiro de 2021, a Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Gulf") cedeu, por compra e venda, a participação no capital social da Companhia, por ela detida em favor de seus sócios pessoas físicas, a saber: Eduardo Arroxellas Villela, Júlio César Garcia Piña Rodrigues e Ney Prado Junior.

Ato contínuo, em 01 de março de 2021, o acionista Ney Prado Junior doou, com reserva de usufruto vitalício dos direitos políticos, a totalidade das ações de emissão da Companhia por ele detidas aos donatários a seguir listados, nos termos do art. 538 e seguintes e do art. 1.390 e seguintes do Código Civil, bem como do Artigo 114 da Lei 6.404/1976 ("Reorganização Gulf"): Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado, Antônia da Rocha Miranda Prado (em conjunto com Eduardo Arroxellas Villela e Júlio César Garcia Piña Rodrigues, os "Acionistas Gulf").

Como resultado da Reorganização Gulf, os Acionistas Gulf passaram a ser acionistas diretos da Companhia, conforme participações descritas no item 15.1 deste Formulário de Referência. A Reorganização Gulf não resultou em aumento do capital social da Companhia, tampouco em alteração do controle indireto da Companhia.

Para mais informações sobre a Reorganização Gulf, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Consolidação de Empresas Participantes

A Companhia foi constituída em 07 de julho de 2016 como uma "*shelf company*", não operacional e, subsequentemente, em maio de 2017, foi totalmente adquirida pela Gulf, figurando como única acionista da Companhia até a implementação da Reorganização Gulf, conforme descrita neste item 15.6.

Após extenso e detalhado estudo, a Gulf, na qualidade de representante dos interesses dos Acionistas Gulf, identificou que o Mercado Alvo é bastante fragmentado e possui condições favoráveis para a realização de uma consolidação. Diante disso, buscando gerar expressiva valorização patrimonial, oportunidades de negócios, ganhos de escala e/ou sinergias operacionais, comerciais e tecnológicas, decidiu utilizar-se da Companhia como a *holding* consolidadora de empresas participantes do Mercado Alvo para realizar, oportunamente, uma oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas as consolidações de determinadas empresas do Mercado Alvo, que ocorreram por meio de dois aumentos de capital nas referidas datas, os quais foram integralizados pelos subscritores mediante a transferência de participações societárias nas sociedades listadas a seguir: (i) Pluris Mídia Ltda.; (ii) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda., SKA Automação de Engenharias Ltda. e W3K Tecnologia Ltda. (em conjunto, "Grupo SKA"); (iii) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (iv) Plusoft Informática S.A.; (v) Nexo CS Informática S.A.; (vi) Integra Consultoria S.A.; (vii) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (viii) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (ix) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (x) It Source Serviços e Soluções em TI Ltda.; (xi) BTB Inc.; (xii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.; (xiii) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (xiv) TEFTI Armazém Logística Ltda. ("Empresas Participantes 1ª Consolidação"); (xv) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda.; (xvi) First Tech Tecnologia Ltda.; e (xvii) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A. ("Empresas Participantes 2ª Consolidação"), sendo que as participações societárias das Empresas Participantes se encontravam totalmente subscritas e integralizadas, bem como livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, restrições, dívidas ou dúvidas.

Como consequência da Consolidação, a Companhia passou a deter a posição de *holding* participante do quadro acionário das Empresas Participantes e os acionistas das Empresas Participantes passaram a ser acionistas da Companhia, conforme participações descritas no item 15.1 deste Formulário de Referência.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Os Empresários que ingressaram no quadro acionários da Companhia em 30 de setembro de 2021 foram Paulo Lerner Froimtchuk, Pedro Carneiro dos Santos, GAA Thinc LLC, BG Consultoria e Participações Eireli, JFMJ Investimentos e Participações Ltda., Murbser 16 Participações Ltda., Guy Perelmuter, FLM Participações Eireli, Alan Rubinsztejn, Tuli Lerner de Berredo, Frederico Ruzany, Carlos Manoel Mendonça de Araujo, Vitor Froimtchuk, Sandra Regina Holanda Mariano, Assen Zalfa Junior, Paulo Ernesto Kleinberger, Vport Participações Ltda.-ME, Astyanax - Representação Comercial e Consultoria Ltda., Livemob Serviços de Telefonia Móvel Ltda., Ricardo Real, Luiz Augusto Índio Da Costa, Miguel José Froimtchuk, Baz Consultoria e Assessoria Comercial Ltda., Sergey Korotkov, Sergio Rego Monteiro Filho, Miriam Fernanda dos Santos, Poline Canazio Hervet, Pedro Henrique França Tavares, Henrique Ferrari, Brasileiro, Gabriel Gesteira de Faria Alves, Marcelo Arkader Skaba, Roberto de Oliveira Xavier Junior, Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II, FJJ Investimentos e Participações Ltda., Ink Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli, Marcelo Gomes Conde, Guilherme Antonelli Carvalho de Souza, Bruno Lassalla Gomes, Maurício Pires da Cruz, F M Sociedade de Participações e Fomento Mercantil Ltda., Fabiano Carvalho, Ricardo Alejandro Donner, Fabio Araujo Teixeira, Luciano Jose do Rego Barbosa, Elias Dahia Junior, Guilherme Correa Porto, Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo, Luis Carlos Crem, Klasint Participações Ltda., Nelson Jawetz, Carlos Eduardo Albo Py, Luis Felipe Carlomagno Carchedi, Evandro José Lacerda Felippe, André Marcel Migliorelli, Bension Waksman, Fabrício Buzzatti Santos, Flavio Fava Ditt, Flavio Nogueira Fernandes, Leandro de Sá del Debbio, Ricardo José Galvão Alves, Alexandre Magno Dos Santos e Braga, Atiá Xavier Da Costa Braga, Fabiano Carvalho, César Balarine Cavalheiro Leite, Reges Antonio Bronzatti, Luciano Rodrigo Rocha, Pedro Augusto de Carvalho Ribeiro, Juan Hilario Raimondi, Julian Eduardo Raimondi, Guilherme Corrêa Porto, Fernando Aloysio Marietto de Souza Macedo, Solemar Batista de Andrade, Bruno Reis de Arruda Alves, João Cox Neto, César Balarine Cavalheiro Leite, Orion Ventures Participações Eireli, Ney Prado Junior, K & K Empreendimentos e Serviços Ltda., Siegfried Koelln, Tiago Wolfarth, Siegfried Koelln, Daniel Klafke, Igor Klafke, Jonatas Bloss ("Empresários 1ª Consolidação"); ao passo que os Empresários que ingressaram no quadro acionário da Companhia em 31 de dezembro de 2021 foram Gustavo Eduardo Assunção da Silveira, Marcelo Pallota Abreu dos Santos, Celso Luiz Carvalho de Souza, Enilton Antônio do Nascimento Júnior, Marco Antônio Zanini, Ronaldo Eschiezaro, SLT Blessed Participações S.A., Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli, Adalberto Barbosa da Costa Lobato, Diego Neves Machado, Cleber Gomes da Costa, Diego Neves Machado, Felipe Augusto Silva Lambert, João Paulo Rodrigues Oliveira, Luiz Henrique Santiago Madeira Campos, Renato de Mattos Neto ("Empresários 2ª Consolidação").

O processo de Consolidação, liderado pela Gulf, foi formalizado em duas etapas, sendo: (a) a primeira etapa, a assinatura entre a Gulf e cada Empresário ("Partes"), individualmente, do Acordo Geral de Consolidação de Empresas de Tecnologia e Outras Avenças ("Acordo de Consolidação"); e (b) a segunda etapa com a formalização dos seguintes documentos, os quais foram igualmente assinados pelas Partes: (i) Contrato de Subscrição de Ações da Companhia, estabelecendo os termos e condições para a subscrição das ações da Companhia por cada um dos Empresários ("Contrato de Subscrição"), (ii) o Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez ("Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez"), conforme descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, (iii) o Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez ("Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez"), conforme descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, (iv) Acordo de Acionistas da Empresa Participante ("Acordo de Acionista da Empresa Participante"); (v) documento especificando as participações de cada um dos Empresários no capital social da Companhia e o *Valuation* de cada Empresa Participante; e (vi) Contrato de Opção de Compra e Venda de Participação Societária, que trata dos termos e condições para a venda das participações societárias das Empresas Participantes para a Companhia ("Contrato de Opção de Compra e Venda de Participação Societária").

O Acordo de Consolidação terá vigência até 30 de abril de 2022 ("Data Limite") ou até a ocorrência de Evento de Liquidez.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

O Acordo de Consolidação poderá ser resilido até o Evento de Liquidez (a) mediante acordo por escrito entre as Partes; (b) pelas Partes, caso seja editada qualquer lei ou proferida qualquer decisão judicial definitiva que torne impossível a consumação das operações contratadas; (c) pela Gulf, (c.1) em decorrência da não observância pelo Empresário de determinada Empresa Participante das disposições contratuais com relação às informações confidenciais; (c.2) na hipótese de a respectiva Empresa Participante efetuar pedido de falência, sofrer um pedido de falência, recuperação judicial ou outro fato que acarrete uma mudança relevante no *Valuation* da referida Empresa Participante; (c.3) se o *Valuation* de determinada Empresa Participante sofrer uma variação negativa superior a 10% (dez por cento); (c.4) na hipótese de os Empresários não estiverem fornecendo as informações ou resistindo aos ajustes necessário para a Consolidação; (c.5) no caso de não observância das obrigações de exclusividade, permanência mínima, não concorrência e/o não solicitação, conforme previsto nos Acordos de Acionistas (definidos no item 15.5 deste Formulário de Referência); ou (c.6) na hipótese de os Empresários não observarem os deveres e obrigações do Acordo de Consolidação, em especial com relação a estrita observância das leis anticorrupção; (d) por qualquer Empresário na hipótese de o Evento de Liquidez não ter ocorrido até a Data Limite; (e) pelos Empresários, (e.1) em decorrência da não observância pela Gulf das disposições contratuais com relação às informações confidenciais; (e.2) em caso de requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou outra forma de reconhecimento do estado de insolvência da Gulf e/ou da Companhia; (e.3) na hipótese de a Gulf não observar os deveres e obrigações do Acordo de Consolidação, em especial com relação a estrita observância das leis anticorrupção; (e.5) em caso de adesão empresas concorrentes com uma Empresa Participante ao Acordo de Consolidação sem a prévia anuência expressa da Empresa Participante que teria o direito de vetar tal adesão, nos termos do Acordo de Consolidação; (e.6) caso haja descumprimento pela Gulf ou pela Companhia de suas obrigações nos termos do Acordo de Consolidação, caso tal descumprimento não seja sanado em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento de notificação enviada pela Empresa Participante ou Empresário informando sobre o descumprimento; ou (f) pela Companhia, quando os Empresários e/ou Empresas Participantes se recusarem a observar as providencias necessárias para a realização e ajustes contábeis determinados pela auditoria independente da Companhia, de acordo com os padrões exigíveis de companhias abertas com ações listadas no Novo Mercado, incluindo a necessidade de realização de ajustes, reclassificações, desconsiderações e/ou adequações nas demonstrações financeiras de qualquer das Empresas Participantes, antes do Evento de Liquidez.

Na hipótese de rescisão do Acordo de Consolidação, os Empresários envolvidos na rescisão do Acordo de Consolidação obrigam-se a transferir para a Companhia as ações de emissão da Companhia por eles detidas. Em contrapartida, a Companhia obriga-se a transferir a totalidade da participação societária que possuir na respectiva Empresa Participante para o(s) respectivo(s) Empresário(s), por meio da operação societária mais conveniente e que gere impacto neutro do ponto de vista fiscal, no prazo não superior a 60 (sessenta) dias contados da concordância com a rescisão do Acordo de Consolidação ou da notificação acerca dos eventos que implicaram na rescisão do presente Acordo de Consolidação.

Adicionalmente, caso ocorra Operação de IPO, está previsto ajuste nas participações dos Empresários no capital social da Companhia, ao final do período de 36 meses contados da data da divulgação do anúncio de início ou do fato relevante indicativo do preço por ação da Operação de IPO, conforme o caso. A quantidade de ações de emissão da Companhia que estará sujeita ao ajuste corresponderá a um terço do total de ações de emissão da Companhia detidas pelos Empresários imediatamente após a realização da Operação de IPO. O ajuste nas participações será viabilizado por meio de veículo societário detido pelos Empresários, e será realizado nos termos acordados pelas Partes no Acordo de Consolidação.

De forma a possibilitar uma melhor visualização da estrutura da Consolidação e da Reorganização Gulf como um todo, apresentamos abaixo o organograma da Companhia anterior à Consolidação e à Reorganização Gulf e o organograma simplificado na data deste Formulário de Referência, refletindo a concretização das alterações descritas neste item 15.6 do Formulário de Referência:

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Organograma da Companhia Imediatamente anterior à Reorganização Gulf e à Consolidação:

Organograma simplificado da Companhia na data deste Formulário de Referência, ou seja, após a implementação da Reorganização Gulf e da Consolidação das Empresas Participantes:

** Porcentagem calculada com base na participação média da Companhia na Empresas Participantes.*
*** Participação média considerando os Empresários em conjunto, não refletindo a participação individual de cada Empresário nas Empresas Participantes.*

Para mais informações sobre o organograma da Companhia na data deste Formulário de Referência, vide o item 15.4 acima.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) Evento	**Reorganização Societária Gulf**
(b) Principais condições do negócio	Em 26 de fevereiro de 2021, a Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Gulf") cedeu, por venda e compra, a participação no capital social da Companhia por ela detida em favor de seus sócios pessoas físicas, a saber: Eduardo Arroxellas Villela, Júlio César Garcia Piña Rodrigues e Ney Prado Junior. Ato contínuo, em 01 de março de 2021, o acionista Ney Prado Junior doou, com reserva de usufruto vitalício dos direitos políticos, a totalidade das ações por ele detidas na Companhia aos donatários a seguir listados, nos termos do art. 538 e seguintes e do art. 1.390 e seguintes do Código Civil, bem como do Artigo 114 da Lei 6.404/1976 ("Reorganização Gulf"): Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado, Antônia da Rocha Miranda Prado (em conjunto com Eduardo Arroxellas Villela e Júlio César Garcia Piña Rodrigues, os "Acionistas Gulf"). Como resultado da Reorganização Gulf, os Acionistas Gulf passaram a ser acionistas diretos da Companhia, conforme participações descritas no item 15.1 deste Formulário de Referência. A Reorganização Gulf não resultou em aumento do capital social da Companhia, tampouco em alteração do controle indireto da Companhia.
(c) Sociedades envolvidas	Companhia e Gulf Gestão de Recursos Ltda.
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Os Acionistas Gulf passaram a ser acionistas diretos da Companhia.
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: Quadro societário depois da operação:
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Anteriormente à operação, a Companhia tinha acionista único. Todos os atuais acionistas assinam os instrumentos envolvidos na operação.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) Evento	**1ª Etapa do Acordo de Consolidação de Empresas de Tecnologia e Outras Avenças**
(b) Principais condições do negócio	A Gulf idealizou e constituiu a Companhia como sociedade holding destinada à consolidação de empresas participantes do mercado alvo de tecnologia. O processo considerou que os Empresários interessados em participar da operação se tornariam acionistas da Companhia previamente à realização de Evento de Liquidez. Em 30 de setembro de 2021, a Gulf, como representante dos Acionistas Gulf, únicos titulares e legítimos proprietários e detentores de 100% das ações de emissão da Companhia, acordou a Consolidação com os Empresário 1ª Consolidação (definidos no item 15.6 deste formulário de referência), por meio da qual houve o ingresso dos Empresários 1ª Consolidação no quadro social da Companhia mediante a transferência de participações societárias por eles respectivamente detidas nas Empresas Participantes 1ª Consolidação, conforme definido no item 15.6 deste Formulário de Referência e listadas no item (c), abaixo, à Companhia, em integralização de aumento de capital social da Companhia subscrito pelos Empresários ("1ª Etapa da Consolidação"). Imediatamente após a 1ª Etapa da Consolidação, o quadro acionário é demonstrado pelo item (e) abaixo. Caso ocorra oferta pública de ações, está previsto ajuste nas participações dos Empresários 1ª Consolidação no capital social da Companhia, ao final do período de 36 meses contados da data da realização da oferta pública inicial de ações (nos termos de anúncio de início ou fato relevante indicativo do preço por ação) ("Operação de IPO"). A quantidade de ações de emissão da Companhia que estará sujeita ao ajuste corresponderá a um terço do total de ações de emissão da Companhia detidas pelos Empresários 1ª Consolidação, imediatamente após a realização da Operação de IPO. O ajuste nas participações será viabilizado por meio de veículo societário detido pelos Empresários. Na data de 30 de setembro de 2021, além do acordo referente à 1ª Etapa da Consolidação, foram também assinados: • Contratos de Subscrição de Ações da Companhia, estabelecendo os termos e condições para a subscrição das ações da Companhia por cada um dos Empresários 1ª Consolidação; • Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez; • Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez; • Acordo de Acionistas/Quotista de cada Empresa Participante (sociedades no item (c) abaixo, exceto Gulf); e • Contrato de Opção de Compra e Venda de Participação Societária de cada Empresa Participante
(c) Sociedades envolvidas	SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda. SKA Automação de Engenharias Ltda. Gulf Gestão de Recursos Ltda. TEFTI Armazém Logística Ltda. Plusoft Informática S.A. It Source Serviços e Soluções em TI Ltda. A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda. Integra Consultoria S.A. SSX Tecnologia da Informação S.A. ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. Pluris Mídia Ltda. TPV Inova Soluções em Informática S.A. Doc Security Serviços de Informática Ltda. Nexo CS Informática S.A. W3K Tecnologia Ltda. BTB Inc. Astyanax Representação Comercial E Consultoria Ltda. Baz Consultoria E Assessoria Comercial Ltda. BG Consultoria e participações Eireli FJJ Investimentos e Participações Ltda. FM Sociedade de Participações e Fomento Mercantil do Brasil Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II GAA Thinc LLC. FLM Participações Eireli INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli JMFJ Investimentos e Participações Ltda. Klasint Participações Ltda. Livemob Serviços De Telefonia Móvel Ltda. Murbser 16 Participações Ltda. Vport Participações Ltda.-ME

15.7 - Principais Operações Societárias

(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: Quadro societário depois da operação:
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação por acionistas titulares e legítimos proprietários e detentores de 100% das ações de emissão da Companhia. Ainda, o acordo para a Consolidação prevê mecanismo de ajuste de participação acionária dos Empresários na Companhia descrito no item (a) acima.

(a) Evento	**2ª Etapa do Acordo de Consolidação de Empresas de Tecnologia e Outras Avenças**
(b) Principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2021, os acionistas da Companhia acordaram uma nova etapa da Consolidação com determinados Empresários (individualizados no item 15.5 deste formulário de referência) ("Empresários 2ª Consolidação"), por meio da qual houve o ingresso dos Empresários 2ª Consolidação no quadro social da Companhia mediante a transferência de participações societárias nas sociedades listadas no item (c), abaixo, à Companhia, em integralização de aumento de capital social da Companhia subscrito pelos Empresários ("2ª Etapa da Consolidação"). Imediatamente após a 2ª Etapa da Consolidação, o quadro acionário é demonstrado pelo item (e) abaixo. Caso ocorra oferta pública de ações, está previsto ajuste nas participações dos Empresários 2ª Consolidação no capital social da Companhia, ao final do período de 36 meses contados da data da realização da Operação de IPO. A quantidade de ações de emissão da Companhia que estará sujeita ao ajuste corresponderá a um terço do total de ações de emissão da Companhia detidas pelos Empresários 2ª Consolidação, imediatamente após a realização da Operação de IPO. O ajuste nas participações será viabilizado por meio de veículo societário detido pelos Empresários. Na data de 31 de dezembro de 2021, além do acordo referente à 2ª Etapa da Consolidação, foram também assinados: • Contratos de Subscrição de Ações da Companhia, estabelecendo os termos e condições para a subscrição das ações da Companhia por cada um dos Empresários 2ª Consolidação; • Termo de Adesão ao Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez; • Termo de Adesão Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez; • Acordo de Acionistas/Quotista de cada Empresa Participante; e • Contrato de Opção de Compra e Venda de Participação Societária de cada Empresa Participante

15.7 - Principais Operações Societárias

(c) Sociedades envolvidas	Companhia Gulf Gestão de Recursos Ltda. First Tech Tecnologia Ltda. BTB Inc. Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas Ltda. SLT Blessed Participações S.A. GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A. Astyanax Representação Comercial e Consultoria Ltda. Baz Consultoria E Assessoria Comercial Ltda. BG Consultoria e participações Eireli, FJJ Investimentos e Participações Ltda. FM Sociedade de Participações e Fomento Mercantil do Brasil. Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II GAA Thinc LLC. FLM Participações Eireli INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento Eireli JMFJ Investimentos e Participações Ltda. Klasint Participações Ltda. Livemob Serviços De Telefonia Móvel Ltda. Murbser 16 Participações Ltda. Vport Participações Ltda.-ME
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: Quadro societário depois da operação: conforme organograma no item 15.4 deste formulário de referência.
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação por acionistas titulares e legítimos proprietários e detentores de 100% das ações de emissão da Companhia. Assinatura de termo de adesão pelos Empresários 2ª Etapa. Ainda, o acordo para a Consolidação prevê mecanismo de ajuste de participação acionária dos Empresários na Companhia descrito no item (a) acima.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Acordos de Acionistas

Na data deste formulário de referência, a Companhia pleiteia o registro de sua oferta pública inicial de ações perante a Comissão de Valores Mobiliários. Caso a oferta seja registrada, haverá resolução do acordo de acionistas previsto no item 15.5 (1) acima e início da vigência do acordo previsto no item 15.5 (2) acima.

Lucros e Dividendos

Até a ocorrência de Evento de Liquidez, conforme previsto no item 15.6 acima, a Companhia não fará jus a lucros ou dividendos auferidos pelas Empresas Participantes, os quais serão integralmente destinados ao respectivos Empresários que sejam sócios ou acionistas da Empresa Participante em questão.

Para tanto, (i) nas Empresas Participantes organizadas sob a forma de sociedades limitadas, a distribuição de lucros se dará de forma desproporcional, sendo os lucros a distribuir proporcionalmente distribuídos entre os Empresários após a desconsideração da participação da Companhia na referida Empresa Participante; e (ii) nas Empresas Participantes organizadas sob a forma de sociedade por ações, a Companhia desde já autoriza a constituição de usufruto, com eficácia automática a partir da data em que a Companhia efetivamente ingressar no capital da respectiva Empresa Participante sobre a totalidade de suas ações da Empresa Participante em benefício dos demais respectivos Empresários (distribuindo tais direitos proporcionalmente à participação de tais Empresários no capital social da Empresa Participante após a desconsideração da participação da Companhia na referida Empresa Participante), a ser extinto quando da realização do Evento de Liquidez, de forma que tais Empresários percebam a integralidade dos direitos econômicos da referida Empresa Participante.

Após tal data, a Companhia e os Empresários farão jus ao recebimento dos lucros ou dividendos correspondentes à sua respectiva participação societária nas Empresas Participantes.

Obrigações de Permanência

O Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez, previsto no item 15.5 (1) acima, estabelece que (a) Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues; (b) Eduardo Arroxellas Villela; e (c) os Empresários que desempenhem função na administração de Empresas Participantes, na data de assinatura do referido acordo obrigam-se a permanecer em suas respectivas funções administrativas pelo período de vigência do Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez.

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez, previsto no item 15.5 (2) acima, estabelece que os Empresários que desempenham função na administração de Empresas Participantes na data da assinatura do Acordo obrigam-se a permanecer em referida função pelo período mínimo de 5 (cinco) anos da assinatura do Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez. Não obstante, após o término do 2º (segundo) ano, o Empresário poderá indicar outro administrador para desempenhar suas funções, mediante consentimento expresso por parte da Companhia.

Restrição à Alienação de Ações

No âmbito do Acordo de Consolidação, conforme definido no item 15.6 deste Formulário de Referência, as Partes estabeleceram restrições quanto à alienação de participação no capital social da Companhia e/ou das Empresas Participantes.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

1) Restrições aos Empresários:

Até (i) 30 de abril de 2022 ("Data Limite"); ou (ii) até a resilição deste Acordo de Consolidação, o que ocorrer primeiro, os Empresários não poderão, ressalvadas as exceções previstas no Acordo de Consolidação: (a) negociar com terceiros suas respectivas participações societárias no capital social das Empresas Participantes sem a concordância prévia e expressa da Companhia; (b) desenvolver e/ou explorar os objetos sociais da respectiva Empresa Participante por outra entidade; e (c) onerar, alienar, prometer a alienação, dar em garantia, ceder ou transferir a qualquer título, para terceiros, salvo com autorização prévia e expressa da Companhia, as ações de emissão da Companhia que detém e/ou suas respectivas participações societárias no capital social das Empresas Participantes, sendo certo que tais restrições não se estendem em relação à oferta secundária, em caso de realização da Operação de IPO.

2) Restrições à Gulf:

Até (i) a Data Limite; ou (ii) até a resilição do Acordo de Consolidação, o que ocorrer primeiro, o acionistas Eduardo Arroxellas Villela, Júlio César Garcia Piña Rodrigues, Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado, e Antônia da Rocha Miranda Prado não poderão, ressalvadas as exceções previstas no Acordo de Consolidação, onerar, alienar, prometer a alienação, dar em garantia, ceder ou transferir a qualquer título, para terceiros as ações que detém da Companhia, salvo com a autorização prévia e expressa da Companhia e dos demais Empresários, sendo certo que tais restrições não se estendem em relação à oferta secundária, em caso de realização da Operação de IPO.

As restrições previstas nos itens (1) e (2) acima, não se aplicam à cessão ou transferência do Acordo de Consolidação ou qualquer dos direitos e obrigações dele decorrentes diretamente para os seus sócios, pessoas naturais ou afiliadas que pertençam ou venham a pertencer ao mesmo grupo econômico (aqui definido como quaisquer de suas empresas controladoras, controladas, ligadas, coligadas e com controle comum) ou ainda, para outros veículos de investimento (tais como fundos de investimento), ressalvado, contudo, que o cessionário deverá ter comprovadamente as mesmas capacidades financeira e técnica para a condução da operação objeto do Acordo de Consolidação e para o cumprimento das obrigações assumidas pela parte cedente, sendo vedada a utilização de tal disposição como uma forma da parte cedente ceder a posição contratual para outro grupo econômico.

Alienação Fiduciária de Ações em Garantia

No âmbito do Contrato de Subscrição, conforme definido no item 15.6 deste Formulário de Referência, as partes estabeleceram que, em garantia às contingências identificadas no curso da auditoria realizada em cada Empresa Participante ("Contingências"), os Empresários deverão constituir, em favor da respectiva Empresa Participante, a alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia por eles detidas, em quantidade que corresponda a 100% (cento por cento) do valor das Contingências aplicáveis, calculado tomando como base o apurado na auditoria jurídica realizada nos termos do Acordo de Consolidação, em especial no que tange à classificação das contingências prováveis e possíveis ("Alienação Fiduciária de Ações").

O volume de Contingências efetivamente materializadas deverá ser verificado pelas partes, periodicamente e em período não superior a 12 (doze) meses, com a proporcional redução da retenção de participação em garantia, inclusive, mas sem se limitar, para os fins da Liberação Periódica prevista no Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez, conforme descrito no item 15.5(2) deste Formulário de Referência. Na hipótese de a Alienação Fiduciária de Ações superar os 100% (cento por cento) do valor das Contingências na data da referida verificação, o excedente será liberado do gravame. Da mesma forma, na hipótese de a Alienação Fiduciária de Ações equivaler a montante inferior aos 100% (cento por cento) do valor das Contingências na data da referida verificação, os Empresários deverão reforçar a garantia, por meio de alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia adicionais por ele detidas.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Os Empresários somente poderão oferecer em Alienação Fiduciária de Ações 66,66% (sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento por cento) das ações por eles respectivamente detidas na Companhia, apurada imediatamente após a Operação de IPO, uma vez que necessariamente um 1/3 (um terço) será destinado para o Ajuste, conforme definido abaixo.

Na data deste Formulário de Referência, a Alienação Fiduciária de Ações não fora implementada, de forma que a totalidade das ações de emissão da Companhia encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Contratos de Opção de Compra e Venda de Participação Societária

Conjuntamente ao Acordo de Consolidação (conforme definido no item 15.6 acima), a Companhia e os Empresários acordaram instrumentos individuais de opção de compra e venda de participação societária ("Opções de Compra e Venda" e "Contratos de Opção", respectivamente).

Segundo os Contratos de Opção, por dez anos a contar do Evento de Liquidez (definido no item 15.6 deste Formulário de Referência), ficam estipuladas opção de compra pela Companhia e opção de venda pelos Empresários e opção de venda conjunta:

1) Opção de compra pela Companhia:

Cada Empresário outorgou à Companhia opção de compra da totalidade da ações de emissão da Companhia detidas pelo Empresário que estejam vinculadas aos Acordos de Acionistas (definidos no item 15.5 deste Formulário de Referência), podendo a opção ser exercida parcial ou integralmente, após o término do 5º (quinto) ano contado a partir da data do Evento de Liquidez, contanto que ao fim de cada trimestre contábil, mediante envio de notificação pela Companhia.

Exercida a opção de compra pela Companhia, fica o Empresário obrigado a vender a participação indicada pela Companhia, mediante o pagamento do preço de aquisição, que será o maior valor dentre as 2 (duas) avaliações realizadas para a apuração do preço de referência, sendo certo que, para o cálculo do preço de referência, será realizada uma avaliação da respectiva Empresa Participante nos seguintes termos: (i) à valor de mercado, observado os procedimentos estabelecidos nos Contratos de Opção; ou (ii) com base em 70% (setenta por cento) do múltiplo do Enterprise Value ("EV") /EBITDA da Companhia, que será apurado pela média do EV da Companhia nos últimos 90 (noventa) pregões antecedentes a data da comunicação do exercício do direito opção de compra e/ou venda (pela Companhia ou pelo Empresário, conforme o caso), multiplicado pelo EBITDA anualizado médio da respectiva Empresa Participante, calculado com base nos 8 (oito) últimos trimestres auditados; sendo que dentre as avaliações será aplicada a que for maior ou menor, conforme o caso ("Preço de Referência").

2) Opção de venda pelos Empresários:

A Companhia outorgou à cada Empresário opção de venda da totalidade da ações de emissão da Companhia detidas pelo respectivo Empresário que estejam vinculadas aos Acordos de Acionistas (definidos no item 15.5 deste Formulário de Referência), podendo a opção ser exercida parcial ou integralmente, após o término do 5º (quinto) ano contado a partir da data do Evento de Liquidez, contanto que ao fim de cada trimestre contábil, mediante envio de notificação pelo Empresário.

Exercida a opção de venda pelo Empresário, fica a Companhia obrigada a comprar a participação indicada pelo Empresário, mediante pagamento do preço de aquisição, que será o menor valor dentre as 2 (duas) avaliações realizadas para a apuração do Preço de Referência.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Adicionalmente, a Companhia outorgou a determinados Empresários, abaixo identificados, o direito de exigir uma antecipação do exercício da Opção de Venda pelo Empresário, no encerramento do 3º (terceiro) ano, contado a data do Evento de Liquidez, contanto que que sejam verificadas, de forma conjunta, as condições comerciais determinadas pelas Partes. Tal Opção aplica-se exclusivamente relação a determinados Empresários que assim acordaram com a Companhia no âmbito da assinatura do seu respectivo Contrato de Opção.

3) Opções Adicionais de Venda:

Adicionalmente, os Empresários outorgaram à Companhia opção de venda da totalidade da participação societária por ela detida em determinadas Empresas Participantes, podendo tal opção ser exercida após o término do 3º (terceiro) ano contado a partir da data do Evento de Liquidez, contanto que atendidas as condições comerciais estipuladas pelas Partes. Opção aplica-se exclusivamente relação a determinadas Empresas Participantes, nos casos em que os Empresários e a Companhia assim acordaram no âmbito da assinatura do seu respectivo Contrato de Opção.

Obrigações de Não Concorrência e de Não Solicitação

No âmbito do Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez, previsto no item 15.5 (1) acima, os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam vinculadas ao referido acordo não poderão participar ou de qualquer forma desenvolver quaisquer outras atividades que possam concorrer com as atividades desempenhadas pela Companhia e por qualquer Empresa Participante (definida no item 15.6 acima), e/ou trabalhar ou realizar atividades como autônomo, empregado, prestador de serviços, consultor, colaborador, agente, parceiro, representante, conselheiro, administrador ou diretor, para qualquer terceiro (incluindo empresa, sociedade, consórcio, associação, negócio ou projeto) que concorra com a Companhia ou qualquer Empresa Participante, excetuados os casos previstos no Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez, arquivado na sede social da Companhia. As disposições relativas à não concorrência não serão aplicáveis na hipótese de não ocorrência do Evento de Liquidez (definido no item 15.6 acima).

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez prevê que, enquanto permanecerem como acionistas da Companhia, as Partes obrigam-se a abster-se de direta ou indiretamente, salvo com a anuência expressa da Companhia ou da respectiva Empresa Participante, persuadir ou tentar atrair qualquer empregado capaz de tomada de decisão ou empregado estratégico cliente ou parceiro de trabalho da Companhia ou das Empresas Participantes, a deixarem seu emprego ou terminar seu vínculo contratual com a respectiva sociedade, por qualquer razão ou fim.

No âmbito do Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez, descrito no item 15.5 (2) acima, durante todo o prazo que o acionista detiver ações de emissão da Companhia que estejam vinculadas ao referido acordo e por um período adicional de (i) 12 (doze) meses, a contar da alienação total da participação na Companhia, tal acionista não participará ou de qualquer forma desenvolverá, por si próprio ou por meio de interposta pessoa, quaisquer outras atividades que possam concorrer com as atividades desempenhadas por qualquer Empresa Participante, e/ou trabalhar ou realizar atividades como autônomo, empregado, prestador de serviços, consultor, colaborador, agente, parceiro, representante, conselheiro, administrador ou diretor, para qualquer terceiro (incluindo empresa, sociedade, consórcio, associação, negócio ou projeto) que concorra com qualquer Empresa Participante; e (ii) 24 (vinte e quatro) meses, a contar da alienação total da participação na Companhia, tal acionista não participará ou de qualquer forma desenvolverá, por si próprio ou por meio de interposta pessoa, quaisquer outras atividades que possam concorrer com as atividades desempenhadas pela respectiva Empresa Participante, e/ou trabalhar ou realizar atividades como autônomo, empregado, prestador de serviços, consultor, colaborador, agente, parceiro, representante, conselheiro, administrador ou diretor, para qualquer terceiro (incluindo empresa, sociedade, consórcio, associação, negócio ou projeto) que concorra com a respectiva Empresa Participante. Ficam excetuados os casos previstos no Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez, arquivado na sede social da Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez prevê que, enquanto permanecerem como acionistas da Companhia/ou sócio ou administrador de qualquer das Empresas Participantes (se aplicável), e pelo prazo adicional de 24 (vinte e quatro) meses, os acionistas obrigam-se a abster-se de direta ou indiretamente, salvo com a anuência expressa da Companhia ou da respectiva Empresa Participante, persuadir ou tentar atrair qualquer empregado capaz de tomada de decisão ou empregado estratégico cliente ou parceiro de trabalho da Companhia ou das Empresas Participantes, a deixarem seu emprego ou terminar seu vínculo contratual com a respectiva sociedade, por qualquer razão ou fim.

Adesão de Outras Empresas à Consolidação

Até a realização do Evento de Liquidez, outras empresas que operam no Mercado Alvo (conforme definido no item 15.6 acima) e seus respectivos sócios (conjuntamente referidos como "Demais Empresas") poderão aderir ao Acordo de Consolidação visando a implementação da Consolidação, mediante a assinatura de termo de adesão. As Empresas Participantes e seus respectivos Empresários terão prerrogativa de vetar a adesão ao Acordo de Consolidação por parte de uma ou mais Demais Empresas que exerçam atividades concorrentes à de Empresas Participantes, respeitadas as condições previstas no Acordo de Consolidação.

No caso de adesão de Demais Empresas, serão realizadas novas subscrições de ações de emissão da Companhia para recepcionar o ingresso de novos empresários, devendo ser aplicados, em relação ao novo subscritor, os mesmos termos e condições utilizados para aferição do *Valuation* utilizado quando da subscrição dos Empresários. Ademais, os atuais acionistas da Companhia renunciam aos seus respectivos direitos de preferência em aumentos de capital da Companhia que objetivem efetivar referida adesão.

Ajuste nas Participações de Empresários após o Evento de Liquidez

Nos termos do Acordo de Consolidação, buscando (i) incentivar os Empresários a perseguirem o crescimento e o melhor desempenho da Companhia e das Empresas Participantes; e (ii) corrigir eventuais distorções entre o *valuation* utilizado no âmbito da Consolidação e a performance efetiva das Empresas Participantes; a Companhia promoverá o ajuste nas participações detidas pelos Empresários em seu capital social, ao final do período de 36 (trinta e seis) meses contados da data da realização de oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia por meio de qualquer uma das seguintes modalidades ("Operação de IPO"): (a) com registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, nos termos da divulgação de anúncio de início; ou (b) com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, nos termos da divulgação do fato relevante que comunicará o preço por ação da Companhia ("Ajuste").

O Ajuste será avaliado por empresa especializada e independente contratada pela Companhia, que realizará um novo cálculo das participações societárias dos Empresários no seu capital social, adotando os mesmos parâmetros utilizados para fins da Consolidação, cabendo a revisão do cálculo por auditor revisor, caso haja discordância entre os Empresários sobre o Ajuste. Apenas o montante correspondente 1/3 (um terço) da participação no capital da Companhia detida pelos Empresários, considerando o cenário imediatamente após a Operação de IPO, estará sujeito ao Ajuste ("Ações do Ajuste").

De forma a viabilizar a implementação do Ajuste, as partes constituirão um veículo societário, na forma de sociedade empresária limitada, dentro de 30 (trinta) dias contados do encerramento da Operação de IPO ("SPE Ajuste"). Os Empresários contribuirão suas Ações do Ajuste ao capital social da SPE Ajuste, que, por sua vez, se tornará acionista da Companhia, aderindo ao Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Até a implementação do Ajuste, as Ações do Ajuste, (i) proporcionarão aos seus titulares os mesmo direitos políticos e econômicos das demais ações de emissão da Companhia; (ii) estarão igualmente vinculadas ao Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez, conforme definido no item 15.5 acima, devendo observar todas as disposições contidas naquele documento, incluindo, mas sem se limitar, as relacionadas às restrições a transferências; e (iii) serão gravadas com usufruto de seus direitos políticos e econômicos em benefício dos respectivos Empresários, os quais serão exercidos considerando as disposições do Acordo de Acionistas Pós Evento de Liquidez.

A efetivação do Ajuste será realizada por meio da dissolução da SPE Ajuste, mediante a qual as Ações do Ajuste serão atribuídas aos Empresários na proporção correspondente ao resultado do Ajuste.

Liquidez Mínima e Dívida Líquida das Empresas Participantes

Nos termos do Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez, descrito no item 15.5 (1) acima, na data em que ocorrer o do Evento de Liquidez, os Empresários obrigam-se a ter liquidez mínima de caixa e/ou recebíveis de clientes adimplentes, não vencidos e de curto prazo, de 30 (trinta) dias, nas respectivas Empresas Participantes das quais são sócios/acionistas, conforme o caso, em valor correspondente à 2 (dois) meses de todos os custos e despesas das respectivas Empresas Participantes ("Liquidez Mínima"). Os referidos custos e despesas serão calculados com base na média dos 3 (três) meses anteriores ao Evento de Liquidez. Caso tais valores não sejam verificados, os Empresários, por suas próprias expensas, deverão aportar recursos nas respectivas Empresas Participantes para recomposição desses valores, a título de indenização em favor da Empresas Participantes, se comprometendo a aportar os recursos em até 30 (trinta) dias da apuração da Liquidez Mínima.

Ademais, considerando que a dívida líquida foi computada no cálculo do *Valuation* de cada Empresa Participante, o Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez determina que o seu valor seja mantido até o Evento de Liquidez, sendo certo que qualquer variação positiva ou negativa que venha a ser apurada no Evento de Liquidez ajustada. Na hipótese de a variação resultar em um saldo negativo, os Empresários se comprometem a indenizar a Empresa Participante, na proporção de seu capital social, antes do momento da Consolidação; ao passo que, se a variação resultar em um saldo positivo, a Empresa Participante se compromete a indenizar os Empresários, na proporção do capital social por eles respectivamente detido, antes do momento da Consolidação .

Acordo de Sócios das Empresas Participantes

Até a ocorrência do Evento de Liquidez e enquanto vigorar o Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez, as Empresas Participantes serão regidas nos termos do Acordo de Acionistas Pré Evento de Liquidez, devendo ser administradas pelos Empresários e/ou pelas pessoas por eles indicadas.

Após a ocorrência do Evento de Liquidez, o relacionamento da Companhia e dos Empresários enquanto sócios de cada Empresa Participante passará a ser regido por acordo de sócios celebrados para esta finalidade ("Acordo de Sócios das Empresas Participantes ").

Cada um dos Acordo de Sócios das Empresas Participantes foi celebrado sob condição suspensiva ainda não verificada, a qual corresponde ao Evento de Liquidez. Após implementação da condição suspensiva, o acordo vigorará pelo prazo de dez anos.

Nos termos dos Acordo de Sócios das Empresas Participantes, caberá aos Empresários nomear e/ou destituir administradores para a respectiva Empresa Participante, devendo a Companhia acompanhar seus votos em deliberações de sócios, exceto se por 2 (dois) exercícios sociais consecutivos a Empresa Participante não tenha atingido pelo menos 70% (setenta por cento) da meta de EBITDA estabelecida nos respectivos orçamentos anuais.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Ademais, as deliberações sobre as seguintes matérias estão sujeitas à aprovação prévia pela maioria dos Empresários que sejam sócios da Empresa Participante em questão, e à subsequente aprovação pelo Comitê de Investimentos da Companhia: (a) analisar e aprovar a proposta de aquisição ou alienação de ativos e/ou participações societárias que exceder o valor equivalente a 10% (dez por cento) da receita bruta anual prevista da Empresa Participante; (b) analisar e aprovar a proposta de realização de investimentos não previstos no orçamento anual; (c) aprovar as fusões, incorporações, cisões ou outro tipo de reorganização societária, bem como dissolver a Empresa Participante; e (d) aprovar a participação em *joint-ventures*, consórcios, condomínios, fundos, associações, sociedades em conta de participação ou qualquer outra forma de associação comercial ou de qualquer natureza.

Por outro lado, as seguintes matérias dependem do voto afirmativo da maioria dos Empresários da Empresa Participante, independente da manifestação de voto da Companhia: (a) criação de novas classes de quotas ou ações, conforme o caso, bônus de subscrição e opções de compra de ações, excetuando o plano de outorga de opções para fins de planos de incentivos para os administradores, que possa afetar negativamente os direitos dos acionistas minoritários; e (b) qualquer alteração na política de distribuição de lucros ou dividendos da Empresa Participante que afete a distribuição de lucros ou dividendos mínimos.

Ações Família Prado

Na data deste Formulário de Referência, o Sr. Ney Prado Júnior detém usufruto dos direitos políticos (i.e. direito de voto) sobre a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos Srs. Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado, Antônia da Rocha Miranda Prado, conforme doação descrita no item 15.7 acima. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, o Sr. Ney Prado Junior detém usufruto dos diretos políticos sobre 12,6% das quotas de emissão da Companhia.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Política de Transações com Partes Relacionadas

A "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de fevereiro de 2022, visa a assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado (conforme definição da própria Política de Partes Relacionadas), prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política de Transações com Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, todas as transações com partes relacionadas da Companhia ou de qualquer das Empresas Participantes serão objeto de análise prévia pelo Comitê de Auditoria da Companhia, o qual deverá recomendar ao Conselho de Administração sua contratação ou não. Após análise pelo Comitê de Auditoria da Companhia, as Transações com Partes Relacionadas da Companhia ou de qualquer das Empresas Participantes serão objeto de deliberação pelo Conselho de Administração, a quem caberá sua aprovação.

Adicionalmente, a Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que determina, por sua vez, que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Avenida das Américas, nº 500, Barra da Tijuca, bloco 19, sala 301 (parte), CEP 22640-904, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (ii) internet: site da Companhia (www.qestra.com.br/ri), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
GULF CAPITAL PARTNERS – ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	20/01/2022	3.000.000,00	R$3.000.000,00	R$3.000.000,00	12 meses	SIM	100,000000

Relação com o emissor	Sociedade coligada
Objeto contrato	Contrato de mútuo entre as empresas com juros mensal calculado a 100% do CDI (Certificado de Depósitos Bancários).
Garantia e seguros	Não há previsão.
Rescisão ou extinção	Não há previsão a respeito de multa em caso de rescisão unilateral do contrato.
Natureza e razão para a operação	Mútuo para financiamento do plano de negócios da Companhia relacionado à Consolidação e à Operação de IPO, conforme definidas no item 15.6 deste Formulário de Referência.
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

As transações divulgadas no item 16.2 acima, celebradas anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas (conforme definida e descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência), foram realizadas de acordo com o Estatuto Social da Companhia e com as práticas estabelecidas em lei.

A administração da Companhia está comprometida com o Código de Conduta (conforme definido e descrito no item 5.4(a)(i) deste Formulário de Referência), que reflete as normas e condutas que devem ser tomadas em casos de potenciais conflitos de interesses, e com a Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme descrito no item 16.1 deste Formulário de Referência.

A partir da aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas, em 21 de fevereiro de 2022, as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas passaram a ser previamente analisadas e submetidas para aprovação nos termos previstos em tal política.

Em situações em que qualquer transação com partes relacionadas exija aprovação prévia nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em situação pessoal de conflito de interesses com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação, e abster-se de participar de determinada negociação. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso solicitado pelo órgão social que deliberar sobre a transação, tal pessoa impedida poderá participar parcialmente da discussão, visando apenas fornecer informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

Caso algum administrador que possa ter um interesse pessoal conflitante em relação à transação não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de conflito de interesse por qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política de Transação com Partes Relacionadas, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia para tomada de decisão acerca das medidas cabíveis no caso concreto.

Ademais, a Companhia preza por boas práticas de governança corporativa, em conformidade ao Anexo 29-A da ICVM 586, divulgou a política e os códigos citados acima em seu Portal de Relações com Investidores (www.qestra.com.br/ri), a fim de corroborar com as medidas adotadas para tratar conflitos de interesses.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Quando da celebração dos instrumentos com partes relacionadas descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, anteriormente à abertura de capital da Companhia e à aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, inexistiam na Companhia procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses. Não obstante, as transações com partes relacionadas descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência observaram os padrões e condições de mercado aplicáveis, uma vez que foram celebradas considerando (i) os princípios e valores da Companhia que também norteiam sua Política de Transações com Partes Relacionadas; e (ii) os parâmetros, preços e condições de mercado. Para informações sobre riscos relacionados às transações celebradas pela Companhia com partes relacionadas, vide item 4.1(a) deste Formulário de Referência, "*A Companhia, as Empresas Participantes e as sociedades que vierem a ser adquiridas podem enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas, o que pode ter um impacto adverso nos seus negócios, resultados operacionais e situação financeira*".

Quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, agimos de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer vantagens, benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

A Companhia e as Empresas Participantes, ao celebrarem instrumentos ou estabelecerem relações comerciais com suas partes relacionadas, o fazem sempre observando as condições praticadas no mercado à época da transação, equivalentes às que seriam estipuladas entre partes independentes e não relacionadas, resguardando o caráter comutativo das condições pactuadas e o pagamento compensatório adequado. Além disso, a partir da data de aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, todas as transações com partes relacionadas passam a seguir os procedimentos estabelecidos na referida política e serão devidamente submetidas à aprovação pelos diretores ou órgãos decisórios, conforme aplicável, nos termos de tal política e do estatuto social da Companhia.

Apresentamos abaixo informações sobre a natureza comutativa das condições pactuadas para cada tipo de transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que (i) tenham sido celebradas pela Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e (ii) se encontram vigentes no exercício social corrente

Contrato de Mútuo

Inicialmente cumpre destacar que o objetivo exclusivo do Contrato de Mútuo é fornecer os recursos necessários ao desenvolvimento do plano de negócios da Companhia, visto que existem custos e gastos inerentes à realização da Consolidação e da Operação de IPO, conforme definidos no item 15.5 deste Formulário de Referência, e que a Companhia não possui caixa para arcar com tais valores previamente ao Evento de Liquidez, conforme definido no item 15.5 deste Formulário de Referência.

Dessa forma, seu valor é calculado considerando exclusivamente o montante de recursos necessários para tal fim, conforme avaliação da administração da Companhia, sem que haja benefício ou prejuízo para qualquer das partes envolvidas. Nesse sentido, o contrato de mútuo inclusive vincula o início do prazo para o pagamento da dívida pela Companhia à realização da Operação de IPO, sendo que, após tal data, o mútuo contratado deverá ser pago dentro de 30 (trinta) dias, limitado ao prazo de 12 (doze) meses.

Ademais, cumpre destacar que o mútuo contratado prevê remuneração ao Credor por juros mensal calculado a 100% do CDI (Certificado de Depósitos Bancários), incidentes a partir da data de cada liberação até seu efetivo pagamento.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Em complemento às informações prestadas nesta Seção 16, apresentamos abaixo as informações relevantes sobre transações com partes relacionadas das Empresas Participantes. Para maiores informações sobre a Consolidação das Empresas Participantes, vide item 15.6 deste Formulário de Referência:

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Acionista pessoa física	18/07/2021	R$409.000,00	R$409.000,00	R$409.000,00	12 meses	Não	N/A
Relação com o emissor	Acionista de investida da Companhia, à época da transação.						
Objeto contrato	O objeto do contrato refere-se à recompra, pela Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A., de ações de sua emissão detidas por pessoa física acionista da entidade à época da transação, pelo valor de R$409.000,00.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de operação de recompra de ações de emissão da Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A. para manutenção em tesouraria, estipulando prazo de liquidação, por parte da parte compradora, em 12 meses a contar da data do balanço utilizado para a precificação das ações.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Comprador						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli	30/12/2021	R$409.000,00	R$409.000,00	R$409.000,00	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Acionista de investida da Companhia.						
Objeto contrato	O objeto do contrato refere-se à venda, pela Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A., de ações de sua emissão mantidas em tesouraria à compradora Companhia Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli, pelo valor de R$409.000,00.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de operação de venda de ações de emissão da Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A. mantidas em tesouraria, estipulando prazo de liquidação, por parte da parte compradora Companhia Triade Inovação Serviços Administrativos Eireli, em 12 meses a contar da data do balanço utilizado para a precificação das ações.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Vendedor						

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

As transações da Empresa Participante Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A., divulgadas acima, foram celebradas anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual a Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A. passará a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referidas transações foram realizadas de acordo com o estatuto social da Empresa Participante em questão e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenadas pela área interna responsável.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Os contratos de compra e venda de ações foram aprovados em sede do órgão societário competente, sem a participação ou votação dos membros envolvidos, e precificados mediante o levantamento de balanço patrimonial elaborado com essa finalidade.

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados dentro de 12 meses da data do balanço.

ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ADN Consultoria e Gestão em TI Ltda.	01/01/2018	R$2.171.945,50	R$3.000,00	R$513.061,97	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Quotistas de investida da Companhia à data da transação.						
Objeto contrato	O objeto do contrato é o compartilhamento de infraestrutura, da estrutura administrativa e de desenvolvimento de novos negócios, no qual a ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda., investida da Companhia, figura como mantenedora, e as coligadas da mantenedora, ADN Consultoria e Gestão em TI Ltda. e Strati Soluções e Serviços em TI Ltda., figuram como beneficiárias. Uma vez que o valor da transação é variável, pois depende dos custos totais relacionados às atividades compartilhadas, os quais serão alocados às partes com base em custos reais e utilizando os critérios de rateio aplicáveis, (i) o valor informado no campo "montante envolvido" refere-se aos valores pagos desde 01/01/2018 até 31/12/2021, e (ii) o valor informado no campo "montante" refere-se aos valores pagos durante o exercício social encerrado em 31/12/2021. Cabe ressaltar que, no âmbito dessa relação entre as partes, a mantenedora presta serviços de *backoffice* e compartilha despesas comuns com suas coligadas						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma operação compartilhamento de despesas relacionadas à estrutura administrativa e à estrutura de desenvolvimento de novos negócios e institucionais, bem como serviços de *backoffice* entre coligadas.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Mantenedora						

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A transação da Empresa Participante ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda., divulgada acima, foi celebrada anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual a ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. passará a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referida transação foi realizada de acordo com o contrato social da Empresa Participante em questão e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenada pela área interna responsável.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Os serviços de estrutura administrativa (por exemplo, locação e manutenção e gastos do imobilizado), os serviços de desenvolvimento de novos negócios e institucionais (por exemplo, despesas de pessoal e com serviços terceirizados) e os serviços de *backoffice* (por exemplo, compras, utilidades, serviços de comunicação) são centralizados e realizados pela área de CSC-Centro de Serviços Compartilhados da mantenedora, ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

O total dos custos relacionados às atividades serão alocados às partes com base em custos reais e utilizando os critérios de rateio aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, média de faturamento, *head count* total (escritórios e clientes) e *head count* escritórios, conforme acordado contratualmente pelas partes. Tais custos devem ser alocados de forma equitativa, em conformidade com as práticas contábeis habituais.

Mensalmente, a mantenedora, ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda., deverá elaborar e entregar aos beneficiários nota de débito identificando os encargos efetivamente suportados pela mantenedora no mês, acompanhada do extrato com a alocação de custos e despesas relacionadas à realização das atividades compartilhadas por cada parte durante o mesmo período, de acordo com os critérios de rateio indicados no contrato. Nesse sentido, o rateio das despesas compartilhadas cobrado com base em métricas objetivas e de volumetria.

Cabe ressaltar que as despesas são compartilhadas e reembolsadas mensalmente à mantenedora proporcionalmente ao seu uso, sendo que não há cobrança de mark-up, de modo a assegurar que o pagamento compensatório seja adequado – isto é, com base nos serviços efetivamente prestados e no volume despedido para tanto. Não obstante, em linha com o que as partes entendem ser práticas de mercado, o atraso injustificado na realização do reembolso acarretará juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, bem como multa de 2% (dois por cento).

A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Quotistas	11/05/2021	R$7.245.724,02	R$7.471.000,00	R$7.471.000,00	Indeterminado	Sim	N/A
Relação com o emissor	Quotistas de investida da Companhia à data da transação.						
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. transfere aos mutuários, seus quotistas, a quantia de R$7.245.724,02.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma operação de mútuo, celebrada entre a investida da Companhia, A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda., e seus respectivos quotistas, em 11/05/2021.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Mutuante						

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A transação da Empresa Participante A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda., divulgada acima, foi celebrada anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual a A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. passará a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referida transação foi realizada de acordo com o contrato social da Empresa Participante em questão e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenada pela área interna responsável.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A transação acima divulgada foi realizada observando as condições e práticas no mercado à época em que foi negociada, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Nexo CS Informática S.A.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Nova Praxis Serviços de Informática Eireli	01/03/2007	R$810.000,00	R$0,00	R$245.000,00	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Quotistas de investida da Companhia, Nexo CS Informática S.A., possuem relacionamento familiar com os quotistas da Nova Praxis Serviços de Informática Eireli.						
Objeto contrato	O objeto do contrato é a prestação de serviços de informática e controle administrativos. Uma vez que o valor da transação é variável, pois depende do volume de serviços prestados, com uma cobrança efetuada com base pagamento por hora, (i) o valor informado no campo "montante envolvido" refere-se aos valores pagos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e (ii) o valor informado no campo "montante" refere-se aos valores pagos durante o exercício social encerrado em 31/12/2021.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de prestação de serviços de gestão de contratos de clientes, renovações, aditivos, LGPD, análise de cadastros, além de controles administrativos e apoio a cobrança de clientes inadimplentes, no qual a investida da Companhia, Nexo CS Informática S.A., figura como parte contratante.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Contratante						

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A transação da Empresa Participante Nexo CS Informática S.A., divulgada acima, foi celebrada anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual a Nexo CS Informática S.A. passará a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referida transação foi realizada de acordo com o estatuto social da Empresa Participante em questão e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenada pela área interna responsável.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A transação acima divulgada foi realizada observando as condições e práticas no mercado à época em que foi negociada, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado.

Ademais, cumpre destacar que o contrato de prestação de serviços prevê reajuste anual dos honorários com base no IGPM/FGV.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

GWCloud Tecnologia e Serviços S.A.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Gallaxia S.A.	01/06/2021	R$2.666.099,00	R$1.566.000,00	R$2.666.099,00	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Acionista de investida da Companhia à data da transação.						
Objeto contrato	O objeto refere-se à venda, por parte da Gallaxia S.A., e compra, por parte da GWCloud Tecnologia e Serviços S.A., de 2.666.099 ações ordinárias de emissão desta, pelo valor total de R$2.666.099,00.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se da venda, por parte da Gallaxia S.A., e compra, por parte da GWCloud Tecnologia e Serviços S.A., de 2.666.099 ações ordinárias de emissão desta, para permanência em tesouraria, pelo valor total de R$2.666.099,00, utilizando-se o saldo da conta de reservas até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a legal e sem diminuição do capital social da GWCloud Tecnologia e Serviços S.A..						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Comprador						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Triade Inovação Serviços Administrativos EIRELI	30/12/2021	R$2.666.099,00	R$2.666.000,00	R$2.666.099,00	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Acionista de investida da Companhia.						
Objeto contrato	O objeto refere-se à compra, por parte da Triade Inovação Serviços Administrativos EIRELI, e venda, por parte da GWCloud Tecnologia e Serviços S.A., de 2.666.099 ações ordinárias de emissão desta, mantidas em tesouraria.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se da venda, por parte da GWCloud Tecnologia e Serviços S.A., e compra, por parte da Triade Inovação Serviços Administrativos EIRELI, de 2.666.099 ações ordinárias de emissão da GWCloud, previamente mantidas em tesouraria, pelo valor total de R$2.666.099,00.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Vendedor						

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

As transações da Empresa Participante GWCloud Tecnologia e Serviços S.A., divulgadas acima, foram celebradas anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual a GWCloud Tecnologia e Serviços S.A. passará a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referidas transações foram realizadas de acordo com o estatuto social da Empresa Participante em questão e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenadas pela área interna responsável.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações acima foram aprovadas em sede assembleia geral de acionistas da GWCloud Tecnologia e Serviços S.A., o órgão societário competente para tanto, por unanimidade de votos dos acionistas, que renunciaram ao seu direito de preferência de forma a possibilitar a efetivação das transferências de ações.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Pluris Mídia Ltda.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Plusoft Informática S.A.	02/01/2018	R$8.000.000,00	R$12.000,00	R$8.000.000,00	Indeterminado	Sim	N/A
Relação com o emissor	Empresas Participantes coligadas, investidas da Companhia.						
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante Pluris Mídia Ltda. transfere ao mutuário, Plusoft Informática S.A., a quantia de R$8.000.000,00.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante Pluris Mídia Ltda. transfere ao mutuário, Plusoft Informática S.A., a quantia de R$8.000.000,00, com o objetivo de suportar as movimentações financeiras entre as empresas.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Mutuante						

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

As transações entre as Empresas Participantes Pluris Mídia Ltda. e Plusoft Informática S.A., divulgadas acima, foram celebradas anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual ambas as Empresas Participantes passarão a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referidas transações foram realizadas de acordo com o estatuto social ou contrato social, conforme o caso, de cada uma das Empresas Participantes em questão e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenadas pela área interna responsável.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações acima informadas foram aprovadas pelos órgãos societários competentes para tanto.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Plusoft Informática S.A.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Edusense Educação Ltda.	02/01/2018	R$2.000.000,00	R$518.000,00	R$2.000.000,00	Indeterminado	Sim	N/A
Relação com o emissor	Coligada de Empresa Participante, investida da Companhia.						
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante Plusoft Informática S.A. transfere ao mutuário, Edusense Educação Ltda., a quantia de R$2.000.000,00.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante Plusoft Informática S.A. transfere ao mutuário, Edusense Educação Ltda., a quantia de R$2.000.000,00, com o objetivo de suportar as movimentações financeiras entre as empresas. A data de vencimento é determinada em 30 dias posteriormente à notificação de pagamento da mutuante à mutuaria.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Mutuante						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Inpaas Soluções em TI Ltda.	02/01/2018	R$2.000.000,00	R$403.000,00	R$2.000.000,00	Indeterminado	Sim	N/A
Relação com o emissor	Coligada de Empresa Participante, investida da Companhia.						
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante Inpaas Soluções em TI Ltda. transfere ao mutuário, Edusense Educação Ltda., a quantia de R$2.000.000,00.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante Plusoft Informática S.A. transfere ao mutuário, Inpaas Soluções em TI Ltda., a quantia de R$2.000.000,00, com o objetivo de suportar as movimentações financeiras entre as empresas. A data de vencimento é determinada em 30 dias posteriormente à notificação de pagamento da mutuante à mutuaria.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Mutuante						

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

As transações com partes relacionadas da Empresa Paricipante Plusoft Informática S.A., divulgadas acima, foram celebradas anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual a Plusoft Informática S.A. passará a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referidas transações foram realizadas de acordo com o estatuto social ou contrato social, conforme o caso, de cada uma das Empresas Participantes em questão e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenadas pela área interna responsável.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações acima informadas foram aprovadas pelos órgãos societários competentes para tanto.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

SSX Tecnologia da Informação S.A.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BLive Global Corp	21/12/2018	R$150.000,00	R$157.000,00	R$150.000,00	12 meses	Sim	100,00
Relação com o emissor	Entidade coligada à Empresa Participante, investida da Companhia.						
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante SSX Tecnologia da Informação S.A. transfere á mutuária a quantia de R$150.000,00, , com incidência de juros calculados de acordo com o IPCA.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma operação de mútuo, celebrada entre a investida da Companhia, SSX Tecnologia da Informação S.A., e sua coligada bLive Global Corp. O Contrato tinha vencimento para dezembro de 2019, porém o saldo ainda se encontra em aberto aguardando pactuação de nova data de vencimento.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Mutuante						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Acionista Pessoa Física	02/04/2020	R$954.000,00	R$52.000,00	R$954.000,00	20 meses	Não	N/A
Relação com o emissor	Acionista de Empresa Participante à época da transação.						
Objeto contrato	O objeto refere-se à compa, por parte da SSX Tecnologia da Informação S.A., de 100.100 ações ordinárias de emissão desta, pelo valor total de R$954.000,00.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de operação de recompra de ações de emissão da SSX Tecnologia da Informação S.A. para manutenção de parcela das ações em tesouraria e cancelamento das demais ações adquiridas, sem redução do capital social da SSX Tecnologia da Informação S.A. A transação prevê o pagamento, pela SSX Tecnologia da Informação S.A., de parcela do preço da recompra à vista e do saldo em 23 parcelas mensais, acrescidos de juros de 10% ao ano, com base no Sistema Francês de Amortização - Tabela Price. A data prevista para quitação do saldo devedor remanescente é fevereiro de 2022.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Comprador						

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

As transações da Empresa Participante SSX Tecnologia da Informação S.A., divulgadas acima, foram celebradas anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual a SSX Tecnologia da Informação S.A. passará a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referidas transações foram realizadas de acordo com o estatuto social da Empresa Participante em questão e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenadas pela área interna responsável.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações acima informadas foram aprovadas pelos órgãos societários competentes para tanto, e, em ambos os casos, foram realizadas observando as condições e práticas no mercado à época em que foram negociadas, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Em relação ao Contrato de Mútuo, cumpre destacar que o mútuo contratado prevê remuneração ao Credor por incidência juros calculados de acordo com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Em relação à recompra de ações, os termos e condições da transação foram aprovados em sede de reunião do conselho de administração da SSX Tecnologia da Informação S.A., órgão societário competente.

Doc Security Serviços de Informática Ltda.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Quotista Pessoa Jurídica	31/12/2021	R$5.280.409,08	R$5.282	R$5.280.409,08	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Quotista da Empresa Participante, investida da Companhia.						
Objeto contrato	Antecipação de lucros a quotista pessoa jurídica da Empresa Participante Doc Security Serviços de Informática Ltda., proporcionalmente à sua participação no capital social da Doc Security Serviços de Informática Ltda..						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de saldo remanescente da antecipação de lucros auferidos pela Doc Security Serviços de Informática Ltda. nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, distribuído desproporcionalmente entre os sócios, de forma que o saldo de R$5.828.000,00 será compensado com a distribuição de lucros futuros.						
Posição contratual do emissor	Outras						
Especificar	Credor						

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A transação da Empresa Participante Doc Security Serviços de Informática Ltda., divulgada acima, foi celebrada anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual a Doc Security Serviços de Informática Ltda. passará a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referida transação foi realizada de acordo com o contrato social da Empresa Participante em questão, com sua Política de Distribuição de Dividendos e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenada pela área interna responsável.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A transação acima divulgada foi realizada observando as condições e práticas no mercado à época em que foi negociada, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Ikhon Gestão Conhecimentos e Tecnologia Ltda.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Netz Tecnologia da Informação Ltda. EPP	30/12/2016	R$1.963.890,50	R$1.638.000,00	R$1.963.890,50	Indeterminado	Sim	N/A
Relação com o emissor	Coligada de controle comum de Empresa Participante, investida da Companhia.						
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual a mutuante, Ikhon Gestão Conhecimentos e Tecnologia Ltda. transfere à mutuária, Netz Tecnologia da Informação Ltda. EPP, a quantia total de R$1.963.890,50.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de saldos de mútuos concedidos pela Ikhon Gestão Conhecimentos e Tecnologia Ltda. à Netz Tecnologia da Informação Ltda. EPP, uma empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, com a finalidade de gestão de caixa. Não possuem atualização monetária e a liquidação ocorrerá conforme sobra de caixa pela parte relacionada em acordo com os sócios.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Mutuante						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
FM Sociedade de Participação e Fomento Mercantil Ltda.	06/08/2018	R$3.500.000,00	R$1.425.000,00	R$3.500.000,00	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Quotista de Empresa Participante, investida da Companhia.						
Objeto contrato	O objeto refere-se à compa por parte da FM Sociedade de Participação e Fomento Mercantil Ltda., e venda por parte da Ikhon Gestão Conhecimentos e Tecnologia Ltda., de 3.500.000 quotas representativas do capital social da Doc Security Serviços de Informática Ltda., pelo valor total de R$3.500.000,00.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de operação de compra, por parte da FM Sociedade de Participação e Fomento Mercantil Ltda., e venda por parte da Ikhon Gestão Conhecimentos e Tecnologia Ltda., de 3.500.000 quotas representativas do capital social da Doc Security Serviços de Informática Ltda., pelo valor total de R$3.500.000,00, os quais serão pagos pela parte compradora mediante sua disponibilidade orçamentária.						
Posição contratual do emissor	Outro						
Especificar	Vendedor						

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

As transações da Empresa Participante Ikhon Gestão Conhecimentos e Tecnologia Ltda., divulgadas acima, foram celebradas anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual a Ikhon Gestão Conhecimentos e Tecnologia Ltda. passará a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referidas transações foram realizadas de acordo com o contrato social da Empresa Participante em questão e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenadas pela área interna responsável.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações acima informadas foram aprovadas pelos órgãos societários competentes para tanto, e, em ambos os casos, foram realizadas observando as condições e práticas no mercado à época em que foram negociadas, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Grupo SKA

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Siegfried Koelln	01/12/2021	R$36.759.900,00	R$37.760.000,00	R$36.759.900,00	36 meses	Sim	0,5%

Relação com o emissor	Acionista da Companhia
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual o mutuante, Siegfried Koelln, transfere ao mutuário, Grupo SKA, a quantia total de R$36.759.900,00, havendo incidência de taxas de juros de 0,5% ao mês.
Garantia e seguros	Não há.
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	O objeto do contrato é um mútuo, no qual o mutuante, Siegfried Koelln, transfere ao mutuário, Grupo SKA, a quantia total de R$36.759.900,00, com pagamento em 36 parcelas e remuneração de 0,5% (meio por cento) ao mês a partir de 31/05/2022, data de vencimento da primeira parcela. Os valores contratados se referem a necessidade de fluxo de caixa do Grupo SKA.
Posição contratual do emissor	Outro
Especificar	Mutuária

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
K & K Empreendimentos e Serviços Ltda.	01/12/2021	R$5.390.000,00	R$5.390.000,00	R$5.390.000,00	36 meses	Sim	0,5%

Relação com o emissor	Coligada de Empresa Participante, investida da Companhia
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual o mutuante, K & K Empreendimentos e Serviços Ltda., transfere ao mutuário, Grupo SKA, a quantia total de R$5.390.000,00, havendo incidência de taxas de juros de 0,5% ao mês.
Garantia e seguros	Não há.
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	O objeto do contrato é um mútuo no qual o mutuante, K & K Empreendimentos e Serviços Ltda., transfere ao mutuário, Grupo SKA, a quantia total de R$5.390.000,00, com pagamento em 36 parcelas e remuneração de 0,5% (meio por cento) ao mês a partir de 31/05/2022, data de vencimento da primeira parcela. Os valores contratados se referem a necessidade de fluxo de caixa do Grupo SKA.
Posição contratual do emissor	Outro
Especificar	Mutuária

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Acionistas Pessoa Física	01/12/2021	R$240.100,00	R$240.000,00	R$240.100,00	36 meses	Sim	0,5%

Relação com o emissor	Acionistas pessoa física da Companhia
Objeto contrato	O objeto do contrato é um mútuo no qual os mutuantes, acionistas pessoa física da Companhia, transferem ao mutuário, Grupo SKA, a quantia total de R$240.100,00, havendo incidência de taxas de juros de 0,5% ao mês.
Garantia e seguros	Não há.
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	O objeto do contrato é um mútuo no qual os mutuantes, acionistas pessoa física da Companhia, transferem ao mutuário, Grupo SKA, a quantia total de R$240.100,00, com pagamento em 36 parcelas e remuneração de 0,5% (meio por cento) ao mês a partir de 31/05/2022, data de vencimento da primeira parcela. Os valores contratados se referem a necessidade de fluxo de caixa do Grupo SKA.
Posição contratual do emissor	Outro
Especificar	Mutuária

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

As transações da Empresa Participante Grupo SKA, divulgadas acima, foram celebradas anteriormente à aprovação societária da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, à qual o Grupo SKA passará a estar sujeita mediante a efetivação do Evento de Liquidez e da Consolidação (conforme definidos e descritos no item 15.6 deste Formulário de Referência).

Nesse sentido, referidas transações foram realizadas de acordo com o contrato social da Empresa Participante em questão e com as práticas estabelecidas em leis vigentes à época, tendo sido coordenadas pela área interna responsável.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações acima informadas foram aprovadas pelos órgãos societários competentes para tanto, e, em ambos os casos, foram realizadas observando as condições e práticas no mercado à época em que foram negociadas, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
21/02/2022	73.626.424,95	N/A	593.360.000	0	593.360.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
21/02/2022	73.626.424,95	N/A	593.360.000	0	593.360.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
21/02/2022	73.626.424,95	N/A	593.360.000	0	593.360.000
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
21/02/2022	0,00	N/A	300.000.000	0	300.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
10/12/2019	Assembleia Geral	10/12/2019	100.000,00	Subscrição particular	100.000	0	100.000	83,33300000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Critério previsto no artigo 170, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias.									
30/09/2021	Assembleia Geral	30/09/2021	67.824.211,20	Subscrição particular	404.800	0	404.800	670,20000000	167,55	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Critério previsto no artigo 170, §1º, I, da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Conferência de participação societária detida pelos acionistas subscritores nas Empresas Participantes (conforme descrito no item 15.6 deste Formulário de Referência), à Companhia, em até 60 (sessenta) dias. Para mais informações sobre o aumento de capital social aprovado em 30/09/2021, vide item 17.5 deste Formulário de Referência.									
31/12/2021	Assembleia Geral	31/12/2021	5.701.010,00	Subscrição particular	87.360	0	87.360	0,08393045	65,26	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Critério previsto no artigo 170, §1º, I, da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Em moeda corrente nacional ou mediante a conferência de participação societária detida pelos acionistas subscritores nas Empresas Participantes (conforme descrito no item 15.6 deste Formulário de Referência), à Companhia, conforme estabelecido no correspondente boletim de subscrição. Para mais informações sobre o aumento de capital social aprovado em 31/12/2021, vide item 17.5 deste Formulário de Referência.									

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
21/02/2022	593.360	0	593.360	593.360.000	0	593.360.000

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Informações complementares ao item 17.2 - Aumentos do capital social

Aumento de Capital Social de 30 de setembro de 2021

Em relação ao aumento do capital social da Companhia, aprovado em sede de assembleia geral extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021 ("AGE de 30 de setembro"), destacamos que a ata da AGE de 30 de setembro apresentou erro material em relação ao valor da capitalização. Por essa razão, os acionistas da Companhia, em sede de assembleia geral extraordinária realizada em 30 de outubro de 2021 ("AGE de 30 de outubro"), retificaram o valor do aumento de capital social informado na AGE de 30 de setembro, mediante a assinatura de novos boletins de subscrição. Essa retificação foi considerada para fins do preenchimento do quadro 17.2 deste Formulário de Referência, o qual já reflete o valor corrigido da capitalização, isto é, um aumento de capital de R$67.824.211,20, mediante a emissão de 404.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

Adicionalmente, esclarecemos que o preço de emissão informado no quadro 17.2 acima, no valor de R$167,549928853755, representa o preço de emissão por ação médio do aumento de capital de 30 de setembro de 2021, considerando a razão entre o valor total da emissão e número total de ações emitidas. Isso porque o preço por ação da emissão de 30 de setembro de 2021 foi calculado considerando (x) a perspectiva de rentabilidade da Companhia, nos termos do artigo 170, §1º, inciso "i" da Lei das Sociedades por Ações, e (y) a integralização mediante a conferência de participação societária detida pelos acionistas subscritores nas Empresas Participantes (conforme descrito no item 15.6 deste Formulário de Referência), à Companhia. Desse cálculo resultaram preços de emissão por ação variados, os quais podem ser verificados nos respectivos boletins de subscrição de ações, apresentados na forma de anexos à AGE de 30 de outubro, e listados abaixo para referência.

Assim, destacamos que das 404.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas em 30 de setembro de 2021, pelo valor total de emissão de R$67.824.211,20, (i) 102.670 ações foram emitidas pelo preço de R$21,66 por ação; (ii) 48.632 ações foram emitidas pelo preço de R$0,16 por ação; (iii) 39.576 ações foram emitidas pelo preço de R$44,70 por ação; (iv) 7.710 ações foram emitidas pelo preço de R$ 1.945,00 por ação; (v) 38.723 ações foram emitidas pelo preço de R$146,40 por ação; (vi) 28.397 ações foram emitidas pelo preço de R$336,04 por ação; (vii) 25.041 ações foram emitidas pelo preço de R$47,92 por ação; (viii) 12.132 ações foram emitidas pelo preço de R$293,00 por ação; (ix) 2.296 ações foram emitidas pelo preço de R$105,00 por ação; (x) 3.295 ações foram emitidas pelo preço de R$252,00 por ação; (xi) 459 ações foram emitidas pelo preço de R$512,00 por ação; (xii) 3.436 ações foram emitidas pelo preço de R$1.745,00 por ação; (xiii) 8.907 ações foram emitidas pelo preço de R$1,00 por ação; (xiv) 5.046 ações foram emitidas pelo preço de R$170,00 por ação; (xv) 406 ações foram emitidas pelo preço de R$265,00 por ação; (xvi) 3.549 ações foram emitidas pelo preço de R$640,00 por ação; (xvii) 15.160 ações foram emitidas pelo preço de R$277,09 por ação; (xviii) 12.694 ações foram emitidas pelo preço de R$15,76 por ação; (xix) 1.389 ações foram emitidas pelo preço de R$8,00 por ação; (xx) 3.941 ações foram emitidas pelo preço de R$130,00 por ação; (xxi) 1.983 ações foram emitidas pelo preço de R$415,00 por ação; (xxii) 1.034 ações foram emitidas pelo preço de R$550,00 por ação; (xxiii) 1.894 ações foram emitidas pelo preço de R$925,00 por ação; (xxiv) 460 ações foram emitidas pelo preço de R$2.100,00 por ação; (xxv) 1.071 ações foram emitidas pelo preço de R$2.375,00 por ação; (xxvi) 617 ações foram emitidas pelo preço de R$2.450,00 por ação; (xxvii) 11.136 ações foram emitidas pelo preço de R$377,16 por ação; (xxviii) 8.887 ações foram emitidas pelo preço de R$67,51 por ação; (xxix) 8.292 ações foram emitidas pelo preço de R$45,87 por ação; e (xxx) 5.9670 ações foram emitidas pelo preço de R$7,38 por ação.

Por fim, em relação à AGE de 30 de outubro, destacamos que os boletins de subscrição então assinados pelos acionistas subscritores FJJ Investimentos e Participações Ltda., Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Criatec II, Marcelo Arkader Skaba, Roberto de Oliveira Xavier Junior e INK Assessoria Administrativa, Pesquisa, Desenvolvimento e Investimento EIRELI apresentou erro material no preenchimento do campo "integralização". Por essa razão, os acionistas da Companhia, em sede de assembleia geral extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, retificaram o campo "integralização" dos boletins de subscrição, os quais foram novamente assinados pelos acionistas correspondentes, não resultando em quaisquer alterações ao aumento de capital aprovado na AGE de 30 de setembro, conforme ratificado, ou ao item 17.2 deste Formulário de Referência.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Aumento de Capital Social de 31 de dezembro de 2021

Em relação ao aumento do capital social da Companhia, aprovado em sede de assembleia geral extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021 ("AGE de 31 de dezembro"), esclarecemos que o preço de emissão informado no quadro 17.2 acima, no valor de R$65,26, representa o preço de emissão por ação médio do referido aumento de capital, considerando a razão entre o valor total da emissão e número total de ações emitidas. Isso porque o preço por ação da emissão de 31 de dezembro de 2021 foi calculado considerando (x) a perspectiva de rentabilidade da Companhia, nos termos do artigo 170, §1º, inciso "i" da Lei das Sociedades por Ações, e (y) a integralização mediante a conferência de participação societária detida pelos acionistas subscritores nas Empresas Participantes (conforme descrito no item 15.6 deste Formulário de Referência), à Companhia. Desse cálculo resultaram preços de emissão por ação variados, os quais podem ser verificados nos respectivos boletins de subscrição de ações, apresentados na forma de anexos à AGE de 31 de dezembro, e listados abaixo para referência.

Sem prejuízo ao disposto acima, os seguintes acionistas integralizaram as ações por eles subscritas em moeda corrente nacional: Júlio Cesar Garcia Piña Rodrigues, Eduardo Arroxellas Villela, Rodrigo da Rocha Miranda Prado, Eduardo da Rocha Miranda Prado, Rafaela da Rocha Miranda Prado, e Antônia da Rocha Miranda Prado.

Assim, destacamos que das 87.360 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas em 31 de dezembro de 2021, pelo valor total de emissão de R$5.701.013,75, (i) 17.472 ações foram emitidas pelo preço de R$1,00 por ação; (ii) 2.963 ações foram emitidas pelo preço de R$67,51 por ação; (iii) 5.873 ações foram emitidas pelo preço de R$267,73 por ação; (iv) 17.898 ações foram emitidas pelo preço de R$147,52 por ação; (v) 12.150 ações foram emitidas pelo preço de R$52,13 por ação; (vi) 31.004 ações foram emitidas pelo preço de R$20,56 por ação.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos que não sejam estabelecidos por lei, poderão ser alterados por deliberação da assembleia geral de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das S.A.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Não há, no Estatuto Social da Companhia, regras que representam limitações ao exercício do direito de voto dos acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

Obrigação de realizar OPA por alienação de controle

Nos termos do Estatuto Social, a alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deve ser contratada sob condição, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar a oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Obrigação de realizar OPA devido à saída do Novo Mercado

A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deve observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Está previsto no estatuto social da Companhia que, sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das S.A.; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações. A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste item, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou pelo Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição pela Companhia.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não aplicável pois, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não havia valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**21/02/2022**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	O acionista controlador, os administradores, os conselheiros fiscais, os membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os empregados e demais colaboradores da Companhia, do acionista controlador ou das sociedades controladas ou coligadas que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia, no acionista controlador ou nas sociedades controladas ou coligadas, possam ter conhecimento ou acesso a qualquer informação privilegiada ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

O propósito da Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Política de Negociação") é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021.

A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da CVM (www.cvm.gov.br); (ii) da Companhia (www.qestra.com.br/ri); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Américas, 500, bloco 19, sala 301, parte, CEP 22.640-904, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Pendência de Divulgação de Fato Relevante
É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, até que referida informação seja divulgada ao mercado na forma de Ato ou Fato Relevante, conforme a Política. Esta vedação também se aplica quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para tanto; e quando existir a intenção de promover incorporação, cisão (total ou parcial), fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Após Divulgação de Ato/Fato Relevante
Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato ou fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação, caso esta possa interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Companhia e/ou aos acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI às Pessoas Vinculadas.

Período Anterior à Divulgação de ITR e DFs
Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras.

Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Companhia
O Conselho não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão (total ou parcial), fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante.

Vedações Adicionais
As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas a elas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Exceto pela Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do Conselho de Administração e descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações, a Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021 ("Resolução CVM 44") e a Instrução CVM n° 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Resolução CVM 44 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;

- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Política de Divulgação") baseia-se nos seguintes princípios e objetivos:

(i) fornecer informações adequadas aos acionistas e à B3;

(ii) garantir a ampla e tempestiva divulgação de Fatos Relevantes, bem como assegurar sua confidencialidade enquanto não divulgados;

(iii) consolidar as boas práticas de governança corporativa;

(iv) cooperar com a higidez e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Procedimentos de Divulgação

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação determina que a divulgação e comunicação imediata de um Fato Relevante à CVM e às Entidades do Mercado, bem como a adoção de outros procedimentos estabelecidos na Política de Divulgação, são de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores, de acordo com os termos abaixo:

(i) a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e às Entidades do Mercado, preferencialmente após o encerramento dos negócios em todos os países em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades de Mercado sejam negociados ou, caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, deve ser feita com antecedência mínima de 1 (uma) hora em relação ao início da negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades do Mercado, sem prejuízo do disposto no item (b) abaixo. Se e quando os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia forem negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro;

(ii) nos casos excepcionais, em que for absolutamente necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia na B3, o Diretor de Relações com Investidores deverá contatar a B3 previamente à efetiva divulgação do Fato Relevante, que poderá suspender a negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da regulamentação aplicável. Se for necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia em Entidades do Mercado diversas da B3, será aplicável o procedimento adotado por tais Entidades do Mercado, sendo certo que, no caso de incompatibilidade, prevalecerá a regulamentação aplicável à B3; e

(iii) a divulgação deverá ser realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, por meio do portal de notícias com página da Internet indicado no Formulário Cadastral e no website de relações com investidores da Companhia, no endereço www.qestra.com.br/ri.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas na Política de Divulgação e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações.

Caso os Acionistas Controladores, os Administradores e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, que tenham conhecimento pessoal de um Fato Relevante, verifiquem a omissão do Diretor de Relações com Investidores em cumprir com o seu dever de comunicação e divulgação, inclusive nas hipóteses de vazamento ou oscilação atípica, essas Pessoas Vinculadas deverão comunicar o Fato Relevante imediatamente à CVM.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de um Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante em questão, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

Exceções de Divulgação

Excepcionalmente, os Fatos Relevantes poderão não ser divulgados se quaisquer dos Acionistas Controladores ou os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria entender(em) que a sua divulgação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tais Fatos Relevantes.

O Acionista Controlador ou membros do Conselho de Administração ou da Diretoria são obrigados a, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, divulgar o Fato Relevante imediatamente, em qualquer uma das seguintes hipóteses:

(i) haja indícios concretos e fundado receio de que houve violação do sigilo do Fato Relevante; ou

(ii) haja uma oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Se o Diretor de Relações com Investidores não tomar as medidas necessárias para a imediata divulgação acima mencionada, caberá, conforme o caso, ao Acionista Controlador ou aos Administradores, a adoção das medidas devidas.

O Diretor de Relações com Investidores sempre deverá ser informado sobre Fato Relevante mantido sob sigilo, e é sua responsabilidade, juntamente das outras pessoas cientes de tais informações, garantir a adoção dos procedimentos apropriados para assegurar a confidencialidade.

Sempre que houver dúvida sobre a legitimidade da não divulgação de informações por aqueles que têm conhecimento do Fato Relevante mantido sob sigilo, o assunto poderá ser apresentado à CVM, de maneira confidencial, conforme previsto nas normas aplicáveis.

Procedimentos de Preservação do Sigilo

As Pessoas Vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento; devendo observar também os seguintes procedimentos:

(i) divulgar a Informação Privilegiada estritamente àquelas pessoas que dela imprescindivelmente precisem tomar conhecimento;

(ii) envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;

(iii) não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;

(iv) não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas abertas ao público investidor em geral;

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

(v) tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.);

(vi) não enviar documentos com Informação Privilegiada por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor; e

(vii) sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não a divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando a Informação Privilegiada precisar ser divulgada a Associados com Acesso a Informação Privilegiada, a pessoa responsável pela transmissão da informação deverá se certificar de que a pessoa que a está recebendo tem conhecimento desta Política, exigindo ainda que assine, perante o Diretor de Relações com Investidores, o Termo de Adesão ou contrato e/ou outros documentos assemelhados que contenham cláusula expressa de adesão à presente Política antes de lhe facultar acesso à informação.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários é aplicada, implementada e supervisionada pelo Conselho de Administração e pelo Diretor de Relação com Investidores.

O Diretor de Relações com Investidores deverá cumprir e garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas na Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários, além de esclarecer dúvidas sobre o seu conteúdo e aplicação.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 21.